GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

COLETÂNEA DE LEIS, DECRETOS

E ATOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO

FEDERAL E ESTADUAL

- 14ª COLETÂNEA -

Porto Alegre
2016

CORAG – COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE ARTES GRÁFICAS
Imprensa Oficial do Rio Grande do Sul

Diretor Presidente: JORGE HÉLIO GISLER GRECELLÉ
Diretora Administrativa e de Negócios: ELOÁ CRISTINE NESPOLO BENEDETTI
Diretor Industrial: SÉRGIO LUIZ VALMORBIDA
Editora: MARIA HELENA BUENO GARGIONI
editora@corag.rs.gov.br - Telefone: (51) 3221-3516

Livrarias:
Loja Centro: Rua Caldas Júnior, 261 – Porto Alegre
Telefones: (51) 3221-3516 – Fax: (51) 3224-6636
loja@corag.rs.gov.br

Centro Administrativo Fernando Ferrari
Av. Borges de Medeiros, 1501, 1º andar, Ala Sul – Porto Alegre
Telefone: (51) 3228-9221

CAPA
Autor: Antônio Albino Maciel
Técnica: Colagem com imagens pesquisadas na internet
Tema: Enfoque das normas que orientam e dão sustentação ao Sistema Estadual de Ensino

E-mail: ceed@ceed.rs.gov.br
Site: http://www.ceed.rs.gov.br

R585 RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Coletânea de Leis, Decretos e Atos Normativos da Educação Federal e Estadual**. 14ª Coletânea. Porto Alegre, 2016. p. 590. Org. no CEEd.
ISBN 978-85-7770-086-8

1. Educação - Legislação I. Título

CDU 37:006.35

GOVERNADOR DO ESTADO
José Ivo Sartori

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Carlos Eduardo Vieira da Cunha

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRESIDENTE
Cecilia Maria Martins Farias

1º VICE-PRESIDENTE
Domingos Antônio Buffon

2º VICE-PRESIDENTE
Thalisson Silveira da Silva

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHEIROS:

Andreia Cesar Delgado
Angela Maria Hubner Wortmann
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Antônio Quevedo branco
Berenice Cabreira da Costa
Carmem Maria Craidy
Cecília Maria Martins Farias
Celso Floriano Stefanoski
Daniel Vieira Sebastiani
Domingos Antônio Buffon
Enilson Pool da Silva
Hilário Bassotto
Jaqueline Moll
José Amaro Hilgert
Marcia Adriana de Carvalho
Marco Antonio Sozo
Maria Otilia Kroeff Susin
Marli Helena Kümpel
Neusa Teresinha Machado Salaberry
Neuza Mariza Franco Lopes
ThalissonSilveira da Silva

SECRETÁRIA-GERAL
Iula Santanna Teixeira

COORDENADORA DA ASSESSORIA TÉCNICA
Mariza Terezinha Ferrão Pereira Borges

CHEFE DE GABINETE
Maria da Graça Fioriolli

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

ORGANIZAÇÃO
Beatriz Garrafiel Pimentel
Maria Izabel Queruz Eickhoff
Mariza Terezinha Ferrão Pereira Borges

DIAGRAMAÇÃO
Vera Beatriz Barbosa da Silva

ASSESSORIA TÉCNICA
Antônio Marangon
Beatriz Kersting Machado
Carla Gonzalez
Cleida Beatriz Fraga de Fraga
Dilvenia Diesel
Fabiana Gonçalves Neves
Glaci Tarragó Pereira
Inez Wünsch
José Valdir Rodrigues da Silva
Maria Isabel Gomes Jardim
Maria Lourdes Hübler Carvalho
Olvania Grasselli
Rosali Ruppel

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA
Alvaro Glauco Zanette
Beatriz Garrafiel Pimentel
Carlos Alberto Mersenburger
Cecilia Adelia de Almeida
Denize Rodrigues Carvalho
Eduardo Licker Bastos
Elaine da Rocha Soares
Elisabete Regina Xavier
Jane Graeff de Oliveira
Maria Izabel Queruz Eickhoff
Maria Tereza Ferrareze Rossi
Neli Alves Moreira
Rejane Bello dos Santos
Ricardo Severo Preto
Rita Cleci Giordani
Tatiana Moita
Vera Beatriz Barbosa da Silva
Vera Lucia Oliveira da Mello
Vera Regina Hardt

S U M Á R I O

APRESENTAÇÃO 9

1 – *LEGISLAÇÃO FEDERAL*

1.1 – Leis 12

2 – ATOS DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

2.1 – Pareceres 94

2.2 – Resoluções 164

3 – *LEGISLAÇÃO ESTADUAL*

3.1 – Lei 216

3.2 – Decreto 280

4 – ATOS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

4.1 – Indicações 355

4.2 – Pareceres 374

4.3 – Resoluções 462

5 – TERMO DE COMPROMISSO 578

6 – ÍNDICE 583

APRESENTAÇÃO

O ano de 2015 foi de grandes conquistas para o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul - CEEd. O ano iniciou com a aprovação da Lei nº 14.705, de 25 de junho de 2015, que "Institui o Plano Estadual de Educação – PEE, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014".

O texto original enviado à Assembleia Legislativa, fruto das contribuições dos segmentos da educação gaúcha, votado na Conferência Estadual de Educação, com a participação democrática de todos, foi alterado em importantes aspectos pelo legislativo gaúcho. Apesar disso, estabelece parâmetros relevantes para o futuro da educação gaúcha. O CEEd foi um dos protagonistas na construção do PEE, seja pela discussão nas suas instâncias, seja pela participação de Conselheiros na síntese do texto encaminhado à Assembleia Legislativa.

Importante ressaltar o papel do Fórum Estadual de Educação-FEE, no decorrer do ano passado, chamado pela Secretaria de Estado da Educação, momento em que este Conselho teve espaço para contribuições significativas e já havia exarado, em 17 de dezembro de 2014, o Parecer CEEd nº 1.055/2014 em que se manifesta sobre o PEE/RS.

Além da participação no FEE, este Colegiado teve representação no Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – CONSUN, no Fórum de Medidas Sócio-Educativas, no Fórum Permanente de Apoio à Formação Docente, Fórum Permanente de Educação e Desenvolvimento Étnico-Racial do RS, Fórum Gaúcho de Educação Infantil, no Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos e na Comissão Especial da Base Comum Curricular, dentre outros.

No entanto, o destaque desta Coletânea são as normas exaradas pelo Conselho. O trabalho dedicado e competente de Conselheiros, Assessores Técnicos e Administrativos resultou no atendimento às demandas tanto da comunidade escolar e acadêmica, quanto da legislação federal a indicar a necessidade de o CEEd manifestar-se para o Sistema Estadual de Ensino.

O Conselho exarou, em 13 de maio de 2015, a Resolução CEEd nº 329/2015, que altera a Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012 quanto à cessação de funcionamento de curso nas escolas do campo, indígenas e quilombolas. Por isso, consta, nesta Coletânea, além da Resolução CEEd nº 329/2015, também a Resolução CEEd n° 320/2012 atualizada.

Em 22 de julho de 2015 foram aprovados o Parecer CEEd nº 545/2015 e a Resolução CEEd nº 330/2015, que tratam das Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Sistema Estadual de Ensino, construção iniciada ainda em 2014 e de grande importância para o funcionamento das instituições de ensino.

A Resolução CEEd nº 331, de 30 de setembro de 2015, veio clarear para as instituições de ensino a duração da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, presencial e a distância, no ensino fundamental – anos finais e no ensino médio, evitando o aligeiramento desses Cursos.

A Lei estadual nº 14.461, em 16 de janeiro de 2014, regulamentou o inciso VI do art. 199 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo que o Estado proverá os meios para que, progressivamente, seja oferecido horário integral aos(às) alunos(as) do ensino fundamental das escolas da rede pública estadual, indicativo já apontado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O Plano Nacional de Educação e Estadual de Educação estabelecem, inclusive, prazos e percentuais de atendimento aos estudantes.

Para enfatizar a relevância da Educação Integral em Tempo Integral, o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul exarou, em 04 de novembro, a Indicação CEEd nº 43/2015, recomendando ações para sua organização no âmbito do Sistema Estadual de Ensino.

Motivado por consultas quanto à competência e responsabilidade deste Órgão pelo processo de avaliação nas escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, o Pleno deste Conselho aprovou o Parecer CEEd nº 873/2015 em que confirma a instância máxima de deliberação sobre a avaliação dos alunos que é o Conselho de Classe, devendo a escola respeitar essa avaliação.

Em 28 de janeiro de 2016 o Colegiado aprovou a Resolução CEEd nº 334/2016 que "Estabelece normas para a oferta de Educação a Distância – EaD no Sistema Estadual de Ensino". Esta norma revisa a Resolução CEEd nº 300/2012, enfatizando a orientação para as escolas do Sistema Estadual de Ensino que venham a ofertar cursos nessa modalidade.

Nessa mesma Sessão Plenária, o Colegiado exarou a Resolução CEED nº 335/2016 que aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd. Registra-se que o Regimento em vigor até essa data referenciava-se nos marcos legais da década de 60 e nos termos da Lei estadual nº 4.724, de 10 de janeiro de 1964, regulamentada pelo Decreto estadual nº 27.474, de 24 de agosto de 1978. Anteriormente, algumas tentativas de aprovar um novo Regimento haviam sido feitas, o que em muito contribuiu para a construção do novo texto regimental. O novo Regimento Interno atualiza termos com relação à legislação educacional e está de acordo com procedimentos já adotados no cotidiano do CEEd, em especial os que se referem à tomada de decisões priorizando a discussão coletiva.

Em 02 de março de 2016, foram aprovados o Parecer CEEd nº 126/2016 e a Resolução CEEd nº 336/2016, que tratam das "Diretrizes Operacionais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino". Esse Parecer reafirma a necessidade de as escolas garantirem respeito à dignidade da pessoa humana e aos direitos fundamentais.

Cabe, ainda, referir o trabalho que o Conselho desenvolveu no sentido de qualificar o atendimento aos jovens privados de liberdade. Foi instituído um Grupo de Trabalho também constituído por representantes da Secretaria de Estado da Educação, Secretaria da Justiça e Direitos Humanos, Fundação de Atendimento Sócio-Educativo - FASE, Ministério Público–MP, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

–CEDICA e Defensoria Pública. O resultado das discussões desse GT foi o Termo de Compromisso firmado pela Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a Secretaria da Justiça e Direitos Humanos – SJDH, a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo–FASE e o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd, visando qualificar o atendimento escolar aos adolescentes/jovens adultos em situação de privação de liberdade, pelas escolas da Rede Pública Estadual nos Centros de Atendimento Sócio-Educativo – CASE da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo-FASE.

Além de relevantes normas exaradas pelo Conselho Estadual de Educação, esta Coletânea apresenta a Constituição Federal e a Estadual, Leis e Decretos Federais e Estaduais e Atos do Conselho Nacional de Educação.

Agradecemos a grande parceria da Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas – CORAG que foi sensível à importância de que o CEEd ofereça à comunidade escolar e acadêmica gaúcha esta Coletânea com os Atos que norteiam o Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

O Conselho Estadual de Educação, órgão de Estado, de representação plural e democrática dos segmentos da educação do Rio Grande do Sul, tem se pautado pela agilidade e eficiência nas respostas às demandas de mantenedoras, escolas, professores, pais, alunos e demais interessados. Mesmo com recursos humanos e estruturais aquém das suas necessidades, tem superado essas carências na convicção do importante papel que desempenha junto aos segmentos da educação gaúcha.

Cecília Maria Martins Farias
Conselheira Presidente

1 – LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 – Leis

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

Da Educação

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II

Dos Princípios e Fins da Educação Nacional

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

TÍTULO III

Do Direito à Educação e do Dever de Educar

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

~~I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;~~

~~II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;~~

~~II - universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)~~

~~III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;~~

~~IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;~~

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

~~VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;~~

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

~~Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.~~

~~§ 1º Compete aos Estados e aos Municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União:~~

~~I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;~~

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no *caput* deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

~~Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos sete anos de idade, no ensino fundamental.~~

~~Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental. (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2° Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

~~VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.~~

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

~~VII - informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.~~

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinqüenta por cento do percentual permitido em lei.(Incluído pela Lei nº 10.287, de 2001)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende: (Regulamento)

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III – os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: (Regulamento) (Regulamento)

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: (Regulamento) (Regulamento)

I - particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

~~II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;~~

~~II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade;~~ ~~(Redação dada pela Lei nº 11.183, de 2005)~~

II - comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; (Redação dada pela Lei nº 12.020, de 2009)

III - confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - filantrópicas, na forma da lei.

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

III - nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

IV - poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares;

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

VI - o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;

VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

~~Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.~~

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

~~§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.~~

§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. (Redação dada pela Lei nº 12.287, de 2010)

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.~~

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (Redação dada pela Lei nº 10.328, de 12.12.2001)~~

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008)

§ 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais. (Incluído pela Lei nº 13.006, de 2014)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o **caput** deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

~~Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)~~

~~§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)~~

~~§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)~~

~~§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)~~

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de

educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 12.960, de 2014)

Seção II

Da Educação Infantil

~~Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.~~

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da Comunidade.
(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

~~II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.~~

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

~~Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.~~

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Seção III

Do Ensino Fundamental

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:~~

~~Art. 32. O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública a partir dos seis anos, terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

§ 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.

§ 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

§ 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. (Incluído pela Lei nº 12.472, de 2011).

~~Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos, de acordo com as preferências manifestadas pelos alunos ou por seus responsáveis, em caráter:~~

~~I - confessional, de acordo com a opção religiosa do aluno ou do seu responsável, ministrado por professores ou orientadores religiosos preparados e credenciados pelas respectivas igrejas ou entidades religiosas; ou~~

~~II - interconfessional, resultante de acordo entre as diversas entidades religiosas, que se responsabilizarão pela elaboração do respectivo programa.~~

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso. (Incluído pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Seção IV

Do Ensino Médio

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

III - será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

IV – serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. (Incluído pela Lei nº 11.684, de 2008)

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;

~~III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.~~ (Revogado pela Lei nº 11.684, de 2008)

~~§ 2º O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.~~ ~~(Regulamento)~~ ~~(Regulamento)~~ ~~(Regulamento)~~ (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

~~§ 4º A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.~~ (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

Seção IV-A

Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio
(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - articulada com o ensino médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - subseqüente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.(Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do **caput** do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 36-D. Os diplomas de cursos de educação profissional técnica de nível médio, quando registrados, terão validade nacional e habilitarão ao prosseguimento de estudos na educação superior. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Parágrafo único. Os cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas articulada concomitante e subseqüente, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho após a conclusão, com aproveitamento, de cada etapa que caracterize uma qualificação para o trabalho. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Seção V

Da Educação de Jovens e Adultos

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Da Educação Profissional e Tecnológica
(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

~~Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)~~

~~Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.~~

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

II – de educação profissional técnica de nível médio; (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

~~Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)~~

~~Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.~~ (Revogado pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.(Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

~~Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.(Regulamento) (Regulamento)~~

Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. (Redação dada pela Lei nº 11.741, de 2008)

CAPÍTULO IV

DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015)

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: (Regulamento)

~~I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;~~

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente; (Redação dada pela Lei nº 11.632, de 2007).

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

~~Parágrafo único. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. (Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006)~~

§ 1º. Os resultados do processo seletivo referido no inciso II do **caput** deste artigo serão tornados públicos pelas instituições de ensino superior, sendo obrigatória a divulgação da relação nominal dos classificados, a respectiva ordem de classificação, bem como do cronograma das chamadas para matrícula, de acordo com os critérios para preenchimento das vagas constantes do respectivo edital. (Incluído pela Lei nº 11.331, de 2006) (Renumerado do parágrafo único para § 1º pela Lei nº 13.184, de 2015)

Art. 45. A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. (Regulamento) (Regulamento)

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. (Regulamento) (Regulamento) (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão

temporária de prerrogativas da autonomia, ou em descredenciamento. (Regulamento) (Regulamento) (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

~~§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.~~

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições, e a publicação deve ser feita, sendo as 3 (três) primeiras formas concomitantemente: (Redação dada pela Lei nº 13.168, de 2015)

I - em página específica na internet no sítio eletrônico oficial da instituição de ensino superior, obedecido o seguinte: (Incluído pela Lei nº 13.168, de 2015)

a) toda publicação a que se refere esta Lei deve ter como título “Grade e Corpo Docente”; (Incluída pela Lei nº 13.168, de 2015)

b) a página principal da instituição de ensino superior, bem como a página da oferta de seus cursos aos ingressantes sob a forma de vestibulares, processo seletivo e outras com a mesma finalidade, deve conter a ligação desta com a página específica prevista neste inciso; (Incluída pela Lei nº 13.168, de 2015)

c) caso a instituição de ensino superior não possua sítio eletrônico, deve criar página específica para divulgação das informações de que trata esta Lei; (Incluída pela Lei nº 13.168, de 2015)

d) a página específica deve conter a data completa de sua última atualização; (Incluída pela Lei nº 13.168, de 2015)

II - em toda propaganda eletrônica da instituição de ensino superior, por meio de ligação para a página referida no inciso I; (Incluído pela Lei nº 13.168, de 2015)

III - em local visível da instituição de ensino superior e de fácil acesso ao público; (Incluído pela Lei nº 13.168, de 2015)

IV - deve ser atualizada semestralmente ou anualmente, de acordo com a duração das disciplinas de cada curso oferecido, observando o seguinte: (Incluído pela Lei nº 13.168, de 2015)

a) caso o curso mantenha disciplinas com duração diferenciada, a publicação deve ser semestral; (Incluída pela Lei nº 13.168, de 2015)

b) a publicação deve ser feita até 1 (um) mês antes do início das aulas; (Incluída pela Lei nº 13.168, de 2015)

c) caso haja mudança na grade do curso ou no corpo docente até o início das aulas, os alunos devem ser comunicados sobre as alterações; (Incluída pela Lei nº 13.168, de 2015)

V - deve conter as seguintes informações: (Incluído pela Lei nº 13.168, de 2015)

a) a lista de todos os cursos oferecidos pela instituição de ensino superior; (Incluída pela Lei nº 13.168, de 2015)

b) a lista das disciplinas que compõem a grade curricular de cada curso e as respectivas cargas horárias; (Incluída pela Lei nº 13.168, de 2015)

c) a identificação dos docentes que ministrarão as aulas em cada curso, as disciplinas que efetivamente ministrará naquele curso ou cursos, sua titulação, abrangendo a qualificação profissional do docente e o tempo de casa do docente, de forma total, contínua ou intermitente. (Incluída pela Lei nº 13.168, de 2015)

§ 2º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§ 3º É obrigatória a freqüência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

§ 4º As instituições de educação superior oferecerão, no período noturno, cursos de graduação nos mesmos padrões de qualidade mantidos no período diurno, sendo obrigatória a oferta noturna nas instituições públicas, garantida a necessária previsão orçamentária.

Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular.

§ 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

§ 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

Art. 49. As instituições de educação superior aceitarão a transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas, e mediante processo seletivo.

Parágrafo único. As transferências *ex officio* dar-se-ão na forma da lei. (Regulamento)

Art. 50. As instituições de educação superior, quando da ocorrência de vagas, abrirão matrícula nas disciplinas de seus cursos a alunos não regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, mediante processo seletivo prévio.

Art. 51. As instituições de educação superior credenciadas como universidades, ao deliberar sobre critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos desses critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: (Regulamento) (Regulamento)

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber. (Regulamento) (Regulamento)

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I - criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)

II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV - fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V - elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI - conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII - firmar contratos, acordos e convênios;

VIII - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX - administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X - receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I - criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II - ampliação e diminuição de vagas;

III - elaboração da programação dos cursos;

IV - programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V - contratação e dispensa de professores;

VI - planos de carreira docente.

Art. 54. As universidades mantidas pelo Poder Público gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo Poder Público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal. (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º No exercício da sua autonomia, além das atribuições asseguradas pelo artigo anterior, as universidades públicas poderão:

I - propor o seu quadro de pessoal docente, técnico e administrativo, assim como um plano de cargos e salários, atendidas as normas gerais pertinentes e os recursos disponíveis;

II - elaborar o regulamento de seu pessoal em conformidade com as normas gerais concernentes;

III - aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, de acordo com os recursos alocados pelo respectivo Poder mantenedor;

IV - elaborar seus orçamentos anuais e plurianuais;

V - adotar regime financeiro e contábil que atenda às suas peculiaridades de organização e funcionamento;

VI - realizar operações de crédito ou de financiamento, com aprovação do Poder competente, para aquisição de bens imóveis, instalações e equipamentos;

VII - efetuar transferências, quitações e tomar outras providências de ordem orçamentária, financeira e patrimonial necessárias ao seu bom desempenho.

§ 2º Atribuições de autonomia universitária poderão ser estendidas a instituições que comprovem alta qualificação para o ensino ou para a pesquisa, com base em avaliação realizada pelo Poder Público.

Art. 55. Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas.

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes.

Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aulas. (Regulamento)

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

~~Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.~~

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

~~Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:~~

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. - O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado. (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no **caput** deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o **caput** serão definidos em regulamento.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

~~Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Regulamento)~~

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

TÍTULO VI

Dos Profissionais da Educação

~~Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos: (Regulamento)~~

~~I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;~~

~~II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.~~

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas; (Redação dada pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009)

~~Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.~~ (Regulamento)

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos

superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 6º O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação - CNE. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 7º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: (Regulamento)

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;

III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.

Parágrafo único. O notório saber, reconhecido por universidade com curso de doutorado em área afim, poderá suprir a exigência de título acadêmico.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 3º A União prestará assistência técnica aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na elaboração de concursos públicos para provimento de cargos dos profissionais da educação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

TÍTULO VII

Dos Recursos financeiros

Art. 68. Serão recursos públicos destinados à educação os originários de:

I - receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - receita de transferências constitucionais e outras transferências;

III - receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;

IV - receita de incentivos fiscais;

V - outros recursos previstos em lei.

Art. 69. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não será considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Serão consideradas excluídas das receitas de impostos mencionadas neste artigo as operações de crédito por antecipação de receita orçamentária de impostos.

§ 3º Para fixação inicial dos valores correspondentes aos mínimos estatuídos neste artigo, será considerada a receita estimada na lei do orçamento anual, ajustada, quando for o caso, por lei que autorizar a abertura de créditos adicionais, com base no eventual excesso de arrecadação.

§ 4º As diferenças entre a receita e a despesa previstas e as efetivamente realizadas, que resultem no não atendimento dos percentuais mínimos obrigatórios, serão apuradas e corrigidas a cada trimestre do exercício financeiro.

§ 5º O repasse dos valores referidos neste artigo do caixa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá imediatamente ao órgão responsável pela educação, observados os seguintes prazos:

I - recursos arrecadados do primeiro ao décimo dia de cada mês, até o vigésimo dia;

II - recursos arrecadados do décimo primeiro ao vigésimo dia de cada mês, até o trigésimo dia;

III - recursos arrecadados do vigésimo primeiro dia ao final de cada mês, até o décimo dia do mês subseqüente.

§ 6º O atraso da liberação sujeitará os recursos a correção monetária e à responsabilização civil e criminal das autoridades competentes.

Art. 70. Considerar-se-ão como de manutenção e desenvolvimento do ensino as despesas realizadas com vistas à consecução dos objetivos básicos das instituições educacionais de todos os níveis, compreendendo as que se destinam a:

I - remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação;

II - aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino;

III – uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino;

IV - levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas visando precipuamente ao aprimoramento da qualidade e à expansão do ensino;

V - realização de atividades-meio necessárias ao funcionamento dos sistemas de ensino;

VI - concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas;

VII - amortização e custeio de operações de crédito destinadas a atender ao disposto nos incisos deste artigo;

VIII - aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Art. 71. Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com:

I - pesquisa, quando não vinculada às instituições de ensino, ou, quando efetivada fora dos sistemas de ensino, que não vise, precipuamente, ao aprimoramento de sua qualidade ou à sua expansão;

II - subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, desportivo ou cultural;

III - formação de quadros especiais para a administração pública, sejam militares ou civis, inclusive diplomáticos;

IV - programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social;

V - obras de infra-estrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede escolar;

VI - pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 72. As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 73. Os órgãos fiscalizadores examinarão, prioritariamente, na prestação de contas de recursos públicos, o cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e na legislação concernente.

Art. 74. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno, capaz de assegurar ensino de qualidade.

Parágrafo único. O custo mínimo de que trata este artigo será calculado pela União ao final de cada ano, com validade para o ano subseqüente, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente freqüentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta Lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

Art. 76. A ação supletiva e redistributiva prevista no artigo anterior ficará condicionada ao efetivo cumprimento pelos Estados, Distrito Federal e Municípios do disposto nesta Lei, sem prejuízo de outras prescrições legais.

Art. 77. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto;

II - apliquem seus excedentes financeiros em educação;

III - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

IV - prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para a educação básica, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública de domicílio do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão da sua rede local.

§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

TÍTULO VIII

Das Disposições Gerais

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilingüe e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias.

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III - desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais. (Incluído pela Lei nº 12.416, de 2011)

Art. 79-A. (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'.(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. (Regulamento)

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. (Regulamento)

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

~~I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;~~

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; (Redação dada pela Lei nº 12.603, de 2012)

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Art. 81. É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei.

~~Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição.~~

~~Parágrafo único. O estágio realizado nas condições deste artigo não estabelecem vínculo empregatício, podendo o estagiário receber bolsa de estágio, estar segurado contra acidentes e ter a cobertura previdenciária prevista na legislação específica.~~ (Revogado pela Lei nº 11.788, de 2008)

Art. 82. Os sistemas de ensino estabelecerão as normas de realização de estágio em sua jurisdição, observada a lei federal sobre a matéria. (Redação dada pela Lei nº 11.788, de 2008)

Art. 83. O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

Art. 84. Os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.

Art. 85. Qualquer cidadão habilitado com a titulação própria poderá exigir a abertura de concurso público de provas e títulos para cargo de docente de instituição pública de ensino que estiver sendo ocupado por professor não concursado, por mais de seis anos, ressalvados os direitos assegurados pelos arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 86. As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica.

TÍTULO IX

Das Disposições Transitórias

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

~~§ 2º O Poder Público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para os grupos de sete a quatorze e de quinze a dezesseis anos de idade.~~

~~§ 2º O poder público deverá recensear os educandos no ensino fundamental, com especial atenção para o grupo de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos de idade e de 15 (quinze) a 16 (dezesseis) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)~~ (Revogado pela Lei nº 12.796, de 2013)

~~§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:~~

~~I - matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;~~

~~I — matricular todos os educandos a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental, atendidas as seguintes condições no âmbito de cada sistema de ensino: (Redação dada pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

~~a) plena observância das condições de oferta fixadas por esta Lei, no caso de todas as redes escolares; (Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

~~b) atingimento de taxa líquida de escolarização de pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) da faixa etária de sete a catorze anos, no caso das redes escolares públicas; e (Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

~~c) não redução média de recursos por aluno do ensino fundamental na respectiva rede pública, resultante da incorporação dos alunos de seis anos de idade; (Incluída pela Lei nº 11.114, de 2005)~~

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem: (Redação dada pela Lei nº 11.330, de 2006)

~~I matricular todos os educandos a partir dos 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;~~ ~~(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)~~ (Revogado pela lei nº 12.796, de 2013)

a) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

b) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

c) (Revogado) (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006)

II - prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar.

~~§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.~~ (Revogado pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 5º Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral.

§ 6º A assistência financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a dos Estados aos seus Municípios, ficam condicionadas ao cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e dispositivos legais pertinentes pelos governos beneficiados.

Art. 87-A. (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 88. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adaptarão sua legislação educacional e de ensino às disposições desta Lei no prazo máximo de um ano, a partir da data de sua publicação. (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º As instituições educacionais adaptarão seus estatutos e regimentos aos dispositivos desta Lei e às normas dos respectivos sistemas de ensino, nos prazos por estes estabelecidos.

§ 2º O prazo para que as universidades cumpram o disposto nos incisos II e III do art. 52 é de oito anos.

Art. 89. As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta Lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino.

Art. 90. As questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária.

Art. 91. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 92. Revogam-se as disposições das Leis nºs 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e 5.540, de 28 de novembro de 1968, não alteradas pelas Leis nºs 9.131, de 24 de novembro de

1995 e 9.192, de 21 de dezembro de 1995 e, ainda, as Leis nºs 5.692, de 11 de agosto de 1971 e 7.044, de 18 de outubro de 1982, e as demais leis e decretos-lei que as modificaram e quaisquer outras disposições em contrário.

Brasília, 20 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza

Este texto não substitui o publicado no DOU de 23.12.1996

LEI Nº 12.960, DE 27 DE MARÇO DE 2014.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 28. .....

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
José Henrique Paim Fernandes
Sergio Braune Solon de Pontes
Miguel Rossetto
Luiza Helena de Bairros

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.3.2014 e retificado em 31.3.2014

LEI Nº 13.010, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 18-A, 18-B e 70-A:

"Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

a) sofrimento físico; ou

b) lesão;

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

a) humilhe; ou

b) ameace gravemente; ou

c) ridicularize."

"Art. 18-B. Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às seguintes medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso:

I - encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família;

II - encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico;

III - encaminhamento a cursos ou programas de orientação;

IV - obrigação de encaminhar a criança a tratamento especializado;

V - advertência.

Parágrafo único. As medidas previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras providências legais."

"Art. 70-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações:

I - a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos;

II - a integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente;

IV - o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente;

V - a inclusão, nas políticas públicas, de ações que visem a garantir os direitos da criança e do adolescente, desde a atenção pré-natal, e de atividades junto aos pais e responsáveis com o objetivo de promover a informação, a reflexão, o debate e a orientação sobre alternativas ao uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante no processo educativo;

VI - a promoção de espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social e de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Parágrafo único. As famílias com crianças e adolescentes com deficiência terão prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção."

Art. 2º Os arts. 13 e 245 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

....." (NR)

"Art. 245. (VETADO)".

Art. 3º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

"Art. 26. .....

.....

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o **caput** deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de junho de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Ideli Salvatti
Luís Inácio Lucena Adams

Este texto não substitui o publicado no DOU de 27.6.2014 e retificado em 3.7.2014

LEI Nº 13.046, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes.

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 70-B. As entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas a que se refere o art. 71, dentre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes.

Parágrafo único. São igualmente responsáveis pela comunicação de que trata este artigo, as pessoas encarregadas, por razão de cargo, função, ofício, ministério, profissão ou ocupação, do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes, punível, na forma deste Estatuto, o injustificado retardamento ou omissão, culposos ou dolosos."

"Art. 94-A. As entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, ainda que em caráter temporário, devem ter, em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos."

"Art. 136. .....

.....

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de dezembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Ideli Salvatti

Este texto não substitui o publicado no DOU de 2.12.2014

LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

LIVRO I

PARTE GERAL

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará: (Vigência)

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação.

§ 2º O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

VI - adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

VII - elemento de urbanização: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

VIII - mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

IX - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

X - residências inclusivas: unidades de oferta do Serviço de Acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas) localizadas em áreas residenciais da comunidade, com estruturas adequadas, que possam contar com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades da pessoa acolhida, destinadas a jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não dispõem de condições de autossustentabilidade e com vínculos familiares fragilizados ou rompidos;

XI - moradia para a vida independente da pessoa com deficiência: moradia com estruturas adequadas capazes de proporcionar serviços de apoio coletivos e individualizados que respeitem e ampliem o grau de autonomia de jovens e adultos com deficiência;

XII - atendente pessoal: pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIII - profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas;

XIV - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

CAPÍTULO II

DA IGUALDADE E DA NÃO DISCRIMINAÇÃO

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais

de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Parágrafo único. Para os fins da proteção mencionada no **caput** deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

I - casar-se e constituir união estável;

II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;

III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;

IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;

V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e

VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Art. 7º É dever de todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou de violação aos direitos da pessoa com deficiência.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas funções, os juízes e os tribunais tiverem conhecimento de fatos que caracterizem as violações previstas nesta Lei, devem remeter peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Seção Única

Do Atendimento Prioritário

Art. 9º A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:

I - proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

II - atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público;

III - disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas;

IV - disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque;

V - acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;

VI - recebimento de restituição de imposto de renda;

VII - tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.

§ 1º Os direitos previstos neste artigo são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, exceto quanto ao disposto nos incisos VI e VII deste artigo.

§ 2º Nos serviços de emergência públicos e privados, a prioridade conferida por esta Lei é condicionada aos protocolos de atendimento médico.

TÍTULO II

DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DO DIREITO À VIDA

Art. 10. Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a vida.

Parágrafo único. Em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será considerada vulnerável, devendo o poder público adotar medidas para sua proteção e segurança.

Art. 11. A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.

Parágrafo único. O consentimento da pessoa com deficiência em situação de curatela poderá ser suprido, na forma da lei.

Art. 12. O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.

§ 1º Em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, deve ser assegurada sua participação, no maior grau possível, para a obtenção de consentimento.

§ 2º A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela deve ser realizada, em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência e desde que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados.

Art. 13. A pessoa com deficiência somente será atendida sem seu consentimento prévio, livre e esclarecido em casos de risco de morte e de emergência em saúde, resguardado seu superior interesse e adotadas as salvaguardas legais cabíveis.

CAPÍTULO II

DO DIREITO À HABILITAÇÃO E À REABILITAÇÃO

Art. 14. O processo de habilitação e de reabilitação é um direito da pessoa com deficiência.

Parágrafo único. O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

Art. 15. O processo mencionado no art. 14 desta Lei baseia-se em avaliação multidisciplinar das necessidades, habilidades e potencialidades de cada pessoa, observadas as seguintes diretrizes:

I - diagnóstico e intervenção precoces;

II - adoção de medidas para compensar perda ou limitação funcional, buscando o desenvolvimento de aptidões;

III - atuação permanente, integrada e articulada de políticas públicas que possibilitem a plena participação social da pessoa com deficiência;

IV - oferta de rede de serviços articulados, com atuação intersetorial, nos diferentes níveis de complexidade, para atender às necessidades específicas da pessoa com deficiência;

V - prestação de serviços próximo ao domicílio da pessoa com deficiência, inclusive na zona rural, respeitadas a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) nos territórios locais e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 16. Nos programas e serviços de habilitação e de reabilitação para a pessoa com deficiência, são garantidos:

I - organização, serviços, métodos, técnicas e recursos para atender às características de cada pessoa com deficiência;

II - acessibilidade em todos os ambientes e serviços;

III - tecnologia assistiva, tecnologia de reabilitação, materiais e equipamentos adequados e apoio técnico profissional, de acordo com as especificidades de cada pessoa com deficiência;

IV - capacitação continuada de todos os profissionais que participem dos programas e serviços.

Art. 17. Os serviços do SUS e do Suas deverão promover ações articuladas para garantir à pessoa com deficiência e sua família a aquisição de informações, orientações e formas de acesso às políticas públicas disponíveis, com a finalidade de propiciar sua plena participação social.

Parágrafo único. Os serviços de que trata o **caput** deste artigo podem fornecer informações e orientações nas áreas de saúde, de educação, de cultura, de esporte, de lazer, de transporte, de previdência social, de assistência social, de habitação, de trabalho, de empreendedorismo, de acesso ao crédito, de promoção, proteção e defesa de direitos e nas demais áreas que possibilitem à pessoa com deficiência exercer sua cidadania.

CAPÍTULO III

DO DIREITO À SAÚDE

Art. 18. É assegurada atenção integral à saúde da pessoa com deficiência em todos os níveis de complexidade, por intermédio do SUS, garantido acesso universal e igualitário.

§ 1º É assegurada a participação da pessoa com deficiência na elaboração das políticas de saúde a ela destinadas.

§ 2º É assegurado atendimento segundo normas éticas e técnicas, que regulamentarão a atuação dos profissionais de saúde e contemplarão aspectos relacionados aos direitos e às especificidades da pessoa com deficiência, incluindo temas como sua dignidade e autonomia.

§ 3º Aos profissionais que prestam assistência à pessoa com deficiência, especialmente em serviços de habilitação e de reabilitação, deve ser garantida capacitação inicial e continuada.

§ 4º As ações e os serviços de saúde pública destinados à pessoa com deficiência devem assegurar:

I - diagnóstico e intervenção precoces, realizados por equipe multidisciplinar;

II - serviços de habilitação e de reabilitação sempre que necessários, para qualquer tipo de deficiência, inclusive para a manutenção da melhor condição de saúde e qualidade de vida;

III - atendimento domiciliar multidisciplinar, tratamento ambulatorial e internação;

IV - campanhas de vacinação;

V - atendimento psicológico, inclusive para seus familiares e atendentes pessoais;

VI - respeito à especificidade, à identidade de gênero e à orientação sexual da pessoa com deficiência;

VII - atenção sexual e reprodutiva, incluindo o direito à fertilização assistida;

VIII - informação adequada e acessível à pessoa com deficiência e a seus familiares sobre sua condição de saúde;

IX - serviços projetados para prevenir a ocorrência e o desenvolvimento de deficiências e agravos adicionais;

X - promoção de estratégias de capacitação permanente das equipes que atuam no SUS, em todos os níveis de atenção, no atendimento à pessoa com deficiência, bem como orientação a seus atendentes pessoais;

XI - oferta de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção, medicamentos, insumos e fórmulas nutricionais, conforme as normas vigentes do Ministério da Saúde.

§ 5º As diretrizes deste artigo aplicam-se também às instituições privadas que participem de forma complementar do SUS ou que recebam recursos públicos para sua manutenção.

Art. 19. Compete ao SUS desenvolver ações destinadas à prevenção de deficiências por causas evitáveis, inclusive por meio de:

I - acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, com garantia de parto humanizado e seguro;

II - promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis, vigilância alimentar e nutricional, prevenção e cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição da mulher e da criança;

III - aprimoramento e expansão dos programas de imunização e de triagem neonatal;

IV - identificação e controle da gestante de alto risco.

Art. 20. As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.

Art. 21. Quando esgotados os meios de atenção à saúde da pessoa com deficiência no local de residência, será prestado atendimento fora de domicílio, para fins de diagnóstico e de tratamento, garantidos o transporte e a acomodação da pessoa com deficiência e de seu acompanhante.

Art. 22. À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral.

§ 1º Na impossibilidade de permanência do acompanhante ou do atendente pessoal junto à pessoa com deficiência, cabe ao profissional de saúde responsável pelo tratamento justificá-la por escrito.

§ 2º Na ocorrência da impossibilidade prevista no § 1º deste artigo, o órgão ou a instituição de saúde deve adotar as providências cabíveis para suprir a ausência do acompanhante ou do atendente pessoal.

Art. 23. São vedadas todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência, inclusive por meio de cobrança de valores diferenciados por planos e seguros privados de saúde, em razão de sua condição.

Art. 24. É assegurado à pessoa com deficiência o acesso aos serviços de saúde, tanto públicos como privados, e às informações prestadas e recebidas, por meio de recursos de tecnologia assistiva e de todas as formas de comunicação previstas no inciso V do art. 3º desta Lei.

Art. 25. Os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental.

Art. 26. Os casos de suspeita ou de confirmação de violência praticada contra a pessoa com deficiência serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial e ao Ministério Público, além dos Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se violência contra a pessoa com deficiência qualquer ação ou omissão, praticada em local público ou privado, que lhe cause morte ou dano ou sofrimento físico ou psicológico.

CAPÍTULO IV

DO DIREITO À EDUCAÇÃO

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do **caput** deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do **caput** deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; (Vigência)

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (Vigência)

Art. 29. (VETADO).

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI - adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII - tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

CAPÍTULO V

DO DIREITO À MORADIA

Art. 31. A pessoa com deficiência tem direito à moradia digna, no seio da família natural ou substituta, com seu cônjuge ou companheiro ou desacompanhada, ou em moradia para a vida independente da pessoa com deficiência, ou, ainda, em residência inclusiva.

§ 1º O poder público adotará programas e ações estratégicas para apoiar a criação e a manutenção de moradia para a vida independente da pessoa com deficiência.

§ 2º A proteção integral na modalidade de residência inclusiva será prestada no âmbito do Suas à pessoa com deficiência em situação de dependência que não disponha de condições de autossustentabilidade, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Art. 32. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

I - reserva de, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência;

II - (VETADO);

III - em caso de edificação multifamiliar, garantia de acessibilidade nas áreas de uso comum e nas unidades habitacionais no piso térreo e de acessibilidade ou de adaptação razoável nos demais pisos;

IV - disponibilização de equipamentos urbanos comunitários acessíveis;

V - elaboração de especificações técnicas no projeto que permitam a instalação de elevadores.

§ 1º O direito à prioridade, previsto no **caput** deste artigo, será reconhecido à pessoa com deficiência beneficiária apenas uma vez.

§ 2º Nos programas habitacionais públicos, os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família.

§ 3º Caso não haja pessoa com deficiência interessada nas unidades habitacionais reservadas por força do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, as unidades não utilizadas serão disponibilizadas às demais pessoas.

Art. 33. Ao poder público compete:

I - adotar as providências necessárias para o cumprimento do disposto nos arts. 31 e 32 desta Lei; e

II - divulgar, para os agentes interessados e beneficiários, a política habitacional prevista nas legislações federal, estaduais, distrital e municipais, com ênfase nos dispositivos sobre acessibilidade.

CAPÍTULO VI

DO DIREITO AO TRABALHO

Seção I

Disposições Gerais

Art. 34. A pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

§ 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza são obrigadas a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.

§ 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.

§ 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

§ 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.

§ 5º É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.

Art. 35. É finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho.

Parágrafo único. Os programas de estímulo ao empreendedorismo e ao trabalho autônomo, incluídos o cooperativismo e o associativismo, devem prever a participação da pessoa com deficiência e a disponibilização de linhas de crédito, quando necessárias.

Seção II

Da Habilitação Profissional e Reabilitação Profissional

Art. 36. O poder público deve implementar serviços e programas completos de habilitação profissional e de reabilitação profissional para que a pessoa com deficiência possa ingressar, continuar ou retornar ao campo do trabalho, respeitados sua livre escolha, sua vocação e seu interesse.

§ 1º Equipe multidisciplinar indicará, com base em critérios previstos no § 1º do art. 2º desta Lei, programa de habilitação ou de reabilitação que possibilite à pessoa com deficiência restaurar sua capacidade e habilidade profissional ou adquirir novas capacidades e habilidades de trabalho.

§ 2º A habilitação profissional corresponde ao processo destinado a propiciar à pessoa com deficiência aquisição de conhecimentos, habilidades e aptidões para exercício de profissão ou de ocupação, permitindo nível suficiente de desenvolvimento profissional para ingresso no campo de trabalho.

§ 3º Os serviços de habilitação profissional, de reabilitação profissional e de educação profissional devem ser dotados de recursos necessários para atender a toda pessoa com deficiência, independentemente de sua característica específica, a fim de que ela possa ser capacitada para trabalho que lhe seja adequado e ter perspectivas de obtê-lo, de conservá-lo e de nele progredir.

§ 4º Os serviços de habilitação profissional, de reabilitação profissional e de educação profissional deverão ser oferecidos em ambientes acessíveis e inclusivos.

§ 5º A habilitação profissional e a reabilitação profissional devem ocorrer articuladas com as redes públicas e privadas, especialmente de saúde, de ensino e de assistência social, em todos os níveis e modalidades, em entidades de formação profissional ou diretamente com o empregador.

§ 6º A habilitação profissional pode ocorrer em empresas por meio de prévia formalização do contrato de emprego da pessoa com deficiência, que será considerada para o cumprimento da reserva de vagas prevista em lei, desde que por tempo determinado e concomitante com a inclusão profissional na empresa, observado o disposto em regulamento.

§ 7º A habilitação profissional e a reabilitação profissional atenderão à pessoa com deficiência.

Seção III

Da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho

Art. 37. Constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A colocação competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, observadas as seguintes diretrizes:

I - prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com maior dificuldade de inserção no campo de trabalho;

II - provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva, de agente facilitador e de apoio no ambiente de trabalho;

III - respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada;

IV - oferta de aconselhamento e de apoio aos empregadores, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais;

V - realização de avaliações periódicas;

VI - articulação intersetorial das políticas públicas;

VII - possibilidade de participação de organizações da sociedade civil.

Art. 38. A entidade contratada para a realização de processo seletivo público ou privado para cargo, função ou emprego está obrigada à observância do disposto nesta Lei e em outras normas de acessibilidade vigentes.

CAPÍTULO VII

DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 39. Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social.

§ 1º A assistência social à pessoa com deficiência, nos termos do **caput** deste artigo, deve envolver conjunto articulado de serviços do âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, ofertados pelo Suas, para a garantia de seguranças fundamentais no enfrentamento de situações de vulnerabilidade e de risco, por fragilização de vínculos e ameaça ou violação de direitos.

§ 2º Os serviços socioassistenciais destinados à pessoa com deficiência em situação de dependência deverão contar com cuidadores sociais para prestar-lhe cuidados básicos e instrumentais.

Art. 40. É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

CAPÍTULO VIII

DO DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL

Art. 41. A pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tem direito à aposentadoria nos termos da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013.

CAPÍTULO IX

DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE, AO TURISMO E AO LAZER

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I - a bens culturais em formato acessível;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

§ 1º É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

§ 2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo:

I - incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

II - assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e

III - assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 44. Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento.

§ 1º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

§ 2º No caso de não haver comprovada procura pelos assentos reservados, esses podem, excepcionalmente, ser ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenham mobilidade reduzida, observado o disposto em regulamento.

§ 3º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, 1 (um) acompanhante da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, resguardado o direito de se acomodar proximamente a grupo familiar e comunitário.

§ 4º Nos locais referidos no **caput** deste artigo, deve haver, obrigatoriamente, rotas de fuga e saídas de emergência acessíveis, conforme padrões das normas de acessibilidade, a fim de permitir a saída segura da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em caso de emergência.

§ 5º Todos os espaços das edificações previstas no **caput** deste artigo devem atender às normas de acessibilidade em vigor.

§ 6º As salas de cinema devem oferecer, em todas as sessões, recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência. (Vigência)

§ 7º O valor do ingresso da pessoa com deficiência não poderá ser superior ao valor cobrado das demais pessoas.

Art. 45. Os hotéis, pousadas e similares devem ser construídos observando-se os princípios do desenho universal, além de adotar todos os meios de acessibilidade, conforme legislação em vigor. (Vigência)

§ 1º Os estabelecimentos já existentes deverão disponibilizar, pelo menos, 10% (dez por cento) de seus dormitórios acessíveis, garantida, no mínimo, 1 (uma) unidade acessível.

§ 2º Os dormitórios mencionados no § 1º deste artigo deverão ser localizados em rotas acessíveis.

CAPÍTULO X

DO DIREITO AO TRANSPORTE E À MOBILIDADE

Art. 46. O direito ao transporte e à mobilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida será assegurado em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, por meio de identificação e de eliminação de todos os obstáculos e barreiras ao seu acesso.

§ 1º Para fins de acessibilidade aos serviços de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, em todas as jurisdições, consideram-se como integrantes desses serviços os veículos, os terminais, as estações, os pontos de parada, o sistema viário e a prestação do serviço.

§ 2º São sujeitas ao cumprimento das disposições desta Lei, sempre que houver interação com a matéria nela regulada, a outorga, a concessão, a permissão, a autorização, a renovação ou a habilitação de linhas e de serviços de transporte coletivo.

§ 3º Para colocação do símbolo internacional de acesso nos veículos, as empresas de transporte coletivo de passageiros dependem da certificação de acessibilidade emitida pelo gestor público responsável pela prestação do serviço.

Art. 47. Em todas as áreas de estacionamento aberto ao público, de uso público ou privado de uso coletivo e em vias públicas, devem ser reservadas vagas próximas aos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, desde que devidamente identificados.

§ 1º As vagas a que se refere o **caput** deste artigo devem equivaler a 2% (dois por cento) do total, garantida, no mínimo, 1 (uma) vaga devidamente sinalizada e com as especificações de desenho e traçado de acordo com as normas técnicas vigentes de acessibilidade.

§ 2º Os veículos estacionados nas vagas reservadas devem exibir, em local de ampla visibilidade, a credencial de beneficiário, a ser confeccionada e fornecida pelos órgãos de trânsito, que disciplinarão suas características e condições de uso.

§ 3º A utilização indevida das vagas de que trata este artigo sujeita os infratores às sanções previstas no inciso XVII do art. 181 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

§ 4º A credencial a que se refere o § 2º deste artigo é vinculada à pessoa com deficiência que possui comprometimento de mobilidade e é válida em todo o território nacional.

Art. 48. Os veículos de transporte coletivo terrestre, aquaviário e aéreo, as instalações, as estações, os portos e os terminais em operação no País devem ser acessíveis, de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas.

§ 1º Os veículos e as estruturas de que trata o **caput** deste artigo devem dispor de sistema de comunicação acessível que disponibilize informações sobre todos os pontos do itinerário.

§ 2º São asseguradas à pessoa com deficiência prioridade e segurança nos procedimentos de embarque e de desembarque nos veículos de transporte coletivo, de acordo com as normas técnicas.

§ 3º Para colocação do símbolo internacional de acesso nos veículos, as empresas de transporte coletivo de passageiros dependem da certificação de acessibilidade emitida pelo gestor público responsável pela prestação do serviço.

Art. 49. As empresas de transporte de fretamento e de turismo, na renovação de suas frotas, são obrigadas ao cumprimento do disposto nos arts. 46 e 48 desta Lei. (Vigência)

Art. 50. O poder público incentivará a fabricação de veículos acessíveis e a sua utilização como táxis e **vans**, de forma a garantir o seu uso por todas as pessoas.

Art. 51. As frotas de empresas de táxi devem reservar 10% (dez por cento) de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência.

§ 1º É proibida a cobrança diferenciada de tarifas ou de valores adicionais pelo serviço de táxi prestado à pessoa com deficiência.

§ 2º O poder público é autorizado a instituir incentivos fiscais com vistas a possibilitar a acessibilidade dos veículos a que se refere o **caput** deste artigo.

Art. 52. As locadoras de veículos são obrigadas a oferecer 1 (um) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota.

Parágrafo único. O veículo adaptado deverá ter, no mínimo, câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de embreagem.

TÍTULO III

DA ACESSIBILIDADE

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social.

Art. 54. São sujeitas ao cumprimento das disposições desta Lei e de outras normas relativas à acessibilidade, sempre que houver interação com a matéria nela regulada:

I - a aprovação de projeto arquitetônico e urbanístico ou de comunicação e informação, a fabricação de veículos de transporte coletivo, a prestação do respectivo serviço e a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva;

II - a outorga ou a renovação de concessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer natureza;

III - a aprovação de financiamento de projeto com utilização de recursos públicos, por meio de renúncia ou de incentivo fiscal, contrato, convênio ou instrumento congênere; e

IV - a concessão de aval da União para obtenção de empréstimo e de financiamento internacionais por entes públicos ou privados.

Art. 55. A concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação, inclusive de sistemas e tecnologias da informação e comunicação, e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referência as normas de acessibilidade.

§ 1º O desenho universal será sempre tomado como regra de caráter geral.

§ 2º Nas hipóteses em que comprovadamente o desenho universal não possa ser empreendido, deve ser adotada adaptação razoável.

§ 3º Caberá ao poder público promover a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior e na formação das carreiras de Estado.

§ 4º Os programas, os projetos e as linhas de pesquisa a serem desenvolvidos com o apoio de organismos públicos de auxílio à pesquisa e de agências de fomento deverão incluir temas voltados para o desenho universal.

§ 5º Desde a etapa de concepção, as políticas públicas deverão considerar a adoção do desenho universal.

Art. 56. A construção, a reforma, a ampliação ou a mudança de uso de edificações abertas ao público, de uso público ou privadas de uso coletivo deverão ser executadas de modo a serem acessíveis.

§ 1º As entidades de fiscalização profissional das atividades de Engenharia, de Arquitetura e correlatas, ao anotarem a responsabilidade técnica de projetos, devem exigir a responsabilidade profissional declarada de atendimento às regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas pertinentes.

§ 2º Para a aprovação, o licenciamento ou a emissão de certificado de projeto executivo arquitetônico, urbanístico e de instalações e equipamentos temporários ou permanentes e para o licenciamento ou a emissão de certificado de conclusão de obra ou de serviço, deve ser atestado o atendimento às regras de acessibilidade.

§ 3º O poder público, após certificar a acessibilidade de edificação ou de serviço, determinará a colocação, em espaços ou em locais de ampla visibilidade, do símbolo internacional de acesso, na forma prevista em legislação e em normas técnicas correlatas.

Art. 57. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes.

Art. 58. O projeto e a construção de edificação de uso privado multifamiliar devem atender aos preceitos de acessibilidade, na forma regulamentar.

§ 1º As construtoras e incorporadoras responsáveis pelo projeto e pela construção das edificações a que se refere o **caput** deste artigo devem assegurar percentual mínimo de suas unidades internamente acessíveis, na forma regulamentar.

§ 2º É vedada a cobrança de valores adicionais para a aquisição de unidades internamente acessíveis a que se refere o § 1º deste artigo.

Art. 59. Em qualquer intervenção nas vias e nos espaços públicos, o poder público e as empresas concessionárias responsáveis pela execução das obras e dos serviços devem garantir, de forma segura, a fluidez do trânsito e a livre circulação e acessibilidade das pessoas, durante e após sua execução.

Art. 60. Orientam-se, no que couber, pelas regras de acessibilidade previstas em legislação e em normas técnicas, observado o disposto na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012:

I - os planos diretores municipais, os planos diretores de transporte e trânsito, os planos de mobilidade urbana e os planos de preservação de sítios históricos elaborados ou atualizados a partir da publicação desta Lei;

II - os códigos de obras, os códigos de postura, as leis de uso e ocupação do solo e as leis do sistema viário;

III - os estudos prévios de impacto de vizinhança;

IV - as atividades de fiscalização e a imposição de sanções; e

V - a legislação referente à prevenção contra incêndio e pânico.

§ 1º A concessão e a renovação de alvará de funcionamento para qualquer atividade são condicionadas à observação e à certificação das regras de acessibilidade.

§ 2º A emissão de carta de habite-se ou de habilitação equivalente e sua renovação, quando esta tiver sido emitida anteriormente às exigências de acessibilidade, é condicionada à observação e à certificação das regras de acessibilidade.

Art. 61. A formulação, a implementação e a manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas:

I - eleição de prioridades, elaboração de cronograma e reserva de recursos para implementação das ações; e

II - planejamento contínuo e articulado entre os setores envolvidos.

Art. 62. É assegurado à pessoa com deficiência, mediante solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.

CAPÍTULO II

DO ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

§ 1º Os sítios devem conter símbolo de acessibilidade em destaque.

§ 2º Telecentros comunitários que receberem recursos públicos federais para seu custeio ou sua instalação e **lan houses** devem possuir equipamentos e instalações acessíveis.

§ 3º Os telecentros e as **lan houses** de que trata o § 2º deste artigo devem garantir, no mínimo, 10% (dez por cento) de seus computadores com recursos de acessibilidade para pessoa com deficiência visual, sendo assegurado pelo menos 1 (um) equipamento, quando o resultado percentual for inferior a 1 (um).

Art. 64. A acessibilidade nos sítios da internet de que trata o art. 63 desta Lei deve ser observada para obtenção do financiamento de que trata o inciso III do art. 54 desta Lei.

Art. 65. As empresas prestadoras de serviços de telecomunicações deverão garantir pleno acesso à pessoa com deficiência, conforme regulamentação específica.

Art. 66. Cabe ao poder público incentivar a oferta de aparelhos de telefonia fixa e móvel celular com acessibilidade que, entre outras tecnologias assistivas, possuam possibilidade de indicação e de ampliação sonoras de todas as operações e funções disponíveis.

Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

I - subtitulação por meio de legenda oculta;

II - janela com intérprete da Libras;

III - audiodescrição.

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

§ 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofertem sua produção também em formatos acessíveis.

§ 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por **softwares** leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.

Art. 69. O poder público deve assegurar a disponibilidade de informações corretas e claras sobre os diferentes produtos e serviços ofertados, por quaisquer meios de comunicação empregados, inclusive em ambiente virtual, contendo a especificação correta de quantidade, qualidade, características, composição e preço, bem como sobre os eventuais riscos à saúde e à segurança do consumidor com deficiência, em caso de sua utilização, aplicando-se, no que couber, os arts. 30 a 41 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 1º Os canais de comercialização virtual e os anúncios publicitários veiculados na imprensa escrita, na internet, no rádio, na televisão e nos demais veículos de comunicação abertos ou por assinatura devem disponibilizar, conforme a compatibilidade do meio, os recursos de acessibilidade de que trata o art. 67 desta Lei, a expensas do fornecedor do produto ou do serviço, sem prejuízo da observância do disposto nos arts. 36 a 38 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 2º Os fornecedores devem disponibilizar, mediante solicitação, exemplares de bulas, prospectos, textos ou qualquer outro tipo de material de divulgação em formato acessível.

Art. 70. As instituições promotoras de congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural devem oferecer à pessoa com deficiência, no mínimo, os recursos de tecnologia assistiva previstos no art. 67 desta Lei.

Art. 71. Os congressos, os seminários, as oficinas e os demais eventos de natureza científico-cultural promovidos ou financiados pelo poder público devem garantir as condições de acessibilidade e os recursos de tecnologia assistiva.

Art. 72. Os programas, as linhas de pesquisa e os projetos a serem desenvolvidos com o apoio de agências de financiamento e de órgãos e entidades integrantes da administração pública que atuem no auxílio à pesquisa devem contemplar temas voltados à tecnologia assistiva.

Art. 73. Caberá ao poder público, diretamente ou em parceria com organizações da sociedade civil, promover a capacitação de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais habilitados em Braille, audiodescrição, estenotipia e legendagem.

CAPÍTULO III

DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

Art. 74. É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida.

Art. 75. O poder público desenvolverá plano específico de medidas, a ser renovado em cada período de 4 (quatro) anos, com a finalidade de:

I - facilitar o acesso a crédito especializado, inclusive com oferta de linhas de crédito subsidiadas, específicas para aquisição de tecnologia assistiva;

II - agilizar, simplificar e priorizar procedimentos de importação de tecnologia assistiva, especialmente as questões atinentes a procedimentos alfandegários e sanitários;

III - criar mecanismos de fomento à pesquisa e à produção nacional de tecnologia assistiva, inclusive por meio de concessão de linhas de crédito subsidiado e de parcerias com institutos de pesquisa oficiais;

IV - eliminar ou reduzir a tributação da cadeia produtiva e de importação de tecnologia assistiva;

V - facilitar e agilizar o processo de inclusão de novos recursos de tecnologia assistiva no rol de produtos distribuídos no âmbito do SUS e por outros órgãos governamentais.

Parágrafo único. Para fazer cumprir o disposto neste artigo, os procedimentos constantes do plano específico de medidas deverão ser avaliados, pelo menos, a cada 2 (dois) anos.

CAPÍTULO IV

DO DIREITO À PARTICIPAÇÃO NA VIDA PÚBLICA E POLÍTICA

Art. 76. O poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º À pessoa com deficiência será assegurado o direito de votar e de ser votada, inclusive por meio das seguintes ações:

I - garantia de que os procedimentos, as instalações, os materiais e os equipamentos para votação sejam apropriados, acessíveis a todas as pessoas e de fácil compreensão e uso, sendo vedada a instalação de seções eleitorais exclusivas para a pessoa com deficiência;

II - incentivo à pessoa com deficiência a candidatar-se e a desempenhar quaisquer funções públicas em todos os níveis de governo, inclusive por meio do uso de novas tecnologias assistivas, quando apropriado;

III - garantia de que os pronunciamentos oficiais, a propaganda eleitoral obrigatória e os debates transmitidos pelas emissoras de televisão possuam, pelo menos, os recursos elencados no art. 67 desta Lei;

IV - garantia do livre exercício do direito ao voto e, para tanto, sempre que necessário e a seu pedido, permissão para que a pessoa com deficiência seja auxiliada na votação por pessoa de sua escolha.

§ 2º O poder público promoverá a participação da pessoa com deficiência, inclusive quando institucionalizada, na condução das questões públicas, sem discriminação e em igualdade de oportunidades, observado o seguinte:

I - participação em organizações não governamentais relacionadas à vida pública e à política do País e em atividades e administração de partidos políticos;

II - formação de organizações para representar a pessoa com deficiência em todos os níveis;

III - participação da pessoa com deficiência em organizações que a representem.

TÍTULO IV

DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 77. O poder público deve fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a inovação e a capacitação tecnológicas, voltados à melhoria da qualidade de vida e ao trabalho da pessoa com deficiência e sua inclusão social.

§ 1º O fomento pelo poder público deve priorizar a geração de conhecimentos e técnicas que visem à prevenção e ao tratamento de deficiências e ao desenvolvimento de tecnologias assistiva e social.

§ 2º A acessibilidade e as tecnologias assistiva e social devem ser fomentadas mediante a criação de cursos de pós-graduação, a formação de recursos humanos e a inclusão do tema nas diretrizes de áreas do conhecimento.

§ 3º Deve ser fomentada a capacitação tecnológica de instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de tecnologias assistiva e social que sejam voltadas para melhoria da funcionalidade e da participação social da pessoa com deficiência.

§ 4º As medidas previstas neste artigo devem ser reavaliadas periodicamente pelo poder público, com vistas ao seu aperfeiçoamento.

Art. 78. Devem ser estimulados a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a difusão de tecnologias voltadas para ampliar o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias da informação e comunicação e às tecnologias sociais.

Parágrafo único. Serão estimulados, em especial:

I - o emprego de tecnologias da informação e comunicação como instrumento de superação de limitações funcionais e de barreiras à comunicação, à informação, à educação e ao entretenimento da pessoa com deficiência;

II - a adoção de soluções e a difusão de normas que visem a ampliar a acessibilidade da pessoa com deficiência à computação e aos sítios da internet, em especial aos serviços de governo eletrônico.

LIVRO II

PARTE ESPECIAL

TÍTULO I

DO ACESSO À JUSTIÇA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 79. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva.

§ 1º A fim de garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve capacitar os membros e os servidores que atuam no Poder Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário quanto aos direitos da pessoa com deficiência.

§ 2º Devem ser assegurados à pessoa com deficiência submetida a medida restritiva de liberdade todos os direitos e garantias a que fazem jus os apenados sem deficiência, garantida a acessibilidade.

§ 3º A Defensoria Pública e o Ministério Público tomarão as medidas necessárias à garantia dos direitos previstos nesta Lei.

Art. 80. Devem ser oferecidos todos os recursos de tecnologia assistiva disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, sempre que figure em um dos polos da ação ou atue como testemunha, partícipe da lide posta em juízo, advogado, defensor público, magistrado ou membro do Ministério Público.

Parágrafo único. A pessoa com deficiência tem garantido o acesso ao conteúdo de todos os atos processuais de seu interesse, inclusive no exercício da advocacia.

Art. 81. Os direitos da pessoa com deficiência serão garantidos por ocasião da aplicação de sanções penais.

Art. 82. (VETADO).

Art. 83. Os serviços notariais e de registro não podem negar ou criar óbices ou condições diferenciadas à prestação de seus serviços em razão de deficiência do solicitante, devendo reconhecer sua capacidade legal plena, garantida a acessibilidade.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto no **caput** deste artigo constitui discriminação em razão de deficiência.

CAPÍTULO II

DO RECONHECIMENTO IGUAL PERANTE A LEI

Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei.

§ 2º É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.

§ 3º A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.

§ 4º Os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano.

Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

§ 1º A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

§ 2º A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado.

§ 3º No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado.

Art. 86. Para emissão de documentos oficiais, não será exigida a situação de curatela da pessoa com deficiência.

Art. 87. Em casos de relevância e urgência e a fim de proteger os interesses da pessoa com deficiência em situação de curatela, será lícito ao juiz, ouvido o Ministério Público, de oficio ou a requerimento do interessado, nomear, desde logo, curador provisório, o qual estará sujeito, no que couber, às disposições do Código de Processo Civil.

TÍTULO II

DOS CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 88. Praticar, induzir ou incitar discriminação de pessoa em razão de sua deficiência:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se a vítima encontrar-se sob cuidado e responsabilidade do agente.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no **caput** deste artigo é cometido por intermédio de meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

I - recolhimento ou busca e apreensão dos exemplares do material discriminatório;

II - interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na internet.

§ 4º Na hipótese do § 2º deste artigo, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido.

Art. 89. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão, benefícios, remuneração ou qualquer outro rendimento de pessoa com deficiência:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se o crime é cometido:

I - por tutor, curador, síndico, liquidatário, inventariante, testamenteiro ou depositário judicial; ou

II - por aquele que se apropriou em razão de ofício ou de profissão.

Art. 90. Abandonar pessoa com deficiência em hospitais, casas de saúde, entidades de abrigamento ou congêneres:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem não prover as necessidades básicas de pessoa com deficiência quando obrigado por lei ou mandado.

Art. 91. Reter ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico ou documento de pessoa com deficiência destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões ou remuneração ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena em 1/3 (um terço) se o crime é cometido por tutor ou curador.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 92. É criado o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência, bem como das barreiras que impedem a realização de seus direitos.

§ 1º O Cadastro-Inclusão será administrado pelo Poder Executivo federal e constituído por base de dados, instrumentos, procedimentos e sistemas eletrônicos.

§ 2º Os dados constituintes do Cadastro-Inclusão serão obtidos pela integração dos sistemas de informação e da base de dados de todas as políticas públicas relacionadas aos direitos da pessoa com deficiência, bem como por informações coletadas, inclusive em censos nacionais e nas demais pesquisas realizadas no País, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.

§ 3º Para coleta, transmissão e sistematização de dados, é facultada a celebração de convênios, acordos, termos de parceria ou contratos com instituições públicas e privadas, observados os requisitos e procedimentos previstos em legislação específica.

§ 4º Para assegurar a confidencialidade, a privacidade e as liberdades fundamentais da pessoa com deficiência e os princípios éticos que regem a utilização de informações, devem ser observadas as salvaguardas estabelecidas em lei.

§ 5º Os dados do Cadastro-Inclusão somente poderão ser utilizados para as seguintes finalidades:

I - formulação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas públicas para a pessoa com deficiência e para identificar as barreiras que impedem a realização de seus direitos;

II - realização de estudos e pesquisas.

§ 6º As informações a que se refere este artigo devem ser disseminadas em formatos acessíveis.

Art. 93. Na realização de inspeções e de auditorias pelos órgãos de controle interno e externo, deve ser observado o cumprimento da legislação relativa à pessoa com deficiência e das normas de acessibilidade vigentes.

Art. 94. Terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei, a pessoa com deficiência moderada ou grave que:

I - receba o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS;

II - tenha recebido, nos últimos 5 (cinco) anos, o benefício de prestação continuada previsto no art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e que exerça atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS.

Art. 95. É vedado exigir o comparecimento de pessoa com deficiência perante os órgãos públicos quando seu deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade, imponha-lhe ônus desproporcional e indevido, hipótese na qual serão observados os seguintes procedimentos:

I - quando for de interesse do poder público, o agente promoverá o contato necessário com a pessoa com deficiência em sua residência;

II - quando for de interesse da pessoa com deficiência, ela apresentará solicitação de atendimento domiciliar ou fará representar-se por procurador constituído para essa finalidade.

Parágrafo único. É assegurado à pessoa com deficiência atendimento domiciliar pela perícia médica e social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo serviço público de saúde ou pelo serviço privado de saúde, contratado ou conveniado, que integre o SUS e pelas entidades da rede socioassistencial integrantes do Suas, quando seu deslocamento, em razão de sua limitação funcional e de condições de acessibilidade, imponha-lhe ônus desproporcional e indevido.

Art. 96. O § 6º-A do art. 135 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 135. .....

.....

§ 6º-A. Os Tribunais Regionais Eleitorais deverão, a cada eleição, expedir instruções aos Juízes Eleitorais para orientá-los na escolha dos locais de votação, de maneira a garantir acessibilidade para o eleitor com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive em seu entorno e nos sistemas de transporte que lhe dão acesso.

.....” (NR)

Art. 97. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 428. .....

.....

§ 6º Para os fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz com deficiência deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas com a profissionalização.

.....

§ 8º Para o aprendiz com deficiência com 18 (dezoito) anos ou mais, a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na CTPS e matrícula e frequência em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.” (NR)

“Art. 433. .....

.....

I - desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz, salvo para o aprendiz com deficiência quando desprovido de recursos de acessibilidade, de tecnologias assistivas e de apoio necessário ao desempenho de suas atividades;

.....” (NR)

Art. 98. A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º As medidas judiciais destinadas à proteção de interesses coletivos, difusos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis da pessoa com deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela União, pelos Estados, pelos Municípios, pelo Distrito Federal, por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, por autarquia, por empresa pública e por fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção dos interesses e a promoção de direitos da pessoa com deficiência.

.....” (NR)

“Art. 8º Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa:

I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência;

II - obstar inscrição em concurso público ou acesso de alguém a qualquer cargo ou emprego público, em razão de sua deficiência;

III - negar ou obstar emprego, trabalho ou promoção à pessoa em razão de sua deficiência;

IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial à pessoa com deficiência;

V - deixar de cumprir, retardar ou frustrar execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta Lei;

VI - recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil pública objeto desta Lei, quando requisitados.

§ 1º Se o crime for praticado contra pessoa com deficiência menor de 18 (dezoito) anos, a pena é agravada em 1/3 (um terço).

§ 2º A pena pela adoção deliberada de critérios subjetivos para indeferimento de inscrição, de aprovação e de cumprimento de estágio probatório em concursos públicos não exclui a responsabilidade patrimonial pessoal do administrador público pelos danos causados.

§ 3º Incorre nas mesmas penas quem impede ou dificulta o ingresso de pessoa com deficiência em planos privados de assistência à saúde, inclusive com cobrança de valores diferenciados.

§ 4º Se o crime for praticado em atendimento de urgência e emergência, a pena é agravada em 1/3 (um terço).” (NR)

Art. 99. O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVIII:

“Art. 20. .....

.....

XVIII - quando o trabalhador com deficiência, por prescrição, necessite adquirir órtese ou prótese para promoção de acessibilidade e de inclusão social.

.....” (NR)

Art. 100. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º .....

.....

Parágrafo único. A informação de que trata o inciso III do caput deste artigo deve ser acessível à pessoa com deficiência, observado o disposto em regulamento.” (NR)

“Art. 43. .....

.....

§ 6º Todas as informações de que trata o caput deste artigo devem ser disponibilizadas em formatos acessíveis, inclusive para a pessoa com deficiência, mediante solicitação do consumidor.” (NR)

Art. 101. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16. .....

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

.....

III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

....." (NR)

"Art. 77. .....

.....

§ 2º .....

.....

II - para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, pela emancipação ou ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave;

.....

§ 4º (VETADO).

....." (NR)

"Art. 93. (VETADO):

I - (VETADO);

II - (VETADO);

III - (VETADO);

IV - (VETADO);

V - (VETADO).

§ 1º A dispensa de pessoa com deficiência ou de beneficiário reabilitado da Previdência Social ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias e a dispensa imotivada em contrato por prazo indeterminado somente poderão ocorrer após a contratação de outro trabalhador com deficiência ou beneficiário reabilitado da Previdência Social.

§ 2º Ao Ministério do Trabalho e Emprego incumbe estabelecer a sistemática de fiscalização, bem como gerar dados e estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por pessoas com deficiência e por beneficiários reabilitados da Previdência Social, fornecendo-os, quando solicitados, aos sindicatos, às entidades representativas dos empregados ou aos cidadãos interessados.

§ 3º Para a reserva de cargos será considerada somente a contratação direta de pessoa com deficiência, excluído o aprendiz com deficiência de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 4º (VETADO)." (NR)

"Art. 110-A. No ato de requerimento de benefícios operacionalizados pelo INSS, não será exigida apresentação de termo de curatela de titular ou de beneficiário com deficiência, observados os procedimentos a serem estabelecidos em regulamento."

Art. 102. O art. 2º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

"Art. 2º .....

.....

§ 3º Os incentivos criados por esta Lei somente serão concedidos a projetos culturais que forem disponibilizados, sempre que tecnicamente possível, também em formato acessível à pessoa com deficiência, observado o disposto em regulamento." (NR)

Art. 103. O art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

"Art. 11. .....

.....

IX - deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação." (NR)

Art. 104. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

.....

V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

.....

§ 5º Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras; e

II - bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

....." (NR)

"Art. 66-A. As empresas enquadradas no inciso V do § 2º e no inciso II do § 5º do art. 3º desta Lei deverão cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação.

Parágrafo único. Cabe à administração fiscalizar o cumprimento dos requisitos de acessibilidade nos serviços e nos ambientes de trabalho."

Art. 105. O art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 20. .....

§ 2º Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

.....

§ 9º Os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem não serão computados para os fins de cálculo da renda familiar **per capita** a que se refere o § 3º deste artigo.

.....

§ 11. Para concessão do benefício de que trata o **caput** deste artigo, poderão ser utilizados outros elementos probatórios da condição de miserabilidade do grupo familiar e da situação de vulnerabilidade, conforme regulamento." (NR)

Art. 106. (VETADO).

Art. 107. A Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolescente previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal." (NR)

"Art. 3º Sem prejuízo do prescrito no art. 2º desta Lei e nos dispositivos legais que tipificam os crimes resultantes de preconceito de etnia, raça, cor ou deficiência, as infrações ao disposto nesta Lei são passíveis das seguintes cominações:

....." (NR)

"Art. 4º .....

I - a reintegração com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros legais;

....." (NR)

Art. 108. O art. 35 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"Art. 35. .....

.....

§ 5º Sem prejuízo do disposto no inciso IX do parágrafo único do art. 3º da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, a pessoa com deficiência, ou o contribuinte que tenha dependente nessa condição, tem preferência na restituição referida no inciso III do art. 4º e na alínea "c" do inciso II do art. 8º." (NR)

Art. 109. A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por

unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.” (NR)

“Art. 86-A. As vagas de estacionamento regulamentado de que trata o inciso XVII do art. 181 desta Lei deverão ser sinalizadas com as respectivas placas indicativas de destinação e com placas informando os dados sobre a infração por estacionamento indevido.”

“Art. 147-A. Ao candidato com deficiência auditiva é assegurada acessibilidade de comunicação, mediante emprego de tecnologias assistivas ou de ajudas técnicas em todas as etapas do processo de habilitação.

§ 1º O material didático audiovisual utilizado em aulas teóricas dos cursos que precedem os exames previstos no art. 147 desta Lei deve ser acessível, por meio de subtitulação com legenda oculta associada à tradução simultânea em Libras.

§ 2º É assegurado também ao candidato com deficiência auditiva requerer, no ato de sua inscrição, os serviços de intérprete da Libras, para acompanhamento em aulas práticas e teóricas.”

“Art. 154. (VETADO).”

“Art. 181. .....

.....

XVII - .....

Infração - grave;

.....” (NR)

Art. 110. O inciso VI e o § 1º do art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. .....

VI - 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se esse valor do montante destinado aos prêmios;

.....

§ 1º Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do **caput**, 62,96% (sessenta e dois inteiros e noventa e seis centésimos por cento) serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e 37,04% (trinta e sete inteiros e quatro centésimos por cento) ao Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União.

.....” (NR)

Art. 111. O art. 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.” (NR)

Art. 112. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

III - pessoa com deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

IV - pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso;

V - acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal;

VI - elemento de urbanização: quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico;

VII - mobiliário urbano: conjunto de objetos existentes nas vias e nos espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos de urbanização ou de edificação, de forma que sua modificação ou seu traslado não provoque alterações substanciais nesses elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, terminais e pontos de acesso coletivo às telecomunicações, fontes de água, lixeiras, toldos, marquises, bancos, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga;

VIII - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IX - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios

de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

X - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva.” (NR)

“Art. 3º O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. O passeio público, elemento obrigatório de urbanização e parte da via pública, normalmente segregado e em nível diferente, destina-se somente à circulação de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano e de vegetação.” (NR)

“Art. 9º .....

Parágrafo único. Os semáforos para pedestres instalados em vias públicas de grande circulação, ou que deem acesso aos serviços de reabilitação, devem obrigatoriamente estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro suave para orientação do pedestre.” (NR)

“Art. 10-A. A instalação de qualquer mobiliário urbano em área de circulação comum para pedestre que ofereça risco de acidente à pessoa com deficiência deverá ser indicada mediante sinalização tátil de alerta no piso, de acordo com as normas técnicas pertinentes.”

“Art. 12-A. Os centros comerciais e os estabelecimentos congêneres devem fornecer carros e cadeiras de rodas, motorizados ou não, para o atendimento da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.”

Art. 113. A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º .....

.....

III - promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos, do mobiliário urbano e dos demais espaços de uso público;

IV - instituir diretrizes para desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico, transporte e mobilidade urbana, que incluam regras de acessibilidade aos locais de uso público;

.....” (NR)

“Art. 41. .....

.....

§ 3º As cidades de que trata o **caput** deste artigo devem elaborar plano de rotas acessíveis, compatível com o plano diretor no qual está inserido, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, inclusive as que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre

outros, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros.” (NR)

Art. 114. A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.

I - (Revogado);

II - (Revogado);

III - (Revogado).” (NR)

“Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

.....

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

.....

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.” (NR)

“Art. 228. .....

.....

II - (Revogado);

III - (Revogado);

.....

§ 1º .....

§ 2º A pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas, sendo-lhe assegurados todos os recursos de tecnologia assistiva.” (NR)

“Art. 1.518. Até a celebração do casamento podem os pais ou tutores revogar a autorização.” (NR)

“Art. 1.548. .....

I - (Revogado);

.....” (NR)

“Art. 1.550. .....

.....

§ 1º .....

§ 2º A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbia poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador.” (NR)

“Art. 1.557. .....

III - a ignorância, anterior ao casamento, de defeito físico irremediável que não caracterize deficiência ou de moléstia grave e transmissível, por contágio ou por herança, capaz de pôr em risco a saúde do outro cônjuge ou de sua descendência;

IV - (Revogado).” (NR)

“Art. 1.767. .....

I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

II - (Revogado);

III - os ébrios habituais e os viciados em tóxico;

IV - (Revogado);

.....” (NR)

“Art. 1.768. O processo que define os termos da curatela deve ser promovido:

.....

IV - pela própria pessoa.” (NR)

“Art. 1.769. O Ministério Público somente promoverá o processo que define os termos da curatela:

I - nos casos de deficiência mental ou intelectual;

.....

III - se, existindo, forem menores ou incapazes as pessoas mencionadas no inciso II.” (NR)

“Art. 1.771. Antes de se pronunciar acerca dos termos da curatela, o juiz, que deverá ser assistido por equipe multidisciplinar, entrevistará pessoalmente o interditando.” (NR)

“Art. 1.772. O juiz determinará, segundo as potencialidades da pessoa, os limites da curatela, circunscritos às restrições constantes do art. 1.782, e indicará curador.

Parágrafo único. Para a escolha do curador, o juiz levará em conta a vontade e as preferências do interditando, a ausência de conflito de interesses e de influência indevida, a proporcionalidade e a adequação às circunstâncias da pessoa.” (NR)

“Art. 1.775-A. Na nomeação de curador para a pessoa com deficiência, o juiz poderá estabelecer curatela compartilhada a mais de uma pessoa.”

“Art. 1.777. As pessoas referidas no inciso I do art. 1.767 receberão todo o apoio necessário para ter preservado o direito à convivência familiar e comunitária, sendo evitado o seu recolhimento em estabelecimento que os afaste desse convívio.” (NR)

Art. 115. O Título IV do Livro IV da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar com a seguinte redação:

“TÍTULO IV

Da Tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão Apoiada”

Art. 116. O Título IV do Livro IV da Parte Especial da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo III:

"CAPÍTULO III

Da Tomada de Decisão Apoiada

Art. 1.783-A. A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade.

§ 1º Para formular pedido de tomada de decisão apoiada, a pessoa com deficiência e os apoiadores devem apresentar termo em que constem os limites do apoio a ser oferecido e os compromissos dos apoiadores, inclusive o prazo de vigência do acordo e o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa que devem apoiar.

§ 2º O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no **caput** deste artigo.

§ 3º Antes de se pronunciar sobre o pedido de tomada de decisão apoiada, o juiz, assistido por equipe multidisciplinar, após oitiva do Ministério Público, ouvirá pessoalmente o requerente e as pessoas que lhe prestarão apoio.

§ 4º A decisão tomada por pessoa apoiada terá validade e efeitos sobre terceiros, sem restrições, desde que esteja inserida nos limites do apoio acordado.

§ 5º Terceiro com quem a pessoa apoiada mantenha relação negocial pode solicitar que os apoiadores contra-assinem o contrato ou acordo, especificando, por escrito, sua função em relação ao apoiado.

§ 6º Em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, havendo divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores, deverá o juiz, ouvido o Ministério Público, decidir sobre a questão.

§ 7º Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas, poderá a pessoa apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público ou ao juiz.

§ 8º Se procedente a denúncia, o juiz destituirá o apoiador e nomeará, ouvida a pessoa apoiada e se for de seu interesse, outra pessoa para prestação de apoio.

§ 9º A pessoa apoiada pode, a qualquer tempo, solicitar o término de acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada.

§ 10. O apoiador pode solicitar ao juiz a exclusão de sua participação do processo de tomada de decisão apoiada, sendo seu desligamento condicionado à manifestação do juiz sobre a matéria.

§ 11. Aplicam-se à tomada de decisão apoiada, no que couber, as disposições referentes à prestação de contas na curatela."

Art. 117. O art. 1º da Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º É assegurado à pessoa com deficiência visual acompanhada de cão-guia o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todos os meios de transporte e em estabelecimentos abertos ao público, de uso público e privados de uso coletivo, desde que observadas as condições impostas por esta Lei.

.....

§ 2º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se a todas as modalidades e jurisdições do serviço de transporte coletivo de passageiros, inclusive em esfera internacional com origem no território brasileiro.” (NR)

Art. 118. O inciso IV do art. 46 da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea “k”:

“Art. 46. .....

.....

IV - .....

.....

k) de acessibilidade a todas as pessoas.

.....” (NR)

Art. 119. A Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-B:

“Art. 12-B. Na outorga de exploração de serviço de táxi, reservar-se-ão 10% (dez por cento) das vagas para condutores com deficiência.

§ 1º Para concorrer às vagas reservadas na forma do **caput** deste artigo, o condutor com deficiência deverá observar os seguintes requisitos quanto ao veículo utilizado:

I - ser de sua propriedade e por ele conduzido; e

II - estar adaptado às suas necessidades, nos termos da legislação vigente.

§ 2º No caso de não preenchimento das vagas na forma estabelecida no **caput** deste artigo, as remanescentes devem ser disponibilizadas para os demais concorrentes.”

Art. 120. Cabe aos órgãos competentes, em cada esfera de governo, a elaboração de relatórios circunstanciados sobre o cumprimento dos prazos estabelecidos por força das Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, bem como o seu encaminhamento ao Ministério Público e aos órgãos de regulação para adoção das providências cabíveis.

Parágrafo único. Os relatórios a que se refere o **caput** deste artigo deverão ser apresentados no prazo de 1 (um) ano a contar da entrada em vigor desta Lei.

Art. 121. Os direitos, os prazos e as obrigações previstos nesta Lei não excluem os já estabelecidos em outras legislações, inclusive em pactos, tratados, convenções e declarações internacionais aprovados e promulgados pelo Congresso Nacional, e devem ser aplicados em conformidade com as demais normas internas e acordos internacionais vinculantes sobre a matéria.

Parágrafo único. Prevalecerá a norma mais benéfica à pessoa com deficiência.

Art. 122. Regulamento disporá sobre a adequação do disposto nesta Lei ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte, previsto no § 3º do art. 1º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 123. Revogam-se os seguintes dispositivos: (Vigência)

I - o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995;

II - os incisos I, II e III do art. 3º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

III - os incisos II e III do art. 228 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

IV - o inciso I do art. 1.548 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

V - o inciso IV do art. 1.557 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

VI - os incisos II e IV do art. 1.767 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

VII - os arts. 1.776 e 1.780 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Art. 124. O § 1º do art. 2º desta Lei deverá entrar em vigor em até 2 (dois) anos, contados da entrada em vigor desta Lei.

Art. 125. Devem ser observados os prazos a seguir discriminados, a partir da entrada em vigor desta Lei, para o cumprimento dos seguintes dispositivos:

I - incisos I e II do § 2º do art. 28, 48 (quarenta e oito) meses;

II - § 6º do art. 44, 48 (quarenta e oito) meses;

III - art. 45, 24 (vinte e quatro) meses;

IV - art. 49, 48 (quarenta e oito) meses.

Art. 126. Prorroga-se até 31 de dezembro de 2021 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

Art. 127. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial**.**

Brasília, 6 de julho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEF
Marivaldo de Castro Pereira
Joaquim Vieira Ferreira Levy
Renato Janine Ribeiro
Armando Monteiro
Nelson Barbosa
Gilberto Kassab
Luis Inácio Lucena Adams
Gilberto José Spier Vargas
Guilherme Afif Domingos

Este texto não substitui o publicado no DOU de 7.7.2015

LEI Nº 13.163, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015.

Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (VETADO).

Art. 2º A Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização.

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária.

§ 2º Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos.

§ 3º A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas."

"Art. 21-A. O censo penitenciário deverá apurar:

I - o nível de escolaridade dos presos e das presas;

II - a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos;

III - a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de presos e presas atendidos;

IV - a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo;

V - outros dados relevantes para o aprimoramento educacional de presos e presas."

Art 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de setembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Tarcísio José Massote de Godoy
Renato Janine Ribeiro
Nelson Barbosa

Este texto não substitui o publicado no DOU de 10.9.2015

LEI Nº 13.168, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015.

Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47. .....

§ 1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições, e a publicação deve ser feita, sendo as 3 (três) primeiras formas concomitantemente:

I - em página específica na internet no sítio eletrônico oficial da instituição de ensino superior, obedecido o seguinte:

a) toda publicação a que se refere esta Lei deve ter como título "Grade e Corpo Docente";

b) a página principal da instituição de ensino superior, bem como a página da oferta de seus cursos aos ingressantes sob a forma de vestibulares, processo seletivo e outras com a mesma finalidade, deve conter a ligação desta com a página específica prevista neste inciso;

c) caso a instituição de ensino superior não possua sítio eletrônico, deve criar página específica para divulgação das informações de que trata esta Lei;

d) a página específica deve conter a data completa de sua última atualização;

II - em toda propaganda eletrônica da instituição de ensino superior, por meio de ligação para a página referida no inciso I;

III - em local visível da instituição de ensino superior e de fácil acesso ao público;

IV - deve ser atualizada semestralmente ou anualmente, de acordo com a duração das disciplinas de cada curso oferecido, observando o seguinte:

a) caso o curso mantenha disciplinas com duração diferenciada, a publicação deve ser semestral;

b) a publicação deve ser feita até 1 (um) mês antes do início das aulas;

c) caso haja mudança na grade do curso ou no corpo docente até o início das aulas, os alunos devem ser comunicados sobre as alterações;

V - deve conter as seguintes informações:

a) a lista de todos os cursos oferecidos pela instituição de ensino superior;

b) a lista das disciplinas que compõem a grade curricular de cada curso e as respectivas cargas horárias;

c) a identificação dos docentes que ministrarão as aulas em cada curso, as disciplinas que efetivamente ministrará naquele curso ou cursos, sua titulação, abrangendo a qualificação profissional do docente e o tempo de casa do docente, de forma total, contínua ou intermitente.

....." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
José Eduardo Cardozo
Aloízio Mercadante

Este texto não substitui o publicado no DOU de 7.10.2015

LEI Nº 13.174, DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.

Insere inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

"Art. 43. .....

.....

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de outubro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Aloizio Mercadante

Este texto não substitui o publicado no DOU de 22.10.2015

LEI Nº 13.185, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015.

*Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**).*

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (**Bullying**) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (**bullying**) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas.

§ 2º O Programa instituído no **caput** poderá fundamentar as ações do Ministério da Educação e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, bem como de outros órgãos, aos quais a matéria diz respeito.

Art. 2º Caracteriza-se a intimidação sistemática (**bullying**) quando há violência física ou psicológica em atos de intimidação, humilhação ou discriminação e, ainda:

I - ataques físicos;

II - insultos pessoais;

III - comentários sistemáticos e apelidos pejorativos;

IV - ameaças por quaisquer meios;

V - grafites depreciativos;

VI - expressões preconceituosas;

VII - isolamento social consciente e premeditado;

VIII - pilhérias.

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (**cyberbullying**), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Art. 3º A intimidação sistemática (**bullying**) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como:

I - verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente;

II - moral: difamar, caluniar, disseminar rumores;

III - sexual: assediar, induzir e/ou abusar;

IV - social: ignorar, isolar e excluir;

V - psicológica: perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;

VI - físico: socar, chutar, bater;

VII - material: furtar, roubar, destruir pertences de outrem;

VIII - virtual: depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.

Art. 4º Constituem objetivos do Programa referido no **caput** do art. 1º:

I - prevenir e combater a prática da intimidação sistemática (**bullying**) em toda a sociedade;

II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema;

III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação;

IV - instituir práticas de conduta e orientação de pais, familiares e responsáveis diante da identificação de vítimas e agressores;

V - dar assistência psicológica, social e jurídica às vítimas e aos agressores;

VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo;

VII - promover a cidadania, a capacidade empática e o respeito a terceiros, nos marcos de uma cultura de paz e tolerância mútua;

VIII - evitar, tanto quanto possível, a punição dos agressores, privilegiando mecanismos e instrumentos alternativos que promovam a efetiva responsabilização e a mudança de comportamento hostil;

IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (**bullying**), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar.

Art. 5º É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (**bullying**).

Art. 6º Serão produzidos e publicados relatórios bimestrais das ocorrências de intimidação sistemática (**bullying**) nos Estados e Municípios para planejamento das ações.

Art. 7º Os entes federados poderão firmar convênios e estabelecer parcerias para a implementação e a correta execução dos objetivos e diretrizes do Programa instituído por esta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias da data de sua publicação oficial.

Brasília, 6 de novembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Luiz Cláudio Costa
Nilma Lino Gomes

Este texto não substitui o publicado no DOU de 9.11.2015

LEI Nº 13.234, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação.

Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

.....

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação;

....." (NR)

"Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado.

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no **caput** deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o **caput** serão definidos em regulamento."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de dezembro de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

DILMA ROUSSEFF
Luiz Cláudio Costa

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.12.2015

2 – ATOS DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

2.1 - Pareceres

Parecer CNE/CEB nº 4/2013*

Consulta sobre a legitimidade e competência para não autorizar a oferta de exames de Educação de Jovens e Adultos (EJA) por escolas privadas.

Em atendimento à consulta formulada pelo Conselho Estadual de Educação do Amapá sobre a legitimidade e competência para não autorizar a oferta de exames de Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelas escolas privadas, deixando essa oferta por parte do Poder Público, apresentamos o seguinte Parecer.

O art. 205 da Constituição estabelece que a educação é dever do Estado. No entanto, no cumprimento desse dever, o Estado pode contar com a colaboração da família e da iniciativa privada. Por essas razões, o art. 209 da Constituição estabeleceu que o ensino é livre à iniciativa privada, mediante o cumprimento das normas gerais da educação, autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

> *Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (...)*
> *Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;*
> *II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.*

Como se observa, a Constituição faculta a atuação privada no campo do ensino. Essa atuação, entretanto, deve ser autorizada e avaliada pelo Poder Público, de modo que este, no procedimento de autorização, possa direcionar a atuação privada para o interesse público, com o objetivo de que essa atuação contribua para os objetivos da República, insertos no art. 3º da Constituição Federal. Se autorizada a atuação privada no campo do ensino e o Poder Público, por meio da avaliação, constatar que o foco foi desviado, ou seja, que a direção da atuação privada tenha se afastado do interesse público, cabe a ele (Poder Público) adotar medidas para corrigir essa atuação ou até mesmo, caso não seja corrigida, cassar a autorização anteriormente concedida. E isso é missão constitucional do Poder Público que não pode tolerar ensino de má qualidade e desfocado do interesse público.

Para explicitar o comando constitucional, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que tem base no art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, estabeleceu um regime de repartição de atribuições e competências.

Nessa linha, a LDB, nos arts. 8º, 9º, 10 e 11, fixou a incumbência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em matéria de educação.

> *Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.*
> *Art. 9º A União incumbir-se-á de: (...)*
> *Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:*

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31.7.2003)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de: (...)

O mesmo diploma, nos arts. 16, 17 e 18, estabeleceu a abrangência dos sistemas de ensino.

Art. 16. O sistema federal de ensino compreende: (...)

Art. 17. Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente. Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os sistemas municipais de ensino compreendem: (...)

Das disposições transcritas podemos extrair que os Estados estão incumbidos de "organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino"; "autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de Educação Superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino"; "baixar normas complementares para o seu sistema de ensino"; "assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem".

A Educação de Jovens e Adultos já é regulamentada na LDB pelos arts. 37 e 38:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

a) 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

b) 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

c) 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741/2008)

d)Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

d) 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Podemos extrair, ainda, que o sistema estadual compreende as instituições de Ensino Fundamental e de Ensino Médio criadas e mantidas pelo Poder Público (inciso I, art. 17, da LDB) e pela iniciativa privada (inciso III do mesmo artigo), tanto na educação regularmente oferecida na idade própria, quanto na Educação de Jovens e Adultos.

A situação concreta ponderada em face desse contexto normativo permite a conclusão de que as instituições privadas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio estão abrangidas pela competência regulatória dos sistemas estaduais de ensino, que por seus órgãos deverão autorizar, avaliar e supervisionar essas instituições.

Permite, também, concluir que os sistemas possuem, no seu campo de atuação, competência normativa e, ainda, que no exercício dessa competência, podem baixar normas complementares (inciso V do art. 10 da LDB), normas estas que, justificadamente, podem estabelecer a oferta exclusiva de EJA em estabelecimentos oficiais.

Não se trata, neste caso, de nenhuma violação ao art. 209 da Constituição Federal, que fala em atividades de ensino. O ensino permanece livre à iniciativa privada, mediante o cumprimento das normas de educação, autorização e avaliação pelo Poder Público. No caso, apenas exames supletivos, segundo a disciplina do sistema de ensino, serão ofertados por estabelecimentos oficiais, ou seja, esta modalidade de exame supletivo será atendida exclusivamente pelo Estado, não sendo, assim, necessária a atuação privada. A iniciativa privada pode atuar no campo do ensino de EJA. Essa autorização deve ser supervisionada pelo Poder Público, segundo o interesse público social.

II – VOTO DA RELATORA

Considerando a análise realizada, somos de parecer que a oferta de exames supletivos de EJA não é atribuição da iniciativa privada e, portanto, os Conselhos Estaduais de Educação podem indeferir o pedido de autorização, tendo competência para não autorizar às escolas privadas a realização de exames supletivos.

Brasília, (DF), 13 de março de 2013.

Conselheira Malvina Tânia Tuttman – Relatora

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica aprova por unanimidade o voto da

Relatora. Sala das Sessões, em 13 de março de 2013.

Conselheiro Raimundo Moacir Mendes Feitosa – Presidente

Conselheira Maria Izabel Azevedo Noronha – Vice-Presidente

* Publicado no D.O.U. de 11/11/2013, Seção 1, Pág. 27.

Parecer CNE/CEB nº 11/2013*

Atualização da Tabela de Equivalência do Protocolo de Reconhecimento de Títulos e Estudos no Nível da Educação Básica (Ensino Atualização da Tabela de Equivalência do Protocolo de Reconhecimento de Títulos e Estudos no Nível da Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) não Técnico. Fundamental e Ensino Médio) não Técnico.

I – RELATÓRIO

O senhor Leonardo Kazuo dos Santos Serikawa, Coordenador de Américas – Multilateral, da Assessoria Internacional do MEC, por e-mail de 1º de novembro de 2013, enviou os resultados da última reunião da Comissão Técnica Regional (CTR – Protocolo), do MERCOSUL Educacional, realizada na Venezuela, nos dias 23 e 24 de setembro do corrente ano, a qual aprovou uma proposta de documento prevendo a alteração da atual Tabela de Equivalência do Protocolo de Reconhecimento de Títulos e Estudos no Nível da Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) não Técnico, incluindo os programas educacionais na etapa da pré-escola e os programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os países membros se comprometeram a preencher e encaminhar a nova Tabela, com as informações exigidas, em regime de urgência, para que a mesma tenha condições de ser apreciada na próxima Reunião de Ministros da Educação, prevista para ser realizada ainda no corrente mês.

A ata da XXIV Reunião da Comissão Técnica Regional de Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio não Técnico registra uma exortação para que todos os países membros e associados do MERCOSUL providenciem as devidas adaptações na atual Tabela de Equivalência, em função dos respectivos sistemas educativos, em um prazo não superior a trinta dias, em função da urgência de apresentação dos seus resultados na próxima reunião de Ministros de Educação, para apreciação e aprovação da nova Tabela de Equivalência, a qual deverá incluir os programas de Educação Infantil, devidamente discriminados, bem como as informações sobre Educação de Jovens e Adultos, em tabela complementar.

A atual Tabela de Equivalência em questão encontra-se devidamente aprovada pelo Conselho de Ministros de Educação do MERCOSUL e também foi aprovada pelo Parecer CNE/CEB nº 23/2005, homologado em 16 de fevereiro de 2006. A tabela em questão, posteriormente, incorporou as alterações introduzidas na atual Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pelas Leis nº 11.114/2005 e nº 11.274/2006, as quais regulamentaram a implantação do Ensino Fundamental de nove anos, no Brasil, em substituição ao antigo regime de oito anos, o qual ainda está sendo executado, em regime de transição, até o ano de 2015. Essa situação forçou a manutenção de uma dupla entrada na atual Tabela de Equivalência, na parte referente ao Brasil. A partir de 2016, nos termos da Emenda Constitucional nº 59/2009 e da Lei nº 12.796/2013, que introduziu novas alterações na redação da Lei nº 9.394/96 (LDB), esses preceitos constitucionais e legais estarão plenamente implantados, superando, assim, as orientações ditadas por esta Câmara para o período de transição.

Essa normatização para implantação do Ensino Fundamental de nove anos no Brasil, totalizando, assim, doze anos de escolaridade básica, a partir dos seis anos de idade, equipara o Brasil aos demais países membros e associados do MERCOSUL. Assim, a alteração legal e normativa possibilita que a equivalência de estudos e títulos, no âmbito da Educação Básica,

possa ser plenamente analisada e aplicada de acordo com as linhas horizontais da referida Tabela de Equivalência, superando os problemas referentes à circulação de alunos brasileiros em países membros e associados do MERCOSUL, ocorridos durante o período no qual o Ensino Fundamental no Brasil era de oito anos, totalizando apenas onze anos de escolaridade básica.

Com as modificações promovidas pela Emenda Constitucional nº 59/2009, que alterou a redação do art. 208 da Constituição Federal, bem como com a nova redação dada à Lei nº 9.394/96 (LDB) pela Lei nº 12.796/2013, de acordo as alterações propostas pela CTR do MERCOSUL Educacional, reunida em Caracas, na Venezuela, na XXIV Reunião da Comissão Técnica Regional de Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio não Técnico, a nova Tabela de Equivalência do Protocolo de Reconhecimento de Títulos e Estudos no Nível da Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) não Técnico, passa a ter a seguinte apresentação em relação ao Brasil:

AÑOS	ARGENTINA			BRASIL		PARAGUAY		URUGUAY	BOLIVIA		CHILE	COLOMBIA	ECUADOR	PERÚ	VENEZUELA	
	Ley Federal de Educación Nº 24195	Ley Nacional de Educación Nº 26206		Ley Nº 9394/96	Ley Nº 9394/96 Modif. por Leyes Nº 11114/05 y 11274/06	Ley Gral. De Educ. Nº 1264/98		Ley de Educ. Nº 15739/85	Ley de Ref. Educ. Nº 1565/95	Ley Nº 070	Ley Nº 20.370/09					Ley Org. de Ed. Gaceta Of. Extraordinario Nº 5929
		6 y 6 años	7 y 5 años	E.F. - 8 Años	E.F.- 9 años											6 y 5 años
18																
17	3º año Polimodal	6º año de Ed. Sec.	5º año de Ed. Sec.	3º Medio	3º Medio	3º Educ. Media	6º Bach.	6º C. Bach.	4º Enseñanza Sec.	6º Enseñanza Sec.	4º de Ens. Media		3º Ed. Media (Bach. Divers.)			
16	2º año Polimodal	5º año de Ed. Sec.	4º año de Ed. Sec.	2º Medio	2º Medio	2º Educ. Media	5º Bach.	5º C. Bach.	3º Enseñanza Sec.	5º Enseñanza Sec.	3º de Ens. Media	11º de Ed. Media	2º Ed. Media (Bach. Divers.)	5º grado de Ed. Secundaria	2º año de la Ed. Media Diversificada y Profesional	5º Año de Ed. Media Gral.
15	1º año Polimodal	4º año de Ed. Sec.	3º año de Ed. Sec.	1º Medio	1º Medio	1º Educ. Media	4º Bach.	4º C. Bach.	2º Enseñanza Sec.	4º Enseñanza Sec.	2º de Enseñanza Media	10º de Ed. Media	1º Ed. Media (Bach. Divers.)	4º grado de Ed. Secundaria	1º año de la Ed. Media Diversificada y Profesional	4º Año de Ed. Media Gral.

14	9º año EGB 3	3º año de Ed. Sec.	2º año de Ed. Sec.		9º Ens. Fund.	9º E.E.B.	3º Ciclo Básico	3º C. Básico	1º Enseñanza Sec.	3º Enseñanza Sec.	1º de Enseñanza Media	9º de Ed. Básica Secundaria	10º Educación Básica	3º grado de Ed. Secundaria	9º grado de la Tercera Etapa de Ed. Básica	3º Año de Ed. Media Gral.
13	8º año EGB 3	2º año de Ed. Sec.	1º año de Ed. Sec.	8º Ens. Fund. (14 años)	8º Ens. Fund.	8º E.E.B.	2º Ciclo Básico	2º C. Básico	8º Enseñanza Primaria	2º Enseñanza Sec.	8º de Enseñanza Básica	8º de Ed. Básica Secundaria	9º Educación Básica	2º grado de Ed. Secundaria	8º grado de la Tercera Etapa de Ed. Básica	2º Año de Ed. Media Gral.
12	7º año EGB 3	1º año de Ed. Sec.	7º grado Ed. Prim.	7º Ens. Fund. (13 años)	7º Ens. Fund.	7º E.E.B.	1º Ciclo Básico	1º C. Básico	7º Enseñanza Primaria	1º Enseñanza Sec.	7º de Enseñanza Básica	7º de Ed. Básica Secundaria	8º Educación Básica	1º grado de Ed. Secundaria	7º grado de la Tercera Etapa de Ed. Básica	1º Año de Ed. Media Gral.
11	6º año EGB 2	6º grado Ed. Prim.	6º grado Ed. Prim.	6º Ens. Fund. (12 años)	6º Ens. Fund.	6º E.E.B.	6º Primario	6º Primario	6º Enseñanza Primaria	6º Educación Primaria	6º de Enseñanza Básica	6º de Ed. Básica Secundaria	7º Educación Básica	6º grado de Ed. Primaria	6º grado de la Segunda Etapa de Ed. Básica	6º grado Ed. Primaria
10	5º año EGB 2	5º grado Ed. Prim.	5º grado Ed. Prim.	5º Ens. Fund. (11 años)	5º Ens. Fund.	5º E.E.B.	5º Primario	5º Primario	5º Enseñanza Primaria	5º Educación Primaria	5º de Enseñanza Básica	5º de Ed. Básica Primaria	6º Primario Básico	5º grado de Ed. Primaria	5º grado de la Segunda Etapa de Ed. Básica	5º grado Ed. Primaria
9	4º año EGB 2	4º grado Ed. Prim.	4º grado Ed. Prim.	4º Ens. Fund. (10 años)	4º Ens. Fund.	4º E.E.B.	4º Primario	4º Primario	4º Enseñanza Primaria	4º Educación Primaria	4º de Enseñanza Básica	4º de Ed. Básica Primaria	5º Primario Básico	4º grado de Ed. Primaria	4º grado de la Segunda Etapa de Ed. Básica	4º grado Ed. Primaria
8	3º año EGB 1	3º grado Ed. Prim.	3º grado Ed. Prim.	3º Ens. Fund. (9 años)	3º Ens. Fund.	3º E.E.B.	3º Primario	3º Primario	3º Enseñanza Primaria	3º Educación Primaria	3º de Enseñanza Básica	3º de Ed. Básica Primaria	4º Primario Básico	3º grado de Ed. Primaria	3º grado de la Primera Etapa de Ed. Básica	3º grado Ed. Primaria

7	2º año EGB 1	2º grado Ed. Prim.	2º grado Ed. Prim.	2º Ens. Fund. (8 años)	2º Ens. Fund.	2º E.E.B.	2º Primario	2º Primario	2º Enseñanza Primaria	2º Educación Primaria	2º de Enseñanza Básica	2º de Ed. Básica Primaria	3º Primario Básico	2º grado de Ed. Primaria	2º grado de la Primera Etapa de Ed. Básica	2º grado Ed. Primaria
6	1º año EGB 1	1º grado Ed. Prim.	1º grado Ed. Prim.	1º Ens. Fund. (7 años)	1º Ens. Fund.	1º E.E.B.	1º Primario	1º Primario	1º Enseñanza Primaria	1º Educación Primaria	1º de Enseñanza Básica	1º de Ed. Básica Primaria	2º Primario Básico	1º grado de Ed. Primaria	1º grado de la Primera Etapa de Ed. Básica	1º grado Ed. Primaria
5				Educação Infantil	2º ano da Pré-Escola (Lei nº 12.796/2013)											
4				Educação Infantil	1º ano da Pré-Escola (Lei nº 12.796/2013)											

Para melhor entendimento da questão por parte dos participantes da CTR do MERCOSUL Educacional, proponho o encaminhamento, em anexo, dos seguintes documentos normativos:

1. Parecer CNE/CEB nº 20/2009, que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil;
2. Resolução CNE/CEB nº 5/2009, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;
3. Parecer CNE/CEB nº 11/2010, que trata das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental de nove anos;
4. Resolução CNE/CEB nº 7/2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos;
5. Parecer CNE/CEB nº 6/2010, que trata das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos;
6. Resolução CNE/CEB nº 3/2010, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

- **– VOTO DO RELATOR**

À vista do exposto, nos termos deste Parecer, toma-se conhecimento das negociações levadas a efeito no âmbito do MERCOSUL Educacional, na XXIV Reunião da Comissão Técnica Regional de Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio não Técnico, realizada nos dias 23 e 24 de setembro do corrente ano, em Caracas, na Venezuela, quanto à Tabela de Equivalência do Protocolo de Reconhecimento de Títulos e Estudos no Nível da Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) não Técnico, em anexo, incluindo na referida Tabela de Equivalência a Educação Infantil, na etapa da pré-escola, aos quatro e aos cinco anos de idade.

Encaminhem-se, em anexo, os Pareceres CNE/CEB nº 20/2009 e nº 11/2010, bem como as Resoluções nº 5/2009 e nº 7/2010, que definem, respectivamente, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental de nove anos.

Encaminhem-se, em anexo, também, com o objetivo de complementar a tabela referente à Educação de Jovens e Adultos, o Parecer CNE/CEB nº 6/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 3/2010, que definem Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

Brasília (DF), 6 de novembro de 2013.

Conselheiro Francisco Aparecido Cordão – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica aprova por unanimidade o voto do Relator. Sala das Sessões, em 6 de novembro,3 de 2013.

Conselheiro Raimundo Moacir Mendes Feitosa – Presidente

Conselheira Maria Izabel Azevedo Noronha – Vice-Presidente

* Publicado no D.O.U. de 31/12/2014, Seção 1, Pág. 85.

Parecer CNE/CEB nº 8/2014

Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e reexame do Parecer CNE/CEB nº 2/2014, contendo orientações quanto à oferta de cursos técnicos em caráter experimental.

A Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (DPE/SETEC/MEC) encaminhou a esta Câmara de Educação Básica duas Notas Técnicas distintas e complementares entre si, objeto dos Processos nºs 23000.020841/2013-61 e 23000.021097/2013-12, com o objetivo de subsidiar a definição de Parecer e Resolução disciplinando a oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental e prorrogando o prazo para sua implantação.

De acordo com dispositivos deste Conselho Nacional de Educação, o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT) é o documento que sistematiza e organiza a oferta de cursos técnicos no país, contendo as orientações básicas para a organização dessa oferta e para a implantação dos cursos técnicos de nível médio, com destaque para a nomenclatura dos cursos e as respectivas cargas horárias mínimas.

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos foi criado pela Portaria MEC nº 870/2008, com base na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, fundamentada no Parecer CNE/CEB nº 11/2008. Segundo as normas orientadoras da implantação do CNCT, os cursos técnicos de nível médio que não constam do Catálogo ainda podem receber, por parte dos órgãos próprios dos respectivos sistemas de ensino, a devida autorização de funcionamento em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Em relação à matéria, a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, estabelece, no § 2º do art. 19, que *são permitidos cursos experimentais, não constantes do Catálogo, aprovados pelo órgão próprio de cada sistema de ensino, os quais serão submetidos anualmente à Comissão Executiva de Avaliação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CONAC) ou similar, para validação ou não, com prazo máximo de validade de 3 (três) anos, contados da data de autorização dos mesmos*.

Por sua vez, especificamente em relação aos cursos já aprovados pelos sistemas de ensino e colocados em funcionamento em caráter experimental até o final do ano de 2013, a Resolução CNE/CEB nº 4/2012, ao dispor sobre a alteração da Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 3/2012, dispõe, em seu art. 4º, que *até o dia 31 de dezembro de 2013, a Comissão Executiva de Avaliação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CONAC), sob a coordenação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) deverá, conclusivamente, adotar uma das seguintes providências em relação aos cursos técnicos de nível médio implantados em caráter experimental, nos termos do art. 81 da LDB, devidamente autorizados como tais pelos órgãos próprios dos respectivos sistemas de ensino:*

I - manter os cursos que foram aprovados para terem sua oferta em caráter experimental durante mais um tempo determinado, devidamente justificado, ainda em regime experimental;

II - ou incluir os cursos em questão no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, devendo as instituições e sistemas de ensino promover as devidas adequações;

III - ou recomendar a extinção dos referidos cursos, garantindo o direito adquirido pelos seus alunos de concluírem os cursos como foram iniciados.

Atualmente, conforme informou a SETEC/MEC, está incluído no CNCT um total de 220 cursos, sendo que o número de cursos experimentais registrados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) já ultrapassa a casa dos 600 cursos, o que reforça a necessidade de se estabelecer claramente novos mecanismos de regulação para conceder autorizações especiais, fora da regulamentação do CNCT, em caráter experimental, para a oferta de novos cursos técnicos de nível médio.

Nesse sentido, a Nota Técnica SETEC/MEC nº 546/2013 apresentou proposta a esta Câmara de Educação Básica para que, complementarmente ao disposto no art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, seja definido o seguinte:

e) não sejam autorizados como experimentais cursos constantes da ***Tabela de Convergência e da Tabela de Submissão*** *ao CNCT (cursos já submetidos rejeitados);*

f) sejam admitidos em caráter experimental a oferta e o registro no SISTEC de cursos não previstos no CNCT, mediante análise e parecer prévio da SETEC/MEC; e

g) sejam admitidos como propostas de inclusão no CNCT apenas os cursos que já estejam em funcionamento em caráter experimental, devidamente registrados no SISTEC, e com conclusão de pelo menos uma turma, sendo necessário apresentar informações relativas à avaliação de egressos quanto ao perfil de conclusão e à inserção no mundo do trabalho.

Com base nesta argumentação, a SETEC/MEC solicitou desta Câmara de Educação Básica a aprovação de Parecer e Projeto de Resolução que disciplinassem com maior clareza a oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, para que fossem corrigidas as atuais distorções, as quais podem ser identificadas pela simples análise dos dados quantitativos sobre a oferta de cursos inseridos ou não no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

Por sua vez, a Nota Técnica SETEC/MEC nº 549/2013, também encaminhada a esta Câmara de Educação Básica, tratou especificamente da análise sobre a pertinência de inclusão, no CNCT, daqueles cursos cadastrados no SISTEC e que estão sendo ofertados em caráter experimental pelos sistemas de ensino. Esses cursos já deveriam ter sido analisados pela CONAC tendo por referência a recomendação expressa desta Câmara na Resolução CNE/CEB nº 4/2012, a qual definiu a data de 31 de dezembro de 2013 para que a mesma, sob a coordenação da SETEC/MEC, examinasse conclusivamente os projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio implantados em caráter experimental, nos termos do art. 81 da LDB, devidamente autorizados como tais pelos órgãos próprios dos sistemas de ensino, conforme disposto no Parecer CNE/CEB nº 3/2012.

A Câmara de Educação Básica, ao analisar as duas Notas Técnicas encaminhadas pela SETEC/MEC, enfatizou no Parecer CNE/CEB nº 2/2014 que é fundamental**,** para a análise dessa nova solicitação, reafirmar que o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT) é o documento normativo que sistematiza e organiza a oferta de cursos técnicos de nível médio no país, oferecendo as orientações básicas sobre os cursos existentes e definindo claramente suas nomenclaturas e respectivas cargas horárias mínimas. Nesse sentido, os cursos técnicos que não constam do referido Catálogo ainda podem receber a devida autorização de funcionamento em caráter experimental pelo órgão próprio do sistema de ensino, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB), cuja situação final já deveria ter sido analisada e definida até o dia 31 de dezembro de 2013, conforme estabelece a Resolução CNE/CEB nº 4/2012.

A SETEC/MEC informou, por meio da Nota Técnica nº 549/2013, que, desde abril de 2013, aquela Secretaria e seus órgãos técnicos têm empreendido esforços efetivos para a revisão e a reestruturação do CNCT, contemplando, de modo especial, todos os cursos experimentais cadastrados no SISTEC. Esse trabalho culminou com uma consulta pública realizada entre os dias 10 de outubro e 8 de novembro de 2013. Como resultados dessa consulta pública, foram recebidas inúmeras solicitações de alteração de informações, exclusão e fusão de cursos existentes, bem como inclusão de novos cursos experimentais. Em função da consulta pública, não foi possível que a SETEC/MEC concluísse, no tempo indicado por esta Câmara, pela inclusão no CNCT ou pela extinção dos cursos experimentais que estão sendo atualmente ofertados pelos estabelecimentos de ensino técnico de nível médio, no âmbito dos sistemas de ensino.

Ante o exposto, a SETEC/MEC solicitou desta Câmara de Educação Básica a emissão de Parecer e Resolução com as seguintes decisões: manter os atuais cursos em funcionamento em caráter experimental, até a data de 30 de junho de 2014, e recomendar a não abertura de novos cursos em caráter experimental até a publicação de nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

A Nota Técnica SETEC/MEC nº 546/2013, por sua vez, apresentou proposta para a adoção, por parte desta Câmara, de três medidas disciplinadoras da oferta de novos cursos técnicos de nível médio, objetivando corrigir as atuais distorções observadas em relação à matéria, as quais podem ser identificadas pela simples análise dos dados quantitativos sobre a oferta de cursos inseridos ou não no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. A SETEC/MEC argumenta, para explicitar essas distorções, que o Catálogo conta atualmente com um total de 220 cursos incluídos, sendo que o número de cursos experimentais registrados no SISTEC já ultrapassa a casa dos 600 cursos. Essa diferença é realmente muito grande e salta aos olhos a evidência de que algo precisa ser feito e em caráter de urgência, sob pena de anular os resultados do próprio Catálogo. Esta constatação reforça a necessidade de se estabelecer claramente um novo mecanismo de regulação para orientar essas autorizações especiais, fora do que define o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, em caráter experimental, para a oferta de novos cursos.

A primeira solicitação da Nota Técnica SETEC/MEC nº 546/2013 foi no sentido de que não fossem mais autorizados como cursos técnicos experimentais aqueles já constantes da Tabela de Convergência e da Tabela de Submissão ao CNCT, isto é, aqueles cursos que já foram submetidos à análise da SETEC/MEC e foram rejeitados. Este assunto foi exaustivamente debatido por esta Câmara em sua reunião ordinária de fevereiro do corrente ano, a qual contou com a presença da Professora Anna Catharina da Costa Dantas, então Diretora de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da SETEC/MEC.

A segunda solicitação foi no sentido de que apenas fossem admitidos como cursos técnicos em caráter experimental, com a consequente oferta e o registro no SISTEC, na qualidade de cursos especiais ofertados em caráter experimental e não previstos no CNCT, aqueles que passarem por análise e parecer prévio da SETEC/MEC. Esta orientação foi considerada por esta Câmara de Educação Básica a mais polêmica das solicitadas pela SETEC/MEC e suscitou muita divergência em relação à sua aplicação. De fato, a distorção apresentada, na casa dos dois terços, em tese, justifica a adoção dessa medida. Entretanto, à vista das determinações definidas no art. 211 da Constituição Federal, no que diz respeito à organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração, bem como no art. 214, para orientar a definição do Plano Nacional de Educação, a fim de garantir o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração, conjugadas com as diretrizes do art. 8º da LDB, reafirmando os mandamentos constitucionais de organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração e orientando o sistema de ensino da União para a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, a Câmara de Educação Básica optou pela seguinte alternativa: para que sejam admitidos novos cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, fora

do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, organizado e mantido pelo MEC, o órgão próprio do sistema de ensino, antes de expedir a competente autorização de funcionamento, encaminhará consulta específica à SETEC/MEC, para análise e parecer prévio em, no máximo, 60 dias. Nesse prazo, a SETEC/MEC, antes de encaminhar seu parecer ao estabelecimento de ensino solicitante e ao órgão próprio do sistema de ensino, realizará a análise prévia da solicitação em regime de colaboração com os sistemas de ensino.

A análise será realizada da seguinte forma: no caso de estabelecimentos de ensino privados ou públicos estaduais e municipais, em colaboração com o Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação; no caso de estabelecimento de ensino dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, em colaboração com os respectivos Departamentos Nacionais; e no caso dos estabelecimentos de ensino da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, em colaboração com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional (CONIF).

A terceira orientação solicitada pela Nota Técnica SETEC/MEC nº 546/2013 de que apenas fossem admitidos como propostas de inclusão no CNCT aqueles cursos que já tivessem sido aprovados como tais pelos órgãos próprios do seu sistema de ensino e estivessem funcionando em caráter experimental, devidamente registrados no SISTEC, foi no sentido de se exigir a conclusão de, pelo menos, uma turma, sendo necessário, ainda, para tanto, apresentar informações relativas à avaliação de egressos quanto ao perfil de conclusão dos formandos e à inserção dos mesmos no mundo do trabalho.

Para que esta terceira orientação fosse concretizada, entretanto, a Câmara de Educação Básica julgou que seria necessário definir novo prazo, além dos três anos já estabelecidos pelo § 2º do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, a qual define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O novo prazo máximo de validade desses cursos implantados em caráter experimental, a partir da data de autorização do curso em questão, seria definido pela SETEC/MEC, após os órgãos técnicos concluírem sua análise até, no máximo, seis meses contados da data do recebimento das referidas propostas de inclusão no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. As demais condições estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2012, neste caso, permaneceriam inalteradas. Se a SETEC/MEC julgar conveniente, nesse período, poderá ainda valer-se do regime de colaboração com os órgãos próprios dos sistemas de ensino.

A Nota Técnica SETEC/MEC nº 549/2013, encaminhada a esta Câmara, solicitou a prorrogação do prazo de 31 de dezembro de 2013, estabelecido pela Resolução CNE/CEB nº 4/2012, para que a SETEC/MEC concluísse o exame dos projetos pedagógicos dos cursos técnicos de nível médio implantados em caráter experimental, nos termos do art. 81 da LDB, e autorizados como tais pelos órgãos próprios dos sistemas de ensino. A SETEC/MEC solicitou que novo prazo fosse estabelecido e sugeriu que fosse adotada como nova data o dia 30 de junho do corrente ano, recomendando, ainda, que até essa data não ocorresse a abertura de novos cursos em caráter experimental, até a publicação de nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio pelo MEC. Quanto a esta solicitação, a Câmara de Educação Básica, nas três oportunidades em que o presente Parecer foi colocado em debate, embora tenha acatado a proposta apresentada pela SETEC/MEC quanto à prorrogação do prazo anteriormente estabelecido, considerando o avançado do ano em curso, não julgou prudente acolher a sugestão da SETEC/MEC. Assim, foi estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação da Resolução decorrente deste Parecer, devidamente homologado pelo Ministro da Educação, como a nova data de validade dos cursos já autorizados como experimentais pelos sistemas de ensino. Essa mesma data valeria, também, como a data em que a SETEC/MEC deveria concluir o processo de análise dos referidos projetos pedagógicos dos cursos e seu devido encaminhamento à Câmara de Educação Básica, com recomendação das medidas previstas na Resolução CNE/CEB nº 4/2012.

À vista do exposto, nos termos deste Parecer, foi submetido à apreciação da Câmara de Educação Básica o correspondente Projeto de Resolução, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio nas redes públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica, em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB), nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

Unificação das propostas: atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT) e regulamentação da oferta de cursos técnicos em caráter experimental.

Em agosto do corrente ano, a SETEC/MEC devolveu ao Conselho Nacional de Educação o processo objeto do Parecer CNE/CEB nº 2/2014, com fundamento na Nota Técnica elaborada pela Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, assumindo as referências SIDOC nº 23000.020841/2013-61, nº 23000.005542/2014-88, nº 23000.006517/2014-11, nº 23000.005543/2014-22. Saliente-se que a Nota Técnica em questão trata especificamente da unificação das propostas apresentadas nos processos em referência, que abordam temáticas afetas à oferta de cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, reformulando, em consequência, a redação dada ao Parecer CNE/CEB nº 2/2014 e seu respectivo Projeto de Resolução.

A Nota Técnica nº 366/2014/DPE/SETEC/MEC, protocolada sob nº 23000. 009434/2014-84, tomou como ponto de partida para sua análise as notas técnicas anteriormente encaminhadas pela SETEC/MEC ao Conselho Nacional de Educação. Aquela que foi objeto do processo nº 23000.020841/2013-61 solicitou a emissão de Resolução para disciplinar a oferta de cursos técnicos em caráter experimental. A que foi objeto do processo nº 23000.021097/2013-12 solicitou a emissão de Resolução para prorrogar o prazo estabelecido na Resolução CNE/CEB nº 4/2012, para funcionamento de cursos em caráter experimental, devidamente cadastrados no SISTEC. As duas notas técnicas enviadas a este colegiado, em dezembro de 2013, foram objeto, em conjunto, do Parecer CNE/CEB nº 2/2014, não homologado, e agora devolvido a este colegiado para reexame.

Quanto à solicitação de prorrogação do prazo de 31 de dezembro de 2013 para 30 de junho de 2014, a Câmara de Educação Básica havia julgado inviável o prazo proposto de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da Resolução decorrente do Parecer CNE/CEB nº 2/2014.

Quanto à oferta de cursos técnicos em caráter experimental, inicialmente, na Nota Técnica nº 546/2013/DPE/SETEC/MEC, havia a proposta para que os pedidos de autorização de oferta desses cursos fossem apreciados pelos órgãos competentes em cada sistema de ensino, a partir de parecer da SETEC, sendo a proposta apresentada da seguinte forma:

- *não sejam autorizados como experimentais, cursos constantes na Tabela de Convergência ou Tabela de Submissão ao CNCT (cursos já submetidos e rejeitados);*
- *sejam admitidos em caráter experimental, a oferta e o registro no SISTEC de cursos não previstos no CNCT, mediante análise e parecer prévio da SETEC/MEC; e*
- *sejam admitidos, como propostas de inclusão no CNCT, apenas os cursos que já estejam em funcionamento, em caráter experimental, devidamente registrados no SISTEC e com conclusão de pelo menos uma turma.*

Ao analisar o Parecer CNE/CEB nº 2/2014, para fins de encaminhamento à homologação ministerial, a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da SETEC/MEC decidiu manter como sugestão, para embasar a nova decisão da Câmara de Educação Básica na emissão do seu Parecer normativo e disciplinador da autorização

desses cursos, apenas os posicionamentos descritos nos itens “a” e “c” supracitados, cancelando o posicionamento descrito do item “b” de sua solicitação anterior.

Nesse contexto, a SETEC/MEC apresentou os primeiros anexos da Nota Técnica nº 366/2014, onde há uma relação de cursos autorizados como experimentais e que serão incluídos na nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), uma relação de cursos a serem mantidos como experimentais até 31 de dezembro de 2015 e uma relação dos cursos em que se recomenda convergência ou extinção, conforme estabelece a Resolução CNE/CEB nº 4/2012.

O CNCT, organizado e atualizado pela SETEC/MEC, conforme estabelecido na Resolução CNE/CEB nº 4/2012, tem por objetivo apresentar aos estudantes, escolas e sociedade os cursos técnicos de nível médio em desenvolvimento no país, a partir de sua primeira edição, publicada em 2008.

Nos meses de agosto e setembro de 2012, foi aberto um período de consulta pública para recebimento de novas propostas de atualização do CNCT, conforme recomendação Parecer CNE/CEB nº 11/2008, contemplando propostas de inclusão de novos cursos, bem como de alteração ou exclusão de cursos já presentes no Catálogo. Naquela oportunidade, além da atualização periódica, motivada pelas demandas recebidas, foi diagnosticada a necessidade de uma revisão em toda a estrutura do Catálogo, para que o mesmo pudesse fornecer informações sobre tais cursos e para se tornar instrumento norteador de políticas de avaliação de cursos e de certificação profissional.

Desta forma, ao longo do ano de 2013, a Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da SETEC/MEC desenvolveu um trabalho de atualização e reestruturação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, promovendo nove oficinas de elaboração e uma oficina de revisão, contando com mais de cem professores especialistas em Educação Profissional, por eixo tecnológico, que realizaram tanto a análise das propostas recebidas como a revisão e reestruturação dos cursos já existentes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT).

Em dezembro de 2013, foi publicada a Portaria SETEC nº 45, que institui e regulamenta o Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (CONPEP), sob coordenação da referida Diretoria, que tem entre suas atribuições a de analisar as propostas de atualização do CNCT. Nos dias 3 e 4 de abril de 2014, o CONPEP reuniu-se ordinariamente, pela primeira vez, para apreciar as propostas de atualização do CNCT, tomando-se como base a análise preliminar realizada por professores especialistas e pela equipe técnica da Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da SETEC/MEC.

Nas oficinas acima mencionadas, constatou-se a reincidência de propostas apreciadas e rejeitadas. Diante desse fato é que a citada Diretoria está propondo ao CNE a criação de uma tabela de submissão, na qual devem figurar todos os cursos que já foram submetidos a análises anteriores e que tiveram seus pedidos rejeitados. Caso um proponente opte por reapresentar proposta de curso constante na referida tabela, tal proposta somente será analisada mediante sólidos argumentos que justifiquem alterar o posicionamento anterior.

A Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica defende, ainda, que as propostas de inclusão, alteração e exclusão de cursos sejam apresentadas somente por instituições educacionais, Conselhos Estaduais de Educação, Conselho de Educação do Distrito Federal, conselhos de fiscalização do exercício profissional, Ministérios e outros órgãos públicos relacionados à área profissional ou eixo tecnológico objeto do respectivo itinerário formativo. Quanto à inclusão desses cursos no Catálogo, entretanto, somente poderão ser aceitos os pedidos de cursos que já tenham sido implantados e realizados em caráter experimental, devidamente registrados no SISTEC, e que possuam pelo menos uma turma de concluintes.

Por outro lado, a SETEC/MEC também julgou oportuno e relevante registrar que a proposta original de atualização do documento continha uma sugestão de reorganização dos eixos tecnológicos, a qual inicialmente foi acolhida pelo CONPEP. Entretanto, considerando que essa reorganização geraria algumas divergências em relação ao Catálogo Nacional de

Cursos Superiores de Tecnologia, optou-se por adiar essa alteração, tendo em vista a necessidade de um alinhamento entre os referidos catálogos.

Nesse contexto, a SETEC/MEC apresentou ao CNE, na forma de anexos da referida Nota Técnica, as atualizações no documento em questão, bem como o extrato atualizado dos mesmos para a edição 2014 do CNCT. Objetiva-se com isto, tanto promover a atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, quanto normatizar de forma mais clara a oferta de cursos experimentais.

Finalmente, a SETEC/MEC, considerando o impacto dessas medidas administrativas na oferta dos cursos, sobretudo nos casos de alteração da carga horária mínima de oferta e dos cursos rejeitados para inclusão no Catálogo, julgou pertinente e oportuno propor que o CNE estabeleça um período de transição para a implantação das medidas propostas. Foi sugerido o prazo final de 31 de dezembro de 2015, contado a partir da atualização do Catálogo em questão, para que seja permitida às instituições de ensino a adaptação aos novos parâmetros, De qualquer forma, nesse período de transição, deve ser resguardado aos estudantes, tanto dos cursos em andamento, quanto dos seus concluintes, o direito adquirido, em termos de validade nacional de seu diploma de técnico de nível médio.

Em resumo, as alterações propostas pela Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica da SETEC/MEC na Nota Técnica nº 366/2014 DPE/SETEC/MEC referem-se aos seguintes itens do Parecer CNE/CEB nº 2/2014:

1. Em relação à prorrogação do prazo anteriormente definido para 31 de dezembro de 2013, cuja solicitação inicial tinha sido para 30 de junho de 2014, e que a Câmara de Educação Básica adotou como referência o prazo de 60 (sessenta) dias após a homologação do Parecer CNE/CEB nº 2/2014, de acordo com a nova solicitação da SETEC/MEC o novo prazo será em 31 de dezembro de 2015.

2. A respeito das propostas apresentadas pela Nota Técnica nº 546/2013/ DPE/SETEC/MEC, quanto à oferta de cursos técnicos em caráter experimental, a Nota Técnica nº 366/2014/DPE/SETEC/MEC suprimiu a letra "b" da solicitação anterior, a qual previa admitir somente a oferta de cursos técnicos em caráter experimental, mediante análise e parecer prévio da SETEC/MEC, a qual tinha sido aceita com reservas por parte desta Câmara.

3. Em consequência do novo posicionamento da SETEC/MEC, a Diretoria de Politicas de Educação Profissional e Tecnológica apresentou, como um dos anexos, a relação de cursos autorizados como experimentais e que serão incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, bem como a relação de cursos que poderão ser mantidos como cursos experimentais até 31 de dezembro de 2015. A terceira relação contempla os cursos sobre os quais se recomenda convergência ou extinção, de acordo com a norma estabelecida na Resolução CNE/CEB nº 4/2012.

4. A Portaria SETEC/MEC nº 45/2013 instituiu e regulamentou o Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (CONPEP), em substituição à antiga Comissão Executiva de Avaliação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CONAC), com a atribuição de analisar as propostas de atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT). O CONPEP, em sua primeira reunião, apreciou as propostas de atualização do CNCT, a partir das análises preliminares conduzidas pela Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, a qual contou com a participação de especialistas na área da Educação Profissional.

5. O CONPEP constatou a reincidência de propostas apreciadas e rejeitadas, razão pela qual a SETEC/MEC está propondo à Câmara de Educação Básica a criação de uma tabela de submissão, na qual devem figurar todos os cursos que já foram submetidos a análises anteriores e tiveram seus pedidos rejeitados. Caso uma instituição educacional decida reapresentar proposta de curso experimental constante da referida tabela, tal proposta somente será analisada caso apresente sólidos argumentos que justifiquem a alteração do posicionamento anterior.

6. Em relação à proposição de inclusão de cursos técnicos de nível médio no CNCT, a SETEC/MEC propôs que seja instituído o critério de análise apenas de cursos que já estejam funcionando como experimentais e que sejam apresentadas por instituições educacionais ou Conselhos Estaduais de Educação, Conselho de Educação do Distrito Federal, bem como conselhos de fiscalização do exercício profissional legalmente regulamentados, Ministérios e demais órgãos públicos relacionados à respectiva área profissional ou eixo tecnológico.

7. O CONPEP havia apresentado, também, a sugestão de reorganização dos eixos tecnológicos utilizados como referenciais para a oferta de cursos técnicos de nível médio. Entretanto, a SETEC/MEC, considerando que essa reorganização geraria divergência em relação ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, optou por adiar essa proposta de alteração, tendo em vista a necessidade um alinhamento entre os dois referidos catálogos.

8. Assim, nesse contexto, a SETEC/MEC, objetivando promover a atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e normatizar de forma mais clara a oferta de cursos experimentais, apresentou à Câmara de Educação Básica, na forma dos Anexos II e III, as correspondentes atualizações no documento em questão, bem como o extrato atualizado dos mesmos para a edição 2014 do CNCT.

9. Finalmente, a SETEC/MEC, considerando o impacto na oferta dos cursos, sobretudo nos casos de alteração da carga horária mínima de oferta e dos cursos rejeitados para inclusão no Catálogo, julgou pertinente e oportuno propor o estabelecimento de um período de transição para a implantação das medidas propostas, sendo sugerido o prazo final de 31 de dezembro de 2015, contado a partir da efetiva atualização do Catálogo. Nesse prazo, será permitida às instituições de ensino a adaptação aos novos parâmetros, buscando resguardar o direito adquirido pelos estudantes que já iniciaram os seus cursos, bem como garantir a validade nacional dos diplomas de técnico de nível médio já emitidos aos seus concluintes.

h) VOTO DO RELATOR

1. vista do exposto, nos termos deste Parecer, acolhendo as recomendações apresentadas pela Nota Técnica nº 366/2014/DPE/SETEC/MEC em relação às alterações propostas para adequação dos termos do Parecer CNE/CEB nº 2/2014, submetemos à apreciação da Câmara de Educação Básica do CNE o anexo Projeto de Resolução.

Brasília (DF), 9 de outubro de 2014

Conselheiro Francisco Aparecido Cordão – Relator

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Básica aprova por unanimidade o voto do

Relator. Sala das Sessões, em 9 de outubro de 2014.

Conselheiro Luiz Roberto Alves – Presidente
Conselheiro Antonio Carlos Caruso Ronca – Vice-Presidente

Publicado no D.O.U. de 28/11/2014, Seção 1, Pág. 21

Parecer CNE/CP nº 6/2014

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas

O direito dos povos indígenas a uma educação escolar pautada no respeito aos seus processos próprios de ensino e aprendizagem e ao uso de suas línguas está ancorado em ampla base legal. Dentre os fundamentos legais que visam a assegurar este direito, destacam-se:

a Constituição Federal de 1988;

a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004;

a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996);

o Decreto n° 6.755/2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica;

o Decreto nº 6.861/2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais;

as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos definidas no Parecer CNE/CP nº 8/2012; e

as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 13/2012 e Resolução CNE/CEB nº 5/2012).

Não obstante a existência desses marcos jurídicos, efetivar a garantia do direito neles estabelecido permanece sendo um desafio que deve ser enfrentado de forma democrática pelo Estado brasileiro em diálogo com o movimento indígena e as organizações indigenistas. Para tanto, devem ser consideradas as especificidades, necessidades e perspectivas dos povos e comunidades indígenas na implementação e execução das ações educacionais.

Assim, tendo em vista o número reduzido de professores indígenas com a formação adequada para atuar em todas as etapas da Educação Escolar Indígena[1], é posto, para os promotores e gestores das políticas públicas educacionais, o desafio do atendimento à demanda crescente pela formação de professores indígenas, tanto no âmbito do Magistério em Nível Médio quanto no Ensino Superior.

Esta questão tem sido objeto de apreciação e normatização no Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio do estabelecimento, em 1999, das Diretrizes para o Funcionamento das Escolas Indígenas e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, definidas em 2012. Além destas, o Parecer CNE/CP nº 10/2002, ao responder a consulta da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR), oferece orientações para a oferta da formação de professores indígenas no Ensino Superior.

[1] Estas diretrizes, alinhadas com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Parecer CNE/CEB nº 13/2012 e Resolução CNE/CEB nº 5/2012), referem-se aos processos de formação docente para professores indígenas com vistas a suas atuações nas etapas e modalidades da Educação Escolar Indígena.

O CNE instituiu, em setembro de 2004, no âmbito de seu Conselho Pleno, uma comissão de caráter permanente com a função de "regulamentar, de forma integrada e articulada, todo o processo de Educação Escolar Indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, um dos quais, o de formação de professores indígenas no ensino superior". Para dar conta dessa tarefa, esta comissão foi reconstituída ao longo dos seus quase dez anos de existência. Para sua atual composição, por meio da Portaria CNE/CP nº 4, de 22 de agosto de 2012, o CNE designou os conselheiros Ana Dayse Rezende Dórea (membro), Erasto Fortes Mendonça (membro), Gilberto Gonçalves Garcia (membro), Luiz Roberto Alves (membro), Nilma Lino Gomes (presidente) e Rita Gomes do Nascimento (relatora).

A demanda pela definição de diretrizes nacionais para a formação de professores indígenas, no Ensino Superior e, excepcionalmente, no Ensino Médio, ganhou relevo a partir das deliberações da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (I CONEEI), realizada em 2009. Considerada espaço democrático privilegiado de debates e de deliberações, com o intuito de celebrar, promover e fortalecer a Educação Escolar Indígena, a I CONEEI produziu um documento final utilizado como referência principal para a construção destas diretrizes.

O Ministério da Educação (MEC), em atenção às demandas apontadas na I CONEEI, convocou um grupo de especialistas indígenas e não indígenas para a instituição do Grupo de Trabalho Multidisciplinar designado para subsidiar a comissão bicameral do CNE na elaboração destas diretrizes. O referido Grupo de Trabalho (GT), por meio da sua equipe de formação de professores, produziu o relatório "Subsídios às diretrizes nacionais para a formação dos professores indígenas", entregue ao CNE em 2012. Além destas contribuições, foram incorporadas ainda as provenientes da consulta pública realizada pelo CNE entre os meses de outubro e dezembro de 2012.

Há que se destacar, além das atividades inerentes à comissão bicameral, o trabalho do GT, realizado, sobretudo, por meio da equipe responsável pelas discussões sobre formação de professores indígenas. Esta equipe participou ativamente da promoção e organização de dois eventos ocorridos em 2010 ligados à temática. O primeiro, promovido pelo Observatório de Educação Escolar Indígena da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), intitulado "Interculturalidade e Formação de Professores Indígenas: análise das experiências em curso", foi realizado na cidade de Belo Horizonte. Esse evento contou com a presença de representantes indígenas e das Instituições de Educação Superior (IES) que ofertam cursos de licenciatura intercultural para a formação de professores indígenas e teve como objetivo construir um quadro situacional das licenciaturas nas diferentes IES. O segundo evento, denominado "XV Seminário de Formação Superior Indígena: consolidando uma Política Nacional de Educação Superior Indígena", promovido pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Roraima (UFRR), ocorreu na cidade de Boa Vista. Seu objetivo foi discutir as bases para a instituição de uma política de apoio aos estudantes indígenas que ingressam no Ensino Superior, além de se promover o intercâmbio de experiências relacionadas à Educação Superior Indígena.

Os trabalhos do GT foram encerrados com a aprovação dos subsídios na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI). É importante destacar, ainda, que, na própria CNEEI, no exercício de sua função de assessorar o Ministério da Educação na formulação de políticas para a Educação Escolar Indígena, foi criada uma subcomissão para tratar do acompanhamento das diretrizes para a Educação Escolar Indígena e da formação dos seus professores, coordenada pela conselheira Rita Gomes do Nascimento, representante do CNE nesta comissão.

Em 2011 e 2012, o CNE, em parceria com a atual Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do MEC, promoveu, em Brasília, dois seminários nacionais voltados para a discussão das diretrizes para a Educação Escolar Indígena. Nestes foram debatidos os principais desafios enfrentados pelas instituições formadoras e seus estudantes nos cursos de formação de professores indígenas.

Em resumo, estas diretrizes são o resultado de um trabalho coletivo que expressa o compromisso dos diferentes atores sociais envolvidos com a promoção da justiça social e a defesa dos direitos dos indígenas na construção de projetos escolares próprios.

Estas diretrizes, de caráter mandatório, objetivam:

regulamentar os programas e cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas no âmbito dos sistemas de ensino, de seus órgãos normativos e das instituições formadoras;

contribuir para o processo de construção de normativas locais que visem a orientar as políticas públicas no campo da formação de professores indígenas; e

afirmar e zelar pelo direito dos povos indígenas a uma educação escolar específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária, com qualidade sociocultural e pertinência pedagógica e territorial.

- **A formação de professores indígenas no Brasil na atualidade**

As primeiras experiências de formação de indígenas para atuarem nas escolas de suas comunidades remontam ao final da década de 1960. Inicialmente formados como monitores bilíngues para auxiliar nos processos de escolarização nas Línguas Portuguesa e Indígena, ofertados pelo *Summer Institute of Linguistic* (SIL) em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), os indígenas assumirão, *a posteriori* e de forma gradativa, a docência nas escolas indígenas.

Na atualidade, como forma de se garantir a qualidade sociocultural do ensino e da aprendizagem nestas escolas, faz-se necessário ter a sua frente, como docentes e como gestores, os próprios indígenas pertencentes a suas respectivas comunidades. Tal concepção, já ancorada em ampla base legal, está consagrada no art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 5/2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Seção II - Dos professores indígenas: formação e profissionalização).

Desse modo, os professores indígenas apresentam-se, em muitos casos do atual cenário político e pedagógico, como um dos principais interlocutores nos processos de construção do diálogo intercultural, mediando e articulando os interesses de suas comunidades com os da sociedade nacional em geral e com os de outros grupos particulares, promovendo, com isso, a sistematização e a organização de novos saberes e práticas.

É deles também a tarefa de refletir criticamente e de buscar estratégias para promover a interação dos diversos tipos de conhecimentos que se apresentam e se entrelaçam no processo escolar: de um lado, os conhecimentos ditos universais, a que todo estudante, indígena ou não, deve ter acesso, e, de outro, os conhecimentos étnicos, próprios ao seu grupo social de origem, que, outrora negados, hoje assumem importância política e cultural crescente nos contextos escolares indígenas.

Sendo assim, formar indígenas para serem professores e gestores das escolas indígenas constitui hoje um dos principais desafios que deve ser enfrentado de modo prioritário para a consolidação de uma Educação Escolar Indígena pautada pelos princípios da diferença, da especificidade, do bilinguismo/multilinguismo, da interculturalidade e do comunitarismo.

A formação de professores indígenas tem-se apresentado como uma tarefa complexa tanto para os Sistemas de Ensino e suas instituições formadoras quanto para as próprias escolas indígenas e seus professores. Diante da complexidade dessa tarefa, tem-se buscado soluções diferentes em várias localidades do País, não havendo, desse modo, um único modelo a ser adotado, dadas a heterogeneidade e a diversidade de situações sociolinguísticas, culturais, históricas, de formação e de escolarização vividas pelos professores indígenas e por suas comunidades. Além disso, as instituições formadoras apresentam também desenhos institucionais e contextos políticos que peculiarizam os casos de oferta destas formações. Destaca-se, ainda, em certos contextos, o fato de não haver oferta de cursos de formação para os professores indígenas, mesmo existindo uma grande demanda, considerando-se, por exemplo, os dados relativos ao número de escolas, alunos e professores indígenas.

Não obstante a diversidade dessas condições, estimulados por uma favorável conjuntura política nacional, os professores indígenas têm demandado, de modo crescente, uma formação docente diferenciada que, ao lado de um melhor desenvolvimento de suas práticas de educação escolar, vise a ampliar suas participações político-pedagógicas na gestão dos processos formativos, bem como as dos demais membros de suas comunidades de pertencimento. Buscam, com essa atitude, posicionar-se como sujeitos políticos atuantes na criação e na implementação das políticas educacionais que lhes dizem respeito, conforme assegurado na legislação.

Como consequência da busca por escolarização dos povos indígenas e de afirmação de seu protagonismo, nos últimos anos, o número de professores indígenas tem aumentado significativamente. Em 1999, quando o MEC realizou o primeiro censo específico desta modalidade, o total de professores indígenas chegava ao percentual de 76,5%. Estima-se, atualmente, que esse contingente corresponda a aproximadamente 95%, segundo projeção da Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena (CGEEI) do MEC[2]. Este aumento, ligado à expansão do número de escolas e de alunos na Educação Escolar Indígena, demanda a criação de um maior número de cursos específicos de formação para os seus professores[3].

No âmbito das ações colaborativas governamentais, tais formações vêm-se dando tanto por meio de cursos de magistério indígenas em Nível Médio, modalidade normal, quanto mediante licenciaturas interculturais. Os magistérios indígenas[4] respondem à demanda pela oferta da Educação Infantil e os primeiros anos do Ensino Fundamental, enquanto as licenciaturas interculturais[5], pelos anos finais do Ensino Fundamental e pelo Ensino Médio. Por sua vez, as formações continuadas vêm sendo ofertadas também em regime de colaboração por meio de programas e cursos específicos do MEC, das secretarias estaduais e municipais e ainda das universidades e dos institutos federais de educação profissional e tecnológica[6]. Essas formações geralmente têm sido destinadas exclusivamente aos professores indígenas que já atuam nas escolas de suas comunidades, mas que ainda não possuem formação própria para o exercício docente.

Os cursos de magistério indígenas têm funcionado como meios de se promover a formação escolarizada básica desses professores. Geralmente, são utilizados pelas secretarias de educação dos estados como única forma de oferta do Ensino Médio nas comunidades indígenas. Além disso, em diversos contextos indígenas, constituem-se como principal meio para se promover a formação inicial, tendo em vista tanto a oferta insuficiente de cursos de licenciaturas específicas em Instituições de Educação Superior (IES) quanto as dificuldades ligadas ao acesso e à permanência dos professores indígenas em tais instituições. Diante disso, essas IES vêm reclamando um maior apoio técnico e financeiro da União para a criação e implementação, de forma institucionalizada, de programas e cursos de formação de professores indígenas no âmbito de suas atuações.

---

[2]Esta coordenação está vinculada à Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais (Dpecirer), situada no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação.

[3] Segundo dados do Censo Escolar (MEC/INEP) de 2012, existem na Educação Escolar Indígena 2.954 escolas, 234.869 alunos (mais de 50% destes estão nos anos iniciais do Ensino Fundamental) e 15.155 professores.

[4] Ofertados pelas secretarias de educação estaduais com apoio financeiro do MEC por meio do seu Plano de Ações Articuladas (PAR).

[5] Desde 2005, o MEC fomenta, por meio de editais, a implementação do Programa de Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind) nas IES.

[6] Há que se destacar a presença de organizações da sociedade civil que têm contribuído principalmente com os processos de formações continuadas e com a produção de materiais didáticos específicos (bilíngues ou monolíngues) em diferentes línguas indígenas.

Ainda com relação aos cursos de magistério indígenas, é relevante destacar que estes foram inicialmente constituídos no âmbito dos projetos alternativos de educação escolar, desenvolvidos por organizações não governamentais indigenistas. A partir do início da década de 1990, momento em que o MEC assume, juntamente com estados e municípios, as responsabilidades pela Educação Escolar Indígena, é que estes cursos passam a ser ofertados pelos estados. Tais cursos ocorrem em etapas intensivas e intermediárias nos períodos de férias escolares e são realizados nas próprias comunidades indígenas ou fora delas, em espaços locados para a hospedagem e a realização das aulas. O quadro de professores formadores é composto por profissionais ligados às secretarias de educação e de outras instituições indigenistas ou não. Há a demanda de que tais profissionais possuam experiências de trabalho com povos indígenas e com a Educação Escolar Indígena, exigindo-se para os que não possuam uma formação prévia, ancorada no conhecimento das realidades socioculturais dos povos indígenas contemplados nos cursos e na necessária apropriação do projeto político pedagógico da formação.

Os cursos de licenciaturas interculturais, além de compor a agenda da oferta qualificada de Educação Escolar Indígena nas comunidades indígenas, têm-se constituído como parte da luta desses povos por Educação Superior e, consequentemente, das respostas do Estado brasileiro ao atendimento dessa demanda. Nesse processo, merece destaque o papel desempenhado pela Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) e das organizações de professores indígenas de base local na reivindicação pela criação de políticas de acesso e permanência na Educação Superior e, especificamente, por uma política nacional de formação docente. A respeito desta última, a demanda do movimento indígena é que o Estado brasileiro avance no processo de construção e consolidação dessa política, atuando, por exemplo, na regularização e na institucionalização destes cursos nas secretarias de educação e nas IES por meio de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Segundo dados da CGEEI/MEC, de 2005 a 2011 estiveram em formação nos cursos de licenciaturas 2.620 (dois mil seiscentos e vinte) professores indígenas em 20 (vinte) IES[7] que ofertaram 23 (vinte e três) cursos em 14 (catorze) estados da federação. A heterogeneidade destas experiências se traduziu em diferentes resultados institucionais, acarretando, por exemplo, modos distintos de organização dos currículos, dos tempos e dos espaços de realização dos cursos, bem como formas diferenciadas de relacionamento entre as instituições formadoras e o movimento indígena.

Assim, há cursos destinados a apenas um povo indígena e outros que buscam atender a vários povos, implicando em projetos pedagógicos diferenciados. Em função disso, os currículos dos cursos variam em sua organização e estrutura, sendo organizados por temas, eixos, núcleos, disciplinas, módulos e áreas de conhecimento. Alguns se propõem a habilitar os professores para atuar em toda a Educação Básica, outros para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental e outros, ainda, para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

---

[7] Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Instituto Federal da Bahia (IFBA), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

As atividades de formação destes cursos ocorrem também de modo variado. Há os que são realizados somente nas comunidades indígenas, os que ocorrem nas comunidades e nas universidades e os que se realizam em outros espaços, sejam próximos ou distantes das comunidades, locados para tal fim. Suas etapas se dão também de forma bastante diversificada, associando períodos intensivos durante as férias escolares com etapas intermediárias nos fins de semana, uma semana por mês, a cada dois meses, dentre outros modelos. Essas situações implicam na necessidade de adequação do calendário letivo das escolas indígenas ao da formação dos seus professores.

As diferentes experiências de formação apontam para a necessidade de se considerar percursos formativos que tanto atendam às demandas atualmente existentes por todas as etapas e modalidades de educação quanto possibilitem a construção de outras formas de organização da Educação Escolar Indígena em resposta às necessidades particulares de cada povo e comunidade.

1.1 Principais desafios da formação de professores indígenas

Apesar dos esforços de um conjunto de atores para a realização da formação de professores indígenas, pode-se afirmar que, de modo geral, os cursos destinados a esse fim se defrontam com vários problemas a serem superados. De diferentes naturezas, os desafios enfrentados assumem configurações e complexidades específicas em cada contexto indígena e institucional, com destaque para a necessidade de:

. estabelecimento de diálogo simétrico entre os diferentes saberes e conhecimentos (indígenas e não indígenas);

.compreensão e aplicação metodológica da interculturalidade crítica enquanto princípio orientador do diálogo entre diferentes “racionalidades” ou maneiras de explicar o mundo;

. reconhecimento da diferença como valor e como base do direito à igualdade;

. estabelecimento de processos e formas específicas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

. aprimoramento da leitura e da escrita sem desvalorização da oralidade;

. articulação dos diferentes espaços de formação (comunidade, movimento indígena, instituições formadoras e outros);

. construção de formas diferenciadas de acesso e permanência dos estudantes indígenas nas instituições formadoras;

. financiamento adequado aos programas de formação de professores indígenas para a garantia da sua qualidade sociocultural;

. criação das condições concretas (materiais, financeiras, pedagógicas) para a construção de novos percursos formativos;

. institucionalização das experiências já implantadas nas instituições de Educação Superior;

. realização da formação dos formadores;

. articulação do “ser professor em formação” e do “ser professor na escola da comunidade”. Ou seja, formar-se no processo de uma escola em construção, como é o caso das escolas indígenas de Nível Médio;

. estabelecimento de uma política linguística que atenda às especificidades sociolinguísticas e culturais de cada povo;

. definição de uma concepção (e organização) de estágio para quem já está atuando nas escolas indígenas como docente e como gestor, articulada com a pesquisa e a docência;

. efetivação da gestão colegiada, participativa e comunitária, garantindo a participação indígena; e

. definição de mecanismos de avaliação e de reconhecimento dos cursos de formação.

2. Princípios e objetivos

A formação de professores indígenas será específica, diferenciada, intercultural e, quando for o caso, bilíngue/multilíngue, em conformidade com os princípios da Educação Escolar Indígena. Esta formação orientar-se-á pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, pelas presentes diretrizes instituídas neste Parecer e no seu Projeto de Resolução (anexo); pelas diretrizes de cada sistema de ensino voltadas para as especificidades locais da Educação Escolar Indígena e de suas instituições formadoras, dentre outras orientações afeitas a esta matéria.

A construção e a implementação da Educação Escolar Indígena pressupõe uma formação de professores norteada pelos seguintes princípios:

. respeito à organização sociopolítica e territorial dos povos e comunidades indígenas;

. valorização das línguas indígenas entendidas como expressão, comunicação e análise da experiência sociocomunitária;

. reconhecimento do valor e da efetividade pedagógica dos processos próprios e diferenciados de ensino e aprendizagem dos povos e comunidades indígenas;

. promoção de diálogos interculturais entre diferentes conhecimentos, valores, saberes e experiências;

. articulação dos diversos espaços formativos, tais como a comunidade, o movimento indígena, a família e a escola; e

. articulação entre docentes, gestores e demais profissionais da educação escolar e destes com os educadores tradicionais da comunidade indígena.

São objetivos dos cursos destinados à formação de professores indígenas:

. formar, em nível da Educação Superior e, excepcionalmente, do Ensino Médio, docentes e gestores indígenas para atuar na Educação Escolar Indígena com vistas ao exercício integrado da docência, da gestão e da pesquisa assumida como princípio pedagógico;

. fundamentar e subsidiar a construção de currículos, metodologias e processos de avaliação e de gestão de acordo com os interesses de escolarização dos diferentes povos e comunidades indígenas;

. desenvolver estratégias que visem à construção dos projetos pedagógicos dos cursos das escolas indígenas com desenhos curriculares e percursos formativos diferenciados e que atendam às suas especificidades étnicas, culturais e linguísticas;

. fomentar pesquisas voltadas para as questões do cotidiano escolar, para os interesses e as necessidades culturais, sociais, étnicas, políticas, econômicas, ambientais e linguísticas dos povos indígenas e de suas comunidades, articuladamente aos projetos educativos dos povos indígenas;

. promover a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e as especificidades das etapas e modalidades da Educação Escolar Indígena requeridas nas circunstâncias específicas de cada povo e comunidade indígena; e

. promover a articulação entre os diferentes níveis, etapas, modalidades e formas da Educação Escolar Indígena, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa, de modo orgânico, em conformidade com os princípios da educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

3. Construção e desenvolvimento de programas e cursos específicos para a formação de professores indígenas

De modo geral, as experiências de formação de professores indígenas nos Níveis Médio e Superior têm-se dado mediante cursos que apresentam descontinuidade em sua oferta, buscando atender a demandas pontuais de professores e comunidades indígenas. Esta situação põe em evidência a necessidade de se criar e implementar uma política nacional de formação de professores indígenas, da formação inicial à continuada, de forma sistemática e articulada.

Para tanto, é fundamental que os sistemas de ensino e suas instituições formadoras garantam aos professores indígenas a formação em serviço e, quando necessário, concomitante com a sua escolarização. Esta formação deverá ser realizada em cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais e, quando for o caso, em outros cursos de licenciatura, programas especiais de formação pedagógica e aproveitamento de estudos ou, ainda, excepcionalmente, em outros cursos destinados ao magistério indígena de Nível Médio nas modalidades normal ou técnica.

Os cursos de formação em Nível Médio habilitarão para a docência na Educação Infantil[8] e no primeiro segmento do Ensino Fundamental. A formação em Nível Superior, por meio de cursos de pedagogias interculturais ou específicas, também habilitará os professores indígenas para atuarem na Educação Infantil e no primeiro segmento do Ensino Fundamental. Já outros cursos de licenciaturas interculturais ou específicas habilitarão estes professores para o segundo segmento do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

A formação continuada dar-se-á por meio de atividades formativas, cursos e programas específicos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado.

A formação inicial e continuada em serviço deve ser assegurada aos professores indígenas, garantindo-se o seu afastamento, sem prejuízo ao calendário letivo das escolas indígenas. Essas garantias são extensivas aos indígenas que atuam na docência e na gestão dos programas de Educação Escolar Indígena ofertados nas escolas indígenas, nas secretarias de educação, em seus órgãos regionalizados, bem como nos conselhos de educação.

3.1 Perfil do professor indígena a ser formado

Apesar das diferentes particularidades culturais e históricas e da diversidade de modos de organização social e de construção política de projetos de futuro para as comunidades indígenas, os professores indígenas têm também exercido, na maioria dos casos, um papel de liderança em suas comunidades. Assim, aliada à docência e à gestão, atuam como mediadores políticos e culturais no conjunto de suas relações interétnicas, protagonizando processos de reflexão crítica sobre os conhecimentos a serem estudados, interpretados e reconstruídos nas escolas[9].

---

[8] O atendimento da Educação Infantil para os povos indígenas dar-se-á de acordo com suas especificidades socioculturais e linguísticas, em conformidade com o disposto na Resolução CNE/CEB nº 5/2012. A LDB assegura em seu art. 4º, inciso I, que Educação Básica é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, contudo, para os povos indígenas, essa etapa não pode ser obrigatória em respeito ao direito da utilização de suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem de acordo com o § 2º do art. 210 da Constituição Federal, bem como o respeito a autonomia dos povos indígenas na escolha dos modos de educação de suas crianças, conforme o § 2º do art. 8 da Resolução CNE/CEB nº 5/2009.

[9] Referenciais para a Formação de Professores Indígenas, 2002, p. 20.

Assim, em atenção aos perfis profissionais e políticos requeridos pelos povos indígenas, os cursos destinados à formação inicial e continuada de seus professores devem prepará-los para:

atuação e participação em diferentes dimensões da vida de suas comunidades, de acordo com as especificidades de cada povo indígena;

conhecimento e utilização da respectiva língua indígena nos processos de ensino e aprendizagem;

realização de pesquisas com vistas à revitalização das práticas linguísticas e culturais de suas comunidades, de acordo com a situação sociolinguística e sociocultural de cada comunidade e povo indígena;

articulação da proposta pedagógica da escola indígena com a formação de professores indígenas, em relação à proposta política mais ampla de sua comunidade e território;

articulação das linguagens orais, escritas, midiáticas, artísticas e corporais das comunidades e povos indígenas no âmbito de suas escolas;

apreensão dos conteúdos das diferentes áreas do conhecimento escolarizado e sua utilização de modo interdisciplinar, transversal e contextualizado no que se refere à realidade sociocultural, econômica, política e ambiental das comunidades e povos indígenas;

construção de materiais didáticos e pedagógicos multilíngues, bilíngues e monolíngues, em diferentes formatos e modalidades;

construção de metodologias de ensino e aprendizagem que sintetizem e potencializem pedagogias ligadas às especificidades de cada contexto escolar indígena;

compreensão das regulações e normas que informam e envolvem a política educacional dos respectivos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras;

compromisso com o desenvolvimento e a aprendizagem do estudante da escola indígena, promovendo e incentivando a qualidade sociocultural da Educação Escolar Indígena;

firme posicionamento crítico e reflexivo em relação à sua prática educativa e às problemáticas da realidade socioeducacional de suas comunidades e de outros grupos sociais em interação;

vivência de diferentes situações de ensino e aprendizagem, a fim de avaliar as repercussões destas no cotidiano da escola e da comunidade indígena;

adoção da pesquisa como base pedagógica essencial da construção do itinerário formativo, com vistas a uma melhor compreensão e avaliação do seu fazer educativo, do papel sociopolítico e cultural da escola, da realidade dos povos indígenas e do contexto sociopolítico e cultural da sociedade brasileira em geral; e

identificação coletiva, permanente e autônoma de processos educacionais em diferentes instituições formadoras, inclusive daquelas pertencentes a cada povo e comunidade indígena.

Estes aspectos apontam, entre outras coisas, para a importância da prática da pesquisa nos cursos de formação de professores indígenas. O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) de 1998 e os Referenciais para a Formação de Professores Indígenas de 2002, publicados pelo MEC, destacam, neste sentido, a importância de se formar os professores indígenas como pesquisadores das práticas culturais e pedagógicas de suas próprias comunidades.

Ganha destaque, então, o caráter formativo das pesquisas e sua importância nos projetos socioeducativos e políticos dos povos indígenas. Os professores indígenas devem observar, então, a relação entre as pesquisas e o “plano de vida” de seus grupos de pertencimento, procurando torná-los cientes e partícipes das pesquisas.

3.2 Projetos pedagógicos de cursos e propostas curriculares

Os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) da formação de professores indígenas devem ser construídos no âmbito das instituições formadoras de modo coletivo, possibilitando uma ampla participação dos povos indígenas envolvidos com a proposta formativa e a valorização dos seus conhecimentos e saberes. Em consonância com os princípios da Educação Escolar Indígena, estes projetos devem ter como base:

a) as especificidades culturais e sociolinguísticas de cada povo e comunidade indígena, valorizando suas formas de organização social, cultural e linguística;

b) as formas de educar, cuidar e socializar próprias de cada povo e comunidade indígena;

c) a necessidade de articulação entre os saberes, as práticas da formação docente e os interesses etnopolíticos, culturais, ambientais e linguísticos dos povos e comunidades indígenas;

d) a relação entre territorialidade e educação escolar, estratégica para a continuidade dos povos e comunidades indígenas em seus territórios, contribuindo para a viabilização dos seus projetos de bem-viver;

e) a relação dos povos e comunidades indígenas com outras culturas e seus respectivos saberes.

Os PPCs de formação de professores indígenas devem indicar, às instituições formadoras, estratégias necessárias à oferta de formação inicial e continuada com qualidade sociocultural, assegurando o direito do acesso, da permanência e da conclusão exitosa do formando indígena. Na promoção desta qualidade e em atendimento às especificidades desta formação, que requer, dentre outras coisas, a realização de suas atividades em espaços e tempos diversificados, será necessário que se promova momentos de formação nas comunidades e nas instituições ou em outros espaços apropriados, observando o calendário sociocultural, econômico e ritual dos povos e comunidades, bem como os calendários letivos de suas escolas. Além destes espaços de formação, os museus, as bibliotecas, os laboratórios de ciências e de informática, as casas de cultura ou os centros culturais devem se constituir em importantes lugares formativos.

Aliados a esses aspectos, também deve-se levar em consideração a importância das diferentes presenças indígenas no ambiente de formação, tais como as dos sábios, xamãs, pajés, anciões ou “os mais velhos” e das lideranças políticas. Dada a importância dos papéis que desempenham na comunidade, na escola indígena e nos processos de formação, estes atores podem atuar como formadores, tendo os seus conhecimentos, saberes e experiências tradicionais valorizados.

Nesse sentido, as instituições formadoras deverão definir estratégias que garantam a participação destes atores sociais em diversas atividades dos cursos. Quando assumem conteúdos curriculares específicos, tais como os relacionados às atividades realizadas nas línguas indígenas, estes sábios devem configurar o quadro de formadores no projeto pedagógico do curso. Algumas instituições têm conseguido viabilizar suas participações caracterizando-os como colaboradores e outras ainda têm lhes outorgado títulos de notório saber, mecanismos que têm viabilizado a institucionalização de suas presenças.

Além destes, também se fazem presentes, geralmente, as crianças pequenas que necessitam de atenção e cuidado, acompanhando seus pais nas etapas de realização dos cursos de formação. A presença delas, ligada ao respeito aos valores e às tradições culturais dos formandos indígenas, tem-se apresentado como fator de equilíbrio sociocultural nos momentos em que os professores indígenas encontram-se afastados de suas comunidades.

Todos esses aspectos apontam para a necessidade de garantia de financiamentos públicos adequados e a busca de soluções logísticas para os problemas ligados ao deslocamento e à estadia destes diferentes atores nos diversos tempos e espaços de realização dos cursos de formação de professores indígenas. Os PPCs, com isso, devem prever estas situações e apontar estratégias para o seu atendimento em razão das características peculiares da formação de professores indígenas nas diferentes regiões do País.

As propostas curriculares da formação de professores indígenas, em atenção às especificidades da Educação Escolar Indígena, devem, então, ser construídas com base na pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, apresentando a flexibilidade necessária ao respeito e à valorização das concepções teóricas e metodológicas de ensino e aprendizagem de cada povo e comunidade indígena.

Sob essa perspectiva, os currículos poderão ser organizados em núcleos, eixos, temas contextuais ou geradores, módulos temáticos, áreas de conhecimento, dentre outras alternativas, sempre que o processo de ensino e aprendizagem assim o recomendar.

Na construção e organização da proposta curricular, visando à formação específica dos professores indígenas, deve-se considerar:

a territorialidade como categoria central a ser tratada em todas as dimensões dos componentes curriculares;

o conhecimento indígena, seus modos de produção e expressão;

a presença constante e ativa de sábios indígenas;

a consonância do currículo da escola indígena com o currículo da formação do professor indígena, numa perspectiva reflexiva e transformadora;

a interculturalidade, o bilinguismo ou multilinguismo, bem como as especificidades dos contextos socioculturais expressas nas demandas educacionais e na participação comunitária;

a pesquisa como fundamento articulador permanente entre teoria e prática ligado ao saber historicamente produzido e, intrinsicamente, aos interesses e às necessidades educativas, sociolinguísticas, políticas e culturais dos povos indígenas;

os conteúdos relativos às políticas socioeducacionais e aos direitos indígenas, tendo em vista a complexidade e a especificidade do funcionamento, da gestão pedagógica e financeira, bem como do controle social da Educação Escolar Indígena;

a perspectiva do exercício integrado da docência e da gestão de processos educativos escolares e não escolares; e

a participação indígena na gestão e na avaliação dos programas e cursos de formação de professores indígenas.

Outros componentes conformam a estrutura curricular da formação de professores indígenas, tais como a prática de ensino, o estágio e as atividades acadêmico-científico-culturais.

A prática de ensino se refere a um conjunto amplo de atividades ligadas ao exercício docente, desde o ato de ensinar propriamente dito até a produção e análise de material didático-pedagógico, a experiência de gestão e a realização de pesquisas. Constitui-se, então, em uma dimensão estratégica no processo de formação docente, informando de modo privilegiado as experiências de ensinar e aprender, e, ainda, em um momento de excelência do exercício da crítica e da reflexão.

Nesse sentido, construir e pensar a própria experiência docente é um exercício importante no processo formativo de professores indígenas na promoção de modelos de educação escolar assentados nas especificidades histórico-culturais e linguísticas dos povos indígenas.

A prática de ensino, na organização curricular, por este motivo, não pode ficar reduzida a um espaço isolado, restrita ao estágio e desarticulada do restante do curso. Deve permear todo o processo formativo, de suas atividades iniciais às de conclusão.

O estágio supervisionado, por sua vez, compreendido como importante componente curricular na formação docente, deve se vincular à prática de ensino.

Nesse sentido, mesmo para aqueles que já exercem a docência, o estágio se faz necessário, sendo concebido como tempo e espaço privilegiados de reflexão e ação sobre a prática docente.

Com vistas à garantia da qualidade socioeducativa e cultural da prática de ensino e do estágio supervisionado, torna-se importante que as instituições formadoras observem as seguintes orientações:

os princípios da Educação Escolar Indígena e suas práticas de pesquisa são elementos centrais na organização de todas as atividades do processo formativo;

suas atividades podem ser desenvolvidas nas escolas indígenas, nas secretarias de educação e em seus órgãos regionalizados, nos conselhos e fóruns de educação, nas organizações de professores indígenas e em outras associações do movimento indígena;

na apresentação de suas atividades finais, podem ser utilizados seminários, cadernos de estágio, produção de materiais didático-pedagógicos, vídeos, fotografias e outras linguagens ligadas às tecnologias da informação e da comunicação.

Nesses componentes curriculares a autonomia dos professores indígenas deve constituir-se em um de seus fundamentos, visando à construção de uma Educação Escolar Indígena crítica e transformadora. Isto, no entanto, não prescinde da necessidade de acompanhamento pedagógico dos professores em formação nas atividades da prática de ensino e do estágio supervisionado.

As atividades acadêmico-científico-culturais, em sua vasta possibilidade de realização, devem ser definidas nos projetos pedagógicos de cada curso e programa de formação. Podem ser consideradas atividades acadêmico-científico-culturais as participações dos cursistas nas organizações de professores indígenas, em eventos acadêmicos e culturais das diferentes áreas do conhecimento, em ações junto às escolas indígenas e não indígenas, nos diferentes momentos sociopolíticos de cada comunidade ou dos outros povos indígenas.

3.2.1 Formação dos formadores para atuarem nos programas e cursos de formação de professores indígenas

Os programas e cursos destinados à formação de professores indígenas requerem a atuação de profissionais com experiências no trabalho com povos indígenas e comprometidos política, pedagógica, étnica e eticamente com os respectivos projetos políticos e pedagógicos que orientam esses processos formativos.

Um dos desafios ligados à qualidade social da formação e da promoção de diálogos interculturais diz respeito à necessidade de se promover a formação de formadores que atuam nos cursos de formação de professores indígenas. Assim, as instituições formadoras devem promover essa formação, definindo nos seus projetos pedagógicos de cursos os objetivos e as estratégias de sua implementação.

Essa formação deve contemplar, nos seus fundamentos básicos:

as Diretrizes Curriculares Nacionais e Operacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para a Educação Escolar Indígena e para a formação de seus professores;

as Diretrizes Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos currículos escolares;

o projeto pedagógico dos cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas;

os estudos e as pesquisas históricas, antropológicas e linguísticas sobre os grupos indígenas partícipes da formação.

Com o objetivo de assegurar a qualidade e o respeito às especificidades desta formação, a participação dos indígenas nos quadros da docência e da gestão desses cursos é primordial para a colaboração institucional e a promoção do diálogo intercultural e do efetivo estabelecimento de relações sociopolíticas, culturais e pedagógicas mais simétricas.

As instituições formadoras devem adequar suas estruturas organizacionais para garantir a participação indígena no quadro docente do curso formador, assegurando as mesmas condições de trabalho e remuneração dispensados aos seus demais profissionais.

A participação de indígenas nesses quadros, na forma dialógica e colaborativa, deve ocorrer:

a partir da indicação das comunidades indígenas, de suas escolas e do colegiado do curso planejado para a formação de professores indígenas; e

com base no reconhecimento dos seus saberes e papéis sociocultural, político, religioso ou linguístico, independentemente de possuírem formação escolarizada.

3.2.2 Gestão

A gestão democrática dos cursos e programas destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas deve ser orientada pela efetiva participação, pelo direito à consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e pelo aspecto comunitário da Educação Escolar Indígena. O modelo de gestão, definido no projeto pedagógico do curso, é estratégico para o reconhecimento institucional e comunitário da formação de professores indígenas. Desse modo, as organizações de professores indígenas devem participar ativamente na gestão dos programas e cursos destinados à formação de seus profissionais como forma de assegurar controle social e autonomia por parte dos professores indígenas na construção dos seus processos de educação escolar e da sua formação docente. Além disso, as instituições formadoras devem ampliar seus espaços de participação, envolvendo, além dos indígenas, as representações das instituições parceiras na oferta da formação inicial e continuada de professores indígenas.

A participação dos representantes indígenas na gestão dos cursos de formação deve ser viabilizada de modo pleno e efetivo, desde a elaboração e o desenvolvimento até a avaliação do projeto pedagógico do curso. Para tanto, as instituições formadoras poderão criar diferentes instâncias com vistas à participação e ao controle social na gestão, como, por exemplo, as coordenações pedagógicas e administrativas, os colegiados com representação paritária, as coordenações nas comunidades indígenas e nas instituições formadoras, os conselhos administrativo-financeiros, dentre outras. Em suma, as instituições formadoras, na gestão dos seus cursos, devem institucionalizar a participação indígena.

A gestão democrática e participativa de caráter deliberativo corresponde à abertura e à flexibilidade inerentes às formações de professores indígenas, sobretudo pelo estabelecimento de diálogo direto com as comunidades indígenas. A participação deve, portanto, ser alargada à comunidade e não se restringir apenas à representação estudantil do professor indígena em formação. Essa participação deve contemplar também os representantes dos diferentes grupos étnicos presentes nos cursos, devendo estar associada à possibilidade de diálogo e respeito no que se refere às formas diversificadas dos povos indígenas em interagir com as instituições.

Nesse processo, as organizações de professores indígenas têm desempenhado papel importante ao acionar os sistemas de ensino em função das demandas de seus povos e comunidades por formações específicas e ao realizar articulações políticas necessárias à oferta destas formações, inclusive tomando parte em suas gestões. Isto evidencia a importância política da participação destas organizações nas formações, aspecto que contribui para a afirmação da autonomia dos povos indígenas na construção dos seus processos de educação escolar e da sua formação docente.

Todos esses aspectos da gestão devem ser devidamente estruturados e apresentados nos projetos pedagógicos de cursos de formação para que venham a alcançar o devido reconhecimento institucional e recebam o apoio político e financeiro necessário à garantia de uma infraestrutura de qualidade social e acadêmica condizente com os direitos e anseios dos povos indígenas.

3.2.3 Avaliação dos programas e cursos de formação

Todos os processos de avaliação dos programas e cursos devem ter os princípios e objetivos enunciados neste Parecer como referências fundamentais e os projetos pedagógicos de cursos como marcos estratégicos referenciais. Neste sentido, as avaliações devem ser:

periódicas e sistemáticas, com procedimentos e formas diversificadas, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização curricular, desempenho do quadro dos formadores e qualidade da vinculação do curso com as escolas indígenas;

executadas segundo procedimentos internos e externos que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado e sua reformulação.

Os processos de autorização, reconhecimento e regularização de programas e cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas devem considerar:

as Diretrizes Curriculares Nacionais, as normas complementares, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena e à formação de seus professores;

os projetos pedagógicos de cada programa e curso aprovados em suas respectivas instituições formadoras.

4. Promoção e oferta da formação de professores indígenas: colaboração e responsabilidades

A formação de professores indígenas deve ser uma das prioridades dos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras, visando a consolidar a Educação Escolar Indígena como um compromisso público do Estado brasileiro.

Os sistemas de ensino e suas instituições formadoras, em regime de colaboração, devem garantir o acesso, a permanência e a conclusão exitosa, por meio da elaboração de planos estratégicos diferenciados, para que os professores indígenas tenham uma formação com qualidade sociocultural, em parceria com outros órgãos de ensino e de assistência aos índios.

Os sistemas de ensino e suas instituições formadoras e de fomento a programas de iniciação à docência e à pesquisa devem definir estratégias e mecanismos que permitam a utilização de formas diferenciadas de acesso e permanência nos cursos destinados à formação de professores indígenas, tanto no âmbito da Educação Superior quanto no de Nível Médio.

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 5/2012, compete à União “ofertar programas de formação de professores indígenas [...] e das equipes técnicas dos Sistemas de ensino que executam programas de Educação Escolar Indígena” e, ainda, “orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações na área da formação inicial e continuada de professores indígenas”.

Cabe destacar que as Instituições de Educação Superior, em especial as mais próximas das comunidades indígenas, “devem se comprometer com as necessidades de formação dos professores indígenas em nível universitário” (Parecer CNE/CP nº 10/2002). Além disso, essas instituições podem ser parceiras na oferta de cursos de formação de professores indígenas em Nível Médio.

No que se refere às responsabilidades dos Estados e do Distrito Federal “caberá a estes a oferta e execução da Educação Escolar Indígena, diretamente ou por meio do regime de colaboração com seus municípios”, bem como, dentre outras competências, “a promoção da formação inicial e continuada de professores indígenas” (Resolução CNE/CEB nº 5/2012). Os municípios, que tenham constituído seus sistemas próprios, podem ofertar a Educação Escolar Indígena e promover a formação dos seus professores em Nível Médio e Superior por meio de suas instituições formadoras ou estabelecer parcerias com outros sistemas de ensino e suas instituições formadoras para este fim.

Considerando que nos últimos anos há um número crescente de professores indígenas egressos da Educação Superior, incluindo os formados nas licenciaturas interculturais, recomenda-se que as próprias escolas indígenas de Ensino Médio sejam espaços privilegiados para a oferta dos cursos de magistério indígenas, na modalidade normal.

Dada a nova configuração da gestão etnoterritorializada da Educação Escolar Indígena, definida por meio dos Territórios Etnoeducacionais (TEEs), recomenda-se que a promoção e a oferta da formação de professores indígenas, contempladas nos Planos de Ação de cada TEE (Decreto nº 6.861/2009), ocorra no âmbito deste mecanismo de gestão.

Na promoção e oferta da formação de professores indígenas, deve ser considerada a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (Funai), na constituição de parcerias e cooperações institucionais.

Por fim, a importância da formação dos professores indígenas para a efetivação do direito dos povos indígenas a uma educação escolar específica e diferenciada, em conformidade com seus projetos societários, tem sido cada vez mais posta em evidência na agenda de reivindicações do movimento indígena pelo reconhecimento de seus direitos. Para que essa formação ocorra em conformidade com os princípios e objetivos inscritos neste Parecer e em seu Projeto de Resolução (anexo), é imprescindível que os sistemas de ensino e suas instituições formadoras garantam as condições concretas para sua realização, destinando-se para isso recursos humanos e financeiros adequados.

II - VOTO DA COMISSÃO

À vista do exposto, propõe-se ao Conselho Pleno a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução anexo, do qual é parte integrante.

Brasília (DF), 2 de abril de 2014.

Nilma Lino Gomes – Presidente
Rita Gomes do Nascimento – Relatora
Ana Dayse Rezende Dorea – membro
Erasto Fortes Mendonça – membro
Luiz Roberto Alves – membro

III - DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno aprova, por unanimidade, o voto da Comissão.
Brasília, 2 de abril de 2014.

Conselheiro José Fernandes de Lima – Presidente

Publicado no D.O.U. de 28/11/2014, Seção 1, Pág. 21.

Parecer CNE/CP nº 2/2015

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

I – RELATÓRIO

1.1 Introdução

O Conselho Nacional de Educação designou Comissão Bicameral de Formação de Professores, formada por conselheiros da Câmara de Educação Superior e da Câmara de Educação Básica, com a finalidade de desenvolver estudos e proposições sobre a temática. Importante destacar que essa Comissão, em função da renovação periódica dos membros do CNE, foi, várias vezes, recomposta (Portaria CNE/CP nº 2, de 15 de setembro de 2004; Portaria CNE/CP nº 3, de 20 de setembro de 2007; Portaria CNE/CP nº 1, de 9 de outubro de 2008; Portaria CNE/CP nº 9, de 1º de junho de 2009; Portaria CNE/CP nº 1, de 18 de junho de 2010.

Em 2012, a Comissão Bicameral foi recomposta e oficializada na reunião do CP/CNE em 4 de setembro de 2012, conforme Ata nº 14, contando com os seguintes membros: José Fernandes de Lima, Benno Sander, Francisco Aparecido Cordão, José Francisco Soares, Luiz Fernandes Dourado, Luiz Roberto Alves, Malvina Tania Tuttman, Maria Izabel de Azevedo Noronha, Nilma Lino Gomes, José Eustáquio Romão e Sérgio Roberto Kieling Franco, ocasião em que houve manifestação de conselheiros no sentido de que a Comissão fosse mais efetiva. Posteriormente, por meio da Portaria CNE/CP nº 1, 28 de janeiro de 2014, a Comissão passou a contar com os seguintes membros: José Fernandes de Lima (Presidente), Benno Sander, Francisco Aparecido Cordão, José Francisco Soares, Luiz Fernandes Dourado, Luiz Roberto Alves, Malvina Tania Tuttman, Maria Izabel de Azevedo Noronha, Nilma Lino Gomes, José Eustáquio Romão, Sérgio Roberto Kieling Franco e Raimundo Moacir Mendes Feitosa. A Comissão, ao situar os estudos e debates desenvolvidos pelas comissões anteriores, aprofundou os estudos e as discussões sobre as normas gerais e as práticas curriculares vigentes nas licenciaturas, bem como sobre a situação dos profissionais do magistério face às questões de profissionalização, com destaque para a formação inicial e continuada, e definiu como horizonte propositivo de sua atuação a discussão e a proposição de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Nessa direção, a Comissão procedeu a estudos e discussões de subtemáticas a partir da apresentação de estudos demandados pela Comissão e de textos elaborados pelos conselheiros. Em 2013, a Comissão aprovou documento preliminar ratificando a decisão depropor DCNs para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica e o submeteu ao crivo de especialistas, entidades da área, Secretarias do Ministério da Educação, Capes, Inep, entre outros. Em seguida, a Comissão estruturou minuta base de resolução e iniciou o processo de discussão ampliada dos documentos.

Em 2014, após nova renovação dos membros do CNE, a Comissão, por meio da Portaria CNE/CP nº 6, de 2 de dezembro de 2014, foi novamente recomposta, passando a contar com os seguintes conselheiros: José Fernandes de Lima (CEB/CNE), Presidente, Luiz Fernandes Dourado (CES/CNE), Relator, Antonio Carlos Caruso Ronca (CEB/CNE), Francisco Aparecido Cordão (CEB/CNE), Gilberto Gonçalves Garcia (CES/CNE), Luiz Roberto Alves (CEB/CNE), Malvina Tania Tuttman (CEB/CNE), Márcia Angela da Silva Aguiar (CES/CNE), Nilma Lino Gomes (CEB/CNE), José Eustáquio Romão (CES/CNE),

Raimundo Moacir Mendes Feitosa (CEB/CNE) e Sérgio Roberto Kieling Franco (CES/CNE), membros. Considerando que boa parte dos membros da Comissão anterior foi mantida, e visando avançar os trabalhos iniciados, a Comissão prosseguiu suas atividades e submeteu nova versão de documento base e proposta de minuta das DCNs para discussão pública, envolvendo reuniões ampliadas, debates e participação em eventos sobre a temática. Merece especial realce a participação do MEC e suas Secretarias (Sase, SESu, SEB, Setec, Secadi e Seres), Capes, Inep, Consed, Undime, Fórum Ampliado de Conselhos, associações acadêmico-científicas e sindicais, instituições de educação superior, fóruns, especialistas, pesquisadores e estudantes vinculados à temática. Essa rodada de discussões, ao longo de 2014, propiciou críticas e sugestões, por meio de debates no CNE e em outros espaços em que conselheiros da Comissão Bicameral do CNE foram convidados.[1]

Nesse cenário, no cumprimento de suas atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, e no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, o que inclui formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional, por meio da Comissão Bicameral, o CNE foi efetivando seu papel e assegurando a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira no tocante à formação de profissionais do magistério da educação básica.

Assim, o CNE, ao estimular o debate nacional sobre a formação dos profissionais da educação e, na última década, ao criar e recompor a Comissão Bicameral, envolvendo conselheiros das Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, com o objetivo de desenvolver estudos e estabelecer as diretrizes para a formação dos profissionais do magistério para a educação básica e sua valorização profissional, visou cumprir, desse modo, uma de suas importantes missões: a elaboração e a aprovação de Diretrizes Nacionais.

Merece ser ressaltado o papel assumido pela Comissão Bicameral como protagonista desse processo, ao realizar inúmeras reuniões de trabalho, atividades, estudos, produção e discussão de textos desenvolvidos pelos membros da Comissão (ALVES, 2013a e 2014; DOURADO, 2013 e 2014; GOMES, 2013; LIMA, 2013 e 2013a; SANDER, 2013; TUTTMAN, 2013). Estes textos e os estudos e pesquisas desenvolvidos (DOURADO, 2009; SHEIBE, 2009; BORDAS, 2009 e DAMIES, 2012) a partir de demanda da Comissão Bicameral de Formação de Professores, no âmbito do Projeto CNE/UNESCO "Subsídio à Formulação e Avaliação de Políticas Educacionais Brasileiras", constituíram subsídios para o delineamento da referida proposta de Diretrizes à medida em que propiciaram elementos analíticos e propositivos substantivos concernentes à necessidade de consolidação das normas e diretrizes, análises dos

[1] Dentre outros encontros, destaca-se que em maio de 2012 foi realizado o Seminário sobre Formação de Professores no Conselho Nacional de Educação, oportunidade em que participaram das mesas de debates as Secretarias do MEC, Capes, Anfope, CNTE, Anped, Consed, Undime, Forumdir, CRUB, Andifes, Conif, Abruc, Abruem, Anpae, CEDES, Conselho Técnico-Científico da Educação Básica, Forprop, Associação Brasileira de Educação Musical, Associação Nacional de História, Sociedade Brasileira de Geografia, SBPC, Associação dos Pesquisadores em Ensino de Ciências, Sociedade Brasileira de Física, Sociedade Brasileira de Educação Matemática e Sociedade Brasileira de Química. Além disso, em 31 de março de 2014, houve reunião ampliada da Comissão Bicameral de Formação de Professores com convidados como Secretarias do MEC, FNE, Anfope, Anpae, Anped, Cedes, Forumdir, na qual o relator da matéria apresentou minuta de texto referente às Diretrizes Curriculares. Ainda, nos dias 15 e 16 de julho de 2015, foi realizada reunião técnica com a presença do Conif, Abruem, Abruc, Andifes, Consed, CNTE, Anfope, Uncme e FNCE. Ademais, em 2015, foram realizadas três reuniões técnicas da Comissão Bicameral: em 26/1/2015 e 4/5/2015, com representantes das Secretarias do MEC e Capes, e em 9/3/2015, uma reunião técnica ampliada que contou com a presença de representantes do Forumdir, CNTE, Anfope, Cedes, FNCE, Contee, Uncme e Anped, além do MEC e Capes.

cursos de licenciatura – inclusive a pedagogia – e avaliação de sua efetivação, bem como por sinalizações e proposições sobre as dinâmicas formativas, princípios, perfil, núcleos de estudos e eixos de formação, dentre outros. Parte das análises e proposições contidas nos textos e nos documentos demandados pela Comissão, após discussões pormenorizadas no âmbito da Comissão e nas sessões ampliadas coordenadas por esta, foram assumidas e ratificadas pela Comissão e, desse modo, foram incorporadas a esta proposta de DCNs para a formação dos profissionais do magistério da educação básica.

Nessa direção, com o processo intensificado a partir da recomposição da Comissão Bicameral em 2012 e, a partir de junho de 2014, pela aprovação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), visando ampliar ainda mais a discussão e a consolidação dos trabalhos, a Comissão realizou várias reuniões e discussões que contaram com a participação das Secretarias do Ministério da Educação (Sase, SEB, SESu, Setec, Secadi), Capes, Inep e, em vários momentos, de instituições de educação superior, Fórum Ampliado de Conselhos, entidades acadêmicas e sindicais, especialistas e estudantes, fóruns de educação, inclusive discussão específica no âmbito do Fórum Nacional de Educação. É importante salientar, ainda, a participação de membros da Comissão nas conferências municipais, estaduais e nacional, onde a temática da formação esteve presente no eixo VI nos documentos referencial, base e final da Conae 2014. Além dessas atividades, destacam-se reuniões com instituições de educação superior, conselhos estaduais de educação, participação de membros da comissão em eventos[2], abordando as DCNs para a formação de profissionais da educação, e em atendimento a diversas demandas da comunidade educacional para discussão das novas DCNs propostas. Após todo esse processo de ampla discussão, foi disponibilizada pela Comissão, para audiência pública, proposta de DCNs que foi sendo consolidada. A audiência pública foi realizada em sessão específica do Conselho Pleno para tratar da temática, no dia 6 de abril de 2015, na cidade do Recife/PE. Nessa ocasião, as manifestações, envolvendo diferentes interlocutores, destacaram a importância e os avanços presentes na proposta das DCNs e foram apresentados, ainda, sugestões de alterações visando reforçar concepções e proposições contidas no referido documento. Após essa etapa da audiência pública, foi apresentada e discutida nova proposta de DCNs, na qual foram incorporadas contribuições da audiência pública e também de outros documentos e sugestões recebidas. A Comissão Bicameral aprovou o texto, por unanimidade, em 4 de maio de 2015, para apresentação, discussão e deliberação no Conselho Pleno do CNE. Em 5 de maio de 2015, em sessão ordinária do Conselho Pleno, o trabalho da Comissão foi apresentado pelo Relator e, em decorrência desse processo, foi proposta e aprovada, por unanimidade, pelos membros do Conselho Pleno do CNE, a realização de uma reunião extraordinária deste Conselho para deliberação sobre o Parecer e a minuta de Resolução sobre a matéria. Nessa direção, a reunião deliberativa foi agendada para o dia 9 de junho de 2015.

É relevante ressaltar que o Parecer, em análise, bem como a minuta de Resolução, encontram-se em consonância com a legislação pertinente: - Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988; - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); - Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundeb; - Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, que modifica as competências e a estrutura organizacional da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; - Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica; - Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394/1996; - Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, especialmente as metas (15 a 18) e

[2] Nos últimos dois anos, além de reuniões de trabalho, seminários, discussões sobre as DCNs de Formação/CNE foram efetivadas na Universidade de São Paulo/FE/USP, UFRN/FE; UNICAMP/FE; UnB/Decanato de Graduação; UFG/Fórum de Licenciatura; UnB/ForGrad Centro-Oeste; PUC/GO/Escola Humanidades; UFAM/ForGrad/Norte; UFRGS/Faculdade de Educação/Conselho Estadual; UFG/Catalão; UFCG; UFPba; Conselho Estadual de Educação de Goiás/UFG/IFGOIANO; UFPE; XVII Endipe; UFBA/Forumdir; Anfope; Capes/Pasem; UCB; UFPA/IE, dentre outros.

suas estratégias direcionadas aos profissionais do magistério da Educação Básica; Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências; Resoluções e Pareceres do CNE sobre a temática. Importante destacar, ainda, que este Parecer considera as deliberações das Conferências Nacionais de Educação (Conae) de 2010 e 2014, bem como o longo processo de estudos, consultas e discussões, experiências e propostas inovadoras, resultados de pesquisa, indicadores educacionais, avaliações e perspectivas sobre a formação inicial e continuada para a educação básica, tendo em vista, ainda, os desafios para o Estado brasileiro no sentido de garantir efetivo padrão de qualidade para a formação dos profissionais do magistério em um cenário em que a Emenda Constitucional nº 59/2009 amplia a educação básica obrigatória do ensino fundamental para a educação de 4 a 17 anos e prevê a sua universalização até 2016, o que, certamente, vai requerer esforço do País no sentido de maior organicidade, efetivas ações de cooperação e colaboração entre os entes federados e entre as instituições de educação superior e as instituições de educação básica.

Os estudos e debates realizados no CNE, envolvendo professores, gestores, pesquisadores e estudantes, tanto no contexto da Câmara de Educação Básica, quanto na Câmara de Educação Superior, não deixam margem a dúvidas quando o tema é a formação inicial e continuada e seus resultados no cotidiano da escola brasileira.

Merece ser ressaltado, ainda, estudos e pesquisas, nacionais e internacionais[3], que sinalizam importantes e diversas visões sobre a formação de professores, destacando-se, entre outros, questões atinentes a identidades desses profissionais; financiamento e gestão; avaliação e regulação; conhecimento, informação e interdisciplinaridade; dinâmicas formativas e processos de trabalho; saberes docentes, didática e prática educativa; papel da educação a distância; articulação entre educação superior e educação básica e regime de colaboração.

Há questões e problematizações relativas ao repertório de conhecimento dos professores em formação; ao tratamento de conteúdos e dos modos de gerar, difundir e avaliar conhecimento; às oportunidades para desenvolvimento cultural; às concepções de prática educacional; à pesquisa; às articulações entre etapas e modalidades da educação básica que não são consideradas em sua plenitude; à relação entre matrizes curriculares do processo formador e a base nacional comum e garantia de diversificação curricular, bem como dos sentidos do trabalho contemporâneo; às disputas sociais e políticas de que a educação e escola fazem parte; aos sentidos de diversidade e desigualdade. Por certo, há indicações de possíveis soluções, mas essas não constituem, ainda, uma política nacional de formação sob intenso e contínuo regime de colaboração entre os entes federados.

Portanto, é possível listar as palavras geradoras da ação dos conselhos de educação nos vários territórios do país, das instituições formadoras do magistério, dos sujeitos em processo de formação e estudantes, sujeitos do ensino e da aprendizagem, de instituições da sociedade civil interessadas no tema e das demais comunidades e grupos a quem a educação é centralidade social: formação, escola, ensino-aprendizagem, autonomia, direito e qualidade à

[3] Dentre estes destaco: ALVES (2013, 2013a, 2014); AGUIAR, M.A.S. *et al.* (2006); AGUIAR, M.A.S. (2009); ANDRÉ, M. *et al*. (1999); ANDRÉ, M. (2015); Anpae (2014); Anped (2014); Anfope (2014); ARROYO (2015); BRZEZINSKI (2011, 2014); Cedes (2014); CNTE (2013, 2014); COÊLHO (1998); Conif (2014); DOURADO (2011, 2013, 2013a e 2014); DOURADO, OLIVEIRA e GUIMARÃES (2003); FAZENDA, I.C. (1998); Forumdir (2014); FREITAS (2002, 2007, 2014); GATTI (2008, 2010); GATTI, B.A, BARRETO, E.S.S e ANDRÉ, M.E.D.A (2011); GOMES (2013); LEITE, Y.U e LIMA, V.M.M. (2010); LIMA (2013, 2014); MOREIRA e CANDAU (2003); NÓVOA (1992); OLIVEIRA, D.A. (Coord.); AUGUSTO, M.H.G., GOMES, H.S.O. e HONÓRIO, L.C. (2013); OLIVEIRA, D.A. (2006); PIMENTA, ALMEIDA (2014); PIMENTA, LIBÂNEO (2000); SANDER, B. (2013); SCHEIBE (2010); SCHEIBE e AGUIAR (1999); SILVA e LIMONTA (2015); TUTTMAN (2013); VIEIRA (2014).

educação, infraestrutura, política, tecnologias, base comum nacional (LDB). Essa geração de linguagem, debatida sistematicamente, pode gerar, por sua vez, um campo de sentidos novo e inovador para a política de formação tida, aqui, como inadiável.

Importante salientar que a formação de profissionais do magistério da educação básica tem se constituído em campo de disputas de concepções, dinâmicas, políticas, currículos, entre outros.

1.2. Políticas para a valorização dos profissionais da educação: antecedentes

A partir da década de 1990, entre outros processos, as políticas públicas passam a serem orientadas por uma reforma de Estado, que engendra alterações substantivas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando as formas de gestão e, consequentemente, as políticas públicas, particularmente, as políticas educacionais. Tais políticas passam por alterações importantes no mundo e no Brasil.

No caso brasileiro, houve mudança na lógica das políticas educacionais e nos seus diversos espaços de decisão e efetivação. Houve mudanças políticas e ideológicas no campo da educação básica e superior, requerendo alterações de ordem jurídico-institucional nos processos de regulação e avaliação.

Há de situar, nesse contexto, a concepção da educação como direito, em 1988, na Constituição Federal (CF), e os desdobramentos legais previstos na Carta Magna. A CF de 1988 estabeleceu um conjunto de princípios no Capítulo da Educação, destacando-se a gratuidade no ensino público em todos os níveis, a gestão democrática da escola pública, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária, a autonomia das universidades, entre outros.

Na arena educacional, efetivou-se a aprovação da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, regulamentando o Conselho Nacional de Educação e instituindo avaliações periódicas nas instituições e nos cursos superiores, assim como amplo processo de disputas, que demarcaram a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/1996), e, em 2001, do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), que resultou das disposições legais do artigo 214 da CF de 1988 e das disposições transitórias da LDB, em seu artigo 87, parágrafo 1º.

A LDB reserva um conjunto de princípios que indica alterações na forma de organização de gestão da educação, paradoxalmente balizado, de um lado, pelos processos ditos de descentralização e flexibilização e, de outro lado, por novas formas de controle e padronização, por meio de processos avaliativos estandardizados. Cury (2001) chama a atenção para as várias vozes diferentes na legislação, cujos sons não são uníssonos e, ao mesmo tempo, para eixos balizadores da LDB, tais como flexibilidade e descentralização de competências, que têm como contraponto a regulamentação dos órgãos normativos, articulados à instituição de um Sistema Nacional de Avaliação. Importante destacar que tal processo não se efetivou via instituição do Sistema Nacional de Educação.

O PNE aprovado em 2001 é revelador dos seguintes indicativos de políticas para a educação: diversificação e diferenciação do sistema por meio de políticas de expansão da não ampliação dos recursos vinculados ao governo federal para a educação; a aferição da qualidade de ensino mediante sistema de avaliação; e a inclusão de capítulos específicos sobre o magistério da educação básica e sobre a educação a distância e novas tecnologias, incidindo diretamente na formação de professores. Destaca-se também, no documento, um capítulo sobre financiamento e gestão educacional, ainda que o Plano seja marcado pela ausência de mecanismos de financiamento para concretizá-lo. A educação superior, por sua vez, articulada aos processos de avaliação, regulação, vivencia claro processo de indução à diversificação e à diferenciação, cuja lógica foi consubstanciada na LDB e em dispositivos legais posteriores. Merecem destaque, especialmente, os Decretos nº 2.306, de 19 de agosto de 1997 e nº 3.860, de 9 de julho de 2001 e, atualmente, o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, que flexibilizam a estruturação da educação superior no país e, como decorrência, o

princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como seu parâmetro básico. Tais Decretos incidiram, substantivamente, na organização acadêmica, com desdobramentos efetivos na formação de professores. Além desses Decretos, temos, no campo educacional, a efetivação de Resoluções, Portarias e outros dispositivos regulatórios que engendram mudanças na cultura institucional e, portanto, nas dinâmicas de gestão e organização desse nível de ensino.

Ao segmentarem a educação superior pelo estímulo à expansão das matrículas e à diversificação institucional, na prática, as políticas para o setor, na maioria dos casos, contribuíram para a redução da educação superior à função de ensino. Como decorrência desse processo, ocorreram processos e disputas de concepções na ação institucional relativa à formação de professores, destacando-se o *lócus* onde deveria ocorrer suas prioridades, diretrizes, dinâmica curricular, relação entre formação e valorização profissional, entre outras. É importante situar que a priorização dos bacharelados, nas diversas áreas, contribuiu para a redução de espaço dos cursos de licenciatura e, em muitos casos, para o consequente empobrecimento da formação de professores, agravado, ainda, pelo fato de grande parte das IES formadoras – faculdades e centros universitários – pautar sua atuação no âmbito do ensino, secundarizando a pesquisa e a extensão. Por outro lado, é relevante reconhecer, paradoxalmente, outros movimentos, sobretudo nas universidades, de rediscussão da formação, resultando na instituição de *fóruns de licenciaturas*, na estruturação de projetos pedagógicos articulados para as licenciaturas, na proposição de políticas e gestão, entre outros.

Destaca-se que a política de expansão desenvolveu-se, sobretudo, articulada aos processos de diferenciação e diversificação, inclusive de instituições formadoras.

1.3. A formação de profissionais do magistério da educação básica: a Conae e a busca de organicidade das políticas e programas

Na última década, vários movimentos se efetivaram direcionados a repensar a formação de profissionais do magistério da educação básica, incluindo questões e proposições atinentes à formação inicial e também em relação à formação continuada.

Destacaram-se, nesse processo, a criação da Rede Nacional de Formação Continuada, em 2004, pelo MEC; a busca de maior organicidade entre os programas e os gestores de tais políticas; o redimensionamento da Capes ampliando o foco de sua atuação ao incluir a formação de professores de educação básica; a instituição do Sistema UAB, dentre outros.

Dentre os programas voltados à formação, destacam-se, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID[4], o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR, o Programa de consolidação das licenciaturas – Prodocência, a Rede Nacional de Formação Continuada, o Proletramento, a Formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, entre outros, o apoio a cursos de segunda licenciatura, além de discussões sobre novas bases para a formação inicial e continuada, cursos experimentais de formação de professores direcionados à educação do campo e indígena. Tais perspectivas articulam-se, ainda, com políticas de inclusão e estímulo ao reconhecimento e respeito à diversidade que vão encontrar espaço no âmbito das Conferências Nacionais de Educação – Conferência Nacional de Educação Básica – Coneb, realizada em 2008, Conae 2010 e Conae 2014.

No âmbito do CNE, houve movimentação em direção à busca de maior organicidade para a formação de profissionais do magistério da educação básica, como apresentado anteriormente a partir da criação e recomposição da Comissão Bicameral sobre a temática, incluindo a rediscussão das Diretrizes e outros instrumentos normativos acerca da formação inicial e continuada. Nesse cenário, a Comissão Bicameral do CNE que trata das normas para a formação de profissionais do magistério da educação básica, visando ao estabelecimento de

[4] Para maior informação sobre os programas, consultar os seguintes sites: http://www.capes.gov.br/educacao-basica e http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com- contente &view=article&id=18838&Itemid=842.

Diretrizes Nacionais, tem debatido tal necessidade inadiável, resultando em estudos realizados, seminários e discussão de documentos com a participação de entidades representativas da área. Mais recentemente, com a recomposição da Comissão Bicameral, em 2012, foram retomados e discutidos os estudos mencionados e novos textos foram objeto de apresentação e discussão pela Comissão, por meio de abordagens temáticas diversas, tais como: experiência internacional de formação, imagens midiáticas do magistério, base comum nacional e o processo de formação dos professores, dos alcances da diversidade social, política e econômica em que se insere a educação e dos contextos de conhecimento que sugerem um processo de formação. Em 2013 e 2014, a Comissão deu continuidade às suas atividades e efetivou reuniões de trabalho com as Secretarias do MEC, Capes, Inep e entidades acadêmico-científico e sindicais da área, IES, situações em que apresentou documento preliminar que foi objeto de discussão, questionamentos e proposições em forte sintonia com a Conae e com o PNE aprovado em 2014.

Todo esse esforço da Comissão articula-se aos movimentos no campo visando maior organicidade das políticas, programas e ações atinentes à formação inicial e continuada. Merece ser ressaltado que a Comissão entende que as deliberações da Conae cumprem papel singular nesse processo, no sentido de que o documento final da Conae 2010 e da Conae 2014 avança ao destacar a articulação entre Sistema Nacional de Educação, as políticas e a valorização dos profissionais da educação e o faz situando quem são esses profissionais ao afirmar que, no contexto de um sistema nacional de educação e no campo das políticas educacionais, a formação, o desenvolvimento profissional e a valorização dos(das) trabalhadores(as) da educação são partes constitutivas da agenda de discussão. Sob outro ângulo de análise, ancorado na necessidade política de delimitar o sentido da profissionalização de todos(as) aqueles(as) que atuam na educação, assumem centralidade os termos “profissionais da educação” e, no seu bojo, os profissionais do magistério, entendidos, no referido documento, como os(as) docentes que atuam diretamente no ensino e devem ser licenciados para tal, como condição para ingresso na carreira profissional.

O documento da Conae 2010 destaca, ainda, e aqui reafirmamos, que a questão da profissionalização, que integra tanto a formação quanto à valorização desses(as) profissionais, tem gerado inúmeros debates no cenário educacional brasileiro, desencadeando políticas, assim como a mobilização de diversos(as) agentes, na tentativa de construir uma educação democrática para todos(as), com padrões nacionais de qualidade para as instituições. Nesses debates tem ficado mais explícitos que as duas facetas dessa política – formação e valorização profissional – são indissociáveis, o que foi ratificado no documento final da Conae (2014).

O documento da Conae reafirma a base comum nacional como fundamento para a formação de profissionais para a educação básica, em todas as suas etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades (educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância)

A base comum nacional (LDB), definida no documento da Conae 2010, deve voltar-se para a garantia de uma concepção de formação pautada tanto pelo desenvolvimento de sólida formação teórica e interdisciplinar em educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos(as) e nas áreas específicas de conhecimento científico quanto pela unidade entre teoria e prática e pela centralidade do trabalho como princípio educativo na formação profissional, como também pelo entendimento de que a pesquisa se constitui em princípio cognitivo e formativo e, portanto, eixo nucleador dessa formação. Deve, ainda, considerar a vivência da gestão democrática, o compromisso social, político e ético com projeto emancipador e transformador das relações sociais e a vivência do trabalho coletivo e interdisciplinar, de forma problematizadora. Tais concepções articulam as diretrizes, definições, metas e estratégias do PNE e, desse modo, devem ser basilares para as diretrizes nacionais para a valorização dos profissionais da educação.

Nessa direção, consubstanciado nas deliberações da Conae, entendemos que as concepções fundantes para a valorização dos profissionais da educação e, neste contexto, para a formação dos profissionais do magistério da educação básica, avançam no sentido de

concepção ampla e valorização entendida a partir da articulação entre formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho e se articulam a movimentos e discussões históricas que vêm sendo delineados no campo, por meio de entidades científico-acadêmicas, sindicais, órgãos gestores, instituições formadoras, sistemas de ensino, dentre outros.

Por essa compreensão, a formação dos(das) profissionais do magistério da educação deve ser entendida na perspectiva social e alçada ao nível da política pública, tratada como direito, superando o estágio das iniciativas individuais para aperfeiçoamento próprio, por meio da articulação entre formação inicial e continuada, tendo por eixo estruturante uma base comum nacional e garantia de institucionalização de um projeto institucional de formação.

Nóvoa (1992) sinaliza importantes considerações sobre a situação da formação de professores e a necessidade de projeto da profissão docente ao afirmar que:

> A formação de professores ocupa um lugar central neste debate, que só se pode travar a partir de uma determinada visão (ou projecto) da profissão docente. É preciso reconhecer as deficiências científicas e a pobreza conceptual dos programas actuais de formação de professores. E situar a nossa reflexão para além das clivagens tradicionais (componente científica versus componente pedagógica, disciplinas teóricas versus disciplinas metodológicas, etc.), sugerindo novas maneiras de pensar a problemática da formação de professores.

Saliente-se, nesse cenário, que a aprovação das DCNs para o curso de Pedagogia, licenciatura, resultado de amplo debate, trouxe inovações importantes para a formação de professores, destacando-se, entre outros pontos, a concepção de docência compreendida "como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo". Merece ser ressaltada, ainda, a perspectiva formativa proposta por essas Diretrizes Curriculares ao prever que, para o curso de Pedagogia, aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Outro marco importante e com incidência efetiva na área educacional deu-se por meio da aprovação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2006[5]. Nesse Plano, a educação em direitos humanos "é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações".

Merece ser ressaltado, ainda, esforço efetivado pelo Conselho Nacional de Educação no sentido de maior organicidade das diretrizes para a educação básica, ao aprovar as

[5] Sobre a temática Direitos Humanos e Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos ver: ALVES (1994); BRASIL/SDH (2006); CANDAU e SACAVINO (2000); COMPARATO (2001); RODINO, FERNANDEZ, ZENAIDE (2014) e SOUSA (2014).

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, as Diretrizes para a Educação Infantil, as Diretrizes para o Ensino Fundamental de 9 anos, as Diretrizes para o Ensino Médio, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, as Diretrizes Operacionais para a oferta de Educação de Jovens e Adultos, as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, as Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Tais diretrizes contribuem, efetivamente, para o repensar da educação básica e suas políticas numa perspectiva de educação pautada na diversidade, direitos humanos e inclusão. Ademais, convergem na compreensão da educação básica como direito universal, espaço de construção identitária dos sujeitos, respeitando e valorizando as diferenças, onde liberdade e pluralidade tornam-se exigências do projeto formativo e educacional.

Assim, o reconhecimento e a valorização das diferenças, nas suas diversas dimensões – e especialmente no que se refere à diversidade étnico-racial, sexual, de gênero e identidade de gênero, geracional, cultural e regional, além das diferenças cognitivas e físicas – não se limitam ao respeito e à tolerância nas relações interpessoais, mas, como parte do processo formativo, produz implicações no currículo, na prática pedagógica e na gestão da instituição educativa.

Mais recentemente, a partir de 2008, intensifica-se a ampliação das ações formadoras com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008), indicando que a expansão de cursos deveria reservar 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciaturas, especialmente em cursos da área de ciências de modo a enfrentar a falta de professores nessas áreas[6]. Nesse sentido, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni e a criação dos Institutos Federais, a partir de 2008, com prerrogativas de autonomia, sinalizaram processo de expansão e interiorização da educação superior pública federal e, no seu bojo, a expansão das licenciaturas a ser consolidada.

Na última década, portanto, deu-se a busca de organicidade das políticas, tais como, a Lei nº 11.494/2007, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, a Lei nº 11.738/2008, que instituiu o Piso Salarial Nacional dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, e a Lei nº 12.014/2009, que definiu os profissionais da educação escolar básica; e, ainda, a realização de conferências de educação, com destaque para a Conferência Nacional de Educação Básica – Coneb, realizada em 2008, a Conferência Nacional de Educação – Conae, realizada em 2010 e 2014, além da criação do Fórum Nacional de Educação[7].

Importante avanço, nesse processo, foi o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação

[6] A respeito da falta de professores nessas áreas, ver Documento elaborado pelo CNE "Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais". Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas para superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB).

[7] Necessário se faz destacar a importância de conferências, anteriormente realizadas, tais como: Conferências Brasileiras de Educação, Congressos Nacionais de Educação, Conferência de Educação do Campo, Conferência de Educação Indígena, Conferência de Educação Tecnológica. Essas Conferências contaram com a participação ativa das sociedades civil e política e ocupam importante papel na agenda das políticas educacionais.

Básica, disciplinou a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes no fomento a programas de formação inicial e continuada, e deu outras providências. Esse Decreto, em sintonia com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, ao instituir a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, definiu como escopo a finalidade de organizar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.

No propósito dessas políticas, alterações se processaram no âmbito dos programas federais e de sua gestão, por meio, dentre outros, da Portaria MEC nº 1.328, de 23 de setembro de 2011, que formaliza a "Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, de forma a apoiar as ações de formação continuada de profissionais do magistério da educação básica e em atendimento às demandas de formação continuada formuladas nos planos estratégicos de que tratam os artigos 4º, 5º, e 6º do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009".

Essa Portaria define importantes elementos, em consonância com o disposto no Decreto nº 6.755/2009, para o desenho da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, como previsto na Lei nº 13.005/2014 (PNE). Destacamos, entre outros tópicos, que:

1) a Rede é formada pelas IES, públicas e comunitárias, sem fins lucrativos, e pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IF que aderirem à Rede;

2) a Rede será coordenada e supervisionada pelo Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica, que terá como finalidade formular, coordenar e avaliar as ações e programas do Ministério da Educação – MEC, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;

3) a Rede deverá atuar em articulação com os sistemas de ensino e com os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente;

4) a Rede, em consonância com os planos estratégicos dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, terá apoio financeiro do MEC para as despesas decorrentes das iniciativas propostas, bem como concessão e pagamento de bolsas a participantes dos programas, cursos e ações desta;

5) a IES ou IF que aderir à Rede deverá instituir um Comitê Gestor Institucional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto na Resolução nº 1, de 17 de agosto de 2011, do Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica.

Merece destaque, ainda, como subsídio à formulação da Política Nacional de Formação, prevista no PNE, a Portaria MEC nº 1.087, de 10 de agosto de 2011, que, ao instituir o Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica, responsável pela formulação, coordenação e avaliação das ações e programas do MEC, Capes e FNDE, no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, sinalizou a busca por maior organicidade da política nacional, ao estabelecer às Secretarias do MEC e demais órgãos participantes as seguintes atribuições: "I - propor diretrizes pedagógicas e definir cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação básica a serem ofertados às redes de educação básica; II - aprovar os planos estratégicos elaborados pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, de que tratam os arts. 4º, 5º e 6º do Decreto 6.755, de 29 de janeiro de 2009; III - analisar a demanda e organizar a oferta dos cursos nos estados onde o Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente não elaborar o plano estratégico; IV - definir, com base em custo/aluno por curso, montante de recursos orçamentários a ser alocado para implementação das ações de formação inicial e continuada de profissionais da educação básica; V – disponibilizar sistema de informação a ser utilizado pelas redes de ensino e Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente para o planejamento e monitoramento das ações de formação inicial e continuada dos profissionais da educação

básica; VI - indicar os representantes do MEC nos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, de que trata art. 4º, § 1º, II, do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009; VII - monitorar e avaliar os programas de formação inicial e continuada financiados pelo MEC, Capes e FNDE."

Outra importante iniciativa de articulação entre educação básica e educação superior pode ser encontrada no Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) aprovado pela Capes. Esse "documento é constituído de duas partes: o Plano propriamente dito, composto pelos capítulos que tratam da situação atual, das previsões e das diretrizes para o futuro da pós-graduação e os Documentos Setoriais, que incluem os textos elaborados por especialistas convidados".

O Plano está organizado em cinco eixos: 1 – a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias; 2 – a criação de uma nova agenda nacional de pesquisa e sua associação com a pós-graduação; 3 – o aperfeiçoamento da avaliação e sua expansão para outros segmentos do sistema de C,T&I; 4 – a multi e a interdisciplinaridade entre as principais características da pós-graduação e importantes temas da pesquisa; e 5 – o apoio à educação básica e a outros níveis e modalidades de ensino, especialmente o ensino médio, onde se busca estabelecer maior articulação da pós-graduação com a educação básica.

1.4. O PNE como política de Estado e os desafios para a formação inicial e continuada

A aprovação do Plano Nacional de Educação pelo Congresso Nacional e a sanção Presidencial, sem vetos, que resultaram na Lei nº 13.005/2014, inauguraram uma nova fase para as políticas educacionais brasileiras. Esse Plano, se entendido como Plano de Estado e epicentro das políticas educacionais, por meio da efetiva articulação entre os entes federados, apresenta no artigo 2º as seguintes diretrizes:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Além das diretrizes que são sinalizadoras de busca de maior organicidade para a educação nacional no decênio 2014/2024, a referida Lei apresenta 20 metas e várias estratégias que englobam a educação básica e a educação superior, em suas etapas e modalidades, a discussão sobre qualidade, avaliação, gestão, financiamento educacional e valorização dos profissionais da educação.

Merece especial destaque a definição no PNE sobre a institucionalização do Sistema Nacional de Educação, em dois anos. Tal processo, ressultante de relações de cooperação e colaboração entre os entes federados, envidará, como proposto no Plano, a criação de instâncias de pactuação e cooperação. O referido Sistema ensejará criação de subsistemas que lhe dêem materialidade, incluindo, nestes, o subsistema de valorização dos profissionais da educação, incluindo políticas direcionadas à busca de maior organicidade entre formação inicial, continuada, carreira, salários e condições de trabalho (DOURADO, 2013a).

Essas metas e estratégias articuladas às Diretrizes do PNE, ao estabelecerem os nexos constituintes e constitutivos para as políticas educacionais, devem ser consideradas na educação em geral e, em particular, na educação superior e, portanto, base para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, objetivando a melhoria desse nível de ensino e sua expansão como previsto no PNE 2014.

Merecem ser ressaltadas, ainda, as seguintes metas e suas estratégias que incidem diretamente na valorização, formação inicial e continuada dos profissionais da educação e, em seu bojo, dos profissionais do magistério:

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do *caput* do artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.

Todas essas metas e estratégias incidirão nas bases para a efetivação de uma política nacional de formação dos profissionais da educação e para as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério. Essa política, como definido na Meta 15, tem por centralidade a busca de maior organicidade à formação dos profissionais da educação, incluindo o magistério. Assim, a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, a ser definida até 24 de junho de 2015, tem por finalidade organizar e efetivar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em estreita articulação com os sistemas, redes e instituições de educação básica e superior, a formação dos profissionais da educação básica. Essa política nacional, a ser coordenada pelo MEC, se constituiu como componente essencial à profissionalização docente.

Nesse contexto, é fundamental consolidar o papel dos Fóruns Estaduais e Distrital Permanentes de Apoio à Formação dos Profissionais da Educação Básica na formulação e pactuação de planos estratégicos que contemplem diagnóstico da formação inicial e continuada, ações e programas a serem desenvolvidos, gestão e financiamento (atribuições e responsabilidades).

Essa política nacional, em articulação com a Meta 12 do PNE, que prevê a ampliação efetiva de vagas na educação superior, definindo que 40% destas vagas deverão ser oferecidas pelo setor público, deverá contar com Comitê gestor da política nacional com a finalidade de estabelecer planos estratégicos, prevendo ações e programas a serem apoiados técnica e financeiramente pelo MEC, bem como contrapartidas e compromissos a serem assumidos pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Nessa direção, em consonância com a política nacional, compete ao poder público priorizar, na expansão projetada pelo PNE (40% das vagas no setor público), a formação dos profissionais da educação por meio de suas instituições de educação superior.

1.5. Indicadores da formação de professores: desafios e perspectivas

Como vimos, na última década, vários esforços foram efetivados visando garantir maior organicidade entre as políticas, os programas e as ações direcionados à formação de professores. Para avançar, nesse contexto, e tendo em vista a aprovação do PNE, faz-se necessário consolidar políticas e normas nacionais fundamentais para garantir a formação inicial em cursos de licenciatura dos profissionais do magistério da educação básica, bem como a formação continuada. Ao mesmo tempo, em face do cenário atual revelado pelos indicadores, torna-se imprescindível uma ação orgânica que se efetive por meio de política nacional e de Diretrizes Curriculares Nacionais direcionadas a romper com as assimetrias nacionais, regionais, estaduais, municipais e institucionais, bem como garantir profissionais com formação adequada nas diferentes etapas e modalidades e propiciar maior organicidade à formação.

Os indicadores a seguir evidenciam o complexo desafio para a formação de professores na medida em que o número de docentes atuando na educação básica sem a correspondente formação em nível superior, de acordo com a Tabela I, é significativo (25,2% do total de 2.141.676 de docentes). Merece ser ressaltado que, desse contingente de profissionais sem formação superior, 0,1% não completou o Ensino Fundamental, 0,2% possui apenas o Ensino Fundamental completo, e 24,9% possuem o Ensino Médio, dos quais 13,9% concluíram o Ensino Médio Normal/Magistério e 4,9%, o Ensino Médio sem Magistério, enquanto 6,1% estão cursando o Ensino Superior. A problematização de tais indicadores, bem como análise mais acurada destes, propicia elementos analíticos importantes para as políticas.

Tabela I
Número de Docentes Atuando na Educação Básica e Proporção por Grau de Formação – Brasil – 2007-2013

Ano	Número de docentes	Proporção de docentes por grau de formação						
		Ensino Fundamental		Ensino Médio				Educação Superior
		Incompleto	Completo	Total	Normal/ Magistério	Sem Normal/ Magistério	Superior em Andamento	
2007	1.878.284	0,2	0,6	**30,8**	25,3	5,5	...	68,4
2008	1.983.130	0,2	0,5	**32,3**	25,7	6,5	...	67,0
2009	1.972.333	0,2	0,5	**31,6**	24,5	7,1	...	67,7
2010	1.999.518	0,2	0,4	**30,5**	22,5	8,0	...	68,8
2011	2.039.261	0,2	0,4	**28,7**	19,0	6,4	3,3	70,7
2012	2.095.013	0,1	0,3	**26,5**	16,0	5,5	5,0	73,1
2013	2.141.676	0,1	0,2	**24,9**	13,9	4,9	6,1	74,8

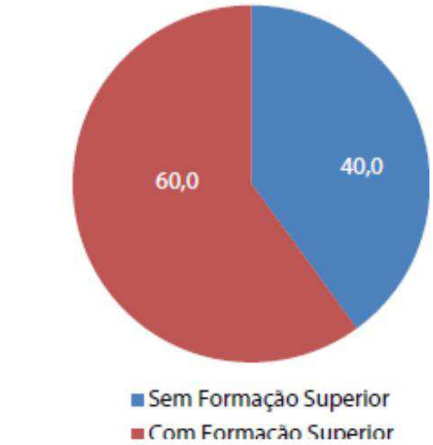
Fonte: MEC/Inep/Deed.
Nota: 1) O docente foi computado apenas uma vez, mesmo atuando em mais de uma etapa/modalidade.
2) Não inclui auxiliares da educação infantil.
3) Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Os esforços feitos pelo Estado brasileiro, nas últimas décadas, direcionados à melhoria das condições objetivas em que se efetivam as políticas de formação inicial e continuada de professores, devem ser intensificados, sem prescindir da coordenação nacional dessas políticas pela União, por meio de relações de cooperação e colaboração entre a União, Estados, DF e Municípios, na busca por maior organicidade nas políticas, nos programas e nas ações voltados para a formação dos profissionais do magistério da educação básica.

Tais esforços devem se efetivar a partir de amplo levantamento e planejamento nacional e contar com o papel do Comitê de Gestão da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada, bem como com o papel dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente.

Nesse processo, é fundamental assegurar maior organicidade às políticas e aos programas voltados à melhoria dos indicadores relativos à formação dos profissionais do magistério, nas diferentes etapas e modalidades da educação básica. Os indicadores, nos gráficos I a IV, demonstram que tal esforço deve ser orientado visando superar as assimetrias verificadas, com empenho adicional no tocante à formação dos profissionais do magistério da educação infantil e do ensino fundamental que contam, respectivamente, com 60% e 72,4% dos profissionais com formação inicial em nível superior.

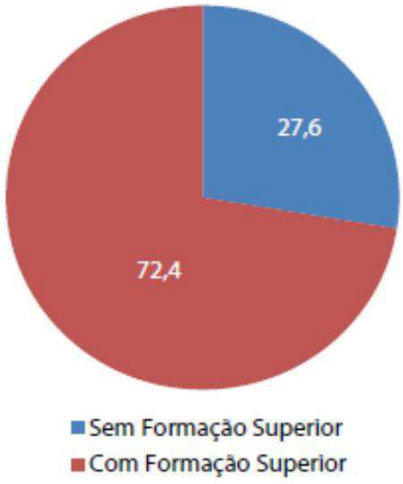
Gráfico I - Educação Infantil



Percentual de Docentes por Grau de Formação em turma de etapa única – Brasil – 2013

Fonte: MEC/Inep/Deed.

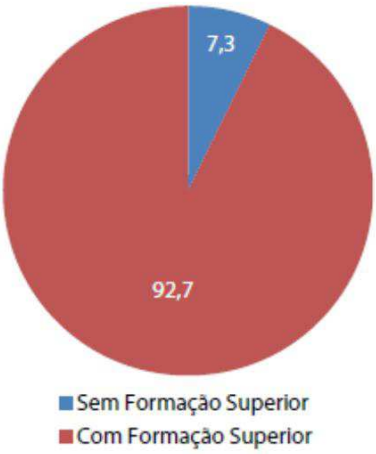
Gráfico II - Ensino Fundamental



Anos Iniciais – Percentual de Docentes por Grau de Formação em turma de etapa única – Brasil – 2013

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Gráfico IV - Ensino Médio Percentuais



de Docentes por Grau de Formação em turma de etapa única – Brasil – 2013

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Os referidos indicadores, se contextualizados, por ente federado ou rede de ensino, demonstrarão outros elementos analíticos ainda mais importantes. Nesta perspectiva, um estudo pormenorizado do docente com formação e sua área de atuação propiciará elementos ainda mais consistentes para compreensão do complexo cenário da formação inicial e o exercício do profissional e, desse modo, para o estabelecimento de políticas visando a melhoria desse cenário.

A esse respeito, a título de exemplo, vale mencionar estudos desenvolvidos pelo Inep sobre o Perfil da Docência no Ensino Médio regular (Inep, 2015) com o objetivo de: avaliar o número de docentes que atuam no ensino médio regular; analisar características como a estrutura etária, o número de escolas e turnos em que atuam e quais disciplinas ministram; verificar a formação inicial desses professores; estimar o número de professores para suprir a demanda das disciplinas do estudo e identificar a capacidade do sistema educacional de formar alunos nos cursos de licenciatura. Esses estudos permitem deslindar importantes achados sobre a formação de professores e as perspectivas para o campo.

Trabalhando com uma grade horária hipotética, o referido estudo, abarcando o número de matrículas, o número de turmas em relação às áreas de conhecimento, componentes curriculares, jornada do trabalho docente (em horas), jornada do trabalho docente em sala de aula (em horas), duração de hora aula (em horas), número de vezes por semana, carga horária semanal da disciplina (em horas), número de turmas, estima a demanda de docente por componente curricular. Tal estudo constitui-se em importante base de dados para o estabelecimento de políticas nacionais que, certamente, deverão ser pactuadas a partir da coordenação nacional da política, a cargo da União, com os demais entes federados (Estados, DF e Municípios), bem como do envolvimento do Comitê de Gestão da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada, além da participação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente e das Instituições de Educação Superior e Educação Básica.

OBJETIVOS DEMANDA FÍSICAGEOGRAFIA MATEMÁTICABIOLOGIA QUÍMICA SOCIOLOGIA FILOSOFIA ARTES ED. FÍSICA HISTÓRIA PORTUGUÊS L. ESTRANGEIRA

GRADE HORÁRIA HIPOTÉTICA

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO REGULAR	**8.312.815**
NÚMERO DE TURMAS	**268.480**

ÁREAS DO CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES	JORNADA DE TRABALHO DO DOCENTE (EM HORAS)	JORNADA DO DOCENTES EM SALA DE AULA (EM HORAS)	DURAÇÃO DA HORA-AULA (EM HORAS)	Nº DE VEZES NA SEMANA	CARGA HORÁRIA SEMANAL DA DISCIPLINA (EM HORAS)	NÚMERO DE TURMAS	DEMANDA DE DOCENTES (ESTIMADA)
LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	40,0	26,7	0,8	4	3,3	8	33.560
	EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	40,0	26,7	0,8	2	1,7	16	16.780
	EDUCAÇÃO FÍSICA	40,0	26,7	0,8	1	0,8	32	8.390
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	40,0	26,7	0,8	4	3,3	8	33.560
CIÊNCIAS HUMANAS	FÍSICA	40,0	26,7	0,8	3	2,5	10	26.848
	BIOLOGIA	40,0	26,7	0,8	3	2,5	10	26.848
	GEOGRAFIA	40,0	26,7	0,8	2	1,7	16	16.780
	FILOSOFIA	40,0	26,7	0,8	2	1,7	16	16.780
	SOCIOLOGIA	40,0	26,7	0,8	2	1,7	16	16.780
PARTE DIVERSIFICADA	LÍNGUA ESTRANGEIRA	40,0	26,7	0,8	2	1,7	16	16.780
TOTAL						**25,0**		

Notas: 1) Situação hipotética;

6 Para cada disciplina, foi considerado que uma aula tem uma duração de 50 min;

7 As partes comum e diversificada foram definidas segundo a Resolução CNE nº 2 de 30 de janeiro de 2012;

8 A lei 11.738/2008 determina, em seu artigo 2º, § 4º, que na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.

A partir dessa grade hipotética, o estudo feito pelo Inep (2015) analisa a distribuição dos docentes por disciplina permitindo desvendar, de maneira pormenorizada, como se encontra a situação desses profissionais em relação a sua efetiva atuação. O quadro a seguir traz alguns indicadores interessantes com relação aos docentes que lecionam Física no ensino médio regular: do total de docentes (50.543), 27,1% lecionam apenas Física (grupo 1) e 72,9% lecionam Física e outras disciplinas (grupo 2).

OBJETIVOS DEMANDA FÍSICA GEOGRAFIA MATEMÁTICA BIOLOGIA QUÍMICA SOCIOLOGIA FILOSOFIA ARTES ED. FÍSICA HISTÓRIA PORTUGUÊS L. ESTRANGEIRA

DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES QUE LECIONAM FÍSICA NO ENSINO MÉDIO REGULAR

50.543

DOCENTES[1,2] LECIONAM FÍSICA NO ENSINO MÉDIO REGULAR

GRUPO 1

DOCENTES QUE LECIONAM APENAS FÍSICA
13.706 (27,1%)

MEDIDAS DE POSIÇÃO, DISPERSÃO E ASSIMETRIA	FUNÇÕES DOCENTES EM TURMAS: FÍSICA
MÉDIA	9,1
DESVIO PADRÃO	11,8
1º QUARTIL	5,0
MEDIANA	8,0
3º QUARTIL	12,0

GRUPO 1.1

NO ENSINO MÉDIO[4] (EXCLUSIVAMENTE)
9.711 (19,2%)

GRUPO 1.2

NO ENSINO MÉDIO[4] E EM OUTRA(S) ETAPA(S) DE ENSINO
3.995 (7,9%)

GRUPO 2

DOCENTES QUE LECIONAM FÍSICA E OUTRA(S) DISCIPLINA(S)[3]
36.837 (72,9%)

MEDIDAS DE POSIÇÃO, DISPERSÃO E ASSIMETRIA	FUNÇÕES DOCENTES EM TURMAS: TOTAL	FÍSICA	OUTRAS DISCIPLINAS
MÉDIA	13,1	5,0	8,1
DESVIO PADRÃO	20,1	6,8	19,1
1º QUARTIL	8,0	2,0	3,0
MEDIANA	11,0	4,0	6,0
3º QUARTIL	15,0	7,0	10,0

GRUPO 2.1

NO ENSINO MÉDIO[4] (EXCLUSIVAMENTE)
11.894 (23,5%)

GRUPO 2.2

NO ENSINO MÉDIO[4] E EM OUTRA(S) ETAPA(S) DE ENSINO
24.943 (49,4%)

Fonte: Censo da Educação Básica 2013, Inep/MEC;
Notas: 1) Foram considerados na contagem os docentes que atuam no ensino médio, ensino médio integrado e normal/magistério;

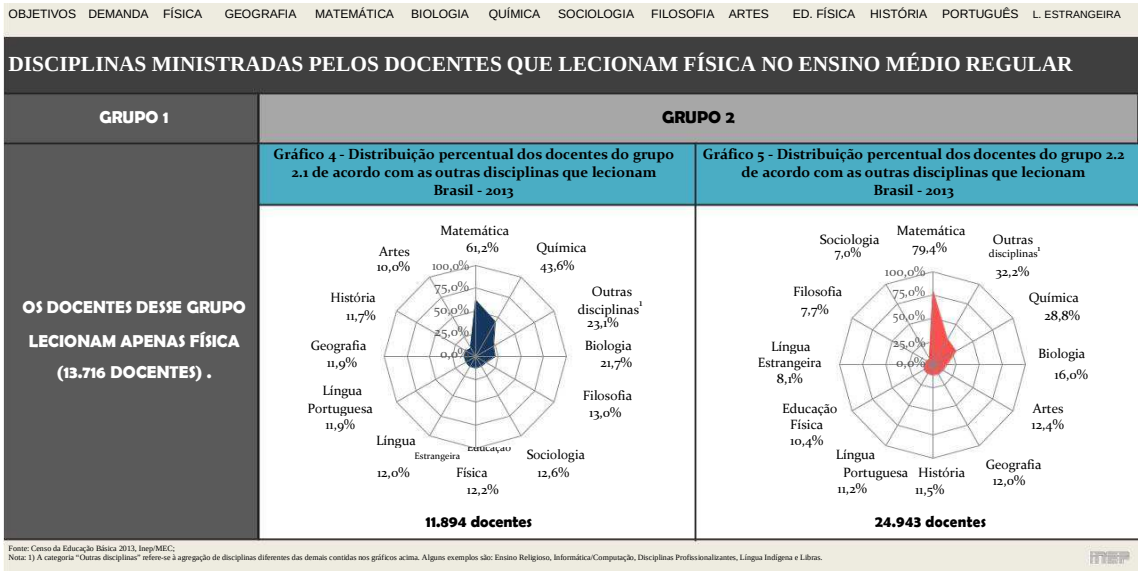
9 Todos os percentuais foram calculados em relação ao total de docentes que lecionam a disciplina em questão no ensino médio regular;

10 A educação infantil e o EJA projovem foram classificados na categoria "outra(s) disciplina(s)";

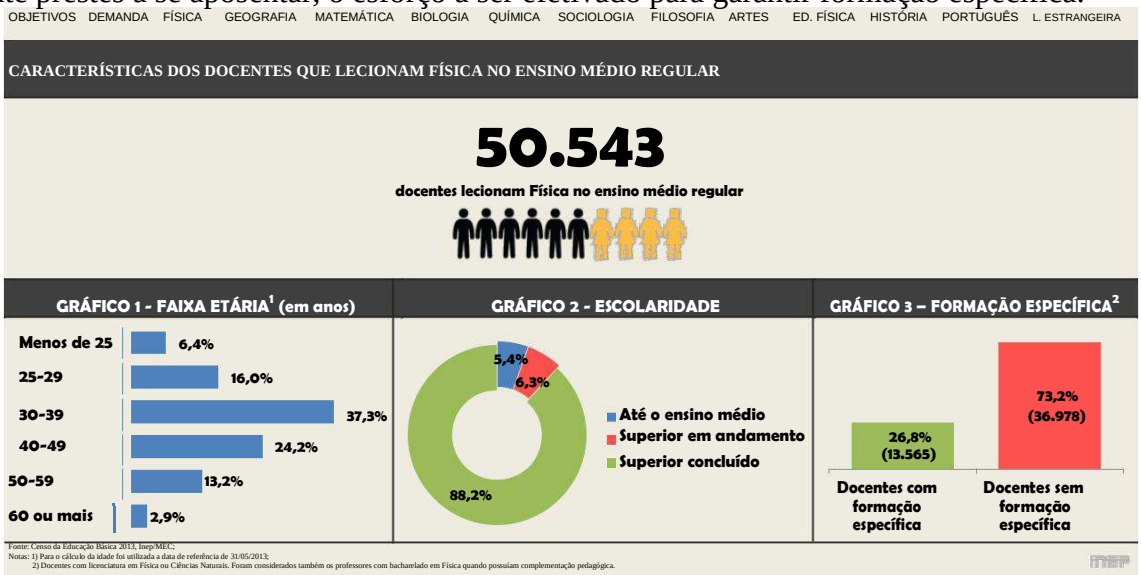
11 Envolve as modalidades regular e especial;

12 As disciplinas Física e Ciências foram consideradas equivalentes para os docentes que lecionam Física no ensino médio e Ciências em outra(s) etapa(s) de ensino.

A seguir, o estudo permite identificar a distribuição percentual dos docentes do grupo 2 que lecionam outras disciplinas além da Física, já que os docentes do grupo 1 lecionam apenas Física. Abaixo, os indicadores apontam que, no grupo 2 (2.1 e 2.2), a maioria dos docentes lecionam Física e Matemática.



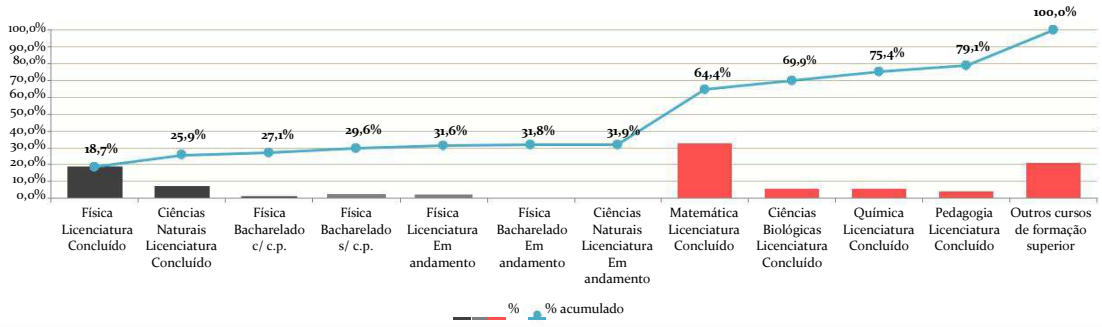
Outros indicadores importantes revelam características relevantes dos docentes que lecionam Física no ensino médio regular, envolvendo faixa etária, escolaridade e formação específica. São indicadores fundamentais para as políticas de formação inicial, pois permitem projetar a demanda efetiva para a formação desses profissionais, a estimativa de pessoal docente prestes a se aposentar, o esforço a ser efetivado para garantir formação específica.



O referido estudo avança ao deslindar, no gráfico a seguir, a distribuição percentual dos cursos de formação superior dos docentes que lecionam Física por situação de curso e ocorrência de complementação pedagógica. Tais indicadores permitem projetar as políticas e programas nacionais e, ao mesmo tempo, sinalizam para a importância de dinâmicas formativas que incluam a formação inicial em: I - cursos de graduação de licenciatura; II - cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados; e III - cursos de segunda licenciatura visando garantir formação adequada à área de exercício do profissional.

CURSOS DE FORMAÇÃO DOS DOCENTES QUE LECIONAM FÍSICA NO ENSINO MÉDIO REGULAR

Gráfico 19 - Distribuição percentual dos cursos de formação superior dos docentes que lecionam Física por situação do curso e ocorrência de complementação pedagógica - Brasil - 2013



Fonte: Censo da Educação Básica 2013, Inep/MEC;
Notas: 1) O termo c.p. significa complementação pedagógica;
2) A categoria "Outros cursos de formação superior" envolve cursos com frequência inferior ao último curso informado pelo gráfico.

Os quadros a seguir consubstanciam as análises anteriores reforçando as três proposições das DCNs para a formação inicial, bem como explicita o percurso atual desses docentes no tocante à situação referente à formação específica.

OBJETIVOS DEMANDA FÍSICA GEOGRAFIA MATEMÁTICA BIOLOGIA QUÍMICA SOCIOLOGIA FILOSOFIA ARTES ED. FÍSICA HISTÓRIA PORTUGUÊS L. ESTRANGEIRA

FORMAÇÃO ESPECÍFICA[1]

GRUPO 1.1 - DOCENTES QUE LECIONAM APENAS FÍSICA E QUE ATUAM EXCLUSIVAMENTE NO ENSINO MÉDIO

TOTAL DE DOCENTES: 9.711 (19,2% dos docentes que lecionam Física no ensino médio regular)

50,4%
dos docentes desse grupo possuem formação específica (4.890 docentes)

49,6%
dos docentes desse grupo não possuem formação específica (4.821 docentes)

Gráfico 7 - Distribuição dos docentes que possuem formação específica por quantidade de cursos de formação superior declarados no Censo Escolar e categoria administrativa da instituição formadora daqueles com 1 curso de formação – Brasil – 2013

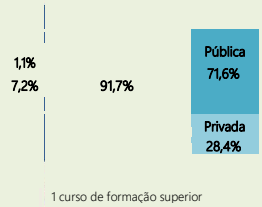
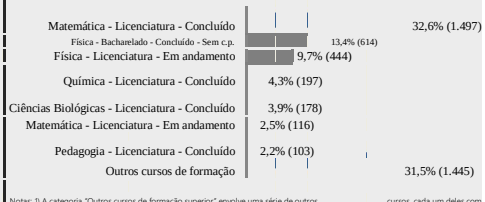


Gráfico 8 - Distribuição dos docentes que não possuem formação específica por escolaridade – Brasil – 2013



Gráfico 9 - Distribuição dos cursos de formação superior dos docentes sem formação específica por situação do curso e ocorrência de complementação pedagógica Brasil – 2013



Notas: 1) A categoria "Outros cursos de formação superior" envolve uma série de outros cursos, cada um deles com frequência inferior a 2,2%. 2) Foram computados os cursos de formação superior e não os docentes. Como um docente pode apresentar mais de uma formação, o total do gráfico acima é superior ao número de docentes sem formação específica com curso superior concluído ou em andamento; 3) c.p. significa complementação pedagógica.

OBJETIVOS DEMANDA FISICAGEOGRAFIA MATEMATICABIOLOGIA QUIMICASOCIOLOGIA FILOSOFIA ARTES ED. FISICA HISTORIA PORTUGUES L. ESTRANGEIRA

Fonte: Censo da Educação Básica 2013, Inep/MEC;
Nota: 1) Docentes com licenciatura em Física ou Ciências Naturais. Foram considerados também os professores com bacharelado em Física quando possuíam complementação pedagógica.

FORMAÇÃO ESPECÍFICA[1]

GRUPO 1.2 - DOCENTES QUE LECIONAM APENAS FÍSICA E QUE ATUAM NO ENSINO MÉDIO E EM OUTRA(S) ETAPA(S) DE ENSINO

TOTAL DE DOCENTES: 3.995 (7,9% dos docentes que lecionam Física no ensino médio regular)

56,7%
dos docentes desse grupo possuem formação específica (2.267 docentes)

43,3%
dos docentes desse grupo não possuem formação específica (1.728 docentes)

Gráfico 10 - Distribuição dos docentes que possuem formação específica por quantidade de cursos de formação superior declarados no Censo Escolar e categoria administrativa da instituição formadora daqueles com 1 curso de formação – Brasil – 2013

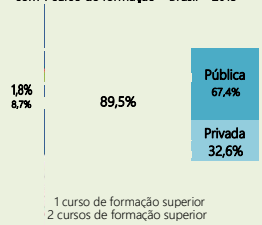
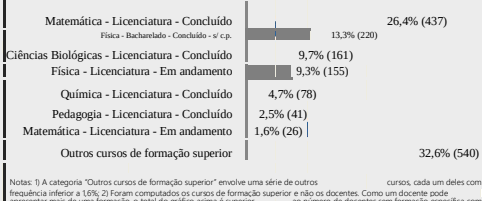


Gráfico 11 - Distribuição dos docentes que não possuem formação específica por escolaridade – Brasil – 2013

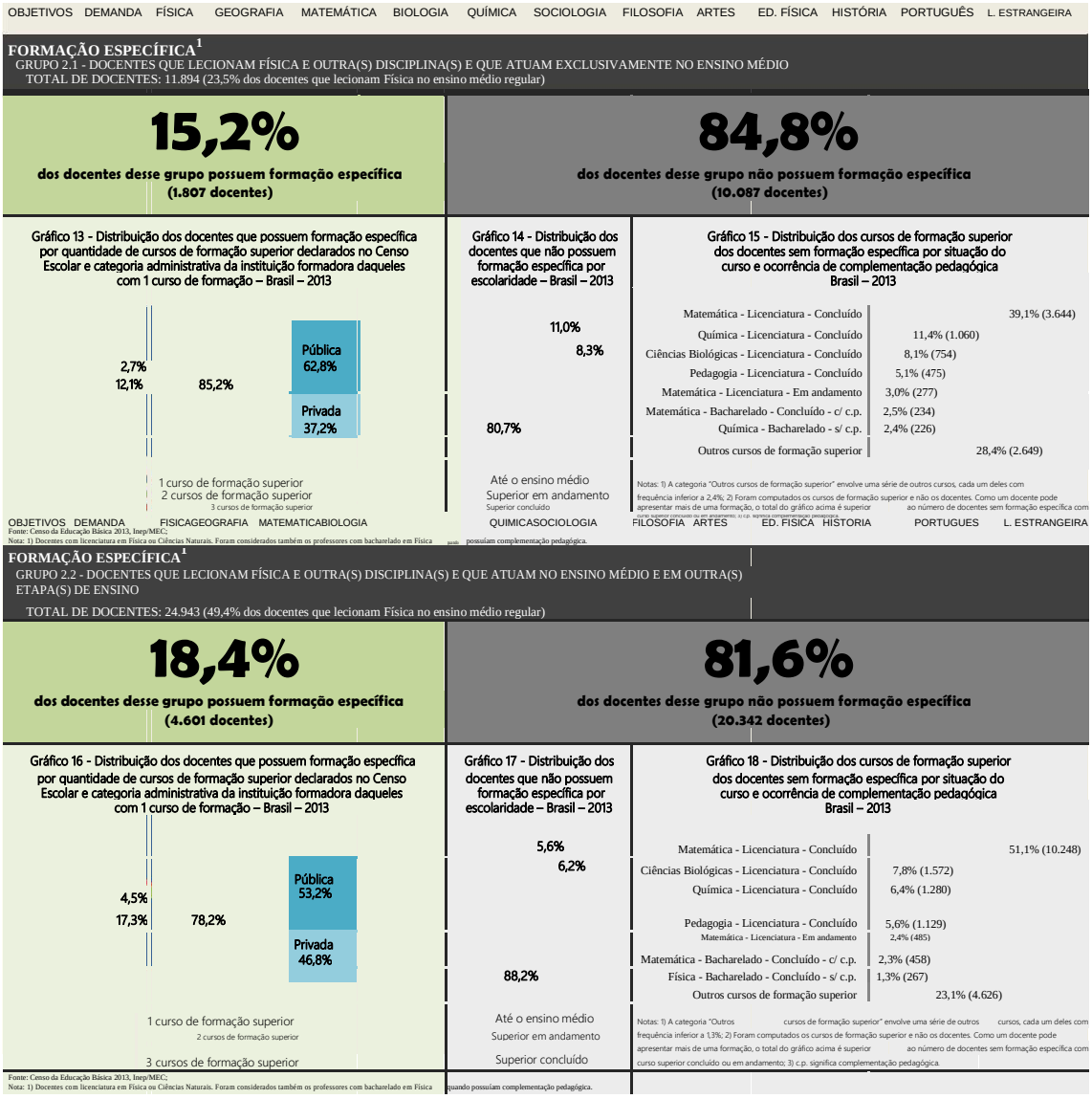


Gráfico 12 - Distribuição dos cursos de formação superior dos docentes sem formação específica por situação do curso e ocorrência de complementação pedagógica Brasil – 2013

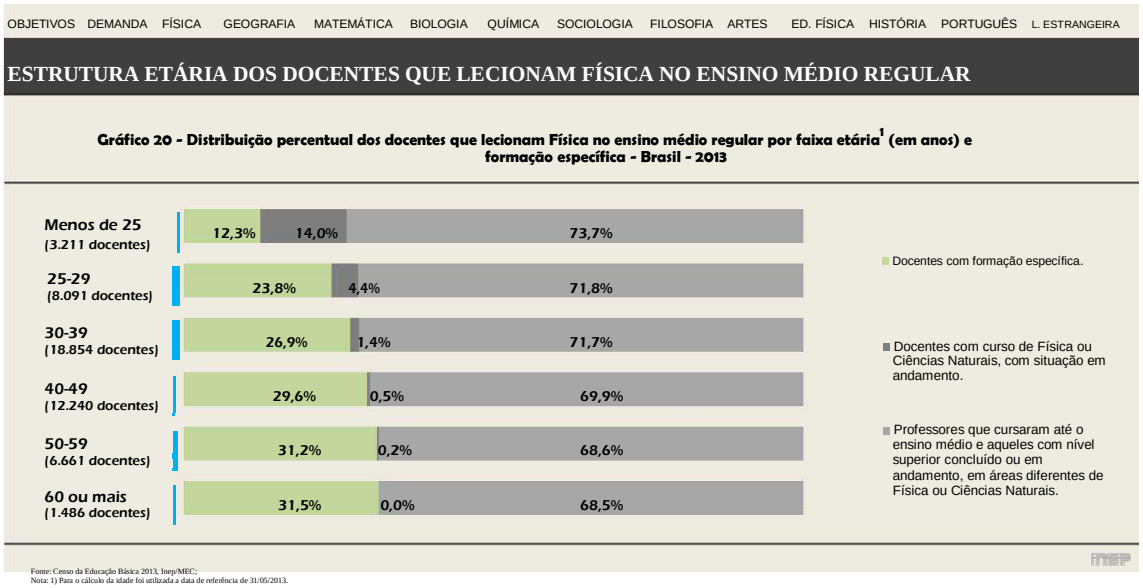


Notas: 1) A categoria "Outros cursos de formação superior" envolve uma série de outros cursos, cada um deles com frequência inferior a 1,6%; 2) Foram computados os cursos de formação superior e não os docentes. Como um docente pode apresentar mais de uma formação, o total do gráfico acima é superior ao número de docentes sem formação específica com curso superior concluído ou em andamento; 3) c.p. significa complementação pedagógica.

Fonte: Censo da Educação Básica 2013, Inep/MEC;
Nota: 1) Docentes com licenciatura em Física ou Ciências Naturais. Foram considerados também os professores com bacharelado em Física quando possuíam complementação pedagógica.



O gráfico a seguir traz sinalizações acerca da faixa etária dos docentes permitindo o estabelecimento de políticas direcionadas à reposição de quadro, dinâmicas formativas, necessidade de formação continuada, entre outras.



Por último, e não menos importante, o quadro a seguir mostra a relação entre ingressos, matrículas e concluintes do curso de Física permitindo identificar, entre outros, a baixa relação entre ingressante e concluinte, o que, no caso do curso de Física, aponta importante achado ao revelar que um dos maiores desafios da formação de docentes em Física está nos processos formativos e na superação de outras variáveis que contribuem para o pequeno número de concluintes/ano.



INGRESSOS, MATRÍCULAS E CONCLUINTES DO CURSO DE FÍSICA[1]

MODALIDADE	CENÁRIO 25 ANOS[2]	TOTAL	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
TOTAL															
INGRESSOS	158.191	101.311	4.740	5.439	6.108	7.227	6.872	8.919	8.489	8.304	8.917	8.913	8.688	9.523	9.172
MATRÍCULAS	434.220	277.596	13.052	15.754	17.017	18.772	19.562	21.528	22.810	23.332	24.844	25.376	25.944	24.944	24.661
CONCLUINTES	34.427	23.363	922	1.247	1.444	1.752	1.853	2.060	2.183	1.996	2.046	1.929	1.981	2.124	1.826
RAZÃO C-I[4]						37,0%	34,1%	33,7%	30,2%	29,0%	22,9%	22,7%	23,9%	23,8%	20,5%
PRESENCIAL															
INGRESSOS		87.601	4.740	5.439	5.980	6.895	6.493	7.054	7.004	7.120	6.856	7.161	7.365	7.755	7.739
MATRÍCULAS		245.745	13.052	15.664	17.017	18.528	19.258	20.152	20.551	20.749	19.956	19.505	20.417	20.316	20.580
CONCLUINTES		21.790	922	1.226	1.444	1.752	1.853	2.050	2.180	1.994	1.981	1.751	1.618	1.512	1.507
DISTÂNCIA															
INGRESSOS		13.710		-	128	332	379	1.865	1.485	1.184	2.061	1.752	1.323	1.768	1.433
MATRÍCULAS		31.851		90	-	244	304	1.376	2.259	2.583	4.888	5.871	5.527	4.628	4.081
CONCLUINTES		1.573		21	-	-	-	10	3	2	65	178	363	612	319
REDE PÚBLICA															
INGRESSOS		88.324	3.971	4.644	5.203	6.068	5.439	7.720	6.842	7.234	7.894	8.089	7.936	8.759	8.525
MATRÍCULAS		245.441	11.263	12.820	14.063	15.719	16.728	18.743	19.622	20.209	22.548	23.246	24.071	23.257	23.152
CONCLUINTES		18.468	782	1.055	1.178	1.516	1.502	1.639	1.631	1.481	1.460	1.469	1.466	1.759	1.530
REDE PRIVADA															
INGRESSOS		12.987	769	795	905	1.159	1.433	1.199	1.647	1.070	1.023	824	752	764	647
MATRÍCULAS		32.155	1.789	2.934	2.954	3.053	2.834	2.785	3.188	3.123	2.296	2.130	1.873	1.687	1.509
CONCLUINTES		4.895	140	192	266	236	351	421	552	515	586	460	515	365	296

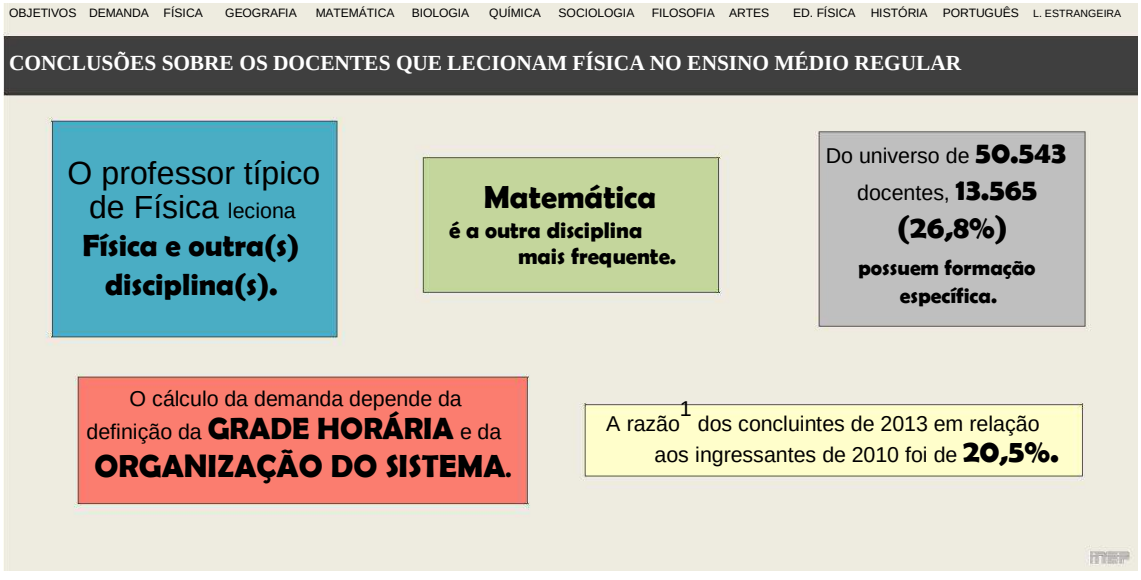
Fonte: Censo da Educação Superior, Inep/MEC;
Notas: 1) Foram consideradas as áreas de licenciatura das seguintes áreas e CCDE: Física, Ciências Físicas e formação de professor de Física; 2) Se considerarmos que o número de ingressos, matrículas e concluintes de 2001 permaneceu o mesmo nos dois anos anteriores, então os totais serão os mostrados no cenário 25 anos; 3) Esta estimativa foi calculada por meio da razão entre o número de concluintes de um ano e o de ingressantes três anos antes; 4) O método de cálculo da razão concluinte-ingressante poderá ser mais preciso a partir do momento em que houver um período maior de acompanhamento dos dados individualizados por aluno, no Censo da Educação Superior.

Para o ano de 2013, a razão dos concluintes em relação aos ingressantes de 2010 foi de 20,5%.

As Instituições de Educação Superior públicas foram responsáveis por 83,8% das formações em 2013.

Gráfico 21 - Distribuição percentual do total de concluintes do período de 2001 a 2013, por dependência administrativa da IES – Brasil

Os resultados dessa pesquisa sinalizam para as seguintes conclusões, expostas no quadro abaixo, e descortinam importantes elementos para a política de formação, enfatizando que a estimativa de concluintes de 2013 em relação aos ingressantes de 2010 é baixa (20,5%); que do universo de 50.543 docentes apenas 26,8% possuem formação específica; que o professor típico de Física leciona Física e outra(s) disciplina(s), sendo a Matemática mais comum e, ao mesmo tempo, remete o cálculo da demanda à definição da carga horária e à organização do sistema.



OBJETIVOS DEMANDA FÍSICA GEOGRAFIA MATEMÁTICA BIOLOGIA QUÍMICA SOCIOLOGIA FILOSOFIA ARTES ED. FÍSICA HISTÓRIA PORTUGUÊS L. ESTRANGEIRA

CONCLUSÕES SOBRE OS DOCENTES QUE LECIONAM FÍSICA NO ENSINO MÉDIO REGULAR

O professor típico de Física leciona **Física e outra(s) disciplina(s).**

Matemática é a outra disciplina mais frequente.

Do universo de **50.543** docentes, **13.565 (26,8%) possuem formação específica.**

O cálculo da demanda depende da definição da **GRADE HORÁRIA** e da **ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA.**

A razão[1] dos concluintes de 2013 em relação aos ingressantes de 2010 foi de **20,5%.**

Fonte: Censo da Educação Básica 2013 e Censo da Educação Superior, Inep/MEC;
Nota: 1) O método de cálculo da razão concluinte-ingressante poderá ser mais preciso a partir do momento em que houver um período maior de acompanhamento dos dados individualizados por aluno, no Censo da Educação Superior.

As conclusões dessa pesquisa, articuladas a outros estudos e reflexões no campo da formação de professores, a nosso ver, legitimam que o grande esforço a ser feito pelo Estado brasileiro só se materializa a partir de relações de cooperação e colaboração entre os entes federados, esforço articulado de planejamento, maior articulação entre instituições de educação superior e educação básica, entre outros, e, nessa perspectiva, a institucionalização de projeto de licenciatura, em consonância com o PDI e o PPI da IES, se faz necessário. De igual modo, faz-se necessário repensar a formação de profissionais do magistério para a educação básica garantindo, nesse contexto, a compreensão sobre os processos de organização e gestão. O relatório nacional da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (TALIS) e o Brasil (Inep, 2014) apresenta dados interessantes sobre os profissionais do magistério da educação básica. Desta pesquisa destacamos a constatação de que: 1) Professor típico no Brasil: 71% são mulheres; têm 39 anos de idade; em média 94% concluíram algum curso de educação superior; têm 14 anos de experiência como professor; 77% têm um contrato permanente; 40% estão empregados em tempo integral; 2) Diretor típico no Brasil: 75% são mulheres; têm 45 anos de idade; em média 88% concluíram algum curso de gestão escolar; têm 7 anos de experiência como diretor; têm 14 anos de experiência como professor; 53% trabalham em tempo integral sem obrigações docentes.

Esses indicadores são importantes e, se articulados a resultado de pesquisa (Aires, 2015) que identifica nos sistemas de ensino públicos (nos estados, DF e capitais) a condição docente, majoritariamente, como base para o exercício da gestão, revelam importantes mudanças no campo, nas duas últimas décadas, que impactam a formação e atuação dos profissionais do magistério da educação básica requerendo, entre outros, que a formação inicial e continuada desses profissionais contemplem a formação para a gestão educacional e escolar.

Nesse cenário, a formação de profissionais do magistério da educação básica deve ter por eixo a educação contextualizada a se efetivar, de modo sistemático e sustentável, nas instituições educativas, por meio de processos pedagógicos entre os profissionais e os estudantes articulados nas áreas de conhecimento específico e/ou interdisciplinar, nas políticas, gestão, fundamentos e teorias sociais e pedagógicas para a formação ampla e cidadã e o aprendizado nos diferentes níveis, etapas e modalidades da educação básica baseados em princípios formativos definidos.

II - DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO: PROPOSIÇÃO

É importante salientar que a formação de profissionais do magistério da educação básica tem se constituído em campo de disputas de concepções, dinâmicas, políticas, currículos, entre outros. De maneira geral, a despeito das diferentes visões, os estudos e pesquisas, já mencionados, apontam para a necessidade de se repensar a formação desses profissionais. Nessa direção, considerando a legislação em vigor, com especial realce para o Plano Nacional de Educação, suas metas e estratégias, após amplo estudo e discussões com diferentes atores, e considerando a definição da Comissão Bicameral no sentido de encaminhar diretrizes conjuntas para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica, bem como as políticas voltadas para maior organicidade desta formação e as deliberações da Conae (2010 e 2014), sinalizamos os seguintes considerandos como aportes e concepções fundamentais para a melhoria da formação inicial e continuda e suas dinâmicas formativas:

1) a consolidação das normas nacionais para a formação de profissionais do magistério para a educação básica é indispensável para o projeto nacional da educação brasileira, em seus níveis e suas modalidades da educação básica, tendo em vista a abrangência e a complexidade da educação de modo geral e, em especial, a educação escolar inscrita na sociedade;

2) a concepção sobre conhecimento, educação e ensino é basilar para garantir o projeto da educação nacional, superar a fragmentação das políticas públicas e a desarticulação institucional por meio da instituição do Sistema Nacional de Educação, instituído no bojo de relações de cooperação e colaboração entre entes federados e sistemas educacionais;

3) a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino;

4) as instituições educativas nas diferentes etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades da educação básica cumprem, sob a legislação vigente, um papel estratégico na formação requerida pelos níveis de ensino cujo eixo de atuação são os projetos pedagógicos;

5) a necessidade de articular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

6) os princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada, tais como: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação;

7) a articulação entre graduação e pós-graduação e entre pesquisa e extensão como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa;

8) a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo;

9) o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho;

10) a realidade concreta dos sujeitos que dão vida ao currículo e às instituições de educação básica, sua organização e gestão, os projetos e cursos de formação, devem ser contextualizados no espaço e no tempo e atentos às características das crianças, adolescentes, jovens e adultos que justificam e instituem a vida da/e na escola, bem como, possibilitar a compreensão e reflexão sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, o profissional do magistério, o estudante e a instituição;

11) a educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia; além disso, a educação em direitos humanos é uma necessidade estratégica na formação dos profissionais do magistério e na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

12) a importância do profissional do magistério e de sua valorização profissional, assegurada pela garantia de formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho;

13) o trabalho coletivo como dinâmica político-pedagógica que requer planejamento sistemático e integrado.

Na busca de maior organicidade das políticas, por meio de avanços legais ocorridos, anteriormente mencionados, e ainda, dos desafios decorrentes da aprovação da EC 59/2009 que, dentre outras determinações, ampliou a educação obrigatória do ensino fundamental para educação de 4 a 17 anos; da realização de conferências nacionais de educação, com destaque para a Coneb (2008) e a Conae (2010 e 2014), como políticas e movimentos que avançaram no entendimento da valorização dos profissionais da educação como resultante da efetiva articulação entre formação inicial e continuada, carreira, salários e condições de trabalho; e, mais recentemente, da aprovação do Plano Nacional de Educação (2014), entendemos que tais processos implicam o repensar e o avançar nos marcos referenciais atuais para a formação inicial e continuada, como definido pela Comissão Bicameral do CNE, por meio de ações mais orgânicas entre as políticas e gestão para a educação básica e a educação superior, incluindo a pós-graduação e, nesse contexto, para as políticas direcionadas à valorização dos profissionais da educação.

Por essa razão e articulados a esse movimento de busca de maior organicidade na formação de professores, referendamos, em sintonia com o Documento Final da Conae (2014), princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, definidos no artigo 2º do Decreto nº 6.755/2009, e afirmamos como princípios da formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica:

I - a formação docente para todas as etapas da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais atentas ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação.

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras nas modalidades presencial e à distância;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio de conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial dos profissionais do magistério;

VII - a importância do projeto formativo nas instituições de educação que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação e garantindo sólida base teórica e interdisciplinar;

VIII - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

IX - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação básica;

X - a formação continuada entendida como componente essencial da profissionalização docente, devendo integrar-se ao cotidiano da instituição educativa e considerar os diferentes saberes e a experiência docente, bem como o projeto pedagógico da instituição de educação básica; e

XI - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a informações, vivência e atualização culturais.

2.1. Base Comum Nacional e organicidade da formação

Em consonância com o movimento histórico no campo da formação, com especial destaque para a defesa da base comum nacional para a formação de profissionais do magistério, pelas entidades do campo[8] desde a década 80, e também com as deliberações da Conae (2010, 2014), políticas em curso e considerando estudos e pesquisas que sinalizam para maior organicidade nos projetos formativos, bem como a necessidade de maior articulação entre as instituições de educação superior e de educação básica, ratificamos que a formação inicial e continuada deve contemplar:

I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;

II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;

III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido;

IV - atividades de socialização e avaliação dos impactos;

V - aspectos relacionados à ampliação e ao aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e à capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores e à aprendizagem de Libras;

VI - questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

De igual modo, enfatiza-se, neste Parecer, a organicidade no processo formativo e sua institucionalização ao entender que o projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de ensino e instituições de educação básica, envolvendo a consolidação de Fóruns Estaduais e Distrital Permanentes de Apoio à Formação Docente, em regime de cooperação e colaboração.

Tais questões devem assegurar, ainda, que os cursos de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica para a educação escolar especial, indígena, do campo e quilombola reconheçam, entre outros aspectos: normas e ordenamento jurídico próprios, com ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica; a educação inclusiva e a diversidade étnico-culturais de cada comunidade.

Tais questões implicam novos horizontes à dinâmica formativa dos profissionais do magistério da educação básica, pois a garantia do direito à educação a grupos e sujeitos historicamente marginalizados exige transformação na forma como as instituições de educação básica e superior estruturam seus espaços e tempos, suas regras e normas, incorporam novos materiais e recursos pedagógicos.

Para atender a essa concepção articulada de formação inicial e continuada é fundamental que as instituições formadoras institucionalizem a licenciatura com identidade própria. Assim, a instituição de educação superior que ministra atividades, programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Considerando a importância da formação continuada oferecida pelos centros de formação de estados e municípios, bem como pelas instituições educativas de educação básica, e visando sua consolidação, tais instâncias de formação dos profissionais do magistério deverão contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino e pesquisa, para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o plano institucional, o projeto político-pedagógico e o projeto pedagógico de formação continuada.

[8] A esse respeito, ver BRZEZINSKI (2011).

Outra definição fundamental para a melhoria da formação de profissionais do magistério consiste na garantia de base comum nacional, sem prejuízo de base diversificada, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão para que se possa conduzir o(a) egresso(a):

I - à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

II - à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

III - ao acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a educação básica;

IV - às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

V - à elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;

VI - ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) profissionais do magistério e estudantes;

VII - à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;

VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

IX - à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

Assim, é importante que o projeto de formação se efetive em consonância com a base comum nacional e ao mesmo tempo garanta componentes curriculares, de natureza diversa, de modo a *"instituir tempos e espaços curriculares diversificados como oficinas, seminários, grupos de trabalho supervisionado, grupos de estudo, tutorias e eventos, atividades de extensão, entre outros capazes de promover e, ao mesmo tempo, exigir dos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variado, diferentes modos de organização do trabalho, possibilitando o exercício de diferentes competências a serem desenvolvidas"* (Parecer CNE/CP nº 9/2001, p. 52)

Nessa direção, a oferta, o desenvolvimento e a avaliação de atividades, cursos e programas de formação inicial e continuada, bem como os conhecimentos específicos, interdisciplinares, os fundamentos da educação, os conhecimentos pedagógicos, bem como didáticas e práticas de ensino e as vivências pedagógicas de profissionais do magistério nas modalidades presencial e a distância, devem observar o estabelecido na legislação e nas regulamentações em vigor para os respectivos níveis, etapas e modalidades da educação nacional, assegurando a mesma carga horária e instituindo efetivo processo de organização,

de gestão e de relação estudante/professor, bem como sistemática de acompanhamento e avaliação do curso, dos docentes e dos estudantes.

2.2 Egresso da formação inicial e continuada

O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;

III - atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica.

Nessa direção, o PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

I - estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;

II - desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;

III - planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;

IV - participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;

V - análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;

VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;

VII - cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;

VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais e escolares, incluindo o uso de tecnologias educacionais, diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;

IX - sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso pedagógico equivalente de acompanhamento.

A concepção de formação assinalada, bem como a sua efetiva institucionalização pelas instituições formadoras, busca garantir que o(a) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano; V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar na gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Considerando e respeitando a diversidade, os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação do campo e quilombolas, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

2.3. Formação inicial do magistério da educação básica em nível superior

Considerando o esforço que deverá ser realizado pelo Estado brasileiro, a partir de uma concepção de federalismo cooperativo e em consonância com a política nacional, define-se no escopo das diretrizes nacionais para a formação que os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, compreendem:

I - cursos de graduação de licenciatura;

II - cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados;

III - cursos de segunda licenciatura.

Compete à instituição formadora definir, no seu projeto institucional, as formas de desenvolvimento da formação inicial dos profissionais do magistério da educação básica articuladas às políticas de valorização desses profissionais e à base comum nacional explicitada nas DCNs.

Neste contexto, referendamos, como crucial à formação inicial, a definição sobre a licenciatura presente no Parecer CNE/CP nº 28/2001, que afirma:

> A licenciatura é uma licença, ou seja trata-se de uma autorização, permissão ou concessão dada por uma autoridade pública competente para o exercício de uma atividade profissional, em conformidade com a legislação. A rigor, no âmbito do ensino público, esta licença só se completa após o resultado bem sucedido do estágio probatório exigido por lei.
>
> O diploma de licenciado pelo ensino superior é o documento oficial que atesta a concessão de uma licença. No caso em questão, trata-se de um título acadêmico obtido em curso superior que faculta ao seu portador o exercício do magistério na educação básica dos sistemas de ensino, respeitadas as formas de ingresso, o regime jurídico do serviço público ou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Considerando a legislação vigente, bem como alterações efetivas no âmbito dos sistemas educacionais, com ênfase para a complexificação do papel dos profissionais do magistério da educação básica, advoga-se que a formação inicial capacite esse profissional para o exercício da docência e da gestão educacional e escolar na educação básica, o que vai requerer que essa formação em nível superior, adequada à área de conhecimento e às etapas e modalidades de atuação, possibilite acesso a conhecimentos específicos sobre gestão educacional e escolar, bem como formação pedagógica para o exercício da gestão e coordenação pedagógica e atividades afins.

Ressalta-se, ainda, que a formação inicial de profissionais do magistério será ofertada, preferencialmente, de forma presencial, com elevado padrão acadêmico, científico e tecnológico e cultural.

Desse modo, depreende-se que a formação inicial destina-se àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, compreendendo a articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino.

Assim, as atividades do magistério também compreendem a atuação e participação na organização e gestão de sistemas de educação básica e suas instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, desenvolvimento, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos, do ensino, das dinâmicas pedagógicas e experiências educativas;

II - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico das áreas específicas e do campo educacional.

Enfatizando a institucionalização da formação inicial dos profissionais do magistério para a educação básica, salienta-se que essa formação inicial requer projeto com identidade própria de curso de licenciatura sem prescindir de articulação, no que couber, com os cursos de bacharelado ou tecnológico, a outra(s) licenciatura(s) ou a cursos de formação pedagógica de docentes, garantindo:

I - articulação com o contexto educacional, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas;

II - efetiva articulação entre faculdades e centros de educação, institutos, departamentos e cursos de áreas específicas, além de fóruns de licenciatura;

III - coordenação e colegiado próprios que formulem projeto pedagógico e se articulem com as unidades acadêmicas envolvidas e, no escopo do PDI e PPI, tomem decisões sobre a organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV - interação sistemática entre os sistemas, as instituições de educação superior e as instituições de educação básica, desenvolvendo projetos compartilhados;

V - projeto formativo que assegure aos estudantes o domínio dos conteúdos específicos da área de atuação, fundamentos e metodologias, bem como das tecnologias.

VI - organização institucional para a formação dos formadores, incluindo tempo e espaço na jornada de trabalho para as atividades coletivas e para o estudo e a investigação sobre o aprendizado dos professores em formação;

VII - recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação, com qualidade e quantidade, nas instituições de formação;

VIII - atividades de criação e apropriação culturais junto aos formadores e futuros professores.

Visando garantir diretrizes nacionais articuladas à trajetória das instituições formadoras, define-se que os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:

a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos, interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;

b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;

c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

d) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;

e) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;

f) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;

g) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;

h) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

i) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

j) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos e a pesquisa priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo;

d) aplicação, ao campo da educação, de contribuições de conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural, entre outros.

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

2.3.1 Formação inicial do magistério da educação básica em nível superior: estrutura e currículo

a) cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar

Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão dos processos educativos escolares e não escolares, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares, constituindo-se de, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

a) 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

b) 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

c) pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos I e II, conforme o projeto de curso da instituição;

d) 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, como definido no núcleo III, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, conforme o projeto de curso da instituição.

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Considerando a identidade do profissional do magistério da educação básica proposta, deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

Importante apreender tais processos e, sobretudo, situar a concepção e o entendimento do papel da prática como componente curricular e do estágio supervisionado, resguardando a especificidade de cada um e sua necessária articulação, bem como a necessária supervisão desses momentos formativos, a caracterização dos mesmos como parte obrigatória da formação tal como delineado no Parecer CNE/CP nº 28/2001 e reforçado no Parecer CNE/CES nº 15/2005.

O Parecer CNE/CP nº 28/2001 distingue a prática como componente curricular do estágio supervisionado.

> A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (…) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico- científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador.
>
> Esta correlação teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão, administração e resolução de situações próprias do ambiente da educação escolar.

> A prática, como componente curricular, que terá necessariamente a marca dos projetos pedagógicos das instituições formadoras, ao transcender a sala de aula para o conjunto do ambiente escolar e da própria educação escolar, pode envolver uma articulação com os órgãos normativos e com os órgãos executivos dos sistemas. Com isto se pode ver nas políticas educacionais e na normatização das leis uma concepção de governo ou de Estado em ação. Pode-se assinalar também uma presença junto a agências educacionais não escolares tal como está definida no Art. 1º da LDB. Professores são ligados a entidades de representação profissional cuja existência e legislação eles devem conhecer previamente. Importante também é o conhecimento de famílias de estudantes sob vários pontos de vista, pois eles propiciam um melhor conhecimento do ethos dos alunos.

> É fundamental que haja tempo e espaço para a prática, como componente curricular, desde o início do curso e que haja uma supervisão da

> instituição formadora como forma de apoio até mesmo à vista de uma avaliação de qualidade.
>
> f) Por outro lado, é preciso considerar um outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular supervisionado.
>
> Este é um momento de formação profissional do formando seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. Ele não é uma atividade facultativa sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença. Não se trata de uma atividade avulsa que angarie recursos para a sobrevivência do estudante ou que se aproveite dele como mão-de-obra barata e disfarçada. Ele é necessário como momento de preparação próxima em uma unidade de ensino.
>
> g) Assim o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico.
>
> Ao mesmo tempo, os sistemas de ensino devem propiciar às instituições formadoras a abertura de suas escolas de educação básica para o estágio curricular supervisionado. Esta abertura, considerado o regime de colaboração prescrito no Art. 211 da Constituição Federal, pode se dar por meio de um acordo entre instituição formadora, órgão executivo do sistema e unidade escolar acolhedora da presença de estagiários. Em contrapartida, os docentes em atuação nesta escola poderão receber alguma modalidade de formação continuada a partir da instituição formadora. Assim, nada impede que, no seu projeto pedagógico, em elaboração ou em revisão, a própria unidade escolar possa combinar com uma instituição formadora uma participação de caráter recíproco no campo do estágio curricular supervisionado.

Nessa direção, como vimos, prática como componente curricular a ser efetivada ao longo do processo formativo não se confunde com o estágio supervisionado. O Parecer CNE/CES nº 15/2005 ratifica essa compreensão ao afirmar que

> (...) a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridos nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso. As atividades caracterizadas como prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. Por sua vez, o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de

> efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático.

O referido Parecer destaca, ainda, que:

> As disciplinas relacionadas com a educação que incluem atividades de caráter prático podem ser computadas na carga horária classificada como prática como componente curricular, mas o mesmo não ocorre com as disciplinas relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento para a qual se faz a formação. Por exemplo, disciplinas de caráter prático em Química, cujo objetivo seja prover a formação básica em Química, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de licenciatura. Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição.

Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas.

Nas licenciaturas em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, cursos de pedagogia, a serem desenvolvidos em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino e, nas demais licenciaturas, o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

b) Cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, de caráter emergencial e provisório

Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, de caráter emergencial e provisório, ofertados a portadores de diplomas de curso superior formados em cursos relacionados à habilitação pretendida com sólida base de conhecimentos na área estudada, devem ter carga horária mínima variável de 1.000 (mil) a 1.400 (mil e quatrocentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, dependendo da equivalência entre o curso de origem e a formação pedagógica pretendida.

A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I - quando o curso de formação pedagógica pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.000 (mil) horas;

II - quando o curso de formação pedagógica pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.400 (mil e quatrocentas) horas;

III - a carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas;

IV - deverá haver 500 (quinhentas) horas dedicadas às atividades formativas referentes ao inciso I, estruturadas pelos núcleos I e II, conforme o projeto de curso da instituição;

V - deverá haver 900 (novecentas) horas dedicadas às atividades formativas referentes ao inciso II, estruturadas pelos núcleos I e II, conforme o projeto de curso da instituição;

VI - deverá haver 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, como definido no núcleo III, conforme o projeto de curso da instituição;

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Cabe à instituição de educação superior ofertante do curso verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a habilitação pretendida.

A oferta dos cursos de formação pedagógica para graduados poderá ser realizada por instituição de educação superior, preferencialmente universidades, que ofertem curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória realizada pelo Ministério da Educação e seus órgãos na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.

A oferta de cursos de formação pedagógica para graduados deverá ser considerada quando dos processos de avaliação do curso de licenciatura mencionados no parágrafo anterior.

Por se tratar de cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, de caráter emergencial e provisório, define-se o prazo máximo de 5 (cinco) anos para que o Ministério da Educação, em articulação com os sistemas de ensino e com os fóruns estaduais permanentes de apoio à formação, proceda à avaliação do desenvolvimento desses cursos de formação, definindo prazo para sua extinção em cada estado da federação.

c) Cursos de segunda licenciatura

Os cursos de segunda licenciatura, direcionados a profissionais já licenciados, terão carga horária mínima variável de 800 (oitocentas) a 1.200 (mil e duzentas) horas, dependendo da equivalência entre a formação original e a nova licenciatura.

A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I - quando o curso de segunda licenciatura pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas;

II - quando o curso de segunda licenciatura pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas;

III - a carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas.

Durante o processo formativo, deverá ser garantida efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento e/ou interdisciplinar, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras) e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Os cursos de segunda licenciatura poderão ser ofertados a portador de diploma de cursos de graduação em licenciatura, independentemente da área de formação, cabendo à instituição de educação superior ofertante do curso verificar a compatibilidade entre a formação inicial do candidato e a segunda licenciatura pretendida.

Valorizando a experiência e a atuação dos profissionais do magistério na educação básica, define-se que os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas.

É condição institucional para a oferta dos cursos de segunda licenciatura que a instituição de educação superior oferte curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória pelo MEC na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos. Desse modo, a oferta de cursos de segunda licenciatura deverá ser considerada quando dos processos de avaliação do curso de licenciatura.

Ressalta-se, ainda, que os cursos de segunda licenciatura para professores em exercício na educação básica pública, coordenados pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizados por instituições públicas e comunitárias de educação superior, obedecerão as diretrizes curriculares nacionais.

2.4 Formação continuada dos profissionais do magistério

A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente.

A formação continuada decorre de concepção de desenvolvimento profissional dos profissionais do magistério que leva em conta:

I - os sistemas e redes de ensino, o projeto pedagógico das instituições de educação básica, bem como os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida;

II - a necessidade de acompanhar a inovação e o desenvolvimento associados ao conhecimento, à ciência e à tecnologia;

III - o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática;

IV - o diálogo e a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da instituição educativa.

A formação continuada deve se dar pela oferta de atividades formativas diversas incluindo atividades e cursos de atualização e extensão, cursos de aperfeiçoamento, cursos de especialização, cursos de mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades. A formação continuada deve se efetivar por meio de projeto formativo que tenha por eixo a reflexão crítica sobre as práticas e o exercício profissional e a construção identitária do profissional do magistério. Segundo Nóvoa (1992), “Urge por isso (re)encontrar espaços de interacção entre as dimensões pessoais e profissionais, permitindo aos professores apropriar-se dos seus processos de formação e dar-lhes um sentido no quadro das suas histórias de vida”. Nessa direção, ressaltamos o entendimento, presente no Relatório da DEB (2009-2013), de que a “formação continuada – nela incluída a extensão – responde à necessidade contemporânea de pensar a formação profissional em um *continuum* que se estende ao longo da vida. Desse modo, a educação continuada não decorre de um catálogo de cursos prontos, mas de uma concepção de desenvolvimento profissional do professor que leva em conta: (a) os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida; (b) a necessidade de acompanhar a inovação e a evolução associadas ao conhecimento, à ciência e à tecnologia; (c) o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática e (d) o diálogo e a parceria com atores e instituições (...), capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da escola.” (*In*: CAPES, Relatório de Gestão DEB 2009-2013.)

Desse modo, em consonância com a legislação, define-se que a formação continuada envolve:

I - atividades formativas organizadas pelos sistemas, redes e instituições de educação básica incluindo desenvolvimento de projetos, inovações pedagógicas, entre outros;

II - atividades e/ou cursos de atualização, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;

III - atividades e/ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;

IV - cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior;

V - cursos de especialização *lato sensu* por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior e de acordo com as normas e resoluções do CNE;

VI - cursos ou programas de mestrado acadêmico ou profissional, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes;

VII - cursos ou programas de doutorado, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Capes.

A instituição formadora, em efetiva articulação com o planejamento estratégico do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente e com os sistemas e redes de ensino e com as instituições de educação básica, definirá no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica, articulando-as às políticas de valorização a serem efetivadas pelos sistemas de ensino[9].

2.5 Profissionais do magistério e sua valorização

Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e de gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nóvoa (1992) ressalta que a formação de professores pode desempenhar importante papel na configuração de uma nova profissionalidade docente com impacto na cultura deste profissional e na cultura de organização das escolas.

A valorização desses profissionais compreende a articulação entre formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho.

Nessa direção, em consonância com a legislação em vigor, compete aos sistemas de ensino e às instituições a responsabilidade pela garantia de políticas de valorização dos profissionais do magistério da educação básica, que devem ter assegurada sua formação, além de plano de carreira, de acordo com a legislação vigente, e uma preparação para atuar nas etapas e modalidades da educação básica e seus projetos de gestão, conforme definido na base comum nacional e nas diretrizes de formação, segundo o PDI, PPI e PPC da instituição de educação superior, em articulação com os sistemas e redes de ensino de educação básica.

Assim, no quadro dos profissionais do magistério da instituição de educação básica deve constar quem são esses profissionais, bem como a clara explicitação de sua titulação, atividades e regime de trabalho.

A valorização do magistério e dos demais profissionais da educação deve ser entendida como uma dimensão constitutiva e constituinte de sua formação inicial e continuada, incluindo, entre outros, a garantia de construção, definição coletiva e aprovação de planos de carreira e salário, com condições que assegurem jornada de trabalho com dedicação exclusiva ou tempo integral a ser cumprida em um único estabelecimento de ensino

[9] Importante situar que muitos sistemas de ensino, redes e instituições de educação básica vem desenvolvendo políticas e projetos de formação continuada. A esse respeito ver GATTI, BARRETO, ANDRÉ (2011).

e a destinação de 1/3 (um terço) da carga horária de trabalho a outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério, tais como:

I - preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas;

II - participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição educativa;

III - orientação e acompanhamento de estudantes;

IV - avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas;

V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares;

VI - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola;

VII - atividades de desenvolvimento profissional;

VIII - outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.

De acordo com a legislação vigente, como meio de valorização dos profissionais do magistério público, nos planos de carreira e remuneração dos respectivos sistemas de ensino e instituições de educação básica, deverá ser garantida a convergência entre formas de acesso e provimento ao cargo, formação inicial, formação continuada, jornada de trabalho, incluindo horas para as atividades que considerem a carga horária de trabalho, progressão na carreira e avaliação de desempenho com a participação dos pares, asseverando-se:

I - acesso à carreira por concurso de provas e títulos orientado para assegurar a qualidade da ação educativa;

II - fixação do vencimento ou salário inicial para as carreiras profissionais da educação de acordo com a jornada de trabalho definida nos respectivos planos de carreira no caso dos profissionais do magistério, com valores nunca inferiores ao do Piso Salarial Profissional Nacional, vedada qualquer diferenciação em virtude da etapa ou modalidade de educação e de ensino de atuação;

III - diferenciação por titulação dos profissionais da educação escolar básica entre os habilitados em nível médio e os habilitados em nível superior e pós-graduação *lato sensu*, com percentual compatível entre estes últimos e os detentores de cursos de mestrado e doutorado;

IV - revisão salarial anual dos vencimentos ou salários conforme a Lei do Piso;

V - manutenção de comissão paritária entre gestores e profissionais da educação e os demais setores da comunidade escolar para estudar as condições de trabalho e propor políticas, práticas e ações para o bom desempenho e a qualidade dos serviços prestados à sociedade;

VI - elaboração e implementação de processos avaliativos para o estágio probatório dos profissionais do magistério, com a sua participação;

VII - oferta de programas permanentes e regulares de formação e aperfeiçoamento profissional do magistério e a instituição de licenças remuneradas e formação em serviço, inclusive em nível de pós-graduação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como os objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica.

Os critérios para a remuneração dos profissionais do magistério público devem se pautar nos preceitos da Lei nº 11.738, de 2008, que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional, e no artigo 22 da Lei nº 11.494, de 2007, que dispõe sobre a parcela da verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), destinada ao pagamento dos profissionais do magistério, bem como no artigo 69 da Lei nº 9.394, de 1996, que define os percentuais mínimos de investimento dos entes federados na educação, em consonância com a Lei nº 13.005, de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

As fontes de recursos para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério público são aquelas descritas no artigo 212 da Constituição Federal e no artigo 60

do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, além de recursos provenientes de outras fontes vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Sobre as formas de organização e gestão da educação básica, incluindo as orientações curriculares, os entes federados e os respectivos sistemas de ensino e instituições educativas deverão garantir adequada relação numérica professor/educando, levando em consideração as características dos educandos, do espaço físico, das etapas e modalidades da educação básica e do projeto pedagógico e curricular.

2.6 Disposições transitórias

Visando assegurar a efetivação das diretrizes curriculares nacionais para a formação de profissionais da educação básica, para os cursos em andamento, define-se que os cursos de formação de professores que se encontram em funcionamento deverão se adaptar à Resolução proposta no prazo de 2 (dois) anos.

Com relação a cursos novos, define-se que os pedidos de autorização para funcionamento de curso em andamento serão restituídos aos proponentes para que sejam feitas as adequações necessárias.

Considerando a legislação em vigor, especialmente o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, destaca-se que os processos de avaliação dos cursos de licenciatura serão realizados pelo órgão próprio do sistema e acompanhados por comissões próprias de cada área.

Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas interdisciplinares, serão objeto de regulamentação suplementar.

Visando a materialização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica proposta e sua consequente Resolução, propõe-se a revogação das disposições em contrário, em especial a Resolução CNE/CP nº 2, de 26 de junho de 1997, a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de setembro de 1999, a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, e a Resolução nº 3, de 7 de dezembro de 2012.

III – VOTO DA COMISSÃO

Ao aprovar este Parecer e o Projeto de Resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica, em anexo, a Comissão Bicameral de Formação de Professores submete-os ao Conselho Pleno para decisão.

Brasília (DF), 9 de junho de 2015.

José Fernandes de Lima (CEB/CNE) – presidente

Luiz Fernandes Dourado (CES/CNE) – relator

Antonio Carlos Caruso Ronca (CEB/CNE) – membro

Francisco Aparecido Cordão (CEB/CNE) – membro

Gilberto Gonçalves Garcia (CES/CNE) – membro

José Eustáquio Romão (CES/CNE) – membro

Luiz Roberto Alves (CEB/CNE) – membro

Malvina Tania Tuttman (CEB/CNE) – membro

Márcia Angela da Silva Aguiar (CES/CNE) – membro

Raimundo Moacir Mendes Feitosa (CEB/CNE) – membro

Sérgio Roberto Kieling Franco (CES/CNE) – membro

V – DECISÃO DO CONSELHO PLENO

O Conselho Pleno aprova, por unanimidade, o voto da Comissão.
Plenário, em 9 de junho de 2015.

Conselheiro Gilberto Gonçalves Garcia – Presidente

Publicado no D.O.U. de 25/6/2015, Seção 1, Pág. 13.

2.2 - Resoluções

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012 [10(*)]

Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas Leis n [os] 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 8/2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012,

CONSIDERANDO o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014), o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); e as diretrizes nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visem assegurar o direito à educação a todos(as),

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições.

Art. 2º A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

§ 1º Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.

[10] Resolução CNE/CP 1/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48.

§ 2º Aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais.

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

I - dignidade humana;

II - igualdade de direitos;

III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;

IV - laicidade do Estado;

V - democracia na educação;

VI - transversalidade, vivência e globalidade; e

VII - sustentabilidade socioambiental.

Art. 4º A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões:

I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;

II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;

III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;

IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e

V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

§ 1º Este objetivo deverá orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos.

§ 2º Os Conselhos de Educação definirão estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos.

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

Art. 7º A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas:

I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;

II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar;

III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade. Parágrafo único. Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda

ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.

Art. 8º A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais.

Art. 9º A Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento.

Art. 10. Os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa deverão fomentar e divulgar estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos.

Art. 11. Os sistemas de ensino deverão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos e, por extensão, a Educação em Direitos Humanos.

Art. 12. As Instituições de Educação Superior estimularão ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS CARUSO RONCA

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 (*)

Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

O **Presidente do Conselho Nacional de Educação**, de conformidade com o disposto na alínea "c" do § 1º e na alínea "c" do § 2º do artigo 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e nos artigos 22 ao 57 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 14/2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 15 de junho de 2012,

CONSIDERANDO que:

A Constituição Federal (CF), de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações";

(*) Resolução CNE/CP 2/2015. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.

(**) Retificação publicada no DOU de 3/7/2015, Seção 1, p. 28: Na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 2/7/2015, Seção 1, pp. 8-12, no Art. 17, § 1º, p. 11, onde se lê: "II - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;", leia-se: "III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;".

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no inciso X do artigo 2º, já estabelecia que a educação ambiental deve ser ministrada a todos os níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente;

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural; que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania;

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo;

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental;

O Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, e define que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global;

O atributo “ambiental” na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental;

O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social,

RESOLVE:

TÍTULO I

OBJETO E MARCO LEGAL

CAPÍTULO I

OBJETO

Art. 1º A presente Resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, orientando a implementação do determinado pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), com os seguintes objetivos:

I - sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que

vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

III - orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;

IV - orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados.

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído.

Art. 4º A Educação Ambiental é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Art. 5º A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica.

Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.

CAPÍTULO II

MARCO LEGAL

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

Art. 8º A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.

Parágrafo único. Nos cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o *aspecto metodológico* da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico.

Art. 9º Nos cursos de formação inicial e de especialização técnica e profissional, em todos os níveis e modalidades, deve ser incorporado conteúdo que trate da *ética socioambiental* das atividades profissionais.

Art. 10. As instituições de Educação Superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

Art. 11. A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

TÍTULO II

PRINCÍPIOS E OBJETIVOS

CAPÍTULO I

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 12. A partir do que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da Educação Ambiental:

I - totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;

II - interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;

III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

IV - vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;

V - articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;

VI - respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e plurietnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 13. Com base no que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, são objetivos da Educação Ambiental a serem concretizados conforme cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino:

I - desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo;

II - garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental;

III - estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental;

IV - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável;

VI - fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental;

VII - fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade;

VIII - promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz;

IX - promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do País que utilizam e preservam a biodiversidade.

Art. 14. A Educação Ambiental nas instituições de ensino, com base nos referenciais apresentados, deve contemplar:

I - abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;

II - abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas;

III - aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;

IV - incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental;

V - estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.

TÍTULO III

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 15. O compromisso da instituição educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior.

§ 1º A proposta curricular é constitutiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos Projetos e Planos de Cursos (PC) das instituições de Educação Básica, e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e do Projeto Pedagógico (PP) constante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições de Educação Superior.

§ 2º O planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e da diversidade sociocultural dos estudantes, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais.

§ 3º O tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente.

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos.

Art. 17. Considerando os saberes e os valores da sustentabilidade, a diversidade de manifestações da vida, os princípios e os objetivos estabelecidos, o planejamento curricular e a gestão da instituição de ensino devem:

I - estimular:

a) visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, as influências políticas, sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras, na relação entre sociedade, meio ambiente, natureza, cultura, ciência e tecnologia;

b) pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, científicos, socioeconômicos, políticos e históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação, a cooperação e a ética;

c) reconhecimento e valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente, em especial de povos originários e de comunidades tradicionais;

d) vivências que promovam o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com os seres vivos e seu habitat;

e) reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas e seus impactos ambientais, que recaem principalmente sobre os grupos vulneráveis, visando à conquista da justiça ambiental;

f) uso das diferentes linguagens para a produção e a socialização de ações e experiências coletivas de educomunicação, a qual propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem.

II - contribuir para:

a) o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir da paisagem, da bacia hidrográfica, do bioma, do clima, dos processos geológicos, das ações antrópicas e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica da natureza e das alterações provocadas pela sociedade;

b) a revisão de práticas escolares fragmentadas buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades humanas nas diversas dimensões local, regional e planetária;

c) o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção, consumo, organização social, visando à prevenção de desastres ambientais e à proteção das comunidades;

d) a promoção do cuidado e responsabilidade com as diversas formas de vida, do respeito às pessoas, culturas e comunidades;

e) a valorização dos conhecimentos referentes à saúde ambiental, inclusive no meio ambiente de trabalho, com ênfase na promoção da saúde para melhoria da qualidade de vida;

f) a construção da cidadania planetária a partir da perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações.

III - promover:

a) observação e estudo da natureza e de seus sistemas de funcionamento para possibilitar a descoberta de como as formas de vida relacionam-se entre si e os ciclos naturais interligam-se e integram-se uns aos outros;

b) ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, situadas tanto na esfera individual, como na esfera pública;

c) projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania;

d) experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da sociobiodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra;

e) trabalho de comissões, grupos ou outras formas de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis.

TÍTULO IV

SISTEMAS DE ENSINO E REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 18. Os Conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem estabelecer as normas complementares que tornem efetiva a Educação Ambiental em todas as fases, etapas, modalidades e níveis de ensino sob sua jurisdição.

Art. 19. Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica.

§ 1º Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar.

§ 2º Os sistemas de ensino, em colaboração com outras instituições, devem instituir políticas permanentes que incentivem e dêem condições concretas de formação continuada, para que se efetivem os princípios e se atinjam os objetivos da Educação Ambiental.

Art. 20. As Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas para os cursos e programas da Educação Superior devem, na sua necessária atualização, prescrever o adequado para essa formação.

Art. 21. Os sistemas de ensino devem promover as condições para que as instituições educacionais constituam-se em espaços educadores sustentáveis, com a intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações em relação equilibrada com o meio ambiente, tornando-se referência para seu território.

Art. 22. Os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa, em regime de colaboração, devem fomentar e divulgar estudos e experiências realizados na área da Educação Ambiental.

§ 1º Os sistemas de ensino devem propiciar às instituições educacionais meios para o estabelecimento de diálogo e parceria com a comunidade, visando à produção de conhecimentos sobre condições e alternativas socioambientais locais e regionais e à intervenção para a qualificação da vida e da convivência saudável.

§ 2º Recomenda-se que os órgãos públicos de fomento e financiamento à pesquisa incrementem o apoio a projetos de pesquisa e investigação na área da Educação Ambiental,

sobretudo visando ao desenvolvimento de tecnologias mitigadoras de impactos negativos ao meio ambiente e à saúde.

Art. 23. Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, devem criar políticas de produção e de aquisição de materiais didáticos e paradidáticos, com engajamento da comunidade educativa, orientados pela dimensão socioambiental.

Art. 24. O Ministério da Educação (MEC) e os correspondentes órgãos estaduais, distrital e municipais devem incluir o atendimento destas Diretrizes nas avaliações para fins de credenciamento e recredenciamento, de autorização e renovação de autorização, e de reconhecimento de instituições educacionais e de cursos.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PASCHOAL LAÉRCIO ARMONIA
Presidente em Exercício

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014 [11]

Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em conformidade com o disposto nas alíneas "a" e "e" do § 1º do art. 9° da Lei nº 4.024/61, com a redação dada pela Lei nº 9.131/95; nos arts. 36-A a 36-D e nos arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394/96; no Decreto Federal nº 5.154/2004; na Portaria Ministerial nº 870/2008; na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2008; na Resolução CNE/CEB nº 4/2012, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 3/2012; na Resolução CNE/CEB nº 6/2012, com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, bem como no Parecer CNE/CEB nº 8/2014, homologado por Despacho do Ministro da Educação, publicado no DOU de 28 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Esta Resolução atualiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, conforme indicado em seus quadros anexos, bem como orienta os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio, em caráter experimental, de acordo com o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.

Art. 2º Os cursos técnicos de nível médio implantados em caráter experimental, por instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica, deverão ser previamente aprovados pelos órgãos próprios dos respectivos sistemas de ensino, nos termos das Resoluções CNE/CEB nº 3/2008 e nº 4/2012, e devidamente cadastrados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC).

Art. 3º Os cursos a que se refere o artigo anterior terão validade máxima de três anos, contados da data de sua implantação.

Art. 4º Não serão autorizados como cursos técnicos experimentais, aqueles cursos constantes da Tabela de Convergência e da Tabela de Submissão.

§ 1º Os cursos inseridos nas referidas tabelas somente poderão ser reapresentados como proposta de curso experimental a ser analisada e autorizada pelo órgão próprio do correspondente sistema de ensino, caso apresente sólidos argumentos que justifiquem a alteração do posicionamento anterior.

§ 2º Em caso de aprovação de curso experimental nos termos do parágrafo anterior, o respectivo sistema de ensino deverá encaminhar a documentação pertinente à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) para ser submetida à consideração do Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica (CONPEP).

Art. 5º Os cursos técnicos de nível médio, autorizados como cursos experimentais nos termos do art. 81 da LDB, e que estejam relacionados em anexo desta Resolução, poderão ser mantidos como tais até 31 de dezembro de 2015, devendo, após essa data, obedecer à nova disposição regulamentar sobre a matéria.

Art. 6º Ao final do prazo de três anos definido no art. 3º desta Resolução, a SETEC/MEC adotará uma das seguintes providências em relação a esses cursos técnicos de nível médio implantados em caráter experimental, nos termos do art. 81 da LDB, autorizados

[11] Resolução CNE/CEB 1/2014. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de dezembro de 2014, Seção 1, p. 16.

como tais pelos órgãos próprios dos sistemas de ensino e apresentados como propostas de inclusão:

I - manterá a oferta dos cursos técnicos de nível médio autorizados em caráter experimental durante mais um tempo determinado; ou

II - incluirá os cursos em questão no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), devendo as instituições e sistemas de ensino envolvidos promover as devidas adequações, preservando-se o direito dos alunos matriculados quanto à conclusão dos cursos tais como iniciados; ou

III - recomendará a convergência ou extinção dos referidos cursos, garantindo-se o direito adquirido pelos alunos, tanto em termos de conclusão dos cursos iniciados, quanto em relação à validade nacional dos diplomas recebidos, ficando a instituição de ensino impedida de efetivar novas matrículas nos cursos em questão.

Art. 7º Podem ser apresentadas como propostas devidamente justificadas e fundamentadas de atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio:

I - solicitação de inclusão de curso;

II - solicitação de alteração de curso e de eixo tecnológico;

II - solicitação de exclusão de curso.

§ 1º Somente serão analisadas como proposta de atualização do CNCT por parte da SETEC/MEC e do CONPEP, as solicitações apresentadas por instituições educacionais, Conselhos Estaduais de Educação, Conselho de Educação do Distrito Federal, bem como por conselhos de fiscalização do exercício das profissões regulamentadas e, ainda, por Ministérios e demais órgãos públicos diretamente relacionados à respectiva área profissional ou eixo tecnológico.

§ 2º Somente serão admitidas como solicitação de inclusão no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos as propostas de cursos que já tenham sido aprovados pelos órgãos próprios do sistema de ensino e estejam em funcionamento em caráter experimental, devidamente registrados no SISTEC e que comprovem a conclusão de pelo menos uma turma.

Art. 8º Constituem parte integrante desta Resolução os seguintes anexos:

I - Relação de cursos autorizados como experimentais que foram incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos na edição 2014.

II - Relação de cursos a serem mantidos como de oferta em caráter experimental até 31 de dezembro de 2015.

III - Relação de cursos que devem convergir ou ser xxtintos.

IV - Relação de cursos incluídos no Catálogo.

V - Relação de alteração na denominação de cursos.

VI - Relação de cursos que tiveram aumento da carga horária mínima.

VII - Relação de mudança de eixo tecnológico do curso.

VIII - Relação de denominações incluídas na Tabela de Convergência.

IX - Tabela de Submissão;

X - Extrato consolidado da nova versão do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – Edição 2014.

Art. 9º Fica instituído como período de transição, a partir da homologação do presente Parecer, o prazo até 31 de dezembro de 2015, permitida às instituições de ensino a adaptação aos novos parâmetros aqui definidos, objetivando resguardar o direito adquirido pelos estudantes que já iniciaram os seus cursos, bem como garantir a validade nacional dos diplomas de técnico de nível médio já emitidos aos seus concluintes.

Art. 10 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LUIZ ROBERTO ALVES

ANEXO I

Relação de cursos autorizados como experimentais recomendados para serem incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos na edição 2014

Nº	Curso experimental	Observação
1.	Técnico em Bombeiro de Aeronáutica	Incluído no Eixo Tecnológico Militar
2.	Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	Incluído no Eixo Tecnológico Informação e Comunicação
3.	Técnico em Figurino	Incluído no Eixo Tecnológico Produção Cultural e Design, com adoção do título "Técnico em Figurino Cênico"
4.	Técnico em Pós-Colheita de Grãos	Incluído no Eixo Tecnológico Recursos Naturais, os cursos Técnico em Pós-Colheita e Técnico em Grãos.

ANEXO II

Relação de cursos a serem mantidos como de oferta em caráter experimental até 31 de dezembro de 2015

Nº	Curso experimental	Observação
1.	Técnico em Design de Moda – Área do Design	Retirar a expressão “Área do Design” do título
2.	Técnico em Gastronomia	
3.	Técnico em Gestão Cultural	
4.	Técnico em Turismo	
5.	Técnico Agroflorestal	

ANEXO III

Relação de cursos em que se recomenda a convergência ou extinção

Nº	Curso experimental	Observação
1.	Habilitação em Técnico de Laboratório de Análises Clínicas	Convergir para: Técnico em Análises Clínicas
2.	D Integrado e Nível Médiocom Qualificação Profissional em Operação de Microcomputadores	Convergir para: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
3.	Técnico Em Agropecuária, Gestão e Manejo Ambiental	Convergir para: Técnico em Agropecuária
4.	Técnico Automotivo	Convergir para: Técnico em Manutenção Automotiva
5.	Técnico de Recepcionista	Convergir para: Técnico em Secretariado
6.	Técnico em Acupuntura	Extinguir o curso
7.	Técnico em Administração e Negócios	Convergir para: Técnico em Administração
8.	Técnico em Administração em Recursos	Convergir para: Técnico em Recursos
	Humanos	Humanos
9.	Técnico em Administração-Gestão	Convergir para: Técnico em Administração
10.	Técnico em Agente Agroflorestal Indígena	Convergir para: Técnico em Florestas
11.	Técnico em Agricultura de Precisão	Extinguir o curso
12.	Técnico em Anatomia e Necropsia	Convergir para: Técnico em Necropsia
13.	Técnico em Artefatos de Couro	Extinguir o curso
14.	Técnico em Avicultura	Extinguir o curso
15.	Técnico em Biodiagnóstico/Histologia e Microscopia	Convergir para: Técnico em Citopatologia
16.	Técnico emBiodiagnóstico-Patologia Clínica	Convergir para: Técnico em Citopatologia
17.	Técnico em Comunicação	Extinguir o curso
18.	Técnico em Controle e Automação	Convergir para: Técnico em Automação Industrial
19.	Técnico em Decoração	Convergir para: Técnico em Design de Interiores
20.	Técnico em Desenvolvimento Social	Convergir para: Técnico em Orientação Comunitária
21.	Técnico em Design	Extinguir o curso
22.	Técnico em Design Gráfico	Convergir para: Técnico em Pré-impressão Gráfica
23.	Técnico em Design Gráfico - Área do Design	Convergir para: Técnico em Pré-impressão Gráfica
24.	Técnico em Ecoturismo	Convergir para: Técnico em Guia de Turismo
25.	Técnico em Edificações (Construção Civil)	Convergir para: Técnico em Edificações
26.	Técnico em Eletrônica Industrial	Convergir para: Técnico em Eletrônica
27.	Técnico em Eletrotécnica e Automação	Convergir para: Técnico em Eletrotécnica ou Técnico em Automação Industrial
28.	Técnico em Estética e Cosmetologia	Convergir para: Técnico em Estética

Nº	Curso experimental	Observação
29.	Técnico em Estilismo e Coordenação de Moda	Convergir para: Técnico em Produção de Moda
30.	Técnico em Execução, Conservação e Restauro de Edificações	Convergir para: Técnico em Edificações
31.	Técnico em Ferramentaria	Extinguir o curso
32.	Técnico em Fundição	Convergir para: Técnico em Metalurgia
33.	Técnico em Geologia e Mineração	Convergir para: Técnico em Geologia ou Técnico em Mineração
34.	Técnico em Gerência Empresarial – Área da Gestão	Convergir para: Técnico em Administração
35.	Técnico em Gerenciamento de Sistemas de Informação	Convergir para: Técnico em Informática
36.	Técnico em Gestão Ambiental	Convergir para: Técnico em Meio Ambiente
37.	Técnico em Gestão de Meio Ambiente e Agronegócios	Convergir para: Técnico em Agronegócios ou Técnico em Meio Ambiente
38.	Técnico em Gestão de Pequenas e Médias Empresas	Convergir para: Técnico em Administração
39.	Técnico em Gestão de Processos Industriais	Extinguir o curso
40.	Técnico em Gestão em Logística	Convergir para: Técnico em Logística
41.	Técnico em Gestão Empresarial	Convergir para: Técnico em Administração
42.	Técnico em Gestão Escolar	Extinguir o curso
43.	Técnico em Gestão Industrial	Extinguir o curso
44.	Técnico em Gravação Musical	Convergir para: Técnico em Processos Fonográficos
45.	Técnico em Guia de Turismo (Categoria Regional)	Convergir para: Técnico em Guia de Turismo
46.	Técnico em Higiene Dental	Convergir para: Técnico em Saúde Bucal
47.	Técnico em Informática Básica	Convergir para: Técnico em Informática
48.	Técnico em Informática Industrial	Convergir para: Técnico em Eletrônica
49.	Técnico em Inspeção de Equipamentos e Soldagem	Convergir para: Técnico em Soldagem
50.	Técnico em Instalação E Manutenção Eletrônica	Convergir para: Técnico em Eletrônica
51.	Técnico em Instrumentação Cirúrgica	Extinguir o curso
52.	Técnico Em Instrumentação, Controle e Automação	Convergir para: Técnico em Automação Industrial
53.	Técnico em Instrumento	Convergir para: Técnico em Instrumento Musical
54.	Técnico em Logística de Armazenagem e Gestão de Estoques	Convergir para: Técnico em Logística
55.	Técnico Em Logística de Transportes e Distribuição	Convergir para: Técnico em Logística
56.	Técnico em Madeira e Mobiliário	Convergir para: Técnico em Móveis
57.	Técnico em Malharia	Convergir para: Técnico em Têxtil
58.	Técnico em Manutenção de Equipamentos Eletrônicos	Convergir para: Técnico em Eletrônica

Nº	Curso experimental	Observação
59.	Técnico Em Manutenção Eletromecânica Ferroviária	Convergir para: Técnico em Manutenção Metroferroviária
60.	Técnico em Manutenção Mecânica Industrial	Convergir para: Técnico em Mecânica
61.	Técnico em Materiais e Logística	Convergir para: Técnico em Logística
62.	Técnico Em Mecânica com Ênfase em Desenhista Projetista	Convergir para: Técnico em Mecânica
63.	Técnico em Mecânica Industrial	Convergir para: Técnico em Mecânica
64.	Técnico Em Mineração com Ênfase em Meio Ambiente	Convergir para: Técnico em Mineração
65.	Técnico em Música	Convergir para: Técnico em Canto
66.	Técnico em Naturopatia	Extinguir o curso
67.	Técnico em Naval	Extinguir o curso
68.	Técnico em Nutrição	Convergir para: Técnico em Nutrição e Dietética
69.	Técnico em Operações Logísticas	Convergir para: Técnico em Logística
70.	Técnico em Óptica e Optometria	Convergir para: Técnico em Óptica
71.	Técnico em Panificação e Confeitaria	Convergir para: Técnico em Panificação e Técnico em Confeitaria
72.	Técnico em Patologia Clínica	Convergir para: Técnico em Análises Clínicas
73.	Técnico em Patologia Clínica (Biodiagnóstico)	Convergir para: Técnico em Análises Clínicas
74.	Técnico em Pecuária	Convergir para: Técnico em Agropecuária
75.	Técnico Em planejamento e Gestão em Tecnologia da Informação	Extinguir o curso
76.	Técnico em Planejamento e Gestão em TI	Extinguir o curso
77.	Técnico em Polímeros	Convergir para: Técnico em Química
78.	Técnico em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	Extinguir o curso
79.	Técnico em Produção e Design de Moda	Convergir para: Técnico em Produção de Moda
80.	Técnico em Química Habilitação em Saneamento e Meio Ambiente	Convergir para: Técnico em Química
81.	Técnico em Química Industrial	Convergir para: Técnico em Química
82.	Técnico em Radiologia e Imagenologia	Convergir para: Técnico em Radiologia
83.	Técnico em Radiologia Médica – Radiodiagnóstico	Convergir para: Técnico em Radiologia
84.	Técnico em Refrigeração	Convergir para: Técnico em Refrigeração e Climatização
85.	Técnico Em Saúde e Segurança do Trabalho	Convergir para: Técnico em Segurança do Trabalho
86.	Técnico Em Segurança do Trabalho – Ênfase em Meio Ambiente	Convergir para: Técnico em Segurança do Trabalho
87.	Técnico em Segurança do Trabalho com Ênfase em Meio Ambiente	Convergir para: Técnico em Segurança do Trabalho
88.	Técnico em Segurança do Trabalho com Ênfase em Qualidade e Meio Ambiente	Convergir para: Técnico em Segurança do Trabalho

Nº	Curso experimental	Observação
89.	Técnico em Segurança do Trabalho e Meio Ambiente	Convergir para: Técnico em Segurança do Trabalho
90.	Técnico em Shiatsuterapia	Convergir para: Técnico em Massoterapia
91.	Técnico em Sistemas de Controles Automáticos	Convergir para: Técnico em Automação Industrial
92.	Técnico em Sistemas de Informação	Convergir para: Técnico em Informática
93.	Técnico em Sistemas de Telecomunicações	Convergir para: Técnico em Telecomunicações
94.	Técnico em Solda	Convergir para: Técnico em Soldagem
95.	Técnico em Transportes e Trânsito	Convergir para: Técnico em Trânsito ou Técnico em Transporte Rodoviário
96.	Técnico em Turismo e Hospitalidade	Convergir para: Técnico em Guia de Turismo ou Técnico em Hospedagem
97.	Técnico em Turismo e Hotelaria	Convergir para: Técnico em Guia de Turismo ou Técnico em Hospedagem
98.	Técnico Têxtil em Malharia e Confecção	Convergir para: Técnico em Têxtil

ATUALIZAÇÃO DO CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS

ANEXO IV

Proposta de inclusão de cursos novos e experimentais no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

Nº	Eixo tecnológico	Denominação do curso	Carga horária mínima
1.	Controle E Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Máquinas Industriais	1.200h
2.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Laboratório de Ciências da Natureza	800h
3.	Informação e Comunicação	Técnico em Desenvolvimento de Sistemas	1.000h
4.	Militar	Técnico em Bombeiro Aeronáutico	1.200h
5.	Produção Cultural e Design	Técnico em Figurino Cênico	800h
6.	Recursos Naturais	Técnico em Pós-Colheita	1.200h
7.	Recursos Naturais	Técnico em Grãos	1.200h

ANEXO V
Proposta de alteração na denominação de cursos

Nº	Eixo tecnológico	Denominação anterior (CNCT – Edição 2012)	Nova denominação (2014)
1.	Controle E Processos Industriais	Técnico em Manutenção Metroferroviária	Técnico em Manutenção de Sistemas Metroferroviários
2.	Controle E Processos Industriais	Técnico em Máquinas Navais	Técnico em Manutenção de Máquinas Navais
3.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Treinamento de Cães-Guia	Técnico em Treinamento e Instrução de Cães-Guias
4.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Biblioteca	Técnico em Biblioteconomia
5.	Gestão e Negócios	Técnico em Serviços de Condomínio	Técnico em Condomínio
6.	Produção Artística e Cultural e Design	Técnico em Arte Circense	Técnico em Artes Circenses
7.	Produção Artística e Cultural e Design	Técnico em Arte Dramática	Técnico em Teatro
8.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Serviços de Restaurante e Bar	Técnico em Restaurante e Bar

ANEXO VI

Proposta de aumento da carga horária mínima de cursos

Nº	Eixo Tecnológico	Curso	Carga horária anterior (CNCT – Edição 2012)	Nova carga horária mínima
1.	Ambiente e Saúde	Técnico em Meio Ambiente	800h	1.200h
2.	Ambiente e Saúde	Técnico em Controle Ambiental	800h	1.200h
3.	Gestão e Negócios	Técnico em Administração	800h	1.000h
4.	Informação e Comunicação	Técnico em Informática	1.000h	1.200h
5.	Infraestrutura	Técnico Aeroportuário	800h	1.000h
6.	Infraestrutura	Técnico em Agrimensura	1.000h	1.200h
7.	Infraestrutura	Técnico em Geoprocessamento	1.000h	1.200h
8.	Infraestrutura	Técnico em Hidrologia	1.000h	1.200h
9.	Infraestrutura	Técnico em Portos	800h	1.000h
10.	Infraestrutura	Técnico em Trânsito	800h	1.000h
11.	Infraestrutura	Técnico Em Transporte Aquaviário	800h	1.000h
12.	Infraestrutura	Técnico em Transporte de Cargas	800h	1.000h
13.	Infraestrutura	Técnico Em Transporte Dutoviário	800h	1.000h
14.	Infraestrutura	Técnico Em Transporte Rodoviário	800h	1.000h

ANEXO VII

Proposta de mudança de eixo tecnológico do curso

Nº	Curso	Eixo tecnológico anterior (CNCT – Edição 2012)	Novo eixo tecnológico
1.	Técnico em Análises Químicas	Controle e Processos Industriais	Produção Industrial
2.	Técnico em Biotecnologia	Ambiente e Saúde	Produção Industrial
3.	Técnico em Petroquímica	Controle e Processos Industriais	Produção Industrial
4.	Técnico em Química	Controle e Processos Industriais	Produção Industrial

ANEXO VIII

Proposta de inclusão de denominação na Tabela de Convergência

Nº	Eixo Tecnológico	Curso a convergir	Convergência para
1.	Controle E Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Sistemas Eletroeletrônicos de Transporte Sobre Trilhos	Técnico em Manutenção de Sistemas de Transporte Metroferroviário
2.	Controle E Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Sistemas Mecânicos de Transporte sobre Trilhos	Técnico em Manutenção de Sistemas de Transporte Metroferroviário
3.	Controle E Processos Industriais	Técnico em Manutenção Metroferroviária	Técnico em Manutenção de Sistemas Metroferroviários
4.	Controle E Processos Industriais	Técnico em Máquinas Navais	Técnico em Manutenção de Máquinas Navais
5.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Treinamento de Cães-Guia	Técnico em Treinamento e Instrução de Cães-Guias
6.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Biblioteca	Técnico em Biblioteconomia
7.	Gestão e Negócios	Técnico em Serviços de Condomínio	Técnico em Condomínio
8.	Produção Artística e Cultural e Design	Técnico em Arte Circense	Técnico em Artes Circenses
9.	Produção Artística e Cultural e Design	Técnico em Arte Dramática	Técnico em Teatro
10.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Serviços de Restaurante e Bar	Técnico em Restaurante e Bar

ANEXO IX

Tabela de submissão

Nº	Eixo Tecnológico	Denominação
1.	Ambiente e Saúde	Técnico em Acupuntura
2.	Ambiente e Saúde	Técnico em Cuidados em Saúde
3.	Ambiente e Saúde	Técnico em Especialização em Cabelos Afro - Étnicos
4.	Ambiente e Saúde	Técnico em Fitoterapia
5.	Ambiente e Saúde	Técnico em instrumentação Cirúrgica
6.	Ambiente e Saúde	Técnico em Naturopatia
7.	Ambiente e Saúde	Técnico em Óptica e Optometria
8.	Ambiente e Saúde	Técnico em Optometria
9.	Ambiente e Saúde	Técnico em Práticas Integrativas e Complementares em Saúde
10.	Ambiente e Saúde	Técnico em Terapia Ayurvédica
11.	Ambiente e Saúde	Técnico em Terapias Corporais Naturais
12.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Energias Alternativas
13.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Ferramentaria
14.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Fundição
15.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Inspeção de Equipamentos
16.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Instrumentação
17.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Sistemas Eletroeletrônicos de Transporte Sobre Trilhos
18.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Sistemas Mecânicos de Transporte sobre Trilhos
19.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Nanotecnologia
20.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Naval
21.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Projetos Mecânicos
22.	Controle e Processos Industriais	Técnico em Tubulação Industrial
23.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Acrobacia no mastro vertical
24.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Desenvolvimento Infantil
25.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Docência
26.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Educação Escolar Infantil e Ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
27.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Ensino na Educação de Jovens e Adultos
28.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Esportes
29.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Gestão Escolar
30.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Magistério Intercultural Indígena

Nº	Eixo Tecnológico	Denominação
31.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Movimentos Musicais na Comunidade Escolar
32.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Orientação e Acompanhamento Escolares
33.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Produção de Materiais Didáticos voltados para o ensino a distância
34.	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Transporte de Escolares
35.	Gestão e Negócios	Técnico em Contact Center
36.	Gestão e Negócios	Técnico em Empreendedorismo
37.	Gestão e Negócios	Técnico em Estatística
38.	Gestão e Negócios	Técnico em Gestão de Processos Industriais
39.	Gestão e Negócios	Técnico em Prevenção de Perdas
40.	Gestão e Negócios	Técnico em Serviços Bancários
41.	Informação e Comunicação	Técnico em Planejamento e Gestão em Tecnologia da Informação
42.	Informação e Comunicação	Técnico em Segurança da Informação
43.	Informação e Comunicação	Técnico em Web Design
44.	Infraestrutura	Técnico em Execução, Conservação e Restauro de Edificações
45.	Produção Alimentícia	Técnico e Panificação e Confeitaria
46.	Produção Cultural e Design	Técnico em Arte Dramática com ênfase em Criação e Produção
47.	Produção Cultural e Design	Técnico em Audiovisual
48.	Produção Cultural e Design	Técnico em Comunicação
49.	Produção Cultural e Design	Técnico em Criação e Coordenação de Moda
50.	Produção Cultural e Design	Técnico em Dança de Salão
51.	Produção Cultural e Design	Técnico em Design
52.	Produção Cultural e Design	Técnico em Formação de Bailarino para Corpo de Baile
53.	Produção Cultural e Design	Técnico em Montagem e Segurança em Espaços Cênicos
54.	Produção Cultural e Design	Técnico em Visagismo
55.	Produção Industrial	Técnico em Artefatos de Couro
56.	Produção Industrial	Técnico em Desenvolvimento de Produtos Industriais
57.	Produção Industrial	Técnico em Energia Nuclear
58.	Produção Industrial	Técnico em Estruturas Navais
59.	Produção Industrial	Técnico em Gestão de Processos Industriais
60.	Produção Industrial	Técnico em Gestão Industrial
61.	Recursos Naturais	Técnico em Agricultura de Precisão
62.	Recursos Naturais	Técnico em Agroextrativismo
63.	Recursos Naturais	Técnico em Agropecuária, Gestão e Manejo Ambiental
64.	Recursos Naturais	Técnico em Avicultura
65.	Recursos Naturais	Técnico em Bovinocultura
66.	Recursos Naturais	Técnico em Gestão Ambiental
67.	Recursos Naturais	Técnico em Grãos, Fibras, Oleaginosas

Nº	Eixo Tecnológico	Denominação
68.	Recursos Naturais	Técnico em Ovinocaprinocultura
69.	Recursos Naturais	Técnico em Produção de cana-de-açúcar
70.	Recursos Naturais	Técnico em Produção em Palma de Óleo
71.	Recursos Naturais	Técnico em Produção Sustentável em Unidades de Conservação
72.	Recursos Naturais	Técnico em Visagismo
73.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Dança Esportiva
74.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Organização Esportiva
75.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Panificação e Confeitaria
76.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Patisseria Clássica e Panificação Artesanal
77.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Planejamento Turístico
78.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Práticas Esportivas
79.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Preparação de Atletas
80.	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Treinamento Esportivo

ANEXO X

Extrato consolidado da nova versão do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – Edição 2014

Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – Edição 2014 (Extrato)

Nº	Eixo Tecnológico	Denominação	Carga Horária
1	Ambiente e Saúde	Técnico em Agente Comunitário de Saúde	1.200 horas
2	Ambiente e Saúde	Técnico em Análises Clínicas	1.200 horas
3	Ambiente e Saúde	Técnico em Citopatologia	1.200 horas
4	Ambiente e Saúde	Técnico em Controle Ambiental	1200 horas
5	Ambiente e Saúde	Técnico em Cuidados de Idosos	1.200 horas
6	Ambiente e Saúde	Técnico em Enfermagem	1.200 horas
7	Ambiente e Saúde	Técnico em Equipamentos Biomédicos	1.200 horas
8	Ambiente e Saúde	Técnico em Estética	1.200 horas
9	Ambiente e Saúde	Técnico em Farmácia	1.200 horas
10	Ambiente e Saúde	Técnico em Gerência em Saúde	1.200 horas
11	Ambiente e Saúde	Técnico em Hemoterapia	1.200 horas
12	Ambiente e Saúde	Técnico em Imagem Pessoal	1.200 horas
13	Ambiente e Saúde	Técnico em Imobilizações Ortopédicas	1.200 horas
14	Ambiente e Saúde	Técnico em Massoterapia	1.200 horas
15	Ambiente e Saúde	Técnico em Meio Ambiente	1200 horas
16	Ambiente e Saúde	Técnico em Meteorologia	1.000 horas
17	Ambiente e Saúde	Técnico em Necropsia	1.200 horas
18	Ambiente e Saúde	Técnico em Nutrição e Dietética	1.200 horas
19	Ambiente e Saúde	Técnico em Óptica	1.200 horas
20	Ambiente e Saúde	Técnico em Órteses e Próteses	1.200 horas
21	Ambiente e Saúde	Técnico em Podologia	1.200 horas
22	Ambiente e Saúde	Técnico em Prótese Dentária	1.200 horas

Nº	Eixo Tecnológico	Denominação	Carga Horária
23	Ambiente e Saúde	Técnico em Radiologia	1.200 horas
24	Ambiente e Saúde	Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos	1.200 horas
25	Ambiente e Saúde	Técnico em Reciclagem	1.200 horas
26	Ambiente e Saúde	Técnico em Registros e Informações em Saúde	1.200 horas
27	Ambiente e Saúde	Técnico em Saúde Bucal	1.200 horas
28	Ambiente e Saúde	Técnico em Vigilância em Saúde	1.200 horas
29	Controle e Processos Industriais	Técnico em Automação Industrial	1.200 horas
30	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletroeletrônica	1.200 horas
31	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletromecânica	1.200 horas
32	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletrônica	1.200 horas
33	Controle e Processos Industriais	Técnico em Eletrotécnica	1.200 horas
34	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção Automotiva	1.200 horas
35	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Aeronaves em Aviônicos	1.200 horas
36	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Aeronaves em Célula	1.200 horas
37	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Aeronaves em Grupo Motopropulsor	1.200 horas
38	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Máquinas Industriais	1.200 horas
39	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Máquinas Navais	1.200 horas
40	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Máquinas Pesadas	1.200 horas
41	Controle e Processos Industriais	Técnico em Manutenção de Sistemas Metroferroviários	1.200 horas
42	Controle e Processos Industriais	Técnico em Mecânica	1.200 horas
43	Controle e Processos Industriais	Técnico em Mecânica de Precisão	1.200 horas
44	Controle e Processos Industriais	Técnico em Mecatrônica	1.200 horas
45	Controle e Processos Industriais	Técnico em Metalurgia	1.200 horas
46	Controle e Processos Industriais	Técnico em Metrologia	1.200 horas
47	Controle e Processos Industriais	Técnico em Processamento da Madeira	1.200 horas

Nº	Eixo Tecnológico	Denominação	Carga Horária
48	Controle e Processos Industriais	Técnico em Refrigeração e Climatização	1.200 horas
49	Controle e Processos Industriais	Técnico em Sistemas a Gás	1.200 horas
50	Controle e Processos Industriais	Técnico em Sistemas de Energia Renovável	1.200 horas
51	Controle e Processos Industriais	Técnico em Soldagem	1.200 horas
52	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Laboratório de Ciências da Natureza	800 horas
53	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Alimentação Escolar	1.200 horas
54	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Biblioteconomia	800 horas
55	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Infraestrutura escolar	1.200 horas
56	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Ludoteca	800 horas
57	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Multimeios Didáticos	1.200 horas
58	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Orientação Comunitária	800 horas
59	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Produção de Materiais Didáticos Bilíngüe em Libras/Língua Portuguesa	1.200 horas
60	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Secretaria Escolar	1.200 horas
61	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Tradução e Interpretação de Libras	1.200 horas
62	Desenvolvimento Educacional e Social	Técnico em Treinamento e Instrução de Cães-Guia	1.200 horas
63	Gestão e Negócios	Técnico em Administração	1000 horas
64	Gestão e Negócios	Técnico em Comércio	800 horas
65	Gestão e Negócios	Técnico em Comércio Exterior	800 horas
66	Gestão e Negócios	Técnico em Condomínio	800 horas
67	Gestão e Negócios	Técnico em Contabilidade	800 horas
68	Gestão e Negócios	Técnico em Cooperativismo	800 horas
69	Gestão e Negócios	Técnico em Finanças	800 horas
70	Gestão e Negócios	Técnico em Logística	800 horas
71	Gestão e Negócios	Técnico em Marketing	800 horas
72	Gestão e Negócios	Técnico em Qualidade	800 horas
73	Gestão e Negócios	Técnico em Recursos Humanos	800 horas
74	Gestão e Negócios	Técnico em Secretariado	800 horas

Nº	Eixo Tecnológico	Denominação	Carga Horária
75	Gestão e Negócios	Técnico em Seguros	800 horas
76	Gestão e Negócios	Técnico em Serviços Jurídicos	800 horas
77	Gestão e Negócios	Técnico em Serviços Públicos	800 horas
78	Gestão e Negócios	Técnico em Transações Imobiliárias	800 horas
79	Gestão e Negócios	Técnico em Vendas	800 horas
80	Informação e Comunicação	Técnico em Computação Gráfica	1.000 horas
81	Informação e Comunicação	Técnico em Desenvolvimentode Sistemas	1.000 horas
82	Informação e Comunicação	Técnico em Informática	1.200 horas
83	Informação e Comunicação	Técnico em Informática para Internet	1.000 horas
84	Informação e Comunicação	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática	1.000 horas
85	Informação e Comunicação	Técnico em Programação de Jogos Digitais	1.000 horas
86	Informação e Comunicação	Técnico em Redes de Computadores	1.000 horas
87	Informação e Comunicação	Técnico em Sistemas de Comutação	1.200 horas
88	Informação e Comunicação	Técnico em Sistemas de Transmissão	1.200 horas
89	Informação e Comunicação	Técnico em Telecomunicações	1.200 horas
90	Infraestrutura	Técnico Aeroportuário	1.000 horas
91	Infraestrutura	Técnico em Agrimensura	1.200 horas
92	Infraestrutura	Técnico em Carpintaria	1.200 horas
93	Infraestrutura	Técnico em Desenho de Construção Civil	1.200 horas
94	Infraestrutura	Técnico em Edificações	1.200 horas
95	Infraestrutura	Técnico em Estradas	1.200 horas
96	Infraestrutura	Técnico em Geodésia e Cartografia	1.000 horas
97	Infraestrutura	Técnico em Geoprocessamento	1.200 horas
98	Infraestrutura	Técnico em Hidrologia	1.200 horas
99	Infraestrutura	Técnico em Portos	1.000 horas
100	Infraestrutura	Técnico em Saneamento	1.200 horas
101	Infraestrutura	Técnico em Trânsito	1.000 horas
102	Infraestrutura	Técnico em Transporte Aquaviário	1.000 horas
103	Infraestrutura	Técnico em Transporte de Cargas	1.000 horas
104	Infraestrutura	Técnico em Transporte Dutoviário	1.000 horas
105	Infraestrutura	Técnico em Transporte Metroferroviário	1.200 horas
106	Infraestrutura	Técnico em Transporte Rodoviário	1.000 horas
107	Militar	Técnico em Ações de Comandos	1.200 horas
108	Militar	Técnico em Armamento de Aeronaves	800 horas
109	Militar	Técnico em Artilharia	1.200 horas
110	Militar	Técnico em Artilharia Antiaérea	1.200 horas
111	Militar	Técnico em Bombeiro Aeronáutico	1.200 horas
112	Militar	Técnico em Cavalaria	1.200 horas
113	Militar	Técnico em Combate a Incêndio, Resgate e Prevenção de Acidentes de Aviação	800 horas
114	Militar	Técnico em Comunicações Aeronáuticas	1.200 horas
115	Militar	Técnico em Comunicações Navais	1.200 horas

Nº	Eixo Tecnológico	Denominação	Carga Horária
116	Militar	Técnico em Controle de Tráfego Aéreo	1.200 horas
117	Militar	Técnico em Desenho Militar	1.200 horas
118	Militar	Técnico em Eletricidade e Instrumentos Aeronáuticos	1.200 horas
119	Militar	Técnico em Equipamento de Engenharia	800 horas
120	Militar	Técnico em Equipamentos de Vôo	1.200 horas
121	Militar	Técnico em Estrutura e Pintura de Aeronaves	1.200 horas
122	Militar	Técnico em Forças Especiais	1.200 horas
123	Militar	Técnico em Fotointeligência	1.200 horas
124	Militar	Técnico em Guarda e Segurança	1.200 horas
125	Militar	Técnico em Hidrografia	1.200 horas
126	Militar	Técnico em Infantaria	1.200 horas
127	Militar	Técnico em Informações Aeronáuticas	1.200 horas
128	Militar	Técnico em Manobras e Equipamentos de Convés	1.200 horas
129	Militar	Técnico em Material Bélico	1.200 horas
130	Militar	Técnico em Mecânica de Aeronaves	1.200 horas
131	Militar	Técnico em Mergulho	1.200 horas
132	Militar	Técnico em Montanhismo	800 horas
133	Militar	Técnico em Navegação Fluvial	800 horas
134	Militar	Técnico em Operação de Radar	1.200 horas
135	Militar	Técnico em Operação de Sonar	1.200 horas
136	Militar	Técnico em Operações de Engenharia Militar	1.200 horas
137	Militar	Técnico em Preparação Física e Desportiva Militar	1.200 horas
138	Militar	Técnico em Sensores de Aviação	1.200 horas
139	Militar	Técnico em Sinais Navais	1.200 horas
140	Militar	Técnico em Sinalização Náutica	1.200 horas
141	Militar	Técnico em Suprimento	1.200 horas
142	Produção Alimentícia	Técnico em Agroindústria	1.200 horas
143	Produção Alimentícia	Técnico em Alimentos	1.200 horas
144	Produção Alimentícia	Técnico em Apicultura	1.200 horas
145	Produção Alimentícia	Técnico em Cervejaria	1.200 horas
146	Produção Alimentícia	Técnico em Confeitaria	800 horas
147	Produção Alimentícia	Técnico em Panificação	800 horas
148	Produção Alimentícia	Técnico em Processamento de Pescado	1.000 horas
149	Produção Alimentícia	Técnico em Viticultura e Enologia	1.200 horas
150	Produção Cultural e Design	Técnico em Artes Circenses	800 horas
151	Produção Cultural e Design	Técnico em Artes Visuais	800 horas
152	Produção Cultural e Design	Técnico em Artesanato	800 horas
153	Produção Cultural e Design	Técnico em Canto	800 horas
154	Produção Cultural e Design	Técnico em Cenografia	800 horas
155	Produção Cultural e Design	Técnico em Composição e Arranjo	800 horas
156	Produção Cultural e Design	Técnico em Comunicação Visual	800 horas

Nº	Eixo Tecnológico	Denominação	Carga Horária
157	Produção Cultural e Design	Técnico em Conservação e Restauro	800 horas
158	Produção Cultural e Design	Técnico em Dança	800 horas
159	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Calçados	800 horas
160	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Embalagens	800 horas
161	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Interiores	800 horas
162	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Joias	800 horas
163	Produção Cultural e Design	Técnico em Design de Móveis	800 horas
164	Produção Cultural e Design	Técnico em Documentação Musical	800 horas
165	Produção Cultural e Design	Técnico em Fabricação de Instrumentos Musicais	800 horas
166	Produção Cultural e Design	Técnico em Figurino Cênico	800 horas
167	Produção Cultural e Design	Técnico em Instrumento Musical	800 horas
168	Produção Cultural e Design	Técnico em Modelagem do Vestuário	800 horas
169	Produção Cultural e Design	Técnico em Multimídia	800 horas
170	Produção Cultural e Design	Técnico em Museologia	800 horas
171	Produção Cultural e Design	Técnico em Paisagismo	800 horas
172	Produção Cultural e Design	Técnico em Processos Fonográficos	800 horas
173	Produção Cultural e Design	Técnico em Processos Fotográficos	800 horas
174	Produção Cultural e Design	Técnico em Produção de Áudio e Vídeo	800 horas
175	Produção Cultural e Design	Técnico em Produção de Moda	800 horas
176	Produção Cultural e Design	Técnico em Publicidade	800 horas
177	Produção Cultural e Design	Técnico em Rádio e Televisão	800 horas
178	Produção Cultural e Design	Técnico em Regência	800 horas
179	Produção Cultural e Design	Técnico em Teatro	800 horas
180	Produção Industrial	Técnico em Açúcar e Álcool	1.200 horas
181	Produção Industrial	Técnico em Análises Químicas	1.200 horas
182	Produção Industrial	Técnico em Biocombustíveis	1.200 horas
183	Produção Industrial	Técnico em Biotecnologia	1.200 horas
184	Produção Industrial	Técnico em Calçados	1.200 horas
185	Produção Industrial	Técnico em Celulose e Papel	1.200 horas
186	Produção Industrial	Técnico em Cerâmica	1.200 horas
187	Produção Industrial	Técnico em Construção Naval	1.200 horas
188	Produção Industrial	Técnico em Curtimento	1.200 horas
189	Produção Industrial	Técnico em Fabricação Mecânica	1.200 horas
190	Produção Industrial	Técnico em Impressão Offset	1.200 horas
191	Produção Industrial	Técnico em Impressão Rotográfica e Flexográfica	1.200 horas
192	Produção Industrial	Técnico em Joalheria	1.200 horas
193	Produção Industrial	Técnico em Móveis	1.200 horas
194	Produção Industrial	Técnico em Petróleo e Gás	1.200 horas
195	Produção Industrial	Técnico em Petroquímica	1.200 horas
196	Produção Industrial	Técnico em Plásticos	1.200 horas
197	Produção Industrial	Técnico em Pré-Impressão Gráfica	1.200 horas
198	Produção Industrial	Técnico em Processos Gráficos	1.200 horas
199	Produção Industrial	Técnico em Química	1.200 horas
200	Produção Industrial	Técnico em Têxtil	1.200 horas

Nº	Eixo Tecnológico	Denominação	Carga Horária
201	Produção Industrial	Técnico em Vestuário	1.200 horas
202	Recursos Naturais	Técnico em Agricultura	1.200 horas
203	Recursos Naturais	Técnico em Agroecologia	1.200 horas
204	Recursos Naturais	Técnico em Agronegócio	1.200 horas
205	Recursos Naturais	Técnico em Agropecuária	1.200 horas
206	Recursos Naturais	Técnico em Aquicultura	1.000 horas
207	Recursos Naturais	Técnico em Cafeicultura	1.200 horas
208	Recursos Naturais	Técnico em Equipamentos Pesqueiros	1.200 horas
209	Recursos Naturais	Técnico em Florestas	1.200 horas
210	Recursos Naturais	Técnico em Fruticultura	1.200 horas
211	Recursos Naturais	Técnico em Geologia	1.200 horas
212	Recursos Naturais	Técnico em Grãos	1.200 horas
213	Recursos Naturais	Técnico em Mineração	1.200 horas
214	Recursos Naturais	Técnico em Pesca	1.000 horas
215	Recursos Naturais	Técnico em Pós-Colheita	1.200 horas
216	Recursos Naturais	Técnico em Recursos Minerais	1.200 horas
217	Recursos Naturais	Técnico em Recursos Pesqueiros	1.000 horas
218	Recursos Naturais	Técnico em Zootecnia	1.200 horas
219	Segurança	Técnico em Defesa Civil	800 horas
220	Segurança	Técnico em Segurança do Trabalho	1.200 horas
221	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Agenciamento de Viagem	800 horas
222	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Cozinha	800 horas
223	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Eventos	800 horas
224	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Guia de Turismo	800 horas
225	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Hospedagem	800 horas
226	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Lazer	800 horas
227	Turismo, Hospitalidade e Lazer	Técnico em Restaurante e Bar	800 horas

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 7 DE JANEIRO DE 2015[12] (*)

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 9º, § 1º, alíneas "c" e "g", bem como no § 2º, alíneas "c" e "h" da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento nos arts. 61 a 67 e 78 a 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como no Parecer CNE/CP nº 6/2014, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 31 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências.

Paragrafo único. Estas diretrizes têm por objetivo regulamentar os programas e cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas no âmbito dos respectivos sistemas de ensino, suas instituições formadoras e órgãos normativos.

CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

Art. 2º Constituem-se princípios da formação de professores indígenas:

I - respeito à organização sociopolítica e territorial dos povos e comunidades indígenas;

II - valorização das línguas indígenas entendidas como expressão, comunicação e análise da experiência sociocomunitária;

III - reconhecimento do valor e da efetividade pedagógica dos processos próprios e diferenciados de ensino e aprendizagem dos povos e comunidades indígenas;

IV - promoção de diálogos interculturais entre diferentes conhecimentos, valores, saberes e experiências;

V - articulação dos diversos espaços formativos, tais como a comunidade, o movimento indígena, a família e a escola; e

VI - articulação entre docentes, gestores e demais profissionais da educação escolar e destes com os educadores tradicionais da comunidade indígena.

Art. 3º São objetivos dos cursos destinados à formação de professores indígenas:

I - formar, em nível da Educação Superior e do Ensino Médio, docentes e gestores indígenas para atuar na Educação Escolar Indígena com vistas ao exercício integrado da docência, da gestão e da pesquisa assumida como princípio pedagógico;

II - fundamentar e subsidiar a construção de currículos, metodologias, processos de avaliação e de gestão de acordo com os interesses de escolarização dos diferentes povos e comunidades indígenas;

III - desenvolver estratégias que visem à construção dos projetos políticos e pedagógicos das escolas indígenas com desenhos curriculares e percursos formativos diferenciados e que atendam às suas especificidades étnicas, culturais e linguísticas;

[12] Resolução CNE/CP 1/2015. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de janeiro de 2015 – Seção 1 – pp. 11-12.

IV - fomentar pesquisas voltadas para as questões do cotidiano escolar, para os interesses e as necessidades culturais, sociais, étnicas, políticas, econômicas, ambientais e linguísticas dos povos indígenas e de suas comunidades, articuladamente aos projetos educativos dos povos indígenas;

V - promover a elaboração de materiais didáticos e pedagógicos bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e as especificidades das etapas e modalidades da Educação Escolar Indígena requeridas nas circunstâncias específicas de cada povo e comunidade indígena; e

VI - promover a articulação entre os diferentes níveis, etapas, modalidades e formas da Educação Escolar Indígena, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa, de modo orgânico, em conformidade com os princípios da educação escolar específica, diferenciada, intercultural e bilíngue.

CAPÍTULO II
DA CONSTRUÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E CURSOS ESPECÍFICOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS

Art. 4º A formação inicial de professores indígenas deverá ser realizada em cursos específicos de licenciaturas e pedagogias interculturais e, quando for o caso, em outros cursos de licenciatura, programas especiais de formação pedagógica e aproveitamento de estudos ou, ainda, excepcionalmente, em outros cursos destinados ao magistério indígena de Nível Médio nas modalidades normal ou técnica.

Art. 5° A formação continuada de professores indígenas dar-se-á por meio de atividades formativas, cursos e programas específicos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado.

Art. 6º Os sistemas de ensino devem garantir aos professores indígenas a formação inicial em serviço e, quando for o caso, a formação inicial e continuada concomitante com a sua escolarização.

§1º A formação inicial e continuada em serviço deve ser assegurada aos professores indígenas, garantindo-se o seu afastamento, sem prejuízo do calendário letivo das escolas indígenas.

§2º Essas garantias são extensivas aos indígenas que atuam na docência e na gestão dos programas de Educação Escolar Indígena, tanto os ofertados nas escolas indígenas quanto os realizados em secretarias de educação, seus órgãos regionalizados e conselhos de educação.

Seção I
Do perfil do professor indígena

Art. 7º Em atenção aos perfis profissionais e políticos requeridos pelos povos indígenas, os cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas devem prepará-los para:

I - atuação e participação em diferentes dimensões da vida de suas comunidades, de acordo com as especificidades de cada povo indígena;

II - conhecimento e utilização da respectiva língua indígena nos processos de ensino e aprendizagem;

III - realização de pesquisas com vistas à revitalização das práticas linguísticas e culturais de suas comunidades, de acordo com a situação sociolinguística e sociocultural de cada comunidade e povo indígena;

IV - articulação da proposta pedagógica da escola indígena com a formação de professores indígenas, em relação à proposta política mais ampla de sua comunidade e de seu território;

V - articulação das linguagens orais, escritas, midiáticas, artísticas e corporais das comunidades e povos indígenas no âmbito da escola indígena;

VI - apreensão dos conteúdos das diferentes áreas do conhecimento escolarizado e sua utilização de modo interdisciplinar, transversal e contextualizado no que se refere à realidade sociocultural, econômica, política e ambiental das comunidades e povos indígenas;

VII - construção de materiais didáticos e pedagógicos multilíngues, bilíngues e monolíngues, em diferentes formatos e modalidades;

VIII - construção de metodologias de ensino e aprendizagem que sintetizem e potencializem pedagogias ligadas às especificidades de cada contexto escolar indígena;

IX - compreensão das regulações e normas que informam e envolvem a política educacional dos respectivos sistemas de ensino e de suas instituições formadoras;

X - compromisso com o desenvolvimento e a aprendizagem do estudante da escola indígena, promovendo e incentivando a qualidade sociocultural da Educação Escolar Indígena;

XI - firme posicionamento crítico e reflexivo em relação à sua prática educativa, às problemáticas da realidade socioeducacional de suas comunidades e de outros grupos sociais em interação;

XII - vivência de diferentes situações de ensino e aprendizagem a fim de avaliar as repercussões destas no cotidiano da escola e da comunidade indígena;

XIII - adoção da pesquisa como base pedagógica essencial da construção do itinerário formativo, com vistas a uma melhor compreensão e avaliação do seu fazer educativo, do papel sociopolítico e cultural da escola, da realidade dos povos indígenas e do contexto sociopolítico e cultural da sociedade brasileira em geral; e

XIV - identificação coletiva, permanente e autônoma de processos educacionais em diferentes instituições formadoras, inclusive daquelas pertencentes a cada povo e comunidade indígena.

Seção II
Dos projetos pedagógicos de cursos e das propostas curriculares

Art. 8º Os projetos pedagógicos de cursos da formação de professores indígenas devem ser construídos no âmbito das instituições formadoras de modo coletivo, possibilitando uma ampla participação dos povos indígenas envolvidos com a proposta formativa e a valorização dos seus conhecimentos e saberes.

Art. 9º Em consonância com os princípios da Educação Escolar Indígena, os projetos pedagógicos de cursos devem ser construídos tendo como base:

I - as especificidades culturais e sociolinguísticas de cada povo e comunidade indígena, valorizando suas formas de organização social, cultural e linguística;

II - as formas de educar, cuidar e socializar próprias de cada povo e comunidade indígena;

III - a necessidade de articulação entre os saberes, as práticas da formação docente e os interesses etnopolíticos, culturais, ambientais e linguísticos dos respectivos povos e comunidades indígenas;

IV - a relação entre territorialidade e Educação Escolar Indígena, estratégica para a continuidade dos povos e das comunidades indígenas em seus territórios, contribuindo para a viabilização dos seus projetos de bem-viver; e

V - a relação dos povos e comunidades indígenas com outras culturas e seus respectivos saberes.

Art. 10. Os projetos pedagógicos de cursos devem indicar, para as instituições formadoras, estratégias necessárias à oferta de formação inicial e continuada de professores indígenas com a requerida qualidade sociocultural, visando a assegurar o direito ao acesso, à permanência e à conclusão exitosa do formando indígena.

§1º Para a promoção da qualidade e das especificidades dessas formações, a realização de suas atividades deve ocorrer em espaços e tempos diversificados, observando-se o calendário sociocultural, econômico e ritual dos povos e comunidades indígenas, bem como os respectivos calendários letivos de suas escolas.

§2º As diferentes presenças dos sábios indígenas, dos “mais velhos”, das lideranças políticas e dos filhos pequenos dos professores em formação devem ser acolhidas requerendo, das instituições formadoras, tratamento adequado à sua permanência neste ambiente formativo.

§3º Os sábios, os “mais velhos” e as lideranças políticas podem atuar como formadores, cabendo às instituições formadoras a adoção de estratégias específicas identificadas para este fim.

Art.11. As propostas curriculares da formação de professores indígenas, em atenção às especificidades da Educação Escolar Indígena, devem ser construídas com base na pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas, apresentando a flexibilidade necessária ao respeito e à valorização das concepções teóricas e metodológicas de ensino e aprendizagem de cada povo e comunidade indígena.

Art. 12. Os currículos da formação de professores indígenas podem ser organizados em núcleos, eixos, temas contextuais ou geradores, módulos temáticos, áreas de conhecimento, dentre outras alternativas, sempre que o processo de ensino e aprendizagem assim o recomendar.

Parágrafo único. Na construção e organização dos currículos que objetivam a formação inicial e continuada dos professores indígenas, deve-se considerar:

I - a territorialidade como categoria central a ser tratada em todas as dimensões dos componentes curriculares;

II - o conhecimento indígena e seus modos de produção e expressão;

III - a presença constante e ativa de sábios indígenas;

IV - a consonância do currículo da escola indígena com o currículo da formação do professor indígena, numa perspectiva reflexiva e transformadora;

V - a interculturalidade, o bilinguismo ou multilinguismo, bem como as especificidades dos contextos socioculturais expressas nas demandas educacionais e na participação comunitária;

VI - a pesquisa como fundamento articulador permanente entre teoria e prática ligado ao saber historicamente produzido e, intrinsecamente, aos interesses e às necessidades educativas, sociolinguísticas, políticas e culturais dos povos indígenas;

VII - os conteúdos relativos às políticas socioeducacionais e aos direitos indígenas, tendo em vista a complexidade e a especificidade do funcionamento, da gestão pedagógica e financeira, bem como do controle social da Educação Escolar Indígena;

VIII - a perspectiva do exercício integrado da docência e da gestão de processos educativos escolares e não escolares; e

IX - a participação indígena na gestão e na avaliação dos programas e cursos de formação de professores indígenas.

Art. 13. A prática de ensino se refere a um conjunto amplo de atividades ligadas ao exercício docente, desde o ato de ensinar propriamente dito até a produção e a análise de material didático-pedagógico, a experiência de gestão e a realização de pesquisas.

Parágrafo único. A prática de ensino deve estar articulada a todo o processo formativo do professor indígena, integrando desde suas atividades iniciais até as de conclusão do curso.

Art. 14. O estágio supervisionado, concebido como tempo e espaço privilegiados de ação-reflexão-ação na formação de professores indígenas, deve ser extensivo a todos os formandos indígenas, incluindo aqueles que já desenvolvem trabalhos docentes no âmbito da Educação Básica.

Art. 15. Com vistas à garantia da qualidade socioeducativa e cultural da prática de ensino e do estágio supervisionado, é importante que as instituições formadoras observem as seguintes orientações:

I - os princípios da Educação Escolar Indígena e suas práticas de pesquisa são elementos centrais na organização de todas as atividades do processo formativo;

II - suas atividades podem ser desenvolvidas nas escolas indígenas, nas secretarias de educação e em seus órgãos regionalizados, nos conselhos e fóruns de educação, nas organizações de professores indígenas e em outras associações do movimento indígena; e

III - na apresentação de suas atividades finais, podem ser utilizados seminários, cadernos de estágio, produção de materiais didático-pedagógicos, vídeos, fotografias e outras linguagens ligadas às tecnologias da informação e da comunicação.

Parágrafo único. As instituições formadoras devem assumir a condução das atividades de estágio supervisionado como atos educativos de sua responsabilidade, criando diferentes estratégias de acompanhamento da prática de ensino e do estágio supervisionado, envolvendo os seus formadores, os professores indígenas em processo formativo, as comunidades indígenas e suas escolas.

Art. 16. As atividades acadêmico-científico-culturais, em sua vasta possibilidade de realização, devem ser definidas no projeto pedagógico de cada curso e programa destinado à formação inicial e continuada de professores indígenas.

Parágrafo único. Podem ser consideradas atividades acadêmico-científico-culturais as participações dos cursistas nas organizações de professores indígenas, em eventos acadêmicos e culturais das diferentes áreas do conhecimento, em ações junto às escolas indígenas e não indígenas, nos diferentes momentos sociopolíticos de cada comunidade ou dos povos indígenas.

Seção III
Da formação dos formadores para atuarem nos programas e cursos de formação de professores indígenas

Art. 17. Os programas e cursos destinados à formação de professores indígenas requerem a atuação de profissionais com experiências no trabalho com povos indígenas e comprometidos política, pedagógica, étnica e eticamente com os respectivos projetos políticos e pedagógicos que orientam esses processos formativos.

Art. 18. Com o objetivo de assegurar a qualidade e o respeito às especificidades desta formação, a participação dos indígenas nos quadros de formadores e da gestão desses cursos é primordial para a colaboração institucional, a promoção do diálogo intercultural e o efetivo estabelecimento de relações sociopolíticas, culturais e pedagógicas mais simétricas.

§1º A participação de indígenas nesses quadros, de forma dialógica e colaborativa, deve ocorrer:

I - a partir da indicação das comunidades indígenas, de suas escolas e do colegiado do curso planejado para a formação de professores indígenas; e

II - com base no reconhecimento dos seus saberes e papéis sociocultural, político, religioso ou linguístico, independentemente de possuírem formação escolarizada.

§ 2° As instituições formadoras devem adequar suas estruturas organizacionais para garantir a participação indígena nos processos de formação de formadores, assegurando-lhes as condições necessárias para esse fim.

Art. 19. As instituições formadoras devem promover a formação dos formadores que atuam nos cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas, ao definir, nos seus projetos pedagógicos de cursos, os objetivos e as estratégias de implementação dessa formação.

Paragrafo único. Essa formação deve contemplar, nos seus fundamentos básicos:

I - as Diretrizes Curriculares Nacionais e Operacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para a Educação Escolar Indígena e para a formação de seus professores;

II - as Diretrizes Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos currículos escolares;

III - as Diretrizes Gerais de Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental e demais diretrizes definidas pelo Conselho Nacional de Educação consideradas requisitos para a formação de formadores indígenas;

IV - o projeto pedagógico dos cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas; e

V - os estudos e as pesquisas históricas, antropológicas e linguísticas sobre os grupos indígenas partícipes da formação.

Seção IV
Da gestão

Art. 20. A gestão democrática dos programas, projetos e cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas deve ser orientada pela efetiva participação, pelo direito à consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas e pelo aspecto comunitário da Educação Escolar Indígena.

Parágrafo único. O modelo de gestão, definido no projeto pedagógico do curso, é estratégico para o reconhecimento institucional e comunitário da formação de professores indígenas.

Art. 21. A participação de representantes indígenas na gestão dos programas e cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas deve ser viabilizada de modo pleno e efetivo, cabendo às instituições formadoras criar instâncias específicas que propiciem essa participação e o seu controle social.

§1º As organizações de professores indígenas devem participar ativamente na gestão dos programas e cursos destinados à formação de seus profissionais como forma de assegurar o controle social e a autonomia por parte dos professores indígenas na construção dos seus processos de educação escolar e da sua formação docente.

§2º As instituições formadoras devem ampliar seus espaços de participação, envolvendo, além dos indígenas, as representações das instituições parceiras na oferta da formação inicial e continuada de professores indígenas.

Seção V
Da avaliação dos programas e cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas

Art. 22. Todos os processos de avaliação dos programas e cursos devem ter os princípios e objetivos enunciados nesta Resolução como referências fundamentais e os projetos pedagógicos de cursos como marcos estratégicos referenciais.

§ 1º As avaliações devem ser:

I - periódicas e sistemáticas, com procedimentos e formas diversificadas, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização curricular, desempenho do quadro dos formadores e qualidade da vinculação do curso com as escolas indígenas; e

II - executadas segundo procedimentos internos e externos que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado e sua reformulação.

Art. 23. Os processos de autorização, reconhecimento e regulação de programas e cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas devem considerar:

I - as Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas complementares referentes à Educação Escolar Indígena e à formação de seus professores;

II - os projetos pedagógicos de cada programa e curso aprovados em suas respectivas instituições formadoras; e

III - os princípios e procedimentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), no caso dos cursos em Educação Superior.

Parágrafo único. Os processos avaliativos do SINAES deverão assimilar os princípios desta Resolução.

CAPÍTULO III
DA PROMOÇÃO E OFERTA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS: COLABORAÇÃO E RESPONSABILIDADES

Art. 24. A formação de professores indígenas deve ser priorizada nas políticas de Educação Escolar Indígena dos respectivos sistemas de ensino.

Art. 25. Os sistemas de ensino e suas instituições formadoras, em regime de colaboração, devem garantir o acesso, a permanência e a conclusão exitosa, por meio da elaboração de planos estratégicos diferenciados, para que os professores indígenas tenham uma formação com a exigida qualidade sociocultural.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino e suas instituições formadoras e de fomento a programas de iniciação à docência e à pesquisa devem definir estratégias e mecanismos que permitam a utilização de formas diferenciadas de acesso e permanência nos cursos destinados à formação de professores indígenas, tanto no âmbito da Educação Superior quanto no do Nível Médio.

Art. 26. As universidades e demais Instituições de Educação Superior, em especial as mais próximas das comunidades e povos indígenas, são responsáveis pela formação de professores indígenas na graduação e na pós-graduação, podendo, ainda, serem consideradas como parceiras de outras instituições formadoras nos cursos de Nível Médio, na modalidade normal, ou mesmo de técnico de Nível Médio.

Art. 27. As secretarias de educação e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia são os responsáveis pela formação dos professores indígenas para atuação nos cursos de educação profissional técnica de Nível Médio.

Art. 28. Compete à União:

I - promover a oferta de programas e cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas e das equipes técnicas dos sistemas de ensino que executam programas de Educação Escolar Indígena; e

II - orientar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações na área da formação inicial e continuada de professores indígenas.

Art. 29. Compete aos Estados e ao Distrito Federal:

I - promover, em regime de colaboração, a formação inicial e continuada de professores indígenas; e

II - fomentar a oferta de programas e cursos destinados à formação inicial e continuada de professores indígenas nas suas escolas indígenas de Ensino Médio.

Art. 30. Os municípios devem firmar contínuas parcerias com as instituições formadoras dos demais sistemas de ensino na oferta de programas e cursos destinados à formação inicial e continuada dos seus professores indígenas, tanto no nível do Ensino Médio quanto no da Educação Superior.

Art. 31. Dada a atual configuração da gestão etnoterritorializada da Educação Escolar Indígena, definida por meio dos Territórios Etnoeducacionais, recomenda-se que a promoção e a oferta da formação inicial e continuada de professores indígenas ocorram no âmbito deste processo de planejamento e gestão.

Parágrafo único. A formação inicial e continuada de professores indígenas e demais profissionais que atuam na Educação Escolar Indígena deve ser um dos eixos centrais dos Planos de Ação dos Territórios Etnoeducacionais.

Art. 32. Na promoção e na oferta da formação inicial e continuada de professores indígenas, deve ser considerada a responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (Funai) na constituição de parcerias e cooperações institucionais.

Art. 33. Para que a formação inicial e continuada de professores indígenas ocorra em conformidade com os princípios e objetivos inscritos nestas Diretrizes Nacionais, é imprescindível que os respectivos sistemas de ensino garantam as condições concretas para sua realização, por meio da destinação de recursos humanos e financeiros adequados para este fim.

Art. 34. Os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente – ou outra denominação que venham a assumir –, instituídos pela Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, devem incluir a formação de professores indígenas em seus planos e ações estratégicas, conforme os princípios e objetivos definidos nesta Resolução.

Parágrafo único. Recomenda-se a participação das organizações de professores indígenas de cada estado nos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO GONÇALVES GARCIA

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015[13] [14]

Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007, Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, observados os preceitos dos artigos 61 até 67 e do artigo 87 da Lei nº 9.394, de 1996, que dispõem sobre a formação de profissionais do magistério, e considerando o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, as Resoluções CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, CNE/CP nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, CNE/CP nº 3, de 15 de junho de 2012, e as Resoluções CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, e CNE/CEB nº 2, de 25 de fevereiro de 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, bem como o Parecer CNE/CP nº 2, de 9 de junho de 2015, homologado por Despacho do Ministro de Estado da Educação publicado no Diário Oficial do União de 25 de junho de 2015, e

CONSIDERANDO que a consolidação das normas nacionais para a formação de profissionais do magistério para a educação básica é indispensável para o projeto nacional da educação brasileira, em seus níveis e suas modalidades da educação, tendo em vista a abrangência e a complexidade da educação de modo geral e, em especial, a educação escolar inscrita na sociedade;

CONSIDERANDO que a concepção sobre conhecimento, educação e ensino é basilar para garantir o projeto da educação nacional, superar a fragmentação das políticas públicas e a desarticulação institucional por meio da instituição do Sistema Nacional de Educação, sob relações de cooperação e colaboração entre entes federados e sistemas educacionais;

CONSIDERANDO que a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; a valorização do profissional da educação; a gestão democrática do ensino público; a garantia de um padrão de qualidade; a valorização da experiência extraescolar; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o respeito e a valorização da diversidade étnico-racial, entre outros, constituem princípios vitais para a melhoria e democratização da gestão e do ensino;

CONSIDERANDO que as instituições de educação básica, seus processos de organização e gestão e projetos pedagógicos cumprem, sob a legislação vigente, um papel estratégico na formação requerida nas diferentes etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades da educação básica;

---

[13] Resolução CNE/CP 2/2015. Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção 1 – pp. 8-12.

[14] Retificação publicada no DOU de 3/7/2015, Seção 1, p. 28: Na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 2/7/2015, Seção 1, pp. 8-12, no Art. 17, § 1º, p. 11, onde se lê: "II - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;", leia-se: "III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;".

CONSIDERANDO a necessidade de articular as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada, em Nível Superior, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

CONSIDERANDO os princípios que norteiam a base comum nacional para a formação inicial e continuada, tais como: a) sólida formação teórica e interdisciplinar; b) unidade teoria-prática; c) trabalho coletivo e interdisciplinar; d) compromisso social e valorização do profissional da educação; e) gestão democrática; f) avaliação e regulação dos cursos de formação;

CONSIDERANDO a articulação entre graduação e pós-graduação e entre pesquisa e extensão como princípio pedagógico essencial ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e da prática educativa;

CONSIDERANDO a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo;

CONSIDERANDO o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho;

CONSIDERANDO a realidade concreta dos sujeitos que dão vida ao currículo e às instituições de educação básica, sua organização e gestão, os projetos de formação, devem ser contextualizados no espaço e no tempo e atentos às características das crianças, adolescentes, jovens e adultos que justificam e instituem a vida da/e na escola, bem como possibilitar a reflexão sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, o profissional do magistério, o estudante e a instituição;

CONSIDERANDO que a educação em e para os direitos humanos é um direito fundamental constituindo uma parte do direito à educação e, também, uma mediação para efetivar o conjunto dos direitos humanos reconhecidos pelo Estado brasileiro em seu ordenamento jurídico e pelos países que lutam pelo fortalecimento da democracia, e que a educação em direitos humanos é uma necessidade estratégica na formação dos profissionais do magistério e na ação educativa em consonância com as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

CONSIDERANDO a importância do profissional do magistério e de sua valorização profissional, assegurada pela garantia de formação inicial e continuada, plano de carreira, salário e condições dignas de trabalho;

CONSIDERANDO o trabalho coletivo como dinâmica político-pedagógica que requer planejamento sistemático e integrado,

Resolve:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam.

§ 1º Nos termos do § 1º do artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as instituições formadoras em articulação com os sistemas de ensino, em regime de colaboração, deverão promover, de maneira articulada, a formação inicial e

continuada dos profissionais do magistério para viabilizar o atendimento às suas especificidades nas diferentes etapas e modalidades de educação básica, observando as normas específicas definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

§ 2º As instituições de ensino superior devem conceber a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica na perspectiva do atendimento às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), manifestando organicidade entre o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC) como expressão de uma política articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

§ 3º Os centros de formação de estados e municípios, bem como as instituições educativas de educação básica que desenvolverem atividades de formação continuada dos profissionais do magistério, devem concebê-la atendendo às políticas públicas de educação, às Diretrizes Curriculares Nacionais, ao padrão de qualidade e ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), expressando uma organicidade entre o seu Plano Institucional, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Projeto Pedagógico de Formação Continuada (PPFC) através de uma política institucional articulada à educação básica, suas políticas e diretrizes.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica aplicam-se à formação de professores para o exercício da docência na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio e nas respectivas modalidades de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação a Distância e Educação Escolar Quilombola), nas diferentes áreas do conhecimento e com integração entre elas, podendo abranger um campo específico e/ou interdisciplinar.

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional.

Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional.

§ 1º Por educação entendem-se os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura.

§ 2º Para fins desta Resolução, a educação contextualizada se efetiva, de modo sistemático e sustentável, nas instituições educativas, por meio de processos pedagógicos entre os profissionais e estudantes articulados nas áreas de conhecimento específico e/ou

interdisciplinar e pedagógico, nas políticas, na gestão, nos fundamentos e nas teorias sociais e pedagógicas para a formação ampla e cidadã e para o aprendizado nos diferentes níveis, etapas e modalidades de educação básica.

§ 3º A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas.

§ 4º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 5º São princípios da Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

VII - um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

IX - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação;

X - a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica;

XI - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura e da necessidade de seu acesso permanente às informações, vivência e atualização culturais.

§ 6º O projeto de formação deve ser elaborado e desenvolvido por meio da articulação entre a instituição de educação superior e o sistema de educação básica, envolvendo a

consolidação de fóruns estaduais e distrital permanentes de apoio à formação docente, em regime de colaboração, e deve contemplar:

I - sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais;

II - a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;

III - o contexto educacional da região onde será desenvolvido;

IV - as atividades de socialização e a avaliação de seus impactos nesses contextos;

V - a ampliação e o aperfeiçoamento do uso da Língua Portuguesa e da capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos fundamentais da formação dos professores, e da aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras);

VI - as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.

§ 7º Os cursos de formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica para a educação escolar indígena, a educação escolar do campo e a educação escolar quilombola devem reconhecer que:

I - a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica da educação escolar indígena, nos termos desta Resolução, deverá considerar as normas e o ordenamento jurídico próprios, com ensino intercultural e bilíngue, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica;

II - a formação inicial e continuada de profissionais do magistério para a educação básica da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, nos termos desta Resolução, deverá considerar a diversidade étnico-cultural de cada comunidade.

Art. 4º A instituição de educação superior que ministra programas e cursos de formação inicial e continuada ao magistério, respeitada sua organização acadêmica, deverá contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

Parágrafo único. Os centros de formação de estados e municípios, bem como as instituições educativas de educação básica que desenvolverem atividades de formação continuada dos profissionais do magistério, deverão contemplar, em sua dinâmica e estrutura, a articulação entre ensino e pesquisa, para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica na formação oferecida, em consonância com o plano institucional, o projeto político-pedagógico e o projeto pedagógico de formação continuada.

CAPÍTULO II
FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA: BASE COMUM NACIONAL

Art. 5º A formação de profissionais do magistério deve assegurar a base comum nacional, pautada pela concepção de educação como processo emancipatório e permanente, bem como pelo reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à práxis como expressão da articulação entre teoria e prática e à exigência de que se leve em conta a realidade dos ambientes das instituições educativas da educação básica e da profissão, para que se possa conduzir o(a) egresso(a):

I - à integração e interdisciplinaridade curricular, dando significado e relevância aos conhecimentos e vivência da realidade social e cultural, consoantes às exigências da educação básica e da educação superior para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;

II - à construção do conhecimento, valorizando a pesquisa e a extensão como princípios pedagógicos essenciais ao exercício e aprimoramento do profissional do magistério e ao aperfeiçoamento da prática educativa;

III - ao acesso às fontes nacionais e internacionais de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, ao tempo de estudo e produção acadêmica-profissional, viabilizando os programas de fomento à pesquisa sobre a educação básica;

IV - às dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional do magistério por meio de visão ampla do processo formativo, seus diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança e a autonomia;

V - à elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;

VI - ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes;

VII - à promoção de espaços para a reflexão crítica sobre as diferentes linguagens e seus processos de construção, disseminação e uso, incorporando-os ao processo pedagógico, com a intenção de possibilitar o desenvolvimento da criticidade e da criatividade;
VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;

IX - à aprendizagem e ao desenvolvimento de todos(as) os(as) estudantes durante o percurso educacional por meio de currículo e atualização da prática docente que favoreçam a formação e estimulem o aprimoramento pedagógico das instituições.

Art. 6º A oferta, o desenvolvimento e a avaliação de atividades, cursos e programas de formação inicial e continuada, bem como os conhecimentos específicos, interdisciplinares, os fundamentos da educação e os conhecimentos pedagógicos, bem como didáticas e práticas de ensino e as vivências pedagógicas de profissionais do magistério nas modalidades presencial e a distância, devem observar o estabelecido na legislação e nas regulamentações em vigor para os respectivos níveis, etapas e modalidades da educação nacional, assegurando a mesma carga horária e instituindo efetivo processo de organização, de gestão e de relação estudante/professor, bem como sistemática de acompanhamento e avaliação do curso, dos docentes e dos estudantes.

CAPÍTULO III
DO(A) EGRESSO(A) DA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Art. 7º O(A) egresso(a) da formação inicial e continuada deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir:

I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;

III - a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica.

Parágrafo único. O PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

I - estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;

II - desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino-aprendizagem;

III - planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;

IV - participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;

V - análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;

VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas;

VII - cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;

VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;

IX - sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

Art. 8º O(A) egresso(a) dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Parágrafo único. Os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada a particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

CAPÍTULO IV
DA FORMAÇÃO INICIAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NÍVEL SUPERIOR

Art. 9º Os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, compreendem:

I - cursos de graduação de licenciatura;

II - cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados;

III - cursos de segunda licenciatura.

§ 1º A instituição formadora definirá no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação inicial dos profissionais do magistério da educação básica articuladas às políticas de valorização desses profissionais e à base comum nacional explicitada no capítulo II desta Resolução.

§ 2º A formação inicial para o exercício da docência e da gestão na educação básica implica a formação em nível superior adequada à área de conhecimento e às etapas de atuação.

§ 3º A formação inicial de profissionais do magistério será ofertada, preferencialmente, de forma presencial, com elevado padrão acadêmico, científico e tecnológico e cultural.

Art. 10. A formação inicial destina-se àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, compreendendo a articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino.

Parágrafo único. As atividades do magistério também compreendem a atuação e participação na organização e gestão de sistemas de educação básica e suas instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, desenvolvimento, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos, do ensino, das dinâmicas pedagógicas e experiências educativas;

II - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico das áreas específicas e do campo educacional.

Art. 11. A formação inicial requer projeto com identidade própria de curso de licenciatura articulado ao bacharelado ou tecnológico, a outra(s) licenciatura(s) ou a cursos de formação pedagógica de docentes, garantindo:

I - articulação com o contexto educacional, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas;

II - efetiva articulação entre faculdades e centros de educação, institutos, departamentos e cursos de áreas específicas, além de fóruns de licenciatura;

III - coordenação e colegiado próprios que formulem projeto pedagógico e se articulem com as unidades acadêmicas envolvidas e, no escopo do PDI e PPI, tomem decisões sobre a organização institucional e sobre as questões administrativas no âmbito de suas competências;

IV - interação sistemática entre os sistemas, as instituições de educação superior e as instituições de educação básica, desenvolvendo projetos compartilhados;

V - projeto formativo que assegure aos estudantes o domínio dos conteúdos específicos da área de atuação, fundamentos e metodologias, bem como das tecnologias;

VI - organização institucional para a formação dos formadores, incluindo tempo e espaço na jornada de trabalho para as atividades coletivas e para o estudo e a investigação sobre o aprendizado dos professores em formação;

VII - recursos pedagógicos como biblioteca, laboratórios, videoteca, entre outros, além de recursos de tecnologias da informação e da comunicação, com qualidade e quantidade, nas instituições de formação;

VIII - atividades de criação e apropriação culturais junto aos formadores e futuros professores.

Art. 12. Os cursos de formação inicial, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-ão dos seguintes núcleos:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais, articulando:

a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;

b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;

c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;

e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;

f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses,

de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;

g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;

h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguístico-sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;

i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;

j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino, que, atendendo às demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo;

d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos noprojeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

CAPÍTULO V
DA FORMAÇÃO INICIAL DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NÍVEL SUPERIOR: ESTRUTURA E CURRÍCULO

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a

complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 3º Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

§ 4º Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, como previsto no artigo 12 desta Resolução.

§ 5º Nas licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Art. 14. Os cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, de caráter emergencial e provisório, ofertados a portadores de diplomas de curso superior formados em cursos relacionados à habilitação pretendida com sólida base de conhecimentos na área estudada, devem ter carga horária mínima variável de 1.000 (mil) a 1.400 (mil e quatrocentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, dependendo da equivalência entre o curso de origem e a formação pedagógica pretendida.

§ 1º A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I - quando o curso de formação pedagógica pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.000 (mil) horas;

II - quando o curso de formação pedagógica pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.400 (mil e quatrocentas) horas;

III - a carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas;

IV - deverá haver 500 (quinhentas) horas dedicadas às atividades formativas referentes ao inciso I deste parágrafo, estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

V - deverá haver 900 (novecentas) horas dedicadas às atividades formativas referentes ao inciso II deste parágrafo, estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

VI - deverá haver 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12, consoante o projeto de curso da instituição.

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 3º Cabe à instituição de educação superior ofertante do curso verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a habilitação pretendida.

§ 4º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

§ 5º A oferta dos cursos de formação pedagógica para graduados poderá ser realizada por instituições de educação superior, preferencialmente universidades, que ofertem curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória realizada pelo Ministério da Educação e seus órgãos na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.

§ 6º A oferta de cursos de formação pedagógica para graduados deverá ser considerada quando dos processos de avaliação do curso de licenciatura mencionado no parágrafo anterior.

§ 7º No prazo máximo de 5 (cinco) anos, o Ministério da Educação, em articulação com os sistemas de ensino e com os fóruns estaduais permanentes de apoio à formação docente, procederá à avaliação do desenvolvimento dos cursos de formação pedagógica para graduados, definindo prazo para sua extinção em cada estado da federação.

Art. 15. Os cursos de segunda licenciatura terão carga horária mínima variável de 800 (oitocentas) a 1.200 (mil e duzentas) horas, dependendo da equivalência entre a formação original e a nova licenciatura.

§ 1º A definição da carga horária deve respeitar os seguintes princípios:

I - quando o curso de segunda licenciatura pertencer à mesma área do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas;

II - quando o curso de segunda licenciatura pertencer a uma área diferente da do curso de origem, a carga horária deverá ter, no mínimo, 1.200 (mil e duzentas) horas;

III - a carga horária do estágio curricular supervisionado é de 300 (trezentas) horas;

§ 2º Durante o processo formativo, deverá ser garantida efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

§ 3º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento e/ou interdisciplinar, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 4º Os cursos descritos no *caput* poderão ser ofertados a portadores de diplomas de cursos de graduação em licenciatura, independentemente da área de formação.

§ 5º Cabe à instituição de educação superior ofertante do curso verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a habilitação pretendida.

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

§ 7º Os portadores de diploma de licenciatura com exercício comprovado no magistério e exercendo atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 100 (cem) horas.

§ 8º A oferta dos cursos de segunda licenciatura poderá ser realizada por instituição de educação superior que oferte curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória pelo MEC na habilitação pretendida, sendo dispensada a emissão de novos atos autorizativos.

§ 9º A oferta de cursos de segunda licenciatura deverá ser considerada quando dos processos de avaliação do curso de licenciatura mencionado no parágrafo anterior.

§ 10. Os cursos de segunda licenciatura para professores em exercício na educação básica pública, coordenados pelo MEC em regime de colaboração com os sistemas de ensino e realizados por instituições públicas e comunitárias de educação superior, obedecerão às diretrizes operacionais estabelecidas na presente Resolução.

CAPÍTULO VI
DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Art. 16. A formação continuada compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistério na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente.

Parágrafo único. A formação continuada decorre de uma concepção de desenvolvimento profissional dos profissionais do magistério que leva em conta:

I - os sistemas e as redes de ensino, o projeto pedagógico das instituições de educação básica, bem como os problemas e os desafios da escola e do contexto onde ela está inserida;

II - a necessidade de acompanhar a inovação e o desenvolvimento associados ao conhecimento, à ciência e à tecnologia;

III - o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática;

IV - o diálogo e a parceria com atores e instituições competentes, capazes de contribuir para alavancar novos patamares de qualidade ao complexo trabalho de gestão da sala de aula e da instituição educativa.

Art. 17. A formação continuada, na forma do artigo 16, deve se dar pela oferta de atividades formativas e cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado que agreguem novos saberes e práticas, articulados às políticas e gestão da educação, à área de atuação do profissional e às instituições de educação básica, em suas diferentes etapas e modalidades da educação.

§ 1º Em consonância com a legislação, a formação continuada envolve:

I - atividades formativas organizadas pelos sistemas, redes e instituições de educação básica incluindo desenvolvimento de projetos, inovações pedagógicas, entre outros;

II - atividades ou cursos de atualização, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas e máxima de 80 (oitenta) horas, por atividades formativas diversas, direcionadas à melhoria do exercício do docente;

III - atividades ou cursos de extensão, oferecida por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto de extensão aprovado pela instituição de educação superior formadora;

IV - cursos de aperfeiçoamento, com carga horária mínima de 180 (cento e oitenta) horas, por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior;

V - cursos de especialização *lato sensu* por atividades formativas diversas, em consonância com o projeto pedagógico da instituição de educação superior e de acordo com as normas e resoluções do CNE;

VI - cursos de mestrado acadêmico ou profissional, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes;

VII - curso de doutorado, por atividades formativas diversas, de acordo com o projeto pedagógico do curso/programa da instituição de educação superior, respeitadas as normas e resoluções do CNE e da Capes.

§ 2º A instituição formadora, em efetiva articulação com o planejamento estratégico do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente e com os sistemas e redes de ensino e com as instituições de educação básica, definirá no seu projeto institucional as formas de desenvolvimento da formação continuada dos profissionais do magistério da educação básica, articulando-as às políticas de valorização a serem efetivadas pelos sistemas de ensino.

CAPÍTULO VII
DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E SUA VALORIZAÇÃO

Art. 18. Compete aos sistemas de ensino, às redes e às instituições educativas a responsabilidade pela garantia de políticas de valorização dos profissionais do magistério da educação básica, que devem ter assegurada sua formação, além de plano de carreira, de acordo com a legislação vigente, e preparação para atuar nas etapas e modalidades da educação básica e seus projetos de gestão, conforme definido na base comum nacional e nas diretrizes de formação, segundo o PDI, PPI e PPC da instituição de educação superior, em articulação com os sistemas e redes de ensino de educação básica.

§ 1º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, como definido no artigo 3º, § 4º, desta Resolução;

§ 2º No quadro dos profissionais do magistério da instituição de educação básica deve constar quem são esses profissionais, bem como a clara explicitação de sua titulação, atividades e regime de trabalho.

§ 3º A valorização do magistério e dos demais profissionais da educação deve ser entendida como uma dimensão constitutiva e constituinte de sua formação inicial e continuada, incluindo, entre outros, a garantia de construção, definição coletiva e aprovação de planos de carreira e salário, com condições que assegurem jornada de trabalho com dedicação exclusiva ou tempo integral a ser cumprida em um único estabelecimento de ensino e destinação de 1/3 (um terço) da carga horária de trabalho a outras atividades pedagógicas inerentes ao exercício do magistério, tais como:

I - preparação de aula, estudos, pesquisa e demais atividades formativas;

II - participação na elaboração e efetivação do projeto político-pedagógico da instituição educativa;

III - orientação e acompanhamento de estudantes;

IV - avaliação de estudantes, de trabalhos e atividades pedagógicas;

V - reuniões com pais, conselhos ou colegiados escolares;

VI - participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola;

VII - atividades de desenvolvimento profissional;

VIII - outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.

Art. 19. Como meio de valorização dos profissionais do magistério público nos planos de carreira e remuneração dos respectivos sistemas de ensino, deverá ser garantida a convergência entre formas de acesso e provimento ao cargo, formação inicial, formação continuada, jornada de trabalho, incluindo horas para as atividades que considerem a carga horária de trabalho, progressão na carreira e avaliação de desempenho com a participação dos pares, asseverando-se:

I - acesso à carreira por concurso de provas e títulos orientado para assegurar a qualidade da ação educativa;

II - fixação do vencimento ou salário inicial para as carreiras profissionais da educação de acordo com a jornada de trabalho definida nos respectivos planos de carreira no caso dos profissionais do magistério, com valores nunca inferiores ao do Piso Salarial Profissional Nacional, vedada qualquer diferenciação em virtude da etapa ou modalidade de educação e de ensino de atuação;

III - diferenciação por titulação dos profissionais da educação escolar básica entre os habilitados em nível médio e os habilitados em nível superior e pós-graduação *lato sensu*, com percentual compatível entre estes últimos e os detentores de cursos de mestrado e doutorado;

IV - revisão salarial anual dos vencimentos ou salários conforme a Lei do Piso;

V - manutenção de comissão paritária entre gestores e profissionais da educação e os demais setores da comunidade escolar para estudar as condições de trabalho e propor políticas, práticas e ações para o bom desempenho e a qualidade dos serviços prestados à sociedade;

VI - elaboração e implementação de processos avaliativos para o estágio probatório dos profissionais do magistério, com a sua participação;

VII - oferta de programas permanentes e regulares de formação e aperfeiçoamento profissional do magistério e a instituição de licenças remuneradas e formação em serviço, inclusive em nível de pós-graduação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como os objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica.

Art. 20. Os critérios para a remuneração dos profissionais do magistério público devem se pautar nos preceitos da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabelece o Piso Salarial Profissional Nacional, e no artigo 22 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que dispõe sobre a parcela da verba do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), destinada ao pagamento dos profissionais do magistério, bem como no artigo 69 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define os percentuais mínimos de investimento dos entes federados na educação, em consonância com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE).

Parágrafo único. As fontes de recursos para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério público são aquelas descritas no artigo 212 da Constituição Federal e no artigo 60 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, além de recursos provenientes de outras fontes vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Art. 21. Sobre as formas de organização e gestão da educação básica, incluindo as orientações curriculares, os entes federados e respectivos sistemas de ensino, redes e instituições educativas deverão garantir adequada relação numérica professor/educando, levando em consideração as características dos educandos, do espaço físico, das etapas e modalidades da educação e do projeto pedagógico e curricular.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22. Os cursos de formação de professores que se encontram em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução no prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua publicação.

Parágrafo único. Os pedidos de autorização para funcionamento de curso em andamento serão restituídos aos proponentes para que sejam feitas as adequações necessárias.

Art. 23. Os processos de avaliação dos cursos de licenciatura serão realizados pelo órgão próprio do sistema e acompanhados por comissões próprias de cada área.

Art. 24. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas interdisciplinares, serão objeto de regulamentação suplementar.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução CNE/CP nº 2, de 26 de junho de 1997, a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de setembro de 1999, a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 e suas alterações, a Resolução nº 1, de 11 de fevereiro de 2009, e a Resolução nº 3, de 7 de dezembro de 2012.

GILBERTO GONÇALVES GARCIA

3 – LEGISLAÇÃO ESTADUAL

3.1 – Leis

LEI Nº 14.461, DE 16 DE JANEIRO DE 2014.[15]

Regulamenta o inciso VI do art. 199 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1.º Fica regulamentado o inciso VI do art. 199 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecendo que o Estado proverá os meios para que, progressivamente, seja oferecido horário integral aos(às) alunos(as) do ensino fundamental das escolas da rede pública estadual.

Art. 2.º As Escolas de Tempo Integral terão carga horária igual ou superior a sete horas diárias, nos turnos manhã e tarde, para os(as) alunos(as) matriculados(as) nas séries do ensino fundamental.

Parágrafo único. Para fins do estabelecido no "caput" deste artigo, a implementação da carga horária, em cada unidade escolar, dar-se-á de forma progressiva e uniforme a partir das séries iniciais.

Art. 3.º As Escolas de Tempo Integral deverão oferecer, no mínimo, quatro alimentações diárias aos(às) alunos(as), respeitando as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, em especial:

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento dos(as) alunos(as) e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária e estado de saúde dos (das) alunos(as), nos termos da Lei n.º 13.845, de 13 de dezembro de 2011;

II - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e, preferencialmente, pela agricultura familiar e pelos(as) empreendedores(as) familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

III - o direito à alimentação escolar, visando à garantia da segurança alimentar e nutricional dos(as) alunos(as), com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos(as) alunos(as) que necessitem de atenção específica e aqueles(as) que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

[15] Publicada no DOE n.º 012, de 17 de janeiro de 2014.

Art. 4.º Os(as) professores(as) e servidores(as) que atuarem no atendimento aos(às) alunos(as) matriculados(as) nas Escolas de Tempo Integral receberão capacitação específica e continuada para o desempenho de suas funções.

Parágrafo único. O Poder Executivo Estadual poderá convocar os(as) professores(as) que desempenharem suas funções nas Escolas de Tempo Integral para o regime de quarenta horas, nos termos do art. 19 da Lei n.º 11.005, de 19 de agosto de 1997.

Art. 5.º O plano pedagógico curricular da Escola de Tempo Integral será elaborado pela Secretaria da Educação, tendo como objetivo:

I - promover a permanência do(a) educando(a) na escola, criando as condições de melhor aprendizado;

II - proporcionar aos(às) alunos(as) ações e exercícios no campo social, cultural, esportivo e tecnológico dentro da escola e em ambientes coletivos diversificados;

III - oferecer a interdisciplinariedade e a transdisciplinariedade, fazendo com que ocorra a articulação entre o núcleo comum curricular e as demais atividades estabelecidas no inciso II deste artigo;

IV - incentivar a participação da comunidade no processo educacional, promovendo a construção da cidadania;

V - adequar as atividades educacionais à realidade de cada região;

VI - proporcionar ao(à) educando(a) experiência educativa que possibilite o desenvolvimento integral, considerando os aspectos cognitivos, motor, social, emocional e cultural;

VII - reforçar a escola como um espaço de socialização, onde o(a) aluno(a) possa experimentar uma vivência coletiva e formular uma concepção de mundo, de sociedade e de cidadania;

VIII - dotar a escola de instrumentos tecnológicos geridos por uma equipe multiprofissional, composta pela direção, coordenação pedagógica, professores(as), servidores(as) de escola e nutricionistas;

IX - incluir a educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem.

Parágrafo único. O planejamento curricular da Escola de Tempo Integral deverá ser discutido com a comunidade escolar, constituída pelos pais, mães ou responsáveis, professores(as), demais servidores(as) da escola e alunos(as).

Art. 6.º A Secretaria da Educação apresentará à comunidade escolar, doze meses após a aprovação desta Lei, o plano de implementação da Escola de Tempo Integral, contendo, no mínimo:

I - o planejamento para o atingimento da meta estabelecida no art. 7.° desta Lei;

II - as regiões e cidades selecionadas para a instalação progressiva da Escola de Tempo
Integral;

III - o número de professores(as), de funcionários(as) e de equipes multiprofissionais necessário para o funcionamento da Escola de Tempo Integral;

IV - o plano de investimentos em prédios escolares;

V - o plano de capacitação e qualificação dos (as)
professores(as); VI - o planejamento curricular para as Escolas de
Tempo Integral.

Art. 7.º No prazo de dez anos, a partir da publicação desta Lei, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas de ensino fundamental da rede pública estadual deverão oferecer matrículas em horário integral.

Parágrafo único. Para fins do disposto no “caput” deste artigo, serão priorizadas escolas localizadas em regiões de maior vulnerabilidade social.

Art. 8.º O Poder Executivo Estadual deverá incluir as metas e as respectivas dotações orçamentárias, necessárias ao cumprimento do estabelecido nesta Lei, no Plano Plurianual e nas Leis Orçamentárias anuais.

Art. 9.º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 16 de janeiro de 2014.

LEI COMPLEMENTAR N.º 14.555, DE 02 DE JULHO DE 2014.

Altera a Lei Complementar n.º 14.376, de 26 de dezembro de 2013, que estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei Complementar seguinte:

Art. 1.º Na Lei Complementar n.º 14.376, **de** 26 de dezembro de 2013, que estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências, ficam introduzidas as seguintes alterações:

I - o parágrafo único do art. 5.º passa a ser o § 1.º e ficam introduzidos os §§ 2.º e 3.º no mesmo artigo, com a seguinte redação:

"Art. 5.º .....

1.º .....

2.º Fica autorizado o município, no âmbito de suas competências, mediante a apresentação do protocolo do PPCI no CBMRS, a expedir licenças e/ou autorizações precárias e provisórias de funcionamento para as edificações de baixa carga de incêndio, conforme previsto na Tabela 3 do Anexo A, e em casos de estabelecimentos que realizem atividades ou prestem serviços de caráter essencial, ficando, entretanto, condicionada a expedição do alvará definitivo de funcionamento à apresentação do APPCI.

3.º Cabe ao município, no âmbito de suas competências, acompanhar para que as licenças precárias e provisórias de funcionamento estejam de acordo com esta Lei Complementar e sua regulamentação, para fins de revogação das referidas licenças ou expedição de alvará definitivo."

II - fica alterada a redação dos incisos IX, XVII e XXXII do art. 6.º e incluído o inciso XLII no mesmo artigo, com a seguinte redação:

"Art. 6.º .....

.....

IX - Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndio – APPCI – é a certificação emitida pelo CBMRS de que a edificação está de acordo com a legislação vigente, conforme o Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio – PPCI;

.....

XVII - edificação e área de risco existente é a construção ou área de risco, detentora de projeto aprovado na Prefeitura Municipal ou de habite-se emitido, ou ainda regularizada anteriormente à publicação desta Legislação, com documentação comprobatória, desde que mantidas a área e a ocupação da época e não haja disposição em contrário dos órgãos responsáveis pela concessão de alvarás de funcionamento e de segurança contra incêndio, observados os objetivos desta;

.....

XXXII - Plano Simplificado de Prevenção e Proteção contra Incêndio − PSPCI − é um processo que contém um conjunto reduzido de elementos formais, em função da classificação de ocupação, carga de incêndio e uso da edificação, que dispensa a apresentação do Projeto de Prevenção e Proteção contra Incêndio − PrPCI − em conformidade com esta Lei Complementar e Resolução Técnica do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul − RTCBMRS −, cuja responsabilidade pelas informações fornecidas:

a) nas edificações de baixa carga de incêndio que atendam a todas as características do art. 21 desta Lei Complementar é exclusiva do(a) proprietário(a) ou do(a) responsável pelo seu uso;

b) nas edificações de média carga de incêndio é do(a) proprietário(a) ou do(a) responsável pelo seu uso, com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA − ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU-RS.

.....

XLII - ocupação subsidiária é a atividade ou dependência vinculada a uma ocupação predominante, sendo considerada parte integrante desta para determinação dos parâmetros de proteção contra incêndio, nos termos desta Lei Complementar.";

III - fica alterada a redação do § 2.º e acrescentados os §§ 4.º e 5.º ao art. 7.º, conforme segue:

“Art. 7.º .....

….....

§ 2.º As Tabelas dos Anexos A (Classificação) e B (Exigências) são consideradas iniciais e constarão na regulamentação desta Lei Complementar, podendo ser modificadas ou atualizadas por meio de Decreto.

.....

§ 4.º Nas ocupações mistas, para determinação das medidas de segurança, proteção e prevenção contra incêndio a serem implantadas, adotar-se-á o conjunto das exigências de maior nível de segurança para a edificação, avaliando-se os respectivos usos, as áreas, as alturas e a carga de incêndio, observando-se ainda que:

I - nas edificações com mais de uma classe de risco, poderá ser empregada a técnica de isolamento de riscos, com a finalidade de definir os sistemas e equipamentos de proteção contra incêndio;

II - as edificações ou partes de uma mesma edificação isoladas são consideradas edificações distintas para efeitos de risco de incêndio e de aplicação das normas de proteção contra incêndio, sendo que a confecção do PPCI e a expedição do APPCI dar-se-ão de forma individualizada, para cada uma das unidades autônomas não residenciais;

III - o isolamento de riscos, como técnica adequada de projeto, poderá ser obtido por compartimentação vertical ou horizontal, sendo que nos casos de risco alto e médio a resistência ao fogo, conforme normas da ABNT, deverá ser de 4 (quatro) horas, e nos de baixo risco, a resistência deverá ser de 2 (duas) horas;

IV - o isolamento de risco será por meio de afastamento entre edificações, compartimentação vertical e compartimentação horizontal, conforme regulamentado por RTCBMRS.

§ 5.º Nas ocupações subsidiárias de uso exclusivo dos ocupantes de uma ocupação predominante, os equipamentos de proteção contra incêndio deverão atender a esta ocupação predominante, conforme RTCBMRS.";

IV – VETADO

V - fica alterada a redação do § 2.º do art. 9.º, que passa a ser a seguinte:

"Art. 9.º .....

.....

§ 2.º Cabe ao COESPPCI, mediante a aprovação por dois terços de seus membros, encaminhar à Chefia do Poder Executivo as propostas de modificações ou atualizações nas Tabelas dos Anexos A (Classificação) e B (Exigência), quando estudos e bibliografias técnicas assim apontarem.

.....";

VI - fica alterada a redação do "caput" do art. 13, que passa a ser a seguinte:

"Art. 13. O(A) proprietário(a) ou o(a) responsável pelo uso da edificação obriga-se a manter as medidas de segurança, prevenção e proteção contra incêndio, em condições de utilização, providenciando sua manutenção e adequação a esta Lei Complementar.";

VII - fica alterada a redação do art. 14, que passa a ser seguinte:

"Art. 14. Compete ao órgão municipal responsável pela expedição do Alvará de Funcionamento da Edificação a fiscalização e a aplicação da sanção administrativa prevista no inciso IV do art. 40, desta Lei Complementar.";

VIII - fica alterada a redação do parágrafo único do art. 18, que passa a ser a seguinte:

"Art. 18. .....

Parágrafo único. Os locais de eventos ou reuniões com mais de 400 (quatrocentas) pessoas ficam obrigados a dispor da presença de Bombeiro ou Brigadista, de acordo com Resolução Técnica do CBMRS.";

IX - fica incluído o inciso III ao § 1.º do art. 20, com a seguinte redação:

"Art. 20. .....

§ 1.º .....

.....

III - mediante denúncia.

.....";

X - fica alterada a redação do inciso I e dos §§ 3.º e 4.º e acrescentados o inciso V e os §§ 5.º, 6.º e 7.º ao art. 21, que passa a ser a seguinte:

"Art. 21. .....

I - de carga de risco de incêndio baixo e médio, conforme Tabela 3 do Anexo A (Classificação);

.....

V - que exigirem prevenção pelos sistemas de saída de emergência, iluminação de emergência, sinalização de emergência, extintores de incêndio e Brigada de Incêndio;

.....

§ 3.º Ficam excetuadas do disposto no “caput” deste artigo as edificações do Grupo G da Tabela 1 do Anexo A desta Lei Complementar.

§ 4.º Para as edificações e áreas de risco de incêndio que não estejam enquadradas na Tabela 3 do Anexo A (Classificação), aplica-se a regra de cálculo definida na NBR 14.432/2000 “Exigências de resistência ao fogo de elementos construtivos de edificações".

§ 5.º Aplica-se o PSPCI para as edificações da Divisão F-11 e F-12, do Grupo F, da Tabela 1 do Anexo A (Classificação) e para os locais de cultos afro-brasileiros e os centros espíritas, desde que atendam a todas as características deste artigo.

§ 6.º São de inteira responsabilidade do(a) proprietário(a) ou do(a) responsável pelo uso da edificação as informações prestadas para instrução do PSPCI nas edificações de carga de risco de incêndio baixo, sendo que nas edificações de carga de risco de incêndio médio é necessária, também, a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART/CREA − ou de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU-RS.

§ 7.º A emissão do APPCI para as edificações enquadradas no PSPCI e com carga de risco de incêndio baixo dispensará a vistoria de liberação, conforme regulamentado em RTCBMRS.”;

XI - fica alterada a redação do parágrafo único do art. 35, que passa a ser a seguinte:

"Art. 35. .....

Parágrafo único. Os casos omissos de enquadramento do tipo de edificação constantes nas Tabelas A (Classificação) e B (Exigências), as edificações das divisões F-11 e F-12 da Tabela 1 do Anexo A, os centros espíritas e os locais de cultos afro-brasileiros que não atendam a todas as características do art. 21 desta Lei Complementar serão objeto de regulamentação do CBMRS.";

XII - fica acrescentado o § 3.º ao art. 53, com a seguinte redação:

“Art. 53.....

….....

§ 3.º Fica autorizado o CBMRS, no âmbito de suas competências e nos termos da legislação vigente, a firmar convênio com entidades e/ou associações de classe que possuam profissionais habilitados no CREA-RS e/ou CAU-RS, para que sejam feitas as análises e a aprovação do PrPCI, sendo que compete única e exclusivamente ao CBMRS a vistoria e a emissão do APPCI.”;

XIII - fica alterada a redação do "caput" e acrescentado § 2.º ao art. 55, passando-se o parágrafo único a ser o § 1.º, conforme segue:

"Art. 55. As edificações e áreas de risco existentes deverão adaptar-se às disposições desta Lei Complementar no prazo de até 6 (seis) anos, a partir da sua publicação.

§ 1.º .....

§ 2.º O CBMRS, mediante RTCBMRS, definirá as medidas de segurança, prevenção e proteção contra incêndio para as edificações existentes.";

XIV - fica incluído o art. 55-A, com a seguinte redação:

"Art. 55-A. Nos municípios que ainda não tenham concluído o processo de Regularização Fundiária, em que se encontram localizadas edificações e áreas de risco de incêndio, para fins do processo de concessão do APPCI, fica o(a) proprietário(a) e/ou o(a) responsável pelo uso da edificação dispensado da apresentação do número da matrícula do imóvel.";

XV - fica alterada a redação do art. 57, que passa a ser a seguinte:

"Art. 57. Os municípios deverão atualizar sua legislação, recepcionando o disposto na presente Lei Complementar, no prazo máximo de 12 (doze) meses a partir da publicação da sua regulamentação.";

XVI - fica acrescentado o art. 57-A, com a seguinte redação:

"Art. 57-A. A atualização da legislação municipal sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios suplementará o disposto nesta Lei Complementar, a partir de sua regulamentação, assegurada a autonomia e independência dos municípios nos assuntos de interesse local.";

XVII - VETADO

XVIII - fica alterada a redação da Divisão F-6 e acrescentadas as Divisões F-11 e F-12 na "Ocupação/Uso - Local de Reunião de Público" da Tabela 1 do Anexo A, conforme segue:

" ANEXO A
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO

TABELA 1
CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À OCUPAÇÃO

Grupo	Ocupação/Uso	Divisão	Descrição	Exemplos
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
F	Local de Reunião de Público	...	...	...
		...	...	...
		...	...	...
		...	...	...
		...	...	...
		F-6	Casas noturnas	Boates, casas de show, casas noturnas e salões de bailes, restaurantes dançantes.
		...	...	...
		...	...	...
		...	...	...
		...	...	...
		...	...	...
		F-11	Edificações de Caráter Regional	Centros de Tradições Gaúchas – CTG's
		F-12	Clubes sociais, comunitários e de diversão	Salões Paroquiais, Salões Comunitários, Clubes de Sócios, Clubes para Festas de Caráter Familiar, Bilhares, Tiro ao Alvo, Boliche, Sedes de Entidades de Classe.
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...
...	...	...	...	...

.....";

XIX - fica alterada a redação da "Descrição" de "Couro Sintético" para "Laminado Sintético" referente à Ocupação/Uso Industrial, na Tabela 3.1 do Anexo A;

XX - fica excluído o item 1.1 e alterada a redação da definição do Hi da Tabela 3.3 do Anexo A, conforme segue:

" ANEXO A
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO
.....

TABELA 3.3
CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE
INCÊNDIO
MÉTODO PARA LEVANTAMENTO DA CARGA DE INCÊNDIO
ESPECÍFICA 1. .....
.....
Onde:
.....

Hi - potencial calorífico específico de cada componente do material combustível, em megajoule por quilograma;
.....";

XXI - fica alterada a redação da Tabela 4 do Anexo B e incluída a letra "c" nas Notas Gerais, conforme segue:

"ANEXO B
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE EXIGÊNCIAS
.....

TABELA 4
EXIGÊNCIAS PARA EDIFICAÇÕES EXISTENTES

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DA EDIFICAÇÃO E ÁREAS DE RISCO	**ÁREA CONSTRUÍDA ≤ 750 m² e ALTURA ≤ 12 m**	**ÁREA CONSTRUÍDA > 750 m2 e/ou ALTURA > 12 m**
EDIFICAÇÕES NOVAS	Conforme Tabela 5	Conforme Tabela 6
QUALQUER PERÍODO ANTERIOR À VIGÊNCIA DESTE CÓDIGO	Conforme RTCBMRS	
NOTAS GERAIS: a – ..... b – ..... c – O acesso de viaturas de bombeiro em edificações com até 12 metros de altura poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público.";		

XXII - ficam incluídas as Divisões F11 e F12, alterada a redação da Nota Específica nº 4 e revogada a letra"d" das Notas Gerais, da Tabela 5 do Anexo B, conforme segue:

"ANEXO B
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE EXIGÊNCIAS
.....

TABELA 5
EXIGÊNCIAS PARA EDIFICAÇÕES COM ÁREA MENOR OU IGUAL A 750M^2 E ALTURA INFERIOR OU IGUAL A 12,00M

Medidas de Segurança contra Incêndio	**A, D, E e G**	**B**	**C**	**F**					**H**		**I e J**	**L**
				F1, F2, F3, F4, F7 e F8	F5 e F6	F9 e F10	F11	F12	...	...	...	...
Controle de Materiais de Acabamento	...	...	...	...	...	...	-	-	...	...	...	...
Saídas de Emergência	...	...	...	...	...	...	X	X	...	...	...	...
Iluminação de Emergência	...	...	...	...	...	...	X	X	...	...	...	...
Sinalização de Emergência	...	...	...	...	...	...	X	X	...	...	...	...
Extintores	...	...	...	...	...	...	X	X	...	...	...	...
Brigada de Incêndio	...	...	...	...	...	...	X	X	...	...	...	...
Plano de Emergência	...	...	...	...	...	...	-	X[4]	...	...	...	...
Detecção Automática	...	...	...	...	...	...	-	-	...	...	...	...
Controle de Fumaça	...	...	...	...	...	...	-	-	...	...	...	...

NOTAS ESPECÍFICAS:
.....
4 – Exigido para lotação superior a 400 pessoas.
.....
NOTAS GERAIS:
.....
d – (REVOGADA);
....."

XXIII - fica alterada a redação da letra "e" e incluída a letra"g" nas Notas Gerais da Tabela 6A do Anexo B, conforme segue:

"ANEXO B
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO TABELAS DE EXIGÊNCIAS
.....

TABELA 6A
EDIFICAÇÕES DO GRUPO A COM ÁREA SUPERIOR A 750M^2 OU ALTURA SUPERIOR
A 12,00M

NOTAS ESPECÍFICAS:
.....
NOTAS GERAIS:
.....
e – A exigência de brigada de incêndio, central de GLP e hidrante será somente para as edificações com altura superior a 12m.
.....
g – O acesso de viatura, para edificações com altura inferior a 12m, poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público. Para edificações com menos de 12m de altura e que requeiram hidrante, a rede seca poderá ser substituída pelo dispositivo de recalque.";

XXIV - fica alterada a redação da letra "c" das Notas Gerais da Tabela 6F.4 do Anexo B, que passa a ter a seguinte redação:

"ANEXO B
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE EXIGÊNCIAS
.....

TABELA 6F.4
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO F-7 E F-10 COM ÁREA SUPERIOR A 750M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00M

.....
NOTAS ESPECÍFICAS:
.....
NOTAS GERAIS:
.....
c - A Divisão F-7 deve observar as exigências complementares das respectivas RTCBMRS;
.....";

XXV - fica incluído o n.º 4 nas Notas Específicas e alterada a redação da Tabela 6I.1 do Anexo B, conforme segue:

" ANEXO B
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE EXIGÊNCIAS
.....

TABELA 6I.1
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO I-1 E I-2 COM ÁREA SUPERIOR A $750M^2$
OU ALTURA SUPERIOR A 12,00M

Grupo de ocupação e Uso	**GRUPO I – INDUSTRIAL**											
Divisão	I-1 (risco baixo)						I-2 (risco médio)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	...	....	....	...	....	...	....	...	...	...	....
Acesso de viatura na Edificação	X[4]	X[4]	X[4]	X	X	X	X[4]	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

NOTAS ESPECÍFICAS:

....

4 – O acesso de viatura poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público, com altura de até 12 metros.

NOTAS GERAIS:

..............................."

XXVI - fica incluída a letra "e" nas Notas Gerais e alterada a redação da Tabela 6J.1 do Anexo B, conforme segue:

" ANEXO B
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE EXIGÊNCIAS

TABELA 6J.1
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO J-1 E J-2 COM ÁREA SUPERIOR A $750M^2$
OU ALTURA SUPERIOR A 12,00M

Grupo de ocupação e uso	GRUPO J – DEPÓSITO											
Divisão	J-1 (material incombustível)						J-2 (risco baixo)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Segurança Estrutural contra Incêndio	-	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...
....	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

NOTAS ESPECÍFICAS:
....
NOTAS GERAIS:
....
e – O acesso de viatura poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público, com altura de até 12 metros."

XXVII - ficam incluídas nas Notas Gerais das Tabelas 6B, 6C, 6D, 6F.1, 6G.1, 6G.2 e 6H.1, todas do Anexo B, letras, na ordem sequencial das já existentes, com a seguinte redação:

" O acesso de viatura, para edificações com altura inferior a 12m, poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público. Para edificações com menos de 12m de altura e que requeiram hidrante, a rede seca poderá ser substituída pelo dispositivo de recalque.".

Art. 2.º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 2 de julho de 2014.

* Publicada no DOE n.º 125, de 03 de julho de 2014.

LEI Nº 14.611, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.*

Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de Histórico Médico Escolar nas escolas das redes pública e particular do Estado do Rio Grande do Sul.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade do registro de Histórico Médico Escolar dos(as) estudantes das escolas das redes pública e particular do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do calendário letivo de 2014.

§ 1º O Histórico Médico Escolar será preenchido no momento da matrícula ou da rematrícula do(a) estudante na instituição de ensino.

§ 2º Caberá aos pais ou responsáveis fornecer as informações médicas necessárias para preenchimento do Histórico Médico Escolar de seu(sua)(s) filho(a)(s), fundamentadas em documentos emitidos por serviços de saúde, resguardado o sigilo das informações**.**

§ 3º O Histórico Médico Escolar do(a) estudante deverá conter informações como:

I - fotografia;
II - nome completo;
III - data de nascimento;
IV - endereço;
V - tipo sanguíneo;
VI - vacinas que recebeu;
VII - alergias a medicamentos;
VIII - telefones de urgência para contato;
IX - nome dos pais ou responsáveis;
X - plano de saúde que o(a) assegura, se houver; e
XI - outras que os pais ou responsáveis entenderem necessárias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 1º de dezembro de 2014.

* Publicada no DOE n.º 233, de 02 de dezembro de 2014.

LEI Nº 14.705, DE 25 DE JUNHO DE 2015.

Institui o Plano Estadual de Educação – PEE −, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE −, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º Fica instituído o Plano Estadual de Educação – PEE −, com a vigência de dez anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do seu Anexo Único, com vista ao cumprimento do disposto no Plano Nacional de Educação – PNE −, aprovado pela Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PEE:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação, como proporção do Produto Interno Bruto – PIB −, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos(as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental, à orientação sexual e às escolhas religiosas;

XI - combate ao racismo e a todas formas de preconceito; e

XII - promoção da conscientização no ambiente escolar da necessidade da proteção e da preservação do meio ambiente.

Art. 3º As metas previstas no Anexo Único desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PEE, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º As metas previstas no Anexo Único desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD −, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art. 5º A execução do PEE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Estadual da Educação – Seduc;

II - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, seção do Rio Grande do Sul – Undime/RS;

III - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul – CECDCT;

IV - Conselho Estadual de Educação – CEEd/RS;

V - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, seção do Rio Grande do Sul – UNCME/RS; e

VI - Fórum Estadual de Educação – FEE/RS.

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no "caput" deste artigo:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da "internet";

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas; e

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§ 2º A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PEE, é responsabilidade do Fórum Estadual de Educação elaborar estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo Único desta Lei, com informações organizadas por município e consolidadas em âmbito estadual.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no 4º (quarto) ano de vigência do PEE e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§ 4º Será destinada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, além de outros recursos previstos em lei, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e de gás natural, constituída no Fundo Estadual para o Desenvolvimento Social, na forma de lei específica, com a finalidade de cumprir o estabelecido no parágrafo único do art. 148-A da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 6º O Fórum Estadual de Educação, instituído pela Lei n.º 11.005, de 19 de agosto de 1997, além das competências estabelecidas em regulamento expedido pela Secretaria da Educação, terá as seguintes atribuições:

I - acompanhar a execução do PEE e o cumprimento de suas metas; e

II - promover a articulação das conferências estadual e municipais ou intermunicipais que precederem a Conferência Nacional de Educação.

Art. 7º O Estado e os municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§ 1º Caberá aos gestores estadual e municipal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PEE.

§ 2º As estratégias definidas no Anexo Único desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre o Estado e os municípios, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíprocas.

§ 3º Os sistemas de ensino do Estado e dos municípios criarão mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PEE.

§ 4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 5º O fortalecimento do regime de colaboração entre o Estado e respectivos municípios incluirá a instituição de instância permanente de negociação, cooperação e pactuação entre o gestor estadual e os gestores municipais.

§ 6º O fortalecimento do regime de colaboração entre os municípios dar-se-á, inclusive, mediante a adoção de arranjos de desenvolvimento da educação.

Art. 8º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Estado e dos municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PEE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 25 de junho de 2015.

* Publicada no DOE n.º 120, de 26 de junho de 2015.

ANEXO ÚNICO
METAS E ESTRATÉGIAS

Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade em todos os municípios e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PEE, ampliando o percentual na faixa etária da creche nos municípios onde a meta do PNE já estiver alcançada, conforme os PMEs.

Estratégias

1.1 Priorizar, a partir da aprovação deste PEE, nos sistemas e nas redes de educação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, o acesso à educação infantil e fomentar políticas públicas que garantam a estrutura necessária, seja ela física ou humana, para uma educação infantil igualitária, em regime de colaboração, que fortaleçam a capacidade dos sistemas e das redes de ensino, para ampliar a oferta de atendimento educacional com qualidade e equidade, em alinhamento ao que propõe o PNE, conforme PMEs, aumentando/ampliando a infraestrutura e os recursos humanos;

1.2 Definir um planejamento estratégico, sob responsabilidade da Seduc e da Undime, que, no prazo de 2 (dois) anos após a aprovação do PEE, viabilize políticas em regime de colaboração entre o Estado do Rio Grande do Sul, os municípios e a União, que assegurem a efetivação das metas de expansão com qualidade das respectivas redes públicas e privadas para a educação infantil, com referência nas metas propostas no PNE/2014, com implantação imediata e com a garantia de processo de autorização de funcionamento realizada pelos CMEs;

1.3 Definir, no âmbito de cada município e do Estado do Rio Grande do Sul, um plano de expansão em regime de colaboração com todos os entes federados e órgão afins, estratégias e ações para o progressivo cumprimento da meta, de forma a atingir, até 2016, o correspondente a 100% (cem por cento) do percentual definido para o atendimento da faixa de

4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, sem prejuízo da oferta de atendimento para a faixa de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade e, até 2024, o percentual de 50% (cinquenta por cento) para o atendimento da faixa etária de 0 (zero) a 3 (três) anos;

1.4 Definir, no âmbito de cada município, estratégias e ações para o progressivo cumprimento da meta, de forma a atingir, nos primeiros 5 (cinco) anos de vigência, o correspondente à metade do percentual definido pela meta nacional para o atendimento da faixa de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade;

1.5 Elaborar e desenvolver plano de ação, coordenado pela Seduc e Undime, em regime de colaboração entre órgãos públicos da educação, da saúde, da assistência social, do Ministério Público e das representações da sociedade civil, orientando formas de busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, que não estejam matriculadas, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos e assegurando o direito constitucional à educação escolar obrigatória, a todas as crianças a partir dos 4 (quatro) anos;

1.6 Regular, sob responsabilidade do Conselho Estadual de Educação e dos Conselhos Municipais de Educação, em regime de colaboração, no 1º (primeiro) ano de vigência do PEE, normas, procedimentos, prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches e por pré-escola e estabelecendo requisitos de matrículas por zoneamento, verificando indicadores em relação ao que se propõem as metas estadual e nacional, em regime de colaboração;

1.7 Realizar periodicamente, em todos os municípios, em regime de colaboração, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, chamada pública de crianças na pré-escola (4 anos a 5 anos de idade);

1.8 Realizar anualmente, pela Seduc e Secretarias Municipais de Educação, a partir da aprovação deste Plano, censos educacionais em todos os sistemas de ensino, estabelecendo estratégias de levantamento de dados sobre a educação infantil (0 a 5 anos) para caracterizar, por município e região, a demanda reprimida e a necessidade por vagas;

1.9 Fazer cumprir, através da fiscalização e reivindicação da comunidade escolar, em todos os sistemas de ensino, as exigências mínimas de qualidade para o funcionamento adequado das instituições de educação infantil públicas e privadas, de forma a atender todas as crianças, respeitando as diversidades regionais, assegurando o atendimento das características e necessidades das distintas faixas etárias e do público-alvo da educação especial, como recomendam as Resoluções dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipais;

1.10 Assegurar, por meio de ações dos órgãos administrativos e normativos dos sistemas, que em 2 (dois) anos a partir da aprovação deste Plano, todos os municípios, todas as redes e sistemas de educação tenham definido suas políticas para a educação infantil, com base nas diretrizes nacionais, estaduais e municipais e em observância às metas do PNE, do PEE e dos PMEs;

1.11 Estabelecer, em todos os municípios, a partir da vigência deste Plano, em articulação permanente com as instituições de ensino superior que tenham experiência na área e o reconhecimento por parte do MEC, um sistema de acompanhamento da EI, nos estabelecimentos públicos e privados, visando ao apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e à garantia do cumprimento dos padrões mínimos estabelecidos pelas diretrizes nacionais, estaduais e municipais e construir estrutura básica adequada para atender os alunos;

1.12 Criar condições de fiscalizar e fazer cumprir a regulamentação das instituições de educação infantil dos sistemas estadual e municipais de ensino, no prazo máximo de 2 (dois) anos a partir da vigência deste PEE, aprimorando normativas e mecanismos de acompanhamento e controle no âmbito de cada sistema, em ação articulada com o Ministério Público;

1.13 Garantir permanentemente, por meio de ações dos órgãos normatizadores e administradores dos sistemas de ensino, infraestrutura necessária para um trabalho

pedagógico de qualidade, desde a construção física, adequada às condições climáticas locais, até os espaços de recreação e ludicidade, a adequação de equipamentos nas escolas existentes, tecnologias, acessibilidade, assim como naquelas a serem criadas, de acordo com as exigências dos respectivos sistemas de ensino, e garantir sua manutenção;

1.14 Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, vínculos com o programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.15 Efetivar, no 1º (primeiro) ano de vigência dos planos de educação, políticas intersetoriais sob a coordenação dos órgãos normatizadores e administradores dos sistemas, entre os setores de educação, da saúde e da assistência social, no sentido de garantir o atendimento integral da criança, definidos em cada plano setorial e no Estadual;

1.16 Assegurar, pelos sistemas de ensino, que em 3 (três) anos todas as instituições de educação infantil tenham formulado seus projetos político-pedagógicos e culturais e regimentos escolares, com a participação das comunidades envolvidas, adequando-os às normas dos respectivos sistemas de ensino;

1.17 Organizar, a partir da vigência deste Plano, um sistema anual de informações estatísticas e de divulgação da avaliação da política de atendimento da educação infantil no Estado, sob a responsabilidade da Seduc e Undime;

1.18 Incluir as instituições de educação infantil existentes no Rio Grande do Sul no sistema nacional de estatísticas educacionais, no prazo de 3 (três) anos;

1.19 Fortalecer mecanismos de acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.20 Realizar periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.21 Garantir o acesso à educação infantil e qualificar a oferta do atendimento educacional especializado, complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e disciplina de Língua Brasileira de Sinais

– Libras – como meio de comunicação entre colegas e professores e a transversalidade da educação especial nesta etapa da educação básica, disponibilizando profissionais qualificados e criando espaços educacionais condizentes com suas reais necessidades e que contribuam para o desenvolvimento e êxito na vida escolar, respeitando seu tempo e suas particularidades;

1.22 Garantir o atendimento das populações do campo, indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, de forma a atender as suas especificidades, particularidades históricas e culturais, assegurando o direito à Educação;

1.23 Garantir, por meio de ações das Secretarias Municipais de Educação, o acesso à educação infantil em tempo integral para as crianças que estão em creches e pré-escolas, conforme o estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, até o final do Plano;

1.24 Promover a formação inicial e continuada dos profissionais (docentes e não docentes) da educação infantil, garantindo, progressivamente (conforme prazo definido na meta específica), o atendimento por profissionais com formação superior;

1.25 Efetivar programas de Formação de Profissionais de Educação Infantil, em parceria entre Estado e municípios, a fim de que em 5 (cinco) anos, todos os dirigentes de instituições de educação infantil obtenham formação mínima em curso normal e, em 10 (dez) anos, com formação em nível superior; e que, em 5 (cinco) anos, todos os professores obtenham habilitação específica, modalidade normal e, em 10 (dez) anos, 100%(cem por cento) deles obtenham formação específica de nível superior;

1.26 Garantir a oferta, a partir de diagnóstico das necessidades de docentes por município e regiões do Estado, conforme demanda, de cursos de Ensino Médio, modalidade Normal com habilitação em educação infantil, inclusive no turno da noite, bem como cursos de ensino superior ofertados no Estado do Rio Grande do Sul;

1.27 Estabelecer parcerias entre as redes estadual, municipal e escolas privadas de ensino para a promoção de cursos de capacitação de professores de educação infantil, visando capacitar 50% (cinquenta por cento) dos profissionais em 5 (cinco) anos e 100% (cem por cento) em 10 (dez) anos, constituindo-se em programas de educação continuada;

1.28 Garantir e facilitar formação continuada de forma gratuita aos professores da educação infantil para atuarem na inclusão de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação em classes comuns, por meio de ações articuladas da Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

1.29 Efetivar políticas em regime de colaboração entre Estado, municípios e instituições de ensino superior, prioritariamente instituições públicas, para qualificar os profissionais da educação infantil, ampliando as possibilidades da graduação, extensão e pós-graduação;

1.30 Respeitar a anuência formal das comunidades, considerando critérios de qualidade da Modalidade Educação Escolar Indígena, no estabelecimento do regime de colaboração entre Estado e municípios na educação infantil indígena;

1.31 Avaliar com as comunidades indígenas sobre as necessidades e demandas em termos do atendimento de creche e de educação infantil, conforme a realidade e cultura de cada povo;

1.32 Respeitar a liberdade de decisão dos familiares quanto ao atendimento e não interferência na organização social e nas línguas indígenas;

1.33 Ofertar educação infantil nos Institutos Estaduais que oferecem curso normal e possuem estrutura física, pedagógica e recursos humanos;

1.34 Assegurar, por meio de ações dos municípios em regime de colaboração com os demais entes federados, infraestrutura, material didático, mobiliário e instalações prediais adequadas à faixa etária da educação infantil, além de profissional capacitado para atender à demanda;

1.35 Fomentar o atendimento das crianças do campo na educação infantil por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento das crianças, de forma a atender às especificidades das comunidades rurais, quilombolas e indígenas;

1.36 Assegurar a elaboração e difusão de orientações curriculares, formação de pessoal, inicial e continuada, produção de programas e materiais, com o objetivo de estimular o conhecimento, respeito e valorização da diversidade etnicorracial, compreendidos como requisitos para o pleno desenvolvimento de pessoa, preparo para o exercício da cidadania e padrão de qualidade da educação e que atenda a todas as áreas de atuação nas escolas de educação infantil;

1.37 Estabelecer, no 1º (primeiro) ano de vigência do Plano, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública de demanda das famílias por creche, de modo a garantir a equidade etnicorracial na educação infantil;

1.38 Garantir, nos planos estaduais e municipais de educação, ações que promovam o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação, em parceria com o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial do Rio Grande do Sul, Undime e UNCME;

1.39 Assegurar a formação mínima estabelecida em lei para todos os profissionais (docentes e não docentes) que atuam nas instituições de educação infantil, aprimorando mecanismos de acompanhamento e controle por parte dos órgãos administrativos e normativos dos sistemas, em articulação com o Ministério Público;

1.40 Garantir a formação inicial e continuada dos profissionais indígenas na educação infantil, específica e diferenciada, com a exigência de domínio e utilização das línguas indígenas e priorizando as pessoas mais velhas e experientes, considerando, pedagogicamente, o afeto e o cuidado materno, os cuidados com a saúde e o bem estar das crianças;

1.41 Estimular, por meio de ação coordenada entre o governo do Estado e as administrações municipais, a implementação, em caráter complementar, de programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.

Meta 2 - Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que no mínimo 80% (oitenta por cento) dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada até 2019 e pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos, até o último ano de vigência deste PEE.

Estratégias

2.1 Elaborar planejamento detalhado de ações, no 1º (primeiro) ano do PEE, em regime de colaboração, precedido de sistematização e análise dos dados sobre o acesso ao EF, visando a sua universalização, no prazo de 2 (dois) anos, e assegurar o direito à educação, à matrícula e à permanência dos estudantes, cumprindo o que indica a Constituição Federal no que se refere à obrigatoriedade da conclusão do ensino fundamental, envolvendo os municípios e o Estado, através das Coordenadorias Regionais – CRE/Seduc e das Secretarias Municipais de Educação, demandando o apoio técnico e financeiro da União;

2.2 Criar e assegurar, sob responsabilidade das Secretarias Municipais de Educação e Secretaria Estadual de Educação, no prazo de 1 (um) ano da aprovação do PEE, mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental, com um profissional de apoio, fortalecendo o monitoramento do acesso e da permanência e avaliando o aproveitamento escolar dos estudantes, respeitando a temporalidade de cada sujeito e a condição da diversidade que permeia os espaços de ensino, considerando que cada sujeito tem seu processo (aspectos estruturais e instrumentais), em especial os beneficiários de programas de transferência de renda;

2.3 Elaborar planejamento detalhado de ações, no 1º (primeiro) ano do PEE, em regime de colaboração, precedido de sistematização e análise dos dados sobre a distorção idade-escolaridade no EF, envolvendo os municípios e o Estado, através das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs/Seduc) e Secretarias Municipais de Educação, demandando o apoio técnico e financeiro da União, estabelecendo metas parciais por período, conforme a situação de cada município, com vistas ao alcance da meta estabelecida;

2.4 Regularizar o fluxo escolar no âmbito de cada sistema de ensino, por meio de ações planejadas pelos órgãos gestores, reduzindo progressivamente as taxas de repetência e de evasão por meio de apoio pedagógico, recuperação concomitante ao longo do curso em turno inverso ao turno regular, em sala de apoio pedagógico com professor especializado contratado para esse fim, e garantir recursos materiais e humanos que garantam aprendizagem com qualidade; monitorados pelas Secretarias de Educação, com profissionais qualificados e espaços adequados para uma efetiva aprendizagem;

2.5 Construir com os Conselhos Escolares, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, a avaliação institucional das unidades de ensino e monitoramento da aprendizagem dos estudantes, ampliando o aproveitamento dos alunos que deverão ajudar na construção de novos mecanismos para ampliação da qualidade, a partir de dimensões e indicadores que considerem as diretrizes curriculares do ensino fundamental de 9 (nove) anos, com periodicidade anual, a partir do 1º (primeiro) ano de vigência deste PEE, visando ao alcance da meta em cada escola;

2.6 Qualificar e aprofundar permanentemente a organização político-pedagógica das instituições educacionais dos sistemas de ensino, sob orientação da Seduc em articulação com

as Secretarias Municipais de Educação, com vistas ao atendimento do processo de desenvolvimento e aprendizagem de todas as crianças e jovens no ensino fundamental;

2.7 Promover, através de planejamento conjunto entre Seduc e Secretarias Municipais de Educação, a aproximação entre propostas pedagógicas das redes municipais e da rede estadual de ensino, a partir do desenvolvimento de políticas de formação docente e da análise das ações desencadeadas no conjunto das redes de ensino, visando ao alcance da meta;

2.8 Garantir permanentemente, por parte das mantenedoras, com apoio e em regime de colaboração com a União, recursos financeiros que possam suprir as necessidades pedagógicas, os recursos humanos e a manutenção dos espaços criados a partir da universalização, visando à permanência e à aprendizagem efetiva de todos educandos, assim como prever recursos financeiros para espaços que vierem a ser criados, contemplando a diversidade de todos os alunos; oferecer móveis e instalações à faixa etária a partir dos 6 (seis) anos, respeitando o desenvolvimento cognitivo e psicomotor da criança, atendendo as suas necessidades físicas;

2.9 Promover de forma sistemática e através de registros contínuos, a partir da aprovação do PEE, sob responsabilidade compartilhada da Seduc, Secretarias Municipais de Educação e Conselhos Tutelares, através de corpo técnico capacitado extra escolar, tendo como instrumentos de consulta os dados obtidos pelas escolas, a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, fortalecendo parcerias com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção infância, adolescência e juventude, para diminuir os índices de evasão e abandono em todas as modalidades do ensino fundamental, acompanhando e fiscalizando o cumprimento da lei e exigindo o comprometimento familiar;

2.10 Realizar, anualmente, em parceria da Seduc e Secretarias Municipais com entidades estaduais e municipais, mapeamento, por meio de censo educacional, das crianças e dos adolescentes que se encontram fora da escola, visando localizar a demanda e garantir a universalização da oferta do ensino obrigatório;

2.11 Elaborar, sob coordenação dos órgãos administradores e normatizadores dos sistemas, no prazo de 1 (um) ano, documento com os padrões mínimos estaduais de infraestrutura física, com quadra esportiva coberta, devido ao aquecimento global e os raios UVA e UVB, cancerígenos, nas práticas de educação física e outros, para o ensino fundamental, compatíveis com o tamanho dos estabelecimentos de ensino e com as realidades regionais, incluindo todos os segmentos da comunidade escolar, além dos recursos humanos necessários e qualificados, as diretrizes apontadas no PNE/2014 e no atual PEE;

2.12 Autorizar, no âmbito dos sistemas de ensino, por ação dos órgãos normativos dos sistemas, a partir do 2º (segundo) ano da vigência deste PEE, a construção e o funcionamento somente de escolas que atendam aos requisitos de infraestrutura definidos pelas legislações nacional, estadual e municipais;

2.13 Incentivar e garantir efetivamente a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos, por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias, fortalecendo os conselhos escolares com a presença das comunidades nas gestões escolares, bem como prevendo ações nos projetos político-pedagógicos e regimentos escolares das instituições de ensino;

2.14 Priorizar a alfabetização como um processo ao longo de todo o ensino fundamental, entendendo o compromisso como de todas as áreas do conhecimento, expressa em todas as propostas pedagógicas das instituições de ensino fundamental, por meio de ações de acompanhamento e assessoria das mantenedoras;

2.15 Garantir, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais, para as populações do campo, indígenas e quilombolas, nas próprias comunidades, fortalecendo formas diferenciadas de oferta para o ensino fundamental, que garantam a qualidade social da educação;

2.16 Desenvolver tecnologias pedagógicas e materiais didáticos, sob a coordenação da Seduc e Secretarias Municipais de Ensino, que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário,

considerando as especificidades da educação especial, bem como as individualidades de cada sujeito que dela necessita;

2.17 Qualificar e ampliar permanentemente, a partir de planejamento da Seduc com as Secretarias Municipais de Ensino e fiscalização dos conselhos de educação, em nível de cada sistema, a partir da vigência do presente PEE, as políticas de acessibilidade plena e de inclusão nos Sistemas de Ensino regular, promovendo as adaptações físicas, de comunicação e de currículo, ampliando os serviços de Atendimento Educacional Especializado, necessários ao acesso e à permanência de todos os estudantes, segundo as legislações para a educação especial na perspectiva da inclusão, em vigência, garantindo monitor qualificado e com a formação específica para tal função;

2.18 Possibilitar a alunos e professores a qualificação e a inclusão sociodigital por meio do acesso às novas tecnologias educacionais, da instalação e manutenção periódica de laboratórios de informática, equipamentos multimídia, ciências, idiomas, bibliotecas, videotecas e outros, com suporte técnico permanente e qualificado, em todos os estabelecimentos de ensino do Estado do Rio Grande do Sul, na rede estadual e redes municipais, até o último ano de vigência deste PEE;

2.19 Investir na formação inicial e continuada dos profissionais do ensino fundamental, atendendo às peculiaridades locais e à tipologia das instituições, como um direito coletivo da própria jornada de trabalho, privilegiando a escola como local para essa formação, articulando ações em regime de colaboração pela Seduc e Secretarias Municipais de Educação em parceria com as universidades e com apoio técnico e financeiro da União, através dos programas de formação;

2.20 Garantir espaços de discussão permanentes, oportunizando formação continuada sobre políticas educacionais de inclusão no ensino fundamental, entre todos os estabelecimentos de ensino, nas diferentes etapas e modalidades da educação básica do Estado, em regime de colaboração entre órgãos gestores – administradores e normatizadores – dos sistemas de ensino;

2.21 Implementar diferentes formas e instrumentos avaliativos, por meio de ações dos órgãos gestores – administradores e normatizadores – dos sistemas de ensino, na perspectiva de qualificar o processo de avaliação dos alunos nas instituições de ensino, levando sempre em consideração as especificidades individuais de cada educando, garantindo a concepção de avaliação emancipatória e de progressão continuada nas propostas político-pedagógicas das escolas, superando a lógica da reprovação e da repetência, incidindo sobre os índices de evasão e distorção idade-escolaridade;

2.22 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, sob coordenação da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos(as) alunos(as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.23 Desenvolver formas de oferta do ensino fundamental, sob responsabilidade dos órgãos gestores dos sistemas de ensino – administradores e normatizadores –, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de trabalhadores que se dedicam a atividades de caráter itinerante;

2.24 Promover e garantir a construção de espaço físico adequado para as atividades, sob coordenação da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, em parceria com as universidades, atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional, articulados com planos estaduais e municipais, a fim de promover saúde e qualidade de vida aos educandos;

2.25 Oferecer o ensino fundamental de 9 (nove) anos em escolas indígenas, acessível para todas as comunidades Kaingang e Guarani, com espaços físicos escolares adequados e qualificados;

2.26 Qualificar as equipes pedagógicas das escolas e CREs nas questões específicas da Educação Escolar Indígena;

2.27 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas nas escolas indígenas e turmas indígenas considerando o ensino bilíngue (ensino onde a língua indígena e a língua portuguesa se constituem como línguas de instrução) em toda a educação básica;

2.28 Garantir formação inicial de professores indígenas Kaingang e Guarani, prioritariamente em licenciaturas interculturais, para a docência nos anos finais do ensino fundamental;

2.29 Estabelecer calendários e práticas pedagógicas que permitam a aprendizagem de estudantes de famílias indígenas itinerantes;

2.30 Constituir uma rede de apoio eficiente para atender os alunos com necessidades especiais e dificuldades de aprendizagem em tempo hábil, encaminhando para os devidos profissionais, quando for o caso, sem comprometer o desenvolvimento integral do mesmo;

2.31 Oferecer apoio pedagógico, em turno contrário, para os alunos de 1º (primeiro) ao 3º (terceiro) ano do ensino fundamental;

2.32 Fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio, inclusive psicossocial, à aprendizagem;

2.33 Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde, com estratégias específicas para as comunidades quilombolas, indígenas e rurais;

2.34 Ofertar programas de formação de pessoal especializado, de produção de material didático-pedagógico, paradidático e de desenvolvimento de currículos e programas específicos para a educação escolar nas comunidades indígenas e quilombolas, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das suas práticas, histórias e culturas; além da língua materna de cada comunidade indígena;

2.35 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, em prol da educação do campo e da educação quilombola e indígena;

2.36 Estimular a oferta dos anos iniciais do ensino fundamental para as populações do campo, quilombola e indígena em suas próprias comunidades;

2.37 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local e com as condições climáticas da região, respeitando as datas comemorativas, marcos históricos e eventos culturais de cada comunidade;

2.38 Assegurar, por meio de políticas de ação afirmativa, a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação básica, a exemplo da população negra, quilombola e indígena;

2.39 Fomentar programas de educação de jovens e adultos para a população urbana e do campo, respeitando o pertencimento etnicorracial, os conhecimentos e valores próprios desse público, na faixa etária de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, com qualificação social e profissional, para jovens que estejam fora da escola e com defasagem idade-série;

2.40 Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e qualquer forma de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

Meta 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até 2019, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 70% (setenta por cento) e, até o final do período de vigência deste PEE, para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias

3.1 Estabelecer, em regime de colaboração entre o Estado e os municípios, plano de ação para ampliação de vagas no ensino médio nas regiões e comunidades onde não houver cobertura de vagas suficientes para assegurar o direito de todos à educação, respeitando a orientação sexual e os direitos humanos, potencializando o uso dos espaços da rede estadual existentes ou utilizando os prédios das escolas municipais, quando houver salas de aula ociosas e adequadas, ou construir mais espaços, assegurando a continuidade de estudos a todos os estudantes que concluírem o ensino fundamental, em qualquer forma de organização curricular;

3.2 Fortalecer e aprimorar, por ações do Estado e municípios, os mecanismos que garantem o acesso e a frequência dos jovens à escola, através das redes de atendimento, conselhos tutelares, políticas de assistência e apoio aos jovens e suas famílias, a partir da vigência deste Plano;

3.3 Formular e implementar, sob responsabilidade da Seduc em articulação com municípios, progressivamente, política de gestão da infraestrutura no ensino médio que assegure:

a) o atendimento da totalidade dos egressos do ensino fundamental e a inclusão dos alunos com defasagem de idade e dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, bem como buscar recursos humanos especializados para atuar nesta área, no prazo de 3 (três) anos, a contar da vigência deste Plano;

b) a expansão gradual do número de matrículas no ensino médio de acordo com a demanda de vagas necessárias à universalização desta etapa, assim como aumento no número de docentes, a fim de suprir adequadamente esta demanda;

c) a correção de fluxo, alcançando, no prazo de 5 (cinco) anos, 70% (setenta por cento) e, até o final do Plano, 85% (oitenta e cinco por cento);

d) a estrutura das escolas nos recursos físicos, salas apropriadas para Artes, Educação Física e tecnologias;

3.4 Aprofundar e qualificar, sob responsabilidade da Seduc e Conselho Estadual de Educação (CEEd), os processos de reestruturação curricular em curso, orientando práticas pedagógicas com abordagens estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte;

3.5 Manter e ampliar, a partir da aprovação do Plano, programas e ações de correção de fluxo do ensino médio, por meio do acompanhamento individualizado do estudante com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como apoio pedagógico, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.6 Estruturar e fortalecer, no prazo de 1 (um) ano a partir da aprovação deste Plano, o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda no ensino médio, por meio de ações das Secretarias de Educação e escolas, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo da escola, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, esporte, saúde e proteção à adolescência e à juventude;

3.7 Promover estratégias sistemáticas, a partir da aprovação do Plano, em regime de colaboração entre Estado e municípios, para a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com as famílias ou responsáveis legais, os serviços de assistência social, saúde, esporte, cultura e proteção à adolescência e à juventude;

3.8 Redimensionar nos sistemas de ensino, com prioridade para o sistema estadual, por competência, no prazo de 1 (um) ano a partir da aprovação deste PEE, a oferta de ensino médio nos turnos diurno e noturno, ampliando as matrículas para Educação de Jovens e Adultos – EJA e potencializando a distribuição territorial das escolas e do atendimento ao

ensino médio, de forma a atender a demanda, em respeito às especificidades e necessidades dos(as) estudantes e das comunidades;

3.9 Constituir, em regime de colaboração entre Estado e municípios, formas para disponibilizar os espaços escolares à comunidade, também aos finais de semana, com acompanhamento de um profissional responsável pela escola, para que ali se desenvolvam atividades culturais, esportivas, recreativas e de qualificação, criando uma cultura da participação e do cuidado solidário e com o patrimônio público, no 1º (primeiro) ano de vigência do PEE;

3.10 Adaptar prédios escolares e viabilizar adaptação para o atendimento a alunos com deficiência, a contar da vigência deste Plano, autorizando o funcionamento, somente, de novas instituições de ensino que estejam dentro dos padrões normativos vigentes previstos em lei, por meio de ações das administradoras dos sistemas de ensino;

3.11 Orientar as unidades escolares, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, a organizar anualmente processos de avaliação institucional e monitoramento da aprendizagem dos estudantes, com dimensões e indicadores pautados nas diretrizes curriculares da educação básica, levando em consideração a realidade da comunidade escolar, visando ao alcance da meta em cada escola, a partir do 1º (primeiro) ano de vigência deste Plano;

3.12 Desenvolver, sob responsabilidade dos gestores dos sistemas de ensino – administradores e normatizadores –, programas de educação e de cultura para a população jovem da zona urbana e do campo, a partir dos 15 (quinze) anos, com o foco na qualificação social e profissional para aqueles que estejam com defasagem no fluxo escolar ou os que estão afastados da escola, estimulando a participação dos adolescentes e jovens nos cursos das áreas tecnológicas, científicas e artístico-culturais;

3.13 Criar, a partir da aprovação deste Plano, políticas e programas que instituam mecanismos para a redução dos índices de reprovação e de evasão, principalmente, nos cursos noturnos, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

3.14 Implementar, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais, fazendo constar nas propostas político-pedagógicas das instituições de ensino, práticas de avaliação na perspectiva emancipatória e da progressão continuada, que superem a repetência e reprovação;

3.15 Incentivar, por meio de ações dos órgãos gestores dos sistemas de ensino – administradores e normatizadores –, que as organizações representativas dos segmentos da comunidade escolar, Círculos de Pais e Mestres, Conselhos Escolares, Grêmios Estudantis e outros, sejam espaços de participação social na gestão democrática escolar e de exercício cotidiano da cidadania, garantindo espaços apropriados para estas atividades;

3.16 Implementar, sob coordenação dos órgãos gestores dos sistemas de ensino – administradores e normatizadores –, a partir da aprovação do PEE, políticas de prevenção à evasão motivada por preconceitos ou quaisquer formas de discriminação, fortalecendo redes e ações de proteção contra formas associadas de exclusão, articulando práticas solidárias na resolução de conflitos;

3.17 Expandir, sob responsabilidade dos órgãos gestores dos sistemas de ensino – administradores e normatizadores – o atendimento do ensino médio gratuito com qualidade social para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, a fim de atender a demanda;

3.18 Expandir o atendimento do ensino médio gratuito com qualidade social para as populações do campo, para as comunidades indígenas e quilombolas, respeitando as suas características, interesses e necessidades;

3.19 Estabelecer cursos específicos de ensino médio e de educação profissional em comunidades Kaingang embasados nos projetos de vida e de sustentabilidade das terras e comunidades indígenas;

3.20 Formular e implementar uma proposta específica Guarani de Ensino Médio e Educação Profissional;

3.21 Promover no ensino médio a acessibilidade de comunicação por meio de Libras, em turmas específicas de surdos ou com intérpretes de Libras em turmas ouvintes, possibilitando o ingresso e a permanência de estudantes surdos nesta etapa, estendendo o ensino de Libras às turmas ouvintes, bem como estimular o ensino de mais uma língua estrangeira;

3.22 Assegurar, pelas mantenedoras das redes e instituições de ensino, que, em 5 (cinco) anos, pelo menos 50% (cinquenta por cento) e, em 10 (dez) anos, a totalidade das escolas disponha de equipamentos tecnológicos e laboratórios de informática suficientes, com internet banda larga de conectividade e velocidade compatível com as necessidades, bem como supridos de “softwares” adequados à modernização da administração e para o apoio à melhoria do ensino e da aprendizagem;

3.23 Expandir a oferta de estágio para estudantes do ensino médio, preservando-se o seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à contextualização curricular e ao desenvolvimento para a vida cidadã e para o trabalho e criar programas de bolsas de estudo;

3.24 Oferecer, permanentemente, programas eficazes de qualificação para a equipe gestora e para os trabalhadores em educação das instituições de ensino médio, organizando programa emergencial de formação de professores para atuarem nas áreas de conhecimento com carência de recursos humanos habilitados, em parceria com instituições de ensino superior, visando à adequação dos currículos acadêmicos ao atendimento da pluralidade do ensino médio;

3.25 Assegurar a continuidade da implementação do princípio da integração entre cultura, ciência e trabalho como fundamento epistemológico e pedagógico, orientador da política curricular para o ensino médio, em todas as suas modalidades, que visa à formação dos estudantes e à constituição plena da sua cidadania;

3.26 Formar professores, por meio do Ensino Médio modalidade Normal, contemplando no currículo da modalidade as diretrizes para as políticas de inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação e surdos;

3.27 Aprimorar e aprofundar, a partir da aprovação deste PEE, a reorganização do ensino médio noturno, de forma a adequá-lo cada vez mais às características e necessidades dos estudantes trabalhadores, sem prejuízo à qualidade social de ensino, por meio das ações da Seduc e CEEd;

3.28 Aprimorar e implementar, por ações da Seduc, política de recursos humanos que permita suficiência de trabalhadores em educação, garantindo dinamicidade de oferta de cursos na educação profissional;

3.29 Contemplar, no currículo das escolas indígenas, a sustentabilidade ambiental, a preservação e o fortalecimento das identidades e práticas culturais, das línguas indígenas e dos métodos próprios de aprendizagem;

3.30 Edificar espaços adequados nas escolas indígenas e equipá-los com salas de recursos multifuncionais;

3.31 Manter o acesso a escolas especiais bilíngues, para surdos e deficientes auditivos;

3.32 Garantir a permanência dos alunos na escola, oferecendo acompanhamento pedagógico, aceleração de aprendizagem, recuperação paralela e recursos materiais e humanos que garantam a aprendizagem e a qualidade.

Meta 4 - A partir da vigência deste Plano, universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com total garantia de atendimento aos serviços especializados e também qualificação dos professores para o atendimento destas crianças.

Estratégias

4.1 Promover permanentemente, sob responsabilidade da Seduc em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, o atendimento educacional especializado a todas as crianças e adolescentes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, através da capacitação dos professores e adequação dos espaços físicos, observado o que dispõe a LDBEN/96, garantindo recursos humanos qualificados para acompanhar essas crianças, jovens e adultos em sala de aula para assessorar o professor;

4.2 Considerar, para fins de cálculo do valor por estudante no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos estudantes da rede pública que recebem atendimento educacional especializado complementar e suplementar, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.3 Ampliar sob coordenação da Seduc e em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, ao longo da vigência deste PEE, a implantação de salas de recursos multifuncionais e os recursos para a manutenção das mesmas, com adesão ao Programa do Governo Federal, fomentando a formação inicial e continuada de professores, profissionais qualificados para atendê-los e recursos multifuncionais para o atendimento educacional especializado na perspectiva da educação inclusiva, integrando na proposta pedagógica da escola regular o atendimento educacional especializado, assegurando a infraestrutura (salas de recursos multifuncionais), e estimulando a formação continuada de professores para esse atendimento especializado;

4.4 Garantir o direito de oferta e funcionamento da educação infantil nas escolas do campo;

4.5 Garantir a presença de profissionais de apoio e/ou monitor na sala de aula que possuam alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, nos casos onde são necessários, para garantia da autonomia desses sujeitos nos espaços escolares;

4.6 Garantir o acesso ao material especializado para cada tipo de deficiência dentro da sala de aula, oportunizando cursos de formação na área de educação especial;

4.7 Garantir atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo com o pleno acesso à educação a todos os alunos atendidos pela educação especial, com a formação e preparação da Comunidade Escolar (funcionários, professores, pais, etc.), em salas de recursos multifuncionais, escolas, escolas especiais, ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, a todos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, matriculados nos sistemas de educação básica, conforme necessidades identificadas por meio de avaliação, ouvidos os professores, as famílias e os estudantes, sob responsabilidade das mantenedoras das redes públicas e privadas;

4.8 Oferecer aos professores cursos de especialização para atendimento a alunos público alvo da educação especial na perspectiva inclusiva, incluindo indicadores nos sistemas de avaliação existentes para aferição de qualidade dos serviços e apoios pedagógicos especializados aos alunos público alvo da educação especial;

4.9 Implementar e expandir, a partir da aprovação do PEE, sob responsabilidade da Seduc, das Secretarias Municipais de Educação e das instituições de ensino superior, o estabelecimento de parcerias com centros, secretarias e serviços de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e escolas de educação básica, e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, ciências humanas e sociais, para

manter o trabalho dos professores da educação básica com os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, também dedicando especial atenção na formação e preparo dos professores das classes regulares de ensino que recebem os alunos com deficiência e que recebem atendimento na sala de recursos multifuncionais;

4.10 Criar, manter e ampliar, a partir da aprovação do PEE, ações e projetos que promovam a acessibilidade nas instituições públicas e privadas, garantindo, a partir do acesso, a permanência com aprendizagens dos estudantes com deficiências e transtorno do espectro autista, por meio das adequações arquitetônicas, da oferta de transportes públicos acessíveis, da disponibilidade de materiais didáticos próprios adequados e acessíveis e de recursos de tecnologia assistiva, equipe de profissionais capacitados, assegurando a perspectiva da educação inclusiva no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, bem como a identificação dos estudantes com altas habilidades e superdotação, sob responsabilidade das mantenedoras das instituições públicas e privadas, estabelecendo critérios para a inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, pois dependendo do grau de deficiência, alguns alunos somente têm condições de serem atendidos de forma satisfatória em escolas especiais;

4.11 Garantir, a partir da aprovação do PEE, a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 4 (quatro) anos a 17 (dezessete) anos de idade, em escolas e classes bilíngues e em classes comuns do ensino regular, nos termos do art. 22 do Decreto Federal n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, com ênfase na garantia de profissionais intérpretes de Libras – Língua Portuguesa por meio de concurso público, para cumprir o previsto neste artigo, inciso II, e nos artigos 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com

Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos, nas modalidades de ensino de educação infantil, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação do campo, quilombola e indígena nos municípios que possuem essa população e nas demais minorias, na educação básica e no ensino superior, sob responsabilidade das mantenedoras das instituições públicas e privadas e conveniadas, garantindo a capacitação de professores em cursos de Libras ou outro tipo de curso para ministrar suas aulas com propriedade;

4.12 Construir as línguas Kaingang e Guarani de sinais para estudantes surdos;

4.13 Garantir, a partir da aprovação do PEE, a oferta de educação inclusiva, em regime de colaboração entre as Secretarias do Estado e dos municípios e as redes de apoio aos sistemas educacionais, como a saúde, ação social e cidadania, para atender as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, promovendo a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado, garantindo aos profissionais do ensino regular a qualificação apropriada para atendimento desses alunos;

4.14 Garantir e fortalecer, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação da Seduc e em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos estudantes com deficiências, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, combatendo as situações de discriminação e preconceito, trabalhando dentro do currículo escolar, sempre problematizando as situações de preconceito, violência e discriminação, com vistas a novas condutas, equidade, procedimentos positivos, dando ao estabelecimento condições e oportunidades para discussão sobre o assunto para um sucesso educacional, com colaboração da comunidade escolar, famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde, segurança e justiça;

4.15 Promover, desenvolver e aprimorar, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação da Seduc, em parceria com IES e Centros de Tecnologia, Undime e instituições

de ensino superior, em conjunto com os professores da rede pública, pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como à melhoria das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, surdos e altas habilidades ou superdotação;

4.16 Desenvolver e promover, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação da Seduc e em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e instituições de ensino superior, o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, surdos e altas habilidades ou superdotação;

4.17 Promover, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação do Estado, municípios e instituições de ensino superior, a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as comunidades e famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiências, transtornos do espectro autista, surdos e altas habilidades ou superdotação, com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.18 Assegurar o direito à inclusão aos estudantes, apoiar as escolas públicas na adequação de espaços e recursos humanos, promovendo, por meio de ações da Seduc e das Secretarias Municipais de Educação, a partir da aprovação deste PEE, a efetiva criação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiências, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, garantindo a presença de professores no atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.19 Oferecer formação inicial para habilitar professores indígenas ao atendimento educacional especializado;

4.20 Promover, a partir da aprovação do PEE, por iniciativa da Seduc, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e o Ministério da Educação, censos escolares para obtenção de informações detalhadas sobre o perfil dos estudantes com deficiências, transtornos do espectro autista, surdos e altas habilidades ou superdotação com idade entre 4 (quatro) e 17 (dezessete) anos;

4.21 Promover e incentivar, a partir da aprovação do PEE, a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no “caput” do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de estudantes com deficiências, transtornos do espectro autista, surdos e altas habilidades ou superdotação;

4.22 Garantir, sob coordenação da Seduc em parceria com a Undime, um amplo debate público com as comunidades indígenas e suas lideranças, para a formulação de propostas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, bem como as discussões sobre a infraestrutura necessária para o seu funcionamento, conforme manifestação de interesse daquelas comunidades, garantindo-lhes a autonomia nas decisões e o cumprimento da legislação para a educação indígena nos municípios que possuem essa população e nas demais minorias;

4.23 Articular e realizar, a partir da aprovação deste Plano, nos sistemas de ensino do Estado, sob a coordenação da Seduc e parceria com Undime, diagnósticos da demanda por educação especial nas escolas do campo, nas comunidades indígenas e nas comunidades quilombolas e nas escolas de surdos, visando criar políticas estaduais e municipais de atendimento aos estudantes que necessitam de atendimento educacional especializado;

4.24 Promover o aprofundamento do debate, da formação, dos apoios pedagógicos e de recursos humanos, das tecnologias, da acessibilidade e da inclusão em todas as instâncias da sociedade para qualificar a inclusão escolar, considerando os diversos espaços como parte do processo inclusivo, consolidando o viés da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva;

4.25 Criar o Centro de Referência Estadual em Tecnologia Assistiva na atual sede do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP RS −, com foco na formação continuada docente e na assessoria técnico-pedagógica às escolas com matrículas de estudantes público alvo da educação especial;

4.26 Revitalizar e fortalecer as ações dos Centros Especializados – CAP (deficiência visual), NAAHs (altas habilidades ou superdotação) e CAS (surdez e deficiência auditiva);

4.27 Criar cargos no quadro de servidores técnicos do Rio Grande do Sul, contemplando atividades especializadas: revisor braile e transcritor braile, bem como o cargo e efetivação do concurso público para Monitores Escolares da Educação Inclusiva, exigindo como formação mínima curso técnico nas áreas educacionais;

4.28 Oferecer, através das mantenedoras, curso de capacitação para Monitores Escolares da Educação Inclusiva para instrumentalizá-los sobre o atendimento a educandos público alvo da educação especial/inclusiva;

4.29 Oferecer aos professores cursos de formação específica para atender a demanda de alunos com diversas deficiências e os superdotados;

4.30 Adotar, a partir da aprovação deste PEE, nos sistemas de ensino estadual e municipais, providências para que as crianças e os jovens com deficiência, transtornos do espectro autista, altas habilidades e superdotação, objeto da modalidade de educação especial na perspectiva da inclusão, residentes nas comunidades no campo, quilombolas, indígenas e nas demais minorias, também tenham acesso à educação básica, preferencialmente em escolas comuns das redes de ensino na própria comunidade ou próximas dela;

4.31 Definir e assegurar anualmente, sob coordenação da Seduc e em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e com as instituições privadas de ensino sem fins lucrativos, recursos orçamentários para adequar as unidades escolares com acessibilidade, equipamentos de informática e materiais didático-pedagógicos, apoiando a melhoria das aprendizagens, metodologias de ensino, recursos didáticos e processos de avaliação, tornando-os instrumentos de acessibilidade ao ensino pelos estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista, surdos e altas habilidades e superdotação, em consonância com o projeto político-pedagógico da escola;

4.32 Promover, a partir da aprovação deste PEE, sob responsabilidade da Seduc e das Secretarias Municipais de Educação, parcerias com instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção de propostas educacionais inclusivas que respeitem as identidades, especificidades e necessidades de cada grupo;

4.33 Garantir a formação continuada para qualificar professores indígenas nos municípios que possuem essa população, e as demais minorias, para atendimento educacional especializado sob responsabilidade da Seduc, em parceria com as instituições de ensino superior;

4.34 Promover a criação das línguas Kaingang e Guarani nos municípios que possuem essa população, e de sinais para estudantes surdos, sob responsabilidade da Seduc, em parceria com as instituições de ensino superior;

4.35 Garantir a matrícula, o acolhimento e a permanência do público-alvo da educação especial, nos anos finais e ensino médio na classe regular e no atendimento do AEE – Atendimento Educacional Especializado –, aos alunos oriundos da rede municipal de ensino e ou privada;

4.36 Estimular, através de espaços específicos nos sites da Secretaria Estadual de Educação e/ou das Secretarias Municipais de Educação, a partir da aprovação deste PEE, a publicação de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais

didáticos, equipamentos, recursos de tecnologia assistiva e que subsidiem a formulação de políticas públicas intersetoriais relacionadas às especificidades educacionais dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação;

4.37 Garantir, por meio de ações da Seduc e das Secretarias Municipais de Educação, a partir da aprovação deste PEE, que todos os estudantes com dificuldades de locomoção sejam atendidos pelo Transporte Escolar Acessível;

4.38 Incentivar, por meio de ações da Seduc e das Secretarias Municipais de Educação, a partir da aprovação deste PEE, a reflexão sobre metodologias e processos avaliativos dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação entre os professores, com o objetivo de desenvolver aprendizagens e reduzir reprovações;

4.39 Garantir e ampliar, por meio de ações da Seduc e das Secretarias Municipais de Educação, a partir da aprovação deste PEE, o atendimento educacional especializado para todos os jovens e adultos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação;

4.40 Agilizar e ampliar, por meio de ações das Secretarias da Saúde em parceria com as Secretarias de Educação, a partir da aprovação deste PEE, o atendimento e o diagnóstico de estudantes para a identificação de possíveis transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação;

4.41 Garantir, a partir da aprovação do PEE, a oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência auditiva de 4 (quatro) anos a 17 (dezessete) anos de idade, prioritariamente em escolas bilíngues, excepcionalmente em classes e escolas inclusivas com intérprete, nos termos do art. 22 do Decreto Federal n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005;

4.42 Garantir recursos públicos para adequação física, manutenção de profissionais habilitados e materiais necessários para a estimulação dos alunos em todas as escolas, visando ao atendimento do público-alvo da educação especial.

Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental, no prazo da vigência deste PEE, considerando o diagnóstico específico para o estabelecimento de metas locais.

Estratégias

5.1 Elaborar, no prazo de vigência de 1 (um) ano a partir da aprovação deste PEE, diagnóstico, considerando dados de alfabetização até o 3º (terceiro) ano do EF, formação docente dos professores, práticas pedagógicas e de avaliação, sob a responsabilidade das CRE/ Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

5.2 Elaborar um plano de ação, até o 2º (segundo) ano de vigência deste Plano, com base no diagnóstico realizado, que contemple percurso/trajetória com submetas por período, estratégias de práticas pedagógicas e avaliação, formação docente, em cada município, sob responsabilidade das CREs/Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

5.3 Estruturar e promover, sob responsabilidade articulada da Seduc com Secretarias Municipais de Educação, a organização do ensino fundamental de 9 (nove) anos com foco no ciclo de Desenvolvimento Humano nos 9 (nove) anos do ensino fundamental, sob a lógica da avaliação com progressão continuada, a partir da vigência deste Plano, fundamentado nas diretrizes curriculares desta etapa;

5.4 Estruturar e desenvolver os processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na educação infantil, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, independente do número de alunos da escola, a fim de garantir a

alfabetização plena de todas as crianças, por meio de ações da Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

5.5 Garantir, fazendo constar nas propostas político-pedagógicas das escolas, sob a responsabilidade dos órgãos gestores do sistema – administradores e normatizadores – a dimensão da ludicidade e do brincar incorporados à prática pedagógica nos currículos dos anos iniciais do EF, respeitando as características da faixa etária dos estudantes;

5.6 Desenvolver, no âmbito de cada sistema de ensino e na articulação entre os mesmos, tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.7 Garantir a alfabetização de crianças do campo, quilombolas e de populações itinerantes, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, com formação específica para professores com organização curricular e produção de materiais didáticos específicos, desenvolvendo instrumentos de acompanhamento e a identidade cultural das comunidades quilombolas;

5.8 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, dentro da carga horária de trabalho, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação “stricto sensu” e ações de formação continuada de professores para a alfabetização, sob coordenação da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, em parceria com as instituições de ensino superior, preferencialmente, as públicas federais e estadual, respeitando as orientações de uma educação para os direitos humanos, a contar da vigência do Plano;

5.9 Promover, por meio de ações da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, a alfabetização bilíngue das pessoas surdas, considerando as suas especificidades, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.10 Estimular, através de ações da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, a alfabetização das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, considerando as suas especificidades, sem estabelecimento de terminalidade temporal, com profissionais capacitados para desenvolver o trabalho;

5.11 Garantir, no âmbito de cada sistema de ensino, com o apoio da União, infraestrutura e política de recursos humanos, com foco na formação continuada e materiais que viabilizem o apoio necessário para a alfabetização de todos os estudantes até o 3º (terceiro) ano do EF;

5.12 Qualificar a alfabetização prioritariamente em língua indígena Kaingang ou Guarani e o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua nos anos iniciais do ensino fundamental para as comunidades indígenas;

5.13 Garantir formação inicial de professores alfabetizadores em curso normal Kaingang e curso normal Guarani;

5.14 Estimular a formação continuada dos educadores, com políticas educacionais que contemplem a alfabetização inicial, aliando os conhecimentos de novas tecnologias educacionais e práticas inovadoras considerando as especificidades de cada educando (quilombolas, indígenas, etc.);

5.15 Apoiar a alfabetização de crianças indígenas e quilombolas e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e das variações sociolinguísticas das comunidades quilombolas, quando for o caso.

Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

Estratégias

6.1 Elaborar, no 1º (primeiro) ano de vigência deste PEE, diagnóstico, em cada município, das condições e perspectivas de oferta de educação integral, em regime de colaboração, envolvendo CREs/Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

6.2 Elaborar, no 1º (primeiro) ano de vigência do PEE, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, plano de ação para a expansão e qualificação da educação em tempo integral, definindo submetas que permitam o alcance dos percentuais propostos em nível estadual, a partir de fundamentações conceituais sobre educação integral, ampliando para 47% (quarenta e sete por cento) de escolas e atendendo 20% (vinte por cento) dos estudantes até 2019 e cumprindo o alcance total da meta até o final da vigência do PEE, a partir de reestruturação do espaço físico, recursos humanos e financeiros;

6.3 Garantir a reorganização/adequação predial e curricular em todas as instituições de ensino, contemplando a acessibilidade e as dimensões indissociáveis do educar e cuidar e promovendo adequação que contemple a variabilidade didática, ludicidade, práticas esportivas e culturais, de informática e de meio ambiente, integradas ao projeto político-pedagógico e orientadas pela função da escola de promoção da formação integral, sob responsabilidade das mantenedoras;

6.4 Promover, em regime de colaboração, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de orientações de estudos e leituras e atividades multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, proporcionando o acesso à comunidade escolar aos bens culturais e, dessa forma, tornar a escola um ambiente de fruição, produção, difusão e capacitação artística, esportiva e tecnológica, tanto ao nível de profissionalização, quanto de apreciação, estudos e pesquisa para, dessa forma, contemplar a Política Nacional de Cultura Viva;

6.5 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios de aprendizagem, de ciências, salas de arte e de informática (com acesso banda larga

à rede mundial de computadores e com quantidade e qualidade suficiente de equipamentos), espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral como estratégia para garantir a permanência e sucesso de todos os estudantes, oferecendo atividades planejadas e contextualizadas, de acordo com o interesse e realidade do aluno, melhorando o seu desempenho e permanência na escola;

6.6 Fomentar a inclusão de práticas formais de educação musical nas escolas;

6.7 Fomentar parcerias com as instituições de ensino superior públicas para a formação continuada dos professores de música;

6.8 Transformar o Projeto Orquestras Estudantis, em andamento na rede estadual, em um programa estadual com recursos próprios, garantidos anualmente no orçamento estadual, prevendo meios de manutenção dos instrumentos e desenvolvimento de espaço próprio para as práticas musicais;

6.9 Concretizar, institucionalizar e manter nas redes de ensino, sob responsabilidade da Seduc e das Secretarias Municipais de Ensino, com a devida destinação de recursos financeiros, propostas pedagógicas que explorem o potencial educacional dos espaços fora das escolas, como práticas sistemáticas nos planejamentos pedagógicos da educação integral e adequados a cada região;

6.10 Garantir a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários, atelier de criação, por meio de ações

da Seduc e Secretarias de Educação, prevendo os recursos financeiros necessários e usar os espaços de fora da escola como recurso e não como obrigatoriedade;

6.11 Garantir às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas a oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais, sob coordenação da Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

6.12 Garantir que a implantação de educação em tempo integral nas comunidades indígenas seja uma decisão autônoma das mesmas, e se implementada na rede pública estadual, sejam garantidos espaços físicos apropriados, professores indígenas habilitados e estratégias pedagógicas diferenciadas;

6.13 Garantir, por meio de ações da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação para toda a educação básica, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.14 Incluir nos cursos de licenciatura voltados à educação formação para educação integral;

6.15 Promover em regime de colaboração, nas escolas públicas em tempo integral, jornada de trabalho dos professores em uma única escola;

6.16 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento aos estudantes, inclusive aqueles que necessitam de atendimento especializado, em todas as etapas da educação básica;

6.17 Elaborar, no 1º (primeiro) ano de vigência deste PEE, diagnóstico, em cada município, das condições e perspectivas de oferta de educação integral, com enfoque na área rural em suas especificidades e peculiaridades, em regime de colaboração, envolvendo CREs/Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

6.18 Adaptar a estrutura escolar para atender as novas tecnologias de informação e comunicação, aprofundando ações de atendimento a todas as etapas da educação básica, diversificando e ofertando recursos específicos para atender a todas as especificidades dos educandos;

6.19 Investir na estrutura das escolas, bem como na ampliação do quadro de professores e funcionários de forma que se tenha os subsídios básicos e necessários para atender a demanda à qual exige a implantação de educação em tempo integral.

Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias estaduais para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5.6	5.9	6.1	6.4
Anos Finais do Ensino Fundamental	5.1	5.3	5.6	5.8
Ensino Médio	4.6	5.1	5.3	5.5

Estratégias

7.1 Elaborar, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, no 1º (primeiro) ano de vigência deste PEE, diagnóstico detalhado, por município, em regime de colaboração, resguardadas as responsabilidades, composto por dados e análises, considerando o resultado do Ideb, formação docente, com habilitação em nível superior de graduação compatíveis com as fundamentações pedagógicas voltadas para a metodologia científica e formação integral do indivíduo, perfil dos estudantes e do corpo de profissionais da educação, das condições de infraestrutura das escolas, dos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, como peculiaridades históricas, sociais, culturais, linguísticas, econômicas e ambientais da comunidade, considerando as especificidades das modalidades de ensino; e outros indicadores apontados como pertinentes, sobre a situação e sua relação com a meta

estabelecida no PNE, com incentivo para fomentar a criação dos Fóruns Municipais de Educação como espaços de discussão e levantamento de dados para a execução da meta;

7.2 Elaborar, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PEE, considerando o diagnóstico realizado, plano de ação por município, em regime de colaboração, resguardadas as responsabilidades, focando o alcance das metas do Ideb, escalonando índices periódicos, articulados aos definidos no PEE;

7.3 Constituir sistemas de avaliação em todos os sistemas de ensino, sensíveis à complexidade dos processos educativos, que contemplem a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, sob a responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, visando à implantação de processo contínuo de avaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática, no prazo de 2 (dois) anos a partir da vigência deste Plano;

7.4 Promover, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, por meio de parcerias, a formação continuada dos profissionais da educação integral;

7.5 Elaborar um planejamento estratégico, sob responsabilidade da Seduc e da Undime, redefinindo formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

7.6 Formalizar e executar os Planos de Ações Articuladas – PAR – do Estado e dos municípios do Rio Grande do Sul, dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar com práticas e alternativas para novas aprendizagens, valorizando o profissional da educação;

7.7 Desenvolver, no âmbito dos sistemas de ensino, por meio de ações dos órgãos gestores – administradores e normatizadores – indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos, em conformidade com as diretrizes nacionais, promovendo periodicamente ampla divulgação dos resultados apresentados e considerando a realidade sociocultural;

7.8 Orientar e acompanhar, em regime de colaboração, por meio de ações articuladas da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média estadual, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PEE, as diferenças entre as médias dos índices do Estado e dos municípios;

7.9 Acompanhar e divulgar bienalmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de educação básica e aos sistemas de ensino do Estado e dos municípios, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação, promovendo um efetivo trabalho de melhoria dos índices da educação básica;

7.10 Incentivar o desenvolvimento, selecionar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, garantida a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para “softwares” livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.11 Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da

frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro –, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.12 Desenvolver pesquisas, no âmbito dos sistemas de ensino e em regime de colaboração, em parceria com as instituições de ensino superior e com os movimentos sociais, para o atendimento escolar da população do/no campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais;

7.13 Universalizar, até o 5º (quinto) ano de vigência deste PEE, o acesso à rede mundial de computadores em alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/estudante nas escolas da rede pública de educação básica;

7.14 Promover, estimular e desenvolver a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação, provendo formação continuada neste campo, a todos os professores, por meio de ações da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, garantindo formação dentro da carga horária do professor;

7.15 Ampliar, garantir e desenvolver programas e aprofundar ações de atendimento aos estudantes em todas as etapas da educação básica, com programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, por meio de ações articuladas entre os sistemas de ensino e órgãos afins;

7.16 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando mecanismos que garantam a implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

7.17 Informatizar integralmente a gestão das escolas públicas do sistema estadual e sistemas municipais de ensino, bem como manter programa estadual e municipal de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias de educação, em regime de colaboração, até 2020;

7.18 Garantir políticas de combate à violência na escola, em todas as dimensões, que fortaleçam a comunicação com a rede de proteção à criança e ao adolescente, articulando com as redes de saúde, assistência social, Secretaria da Segurança Pública e Ministério Público, promovendo a adoção das providências adequadas para cultivar a construção da cultura de paz e de afirmação dos direitos humanos e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade, com apoio efetivo dos órgãos competentes, profissionais especializados, para o andamento da qualidade do processo;

7.19 Implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

7.20 Garantir nos currículos escolares conteúdos e materiais didáticos e pedagógicos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis Federais n.ºS 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade etnicorracial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil;

7.21 Garantir o ensino das histórias e culturas indígenas nas redes de ensino, efetivado a partir das realidades e histórias locais, da participação e do protagonismo dos povos e comunidades Kaingang, Guarani, Charrua e Xokleng e com materiais didáticos elaborados a partir de seus pontos de vista;

7.22 Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural, a participação da comunidade na definição do modelo de

organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo, a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em Língua Portuguesa, a reestruturação e a aquisição de equipamentos, a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação e o atendimento em educação especial;

7.23 Contemplar a sustentabilidade ambiental, a preservação e o fortalecimento das identidades e práticas culturais, das línguas indígenas e dos métodos próprios de aprendizagem no currículo das escolas indígenas;

7.24 Qualificar o trabalho pedagógico através da formação continuada para todos os professores indígenas e da produção e edição de materiais didáticos específicos em línguas indígenas ou bilíngues;

7.25 Desenvolver currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar para as escolas do/no campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, nos municípios que possuem essa população incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiência, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

7.26 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos, ampliando o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais, por meio de ações do Fórum Estadual de Educação e Fóruns Municipais de Educação;

7.27 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional, por meio de articulação do Estado e dos municípios;

7.28 Universalizar, de forma articulada e sistematizada, entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.29 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos educadores e educandos, como condição para a melhoria da qualidade educacional, por meio de ações da Seduc e das Secretarias Municipais de Educação e Saúde;

7.30 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade, para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

7.31 Promover, por meio de ações dos órgãos administrativos e normativos dos sistemas, a regulação da oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

7.32 Garantir políticas de combate à violência mediante a identificação e supressão de todas e quaisquer fontes diretas ou indiretas geradoras de racismo, discriminação, xenofobia e intolerâncias correlatas, inclusive nos currículos, práticas e materiais didático-pedagógicos, para a construção de cultura de paz e ambiente dotado de segurança para a comunidade escolar;

7.33 Implantar, em regime de colaboração entre o Estado e municípios, ações e temas de educação fiscal, com vista à construção da cidadania nas escolas de educação básica da rede pública do Rio Grande do Sul;

7.34 Promoção de práticas “antibullying”, conforme a Lei n.º 13.474, de 28 de junho de 2010, que dispõe sobre o combate da prática de “bullying” por instituições de ensino e de educação infantil, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos.

Meta 8 - Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste PEE, para as populações do campo, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à superação da desigualdade educacional.

Estratégias

8.1 Institucionalizar programas, sob responsabilidade da Seduc e das Secretarias Municipais de Educação, a partir da aprovação deste PEE, que desenvolvam metodologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão, bem
como priorizar nesse acompanhamento os estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais apontados pela meta, bem como as
Pessoas com Deficiência − PCD −, tendo profissionais com aumento da carga horária;

8.2 Constituir, sob coordenação da Seduc e das Secretarias Municipais de Educação, no prazo de 1 (um) ano a partir da aprovação do PEE, um projeto estratégico de ações educativas regionais a serem desenvolvidas pelos sistemas de ensino do Rio Grande do Sul, que relacionem os índices de escolarização, renda e etnia para os segmentos populacionais considerados pela meta;

8.3 Implementar, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação da Seduc, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e instituições de ensino superior, com ampla divulgação, programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associando esses programas às estratégias sociais que possam garantir a continuidade da escolarização, com acesso gratuito ao ensino fundamental, ao ensino fundamental integrado à educação profissional, ao ensino médio e médio integrado à educação profissional para os jovens, adultos e idosos;

8.4 Promover, sob coordenação do Estado e municípios, em parceria com as áreas da saúde, assistência social, conselhos tutelares e Ministério Público, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados na meta, identificando motivos de afastamentos e colaborando com os sistemas e redes de ensino na garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública;

8.5 Acompanhar e monitorar o acesso às escolas, sob coordenação do Estado e municípios, e garantir apoio às famílias dos alunos que não frequentam a escola por negligência/falta de interesse, colaborando para a sua permanência e sucesso escolar (ter acesso e fazer com que o educando e família tenham um atendimento especializado e diferenciado para solucionar casos como uso de drogas, álcool e violência);

8.6 Adotar medidas, sob coordenação da Seduc e em diálogo com os sistemas de ensino, que assegurem o cumprimento do art. 6.º da Resolução CNE/CEB n.º 1/2002, quanto às responsabilidades dos Poderes Públicos na oferta de educação básica às comunidades do campo, devendo estabelecer formas de colaboração em seu planejamento e execução, tendo como objetivos a universalização do acesso, da permanência e do sucesso escolar com qualidade social em todos os níveis da educação básica;

8.7 Garantir, sob coordenação da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, a partir da aprovação deste PEE, que o ensino fundamental e o ensino médio sejam ofertados preferencialmente nas próprias comunidades rurais de origem, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento dos estudantes e que quando necessário o

deslocamento seja feito do campo para o campo, evitando-se, ao máximo, o deslocamento do campo para a cidade;

8.8 Garantir, sob coordenação da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio, integrado ou não à educação profissional técnica, que a nucleação no campo leve em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, considerando os processos dialógicos com as comunidades atendidas, respeitando seus valores e sua cultura;

8.9 Garantir às escolas do campo apoio pedagógico aos estudantes, cursos de formação aos docentes, bem como incluir condições infraestruturais adequadas, equipamentos e tecnologia, laboratórios, área de lazer e desporto conforme realidade local, evitando o deslocamento de estudantes do campo para a cidade;

8.10 Garantir formação permanente aos docentes de todos os sistemas de ensino, com oficinas que auxiliam os profissionais da educação na prática do dia a dia, dentro da carga horária de trabalho docente inclusive os que atuam em funções administrativas, em temas contemporâneos como os direitos humanos, os contextos sociais, culturais, ambientais, gênero e sexualidade, fortalecendo a função social da educação como indutora de práticas de respeito ao outro e como propulsora de ações solidárias que ajudem a desenvolver o espírito republicano, auxiliando a comunidade escolar no enfrentamento dos preconceitos, sob coordenação da Seduc em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, instituições privadas e instituições de ensino superior;

8.11 Colocar em prática, sob coordenação da Seduc e das Secretarias Municipais de Educação, a partir da aprovação deste PEE, política de formação continuada aos segmentos escolares, ampliando os espaços para reflexão nas escolas, que envolvam as famílias ou responsáveis legais, os estudantes e os profissionais da educação, docentes e não docentes, nas discussões sobre inclusão e questões de direitos humanos;

8.12 Promover condições, em regime de colaboração entre Seduc, Secretarias Municipais de Educação, instituições de ensino superior e mantenedoras de instituições privadas, à elaboração de propostas curriculares que incluam como temas transversais as questões de inclusão, direitos humanos, etnias, gênero e sexualidade, de modo a estimular as discussões sobre formas de superar as discriminações e os preconceitos;

8.13 Prover, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação em parceria com a União, as bibliotecas escolares com espaço físico e acervo composto por documentos, textos, livros, revistas e recursos audiovisuais, mídias digitais, que tenham como referência os estudos sobre inclusão, e direitos humanos;

8.14 Assegurar, sob responsabilidade da Seduc em parceria com a Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos, que o modelo de organização e gestão das escolas indígenas e comunidades surdas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e aprendizagem em acordo com a Resolução CNE/CEB n.º 5/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica;

8.15 Garantir, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação CEEd/RS, a construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a educação escolar indígena projeto orgânico e articulado na educação básica, com as especificidades dos processos educativos indígenas, considerando a importância das suas memórias históricas, das suas identidades étnicas e da valorização de suas línguas, ciências e culturas, em diálogo com os conhecimentos científicos, artísticos e culturais das sociedades não indígenas como prevê a legislação específica;

8.16 Orientar, sob supervisão e fiscalização da Seduc e dos Conselhos Estadual e Municipais de Educação, os sistemas de ensino do Estado e dos municípios a incluir, tanto nos processos de formação de professores indígenas e quilombolas, quanto no funcionamento da educação escolar indígena e quilombola nos municípios que possuem essa população, e as

demais minorias, a colaboração e atuação de especialistas em saberes tradicionais e membros das comunidades indígenas e quilombolas, referências culturais da memória coletiva;

8.17 Proceder, a partir da aprovação deste PEE, sob responsabilidade da Seduc em parceria com o Conselho Estadual de Educação, o reconhecimento oficial e a regularização legal das escolas localizadas nas terras indígenas e quilombolas, assegurando condições para que o cumprimento das exigências nos processos de criação, de autorização e de funcionamento dessas escolas possam ser cumpridos, bem como firmar medidas referentes ao estabelecimento de prazos para a implantação dos parâmetros curriculares específicos às escolas indígenas e quilombolas como prevê legislação específica;

8.18 Qualificar o trabalho pedagógico através da formação continuada para todos os professores indígenas e da produção e edição de materiais didáticos específicos em línguas indígenas ou bilíngues;

8.19 Universalizar, em 10 (dez) anos, sob responsabilidade da Seduc, a oferta da educação indígena equivalente aos anos iniciais do ensino fundamental em todas as comunidades indígenas do Rio Grande do Sul que assim o desejarem, e universalizar o acesso ao ensino fundamental na modalidade regular ou EJA em escolas indígenas incluindo atendimento para indígenas surdos e escolas quilombolas;

8.20 Implementar o atendimento do ensino fundamental e do ensino médio na modalidade educação de jovens e adultos, a partir da demanda e interesse das comunidades e escolas indígenas;

8.21 Manter nas comunidades indígenas programas bilíngues para alfabetização de adultos enquanto existir analfabetismo absoluto;

8.22 Assegurar, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, que em todos os sistemas de ensino público e privado sejam cumpridos os termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Resolução n.º 1/2004 do CNE/CP –, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental – Resolução n.º 2, de 15 de junho de 2012/MEC/CNE –, e das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Parecer n.º 8, de 30 de maio de 2012; diretrizes que devem ser observadas pelas instituições de ensino que atuam nos níveis e modalidades da educação básica e em especial por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores;

8.23 Desenvolver, a partir da aprovação deste PEE, políticas para os alunos negros, excluídos do sistema de ensino, criando um ambiente social mais favorável e com equidade, no qual a escola seja um espaço em que as discussões sobre etnia façam parte do cotidiano de modo a minimizar toda forma de evasão ou a exclusão por motivo de discriminação racial, promovendo ações que favoreçam a autoestima e a autoimagem do aluno negro, com enfoque no processo cultural e histórico, para que se possa discutir a formação das identidades étnicas no Brasil e no Rio Grande do Sul;

8.24 Assegurar que, no prazo de 1 (um) ano após a aprovação deste PEE, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, em parceria com as instituições de ensino superior, se implemente um programa de formação continuada, com metodologias específicas, para os educadores que trabalham em áreas remanescentes de quilombos rurais e urbanos e surdos, nos municípios que possuem essa população e as demais minorias com a capacitação continuada dos professores no tema da cultura afro-brasileira e nacional e da cultura surda;

8.25 Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos de modo a alcançar mínimo de 12 (doze) anos de estudo para as populações do campo, indígena e quilombola e outras minorias, e de regiões de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional;

8.26 Garantir, a partir da aprovação deste Plano, sob responsabilidade da Seduc em parceria com a Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos e sob a fiscalização do CEEd/RS, que a educação quilombola deva ser ofertada preferencialmente por

estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas nos termos da Resolução CNE/CEB n.º 8/2012 e em diálogo com a Lei Federal nº 11.645, de 10 março de 2008;

8.27 Assegurar, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação da Seduc, Secretarias Municipais de Educação, instituições de ensino superior e mantenedoras das instituições privadas de ensino, formação continuada com enfoque nas temáticas quilombolas, em todas as etapas da educação básica, pública e privada, compreendendo-as como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileira e do Rio Grande do Sul;

8.28 Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, sob responsabilidade da Seduc e do CEEd/RS e CMEs, que se cumpra em todos os sistemas de ensino do Rio Grande do Sul o art. 4.º da Resolução CNE/CP 1/2004, o qual prevê o diálogo com os "grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino";

8.29 Garantir, sob responsabilidade da Seduc, das Secretarias Municipais de Educação e das instituições de ensino superior, programas de formação inicial e continuada para os docentes atuarem na educação escolar quilombola, indígenas e de surdos, nos municípios que possuem essa população e as demais minorias, considerando que nessas escolas os quadros de professores e gestores tenham a presença prioritária preferencial de membros quilombolas, indígenas e de surdos, e que nesses espaços escolares se efetivem formas de gestão democrática com a participação das suas comunidades e lideranças;

8.30 Estabelecer programas permanentes, em parceria entre a União, Estado e municípios, que promovam a alfabetização de jovens e adultos;

8.31 Desenvolver, a partir da aprovação deste PEE, políticas para os excluídos do sistema de ensino, criando um ambiente social mais favorável e com equidade minimizando toda a forma de evasão ou exclusão por motivo de qualquer discriminação;

8.32 Garantir que 100% (cem por cento) dos professores que atuam na educação do campo tenham formação em nível superior até 2024;

8.33 Priorizar que licenciados em Educação do Campo e Educação Indígena tenham prioridade nos concursos públicos da área;

8.34 Garantir que a Licenciatura em Educação do Campo seja contemplada nos concursos públicos para atuação profissional na docência na educação básica;

8.35 Ampliar a oferta de ensino médio para comunidades indígenas em seus próprios territórios;

8.36 Garantir formas de participação de lideranças indígenas na educação escolar dessas comunidades valorizando o notório saber dessas lideranças;

8.37 Garantir que as provas dos concursos para atuação na educação de surdos sejam traduzidas em Libras para candidatos surdos;

8.38 Garantir que a educação pública estadual promova formas de participação e interlocução com grupos da diversidade;

8.39 Implantar em regime de colaboração, Estado e municípios, ações que adotem a pedagogia da alternância e interdisciplinaridade, viabilizando convênios e parcerias com Associações de Casas Familiares Rurais e Escola Família Agrícola, com vista à formação de agricultores familiares.

Meta 9 – Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 98% (noventa e oito por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PEE, universalizar a alfabetização e reduzir em 55% (cinquenta e cinco por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias

9.1 Garantir e ampliar, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação da Seduc e em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, a oferta gratuita da educação para jovens e adultos na modalidade de EJA, sobretudo de ensino médio, nos turnos diurno e noturno, fortalecendo o compromisso com a universalização da alfabetização com qualidade como política de Estado, que implica em viabilizar a continuidade dos estudos a todos os estudantes que não tiveram acesso à educação básica na idade própria e criar o cargo de tradutor e intérprete de Libras;

9.2 Realizar, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação da Seduc e em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, no 1º (primeiro) ano de vigência deste Plano, diagnóstico da situação dos jovens e adultos ouvintes e surdos com ensino fundamental e médio incompletos, identificando os números e as necessidades dos estudantes para que se tenha o conhecimento da demanda ativa por vagas e se assegure o adequado planejamento da oferta, considerando a faixa etária, o turno adequado e a variabilidade didático-metodológica de modo a garantir a oferta nos 3 (três) turnos de funcionamento das instituições de ensino;

9.3 Implantar, a partir da aprovação do PEE, sob responsabilidade da Seduc, programas de capacitação para a população jovem e adulta, ouvinte e surda, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal, articulando sistemas de ensino, rede federal de educação profissional e tecnológica, universidades, cooperativas e associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros tecnológicos de ensino, que favoreçam a efetiva inclusão tecnológica social e produtiva dessa população e ampliar o número de escolas de EJA voltadas para alfabetização e letramento;

9.4 Oferecer no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas da educação de jovens e adultos, no ensino fundamental, na formação integrada à educação profissional, através de bolsas de incentivo na rede privada ou pública de formação profissional através de convênios e parcerias, e no ensino médio;

9.5 Realizar, a partir da aprovação deste PEE, em parceria da União, Estado e municípios, o mapeamento sistemático da população analfabeta, por meio de censo educacional, visando localizar tal população, construindo estratégias de inclusão nas ações e programas de educação de jovens e adultos surdos e ouvintes;

9.6 Realizar periodicamente, sob responsabilidade dos sistemas de ensino do Estado e municípios, chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, surdos e ouvintes, com ampla divulgação e formas de busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com as organizações da sociedade civil;

9.7 Assegurar, a partir da aprovação deste PEE, que o sistema estadual de ensino, em regime de colaboração com os demais sistemas, entes federados e instituições de ensino superior, mantenham programas de formação de educadores de EJA, capacitados para atuar de acordo com o perfil dos estudantes, e habilitados ao exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, de forma a atender a demanda de instituições públicas e privadas envolvidas no esforço de universalização da alfabetização;

9.8 Implementar, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, ações de alfabetização para jovens e adultos, surdos e ouvintes, com garantia de continuidade da escolarização básica, estabelecendo mecanismo e incentivos que integrem, em regime de colaboração, os sistemas de ensino e os segmentos empregadores, públicos e privados, no sentido de promover e compatibilizar a jornada de trabalho dos trabalhadores com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.9 Assegurar, a partir da aprovação deste PEE, sob responsabilidade da Seduc, em articulação com as demais secretarias responsáveis pelo sistema prisional, a ampliação da oferta de EJA nas etapas do ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais do Estado, assegurando-se formação específica para os

docentes e a implementação das diretrizes nacionais referentes às pessoas privadas de liberdade, em regime de colaboração;

9.10 Apoiar e estimular técnica e financeiramente, a partir da aprovação deste PEE, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, em parceria com as instituições de ensino superior, preferencialmente as públicas federais e estadual, projetos inovadores que respeitem os direitos humanos, nas áreas da educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes, realizando anualmente o levantamento e a avaliação das experiências em alfabetização de jovens e adultos, surdos e ouvintes, que constituam referências para os esforços nacional, estadual e municipais contra o analfabetismo;

9.11 Garantir, por meio de ações da Seduc, Secretarias Municipais de Educação e instituições de ensino superior, nas políticas públicas de jovens e adultos, surdos e ouvintes, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de universalização da alfabetização, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiências dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento, da velhice e do Estatuto do Idoso nas escolas;

9.12 Assegurar, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação do Estado e municípios, a qualificação das ações de infraestrutura por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, que facilitem e qualifiquem as condições de estudo aos alunos da educação de jovens e adultos, surdos e ouvintes;

9.13 Estabelecer programas permanentes, em parceria entre União, Estado e municípios, que assegurem às escolas públicas de ensino fundamental e médio, localizadas em áreas caracterizadas por analfabetismo e baixa escolaridade, a oferta de projetos de alfabetização, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais propostas para a educação de jovens e adultos;

9.14 Manter nas comunidades indígenas programas bilíngues para alfabetização e educação de jovens e adultos, surdos e ouvintes, enquanto existir analfabetismo absoluto, e abordar a redução do analfabetismo funcional por meio da modalidade educação de jovens e adultos, sob responsabilidade da Seduc;

9.15 Abordar a redução do analfabetismo funcional por meio da modalidade educação de jovens e adultos.

Meta 10 – Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental e 50% (cinquenta por cento) das matrículas do ensino médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias

10.1 Implementar e monitorar programas de educação para os trabalhadores, sob coordenação da Seduc em parceria com as redes públicas federais, estaduais e municipais e instituições privadas de ensino, que garantam aos jovens e adultos surdos e ouvintes uma educação integrada à educação profissional nos níveis fundamental e médio, ampliando a oferta para as comunidades do interior para a garantia e manutenção do jovem na sua localidade;

10.2 Garantir, a partir da aprovação do Plano, sob responsabilidade do Sistema Estadual em parceria com os Sistemas Municipais de Educação, a oferta pública e gratuita de formação para trabalhadores, integrando formas da educação profissional com a educação de jovens e adultos, surdos e ouvintes, em todos os municípios, visando diminuir o número de analfabetos;

10.3 Realizar, a partir da aprovação deste PEE, a cada 2 (dois) anos, nos Sistemas Estadual e Municipais de Ensino do Rio Grande do Sul, diagnóstico e avaliação, com divulgação dos resultados, sobre a ação pedagógica desenvolvida pelos programas de educação de jovens e adultos surdos e ouvintes integrados à educação profissional,

constituindo indicadores que serão instrumentos de verificação das políticas para o cumprimento da meta;

10.4 Garantir, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação dos sistemas de educação, que haja integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, através de cursos gratuitos planejados de acordo com as características dos alunos da educação de jovens e adultos surdos e ouvintes, com possibilidade de encaminhamento para trabalho e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e demais minorias, inclusive na modalidade de educação a distância, favorecendo a troca de experiências entre elas;

10.5 Ampliar, a partir da aprovação deste PEE, em regime de colaboração entre União, Estado e municípios, a adesão do Rio Grande do Sul a programas nacionais de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas, que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista, surdos, altas habilidades ou superdotação;

10.6 Estimular, sob coordenação da Seduc e em parceria com os Sistemas de Ensino, a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, surdos e ouvintes, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, com inter-relações entre teoria e prática, nos eixos das ciências, do trabalho, das tecnologias, da cultura e cidadania, de forma a organizar os tempos e os espaços pedagógicos adequando-os às características desses estudantes, interdisciplinarmente;

10.7 Implementar, sob coordenação da Seduc e das Secretarias Municipais de Educação, mecanismos de reconhecimento dos saberes e das experiências dos jovens e adultos, surdos e ouvintes, trabalhadores, a serem considerados na integração curricular dos cursos de formação profissional e nos cursos técnicos de nível médio;

10.8 Promover, sob acompanhamento da Seduc, das Secretarias Municipais de Educação e das instituições de ensino superior, a produção de materiais didáticos e o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, que garantam subsídios teóricos e práticos para a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos, surdos e ouvintes, articulada à educação profissional, dotando as bibliotecas escolares de material multimídia para acesso à pesquisa e informação pela comunidade escolar;

10.9 Viabilizar, a partir da aprovação deste PEE, a adesão dos Sistemas de Educação Estadual e Municipais ao programa nacional de assistência ao estudante, que compreende ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico, que contribuem para garantir o acesso, a permanência, as aprendizagens e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos, surdos, ouvintes e demais minorias, articulada à educação profissional;

10.10 Reestruturar, a partir da aprovação deste PEE, sob responsabilidade da Seduc e das Secretarias Municipais de Educação em parceria com a União, as políticas para promoção da educação de jovens e adultos, surdos e ouvintes, integrada a educação profissional, no sentido da inclusão dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos do espectro autista e altas habilidades ou superdotação e demais minorias nessa modalidade**;**

10.11 Construir, a partir da aprovação deste PEE, formas de associar o ensino fundamental para jovens e adultos nas comunidades quilombolas, aos cursos de formação profissional, através de convênios entre Estado, municípios e entidades com finalidades profissionalizantes, articulando as políticas de educação de jovens e adultos, surdos e ouvintes e demais minorias às ações afirmativas e solidárias de geração de trabalho e renda;

10.12 Aproximar, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação da Seduc, a educação escolar indígena das propostas da educação de jovens e adultos, numa perspectiva de formação ampla, que favoreça o desenvolvimento de iniciativas na perspectiva da educação profissional, que possibilitem aos jovens e adultos indígenas e surdos e demais

minorias a atuarem nas atividades socioeconômicas e culturais de suas comunidades, com vistas à afirmação das identidades indígenas e da sustentabilidade em seus territórios;

10.13 Oferecer cursos específicos para Kaingang e/ou Guarani a partir das demandas e necessidades das comunidades indígenas, com infraestrutura e campus de institutos federais em terras indígenas, para além dos cursos já existentes;

10.14 Garantir, a partir da aprovação do Plano, sob coordenação da Seduc em parceria com as instituições do ensino superior, a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais e nas comunidades terapêuticas para tratamento e recuperação de dependentes químicos, assegurando-se, em regime de colaboração, formação específica para os professores que atuam nessa modalidade;

10.15 Implantar, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação da Seduc e das secretarias afins, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores e nas comunidades terapêuticas para tratamento e recuperação de dependentes químicos, a educação de jovens e adultos nos níveis fundamental e médio integrados com a educação profissional e ensino superior na modalidade educação a distância;

10.16 Ampliar a oferta da EJA, erradicar o analfabetismo absoluto e funcional na promoção do resgate da cidadania e no empoderamento das mulheres, a fim de romper com o ciclo de violência, principalmente, para a população das mulheres do campo, negras e mais pobres;

10.17 Ampliar a oferta de cursos de qualificação profissional para promover a autonomia econômica das mulheres do campo e da cidade, negras e mais pobres, conforme a demanda local e regional;

10.18 Implementar, a partir da aprovação deste PEE, sob coordenação da Seduc em parceria com as instituições de ensino superior, mecanismos permanentes de reconhecimento dos saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados nos diálogos pedagógicos e nas articulações com os currículos dos cursos de formação para a educação profissional e nos cursos técnicos de nível médio;

10.19 Prover, a partir da aprovação deste PEE, formação continuada e permanente dos professores que atuam na educação de jovens e adultos com cursos semi presenciais e/ou a distância, bem como dos professores do ensino comum que possuem alunos público alvo da educação especial nas turmas de ensino regular, ampliando programas de produção e fornecimento de material didático-pedagógicos adequados aos estudos nessa modalidade em nível de ensino fundamental e médio, sob responsabilidade da Secretaria Estadual da Educação em parceria com as instituições de ensino superior;

10.20 Associar educação de jovens e adultos e educação profissional em escolas indígenas, quilombolas e de surdos, visando à qualificação dos estudantes para atuar no atendimento das políticas públicas em saúde, saneamento, sustentabilidade ambiental ou outras, contribuindo para a produção do bem viver, sob responsabilidade da Seduc;

10.21 Associar educação de jovens e adultos e educação profissional em escolas indígenas visando à qualificação dos estudantes ao atendimento das políticas públicas em saúde, educação, saneamento, sustentabilidade ambiental ou outras, contribuindo para a produção do bem viver;

10.22 Garantir políticas curriculares com foco no direito à diversidade e afirmação dos direitos humanos, implementando em todas as instituições de ensino do Rio Grande do Sul o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal n.º 8.069/1990 –, da história e cultura afro-brasileira e indígena – Lei Federal n.º 11.645/2008, dos direitos humanos – Parecer CNE/CP n.º 08/2012 e Resolução n.º CNE/CP 01/2012, das questões ambientais – Lei Federal n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, fazendo constar nas propostas pedagógicas das escolas, sob responsabilidade da Seduc, Secretarias Municipais de Educação e instituições de ensino superior.

Meta 11 - Triplicar, até o último ano de vigência do PEE, as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade social da oferta e, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias

11.1 Elaborar planejamento conjunto de expansão da oferta, no 1º (primeiro) ano de vigência deste Plano, das matrículas de educação profissional técnica de nível médio, em articulação dos entes federados, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da EP, sob responsabilidade da Seduc e dos Institutos Federais de forma a ampliar, até 2019, 40.000 (quarenta mil) matrículas e até 2024 mais 52.676 (cinquenta e duas mil, seiscentas e setenta e seis) matrículas, alcançando, ao final deste Plano, 92.676 (noventa e duas mil, seiscentas e setenta e seis) matrículas no setor público;

11.2 Estabelecer, dentro de 2 (dois) anos, um sistema integrado de informações, parceria entre instituições governamentais e não governamentais, que oriente a política educacional para atender as necessidades e demandas regionais, conforme suas especificidades, de formação profissional inicial e continuada, sob responsabilidade da Seduc;

11.3 Assegurar, por meio de ações da Seduc, que a rede estadual de nível médio tenha condições plenas para implementar a EP integrada ao EM, na perspectiva da educação, politécnica e tecnológica, constituindo-se em referência de estruturas físicas, materiais, de formação e de condições de trabalho docente, com equipamentos e profissionais habilitados, valorizando de forma efetiva o trabalho docente;

11.4 Orientar, através dos órgãos gestores dos sistemas estadual e municipais de ensino– administrador e normativo – a avaliação institucional das unidades de ensino de EP, a partir de dimensões e indicadores que garantam a qualidade social da educação e a perspectiva da formação integral, focando no sucesso escolar, incidindo sobre as taxas de reprovação e abandono;

11.5 Estabelecer, por meio de ações dos órgãos gestores dos sistemas estadual e municipais de ensino – administrador e normativo – a partir da aprovação do PEE, mecanismos que garantam o cumprimento das diretrizes orientadoras dos processos de credenciamento das instituições, públicas e privadas, de educação profissional;

11.6 Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional e entidades sem fins lucrativos de atendimento às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, com atuação exclusiva na modalidade; sob responsabilidade das Secretarias de Educação garantida a participação das entidades representativas dos segmentos das comunidades escolares na definição do modelo de sistema e dos indicadores avaliativos; garantindo acesso ao diagnóstico disponibilizando recursos materiais e humanos suficientes a fim de manter a permanência e a acessibilidade dos educandos;

11.7 Implementar, a partir da aprovação do Plano, políticas de assistência estudantil, sob a responsabilidade da Seduc e dos Institutos Federais, que garantam as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio profissionalizante;

11.8 Estimular, a partir do 1º (primeiro) ano de vigência do PEE, a expansão de estágios na EP e no EM, preservando-se o caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do estudante, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude, articulado à frequência escolar e à aprendizagem;

11.9 Implementar políticas visando à superação das desigualdades etnicorraciais e regionais no acesso e na permanência na educação profissional técnica de nível médio, no setor público e privado, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei, por meio de ações dos órgãos gestores dos sistemas estadual e municipais de ensino administrador e normativo;

11.10 Ampliar, a partir da aprovação do PEE, as matrículas da EP integrada ao EM para as populações do campo, os povos indígenas e as comunidades quilombolas, nos municípios que possuem essa população, assegurando o atendimento, em instituições públicas, aos beneficiários de programas de assistência social, complementação de renda e economia solidária, sob responsabilidade da Seduc e dos Institutos Federais;

11.11 Oferecer cursos específicos para Kaingang e/ou Guarani a partir das demandas e necessidades das comunidades indígenas, com infraestrutura e campus de Institutos Federais em terras indígenas, para além das vagas nos cursos existentes;

11.12 Assegurar, a partir da aprovação do PEE, a oferta de educação profissional técnica de nível médio no setor público e privado, para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com possibilidade de certificação em terminalidade específica, por meio de ações dos órgãos gestores do sistema – administrador e normatizador;

11.13 Garantir, a partir da aprovação do PEE, acessibilidade de comunicação, por meio da Libras em turmas específicas de surdos ou com intérpretes de Libras em turmas ouvintes, bem como a formação em línguas de sinais na comunidade escolar do ensino médio, possibilitando o ingresso de estudantes surdos nas escolas públicas e privadas, sob responsabilidade dos órgãos gestores do sistema – administrador e normatizador;

11.14 Implementar, por meio de ações da Seduc, políticas de recursos humanos que garantam quadro técnico e pedagógico ou estágios para a efetividade de novos cursos criados em todos os eixos tecnológicos, conforme os Arranjos Produtivos Locais, a partir da aprovação deste Plano;

11.15 Promover, sob responsabilidade da Seduc e Institutos Federais, a articulação permanente entre as propostas pedagógicas e curriculares dos diferentes níveis de educação profissional e do ensino médio, com o objetivo de facilitar a integração vertical e horizontal das referidas propostas, na perspectiva da formação integral;

11.16 Potencializar, no ensino médio, sob responsabilidade da Seduc e Institutos Federais, a educação tecnológica e politécnica como fenômeno histórico atual, numa concepção de educação que tem o trabalho como princípio educativo, em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais e estaduais;

11.17 Realizar, anualmente, cursos, seminários e oficinas que relacionem as novas tecnologias e as novas profissões com os saberes e as formas de trabalhos existentes em cada comunidade, visando ao desenvolvimento de processos colaborativos entre conhecimento e produção;

11.18 Fortalecer, pela articulação da Seduc e Institutos Federais, no prazo de 1 (um) ano, políticas que estimulem a produção de novos conhecimentos, o desenvolvimento de pesquisas e o intercâmbio entre as escolas de educação profissional através de feiras, eventos de divulgação científica e criação de incubadoras tecnológicas comunitárias;

11.19 Expandir as matrículas de educação profissional na Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional e através de políticas afirmativas para redução das desigualdades etnicorraciais;

11.20 Expandir e fomentar o atendimento do ensino médio integrado à formação profissional, de acordo com as necessidades e interesses dos povos indígenas e quilombolas.

Meta 12 - Elevar a taxa bruta da matrícula na educação superior para 55% (cinquenta e cinco por cento) e a taxa líquida para 37% (trinta e sete por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público.

Estratégias

12.1 Constituir, no 1º (primeiro) ano de vigência deste Plano, um fórum que congregue todas as IES do Rio Grande do Sul, a Seduc e a Undime/RS, e a UNCME/RS visando à discussão de estratégias de implementação da meta e de avaliação sistemática, com a responsabilização de chamamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

12.2 Fomentar, por meio de ações do fórum citado na estratégia anterior, ações que aproximem as condições de oferta do setor público e privado;

12.3 Elaborar, sob responsabilidade das IES e em parceria com Seduc e Undime/RS, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PEE, plano de expansão de matrículas, observado o aumento de infraestrutura e de recursos humanos, de modo a alcançar 45% (quarenta e cinco por cento) até 2020 e 55% (cinquenta e cinco por cento) até 2024, em relação à taxa bruta, e 30% (trinta por cento) até 2020 e 37% (trinta e sete por cento) até 2024, em relação à taxa líquida;

12.4 Elaborar, sob responsabilidade das IES públicas, plano progressivo de expansão de matrículas, visando ao alcance de 40% (quarenta por cento) de expansão previsto na meta no setor público, otimizando e aumentando a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso e a permanência à graduação;

12.5 Considerar, no plano de expansão de matrículas referido na estratégia anterior, a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência, observadas as características regionais das micro e mesorregiões, definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, reduzindo as desigualdades da oferta no território estadual;

12.6 Elevar gradualmente, com qualidade, sob responsabilidade das IES públicas, levando em conta o conhecimento do aluno, a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais e elevar gradualmente sob a responsabilidade das IES públicas a taxa de conclusão média dos cursos de graduação não presenciais nas instituições públicas para 50% (cinquenta por cento) nas instituições públicas para 90% (noventa por cento);

12.7 Ofertar, a partir de ações das IES públicas, no mínimo um terço das vagas em cursos noturnos, mediante estratégias de aproveitamento de créditos e inovações acadêmicas que valorizem a aquisição de competências de nível superior;

12.8 Garantir a oferta, por meio de ações das IES públicas e em parceria com Seduc e Undime/RS, de educação superior pública e gratuita e de qualidade, prioritariamente às licenciaturas para a formação de professores e professoras da educação básica e para professores em serviço, sobretudo nas áreas com déficit de profissionais, com oferta de vagas em cursos noturnos presenciais ou EAD, ampliando a oferta de bolsas de iniciação à docência para estudantes de licenciatura;

12.9 Ampliar, sob responsabilidade das IES que atuam no Rio Grande do Sul, as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES –, de que trata a Lei Federal n.º 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais, e ampliar as taxas de acesso, através de cotas em instituições públicas, e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.10 Assegurar, por meio de ações das IES, no mínimo10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

12.11 Ampliar, por meio de ações das IES, em parceria com o Estado e municípios, a oferta de estágios como parte da formação na educação superior;

12.12 Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, por meio de políticas das IES em parceria com os movimentos sociais, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

12.13 Assegurar, por meio de planejamento de ações elaborado por cada IES, no 1º (primeiro) ano de vigência deste PEE, condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação, de forma a tornar acessíveis todos os prédios que ofertam IES até o final da vigência deste Plano;

12.14 Fomentar, a partir de ações do fórum de IES, estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais e históricas do Estado, de suas regiões e de seus municípios;

12.15 Consolidar e ampliar, por meio de ações das IES, programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

12.16 Expandir, por meio de planejamento e ações das IES, atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação ao acesso e à permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação junto a estas populações;

12.17 Mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, por meio de ações articuladas das IES, do Estado e dos municípios, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica e ampliar a oferta de cursos na Universidade Estadual, condizentes com as demandas regionais;

12.18 Institucionalizar, por meio de ações articuladas das IES, programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência disponibilizando profissionais habilitados para assessoramento;

12.19 Consolidar, a partir de ações articuladas das IES, processos seletivos regionais, em consonância com os nacionais, para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados;

12.20 Garantir estratégias, sob responsabilidade das IES públicas, para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública;

12.21 Estimular a expansão e reestruturação das IES estaduais e municipais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, sem prejuízo das IES Federais, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade fiscal e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes mantenedores na oferta e qualidade da educação básica, melhorando e ampliando a infraestrutura com apoio técnico e financeiro do Estado, incluindo instalações regionalizadas;

12.22 Fortalecer as redes físicas de bibliotecas e de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias estaduais de ciência, tecnologia e inovação;

12.23 Garantir, a partir de ações do fórum de IES, estudos e pesquisas no âmbito da formação de professores para a educação básica visando à proposição de novos cursos de licenciaturas que inovem em termos de desenhos curriculares e que sejam projetados em consonância aos reclames dos avanços contemporâneos do conhecimento, da ciência, e das artes;

12.24 Dar incentivo aos professores indígenas nos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado por meio da concessão de bolsas de estudos e de licenças de qualificação profissional para habilitá-los como formadores nas licenciaturas e cursos de pós-graduação indígenas;

12.25 Ampliar a oferta de vagas e melhorar a infraestrutura da UERGS, com ampliação da oferta de cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado;

12.26 Estimular a expansão e reestruturação das IES estaduais e federais cujo ensino seja gratuito, por meio de apoio técnico e financeiro dos Governos Estadual e Federal;

12.27 Discutir, junto ao fórum das IES, a reestruturação curricular dos cursos de licenciatura, para adequação da formação dos professores aos novos modelos de oferta de ensino (ciclos – politécnico, integrado, tics, etc);

12.28 Garantir licença para estudo, quando solicitada, sendo esta remunerada para o professor que cursar pós-graduação e oferecer cursos diversificados e novos de pós-graduação;

12.29 Priorizar a criação de novas instituições públicas à oferta de vagas em instituições privadas, evitando assim transferência de recursos públicos ao setor privado, o que não representa a ampliação efetiva de acesso;

12.30 Expandir atendimento específico a populações do campo, indígenas e quilombolas, em relação ao acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação junto a estas populações;

12.31 Assegurar, por meio de políticas de ação afirmativa, a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, a exemplo da população negra, quilombola e indígena;

12.32 Expandir, por meio de programas especiais, as ações afirmativas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso e permanência à educação superior de estudantes egressos de escolas públicas, negros e indígenas, apoiando seu sucesso acadêmico.

Meta 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 90% (noventa por cento), sendo, do total, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) doutores, valorizando esses profissionais com uma remuneração adequada, conforme praticada em IES.

Estratégias

13.1 Constituir, no primeiro ano de vigência deste Plano, um fórum que congregue todas as IES do Rio Grande do Sul, a Seduc e a Undime/RS, visando à discussão de estratégias de implementação da meta e de avaliação sistemática, com a responsabilização de chamamento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

13.2 Elaborar, sob responsabilidade das IES, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PEE, plano de ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de ES, de modo a ampliar progressivamente, para 85% (oitenta e cinco por cento) até 2020 e 90% (noventa por cento) até 2024, em relação aos mestres, e 40% (quarenta por cento) até 2020 e 45% (quarenta e cinco por cento) até 2024, em relação aos doutores;

13.3 Garantir, por meio de ações discutidas no fórum referido na estratégia anterior, aproximação progressiva dos percentuais entre instituições públicas e privadas do ES;

13.4 Estimular processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, através de ações do Fórum de IES, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação que orientem os eixos a serem fortalecidos, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente;

13.5 Promover e assegurar, sob responsabilidade articulada das IES e em parceria com a Seduc e Secretarias Municipais de Educação, a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos, combinando formação geral e

específica com a prática didática, além da educação para as relações etnicorraciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.6 Elevar, por meio de planejamento articulado das IES, o padrão de qualidade das instituições de ES, direcionando sua atividade, de modo que realizem, efetivamente, pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação “stricto sensu”;

13.7 Fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão articuladas com a realidade local.

Meta 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação “stricto sensu”, de modo a atingir a titulação anual de 6.000 (seis mil) mestres e 4.000 (quatro mil) doutores.

Estratégias

14.1 Constituir, no 1º (primeiro) ano de vigência deste Plano, um fórum que congregue todas as IES do Rio Grande do Sul, visando à discussão de estratégias de implementação da meta e de avaliação sistemática, com a responsabilização de chamamento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

14.2 Elaborar, sob responsabilidade das IES, até o 2º (segundo) ano de vigência deste PEE, plano de ampliação de matrículas na pós-graduação “stricto sensu”, observado o aumento de infraestrutura, de recursos humanos e financeiros, de modo a atingir a titulação anual de mestres de 4.200 (quatro mil e duzentos) até 2020 e 6.000 (seis mil) até 2024, e atingir a titulação anual de doutores de 1.800 (um mil e oitocentos) até 2020 e 4.000 (quatro mil) até 2024;

14.3 Estimular, por meio de ações articuladas das IES, a integração e a atuação entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – e as agências estaduais de fomento à pesquisa;

14.4 Expandir, por meio de planejamento articulado das IES, a oferta de cursos de pós-graduação “stricto sensu”, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância, oportunizando aos professores que têm interesse e atuam na rede pública cursar pós-graduação, “stricto sensu”, gratuitamente e com licença remunerada;

14.5 Implementar ações, sob responsabilidade articulada das IES que atuam no Estado, para reduzir as desigualdades etnicorraciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado;

14.6 Ampliar, sob responsabilidade compartilhada das IES públicas, a oferta de programas de pós-graduação “stricto sensu”, especialmente os de doutorado, nos “campi” novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;

14.7 Manter e expandir, por meio de planejamento articulado das IES, programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;

14.8 Elaborar, no 1º (primeiro) ano de vigência deste Plano, planejamento visando consolidar, por meio de ações articuladas das IES, programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;

14.9 Elaborar, no 1º (primeiro) ano de vigência deste Plano, planejamento visando promover, por meio de ações articuladas das IES, o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;

14.10 Elaborar, no 1º (primeiro) ano de vigência deste Plano, planejamento visando aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do Estado,

por meio de ações articuladas das IES, e o compromisso social da pesquisa estadual, visando à melhoria das condições de vida da população;

14.11 Incentivar e subsidiar o ingresso dos professores da rede pública do Rio Grande do Sul em cursos de mestrado e doutorado;

14.12 Ampliar a oferta de bolsas de estudos para os trabalhadores de educação para cursos de mestrado e doutorado.

Meta 15 - Implantar o Sistema Estadual de Formação e de Valorização dos Profissionais da Educação, no prazo de 1 (um) ano a partir da aprovação deste PEE, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior gratuita, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, até o 5º (quinto) ano de vigência desse Plano.

Estratégias

15.1 Garantir vagas gratuitas para a formação inicial, em nível médio e superior, de profissionais da educação, docentes e não docentes, considerando as aspirações profissionais detectadas a cada ano nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio, incluída a EJA, e o atendimento à demanda efetiva e diversificada por trabalhador da educação nas redes públicas e privadas;

15.2 Assegurar que cada mantenedora garanta o financiamento gratuito da formação em curso de formação de licenciatura a todos professores efetivos da educação básica que atuam na instituição e que não possuem formação específica no nível que atuam;

15.3 Constituir e implementar, sob a responsabilidade dos órgãos gestores dos sistemas estadual e municipais – administradores e normativos –, no prazo de 1 (um) a 3 (três) anos a partir da vigência do PEE, o Sistema Estadual de Formação e de Valorização dos Profissionais da Educação, em parceria com as instituições de ensino superior, com a proposição de formular políticas de formação e de valorização dos profissionais da educação dentro da carga horária dos professores, elaboradas em planos específicos, que assegurem preferencialmente a formação inicial presencial, admitindo-se formas de educação a distância para a formação continuada, atendendo também os profissionais sem formação pedagógica que atuam na rede pública, certificando complementação à formação anterior;

15.4 Construir, sob a responsabilidade da Seduc e da Undime, no prazo de 1 (um) ano a partir da aprovação do PEE, pesquisa sobre as necessidades de formação e de valorização dos profissionais em educação nos sistemas estadual e municipais, em parceria com as instituições de ensino superior ou instituições formalmente constituídas e com trabalho reconhecido na área, com a proposição de formar políticas de formação e de valorização dos profissionais da educação, elaboradas em planos específicos, que assegurem preferencialmente a formação inicial presencial, admitindo-se formas de educação a distância para a formação continuada constituindo as demandas internas de quem já atua na educação e a demanda potencial, considerando as necessidades de crescimento dos sistemas de ensino e áreas específicas com escassez de professores;

15.5 Congregar, sob a coordenação da Seduc, Undime e fórum das IES referido no Caderno Temático 3 – Eixo III – Acesso e expansão do Ensino Superior com qualidade social, esforços para garantir a formação docente em nível superior, definindo, em regime de colaboração, a atuação conjunta dos entes federados, suas obrigações recíprocas em consideração as necessidades de adequação à política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com incentivos financeiros e bolsas de estudos;

15.6 Implementar e assegurar cursos de formação, com financiamento público, para que todos os professores, no máximo, até 5 (cinco) anos de vigência deste Plano, tenham formação específica de nível superior com ênfase nas licenciaturas específicas e programas especiais, com base em plano estratégico de formação construído a partir do diagnóstico das

necessidades de formação dos profissionais da educação e da capacidade de atendimento, sob responsabilidade do fórum das IES;

15.7 Implementar, a partir da aprovação deste PEE, políticas construídas em regime de colaboração pelo Sistema Estadual de Formação e de Valorização do Profissional da Educação com as instituições de ensino superior, para a oferta de cursos presenciais, de ensino a distância – EAD – e programas especiais gratuitos e preferencialmente públicos, que assegurem formação inicial e continuada aos docentes em efetivo exercício, em instituições próximas as suas Coordenadorias de atuação, incluindo o mestrado e o doutorado, ampliando a divulgação dos programas de formação continuada para os professores de língua estrangeira, dentro de sua carga horária de trabalho e com incentivo financeiro para a pesquisa docente, bem como programas de complementação pedagógica para atender aos docentes em exercício que têm formação superior que não licenciatura, ou que possuam formação superior em licenciatura curta e assegurando que cada mantenedora garanta o financiamento gratuito da formação em curso de licenciatura a todos os professores efetivos da educação básica que atuam na instituição e que não possuem formação específica no nível que atuam;

15.8 Assegurar, com a aprovação deste PEE, através de articulação com as IES, o foco na formação do profissional, a partir de referenciais curriculares, que articulem a carga horária dos fundamentos constituintes das ciências da educação, com a parte especializada das áreas de conhecimento, incluindo a didática para a educação inclusiva, e a formação para a pesquisa pedagógica, configurando-se em metodologias e didáticas específicas, que respeitem as concepções da política nacional curricular com as questões regionais, estaduais e locais, possibilitando um quadro mais estável de permanência de profissionais;

15.9 Programar, sob responsabilidade da Seduc e Undime, a partir do 1º (primeiro) ano de vigência do PEE, projetos específicos de formação continuada, para Curso Normal/Magistério e licenciaturas inovadoras, para os profissionais da educação que atuam com as populações do campo, comunidades quilombolas, povos indígenas, populações itinerantes e populações privadas de liberdade, garantindo nos currículos de formação inicial e continuada o desenvolvimento de temáticas específicas relacionadas às diversidades, aos direitos humanos e a aplicação das Leis Federais n.^{os} 10.639/2003, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e 11.645/2008, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, adequando a abertura de vagas para os profissionais de educação de acordo com as realidades e necessidades locais;

15.10 Dar incentivo à implantação de cursos e programas para assegurar formação específica aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal e não licenciados em área de atuação de efetivo exercício;

15.11 Promover anualmente, sob coordenação da Seduc e Undime, o debate público com as instituições de ensino superior sobre as organizações curriculares dos cursos de licenciatura, na busca pela renovação pedagógica com foco no aprendizado, com carga horária em formação geral, com formação nas áreas do conhecimento e didáticas específicas, incorporando tecnologias da informação e da comunicação e enfatizando as diretrizescurriculares para a educação básica, bem como metodologias específicas para atuar com pesquisa e interdisciplinaridade e garantindo uma articulação entre os níveis de ensino;

15.12 Garantir nos cursos de licenciatura e na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica, no âmbito municipal, estadual e da União, no mínimo 40 (quarenta) horas de conteúdos referentes às temáticas da inclusão de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação, bem como recursos humanos, físicos e materiais suficientes para esse público e assegurando profissionais qualificados para auxiliar o professor na sua prática de sala de aula, de forma a possibilitar o pleno desenvolvimento do educando com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação, além de assegurar a formação continuada de monitores em auxílio ao professor;

15.13 Ampliar e assegurar, a partir da aprovação do PEE, a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológico de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação e de outros segmentos que não os do magistério;

15.14 Fomentar convênios entre o Governo do Estado e as IES, com recurso do Fundeb, para possibilitar aos professores da rede estadual de ensino o acesso a cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado;

15.15 Efetivar a formação inicial de professores alfabetizadores indígenas em Curso Normal Kaingang e Curso Normal Guarani;

15.16 Assegurar a formação inicial superior em serviço para habilitar professores indígenas, prioritariamente em cursos específicos; para viabilizar essa formação, é necessário adequar os calendários escolares das licenciaturas e das escolas indígenas e estruturar os cursos em alternância regular de períodos de estudos;

15.17 Constituir campus universitários em terras indígenas, com cursos voltados para os projetos de presente e de futuro dos povos e comunidades indígenas, para além das cotas ou vagas suplementares em instituições públicas de ensino superior e de políticas de permanência para estudantes indígenas já existentes;

15.18 Implementar programas específicos para formação de professores das populações do campo, comunidades quilombolas e povos indígenas, respeitando as peculiaridades regionais, buscando inclusive a Plataforma Freire;

15.19 Criar políticas públicas que subsidiem o ingresso e a permanência de alunos no curso normal em nível médio nas escolas públicas e privadas, pela comprovada eficácia histórica desta formação na preparação para a docência na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

Meta 16 - Formar, em nível de pós-graduação, prioritariamente desenvolvida por Instituição Pública de Ensino Superior EA1, 80% (oitenta por cento) dos professores e professoras da educação básica, até o último ano de vigência deste PEE, gratuitamente, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextos dos sistemas de ensino, expandindo a 100% (cem por cento) até o final de vigência deste Plano.

Estratégias

16.1 Assegurar tempo específico de estudo e planejamento durante o horário de trabalho, inclusive para os profissionais das séries iniciais do ensino fundamental;

16.2 Constituir e desenvolver, no 1º (primeiro) ano de vigência deste PEE, fórum das IES em parceria com Seduc, Undime, UNCME-RS e um representante de cada CRE com fins de planejamento e articulação e desenvolvimento visando à criação de um plano de ações para viabilizar o alcance da meta;

16.3 Definir, no fórum referido na estratégia anterior, a partir da aprovação deste PEE, diretrizes estaduais, áreas prioritárias e instituições formadoras, que em regime de colaboração, sob a responsabilidade da Seduc, da Undime e da UNCME/RS, farão o planejamento estratégico para o atendimento da demanda por formação em nível de pós-graduação, mestrado e doutorado, de professores da educação básica no Rio Grande do Sul, sendo esta formação voltada para cursos que contemplem temas relevantes para as diferentes áreas de atuação, universalizando a oferta a 100% (cem por cento) dos profissionais;

16.4 Assegurar aos professores, a partir da aprovação deste PEE, tempo específico para estudos e planejamentos, estabelecendo condições efetivas para o desenvolvimento de pesquisas e projetos acadêmicos e pedagógicos, que garantam a formação contínua de professores, por meio de investimentos do Estado e das redes privadas, facilitando o acesso às fontes de pesquisa e aos materiais de apoio pedagógico;

16.5 Assegurar e expandir o acesso aos programas de acervo de obras didáticas, paradidáticas, de literatura, de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, com cursos de formação nessas áreas, a serem disponibilizados para todos os profissionais da educação das instituições

de educação básica e ensino superior, garantindo o pleno funcionamento das bibliotecas escolares com profissional habilitado para seu gerenciamento;

16.6 Ampliar e consolidar, a partir do 1º (primeiro) ano de vigência do PEE, portais eletrônicos para subsidiarem a atuação dos professores e das professoras da educação básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato que assegure a acessibilidade plena de comunicação, garantindo o acesso à internet de qualidade, implementando portais eletrônicos para que o professor interaja com a mídia em um espaço em que ele construa e disponibilize subsídios pedagógicos para partilhar experiências/práticas didáticas com outros educadores/professores, proporcionando o ingresso e incentivo dos professores da rede pública em cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado nas universidades públicas, com bolsas e/ou afastamento integral para estudo, com recebimento de salário integral, sem restrições, após a conclusão do estágio probatório;

16.7 Constituir e assegurar, sob responsabilidade da Seduc e da Undime, nas redes públicas de educação básica, a partir do 1º (primeiro) ano de vigência deste PEE, o acompanhamento dos professores, supervisionados por profissionais habilitados na área específica e professoras iniciantes, incluindo-se os contratados, orientados por equipes multiprofissionais, da escola e da gestão, durante o estágio probatório, e oferecer nesse período cursos de aprofundamento de estudos nas áreas de atuação dos professores, com destaque para os conteúdos que compõem a base curricular nacional, as temáticas transversais, as especificidades locais e as metodologias de ensino de cada campo do saber; com carga horária mínima de 80 (oitenta) horas por ano, com acompanhamento do estágio probatório contínuo e permanente durante toda a duração do mesmo, encaminhando o estágio não capacitado ao curso de aperfeiçoamento;

16.8 Fomentar, nas redes públicas de educação básica, a partir do 1º (primeiro) ano de vigência deste PEE, o acompanhamento dos professores iniciantes, supervisionados por profissionais habilitados na área específica, da escola e da gestão, durante o estágio probatório, e oferecer nesse período cursos de aprofundamento de estudos nas áreas de atuação destes, com destaque para os conteúdos que compõem a base curricular nacional, as temáticas transversais, as especificidades locais e as metodologias de ensino de cada campo do saber e com carga horária e certificação para esta equipe;

16.9 Fomentar, nas instituições de educação superior, a partir do 1º (primeiro) ano de vigência deste PEE, o acompanhamento dos professores, supervisionados por profissionais habilitados na área específica iniciantes, supervisionados por equipes multiprofissionais, da escola e da gestão, durante o estágio probatório, e oferecer nesse período cursos de aprofundamento de estudos nas áreas de atuação dos professores, com destaque para os conteúdos que compõem a base curricular nacional, as temáticas transversais, as especificidades locais e as metodologias de ensino de cada campo do saber;

16.10 Construir, sob a responsabilidade dos sistemas de ensino, priorizando programas de incentivo à pesquisa que assegurem aos sistemas de ensino a formação de profissionais em pós-graduação, capacitados e/ou habilitados em todos os níveis e modalidades de ensino da educação básica, valorizando o conhecimento popular (primevos) que a escola/comunidade tem em seu meio garantindo que o conhecimento popular seja transformado em conhecimento sistematizado e prevendo a redução da carga horária equivalente a 50% (cinquenta por cento) do total de horas necessárias para o curso de pós-graduação, ou, alternativamente, garantir a aplicação da lei que prevê a redução da carga horária para qualificação profissional, que atualmente não é concedida pela falta de profissionais para substituição;

16.11 Implantar e desenvolver, sob responsabilidade da Seduc e Undime, no prazo de 1 (um) ano de vigência desta Lei, política estadual de formação continuada para funcionários de escola, construída em regime de colaboração com os sistemas de ensino, adotando o Programa Pro-funcionário com um programa institucional de formação dos servidores de escola, assegurando que tal política ofereça cursos técnicos de nível médio e

cursos superiores para as áreas de administração escolar, multimeios, manutenção da infraestrutura escolar e inclusive para a área da alimentação escolar, sem prejuízo de outras e garantindo financiamento das mantenedoras para os funcionários efetivos;

16.12 Estabelecer redução de carga horária em sala de aula, proporcionando tempo para estudos e planejamento e desenvolvimento de projetos pedagógicos;

16.13 Assegurar a formação inicial superior em serviço para habilitar professores indígenas, prioritariamente em cursos específicos, adequando os calendários escolares das licenciaturas e das escolas indígenas e estruturando os cursos em alternância regular de períodos de estudos;

16.14 Implementar políticas de ação afirmativa para redução de desigualdades etnicorraciais e regionais, favorecendo o acesso e a permanência dos professores da educação básica em programas de pós-graduação, em especial nos IFs, nas universidades públicas estaduais e federais, além de constar em todos os catálogos da Capes, CNPQ e Fapergs;

16.15 Promover e estimular a formação continuada aos professores da educação básica, em suas diversas áreas de atuação, ampliando a oferta de bolsas de estudos para pós-graduação dos professores e demais profissionais da educação básica, sem prejuízos ao seu tempo de serviço e financeiros.

Meta 17 - Valorizar o magistério público da educação básica, a fim de igualar o rendimento médio dos profissionais do magistério ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente e entre o próprio magistério nas diferentes redes e sistemas, até o final do 6º (sexto) ano de vigência deste PEE.

Meta 18 - Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inc. VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias

18.1 Manter as conquistas do plano de carreira do Magistério Público Estadual atual, garantindo direitos adquiridos e previstos em Lei e a valorização da carreira do magistério;

18.2 Determinar e assegurar, a partir da aprovação desse Plano, sob a coordenação da Seduc, Undime e UNCME/RS, a criação de comissões permanentes de estudos, formadas por profissionais da educação de todos os sistemas e redes de ensino no Estado e sindicatos das categorias dos trabalhadores – Cpers e Sinpro – para subsidiar os órgãos competentes na elaboração e implementação dos planos de carreira profissional, tendo como base o do Estado do Rio Grande do Sul, mantendo os direitos adquiridos;

18.3 Realizar anualmente, a partir do 2º (segundo) ano de vigência deste PEE, em regime de colaboração com o Ministério da Educação, sob a coordenação da Seduc e Undime e com a participação das instituições públicas de pesquisa, censo dos profissionais da educação básica e de outros segmentos da educação que não os do magistério que atuam no Rio Grande do Sul;

18.4 Assegurar aos profissionais indígenas da educação básica a realização de provas específicas em concursos públicos, com conteúdo e bibliografia próprios em línguas indígenas e Língua Portuguesa, e a nomeação dos concursados;

18.5 Considerar as especificidades culturais e linguísticas Kaingang e Guarani no provimento de cargos temporários e efetivos de professores, funcionários e equipes diretivas;

18.6 Cumprir a Lei Federal do Piso Nacional do Magistério, assegurada a assistência financeira específica da União ao Estado e municípios;

18.7 Buscar parcerias entre União (Universidades Federais, Particulares), Estado e município para que todos os professores das redes estaduais e municipais obtenham curso em nível de graduação e pós-graduação (mínimo de especialização) com bolsas de estudos,

disponibilidade de tempo para estudos, aperfeiçoando assim o nível de profissionalização dos docentes, através de cursos a distância, bem como valorização salarial para que esse aperfeiçoamento ocorra;

18.8 Implantar e garantir, com o Planejamento Participativo, a gestão plena da educação, assegurando a construção coletiva do gerenciamento de recursos e verbas destinadas à educação;

18.9 Garantir a aplicação do PSPN conforme o art. 206 da Constituição Federal para todos os profissionais da educação devidamente profissionalizados;

18.10 Considerar as especificidades socioculturais dos povos indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para as escolas dessas populações.

Meta 19 - Assegurar condições, sob responsabilidade dos sistemas de ensino, durante a vigência do Plano, para a efetivação da gestão democrática da educação pública e do regime de colaboração, através do fortalecimento de conselhos de participação e controle social, e da gestão democrática escolar, considerando 3 (três) pilares, no âmbito das escolas públicas: conselhos escolares, descentralização de recursos e progressivos mecanismos de autonomia financeira e administrativa e provimento democrático da função de gestor, prevendo recursos e apoio técnico da União, bem como recursos próprios da esfera estadual e municipal, para a manutenção dos respectivos conselhos de educação.

Estratégias

19.1 Focalizar o apoio da esfera estadual, Undime e UNCME nos municípios que não possuem Conselhos Municipais de Educação e sistemas municipais de ensino instituídos, subsidiando com apoio técnico, monitoramento e formação, constituindo sistemas municipais de ensino em 80% (oitenta por cento) dos municípios, no prazo de 2 (dois) anos após a aprovação do PEE, buscando atingir 100% (cem por cento) dos municípios no final de vigência do PEE;

19.2 Construir diagnóstico da situação da gestão democrática em todos os municípios do Estado, no prazo de 1 (um) ano a partir da aprovação do PEE, sob a responsabilidade da UNCME-RS, Undime, Seduc e CEEd/RS;

19.3 mplantar, implementar e fiscalizar lei de gestão democrática nas escolas públicas, sob a responsabilidade e suporte técnico da Seduc e Undime, constando 3 (três) pilares: conselhos escolares, descentralização de recursos principalmente no que tange à alimentação escolar e provimento democrático da função de direção de escola, pertinente a professores e funcionários lotados na instituição de ensino, garantindo consulta pública à comunidade escolar através do processo de eleição envolvendo toda a comunidade escolar com proporcionalidades igualitárias –

50% (cinquenta por cento) segmento de pais e alunos mais 50% (cinquenta por cento) segmento de professores e funcionários –, em todos os municípios do Estado, no prazo de 1 (um) ano a contar da aprovação do PEE sob responsabilidade dos órgãos administradores dos sistemas ou Secretarias Municipais de Educação;

19.4 Garantir a manutenção e o fortalecimento dos conselhos escolares, como instrumentos de participação, deliberação, construção do projeto político-pedagógico, acompanhamento conjunto do processo escolar e do desempenho escolar dos educandos, assim como, avaliação e ética fiscalização na gestão escolar nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira, inclusive por meio de programas de efetiva formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo; em regime de colaboração entre os 3 (três) entes federados, determinando às CREs a formação e orientação dos conselhos escolares, garantindo a atuação dos mesmos como instrumento democrático de participação da comunidade escolar, procurando meios de incentivar a plena participação da comunidade escolar;

19.5 Constituir sistemas de avaliação participativos analisados e aprovados por parecer do seu respectivo órgão normativo, que incluam a avaliação interna e externa das

instituições e dos servidores, com mecanismos de avaliação que não incluam provas específicas aos servidores, a partir de uma produção coletiva de acordo com cada realidade interna e externa das instituições e dos servidores, e que nesse caso seja avaliado o desempenho e dedicação do próprio servidor e não os resultados obtidos junto aos alunos, com ênfase nos aspectos qualitativos sobre as quantitativos, considerando o contexto socioeconômico, no prazo de 5 (cinco) anos da vigência do PEE, sob responsabilidade das Secretarias de Educação, garantida a participação das entidades representativas dos segmentos das comunidades escolares na definição do modelo de sistema e dos indicadores avaliativos, com a finalidade de diagnosticar a realidade, para embasar o planejamento e permitir a implementação de uma educação com qualidade social, respeitando as particularidades, incluindo direito de autodefesa aos servidores, sob responsabilidade das Secretarias de Educação, garantida a participação das entidades representativas dos segmentos das comunidades escolares na definição do modelo de sistema e dos indicadores avaliativos, garantindo acesso ao diagnóstico, junto à comunidade escolar;

19.6 Estimular a constituição e fortalecer os Conselhos de Educação já existentes, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, quadro de recursos humanos disponíveis, equipamentos e meios de transporte para verificações periódicas na rede escolar, com vistas ao desempenho de suas funções; os mesmos deverão dispor de horários disponíveis para poder exercer de fato as funções de fiscalização e acompanhamento, registrando os resultados das metas propostas em relatórios apresentados com comprovação das ações de seus trabalhos, assegurando o mínimo de 20 (vinte) horas semanais de dedicação exclusiva de trabalho aos CMEs, se estes forem funcionários públicos municipais e 40 (quarenta) horas semanais se, além da Presidência, o Conselho acumular a função de Coordenador Regional da UNCME-RS ou for membro da Diretoria, tendo em vista a efetiva aproximação entre Conselho de Educação e instituições de ensino;

19.7 Ampliar, reforçar e viabilizar os programas de apoio e formação continuada aos conselheiros dos Conselhos de Educação, através de ações articuladas entre União, esfera estadual e municípios, com oferta semestral;

19.8 Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para verificações à rede escolar, com vistas ao desempenho de suas funções;

19.9 Fortalecer, acompanhar e consolidar a autonomia, a estrutura e o funcionamento dos CMEs, construindo banco de dados com atualização sistemática inclusive com a divulgação das atribuições, agendamentos de discussões e plenárias, com responsabilidade da UNCME-RS, em regime de colaboração com CEEd, Undime e Seduc, semestralmente, em parceria com o Tribunal de Contas do Estado – TCE/RS −;

19.10 Ampliar, estimular e fortalecer o Fórum Estadual de Educação bem como os fóruns municipais já existentes e incentivar municípios que não possuem a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais, efetuar o acompanhamento da execução deste PEE e dos seus Planos Municipais de Educação de forma a assegurar o estabelecido no Plano Nacional de Educação sob a responsabilidade dos órgãos gestores dos sistemas de ensino;

19.11 Respeitar e incentivar a livre organização estudantil na educação básica e superior, assegurando-se, inclusive, espaço adequado e condições de funcionamento para suas entidades representativas, fortalecendo a sua articulação orgânica com as instâncias da comunidade escolar, em especial com os espaços de deliberação colegiada de gestão escolar e acadêmica, por meio das respectivas representações para que os jovens criem consciência social, política e cidadã;

19.12 Respeitar e incentivar a participação de familiares, pais, mães ou responsáveis e estudantes na educação básica, assegurando-se, inclusive, espaço adequado e condições de

funcionamento para suas entidades representativas, fortalecendo a sua articulação orgânica nas instâncias da comunidade escolar, em especial por fiscalização colegiada de gestão, por meio das respectivas representações a fim de colaborarem com o crescimento e aperfeiçoamento da escola;

19.13 Respeitar e incentivar a livre organização dos trabalhadores em educação, assegurando-se, inclusive, espaço adequado e condições de funcionamento para suas entidades representativas, fortalecendo a sua articulação orgânica com as instâncias da comunidade educacional e escolar, em especial com os espaços de deliberação colegiada de gestão escolar e acadêmica, por meio das respectivas representações buscando sempre melhorar as condições da educação pública ou privada em todos os níveis;

19.14 Promover, viabilizar, fortalecer e garantir a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos, pais, mães ou responsáveis na formulação e apreciação dos projetos político-pedagógicos e regimentos escolares, currículos escolares, planos de gestão escolar, assegurando às contribuições a participação de todos os segmentos da comunidade no planejamento e na avaliação institucional já que são os maiores envolvidos neste processo, sob a responsabilidade dos sistemas educacionais e das unidades de ensino;

19.15 Implantar, implementar, fortalecer, ampliar, estimular e promover políticas de formação continuada de diretores e gestores escolares, professores e servidores, no município onde exercem suas funções, a fim de qualificar bem como dar o suporte necessário a sua atuação na dimensão político-pedagógica, administrativa e financeira da instituição, com oferta continuada, através do regime de colaboração e de ações próprias de cada ente federado para garantir administrações mais eficientes;

19.16 Garantir o direito às formas específicas de gestão, de modo a promover a participação social ampla na gestão democrática escolar, respeitando as necessidades e os costumes de grupos culturais e sociais – tais como cidadãos do campo e membros de populações
tradicionais quilombolas – e o processo educativo desenvolvido junto às pessoas privadas de sua liberdade, utilizando a pesquisa socioantropológica, para uma atuação específica e de estudo real das comunidades locais;

19.17 Promover a gestão da educação pública por meios e métodos que não estejam baseados na introdução da lógica dos negócios e de mercado nos assuntos educacionais, mas afirmando sua especificidade na formação integral do cidadão;

19.18 Fortalecer, instrumentalizar e garantir os órgãos administradores dos sistemas nas suas funções de parceria, fiscalização, acompanhamento e assessoramento das instituições públicas e privadas de ensino, buscando a qualidade social da educação fundamentada na concepção de educação como direito de todos, formação integral e cidadã definida neste Plano de Educação;

19.19 Realizar levantamento das instituições de ensino em funcionamento nos sistemas de ensino, no prazo de 2 (dois) anos, em regime de colaboração e parcerias entre órgãos governamentais e instituições e entidades afins sob responsabilidade do Estado e municípios;

19.20 Criar, credenciar, fiscalizar e autorizar todas as instituições de ensino em seus respectivos sistemas de ensino, durante a vigência deste PEE;

19.21 Estabelecer fóruns permanentes e torná-los públicos entre os entes federados e entre municípios para planejamento, replanejamento, rearticulação, avaliação e monitoramento das metas do PEE, estabelecendo um ciclo sistemático de políticas educacionais articuladas;

19.22 Realizar levantamento e registro, sob responsabilidade da Seduc e Undime/RS, de todas as ações realizadas em regime de colaboração, na direção vertical e horizontal, durante os anos de vigência, juntamente com o diagnóstico de novas demandas e estabelecimento de potenciais/possíveis ações;

19.23 Desenvolver e avaliar, sob responsabilidade da Seduc e Undime/RS e da UNCME-RS, as ações em curso, em regime de colaboração e parcerias, redimensionando-as

em um planejamento articulado das meso e microrregiões do Estado do Rio Grande do Sul, através da instituição de Comissão para este fim;

19.24 Fortalecer e cumprir as ações conjuntas, dos diferentes entes e órgãos afins, objetivando a superação da infrequência e da evasão escolar realizando campanhas direcionadas às famílias, na busca de maior conscientização da importância da frequência escolar, e a qualificação da aprendizagem, ofertando atividades pedagógicas, recreativas e desportivas, em turno inverso, com profissionais capacitados e a construção de espaços físicos que possibilitem o desenvolvimento integral dos estudantes, sob responsabilidade dos órgãos administradores e normatizadores dos sistemas, em parcerias com outras instituições afins, estimulando a implantação da FICAI ON LINE em todas as instituições de ensino e garantindo o acesso com acompanhamento de qualidade e aprendizado;

19.25 Fortalecer as ações conjuntas para a garantia do acesso, permanência e sucesso, dentre elas o recenseamento e a chamada pública na educação básica obrigatória, sob responsabilidade dos órgãos administradores e normatizadores dos sistemas, em parcerias com outras instituições afins, incentivando campanhas principalmente junto às comunidades carentes do nosso Estado e transporte escolar de qualidade;

19.26 Garantir a paridade de representações dos diferentes segmentos da sociedade civil e comunidade educacional nos Conselhos Municipais de Educação e colegiados escolares, coibindo a hegemonia de qualquer setor.

Meta 20 - Garantir o investimento público em educação pública, assegurando a competência de cada ente federado, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do PIB do País no 5.º (quinto) ano de vigência deste PEE, e o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias

20.1 Elaborar, no prazo do 1º (primeiro) ano de vigência do PEE, em regime de colaboração entre os entes federados, sob a coordenação da Seduc, Undime/RS e UNCME/RS, plano prevendo novas fontes de recursos e investimentos relativos aos percentuais do PIB do Estado e dos municípios, aumentando os percentuais do PIB com o objetivo de aportar os recursos necessários para a composição da meta nacional;

20.2 Desenvolver, definir e acompanhar regularmente indicadores de investimentos e tipos de despesas per capita por aluno em todas as etapas da educação pública;

20.3 Garantir, a partir da aprovação deste PEE, em regime de colaboração, a formulação de políticas públicas federais, estaduais e municipais, que assegurem fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para a educação básica e a educação superior, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e do § 1.º do art. 75 da Lei Federal n.º 9.394/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais em diálogo com o padrão de qualidade nacional, construindo instrumentos legais que possibilitem a aplicação de recursos, na educação pública, de ente federado distinto ao de sua responsabilidade (Ex. município para escolas do Estado e vice-versa);

20.4 Destinar à manutenção e ao desenvolvimento do ensino público, com prioridade para a educação básica, os recursos oriundos do Fundo Estadual para o Desenvolvimento Social através das receitas recebidas da União e decorrentes da exploração de petróleo e gás natural, de acordo com a Emenda Constitucional n.º 70 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, para garantir maior qualidade na educação, sendo prioritariamente para o pagamento do Piso Salarial Nacional;

20.5 Buscar alternativas para que se apliquem recursos públicos apenas em escolas públicas, com planejamento para que os governos assumam a oferta educacional de modo progressivo, substituindo o atual financiamento às instituições privadas através de convênios, renúncia fiscal e outras formas;

20.6 Fortalecer, a partir da aprovação deste Plano, os mecanismos e os instrumentos que possam assegurar a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb e demais conselhos, em regime de colaboração entre a as Secretarias Municipal e Estadual de Educação e o TCE-RS;

20.7 Aperfeiçoar e ampliar, a partir da aprovação deste Plano, sob coordenação da Seduc em parceria das Secretarias Municipais de Educação e com o TCE-RS, mecanismos de acompanhamento da arrecadação de impostos e das transferências de recursos e da contribuição social do salário-educação, possibilitando que os Conselhos Municipais de Educação, que possuem a competência de acompanhamento de controle social e fiscalização, possam exercer suas funções de fiscalização e de controle social na aplicação adequada dos recursos destinados à educação;

20.8 Definir, no prazo de 1 (um) ano da vigência deste PEE, sob coordenação da Seduc, da Undime/RS, do Conselho Estadual de Educação e da UNCME/RS, normas relativas aos padrões mínimos de qualidade de ensino para a educação básica pública, os quais serão referência para o estabelecimento do Custo Aluno Qualidade – CAQ –;

20.9 Implementar, a partir da regulamentação nas esferas nacional e estadual, o CAQ como parâmetro para o financiamento da educação em todas etapas e modalidades da educação básica no Estado, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais e investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública;

20.10 Intensificar a fiscalização do emprego dos recursos atentando para as diferenças de arrecadação dos municípios em relação ao número de alunos matriculados, elevar o valor per capita no que se refere ao CAQ, proporcionando maior qualidade no atendimento ao aluno;

20.11 Tornar obrigação pública a prática republicana da transparência das receitas e despesas, sobre o total de recursos destinados à educação em cada sistema público de ensino no Rio Grande do Sul e assegurar a efetiva fiscalização da aplicação desses recursos por meio dos Conselhos de Educação que possuem a competência de acompanhamento de controle social e fiscalização, do Ministério Público, do TCE-RS e dos diversos setores da sociedade, o que inclui as execuções orçamentárias, os processos licitatórios e as folhas de pagamento do pessoal da educação e os conselhos escolares de cada escola;

20.12 Garantir, a partir da aprovação deste Plano, sob a coordenação da Seduc, em parceria com as Secretarias Municipais de Educação e o TCE-RS e dotação orçamentária de responsabilidade da Seduc, a formação dos conselheiros do Fundeb no âmbito do Estado e dos municípios, para que tenham uma atuação qualificada no acompanhamento, na avaliação e no controle fiscal dos recursos, provendo-lhes suporte técnico contábil e jurídico, a fim de que exerçam com maior autonomia e segurança as suas funções;

20.13 Ampliar e consolidar, sob coordenação das Secretarias de Educação Estadual e Municipais, o Sistema Estadual de Ensino, os Sistemas Municipais de Ensino e os Conselhos Municipais de Educação, assegurando dotação orçamentária aos seus custeios e à capacitação dos conselheiros para que se garanta o acompanhamento e o controle social sobre as aplicações dos recursos públicos vinculados e destinados à educação nas suas diversas etapas, níveis e modalidades;

20.14 Assegurar que a elaboração da proposta orçamentária anual das Secretarias Estadual e Municipais de Educação seja feita com base no levantamento das principais necessidades das redes escolares, tomando o CAQ como referência em termos de recursos para todas as escolas públicas de educação básica, assegurando insumos para a reestruturação e aquisição de equipamentos, tendo em vista a equalização regional das oportunidades educacionais;

20.15 Discutir e implementar alternativas para o pagamento de aposentadorias e pensões com recursos alheios à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, assegurando os direitos já conquistados;

20.16 Promover, sob responsabilidade do Fórum Estadual e fóruns municipais, debates públicos sobre o término do Fundeb, agindo em regime de colaboração para a aprovação de uma nova emenda constitucional que garanta a continuidade e aperfeiçoamento do financiamento da educação;

20.17 Promover, sob responsabilidade do Fórum Estadual e fóruns municipais, debates públicos sobre atuais percentuais vinculados de impostos de cada ente federado destinados ao financiamento da educação, agindo em regime de colaboração para a aprovação de uma nova emenda constitucional que garanta a continuidade e aperfeiçoamento do financiamento da educação, adequando e ampliando os percentuais atuais;

20.18 Promover, com o controle da comunidade escolar através do conselho escolar, por meio de ações da Seduc e Secretarias Municipais de Educação e fóruns municipais de educação, a autonomia financeira das escolas;

20.19 Elevar gradualmente o valor do repasse financeiro – autonomia financeira – para as escolas estaduais, oferecendo melhor atendimento ao aluno e uma escola pública de qualidade.

LEI Nº 14.734, DE 15 DE SETEMBRO DE 2015.

Institui o Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.**

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor, visando ao incentivo da realização de parcerias de pessoas físicas e jurídicas com escolas públicas estaduais.

Art. 2º A participação de pessoas físicas e jurídicas no Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor tem por objetivo alcançar contribuições para a melhoria da qualidade do ensino da rede pública estadual e dar-se-á mediante as seguintes ações:

I - doação de recursos materiais às escolas estaduais, tais como equipamentos e livros;

II - patrocínio para a manutenção, a conservação, a reforma e a ampliação das escolas estaduais;

III - disponibilização de banda larga, equipamentos de rede “wi-fi” e de informática, tais como computadores, notebooks, tabletes, roteadores, antenas de “wi-fi”, entre outros; e

IV - outras ações indicadas pela direção da escola, ouvido o conselho escolar.

Parágrafo único. As obras de reforma, ampliação e melhoria de que trata o inciso II deste artigo deverão ser realizadas em consonância com as necessidades elencadas pelas Secretarias da Educação e de Obras, Saneamento e Habitação.

Art. 3º As pessoas físicas e jurídicas que aderirem ao Programa poderão divulgar, para fins promocionais e publicitários, as ações praticadas em benefício da escola.

Art. 4º A participação de pessoas físicas e jurídicas no Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor não implicará ônus de qualquer natureza ao Poder Público Estadual ou quaisquer outros direitos, ressalvado o disposto no art. 3.º desta Lei.

Art. 5º Será conferido certificado, emitido pelo Governador do Estado e pelo Secretário da Educação, às pessoas físicas e jurídicas que participarem do Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor, destacando os relevantes serviços prestados à educação no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 6º O Estado realizará campanhas e ações a fim de estimular a adesão de pessoas físicas e jurídicas ao Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, especialmente quanto à forma e aos meios do estabelecimento da parceria e da publicidade previstos nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre,15 de setembro de 2015.

* Publicada no DOE n.º 177, de 16 de setembro de 2015.

3.2 DECRETOS

DECRETO Nº 51.316, DE 21 DE MARÇO DE 2014.

Institui a Escola em Tempo Integral no Ensino Fundamental dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, conforme o disposto na Lei n.º 14.461, de 16 de janeiro de 2014.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Escola em Tempo Integral no Ensino Fundamental dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, em conformidade com a Lei n.º 14.461, de 16 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. A Escola em Tempo Integral será implantada progressiva e uniformemente na rede pública estadual, constando do Anexo Único deste Decreto a relação dos estabelecimentos de ensino em tempo integral.

Art. 2º A Escola em Tempo Integral tem por objetivo garantir a formação integral do(a) estudante a partir da ampliação da jornada escolar e da oferta de atividades curriculares de caráter cognitivo, cultural e desportivo, com a finalidade de garantir o direito à aprendizagem e o exercício da cidadania.

Parágrafo único. A Escola em Tempo Integral deverá atender os(as) estudantes matriculado(as)s no ensino fundamental, no mínimo, sete horas diárias no estabelecimento de ensino, nos turnos da manhã e tarde, com oferta de quatro refeições diárias, respeitada as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

Art. 3º O Plano Pedagógico Curricular da Escola em Tempo Integral será elaborado pela Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 4º Fica autorizado, mediante normatização expedida pela Secretaria da Educação, o repasse adicional de recursos às Escolas em Tempo Integral constantes do Anexo Único deste Decreto, com vista a sua implantação e manutenção, além dos recursos previstos na Lei nº 10.576, de 10 de novembro de 1995, e alterações.

Art. 5º As Escolas em Tempo Integral que oferecem almoço aos(as) estudantes com base no Decreto nº 42.608, de 30 de outubro de 2003, passam a ser regidas pelo presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 21 de março de 2014.

* Publicado no DOE n.º 056, de 24 de março de 2014.

ANEXO ÚNICO
ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

1.Escola Estadual de Ensino Fundamental Alberto Bins
Município: Porto Alegre
1ª Coordenadoria Regional de Educação

2.Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria José Mabilde
Município: Porto Alegre
1ª Coordenadoria Regional de Educação

3.Escola Estadual de Ensino Fundamental Dr. Heróphilo Carvalho de Azambuja
Município: Porto Alegre
1ª Coordenadoria Regional de Educação

4.Escola Estadual de Ensino Fundamental Júlio Brunelli
Município: Porto Alegre
1ª Coordenadoria Regional de Educação

5.Escola Estadual de Ensino Fundamental Euclides da Cunha
Município: Porto Alegre
1ª Coordenadoria Regional de Educação

6.Escola Estadual de Ensino Médio Poço das Antas
Município: Poço das Antas
2ª Coordenadoria Regional de Educação

7.Escola Estadual de Ensino Médio Santo Antonio
Município: Lajeado
3ª Coordenadoria Regional de Educação

8.Escola Estadual de Ensino Fundamental Darcy Peixoto da Silveira (CIEP)
Município: Cristal
5ª Coordenadoria Regional de Educação

9.Escola Estadual de Ensino Fundamental Wolmar Antonio Salton (CIEP)
Município: Passo Fundo
7ª Coordenadoria Regional de Educação

10.Escola Estadual de Ensino Fundamental Engº Luiz Englert
Município: Sertão
7ª Coordenadoria Regional de Educação

11.Escola Estadual de Ensino Fundamental Thomas Alva Edison
Município: São Jerônimo
12ª Coordenadoria Regional de Educação

12.Escola Estadual de Ensino Fundamental Gaston Augusto Santos Cesar (CIEP)
Município: Tapes
12ª Coordenadoria Regional de Educação

13.Escola Estadual de Ensino Fundamental Hilário Mariano Uszacki
Município: Chuvisca
12ª Coordenadoria Regional de Educação

14.Escola Estadual de Ensino Fundamental Doutor Otto Flach (CIEP)
Município: Cerro Largo
14ª Coordenadoria Regional de Educação

15.Escola Estadual de Ensino Médio Irany Jaime Farina
Município: Erechim
15ª Coordenadoria Regional de Educação

16.Escola Estadual de Ensino Fundamental Telmo Motta (CIEP)
Município: Giruá
17ª Coordenadoria Regional de Educação

17.Escola Estadual de Ensino Médio Doutor José Mariano de Freitas Beck (CIEP)
Município: Rio Grande
18ª Coordenadoria Regional de Educação

18.Escola Estadual de Ensino Fundamental Vitellio Gazapina
Município: Santana do Livramento
19ª Coordenadoria Regional de Educação

19.Escola Estadual de Ensino Fundamental Celina Vares Albornoz
Município: Santana do Livramento
19ª Coordenadoria Regional de Educação

20.Escola Estadual de Ensino Fundamental Vergínio Cerutti (CIEP) Município: Frederico Westphalen
20ª Coordenadoria Regional de Educação

21.Instituto Estadual Padre Francisco Garcia (Polivalente)
Município: São Borja.
35ª Coordenadoria Regional de Educação

22.Escola Estadual de Ensino Fundamental Centenário
Município: Ijuí
36ª Coordenadoria Regional de Educação

DECRETO N.º 51.803, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

Regulamenta a Lei Complementar n.º 14.376, de 26 de dezembro de 2013, e alterações, que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndio nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso de atribuição que lhe confere o art. 82, inciso V, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar n.º 14.376, de 26 de dezembro de 2013, alterada pela Lei Complementar nº 14.555 de 2 de julho de 2014,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º Este Decreto regulamenta os requisitos e os procedimentos técnicos indispensáveis à prevenção e proteção contra incêndio das edificações e áreas de risco de incêndio nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, considerando a proteção à vida e ao patrimônio, observada a Lei Complementar n.º 14.376, de 26 de dezembro de 2013 e alterações.

Art. 2.º Para os fins do disposto neste Decreto aplicam-se os conceitos dispostos no art. 6.º da Lei Complementar n.º 14.376/2013 e alterações.

Art. 3.º A classificação das edificações e áreas de risco de incêndio quanto à ocupação/uso, área construída, altura, carga de incêndio e capacidade de lotação, bem como as medidas de segurança a serem instaladas deverão observar ao disposto nas tabelas dos Anexos A (Classificação) e B (Exigências) deste Decreto.

§ 1.º São obrigatórias as medidas de segurança assinaladas com "X" nas tabelas do Anexo B (Exigências) devendo ser observadas as ressalvas, em notas transcritas logo abaixo das referidas tabelas.

§ 2.º Cada medida de segurança contra incêndio constante das tabelas 4, 5, 6 (6A a 6M) e 7 deverá obedecer aos parâmetros estabelecidos nas respectivas Resoluções Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – RTCBMRS.

§ 3.º Os riscos específicos, as instalações de gás liquefeito de petróleo ou gás natural e o Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas – SPDA, não abrangidos pelas exigências contidas nas tabelas da Lei Complementar n.º 14.376/2013, devem atender às respectivas RTCBMRS.

Art. 4.º Caberá ao Corpo de Bombeiro(a) Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS, pesquisar, estudar, analisar, propor, elaborar, aprovar e expedir as Resoluções Técnicas que irão disciplinar as medidas de segurança contra incêndio, observada a Lei Complementar nº 14.376/2013 e alterações.

Art. 5.º O CBMRS poderá fazer o emprego de outros atos administrativos para regulamentar o rito procedimental, bem como as medidas de segurança contra incêndio exigidas pela Lei Complementar n.º 14.376/2013 e alterações.

Art. 6.º Na ausência de legislação Estadual, Nacional e Normas Brasileiras Regulamentadoras – NBRs, poderão ser aplicadas as normas internacionais tecnicamente reconhecidas, sendo que a sua apresentação deverá estar acompanhada de tradução juramentada para a língua portuguesa do Brasil.

Parágrafo único. As normas referidas no "caput" deste artigo deverão ser aplicadas na íntegra e farão parte do respectivo Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio – PPCI.

CAPÍTULO II
DOS PRAZOS

Art. 7.º As edificações e áreas de risco de incêndio existentes, definidas no art. 6.º, inciso XVII, da Lei Complementar n.º 14.376/2013 e alterações, terão prazos de adequação, conforme o art. 55 da referida Lei Complementar, contados conforme segue:

I – de sessenta dias para elaboração e entrega do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio para as edificações que ainda não possuem Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios – PPCI, ou Plano Simplificado de Prevenção e Proteção Contra Incêndios – PSPCI, protocolado no CBMRS, a contar da publicação deste Decreto;

II – de trinta dias, após notificação e sem prejuízo da infração de que trata o artigo 18, V, para entrega do PPCI/PSPCI;

III – de trinta dias para correção do PPCI/PSPCI, após notificação;

IV – de até sessenta meses para adaptação da edificação ou da área de risco de incêndio ao previsto no PPCI/PSPCI, a partir da sua aprovação, assim discriminado:

a) de trinta dias para a instalação de extintores de incêndio, conforme PPCI aprovado;

b) de trinta dias para o treinamento de pessoal;

c) de doze meses para a instalação da sinalização de emergência;

d) de doze meses para a instalação do sistema de iluminação de emergência;

e) de doze meses para adaptação de instalação de inflamáveis e de combustíveis;

f) de doze meses para o isolamento e adaptação de caldeiras, de vasos de pressão e de congêneres;

g) de doze meses para a adaptação das saídas de emergência;

h) de doze meses para a colocação de alarme e detecção de incêndio;

i) de doze meses para a elaboração do Plano de Emergência;

j) de vinte e quatro meses para a adaptação dos materiais de revestimento, de acabamento e de divisórias;

m) de vinte e quatro meses para o controle de fumaça;

n) de vinte e quatro meses para o acesso de viaturas de bombeiros(as);

o) de trinta e seis meses para a adaptação de instalações de gás e de chaminés;

p) de quarenta e oito meses para a colocação de hidrantes e de mangotinhos;

de sessenta meses para a instalação dos sistemas automáticos de extinção de incêndio.

q) de sessenta meses para a execução da compartimentação vertical e horizontal;

r) de sessenta meses para a execução de sistema de espuma e de resfriamento;

s) de sessenta meses para a a execução do sistema de proteção contra descargas atmosféricas;

t) de sessenta meses para execução de segurança estrutural contra incêndio; e
u) de sessenta meses para a execução de outros sistemas.

§ 1.º Para as edificações e áreas de risco de incêndio existentes, que comprovarem inviabilidade técnica para a instalação das medidas de segurança contra incêndio exigidas, por meio de laudo elaborado por profissional legalmente habilitado(a), deverá ser encaminhado projeto alternativo com as medidas compensatórias de segurança contra incêndio e pânico, para apreciação e aprovação do CBMRS.

§ 2.º Nas edificações do grupo F, divisão F-6, da Lei Complementar n.º 14.376/2013 e alterações, a instalação dos sistemas previstos nas alíneas *a*, *b*, *c*, *d*, *g*, *j*, *l* e *m* do "caput" deste artigo é condição obrigatória para a emissão do Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndio
– APPCI, não sendo aplicáveis os prazos descritos no inciso IV deste artigo.

§ 3.º O APPCI das edificações e áreas de risco de incêndio existentes terá validade de acordo com o cumprimento dos prazos de adaptação previstos no inciso IV deste artigo.

§ 4.º As medidas de segurança contra incêndio não instaladas, previstas no inciso IV deste artigo, deverão ser discriminadas no APPCI, identificando o prazo máximo para a sua instalação.

§ 5.º As medidas de segurança contra incêndio não instaladas, previstas no inciso IV deste artigo, deverão ser discriminadas no certificado de aprovação e no APPCI, identificando o prazo máximo para a sua instalação.

§ 6.º O prazo máximo para a instalação das medidas previstas neste artigo não poderá, a qualquer título, ultrapassar a data de 27 de dezembro de 2019.

CAPÍTULO III
DAS PENALIDADES E SUA APLICAÇÃO

Seção I
Das Disposições Gerais e das Penalidades

Art. 8.º As infrações às normas de segurança, à prevenção e à proteção contra incêndio estabelecidas na Lei Complementar n.º 14.376/2013 e alterações, são regidas pelas disposições deste Decreto.

Art. 9.º Considera-se infração, passível de penalidade, o descumprimento das normas de segurança, de prevenção e de proteção contra incêndio estabelecidas na Lei Complementar n.º 14.376/2013 e alterações, no presente Decreto, nas RTCBMRS e em outras que, por qualquer forma, se destinam à prevenção e à proteção contra incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio.

Art. 10. As infrações às normas indicadas no artigo anterior serão punidas com as seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções penais cabíveis:

I – advertência;
II – multa e multa diária;
III – interdição; e
IV – embargo.

§ 1.º A penalização deverá ser gradual e possuir caráter instrutivo antes do punitivo.

§ 2.º Ocorrendo, simultaneamente, duas ou mais infrações, a penalidade será cumulativa.

Art. 11. As infrações às normas de segurança contra incêndio classificam-se como: I – leves, quando envolverem aspectos de ordem formal;

II – médias, quando consistirem na falta de apresentação do PPCI/PSPCI ou na instalação incompleta ou deficiente de medida preventiva ou sistema de segurança antes da emissão do APPCI;

III – graves, infrações cometidas após a emissão de APPCI; e

IV – gravíssimas, quando a ação do(a) infrator(a) expuser a perigo terceiros, a propriedade alheia no entorno de sua edificação ou deixar de manter em condições de utilização as medidas de segurança previstas no PPCI/PSPCI.

Art. 12. São circunstâncias agravantes:

I – prestar informações falsas ou apresentar laudos com informações inverídicas;

II – cometer a infração para obter vantagem econômica;

III – cometer infrações em edificações do grupo F; e

IV – reincidência.

Parágrafo único. Presente alguma das circunstâncias agravantes previstas no "caput" deste artigo, a pena de multa será aplicada em dobro.

Art. 13. São circunstâncias atenuantes:

I – não ter o(a) infrator(a) cometido infrações às normas de segurança contra incêndio nos últimos cinco anos; e

II – efetiva colaboração do(a) infrator(a) para a solução do problema que gerou a autuação, nos prazos legais ou conferidos pelo(a) agente autuador(a).

Parágrafo único. Presente alguma das circunstâncias atenuantes previstas no "caput" deste artigo, a pena de multa será reduzida em 30% (trinta por cento).

Art. 14. A pena de advertência será aplicada para as infrações de natureza leve, pela inobservância das disposições deste Decreto e da legislação em vigor, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 10 deste Decreto, exceto quando presente circunstância que enseje a aplicação de multa ou a imediata interdição.

Parágrafo único. Ao aplicar a pena de advertência, a autoridade competente concederá prazo suficiente e necessário, não superior a trinta dias, para que seja(m) sanada(s) a(s) irregularidade(s) constatada(s).

Art. 15. A pena de multa será aplicada quando cometidas infrações de natureza média, grave ou gravíssima, na seguinte forma:

I – infrações de natureza média: R$ 1.000,00 (um mil reais);

II – infrações de natureza grave: R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

e III – infrações de natureza gravíssima: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ **1.º** A pena de multa diária será aplicada se o cometimento da infração se prolongar no tempo, no valor de um décimo do valor da multa simples correspondente à infração praticada, começando a contar a partir do decurso do prazo estabelecido pela autoridade competente para sanar a irregularidade constatada, no limite máximo de noventa dias.

§ **2.º** Os valores das multas serão reajustados anualmente, no primeiro dia útil de cada ano, mediante a aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, ou de índice que venha a substituí-lo.

§ **3.º** As multas estarão sujeitas à atualização monetária desde a lavratura do auto de infração até o seu efetivo pagamento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos conforme previsto em lei.

§ **4.º** O pagamento da multa poderá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação, por oitenta por cento do seu valor.

Art. 16. As penalidades de interdição ou embargo poderão ser aplicadas:

I – a qualquer tempo, quando a situação justificar, a critério da autoridade competente, pela iminência de risco à vida ou à integridade física dos usuários ou ao funcionamento da edificação;

II – quando, após a emissão do APPCI, for constatada irregularidade nas medidas de segurança contra incêndio previstas na legislação;

III – quando persistir a irregularidade constatada, mesmo após a aplicação das penas de advertência ou multa; e

IV – em caso de evento temporário que não atenda ao disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A interdição ou embargo pode ser parcial ou total.

Art. 17. A desinterdição de edificação ou área de risco fica condicionada à aprovação do PPCI, bem como ao atendimento das exigências específicas constantes do Auto de Interdição ou Embargo, independentemente dos prazos previstos no art. 7.º deste Decreto.

Parágrafo único. Nas edificações da divisão F-6 do grupo F da Lei Complementar nº 14.376/2013 e alterações, a inexistência de pelo menos um dos sistemas previstos nas alíneas *a, b, c, d, g, j, l* e *m* ensejará a imediata interdição da edificação ou área de risco de incêndio, ficando a desinterdição condicionada à emissão do APPCI.

Seção II
Das Infrações em espécie

Art. 18. São infrações às normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios, sem prejuízo de outras sanções de natureza administrativa, cível ou criminal:

I – deixar de cumprir os prazos assinalados na notificação de correção de análise ou de
vistoria;

Infração: leve

II – descumprir os prazos assinalados para a apresentação dos projetos específicos de sistemas ou das medidas de segurança previstas em lei;

Infração: leve

III – descumprir os prazos assinalados para a apresentação de laudos, de certificados de treinamento e da Anotação de Responsabilidade Técnica e Registro de Responsabilidade Técnica - ART/RRT, dos sistemas ou das medidas de segurança previstas em lei;

Infração: leve

IV - deixar de encaminhar com antecedência mínima de dois meses ao CBMRS o pedido de renovação do APPCI.

Infração: leve

V – deixar de apresentar
PPCI/PSPCI; Infração: média

VI – prestar informações incorretas sobre a edificação ou área de risco de incêndio para execução do PPCI/PSPCI;

Infração: média

VII – deixar de cumprir os prazos assinalados para a instalação das medidas de segurança, prevenção e proteção contra incêndio previstos na Lei Complementar nº 14.376/13 e alterações;

Infração: grave

VIII – descumprir as recomendações constantes do Auto de Infração de Advertência; Infração: grave

IX – descumprir os prazos para adequação à Lei Complementar n.º 14.376/13 e alterações;

Infração: grave

X – deixar de manter na edificação ou área de risco cópia do PPCI ou PSPCI aprovada pelo CBMRS;

Infração: grave

XI – alterar a ocupação ou uso, modificar a carga de incêndio ou de risco, sem atualização do PPCI/PSPCI;

Infração: grave

XII – alterar edificação existente, ampliar área construída ou altura sem apresentação do PPCI/PSPCI;

Infração: grave

XIII – alterar "layout" sem atualização do PPCI/PSPCI;

Infração: grave

XIV – deixar de afixar o APPCI junto às portas de acesso da edificação ou área de risco e em local visível ao público;

Infração: grave

XV - alterar "layout" com a obstrução de itens, de sistemas ou de medidas de segurança de prevenção contra incêndios previstos no PPCI/PSPCI;

Infração: gravíssima

XVI – alterar a capacidade de lotação sem atualização do PPCI/PSPCI; Infração: gravíssima

XVII – retirar ou substituir itens obrigatórios previstos no PPCI/PSPCI; Infração: gravíssima

XVIII – instalar, sem autorização, barreira, cadeado ou qualquer dispositivo que impeça o funcionamento normal das rotas e saídas de emergência;

Infração: gravíssima

XIX – deixar de protocolar PPCI de evento temporário, conforme RTCBMRS. Infração: gravíssima

XX – realizar evento temporário sem emissão do APPCI Infração: gravíssima

XXI – deixar de manter em condições de utilização as medidas de segurança previstas no PPCI/PSPCI.

Infração: gravíssima

XXII – realizar evento, com mais de quatrocentas pessoas, sem a presença de bombeiro ou brigadista.

Infração: gravíssima

XXIII – deixar de cumprir os prazos previstos no inciso III do art. 7.º deste Decreto; e Infração: gravíssima

XXIV – não dispor da presença de bombeiros(as) civis, conforme Lei Federal nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009, e RTCBMRS, bem como a existência de um desfibrilador automático para cada grupo de cinco mil pessoas, limitados ao máximo de cinco equipamentos, a serem instalados em locais estratégicos da edificação/área de risco de

incêndio, a edificação ou áreas de risco de incêndio que possuir capacidade de lotação superior a cinco mil pessoas.

Infração: gravíssima

Seção III
Do Procedimento para Aplicação das Penalidades

Art. 19. Constatada a ocorrência de infração às normas previstas na Lei Complementar n.º 14.376/2013 e alterações, neste Decreto ou em demais atos normativos, será expedida notificação ao(à) respectivo(a) proprietário(a) ou responsável pela edificação ou área de risco de incêndio, estabelecendo orientações, apresentando exigências e indicando as irregularidades cometidas, com fixação de prazo necessário e suficiente, não superior a trinta dias, para saná-las.

Art. 20. Decorrido o prazo previsto no artigo anterior, sem o cumprimento das exigências apresentadas, será lavrado o respectivo auto de infração por servidor(a) militar estadual do CBMRS, do qual será dada ciência ao(à) autuado(a), assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa.

§ 1.º O auto de infração deverá ser lavrado em formulário próprio, conforme modelo a ser definido em RTCBMRS.

§ 2.º O auto de infração deverá conter:

I – identificação do(a) infrator(a); II – local, dia e hora da lavratura;

III – descrição clara e objetiva das infrações administrativas constatadas e a indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, não devendo conter emendas ou rasuras que comprometam sua validade;

IV – a pena aplicável;

V – assinatura da autoridade competente, do(a) infrator(a) ou de quem o represente; e

VI – a indicação do prazo e do local para apresentação de defesa.

§ 3.º Lavrado o auto de infração, o(a) autuado(a) será intimado pessoalmente, por seu representante legal, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil que assegure a ciência da autuação.

§ 4.º Caso o(a) autuado(a) se recuse a assinar o auto de infração, o(a) agente autuante certificará o ocorrido na presença de duas testemunhas, prosseguindo de acordo com o § 3.º deste artigo.

Art. 21. O prazo para apresentação de defesa será de trinta dias, contados da ciência efetiva da autuação.

Art. 22. Oferecida ou não a defesa, a autoridade julgadora, no prazo de até trinta dias, julgará o auto de infração, aplicando a penalidade ou determinando seu arquivamento.

Art. 23. Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de trinta dias.

§ 1.º O recurso de que trata este artigo será dirigido à autoridade julgadora que proferiu decisão sobre a defesa, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 2.º O recurso interposto neste artigo não terá efeito suspensivo, exceto no caso de pena de multa.

Art. 24. Os demais procedimentos para aplicação e julgamento das penalidades serão regulados por RTCBMRS.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. As edificações e áreas de risco de incêndio que já possuem PPCI aprovado deverão apresentar novo PPCI ao CBMRS antes de sofrer alterações nas suas características construtivas e de prevenção e proteção contra incêndio.

Art. 26. Os materiais e os equipamentos de segurança contra incêndio utilizados nas edificações e áreas de risco de incêndio deverão ser certificados por órgãos acreditados, nos termos da legislação vigente.

§ 1.º Na impossibilidade, devidamente justificada, de certificação específica do material, de equipamento ou de sistema por órgãos acreditados, poderão ser aceitos laudos conclusivos emitidos por órgãos nacionais com credibilidade técnica e/ou científica, ou ainda laudo conclusivo elaborado por profissional legalmente habilitado(a) pelos seus respectivos conselhos profissionais.

§ 2.º As edificações e áreas de risco de incêndio que possuam APPCI emitido pelo CBMRS poderão permanecer com os sistemas e equipamentos instalados à época da concessão e, na medida em que os sistemas e os equipamentos de prevenção de incêndio necessitarem substituição, deverão ser repostos por aqueles certificados nos termos deste artigo.

Art. 27. Para as ocupações do grupo “F” da Tabela 1 do Anexo A, deverá ser anexado o laudo técnico de capacidade de lotação ao respectivo PPCI, devendo constar a lotação máxima da ocupação no APPCI.

Art. 28. Deverá ser afixado em local visível, nos acessos da edificação/área de risco de incêndio da divisão F-2, F-3, F-5, F-6, F-7, F-8, F-11 e F-12 do grupo “F” da Tabela 1 do Anexo A deste Decreto, placa(s) de material(is) resistente(s), conforme RTCBMRS, informando a lotação máxima do local.

Art. 29. O cálculo de capacidade de lotação deverá ser realizado conforme RTCBMRS.

Parágrafo único. Em caso de inviabilidade técnica para a adequação das saídas de emergência conforme RTCBMRS, poderá o CBMRS limitar a capacidade de lotação em função das unidades de passagem nas rotas de saída.

Art. 30. Para as edificações e áreas de risco de incêndio que exigirem controle de material de acabamento, conforme “Anexo B” (Exigências) deste Decreto, deverá ser anexado ao
PPCI laudo de resistência ao fogo para os elementos de compartimentação e/ou com características estruturais, e de reação ao fogo dos materiais de acabamento, de revestimento, de divisórias e de coberturas temporárias e/ou flexíveis.

Art. 31. Todos os laudos que instruem o PPCI deverão ser conclusivos, atestando que as medidas de segurança contra incêndio cumprem as normas técnicas específicas e não oferecem risco aos(às) usuários(as) em caso de incêndio.

Art. 32. A população fixa das edificações e áreas de risco de incêndio não contempladas pela exigência de Brigada de Incêndio, conforme "Anexo B" deste Decreto, deverão possuir treinamento de prevenção e combate a incêndio e outros sinistros, conforme RTCBMRS.

§ 1.º Os locais de eventos ou reuniões com mais de quatrocentas pessoas ficam obrigados a dispor da presença de Bombeiro(a) ou Brigadista, de acordo com RTCBMRS.

§ 2.º Nas edificações e áreas de risco de incêndio que possuírem capacidade de lotação superior a cinco mil pessoas, será obrigatória a presença de bombeiros(as) civis, conforme Lei Federal n.º 11.901, de 12 de janeiro de 2009, e RTCBMRS, bem como a existência de um desfibrilador automático para cada grupo de cinco mil pessoas, limitados ao máximo de cinco equipamentos, a serem instalados em locais estratégicos da edificação/área de risco de incêndio.

Art. 33. O evento temporário/instalação provisória deverá ter o respectivo PPCI, protocolado em até cinco dias úteis antes de seu início, sob pena de aplicação das sanções específicas.

Art. 34. Fica isento de multa o(a) proprietário(a) ou responsável pela edificação ou área de risco de incêndio se, até a data de 27 de dezembro de 2019, apresentar espontaneamente o PPCI/PSPCI, sem a ocorrência de notificação pelo CBMRS.

Art. 35. Os documentos que compõem o PPCI e sua tramitação serão disciplinados por RTCBMRS.

Art. 36. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se os Decretos n.º 37.380, de 28 de abril de 1997 e n.º 38.273, de 9 de março de 1998.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 10 de setembro de 2014.

* Publicado no DOE n.º 175, de 11 de setembro de 2014.

ANEXO A
CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE CLASSIFICAÇÃO

TABELA 1
CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À OCUPAÇÃO

Grupo	Ocupação/Uso	Divisão	Descrição	Exemplos
A	Residencial	A-1	Habitação unifamiliar	Casas térreas ou assobradadas (isoladas e não isoladas) e condomínios horizontais
		A-2	Habitação multifamiliar	Edifícios de apartamento em geral
		A-3	Habitação coletiva	Pensionatos, internatos, alojamentos, mosteiros, conventos, residências geriátricas. Capacidade máxima de 16 Leitos
B	Serviço de Hospedagem	B-1	Hotel e assemelhado	Hotéis, motéis, pensões, hospedarias, pousadas, albergues, casas de cômodos, divisão A-3 com mais de 16 leitos
		B-2	Hotel residencial	Hotéis e assemelhados com cozinha própria nos apartamentos (incluem-se *apart-hotéis*, *flats*, hotéis residenciais)
C	Comercial	C-1	Comércio com baixa carga de incêndio	Artigos de metal, louças, artigos hospitalares e outros
		C-2	Comércio com média e alta carga de incêndio	Edifícios de lojas de departamentos, magazines, armarinhos, galerias comerciais, supermercados em geral, mercados e outros
		C-3	*Shopping centers*	Centro de compras em geral (*shopping centers*)
D	Serviço profissional	D-1	Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios	Escritórios administrativos ou técnicos, instituições financeiras (que não estejam incluídas em D-2), repartições públicas, cabeleireiros, centros profissionais e Assemelhados
		D-2	Agência bancária	Agências bancárias e assemelhados
		D-3	Serviço de reparação (exceto os classificados em G-4)	Lavanderias, assistência técnica, reparação e manutenção de aparelhos eletrodomésticos, chaveiros, pintura de letreiros e outros
		D-4	Laboratório	Laboratórios de análises clínicas sem internação, laboratórios químicos, fotográficos e assemelhados
		D-5	Teleatendimento em geral	“Call-center”; televendas e assemelhados

E	Educacional e cultura física	E-1	Escola em geral	Escolas de primeiro, segundo e terceiro graus, cursos supletivos e pré-universitário e assemelhados
		E-2	Escola especial	Escolas de artes e artesanato, de línguas, de cultura geral, de cultura estrangeira, escolas religiosas e assemelhados
		E-3	Espaço para cultura física	Locais de ensino e/ou práticas de artes marciais, natação, ginástica (artística, dança, musculação e outros) esportes coletivos (tênis, futebol e outros que não estejam incluídos em F-3), sauna, casas de fisioterapia e assemelhados. Sem arquibancadas.
		E-4	Centro de treinamento profissional	Escolas profissionais em geral
		E-5	Pré-escola	Creches, escolas maternais, jardins de Infância
		E-6	Escola para portadores de deficiências	Escolas para excepcionais, deficientes visuais e auditivos e assemelhados
F	Local de Reunião de Público	F-1	Local onde há objeto de valor inestimável	Museus, centro de documentos históricos, galerias de arte, bibliotecas e Assemelhados
		F-2	Local religioso e velório	Igrejas, capelas, sinagogas, mesquitas, templos, cemitérios, crematórios, necrotérios, salas de funerais e Assemelhados
		F-3	Centro esportivo e de exibição	Arenas em geral, estádios, ginásios, piscinas, rodeios, autódromos, sambódromos, pista de patinação e assemelhados. Todos com arquibancadas
		F-4	Estação e terminal de passageiro	Estações rodoferroviárias e marítimas, portos, metrô, aeroportos, heliponto, estações de transbordo em geral e Assemelhados
		F-5	Arte cênica e auditório	Teatros em geral, cinemas, óperas, auditórios de estúdios de rádio e televisão, auditórios em geral e assemelhados
		F-6	Casas noturnas	Boates, casas de show, casas noturnas e salões de bailes, restaurantes dançantes
		F-7	Construção provisória e evento temporário	Eventos temporários, circos e Assemelhados

		F-8	Local para refeição	Restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, refeitórios, cantinas e assemelhados
		F-9	Recreação pública	Jardim zoológico, parques recreativos e Assemelhados
		F-10	Exposição de objetos ou animais	Salões e salas para exposição de objetos ou animais. Edificações permanentes
		F-11	Edificações de Caráter Regional	Centros de Tradições Gaúchas – CTG's
		F-12	Clubes sociais, comunitários e de diversão	Salões Paroquiais, Salões Comunitários, Clubes de Sócios, Clubes para Festas de Caráter Familiar, Bilhares, Tiro ao Alvo, Boliche, Sedes de Entidades de Classe.
G	Serviço automotivo e assemelhados	G-1	Garagem sem acesso de público e sem abastecimento	Garagens automáticas, garagens com Manobristas
		G-2	Garagem com acesso de público e sem abastecimento	Garagens coletivas sem automação, em geral, sem abastecimento (exceto veículos de carga e coletivos)
		G-3	Local dotado de abastecimento de combustível	Postos de abastecimento e serviço, garagens (exceto veículos de carga e coletivos)
		G-4	Serviço de conservação, manutenção e reparos	Oficinas de conserto de veículos, borracharia (sem recauchutagem). Oficinas e garagens de veículos de carga e coletivos, máquinas agrícolas e rodoviárias, retificadoras de motores
		G-5	Hangares	Abrigos para aeronaves com ou sem Abastecimento
		G-6	Marinas e garagens náuticas	Garagem de barcos e assemelhados
H	Serviço de saúde e institucional	H-1	Hospital veterinário e assemelhados	Hospitais, clínicas e consultórios veterinários e assemelhados (inclui-se alojamento com ou sem adestramento)
		H-2	Local onde pessoas requerem cuidados especiais por limitações físicas ou mentais	Asilos, orfanatos, abrigos geriátricos, hospitais psiquiátricos, reformatórios, tratamento de dependentes de drogas, álcool. E assemelhados. Todos sem celas
		H-3	Hospital e assemelhado	Hospitais, casa de saúde, prontos-socorros, clínicas com internação, ambulatórios e postos de atendimento de urgência, postos de saúde e puericultura e assemelhados com internação

		H-4	Edificações das forças armadas e de segurança pública	Quartéis, delegacias e assemelhados
		H-5	Local onde a liberdade das pessoas sofre restrições	Hospitais psiquiátricos, manicômios, reformatórios, prisões em geral (casa de detenção, penitenciárias, presídios) e instituições assemelhadas. Todos com Celas
		H-6	Clínica e consultório médico e odontológico	Clínicas médicas, consultórios em geral, unidades de hemodiálise, ambulatórios e assemelhados. Todos sem internação
I	Indústria	I-1	Locais onde as atividades exercidas e os materiais utilizados apresentam baixo potencial de incêndio. Locais onde a carga de incêndio não chega a 300MJ/m²	Atividades que utilizam pequenas quantidades de materiais combustíveis. Aço, aparelhos de rádio e som, armas, artigos de metal, gesso, esculturas de pedra, ferramentas, jóias, relógios, sabão, serralheria, suco de frutas, louças, Máquinas
		I-2	Locais onde as atividades exercidas e os materiais utilizados apresentam médio potencial de incêndio. Locais com carga de incêndio entre 300 a 1.200MJ/m²	Artigos de vidro, automóveis, bebidas destiladas, instrumentos musicais, móveis, alimentos, marcenarias, fábricas de caixas
		I-3	Locais onde há alto risco de incêndio. Locais com carga de incêndio superior a 1.200 MJ/m²	Atividades industriais que envolvam inflamáveis, materiais oxidantes, ceras, espuma sintética, grãos, tintas, borracha, processamento de lixo
J	Depósito	J-1	Depósitos de material incombustível	Edificações sem processo industrial que armazenam tijolos, pedras, areias, cimentos, metais e outros materiais incombustíveis. Todos sem embalagem
		J-2	Todo tipo de Depósito	Depósitos com carga de incêndio até 300MJ/m²
		J-3	Todo tipo de Depósito	Depósitos com carga de incêndio entre 300 a 1.200MJ/m²
		J-4	Todo tipo de Depósito	Depósitos onde a carga de incêndio ultrapassa a 1.200MJ/m²

L	Explosivo	L-1	Comércio	Comércio em geral de fogos de artifício e Assemelhados
		L-2	Indústria	Indústria de material explosivo
		L-3	Depósito	Depósito de material explosivo
M	Especial	M-1	Túnel	Túnel rodoferroviário e marítimo, destinados a transporte de passageiros ou cargas diversas
		M-2	Líquido ou gás inflamáveis ou combustíveis	Edificação destinada a produção, manipulação, armazenamento e distribuição de líquidos ou gases inflamáveis ou combustíveis
		M-3	Central de comunicação e energia	Central telefônica, centros de comunicação, centrais de transmissão ou de distribuição de energia e assemelhados
		M-4	Propriedade em transformação	Locais em construção ou demolição e Assemelhados
		M-5	Silos	Armazéns de grãos e assemelhados
		M-6	Terra selvagem	Floresta, reserva ecológica, parque florestal e assemelhados
		M-7	Pátio de contêineres	Área aberta destinada a armazenamento de contêineres

Nota: Edificações não enquadradas nesta Tabela devem observar o § 2.º do art. 9.º deste Código.

TABELA 2

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES QUANTO À ALTURA

TIPO	ALTURA
I	Térrea
II	$H \leq 6{,}00$ m
III	$6{,}00 \text{ m} < H \leq 12{,}00$ m
IV	$12{,}00 \text{ m} < H \leq 23{,}00$ m
V	$23{,}00 \text{ m} < H \leq 30{,}00$ m
VI	Acima de 30,00 m

TABELA 3

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO

RISCO	CARGA DE INCÊNDIO MJ/M²
Baixo	até 300MJ/m²
Médio	Entre 300 e 1.200MJ/m²
Alto	Acima de 1.200MJ/m²

TABELA 3.1

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO

ESPECÍFICAS POR OCUPAÇÃO

Ocupação/Uso	**Descrição**	**Divisão**	**Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m²**
Residencial	Alojamentos estudantis	A-3	300
	Apartamentos	A-2	300
	Casas térreas ou sobrados	A-1	300
	Pensionatos	A-3	300
Serviços de Hospedagem	Hotéis	B-1	500
	Motéis	B-1	500
	Apart-hotéis	B-2	500
***Comercial varejista, Loja *Ver tabela 3.3**	Açougue	C-1	40
	Animais ("pet shop")	C-2	600
	Antiguidades	C-2	700
	Aparelhos eletrodomésticos	C-1	300
	Aparelhos eletrônicos	C-2	400
	Armarinhos	C-2	600
	Armas	C-1	300
	Artigos de bijouteria, metal ou vidro	C-1	300
	Artigos de cera	C-2	2100
	Artigos de couro, borracha, esportivos	C-2	800
	Automóveis	C-1	200
	Bebidas destiladas	C-2	700
	Brinquedos	C-2	500
	Calçados	C-2	500
	Artigos de couro	C-2	700
	Drogarias (incluindo depósitos)	C-2	1000
	Artigos de esportes	C-2	800
	Ferragens	C-1	300
	Floricultura	C-1	80
	Galeria de quadros	C-1	200
	Joalheria	C-1	300
	Livrarias	C-2	1000
	Lojas de departamento ou centro de compras (shoppings)	C-2/ C3	800
	Materiais de construção	C-2	800
	Máquinas de costura ou de escritório	C-1	300
	Materiais fotográficos	C-1	300
	Móveis	C-2	400
	Papelarias	C-2	700

Ocupação/Uso	Descrição	Divisão	Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m²
	Perfumarias	C-2	400
	Produtos têxteis	C-2	600
	Relojoarias	C-2	500
	Supermercados (vendas)	C-2	600
	Tapetes	C-2	800
	Tintas e vernizes	C-2	1000
Serviços profissionais, pessoais e técnicos	Verduras frescas	C-1	200
	Vinhos	C-1	200
	Vulcanização	C-2	1000
	Agências bancárias	D-2	300
	Agências de correios	D-1	400
	Centrais telefônicas	D-1	200
	Cabeleireiros	D-1	200
	Copiadora	D-1	400
	Encadernadoras	D-1	1000
	Escritórios	D-1	700
	Estúdios de rádio ou de televisão ou de fotografia	D-1	300
	Laboratórios químicos	D-4	500
	Laboratórios (outros)	D-4	300
	Lavanderias	D-3	300
	Oficinas elétricas	D-3	600
	Oficinas hidráulicas ou mecânicas	D-3	200
	Pinturas	D-3	500
	Processamentos de dados	D-1	400
Educacional e cultura física	Academias de ginástica e similares	E-3	300
	Pré-escolas e similares	E-5	300
	Creches e similares	E-5	300
	Escolas em geral	E-1/E-2/E-4/E-6	300
Locais de reunião de Público	Bibliotecas	F-1	2000
	Cinemas, teatros e similares	F-5	600
	Circos e assemelhados	F-7	500
	Centros esportivos e de exibição	F-3	150
	Clubes sociais, boates e similares	F-6	600
	Estações e terminais de passageiros	F-4	200
	Exposições	F-10	Adotar Anexo B ou C
	Igrejas e templos	F-2	200
	Lan house, jogos eletrônicos	F-6	450

Ocupação/Uso	Descrição	Divisão	Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m²
	Museus	F-1	300
	Restaurantes	F-8	300
Serviços automotivos e assemelhados	Estacionamentos	G-1/G-2	200
	Oficinas de conserto de veículos e manutenção	G-4	300
	Postos de abastecimentos (tanque enterrado)	G-3	300
	Hangares	G-5	200
Serviços de saúde e Institucionais	Asilos	H-2	350
	Clínicas e consultórios médicos ou odontológicos	H-6	300
	Hospitais em geral	H-1/H-3	300
	Presídios e similares	H-5	200
***Industrial *Ver tabela 3.3**	Quartéis e similares	H-4	450
	Veterinárias	H-1	300
	Aparelhos eletroeletrônicos, fotográficos, Ópticos	I-2	400
	Acessórios para automóveis	I-1	300
	Acetileno	I-2	700
	Alimentação (alimentos)	I-2	800
	Aço, corte e dobra, sem pintura, sem embalagem	I-1	40
	Artigos de borracha, cortiça, couro, feltro, Espuma	I-2	600
	Artigos de argila, cerâmica ou porcelanas	I-1	200
	Artigos de bijuteria	I-1	200
	Artigos de cera	I-2	1000
	Artigos de gesso	I-1	80
	Artigos de madeira em geral	I-2	800
	Artigos de madeira, impregnação	I-3	3000
	Artigos de mármore	I-1	40
	Artigos de metal, forjados	I-1	80
	Artigos de metal, fresados	I-1	200
	Artigos de peles	I-2	500
	Artigos de plásticos em geral	I-2	1000
	Artigos de tabaco	I-1	200
	Artigos de vidro	I-1	80
	Automotiva e autopeças (exceto pintura)	I-1	300
	Automotiva e autopeças (pintura)	I-2	500
	Aviões	I-2	600
	Balanças	I-1	300

Ocupação/Uso	Descrição	Divisão	Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m²
	Barcos de madeira ou de plástico	I-2	600
	Barcos de metal	I-2	600
	Baterias	I-2	800
	Bebidas destilada	I-2	500
	Bebidas não alcóolicas	I-1	80
	Bicicletas	I-1	200
	Brinquedos	I-2	500
	Café (inclusive torrefação)	I-2	400
	Caixotes barris ou pallets de madeira	I-2	1000
	Calçados	I-2	600
	Carpintarias e marcenarias	I-2	800
	Cera de polimento	I-3	2000
	Cerâmica	I-1	200
	Cereais	I-3	1700
	Cervejarias	I-1	80
	Chapas de aglomerado ou compensado	I-1	300
	Chocolate	I-2	400
	Cimento	I-1	40
***Industrial *Ver tabela 3.3**	Cobertores, tapetes	I-2	600
	Colas	I-2	800
	Colchões (exceto espuma)	I-2	500
	Condimentos, conservas	I-1	40
	Confeitarias	I-2	400
	Congelados	I-2	800
	Cortiça, artigos de	I-2	600
	Couro, curtume	I-2	700
	Laminado Sintético	I-2	1000
	Defumados	I-1	200
	Discos de música	I-2	600
	Doces	I-2	800
	Espumas	I-3	3000
	Estaleiros	I-2	700
	Farinhas	I-3	2000
	Feltros	I-2	600
	Fermentos	I-2	800
	Ferragens	I-1	300
	Fiações	I-2	600
	Fibras sintéticas	I-1	300
	Fios elétricos	I-1	300
	Flores artificiais	I-1	300

Ocupação/Uso	Descrição	Divisão	Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m²
	Fornos de secagem com grade de madeira	I-2	1000
	Forragem	I-3	2000
	Frigoríficos	I-3	2000
	Fundições de metal	I-1	40
	Galpões de secagem com grade de Madeira	I-2	400
	Galvanoplastia	I-1	200
	Geladeiras	I-2	1000
	Gelatinas	I-2	800
	Gesso	I-1	80
	Gorduras comestíveis	I-2	1000
	Gráficas (empacotamento)	I-3	2000
	Gráficas (produção)	I-2	400
	Guarda-chuvas	I-1	300
	Instrumentos musicais	I-2	600
	Janelas e portas de madeira	I-2	800
	Joias	I-1	200
	Laboratórios farmacêuticos	I-1	300
	Laboratórios químicos	I-2	500
	Lápis	I-2	600
	Lâmpadas	I-1	40
	Latas metálicas, sem embalagem	I-1	100
	Laticínios	I-1	200
	Malas, fábrica	I-2	1000
	Malharias	I-1	300
***Industrial** ***Ver tabela 3.3**	Máquinas de lavar de costura ou de Escritório	I-1	300
	Massas alimentícias	I-2	1000
	Mastiques	I-2	1000
	Matadouro	I-1	40
	Materiais sintéticos	I-3	2000
	Metalúrgica	I-1	200
	Montagens de automóveis	I-1	300
	Motocicletas	I-1	300
	Motores elétricos	I-1	300
	Móveis	I-2	600
	Olarias	I-1	100
	Óleos comestíveis e óleos em geral	I-2	1000
	Padarias	I-2	1000
	Papéis (acabamento)	I-2	500

Ocupação/Uso	Descrição	Divisão	Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m²
	Papéis (preparo de celulose)	I-1	80
	Papéis (procedimento)	I-2	800
	Papelões betuminados	I-3	2000
	Papelões ondulados	I-2	800
	Pedras	I-1	40
	Perfumes	I-1	300
	Pneus	I-2	700
	Produtos adesivos	I-2	1000
	Produtos de adubo químico	I-1	200
	Produtos alimentícios (expedição)	I-2	1000
	Produtos com ácido acético	I-1	200
	Produtos com ácido carbônico	I-1	40
	Produtos com ácido inorgânico	I-1	80
	Produtos com albumina	I-3	2000
	Produtos com alcatrão	I-2	800
	Produtos com amido	I-3	2000
	Produtos com soda	I-1	40
	Produtos de limpeza	I-3	2000
	Produtos graxos	I-2	1000
	Produtos refratários	I-1	200
	Rações balanceadas	I-2	800
	Relógios	I-1	300
	Resinas	I-3	3000
	Resinas, em placas	I-2	800
	Roupas	I-2	500
	Sabões	I-1	300
	Sacos de papel	I-2	800
	Sacos de juta	I-2	500
	Serralheria	I-1	200
	Sorvetes	I-1	80
	Sucos de Fruta	I-1	200
***Industrial** ***Ver tabela 3.3**	Tapetes	I-2	600
	Têxteis em geral (tecidos)	I-2	700
	Tintas e solventes	I-3	4000
	Tintas e vernizes	I-3	2000
	Tintas látex	I-2	800
	Tintas não inflamáveis	I-1	200
	Transformadores	I-1	200
	Tratamento de madeira	I-3	3000
	Tratores	I-1	300

Ocupação/Uso	Descrição	Divisão	Carga de Incêndio (qfi) em MJ/m²
	Vagões	I-1	200
	Vassouras ou escovas	I-2	700
	Velas de cera	I-3	1300
	Vidros ou espelhos	I-1	200
	Vinagres	I-1	80
	Vulcanização	I-2	1000

TABELA 3.2

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO RELATIVA À ALTURA DE ARMAZENAMENTO (DEPÓSITOS)

Tipo de material	Carga de incêndio (q) em MJ/m²					
	Altura de armazenamento (em metros)					
	1	2	4	6	8	10
Açúcar	3780	7560	15120	22680	30240	37800
Açúcar, produtos de	360	720	1440	2160	2880	3600
Acumuladores/baterias	360	720	1440	2160	2880	3600
Adubos químicos	90	180	360	540	720	900
Alcatrão	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Algodão	585	1170	2340	3510	4680	5850
Alimentação (alimentos industrializados)	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Aparelhos eletroeletrônicos	180	360	720	1080	1440	1800
Aparelhos fotográficos	270	540	1080	1620	2160	2700
Bebidas alcoólicas	360	720	1440	2160	2880	3600
Borracha	12870	25740	51480	77220	102960	128700
Artigos de borracha	2250	4500	9000	13500	18000	22500
Brinquedos	360	720	1440	2160	2880	3600
Cabos elétricos	270	540	1080	1620	2160	2700
Cacau, produtos de	2610	5220	10440	15660	20880	26100
Café cru	1305	2610	5220	7830	10440	13050
Caixas de madeira	270	540	1080	1620	2160	2700
Calçado	180	360	720	1080	1440	1800
Celuloide	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Cera	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Cera, artigos de	945	1890	3780	5670	7560	9450
Chocolate	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Colas combustíveis	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Colchões não sintéticos	2250	4500	9000	13500	18000	22500
Cosméticos	248	495	990	1485	1980	2475
Couro	765	1530	3060	4590	6120	7650
Couro, artigos de	270	540	1080	1620	2160	2700
Couro sintético	765	1530	3060	4590	6120	7650
Couro sintético, artigos de	360	720	1440	2160	2880	3600
Depósitos de mercadorias incombustíveis em pilhas de caixas de madeira ou de papelão	90	180	360	540	720	900
Depósitos de mercadorias incombustíveis em pilhas de caixas de Plástico	90	180	360	540	720	900

Tipo de material	Carga de incêndio (q) em MJ/m²					
	Altura de armazenamento (em metros)					
	1	2	4	6	8	10
Depósitos de mercadorias incombustíveis em estatantes metálicas (sem embalagem)	9	18	36	54	72	90
Depósitos de paletes de madeira	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Espumas sintéticas	1125	2250	4500	6750	9000	11250
Espumas sintéticas, artigos de	360	720	1440	2160	2880	3600
Farinha em sacos	3780	7560	15120	22680	30240	37800
Feltro	360	720	1440	2160	2880	3600
Feno, fardos de	450	900	1800	2700	3600	4500
Fiação, produtos de fio	765	1530	3060	4590	6120	7650
Fiação, produtos de lã	855	1710	3420	5130	6840	8550
Fósforos	360	720	1440	2160	2880	3600
Gorduras	8100	16200	32400	48600	64800	81000
Gorduras comestíveis	8505	17010	34020	51030	68040	85050
Grãos, sementes	360	720	1440	2160	2880	3600
Instrumentos de ótica	90	180	360	540	720	900
Legumes, verduras, hortifrutigranjeiros	158	315	630	945	1260	1575
Leite em pó	4050	8100	16200	24300	32400	40500
Lenha	1125	2250	4500	6750	9000	11250
Madeira em troncos	2835	5670	11340	17010	22680	28350
Madeira, aparas	945	1890	3780	5670	7560	9450
Madeira, restos de	1350	2700	5400	8100	10800	13500
Madeira, vigas e tábuas	1890	3780	7560	11340	15120	18900
Malte	6030	12060	24120	36180	48240	60300
Massas Alimentícias	765	1530	3060	4590	6120	7650
Materiais de construção	360	720	1440	2160	2880	3600
Materiais sintéticos	2655	5310	10620	15930	21240	26550
Material de escritório	585	1170	2340	3510	4680	5850
Medicamentos, embalagem	360	720	1440	2160	2880	3600
Móveis de madeira	360	720	1440	2160	2880	3600
Móveis, estofados sem espuma sintética	180	360	720	1080	1440	1800
Painel de madeira aglomerada	3015	6030	12060	18090	24120	30150
Papel	3780	7560	15120	22680	30240	37800
Papel prensado	945	1890	3780	5670	7560	9450
Papelaria, estoque	495	990	1980	2970	3960	4950
Produtos farmacêuticos, estoque	360	720	1440	2160	2880	3600
Peças automotivas	360	720	1440	2160	2880	3600
Perfumaria, artigos de	225	450	900	1350	1800	2250
Pneus	810	1620	3240	4860	6480	8100
Portas de madeira	810	1620	3240	4860	6480	8100
Produtos químicos combustíveis	450	900	1800	2700	3600	4500

Tipo de material	Carga de incêndio (q) em MJ/m²					
	Altura de armazenamento (em metros)					
	1	2	4	6	8	10
Queijos	1125	2250	4500	6750	9000	11250
Resinas sintéticas	1890	3780	7560	11340	15120	18900
Resinas sintéticas, placas de	1530	3060	6120	9180	12240	15300
Sabão	1890	3780	7560	11340	15120	18900
Sacos de papel	5670	11340	22680	34020	45360	56700
Sacos de plástico	11340	22680	45360	68040	90720	113400
Tabaco em bruto	765	1530	3060	4590	6120	7650
Tabaco, artigos de	945	1890	3780	5670	7560	9450
Tapeçarias	765	1530	3060	4590	6120	7650
Tecidos em geral	900	1800	3600	5400	7200	9000
Tecidos sintéticos	585	1170	2340	3510	4680	5850
Tecidos, fardos de algodão	585	1170	2340	3510	4680	5850
Tecidos, seda artificial	450	900	1800	2700	3600	4500
Toldos ou lonas	450	900	1800	2700	3600	4500
Velas de cera	10080	20160	40320	60480	80640	100800
Vernizes	1125	2250	4500	6750	9000	11250
Vernizes de cera	2250	4500	9000	13500	18000	22500

TABELA 3.3

CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO QUANTO À CARGA DE INCÊNDIO

MÉTODO PARA LEVANTAMENTO DA CARGA DE INCÊNDIO ESPECÍFICA

1. Os valores da carga de incêndio específica para as edificações destinadas a depósitos, explosivos e ocupações especiais podem ser determinados pela seguinte expressão:

$$q_{fi} = \frac{\left(\sum M_i H_i\right)}{A_f}$$

Onde:

qfi - valor da carga de incêndio específica, em megajoule por metro quadrado de área de piso;

Mi - massa total de cada componente (i) do material combustível, em quilograma. Esse valor não pode ser excedido durante a vida útil da edificação exceto quando houver alteração de ocupação, ocasião em que (Mi) deve ser reavaliado;

Hi - potencial calorífico específico de cada componente do material combustível, em megajoule por quilograma;

Af - área do piso do compartimento, em metro quadrado.

ANEXO B

CÓDIGO ESTADUAL SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
TABELAS DE EXIGÊNCIAS

TABELA 4
EXIGÊNCIAS PARA EDIFICAÇÕES EXISTENTES

PERÍODO DE EXISTÊNCIA DA EDIFICAÇAO E AREAS DE RISCO	**ÁREA CONSTRUÍDA ≤ 750 m² e ALTURA ≤ 12 m**	**ÁREA CONSTRUÍDA > 750 m² e/ou ALTURA > 12 m**
EDIFICAÇÕES NOVAS	Conforme Tabela 5	Conforme Tabelas 6
QUALQUER PERÍODO ANTERIOR À VIGÊNCIA DESTE CÓDIGO	Conforme RTCBMRS	

NOTAS GERAIS:

a - Os riscos específicos devem atender às Resoluções Técnicas respectivas e às regulamentações do Corpo de Bombeiro Militar do Estado Rio Grande do Sul;

b - As instalações elétricas e o sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA) devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

c – O acesso de viaturas de bombeiro em edificações com até 12 metros de altura poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público.

TABELA 5

EXIGÊNCIAS PARA EDIFICAÇÕES COM ÁREA MENOR OU IGUAL A 750 M^2

E ALTURA INFERIOR OU IGUAL A 12,00 M

Medidas de Segurança contra Incêndio	**A, D, E e G**	**B**	**C**	**F**					**H**		**I e J**	**L**
				F1 F2, F3, F4, F7 e F8	F5 e F6	F9 e F10	F11	F12	H1, H4 e H6	H2, H3 e H5		L1
Controle de Materiais de Acabamento	-	X	-	X4	X	-	-	-	-	X	-	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X[1]	X[2]	X[1]	X[3]	X[3]	X[3]	X	X	X[1]	X[1]	X[1]	-
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X[6]	-	-	X[4]	X[4]	X[4]	X	X	-	X	-	X
Plano de Emergência				X[4]	X[4]		-	X[4]				
Detecção Automática				X[7]	X[5-7]		-	-		X		
Controle de Fumaça					X[5]		-	-				

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 - Somente para as edificações com mais de 2 pavimentos;

2 - Estão isentos os motéis que não possuam corredores internos de serviços;

3 - Para edificação com lotação superior a 50 pessoas ou edificações com mais de dois pavimentos.

4 – Exigido para lotação superior a 400 pessoas.

5 - Exigido somente para F-5 e F-6 para lotação superior a 200 pessoas, locais sem ventilação natural (janelas) permanente e para locais em subsolos ocupados, devem possuir alarme setorizado na central de segurança.

6 - Para E-5 e E-6

7- Exigido somente para F-5 e F-6 para lotação superior a 200 pessoas

Obs.: Para F-5 F-6 F-7 observar ainda as exigências da Resoluções Técnicas (RTCBMRS) específicas.

NOTAS GERAIS:

a - Para o Grupo M (especiais) ver tabelas específicas;

b - Para a Divisão G-5 (hangares): prever sistema de drenagem de líquidos nos pisos para bacias de contenção à distância. Não é permitido o armazenamento de líquidos combustíveis ou inflamáveis dentro dos hangares;

c - Para a Divisão L-1 (Explosivos), atender a RTCBMRS específica. As Divisões L-2 e L-3 somente serão avaliadas pelo Corpo de Bombeiro Militar do Rio Grande do Sul através do seu Corpo Técnico;

d – (Revogado)

e - As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

f - Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas normas técnicas específicas;

g - Depósitos em áreas descobertas, observar as exigências da Tabela 6J;

h - No cômputo de pavimentos, desconsiderar os pavimentos de subsolo quando destinados a estacionamento de veículos, vestiários e instalações sanitárias, áreas técnicas sem aproveitamento para quaisquer atividades ou permanência humana.

i - Para lotação superior a 500 pessoas, do grupo F-6 com Carga de Incêndio de Risco Médio e Alto será exigido sistema de chuveiros automático – podendo a reserva ser para 30 minutos.

TABELA 6A

EDIFICAÇÕES DO GRUPO A COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO A – RESIDENCIAL**					
Divisão	A-2, A-3 e Condomínios Residenciais					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio				X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[2]	X[2]	X[2]
Controle de Materiais de Acabamento	-	-	-	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[1]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Alarme de Incêndio				X[3]	X[3]	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante	X	X	X	X	X	X

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 80 m;

2 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça somente nos átrios;

3 – Pode ser substituído pelo sistema de interfone, desde que cada apartamento possua um ramal ligado à central, que deve ficar numa portaria com vigilância humana 24 horas e tenha uma fonte autônoma, com duração mínima de 60 min.

NOTAS GERAIS:

a – O pavimento superior da unidade *duplex* do último piso da edificação não será computado para a altura da edificação;

b – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

c – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas Instruções Técnicas;

e – A exigência de brigada de incêndio, central de GLP e hidrante será somente para as edificações com altura superior a 12m.

f – para condomínios horizontais unifamiliares com “raio” superior a 300 metros da portaria exigido sistema de hidrante urbano. (observar impossibilidade de acesso de viatura de bombeiros até a edificação) e para habitação multifamiliar mangotinhos.

g – O acesso de viatura, para edificações com altura inferior a 12m, poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público. Para edificações com menos de 12m de altura e que requeiram hidrante, a rede seca poderá ser substituída pelo dispositivo de recalque.

TABELA 6B

EDIFICAÇÕES DO GRUPO B - ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO B – SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM**					
Divisão	B-1 e B-2					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	X[1]	X[1]	X[2]	X[2]	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[3]	X[3]	X[7]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[9]
Plano de Emergência	-	-	-	-	-	X[6]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X[4]	X[4]	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	X[4;5]	X[5]	X	X	X
Alarme de Incêndio	X[6]	X[6]	X[6]	X[6]	X[6]	X[6]
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[8]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;

2 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos;

3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

4 – Estão isentos os motéis que não possuam corredores internos de serviço;

5 – Os detectores de incêndio devem ser instalados em todos os quartos;

6 – Os acionadores manuais devem ser instalados nas áreas de circulação;

7 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas em RTCBMRS;

8 – Acima de 60 metros de altura;

9 – Deve haver Elevador de Emergência para altura acima de 60 m.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o Sistema de Para Raios e Descargas Atmosféricas – SPDA, devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas Instruções Técnicas;

d - O acesso de viatura, para edificações com altura inferior a 12m, poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público. Para edificações com menos de 12m de altura e que requeiram hidrante, a rede seca poderá ser substituída pelo dispositivo de recalque.

TABELA 6C

EDIFICAÇÕES DO GRUPO C COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO C – COMERCIAL**					
Divisão	C-1, C-2 e C-3					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X[1]	X[1]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[8;9]	X[3]	X[10]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[6]
Plano de Emergência	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	X[5]	X[5]	X[5]	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emerg.	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos				X[11]	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[7]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituído por sistema de chuveiros automáticos;

2 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos;

3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

e) – Para edificações de divisão C-3 (*shopping centers*);

f) – Somente para as áreas de depósitos superiores a 750m²;

g) – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

h) – Acima de 60 metros de altura;

i) – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

j) – Deve haver controle de fumaça nos átrios, podendo ser dimensionados como sendo padronizados conforme RTCBMRS específica;

l) – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas nas RTCBMRS específicas;

m) – Exceto para as edificações comerciais com baixa carga de incêndio.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS .

d- para edificações sem ventilação natural (janelas) exige-se controle de fumaça;

e - O acesso de viatura, para edificações com altura inferior a 12m, poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público. Para edificações com menos de 12m de altura e que requeiram hidrante, a rede seca poderá ser substituída pelo dispositivo de recalque.

TABELA 6D

EDIFICAÇÕES DO GRUPO D COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO D – SERVIÇOS PROFISSIONAIS**					
Divisão	D-1, D-2, D-3 e D-4					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X[1]	X[1]	X[1]	X[2]	X[2]	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[6;7]	X[3]	X[8]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[5]
Plano de Emergência	-	-	-	-	-	X[4]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[4]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;

2 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos;

3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

4 – Edificações acima de 60 metros de altura;

5 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

6 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

7 – Deve haver controle de fumaça nos átrios, podendo ser dimensionados como sendo padronizados conforme RTCBMRS pertinente.

8 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas em RTCBMRS própria.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS;

d - O acesso de viatura, para edificações com altura inferior a 12m, poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público. Para edificações com menos de 12m de altura e que requeiram hidrante, a rede seca poderá ser substituída pelo dispositivo de recalque.

TABELA 6E

EDIFICAÇÕES DO GRUPO E COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO E – EDUCACIONAL E CULTURAL**					
Divisão	E-1, E-2, E-3, E-4, E-5 e E-6					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[1]	X[1]	X[2]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[3]
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	X 5	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência.	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[4]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – A compartimentação vertical será considerada para as fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

2 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas nas RTCBMRS pertinentes;

3 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60
m; 4 – Acima de 60 metros de altura.

5- Nas áreas de apoio (biblioteca, laboratórios, escritórios, reprografia, casas máquinas, refeitórios etc.)

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Os locais destinados a laboratórios devem ter proteção em função dos produtos utilizados; d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS;

e – O sistema de hidrante e mangotinhos será exigido para edificações com área construída superior a 750m².

TABELA 6F.1

EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO F-1 e F-2 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO F – LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO**											
Divisão	F-1 (museu)						F-2 (igrejas)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Aci Ma de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[2]	X[3]	X[7]	-	-	-	X[1]	X[3]	X[7]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X[5]
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[6]	-	-	-	-	-	X[6]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – A compartimentação vertical será considerada para as fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

2 - Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

3 – Pode ser substituída por detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

4 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60m;

5 – Acima de 60 metros de altura;

6 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas nas RTCBMRS referentes a compartimentações.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas Instruções Técnicas;

e – O sistema de hidrante e mangotinhos será exigido para edificações, do Grupo F-2, com área construída superior a 750 m²;

f - O acesso de viatura, para edificações com altura inferior a 12m, poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público. Para edificações com menos de 12m de altura e que requeiram hidrante, a rede seca poderá ser substituída pelo dispositivo de recalque.

TABELA 6F.2

EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO F-3, F-9 E F-4 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO F – LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO**											
Divisão	F-3 e F-9						F-4					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Tér-rea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Aci-ma de 30	Tér-rea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Aci-Ma De 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[1]	X[1]	X	-	-	-	X[1]	X[2]	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[5]	X	X	X	X	X	X[5]
Plano de Emergência	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	-	X[9]	X[9]	X[9]	X[9]	X[9]	X[9]
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	X[7]	X[7]	X[7]	X[8]	X[8]	X[8]	X[8]	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[6]	-	-	-	-	-	X[6]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – A compartimentação vertical será considerada para as fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

2 – Pode ser substituída por controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

3- somente para locais com público acima de 1000 pessoas – (terminais de passageiros e assemelhados)

4 – Somente para a divisão F-3;

5 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

6 – Acima de 60 metros de altura;

7 – Não exigido nas arquibancadas. Nas áreas internas, verificar exigências conforme o uso ou ocupação específica. Para divisão F-3, verificar também a Instrução Técnica pertinente;

8 – Exigido para áreas edificadas superiores a 10.000 m². Nas áreas internas, verificar exigências conforme o uso ou ocupação específica;

9 – Para os locais onde haja carga de incêndio como depósitos, escritórios, cozinhas, pisos técnicos, casa de máquinas etc., e nos locais de reunião onde houver teto ou forro falso com revestimento combustível.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Os locais de comércio ou atividades distintas das divisões F-3, F-4 e F-9 terão as medidas de proteção conforme suas respectivas ocupações;

d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas Resoluções Técnicas.

TABELA 6F.3

EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO F-5, F-6 E F-8 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO F – LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO**											
Divisão	F-5 e F-6						F-8					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima De 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X	X	-	-	-	X[1]	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[2]	X[2]	X	-	-	-	X[2]	X[2]	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X[5]
Plano de Emergência				X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	X[3]	X[3]	X[3]	X	X	X	-	-	-	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emerg.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	X7	X7	X7	X7	X	X	-	-	-	-	-	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[6]	-	-	-	-	-	X[6]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos;

2 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos;

3 – Exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações;

4 – Para os locais onde haja carga de incêndio como depósitos, escritórios, cozinhas, pisos técnicos, casa de máquinas etc. e nos locais de reunião onde houver teto ou forro falso com revestimento combustível;

5 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

6 – Acima de 60 metros de altura.

7 – Somente para f-6

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Nos locais de concentração de público, é obrigatória, antes do início de cada evento, a explanação ao público da localização das saídas de emergência, bem como dos sistemas de segurança contra incêndio existentes no local;

d – Iluminação de balizamento nas rotas de saída (luz-piloto permanente) e para edificações sem ventilação natural (janelas) exige-se controle de fumaça

TABELA 6F.4

EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO F-7 E F-10 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e Uso	**GRUPO F – LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO**											
Divisão	**F-7**						**F-10**					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	-	-	-	-	-	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X[2]	X[2]	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X[4]
Plano de Emergência	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X
Alarme de Incêndio	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X[5]

NOTAS ESPECÍFÍCAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;

2 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;

3 – Somente para locais com público acima de 1.000 pessoas;

4 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

5 – Acima de 60 metros de altura.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c - A Divisão F-7 deve observar as exigências complementares das respectivas RTCBMRS;

d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6G.1
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO G-1 E G-2 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M² OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO G – SERVIÇOS AUTOMOTIVOS E ASSEMELHADOS**					
Divisão	G-1 e G-2					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[4]	X[4]	X[4]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[2]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	X
Alarme de Incêndio	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	X[3]	X[3]	X[3]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Deve haver pelo menos um acionador manual, por pavimento, a no máximo 5 m da saída de emergência;
2 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;
3 – Acima de 15 metros de altura, sendo dispensado caso a edificação seja aberta lateralmente;
4 – Exigido para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS;
d - O acesso de viatura, para edificações com altura inferior a 12m, poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público. Para edificações com menos de 12m de altura e que requeiram hidrante, a rede seca poderá ser substituída pelo dispositivo de recalque.

TABELA 6G.2

EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO G-3 E G-4 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO G – SERVIÇOS AUTOMOTIVOS E ASSEMELHADOS**											
Divisão	G-3						G-4					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Tér-rea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	-	-	-	-	-	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[5]	X[5]	X[5]	-	-	-	X[5]	X[5]	X[5]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[3]	X	X	X	X	X	X[3]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Alarme de Incêndio	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[4]	-	-	-	-	-	X[4]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;

2 – Deve haver pelo menos um acionador manual, por pavimento, a no máximo 5 m da saída de emergência;

3 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

4 – Acima de 60 metros de altura;

5 **–** Exigido para as compartimentações das fachadas e selagens dos *shafts* e dutos de instalações.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS;

d - O acesso de viatura, para edificações com altura inferior a 12m, poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público. Para edificações com menos de 12m de altura e que requeiram hidrante, a rede seca poderá ser substituída pelo dispositivo de recalque.

TABELA 6G.3
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO G-5 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**Divisão G-5 – HANGARES**					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	X	X	X	X	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X
Plano de Emergência	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	X[1]	X	X	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Sistema de Espuma	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Somente para áreas superiores a 5.000 m²;

2 – Prever extintores portáteis e extintores sobrerrodas, conforme regras da RTCBMRS específica;

3 – Não exigido entre 750 m² e 2.000 m². Para áreas entre 2.000 m² e 5.000 m², o sistema de espuma pode ser manual. Para áreas superiores a 5.000 m², o sistema de espuma deve ser fixo por meio de chuveiros, tipo dilúvio, podendo ser setorizado; quando automatizado, deve-se interligar ao sistema de detecção automática de incêndio. Para o dimensionamento ver as RTCBMRS específicas.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Deve haver sistema de drenagem de líquidos nos pisos dos hangares para bacias de contenção à distância;

d – Não é permitido o armazenamento de líquidos combustíveis ou inflamáveis dentro dos hangares;

e – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS

TABELA 6H.1
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO H-1 E H-2 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M2 OU ALTURA
SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO H – SERVIÇOS DE SAÚDE E INSTITUCIONAL**											
Divisão	H-1						H-2					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Tér-rea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[3]	X[4]	X[7]	-	-	-	X[3]	X[4]	X[7]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[6]	X	X	X	X	X	X[5]
Plano de Emergência	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	X	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]
Alarme de Incêndio	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[6]	-	-	-	-	-	X[6]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Os detectores deverão ser instalados em todos os quartos;

2 – Acionadores manuais serão obrigatórios nos corredores;

3 – Pode ser substituída por sistema detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;

4 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;

5 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

6 – Acima de 60 metros de altura;

7 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas na RTCBMRS específica.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS;

d - O acesso de viatura, para edificações com altura inferior a 12m, poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público. Para edificações com menos de 12m de altura e que requeiram hidrante, a rede seca poderá ser substituída pelo dispositivo de recalque.

TABELA 6H.2

EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO H-3 E H-4 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO H – SERVIÇOS DE SAÚDE E INSTITUCIONAL**											
Divisão	H-3						H-4					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação Quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	X[7]	X[7]	X[7]	X[7]	X	-	-	-	-	-	-
Compartimentação Vertical	-	-	X[9]	X[3]	X[3]	X[8]	-	-	-	X[3]	X[3]	X[8]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-
Saídas de Emergência	X	X	X	X[4]	X[4]	X[4]	X	X	X	X	X	X[5]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X	-	-	-	-	-	-
Alarme de Incêndio	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[6]	-	-	-	-	-	X[6]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Dispensado nos corredores de circulação;

2 – Acionadores manuais serão obrigatórios nos corredores;

3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;

4 – Deve haver Elevador de Emergência;

5 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m; 6 – Acima de 60 metros de altura;

7 – Pode ser substituída por chuveiros automáticos;

8 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas nas RTCBMRS pertinentes.

9 – Exigido para selagens dos shafts e dutos de instalações;

10 – As áreas administrativas devem ser consideradas como D-1 e hotéis de trânsito devem ser enquadrados como B-1.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS; b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6H.3

EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO H-5 E H-6 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO H – SERVIÇOS DE SAÚDE E INSTITUCIONAL**											
Divisão	H-5 (presídios...)						H-6 (clínicas...)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação Quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Tér-rea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	-	-	-	-	-	X[6]	X[6]	X[6]	X[7]	X[7]	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X[8;9]	X[3]	X[10]
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[4]	X	X	X	X	X	X[4]
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X	-	-	-	-	-	-
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[5]	-	-	-	-	-	X[5]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Para a Divisão H-5, as prisões em geral (Casas de Detenção, Penitenciárias, Presídios etc.) não é necessário detecção automática de incêndio. Para os hospitais psiquiátricos e assemelhados, prever detecção em todos os quartos;

2 – Somente nos quartos, se houver;

3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;

4 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

5 – Acima de 60 metros de altura;

6 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;

7 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos;

8 – Pode ser substituída por sistema de detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;

9 – Deverá haver controle de fumaça nos átrios, podendo ser dimensionados como sendo padronizados conforme RTCBMRS específica;

10 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, até 60 metros de altura, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações, sendo que para altura superior deve-se, adicionalmente, adotar as soluções contidas na RTCBMRS específica.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6I.1

EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO I-1 E I-2 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO I – INDUSTRIAL**											
Divisão	I-1 (risco baixo)						I-2 (risco médio)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Tér-rea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Tér-rea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X[4]	X[4]	X[4]	X	X	X	X[4]	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	-	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]
Compartimentação Vertical	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[2]	X	X	X	X	X	X[2]
Plano de Emergência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[3]	-	-	-	-	-	X[3]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automático;

2 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m; 3 – Acima de 60 metros de altura.

4 – O acesso de viatura poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público, com altura de até 12 metros.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS; b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6I.2

EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO I-3 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO I – INDUSTRIAL**					
Divisão	I-3 (risco alto)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[3]	X[3]	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[2]
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	X	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;

2 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS específicas;

b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6J.1

EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO J-1 E J-2 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO J – DEPÓSITO**											
Divisão	J-1 (material incombustível)						J-2 (risco baixo)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	-	X	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	-	-	-	-	-	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[2]	X[2]	X	-	-	-	X[5]	X[5]	X
Controle de Materiais de Acabamento	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X[3]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	X
Alarme de Incêndio	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X[4]	-	-	-	-	-	X[4]

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;

2 – Exigido para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações;

3 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

4 – Acima de 60 metros de altura;

5 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS; b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS;

d – Em qualquer tipo de ocupação, sempre que houver depósito de materiais combustíveis (J-2, J-3 e J-4), dispostos em áreas descobertas, serão exigidos nestes locais:

d.1: Proteção por sistema de hidrantes e brigada de incêndio para áreas delimitadas de depósito superiores a 2.500 m²;

d.2: Proteção por extintores, podendo os mesmos ficar agrupados em abrigos nas extremidades do terreno, com percurso máximo de 50 m;

d.3: Recuos e afastamentos das divisas do lote (terreno): limite do passeio público de 3,0 m; limite das divisas laterais e dos fundos de 2,0 m; limite de bombas de combustíveis, equipamentos e máquinas que produzam calor e outras fontes de ignição de 3,0 m;

d.4: O depósito deverá estar disposto em lotes máximos de 20 metros de comprimento e largura, separados por corredores entre os lotes com largura mínima de 1,5 m.

e – O acesso de viatura poderá ser substituído por rede seca junto ao passeio público, com altura de até 12 metros.

TABELA 6J.2

EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO J-3 E J-4 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2 OU ALTURA SUPERIOR A 12,00 M

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO J – DEPÓSITO**											
Divisão	J-3 (risco médio)						J-4 (risco alto)					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**						**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X[3]	X[3]	X	-	-	-	X[3]	X[3]	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X[2]	X	X	X	X	X	X[2]
Plano de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
Controle de Fumaça	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	X

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Pode ser substituída por sistema de chuveiros automáticos;

2 – Deve haver Elevador de Emergência para altura maior que 60 m;

3 – Pode ser substituída por sistema de controle de fumaça, detecção de incêndio e chuveiros automáticos, exceto para as compartimentações das fachadas e selagens dos shafts e dutos de instalações.

NOTAS GERAIS:

a – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS; b – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS;

d – Em qualquer tipo de ocupação, sempre que houver depósito de materiais combustíveis (J-2, J-3 e J-4), dispostos em áreas descobertas, serão exigidos nestes locais:

d.1: Proteção por sistema de hidrantes e brigada de incêndio para áreas delimitadas de depósito superiores a 2.500 m²;d.2: Proteção por extintores, podendo os mesmos ficar agrupados em abrigos nas extremidades do terreno, com percurso máximo de 50 m;

d.3: Recuos e afastamentos das divisas do lote (terreno): limite do passeio público de 3,0 m; limite das divisas laterais e dos fundos de 2,0 m; limite de bombas de combustíveis, equipamentos e máquinas que produzam calor e outras fontes de ignição de 3,0 m;

d.4: O depósito deverá estar disposto em lotes máximos de 20 metros de comprimento e largura, separados por corredores entre os lotes com largura mínima de 1,5 m.

TABELA 6M.1

EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO DE DIVISÃO M-1

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO M – ESPECIAIS**			
Divisão	M-1 TÚNEL			
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Extensão em metros (m)**			
	Até 200	De 200 a 500	De 500 a 1.000	Acima de 1.000[1]
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X
Controle de Fumaça	X	X	X	X
Plano de Emergência	-	X	X	X
Brigada de Incêndio	-	X	X	X
Iluminação de Emergência	-	X	X	X
Sistema de Comunicação	-	-	X	X
Sistema de Circuito de TV (monitoramento)	-	-	-	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X
Extintores	-	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	-	X	X	X

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Túneis acima de 1.000 metros de extensão devem ser regularizados mediante apreciação do COESPPCI de acordo com norma nacional específica.

NOTAS GERAIS:

a – Atender às exigências e condições particulares para as medidas de segurança contra incêndio de acordo com a RTCBMRS sobre túnel rodoviário;

b – As instalações elétricas devem estar em conformidade com as RTCBMRS;

c – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6M.2
EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO DE DIVISÃO M-2 (QUALQUER ÁREA E ALTURA)

Grupo de ocupação	**GRUPO M – ESPECIAIS**				
Divisão	M-2 – Líquidos e gases combustíveis e inflamáveis				
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Tanques ou cilindros e processos**		**Plataforma de Carregamento**	**Produtos acondicionados**	
	Líquidos até 20 m³ ou gases até 10m³ (b)	Líquidos acima de 20 m3 ou gases acima de 10m³ (b)		Líquidos até 20 m3 ou gases até 12.480kg	Líquidos acima de 20 m3 ou gases ou gases acima de 12.480kg
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	-	-	-	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	-	-	-	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X	X
Controle de Materiais de Acabamento	-	-	-	X	X
Saídas de Emergência	-	-	X	X	X
Plano de Emergência	-	X	-	-	X
Brigada de Incêndio	-	X	X	-	X
Iluminação de Emergência	-	-	-	X[1,3]	X[3]
Detecção de Incêndio	-	-	-	-	X
Alarme de Incêndio	-	X	X	-	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	-	X	X[2]	-	X
Resfriamento	-	X	X[2]	-	X
Espuma	-	X	X[2]	-	X

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Somente quando a área construída for superior a 750 m² ;

2 – Somente para líquidos inflamáveis e combustíveis, conforme exigências da RTCBMRS (proteção para líquidos inflamáveis e combustíveis);

3 – Luminárias à prova de explosão.

NOTAS GERAIS:

a – devem ser verificadas as exigências quanto ao armazenamento e processamento (produção, manipulação etc.) constante da RTCBMRS sobre Segurança contra Incêndio para líquidos inflamáveis e combustíveis; Instrução Técnica sobre Manipulação, armazenamento, comercialização e utilização de GLP e RTCBMRS sobre Comercialização, distribuição e utilização de gás natural;

b – considera-se para efeito de gases inflamáveis a capacidade total do volume em água que o recipiente pode comportar, expressa em m³ (metros cúbicos);

c – as instalações elétricas e SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais.

TABELA 6M.3

EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO DE DIVISÃO M-3

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO M – ESPECIAIS**					
Divisão	M-3 – Centrais de Comunicação e Energia					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação Quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Segurança Estrutural contra Incêndio	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Horizontal (áreas)	X	X	X	X	X	X
Compartimentação Vertical	-	-	-	X	X	X
Controle de Materiais de Acabamento	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X
Plano de Emergência	-	-	-	X	X	X
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X	X	X	X	X	X
Detecção de Incêndio	-	-	X	X	X	X
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X	X	X	X	X	X
Chuveiros Automáticos	-	-	-	X[1]	X[1]	X

NOTA ESPECÍFICA:
1 – O sistema de chuveiros automáticos para a divisão M-3 pode ser substituído por sistema de gases, através de supressão total do ambiente.

NOTAS GERAIS:
a – Para as subestações elétricas deve-se observar também os critérios da RTCBMRS específica que trate sobre estações/subestação elétrica;
b – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
c – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6M.4
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO M-4 E M-7 COM ÁREA SUPERIOR A 750 M^2

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO M – ESPECIAIS**	
Divisão	M-4 e M-7	
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**	
	M-4 (qualquer altura)	M-7 (térreo – áreas externas)
Acesso de Viatura na Edificação	X	X
Saídas de Emergência	X[1]	X[1]
Brigada de Incêndio	X	X
Sinalização de Emergência	X	X
Extintores	X	X

NOTAS ESPECÍFICAS:
1 – Para M-4: aceitam-se as próprias saídas da edificação, podendo as escadas ser do tipo NE. Para M-7: aceitam-se os arruamentos entre as quadras de armazenamento.

NOTAS GERAIS:
a – Observar também as exigências da RTCBMRS para pátio de contêiner;
b – As áreas a serem consideradas para M-7 são as áreas dos terrenos abertos (lotes) onde há depósito de contêineres;
c – Quando houver edificação (construção) dentro do terreno das áreas de riscos, deve-se também verificar as exigências particulares para cada ocupação. Casos específicos, adotar Comissão Técnica;
d – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as normas técnicas oficiais;
e – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 6M.5
EDIFICAÇÕES DE DIVISÃO M-5

Grupo de ocupação e uso	**GRUPO M – ESPECIAIS**					
Divisão	M-5					
Medidas de Segurança contra Incêndio	**Classificação quanto à altura (em metros)**					
	Térrea	H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 23	23 < H ≤ 30	Acima de 30
Acesso de Viatura na Edificação	X	X	X	X	X	X
Saídas de Emergência	X	X	X	X	X	X
Plano de Emergência	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]	X[1]
Brigada de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Iluminação de Emergência	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]	X[2]
Controle de Temperatura	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]
Alarme de Incêndio	X	X	X	X	X	X
Sinalização de Emergência	X	X	X	X	X	X
Extintores	X	X	X	X	X	X
Hidrante e Mangotinhos	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]
Chuveiros Automáticos	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]	X[3]
Controle de Fontes de Ignição	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]
Controle de “Pós”	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]	X[4]
SPDA	X	X	X	X	X	X

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – Áreas de risco que possuam mais de um depósito de silagem;
2 – Somente para as áreas de circulação;
3 – Observar regras e condições particulares para essa medida na RTCBMRS de armazenamento em silos;
4 – Nas áreas com acúmulo de pós.

NOTAS GERAIS:

a – Observar ainda as exigências particulares da RTCBMRS de armazenamento em silos;
b – As instalações elétricas e o SPDA devem estar em conformidade com as RTCBMRS;
c – Para subsolos ocupados ver Tabela 7;
d – Observar ainda as exigências para os riscos específicos das respectivas RTCBMRS.

TABELA 7

EXIGÊNCIAS ADICIONAIS PARA OCUPAÇÕES EM SUBSOLOS DIFERENTES DE ESTACIONAMENTO

Área ocupada (m²) no(s) subsolo(s)		**Ocupação do Subsolo**	**Medidas de segurança adicionais no subsolo**
No Primeiro Ou Segundo Subsolo	Até 50	Todas	- Sem exigências adicionais
	Entre 50 e 100	Depósito	- Depósitos individuais[1] com área máxima até 5m² cada, ou - Depósitos individuais[1] com área máxima até 25m² cada e detecção automática de incêndio no depósito, ou - Chuveiros automáticos[2] de resposta rápida no depósito, ou Controle de fumaça.
		Divisões F-1, F-2, F-3, F-5, F-6, F-10	- Ambientes subdivididos[1] com área máxima até 50m² e detecção automática de incêndio em todo o subsolo, ou - Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida em todo subsolo, ou Controle de fumaça.
		Outras Ocupações	- Ambientes subdivididos[1] com área máxima até 50m² e detecção automática de incêndio nos ambientes ocupados, Ou - Chuveiros automáticos[2] de resposta rápida nos ambientes ocupados, ou - Controle de fumaça.
	Entre 100 e 250	Depósito	- Depósitos individuais[1] com área máxima até 5m² cada, ou - Ambientes subdivididos[1] com área máxima até 50m², detecção automática de incêndio no depósito e exaustão[4], Ou - Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida no depósito e exaustão[4] ou - Controle de fumaça.
		Divisões F-1, F-2, F-3, F-5, F-6, F-10	- Detecção automática de incêndio em todo o subsolo, exaustão[4] e duas saídas de emergência ou - Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida em todo o subsolo e exaustão[4], ou - Controle de fumaça.
		Outras Ocupações	- Detecção automática de incêndio nos ambientes ocupados e exaustão[4], ou - Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida nos ambientes ocupados e exaustão[4], ou - Controle de fumaça.

	Entre 250 e 750	Depósito[5]	- Depósitos individuais[1], em edificações residenciais, com área máxima até 5m² cada, ou - Detecção automática de incêndio em todo o subsolo e exaustão[4] ou - Chuveiros automáticos[5] de resposta rápida em todo o subsolo e exaustão[4], ou - Controle de fumaça.
		Divisões F-1, F-2, F-3, F-5, F-6, F-10	- Detecção automática de incêndio em todo o subsolo, exaustão[4] e duas saídas de emergência em lados opostos, Ou - Chuveiros automáticos[5] de resposta rápida em todo o subsolo e exaustão[4], ou - Controle de fumaça.
		Outras Ocupações	- Detecção automática de incêndio em todo o subsolo e exaustão[4] ou - Chuveiros automáticos[5] de resposta rápida em todo o subsolo e exaustão[4], ou - Controle de fumaça.
	Acima de 750	Depósito[5]	- Depósitos individuais[1], em edificações residenciais, com área máxima até 5m² cada, ou - Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida e detecção automática de incêndio, em todo o subsolo, duas saídas de emergência em lados opostos e controle de fumaça.
		Outras Ocupações	- Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida e detecção automática de incêndio, em todo o subsolo, duas saídas de emergência em lados opostos e controle de fumaça.
Nos Demais Subsolos	Até 100	Depósito	- Depósitos individuais[1] com área máxima até 5m² cada, ou - Depósitos individuais[1] com área máxima até 25m² cada e detecção automática de incêndio no depósito, ou - Chuveiros automáticos[2] de resposta rápida no depósito, ou - Controle de fumaça.
		Divisões F-1, F-2, F-3, F-5, F-6, F-10	- Detecção automática de incêndio em todo o subsolo, exaustão[4] e duas saídas de emergência ou - Chuveiros automáticos[5] de resposta rápida em todo o subsolo e exaustão[4], ou - Controle de fumaça.
		Outras Ocupações	- Detecção automática de incêndio nos ambientes ocupados e exaustão[4], ou - Chuveiros automáticos[2] de resposta rápida nos ambientes ocupados e exaustão[4], ou - Controle de fumaça.
	Acima de 100	Depósito[5]	- Depósitos individuais[1], em edificações residenciais, com área máxima até 5m² cada, ou - Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida e detecção automática de incêndio, em todo o subsolo, duas saídas de emergência em lados opostos e controle de fumaça.
		Outras ocupações	- Chuveiros automáticos[3] de resposta rápida e detecção automática de incêndio, em todo o subsolo, duas saídas de emergência em lados opostos e controle de fumaça.

NOTAS ESPECÍFICAS:

1 – As paredes dos compartimentos devem ser construídas com material resistente ao fogo por 60 minutos, no mínimo;

2 – Pode ser interligado à rede de hidrantes pressurizada, utilizando-se da bomba e da reserva de incêndio dimensionada para o sistema de hidrantes;

3 – Pode ser interligado à rede de hidrantes pressurizada, utilizando-se da reserva de incêndio dimensionada para o sistema de hidrantes, entretanto a bomba de incêndio deve ser dimensionada considerando o funcionamento simultâneo de seis bicos e um hidrante. Havendo chuveiros automáticos instalados no edifício, não há necessidade de trocar os bicos de projeto por bicos de resposta rápida;

4 – Exaustão natural ou mecânica nos ambientes ocupados conforme estabelecido na RTCBMRS sobre controle de fumaça;

5 – Somente depósitos situados em edificações residenciais.

NOTAS GERAIS:

a – Ocupações permitidas nos subsolos (qualquer nível) sem necessidade de medidas adicionais: garagem de veículos, lavagem de autos, vestiários até 100m², banheiros, áreas técnicas não habitadas (elétrica, telefonia, lógica, motogerador) e assemelhados;

b – Entende-se por medidas adicionais àquelas complementares às exigências prescritas ao edifício;

c – Além do contido neste Regulamento, os subsolos devem também atender às exigências contidas nos respectivos Códigos de Obras Municipais, principalmente quanto à salubridade e ventilação;

d – Para área total ocupada de até 750 m², se houver compartimentação, de acordo com a RTCBMRS pertinente, entre os ambientes, as exigências desta tabela poderão ser consideradas individualmente para cada compartimento;

e – O sistema de controle de fumaça será considerado para os ambientes ocupados.

DECRETO Nº 52.009, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Altera o Decreto nº 51.803, de 10 de setembro de 2014, que regulamenta a Lei Complementar nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, e alterações, que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndio nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, incisos V, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica excluído o § 4º do art. 7º do Decreto nº 51.803, **de** 10 de setembro de 2014, que regulamenta a Lei Complementar nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, e alterações, que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndio nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul, ficando renumerados os §§ 5º e 6º do mesmo dispositivo legal, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 7º.....

.....

1 4º As medidas de segurança contra incêndio não instaladas, previstas no inciso IV deste artigo, deverão ser discriminadas no certificado de aprovação e no APPCI, identificando o prazo máximo para a sua instalação.

2 5º O prazo máximo para a instalação das medidas previstas neste artigo não poderá, a qualquer título, ultrapassar a data de 27 de dezembro de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 17 de novembro de 2014.

* Publicado no DOE n.º 223, de 18 de novembro de 2014.

DECRETO Nº 52.605, DE 15 DE OUTUBRO DE 2015.

Regulamenta a Lei nº 14.734, de 16 de setembro de 2015, que institui, no âmbito da Secretaria da Educação, o Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor.

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, inciso V, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor, instituído pela Lei nº 14.734, de 16 de setembro de 2015, nos termos deste Decreto.

Art. 2º O Programa referido no art. 1º deste Decreto objetiva incentivar as pessoas físicas e jurídicas a contribuírem para a melhoria da qualidade do ensino da rede pública estadual.

Art. 3º A participação de pessoas físicas e jurídicas no Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor, dar-se-á mediante as seguintes ações:

I - doação de recursos materiais às escolas estaduais, tais como equipamentos e livros;

II - patrocínio para a manutenção, a conservação, a reforma e a ampliação das escolas estaduais;

III - disponibilização de banda larga, equipamentos de rede “wi-fi” e de informática, tais como computadores, notebooks, “tablets”, roteadores, antenas de “wi-fi”, entre outros; e

IV - outras ações indicadas pela direção da escola, ouvido o Conselho Escolar.

Parágrafo único. As obras de reforma, ampliação e melhoria de que trata o inciso II do art. 3º deste Decreto deverão ser realizadas em consonância com as necessidades elencadas pelas Secretarias da Educação e de Obras, Saneamento e Habitação.

Art. 4º Para o desenvolvimento do Programa fica delegada à Secretaria da Educação competência para firmar termos de cooperação, com vista à efetivação das ações contidas no art. 3º deste Decreto.

Parágrafo único. As pessoas físicas e jurídicas que firmarem termo de cooperação no âmbito do Programa de que trata este Decreto poderão, no prazo de vigência do instrumento, divulgar, para fins promocionais e publicitários, as ações praticadas em benefício da escola.

Art. 5º A participação de pessoas físicas ou jurídicas no Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor, não implicará em ônus de qualquer natureza ao Poder Público Estadual ou em quaisquer outros direitos sobre a instituição de ensino ou sobre o seu funcionamento.

Art. 6º Será conferido certificado, emitido pelo Governador do Estado e pelo Secretário de Estado da Educação, às pessoas físicas e jurídicas que participarem do Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor, destacando os relevantes serviços prestados à educação no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 7º A Secretaria da Educação poderá definir normas e procedimentos complementares para o integral cumprimento do disposto neste decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 15 de outubro de 2015.

* Publicado no DOE n.º 198, de 16 de outubro de 2015.

4 - ATOS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

4.1 INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 43, de 04 de novembro de 2015.

Manifesta-se sobre a relevância da Educação Integral em Tempo Integral, com vistas ao cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual de Educação, da Lei estadual nº 14.461, de 16 de janeiro de 2014, das Diretrizes Curriculares Gerais para a Edu-cação Básica e do Parecer CEEd nº 545/2015 que trata das Diretrizes Curriculares Gerais no Sistema Estadual de Ensino. Recomenda ações para sua organização no âmbito do Sistema Estadual de Ensino.

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd/RS por deliberação de sua Presidência constituiu Comissão Especial de Educação Integral/Escola de Tempo Integral para apresentar estudos e proposições sobre o projeto de uma escola de tempo integral e de formação humana integral a partir da compreensão de que este debate reafirma a escola republicana, universal, laica e democrática. Este documento visa contribuir ao debate nacional e, especialmente, ao debate estadual e propor recomendações para a construção coletiva do estado e da sociedade para uma escola de tempo e de formação humana integral.

As Matrizes deste debate, no Brasil, podem ser encontradas no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova que em 1932 já propunha uma escola que rompesse com os cânones de uma educação desconectada de seu contexto e restrita a poucos:

> À Escola antiga, presumida da importância do seu papel e fechada no seu exclusivismo acanhado e estéril, sem o indispensável complemento e concurso de todas as outras instituições sociais, se sucederá a escola moderna, aparelhada de todos os recursos para atender e fecundar a sua ação na solidariedade com o meio social, em que então, e só então, se tornará capaz de influir, transformando-se num centro poderoso de criação, atração e irradiação de todas as forças e atividades educativas.

A história da educação escolar no Brasil caracteriza-se pelo seu aspecto tardio em relação a muitas nações ocidentais, bem como pela seletividade e não universalidade de suas estruturas materiais e pedagógicas. Com tais características, começamos o século XX com 17,4 milhões de habitantes sendo que 75% da população era analfabeta, ou seja, 12.939.753 brasileiros(as) analfabetos (as).

Marcada pelas mesmas desigualdades que nos constituem como sociedade, a educação escolar só tardiamente acolheu:

> [...] os degredados pela pobreza no campo e nas cidades e, também, muitas vezes, pela sua condição étnico-racial. Essa inclusão tardia veio somada à baixa qualidade das condições materiais e

> pedagógicas para sua permanência e aprendizagem na escola. (Moll, 2015 p. 01)
>
> Pode-se dizer que as desigualdades também têm suas bases nas possibilidades de acesso e na qualidade da permanência das crianças e dos adolescentes nos sistemas públicos de ensino. No país, a crescente expansão da oferta de vagas na escola pública não foi acompanhada das condições necessárias para garantir a qualidade da educação. Coexistem, até hoje, problemas como degradação do espaço físico, aumento de turnos e de número de alunos por turma, descontinuidade das políticas públicas e a disseminação de múltiplas tendências pedagógicas sem a preocupação com sua sustentabilidade teórico-metodológica vinculada à formação inicial e continuada de professores. Destaca-se, desse modo, a necessidade de horas destinadas à formação, integradas ao turno de trabalho dos profissionais da educação. Nesse sentido, muito embora a ampliação do acesso à escola tenha sido uma conquista – atualmente 97,3% das crianças e adolescentes de 7 a 14 anos estão matriculadas na escola pública – a proporção de estudantes que concluem o Ensino Fundamental é muito baixa. (MEC, 2013, p.12 e 13)

Nos anos 20, como Superintendente de Educação no Estado da Bahia, Anísio Teixeira assombrou-se com o estado precário no qual estudavam os poucos meninos e meninas pobres, que conseguiam acesso à escola, situação semelhante à encontrada no País inteiro. A expansão da rede escolar aconteceu paulatinamente ao longo do século XX, acelerando-se ao ritmo do processo e das demandas de industrialização no País.

Estudos acerca da progressão da matrícula na educação pública brasileira dão conta de que o número de vagas sempre foi inferior à demanda e de que um claro processo de exclusão foi operado internamente pelo sistema escolar: “[...] estima-se que, de cada 1.000 estudantes matriculados no 1º ano em 1948, apenas 161 chegaram ao 4º ano em 1951 e, dez anos depois, esta relação entre acesso e permanência não tinha melhorado muito: de cada 1.000 estudantes matriculados no 1° ano em 1958, apenas 207 chegaram ao 4º ano em 1961.” (Moll, idem p. 2)

> Segundo análise do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA no relatório “Brasil: o estado de uma nação” (2006), a quantidade de concluintes do Ensino Médio, em 2003, não passou de 30,4% da que ingressou na 1ª série do fundamental no mesmo ano. A simulação feita pelo IPEA com os números de 2003 indica que, do total de ingressantes na 1ª série do Ensino Fundamental, 38% não concluem a 4ª série e 54% não concluem a 8ª série. (MEC, 2013, p. 13)

Estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP (2011) acerca do “fluxo escolar” demonstram que, apesar dos avanços substanciais em relação ao acesso de crianças de 6 anos ao ensino fundamental, chegando, por exemplo, a 99% no estado do Piauí e a 98% no estado da Paraíba, nestes mesmos estados, no ano estudado, a proporção de estudantes com 12 anos com os anos iniciais do ensino fundamental concluído cai para 57,5% no Piauí e 70,6% na Paraíba e a proporção de conclusão do ensino médio de jovens com 19 anos chegou a 31,6% no Piauí e 33,9% na Paraíba. No Estado do Rio Grande do Sul, pelos dados deste mesmo estudo, o percentual de crianças com 6 anos no ensino fundamental em 2011 era de 89%, com 12 anos e os anos iniciais do ensino fundamental concluídos era de 83,8%, com 16 anos e os anos finais do ensino fundamental concluídos era de 64,8% e com 19 anos e o ensino médio concluído era de 45%.

Esse quadro histórico reafirma o pressuposto de que, o que está em jogo e coloca-se como desafio para as políticas educacionais no Brasil, é o acesso à escola, acompanhado pela permanência, com aprendizagem, de cada criança e de cada adolescente.

Sustentação legal e conceitual

> [...] uma Escola de Educação em Tempo Integral pode ser caracterizada pela superação do caráter parcial e limitado que as poucas horas diárias proporcionam, em estreita associação com o reconhecimento das múltiplas dimensões que caracterizam os seres humanos e com as múltiplas possibilidades de formação que se estabelecem na relação da escola com seu entorno, na perspectiva da expansão dos territórios educativos (MOLL, 2009)

Nos avanços e retrocessos da história brasileira, a Constituição Federal de 1988 marca um tempo de afirmação de direitos e de reconhecimento, na esfera pública, de atores sociais, excluídos e silenciados por séculos. Coerente com a perspectiva de redemocratização do país, nossa Constituição consagra a visão de pleno desenvolvimento da pessoa, como horizonte do processo educativo.

Segundo o Ministério da Educação – MEC:

> [...] a Educação Integral deve estar inscrita no amplo campo das políticas sociais, mas não pode perder de vista sua especificidade em relação às políticas educacionais dirigidas às crianças, aos jovens e aos adultos, atendendo a um complexo e estruturado conjunto de disposições legais em vigor no país.
>
> Partindo dessas reflexões e abarcando especificamente o ordenamento constitucional-legal que envolve a Educação Integral e o tempo integral, evidencia-se que, muito embora a Constituição Federal de 1988 não faça referência literal a essas expressões, ao apresentar a educação: (1) como o primeiro dos dez direitos sociais (Art.6°) e, conjugado a esta ordenação, (2) apresentá-la como direito capaz de conduzir ao pleno desenvolvimento da pessoa, fundante da cidadania, além de possibilitar a preparação para o mundo do trabalho (Art. 205) – condições para a formação integral do homem. De forma subliminar, a conjunção dos artigos, anteriormente citados, permite que seja deduzido do ordenamento constitucional a concepção do direito à Educação Integral. (MEC 2013, p.21)

A Lei federal nº 9.394/1996 – LDBEN dá amplitude à perspectiva de educação, entendendo-a:

> [...] nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (art. 1º.) Define como sua finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 2). Aponta em seu artigo 34, para a “progressiva ampliação da jornada escolar” e em seu artigo 87 §.5, prevê a “conjugação de esforços [...] para o regime de escolas de tempo integral.

O Decreto federal nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, ao assumir o estabelecido no Plano Nacional de Educação (2001-2010), definiu que se considera "educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares".

Em 2007, entre as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o governo federal propõe o Programa Mais Educação que se estrutura como uma estratégia indutora para a retomada do debate acerca da escola de tempo e formação humana integral. O Decreto Presidencial nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, regulamenta este Programa:

> Art. 1º O Programa Mais Educação tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação do tempo de permanência de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral.
>
> § 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola ou em atividades escolares em outros espaços educacionais.
>
> § 2º A jornada escolar diária será ampliada com o desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades.
>
> § 3º As atividades poderão ser desenvolvidas dentro do espaço escolar, de acordo com a disponibilidade da escola, ou fora dele sob orientação pedagógica da escola, mediante o uso dos equipamentos públicos e do estabelecimento de parcerias com órgãos ou instituições locais.

De acordo com o Ministério da Educação:

> [...] Compreende-se que a Educação Integral em jornada ampliada no Brasil é uma política pública em construção e um grande desafio para gestores educacionais, professores e comunidade que, ao mesmo tempo, amplia o direito à educação básica e colabora para reinventar a escola. Por isso, o Programa Mais Educação estimula a constituição do diálogo do tempo escolar estabelecido com tempo ampliado, superando a lógica de turno e contraturno, e o entendimento de que as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa colaboram para garantir o direito de desenvolvimento e aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens e de que o aprender envolve a atividade intelectual e tem que ter um sentido e ser prazeroso (MEC, 2013, p. 5, Programa Mais Educação, Passo a Passo)

De modo sistemático, desde 2008, esta ação estruturou-se em todos os estados e em praticamente todos os municípios do Brasil, desencadeando um debate que trouxe, a partir dos fios da história da educação brasileira, a atualidade da agenda de uma escola de tempo e formação humana integral, como desafio a ser enfrentado pelos sistemas e redes de educação

básica no País todo. Ao final de 2014 cerca de 60.000 escolas em todo o território nacional estão cadastradas pelo Ministério da Educação para implementar o Programa Mais Educação.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, instituído em 2007, previu recursos diferenciados para matrículas em tempo integral, embora não suficientes para as demandas abertas pela escola de tempo integral.

O Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado como Lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, em sua Meta 6, ratifica este esforço e pode colocar efetiva e irreversivelmente o Brasil na trilha dos sistemas escolares dos grandes países do mundo que consagram a universalidade da oferta e a integralidade do tempo e da formação como características centrais. Este esforço deverá basear-se no pacto federativo e implicar, de modo articulado, Municípios, Estados e União.

> Meta 6 – "Oferecer educação em tempo integral em cinquenta por cento das escolas públicas de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos (as) alunos (as) da educação básica."
>
> Estratégias:
>
> 6.1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;
>
> 6.2) instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;
>
> 6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;
>
> 6.4) fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;
>
> 6.5) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados nas escolas da rede pública de educação básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;
>
> 6.6) orientar a aplicação da gratuidade de que trata o art. 13 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos (as) das escolas da rede pública de educação básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino;

6.7) atender às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.8) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.9) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

O Plano Estadual de Educação – RS quando trata da Educação Integral repete a Meta 6 do Plano Nacional de Educação:

Meta 6 - Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica.

Estratégias

6.1 Elaborar, no 1º (primeiro) ano de vigência deste PEE, diagnóstico, em cada município, das condições e perspectivas de oferta de educação integral, em regime de colaboração, envolvendo CREs/Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

6.2 Elaborar, no 1º (primeiro) ano de vigência do PEE, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, plano de ação para a expansão e qualificação da educação em tempo integral, definindo submetas que permitam o alcance dos percentuais propostos em nível estadual, a partir de fundamentações conceituais sobre educação integral, ampliando para 47% (quarenta e sete por cento) de escolas e atendendo 20% (vinte por cento) dos estudantes até 2019 e cumprindo o alcance total da meta até o final da vigência do PEE, a partir de reestruturação do espaço físico, recursos humanos e financeiros;

6.3 Garantir a reorganização/adequação predial e curricular em todas as instituições de ensino, contemplando a acessibilidade e as dimensões indissociáveis do educar e cuidar e promovendo adequação que contemple a variabilidade didática, ludicidade, práticas esportivas e culturais, de informática e de meio ambiente, integradas ao projeto político-pedagógico e orientadas pela função da escola de promoção da formação integral, sob responsabilidade das mantenedoras;

6.4 Promover, em regime de colaboração, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de orientações de estudos e leituras e atividades multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola,

proporcionando o acesso à comunidade escolar aos bens culturais e, dessa forma, tornar a escola um ambiente de fruição, produção, difusão e capacitação artística, esportiva e tecnológica, tanto ao nível de profissionalização, quanto de apreciação, estudos e pesquisa para, dessa forma, contemplar a Política Nacional de Cultura Viva;

6.5 Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios de aprendizagem, de ciências, salas de arte e de informática (com acesso banda larga à rede mundial de computadores e com quantidade e qualidade suficiente de equipamentos), espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral como estratégia para garantir a permanência e sucesso de todos os estudantes, oferecendo atividades planejadas e contextualizadas, de acordo com o interesse e realidade do aluno, melhorando o seu desempenho e permanência na escola;

6.6 Fomentar a inclusão de práticas formais de educação musical nas escolas;

6.7 Fomentar parcerias com as instituições de ensino superior públicas para a formação continuada dos professores de música;

6.8 Transformar o Projeto Orquestras Estudantis, em andamento na rede estadual, em um programa estadual com recursos próprios, garantidos anualmente no orçamento estadual, prevendo meios de manutenção dos instrumentos e desenvolvimento de espaço próprio para as práticas musicais;

6.9 Concretizar, institucionalizar e manter nas redes de ensino, sob responsabilidade da SEDUC e das Secretarias Municipais de Ensino, com a devida destinação de recursos financeiros, propostas pedagógicas que explorem o potencial educacional dos espaços fora das escolas, como práticas sistemáticas nos planejamentos pedagógicos da educação integral e adequados a cada região;

6.10 Garantir a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários, atelier de criação, por meio de ações da Seduc e Secretarias de Educação, prevendo os recursos financeiros necessários e usar os espaços de fora da escola como recurso e não como obrigatoriedade;

6.11 Garantir às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas a oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais, sob coordenação da Seduc e Secretarias Municipais de Educação;

6.12 Garantir que a implantação de educação em tempo integral nas comunidades indígenas seja uma decisão autônoma das mesmas, e se implementada na rede pública estadual, sejam garantidos espaços físicos apropriados, professores indígenas habilitados e estratégias pedagógicas diferenciadas;

> 6.13 Garantir, por meio de ações da Seduc e Secretarias Municipais de Educação, a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação para toda a educação básica, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;
>
> 6.14 Incluir nos cursos de licenciatura voltados à formação para educação integral;
>
> 6.15 Promover em regime de colaboração, nas escolas públicas em tempo integral, jornada de trabalho dos professores em uma única escola;
>
> 6.16 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento aos estudantes, inclusive aqueles que necessitam de atendimento especializado, em todas as etapas da educação básica;
>
> 6.17 Elaborar, no 1º (primeiro) ano de vigência deste PEE, diagnóstico, em cada município, das condições e perspectivas de oferta de educação integral, com enfoque na área rural em suas especificidades e peculiaridades, em regime de colaboração, envolvendo CREs/Seduc e Secretarias Municipais de Educação;
>
> 6.18 Adaptar a estrutura escolar para atender as novas tecnologias de informação e comunicação, aprofundando ações de atendimento a todas as etapas da educação básica, diversificando e ofertando recursos específicos para atender a todas as especificidades dos educandos;
>
> 6.19 Investir na estrutura das escolas, bem como na ampliação do quadro de professores e funcionários de forma que se tenha os subsídios básicos e necessários para atender a demanda à qual exige a implantação de educação em tempo integral.

A Lei estadual nº 14.461, de 16 de janeiro de 2014 em seu art. 2º segue a mesma orientação do Decreto federal nº 6.253 de 13 de novembro de 2007:

> [...] As Escolas de Tempo Integral terão carga horária igual ou superior a sete horas diárias, nos turnos manhã e tarde, para os(as) alunos(as) matriculados(as) nas séries do ensino fundamental.
>
> **Parágrafo único.** Para fins do estabelecido no “caput” deste artigo, a implementação da carga horária, em cada unidade escolar, dar-se-á de forma progressiva e uniforme a partir das séries iniciais.

Em que pese esta Lei estadual restringir-se apenas ao ensino fundamental e à rede estadual, ficando aquém da abrangência da educação básica, proposta pelo atual PNE, expressa a vontade do legislativo e do executivo estaduais nesta direção.

Considerando-se o conjunto destes constructos legais, sobre os quais se apoia a organização da educação brasileira, pode-se apontar para a reorganização da escola, tendo como horizonte a ampliação da jornada escolar diária em uma perspectiva formativa que permita o pleno desenvolvimento da pessoa.

Nos termos apresentados pelo Ministério da Educação:

> A formulação de uma proposta de Educação Integral concretiza o ideal de uma Educação Pública Nacional e Democrática, contextualizada historicamente, portanto problematizada segundo os desafios, avanços e limites do sistema educacional e da organização

> curricular no século XXI, caminhando na direção oposta à da desescolarização social e da minimização dos efeitos e das possibilidades do trabalho escolar (Moll, 2007, MEC 2013, p.27).

No Dicionário do Trabalho Docente, publicado pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - GESTRADO encontramos dois conceitos que apontam a abrangência deste debate:

> Ação educacional que envolve diversas e abrangentes dimensões da formação dos indivíduos. Quando associada à educação não-intencional, diz respeito aos processos socializadores e formadores amplos que são praticados por todas as sociedades, por meio do conjunto de seus atores e ações, sendo uma decorrência necessária da convivência entre adultos e crianças. O conceito é utilizado também conforme a ideia grega de Paideia, significando a formação geral do homem que envolve o conjunto completo de sua tradição e propicia o pleno desenvolvimento, no indivíduo, da cultura a que ele pertence (JAEGER, 2010). Do ponto de vista de quem educa, indica a pretensão de atuar em diferentes aspectos da condição humana, tais como os cognitivos, emocionais e societários. Por isso, com frequência, aparece associado ao conceito de "homem integral". Quando referida à educação escolar, apresenta o sentido de religação entre a ação intencional da instituição escolar e a vida em sentido amplo. (Cavaliere, 2012)
>
> Em sentido restrito, a educação integral, refere-se ao tempo integral, à organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno, também denominada, em alguns países, como jornada escolar completa. Em sentido amplo, abrange o debate da educação integral - consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, ético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros - no qual a categoria "tempo escolar" reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação, quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar. (Moll, 2012)

A ampliação da jornada não pode ficar restrita à lógica da divisão em turnos pois isso pode significar uma diferenciação explícita entre um tempo de escolarização formal, de sala de aula, com todas as dimensões e ordenações pedagógicas em contraposição a um tempo não instituído, sem compromissos educativos, ou seja, mais voltado à ocupação do que à educação.

A Educação Integral, o Currículo, o Projeto Político-Pedagógico de cada Escola

Considerando-se o percurso formativo a ser realizado ao longo da educação básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, através da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, Art. 12, contemplam a "jornada em tempo integral" vinculada tanto à quantidade e à qualidade do tempo diário de escolarização, quanto à diversidade de atividades de aprendizagem. Na organização do percurso formativo, estas Diretrizes preveem, entre outros aspectos:

> Capítulo I – Formas para a organização curricular:

> Art. 13. O currículo, assumindo como referência os princípios educacionais garantidos à educação, assegurados no artigo 4º desta Resolução, configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção, a socialização de significados no espaço social e contribuem intensamente para a construção de identidades socioculturais dos educandos.
>
> [...]
>
> § 3º A organização do percurso formativo, aberto e contextualizado, deve ser construída em função das peculiaridades do meio e das características, interesses e necessidades dos estudantes, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, mas outros, também, de modo flexível e variável, conforme cada projeto escolar, e assegurando:
>
> I – [...]
>
> II – ampliação e diversificação dos tempos e espaços curriculares que pressuponham profissionais da educação dispostos a inventar e construir a escola de qualidade social, com responsabilidade compartilhada com as demais autoridades que respondem pela gestão dos órgãos do poder público, na busca de parcerias possíveis e necessárias, até porque educar é responsabilidade da família, do Estado e da sociedade.
>
> III – escolha da abordagem didático-pedagógica disciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar pela escola, que oriente o projeto político-pedagógico e resulte de pacto estabelecido entre os profissionais da escola, conselhos escolares e comunidade, subsidiando a organização da matriz curricular, a definição de eixos temáticos e a constituição de redes de aprendizagem.

A LDBEN contempla, nesta trajetória, uma base nacional comum constituída pelas linguagens, pela matemática, pelas ciências sociais e pelas ciências naturais e prevê em seu artigo 26:

> Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
>
> § 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. (Redação dada pela Lei nº 12.287, de 2010)
>
> § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica (...) (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
>
> § 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.
>
> § 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma

língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008)

§ 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

§ 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais. (Incluído pela Lei nº 13.006, de 2014)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o **caput** deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

Recentemente, no campo da Arte, o teatro e a dança foram incluídos também como obrigatórios no currículo a ser oferecido pela escola através do PL Nº 7.032, aprovado em 01 de setembro de 2015, pela Câmara dos Deputados e atualmente tramitando no Senado.

Uma proposta de educação integral que busque o desenvolvimento do educando em todas as dimensões não se opõe ao aprofundamento em disciplinas consideradas básicas como o Português e a Matemática, ao contrário, a educação integral pode ser considerada pré-condição para o aprofundamento destas disciplinas. O Português não será dominado por crianças e adolescentes que não saibam se expressar e se comunicar com desenvoltura. A gramática disciplina a língua, mas é preciso dominar a linguagem para que a gramática tenha sentido.

A linguagem tem múltiplas expressões que vão da oralidade ao desenho, à música, à expressão corporal entre outras. O desenvolvimento da função simbólica é pré-condição, ou seja, é o início do desenvolvimento da linguagem. A língua escrita só terá sentido enquanto elemento de um amplo processo de comunicação o que não significa que prescinda de uma aprendizagem ou de um ensino que veicule conteúdos específicos.

Quanto à Matemática, vista muitas vezes como o grande problema do ensino/ aprendizagem apresenta dificuldades em especial para os que não desenvolveram a capacidade de reflexão sobre a realidade.

A abstração matemática se torna simples quando se apoia na 'matematização do real'. Só atinge níveis mais elevados de abstração matemática quem aprende a pensar a realidade.

Toda aprendizagem seja de conteúdos abstratos, de regras, de valores, só se realiza num processo dialógico, que exige tempos de aprendizagem e convivência, pois "as pessoas são pessoas através das pessoas." (Wallon, *apud* Rosseti Ferreira).

As áreas de conhecimento e saberes específicos, previstos como obrigatórios, a serem trabalhados pela escola, que certamente serão ampliados e especificados na atual discussão da base nacional comum, constituem um paradoxo em relação a exiguidade do tempo escolar, na medida em que o Brasil consagrou a 'escola de turno'. O tempo diário de 4h/aula é um limitador estrutural para os avanços de que necessita a educação básica no Brasil.

Grande parte dos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE que figuram nas avaliações educacionais internacionais como melhores que o Brasil, garantem as suas crianças e jovens a permanência na escola por um período de, no mínimo, seis horas diárias. No Brasil, como não havia escola para todos, o tempo de permanência diária na escola foi diminuído, criando-se a figura da "escola de turnos".

Um dos grandes desafios é mudar a concepção naturalizada de que "a escola é de turno", e de que seu tempo deve ser fragmentado para acomodar as "disciplinas" que foram reduzidas a uma lista de conteúdos a serem cobrados nas provas bimestrais ou trimestrais da escola, nas provas nacionais e, mais tarde, nas provas para acesso à universidade. Ou seja, tempo reduzido e possibilidades limitadas de conhecimento.

As exíguas quatro horas diárias, em um ano letivo de 200 dias, perfazem um conjunto de 800 horas anuais, consideradas mínimas pela legislação educacional brasileira. Se o tempo diário na escola corresponder a seis horas diárias, já praticado em muitos países, elevaremos este tempo anual para 1.200 horas. Em cumprindo o disposto pelo FUNDEB para o recebimento de recursos diferenciados per capita/estudante na condição de tempo integral, passar-se-á para sete horas diárias, perfazendo-se um total anual de 1.400 horas.

> Quanto a carga horária dos cursos, deverá ser ampliada em consequência da implantação da jornada integral, de no mínimo 7 horas diárias nos cursos diurnos, perfazendo o total de 1.400 horas-relógio, superando assim às 800 horas-relógio anuais estabelecidas na Lei. A duração do período-aula pode ser diferente do que 60 minutos devendo, no entanto, corresponder, no ano letivo, ao mínimo de horas definidos pela escola e sua mantenedora nos Planos de Estudos do ensino fundamental e do ensino médio, e nos Planos de Atividades da educação infantil. Tais cargas horárias deverão corresponder em horas-relógio ao total de horas do curso. (Parecer CEEd Nº 545/2015)

Esta ampliação pode fazer efetiva diferença na vida escolar e nos resultados em termos de processos de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes da educação básica. Para tanto, o tempo não poderá apenas estender-se, sob o risco de gerar mais tensões, desagrados e frustações na vida de estudantes e professores.

“Se um turno já é tão pesado para milhões de crianças e adolescentes condenados a opressivas reprovações, repetências, evasões e para tão extensos deveres de casa – mais uma dose do mesmo será insuportável”, como refere Miguel Arroyo (2012), associando a este debate o direito a um justo e digno viver.

O currículo da escola de tempo e formação humana integral exige a reorganização dos tempos, dos espaços e dos saberes a serem trabalhados no cotidiano escolar.

Os tempos escolares deverão ser revistos em função dos propósitos maiores do percurso escolar, dos propósitos de formação humana que animam e podem dar sentido à vida, considerando-se sobretudo o disposto no artigo 23 da LDBEN, que permite organizar o trabalho escolar das mais diferentes formas, “sempre que o interesse da aprendizagem assim o recomendar”. De acordo com o projeto educativo e as características de cada escola e de seu território, caberá à comunidade escolar definir o modo de sua organização, conforme disposto na lei maior da educação brasileira:

> Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
>
> [...]
>
> § 2º - O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de aulas letivas previsto nesta Lei.

A prática comum de organização da escola em séries anuais e em turnos de períodos curtos, com aulas de 45 ou 50 minutos, permitindo que em um mesmo (e único) turno, o estudante tenha cinco aulas distintas, sem relação entre si, sem escuta de seus pontos de vista, sem interação efetiva com seu grupo dificulta ou, até mesmo, impede que os mais elevados objetivos educacionais sejam atingidos.

Segundo o texto de referência para o debate nacional da educação integral:

> [...] alguns estudos que consideram a qualidade do ensino estão alicerçados nessa relação de tempos e espaços educativos. Para alguns, a ampliação da jornada escolar pode alavancar essa qualidade (Kerstenetzky, 2006); para outros, a extensão do horário escolar, por si só, não garante o incremento qualitativo do ensino, mas carrega essa possibilidade em potencial” (Cavalieri, 2002), ou seja, “se a essa extensão não aderir o conceito de intensidade, capaz de se traduzir em uma conjunção qualitativa de trabalhos educativos (Coelho, 1997, p. 201), de nada adiantará esticar a corda do tempo: ela não redimensionará, obrigatoriamente, esse espaço. E é, nesse contexto, que a Educação Integral emerge como uma perspectiva capaz de ressignificar os tempos e os espaços escolares. (MEC, 2013, p.18)

Portanto, a escola de tempo e de formação humana integral deverá consolidar-se e caracterizar-se pela consagração de “novos” *modus operandi* para o “fazer escola”. Ao adjetivo novo, incidem as aspas porque desde os anos 20, no pensamento e em diferentes experiências da educação brasileira, buscam-se caminhos para a ruptura com o modo vertical, propedêutico, verbalista da educação das crianças e jovens.

Nossa tradição pedagógica humanista e humanizadora deve ser trazida para este debate, através das proposições dos Manifestos da Educação Brasileira em 1932 e em 1959,

nas Escolas-Parque e Escolas-Classe de Anísio Teixeira, nos Ginásios Vocacionais de Maria Nilde Mascelani, nos Centros Integrados de Educação Pública de Darcy Ribeiro, nas experiências de alfabetização a partir das palavras geradoras de Paulo Freire, nas experiências de pedagogias de projetos espalhadas pelo País afora, nas referências organizadas pelos Centros Brasileiros de Pesquisa Educacional (CBPE), nos anos 50 e 60, e em inúmeras possibilidades criadas no cotidiano por professores e professoras que vivenciaram e vivenciam, de modo silencioso, outras e possíveis formas de organizar a escola.

Em Brasília, na Escola-Classe eram desenvolvidas atividades entendidas como historicamente escolares. Na Escola-Parque, que acontecia no contraturno, eram desenvolvidas atividades físicas, esportivas, artísticas, culturais, música, teatro, pintura, tecelagem, tapeçaria e trabalhos em couro, lã, madeira e metal, entre outras, que buscavam superar a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual. Para cada quatro Escolas-Classe, com capacidade para 500 alunos, correspondia uma Escola-Parque que atendia por turno mil estudantes.

Não basta ampliar o tempo de permanência na escola, é preciso ter coragem para reinventá-lo, como obra coletiva, como resultado da reflexão sobre os acertos e equívocos vivenciados no cotidiano de cada escola. Em que pese a importância dos regramentos e dos documentos oficiais, como indutores e aportes para o debate e construção de novos marcos regulamentares, é no cotidiano de cada escola que se coloca a possibilidade de fazer ou não deste possível novo tempo/tempo ampliado, lócus de afirmação de novas e inclusivas práticas pedagógicas.

> [...] a escola na qual o processo se encerra dentro da sala de aula, numa postura autoritária e muito vertical do professor em relação aos estudantes, está fadada ao fracasso. E parte do grande fracasso que ainda existe na educação brasileira não é pela não aprendizagem dos alunos, mas pela incapacidade de construir uma ponte entre os saberes estabelecidos e os interesses do cotidiano, os desejos, a perspectiva que esses meninos e meninas têm com relação à escola. (Moll, 2015, p.)

Portanto, a educação básica para todos, da educação infantil ao ensino médio, precisa progressivamente ser de dia inteiro e de amplos horizontes formativos.

Para tanto, a contribuição da escola de tempo completo e de formação integral deve contribuir efetivamente para a promoção do pleno desenvolvimento humano no campo das ciências, das artes, da cultura, das tecnologias e mídias, do esporte, no campo da construção de valores, entre outros e para a ampliação dos territórios materiais e virtuais percorridos pelos estudantes.

O debate nacional desencadeado pelo MEC desde o final do ano de 2007 introduziu no campo da educação integral o tema dos territórios educativos e das cidades educadoras. Construir a tessitura entre a escola e seu território, entre a escola e os marcos materiais que expressam as conquistas civilizatórias da humanidade, como os teatros, as bibliotecas, os museus, as universidades, as praças públicas, os espaços dos poderes que governam nossas cidades e estado, pode qualificar os aprendizados e ampliar o olhar de nossos estudantes sobre nossa sociedade.

Converge para esta compreensão o disposto no PNE 2014-2024, Lei federal nº 13.005/2014 que entre as suas diretrizes inclui a “promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país” e define (art. 8.), que os entes federados estabelecerão, nos respectivos planos de educação, estratégias que “assegurem a articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais”.

> Historicamente, o projeto de Educação Integral está enraizado na instituição escolar, o que a pressupõe como espaço privilegiado da formação completa do aluno sem, no entanto, considerar-se como o único espaço dessa formação. Em outras palavras, a escola – por meio de planejamento, projetos integrados e também de seu projeto pedagógico – pode proporcionar experiências, fora de seu espaço formal, que estão vinculadas a esses seus projetos institucionais, elaborados pela comunidade escolar. Encontram-se, nesse caso, por exemplo, as visitas a museus, parques e idas a outros espaços socioculturais, sempre acompanhadas por profissionais que, intencionalmente, constroem essas possibilidades educativas em outros espaços educativos que se consolidam no projeto maior – o do espaço formal de aprendizagens. (MEC, 2013, p.34)

Construir a possibilidade histórica de uma escola de tempo e formação humana integral passa, necessariamente, pelo trabalho coletivo da comunidade escolar, com seus estudantes, professores, gestores, famílias, funcionários e passa pela tomada de decisões que desnaturalizam práticas enrijecidas pelo uso e pelo tempo. A escola é uma construção cultural e seu modo de organização atual é resultado de decisões e escolhas coerentes com projetos de educação e de sociedade.

Portanto, é condição *sine qua non* para a escola de tempo e formação humana integral, a construção de projetos que possibilitem novas escolhas metodológicas, novos arranjos curriculares e, portanto, a reinvenção do próprio fazer escolar.

> Esta sucessão de predominâncias corresponde a uma sequência de necessidades a serem atendidas; fica bem clara, embora apenas implícito na teoria, o que cabe à educação em cada um de seus momentos. A satisfação das necessidades orgânicas e afetivas, a oportunidade para a manipulação da realidade e a estimulação da função simbólica, depois a construção de si mesmo. Esta exige espaço para todo tipo de manifestação expressiva: plástica, verbal, dramática, escrita, direta, ou indireta, através de personagens suscetíveis de provocar identificação. Uma dieta curricular constituída de atividades de conhecimentos da realidade estaria obstruindo grandemente o desenvolvimento, se esta concepção estiver correta. (Marta Kohl de Oliveira)

A compreensão da jornada de trabalho dos professores na perspectiva da Educação Integral requer a inclusão de períodos de estudo, de acompanhamento pedagógico, de preparação de aulas e de avaliação de organização da vida escolar com dedicação exclusiva do professor de 40 horas na mesma escola. Escolas de tempo integral demandam, progressivamente, professores de tempo integral nas escolas.

Estes processos não remetem apenas a mudanças metodológicas e organizacionais, mas a uma compreensão diferenciada da função educativa das instituições escolares em nossa sociedade. Implicam mudanças paradigmáticas que estão condicionadas a releitura e a disposição para a reconceitualização dos projetos político-pedagógicos das escolas. Para tanto, demandam construções coletivas baseadas em princípios legais e valores de afirmação do direito à igualdade de oportunidades educacionais, referenciados nos desafios concretos de construir comunidades e cidades que permitam a todos e a cada um viver com dignidade.

> Vão desaparecendo os pensadores utópicos que tem o gosto pelo pensamento largo e generoso e uma atitude de confiança no homem. Se fortalecermos a confiança no indivíduo, se o estimularmos a pensar e a refletir então sim, teremos restaurado as condições para

> progredir sem complacência, sonhar com eficácia e esperar com lucidez. Se puder ser este o sentido da caminhada humana, ele terá de se formar primeiro na mente e na imaginação dos mestres e educadores. Os professores e a escola hão de ser os pioneiros na conquista do verdadeiro poder material e humano sobre a vida neste planeta. Professores de civilização, temos todos de reaprender o sentido deste termo e nos fazermos mestres de urbanidade, de candura e de independência, de tolerância e de saber, em um mundo que será cada vez mais digno do homem. (Anísio Teixeira)

Recomendações para a implementação de Políticas na perspectiva da Educação Integral em tempo integral no âmbito do Sistema Estadual de Ensino

1 – Que as Secretarias Estadual e Municipais de Educação planejem a implantação e implementação da política de escolas de tempo integral e de formação humana integral, progressivamente, considerando as experiências em curso nos territórios: onde o município já implantou e o Estado ainda não, este deverá priorizar as escolas estaduais e vice-versa, garantindo aos estudantes, a continuidade ou a antecipação da vivência do tempo integral.

2 – Que todos os aspectos passíveis de conjugação de esforços, como o transporte escolar, a alimentação escolar, a organização de processos e atividades de formação dos profissionais da educação, levem em conta o território em que as escolas estão inseridas e seja exercitado o Regime de Colaboração na perspectiva da organização do Sistema Nacional de Ensino.

3 – Que as escolas do campo permaneçam no campo, preferencialmente, em tempo integral e que o transporte escolar aconteça intra-campo, maximizando o tempo das crianças na escola e não nos traslados. (Resolução CEEd nº 329/2015)

4 – Que os recursos financeiros repassados às escolas levem em consideração o número de alunos com parcela diferenciada para escolas com menos de cem alunos, configurando um custo/escola mínimo.

5 – Que o Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE e o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar – PEATE financiem o transporte para a realização das atividades fora da escola.

6 – Que os alimentos sejam de qualidade e livres de agrotóxicos e que, no mínimo, obrigatoriamente 30% sejam adquiridos da agricultura familiar, conforme a Lei federal nº 11.947 de 16 de junho de 2009.

7 – Que os estudantes em tempo integral tenham acesso a pelo menos quatro refeições diárias (café da manhã, lanche, almoço e lanche da tarde), conforme a Lei estadual nº 14.461, de 16 de janeiro de 2014.

8 – Que as merendeiras e os encarregados do processo de alimentação no âmbito da escola sejam integrados ao processo de formação, considerando-se a especificidade da sua função e estejam em tempo integral na escola.

9 – Que se fomentem programas de horta escolar, considerando seu caráter educativo, e sua integração no currículo escolar, aproveitando-se a *expertise* do Programa Nacional de horta escolar (FNDE) e a experiência de hortas escolares do Programa Mais Educação.

10 – Que se promova a integração e a articulação entre as escolas para compartilhar espaços e potencializar possibilidades para a realização de atividades em diferentes áreas como música, artes, esportes, à luz da experiência das Escolas-Parque.

11 – Que se fomentem interfaces entre políticas educacionais e políticas sociais, e entre escolas e comunidades, para o enfrentamento, em rede, de situações de vulnerabilidade social.

12 – Que se organizem programas que garantam Bolsa Permanência (União, Estados e Municípios) para que jovens de 15 a 17 anos, pertencentes a famílias de baixa renda permaneçam na escola preferencialmente em cursos de ensino médio, integrados ou concomitantes à educação profissional.

13 – Que se considere a abordagem pedagógica e metodológica do Programa Trajetórias Criativas, em especial para os alunos das escolas que estão junto à FASE e em todas as escolas com estudantes de 15 a 17 anos retidos no ensino fundamental.

14 – Que a pedagogia da alternância, no caso de escolas do campo, seja uma referência para reorganizar a matriz curricular e o tempo de escola, em diálogo com a realidade da comunidade.

15 – Que sejam realizados mapeamentos de políticas públicas e possíveis equipamentos públicos, comunitários e, até mesmo, privados, aptos a integrarem itinerários formativos que partam da escola e que a ela retornem com novas vivências, novas informações, novos olhares sobre o mundo vivido.

16 – Que se projete, progressivamente, a ampliação da jornada escolar dos professores para sua dedicação exclusiva à escola de tempo integral, à luz da carreira dos professores da educação básica da Rede Federal de Ensino (Colégios de Aplicação, Colégio Pedro II, Institutos Federais, Escolas Militares).

17 – Que se reorganizem, ampliem, reformem e construam espaços físicos de modo a qualificar a escola para o acolhimento dos estudantes ao longo do dia. Contemplar neste espaço, progressivamente: salas-ambiente para as diferentes áreas do conhecimento, sala de estudos para professoras, climatização, água quente na cozinha e nos vestiários com aproveitamento de energia solar com o conhecimento de toda a comunidade escolar e pauta de estudo no currículo integral, paisagismo como instrumento de beleza, respeito e cuidado para com a natureza, infraestrutura para Tecnologia com Internet sem fio (Wireless), acessibilidade e Plano de Prevenção e Combate a Incêndio e adequação das instalações elétricas, hidráulicas e iluminação externa, na medida do possível a energias limpas (ex. eólica).

18 – Que se disponha para todos os estudantes, por escola ou por grupos de escolas, organizadas territorialmente (ver modelo Escola-Parque/Escolas-Classe): quadra coberta com vestiário, cozinha e refeitório adequados à escola de dia inteiro, sala com espelhos para atividades cênicas, salas para oficinas e exposições, bibliotecas e espaços para manifestações culturais.

19 – Que se fomente a construção de cisternas com aproveitamento da água da chuva, com o conhecimento de toda a comunidade escolar e pauta de estudo no currículo integral.

20 – Que se indique a necessidade de atenção e cuidado com a orientação/coordenação da escola, junto a essas parcerias. Tal atenção deverá observar a coerência com os princípios políticos pedagógicos da escola, bem como a necessária proteção à integridade física, emocional e moral dos educandos(as).

Recomendações para a organização da Escola na perspectiva da Educação Integral em tempo integral

1 – Que cada instituição escolar mobilize sua equipe pedagógica, seu professorado e seus funcionários para compreender e debater a educação integral na escola de tempo integral (recomenda-se o conjunto de materiais do site do Ministério da Educação).

2 – Que a partir desta mobilização abra-se o diálogo com os estudantes e toda a comunidade escolar e se potencialize a agenda do tempo integral a partir de ações, projetos e programas que já estejam ampliando a jornada escolar (ex. Mais Educação, Cidade-Escola, Escola Aberta, Trajetórias Criativas, oficinas, entre outras).

3 – Que, progressivamente, reorganize-se a carga horária para a construção do tempo contínuo entre a manhã e a tarde, superando-se tanto a forma turno x contraturno, aulas x oficinas, quanto a disposição do tempo em períodos de 45/50 minutos.

4 – Que, progressivamente, à luz do art. 23 da LDBEN, de acordo com os interesses de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, reorganize-se o trabalho pedagógico, aproximando-se áreas do conhecimento e introduzindo-se elementos de práticas pedagógicas (hortas, laboratórios, projetos de comunicação, entre outros), construindo-se processos que tragam o estudante para o centro da cena escolar.

5 – Que cada escola, com base na legislação educacional e nas diretrizes nacionais e estaduais para a educação básica, realinhe seu projeto político-pedagógico, com vistas ao tempo integral (no mínimo de 7h/diárias) e à amplitude dos horizontes formativos, com vistas a formação humana integral, considerando-se o desenvolvimento físico, cognitivo, moral, político, ético, emocional e estético dos estudantes.

6 – Que sejam mapeadas as demandas da escola em termos de infraestrutura material pedagógico, recursos humanos para progressivamente constituírem as condições para o tempo integral.

7 – Que se mapeie o entorno da escola para se identificar ações e espaços passíveis de se conjugarem ao esforço da escola para o tempo e a formação humana integral.

8 – Que, no caso de estudantes com necessidades diferenciadas e/ou especiais, a ampliação do tempo se conjugue ao atendimento específico de acordo com suas demandas individuais.

9 – Que se constituam espaços semanais ou quinzenais para estudo e aprofundamento das reflexões, em torno da agenda da escola de tempo integral e de formação humana integral, objetivando-se a superação do chamado fracasso e da evasão escolar e afirmando-se o compromisso com a aprendizagem e a permanência de todos os estudantes.

Neste sentido, o Conselho Estadual de Educação manifesta-se sobre a relevância de debates públicos para tomada de consciência de pais, professores, estudantes, gestores e comunidade em geral acerca do papel da educação em tempo integral e da formação humana integral para o desenvolvimento pessoal e social e sua relação com a construção de uma sociedade democrática.

Em 03 de novembro de 2015.

Jaqueline Moll – relatora
Andreia Cesar Delgado – relatora
Antônio Quevedo Branco – relator
Berenice Cabreira da Costa – relatora
José Amaro Hilgert – relator
Neuza Mariza Franco Lopes – relatora

Aprovada por unanimidade na Sessão Plenária de 04 de novembro de 2015.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

Referências Bibliográficas:

ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver. Caminhos de Educação Integral no Brasil. Penso: Porto Alegre, 2013. CAVALIERE, Ana. Maria. Verbete Educação integral: UFMG, Gestrado: Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Dicionário de Trabalho Docente, 2012. (on line)

CHARLOT, Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. Escola pública de horário integral: um tempo (fundamental) para o ensino fundamental. In: ABRAMOVICZ, Anete e MOLL, Jaqueline. Para além do fracasso escolar. Campinas, Papirus, 1997. p. 191-2008.

LECRERC, Gesuína de Fátima Elias, Moll Jaqueline. Educação Integral em jornada diária ampliada: universalidade e obrigatoriedade? Em aberto: INEP nº 88. Brasília, 2012.

Ministério da Educação, Série Mais Educação, Educação Integral. Texto referência para o debate nacional. Brasília, 2013.

Ministério da Educação, Programa mais educação: passo a passo. Brasília, 2013.

Ministério da Edcuação, Diretrizes curriculares nacionais para educação básica. Brasília, 2013.

MOLL, Jaqueline. Reflexões acerca da Educação pra a superação da extrema pobreza: desafios da escola de tempo completo e de formação integral. O Brasil sem miséria, MDS. Brasília, 2015

MOLL, Jaqueline. Verbete Escola de Tempo Integral. UFMG – Gestrado: Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente. Dicionário de Trabalho Docente, 2012. (on line)

MOLL, Jaqueline. Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender. 5. Ed. Porto Alegre: Mediações, 2001. p. 195.

KERSTENEETZKY, Célia Lessa. Escola em tempo integral já: quando quantidade é qualidade. In: Ciência hoje. v. 39, n. 231, p. 18-23, out. 2006.

Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Debates e Propostas, Brasília, maio-ago. 1984.

Oliveira, Marta Kohl. O problema da afetividade em Vygotsky. Teorias psicogenéticas em discussão – Copyright – 1992, by autores.

ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde e alli: “Rede de Significações o estudo do desenvolvimento humano”: Porto Alegre, ARTMED, 2004.

TEIXEIRA, Anísio Spindola. Educação não é privilégio. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1957.

* Publicado no Diário Oficial do Estado de 10 de novembro de 2015.

PARECERES

Parecer CEEd nº 922/2013

Manifesta-se sobre a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas do Sistema Estadual de Ensino.

RELATÓRIO

O Conselho Estadual de Educação-CEEd/RS manifesta-se sobre consulta formulada pela Comissão de Direitos Humanos da Procuradoria-Geral do Estado por meio da PROMOÇÃO Nº 01/2013 SPI: 429-1900/13-8, relativa à negação de matrícula a aluno com deficiência em escolas da rede privada pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino.

Esta manifestação acolhe, ainda, recorrentes consultas sobre a matéria, encaminhadas a este Colegiado.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação-CEEd as encaminha à Comissão Especial, designada pela Portaria nº 55, de 27 de junho de 2012, por considerar a natureza da matéria, para exame e posterior pronunciamento.

Para atender tal demanda, a Comissão Especial solicitou informações às Coordenadorias Regionais de Educação-CREs, sobre matrícula de alunos com deficiência em escolas da rede privada, nos anos de 2012 e 2013.

Em 26 de junho de 2013, o CEEd enviou o Ofício nº 21 à 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre solicitando informações sobre a "vigência do contido no IC 17/2009, no que se refere ao Cadastro de Escolas para Alunos com Deficiência."

A Promotoria de Justiça Regional da Educação de Porto Alegre, no Ofício nº 5.584, de 31 de julho de 2013, atende à solicitação do CEEd, encaminhando documentos anexos relativos ao IC 17/2009.

A Comissão Especial realizou estudos que tratam da matéria com o intuito de resguardar o direito à educação para todos.

ANÁLISE DA MATÉRIA

A garantia do direito à educação de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nos espaços educacionais pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, está consubstanciada na Constituição Federal de 1988 e leis infraconstitucionais, atos normativos do Conselho Nacional de Educação e em pronunciamentos deste Colegiado, tais como a Resolução CEED nº 267, de 10 de abril de 2002, e os Pareceres CEED nº 441/2002, nº 56/2006 e nº 251/2010.

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito à educação, independentemente da condição social, física, intelectual e mental em escolas públicas e privadas dos sistemas de ensino. No artigo 205, afirma que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família

e, no artigo 209, institui que “O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.” Já, no artigo 211, estabelece a competência dos entes federados, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para organizarem seus sistemas de ensino em regime de colaboração.

Portanto, não resta dúvida quanto à responsabilidade do Poder Público na oferta da educação, que também é livre à iniciativa privada, mas condicionada ao cumprimento das normas gerais da educação e dos respectivos sistemas de ensino.

O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, referenda o direito determinado pela CF/1988 e estabelece obrigatoriedade de proteção e efetivação do direito à educação a crianças e adolescentes, resguardando-os de qualquer negativa neste sentido.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Capítulo V, artigo 58, define a educação especial como modalidade da Educação Básica, devendo ser oferecida, preferencialmente, nas escolas regulares, acrescida de serviço de apoio especializado para aqueles que dele precisarem.

No viés da garantia do direito à inclusão com qualidade, está o Decreto federal nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Da mesma forma, a Lei federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, garante a matrícula de alunos com transtorno do espectro autista e estende esse direito a todo aluno com deficiência em escolas comuns, definindo que a negativa implica responsabilidade aos gestores, estabelecendo sanções pelo seu descumprimento.

O Conselho Nacional de Educação-CNE, por meio da Câmara de Educação Básica-CEB, exarou a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, que “Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”, assegurando o direito à matrícula dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, preferencialmente, em escolas comuns, podendo esta ocorrer em escolas especiais, respeitadas as necessidades de cada aluno. Em 2 de outubro de 2009, o CNE-CEB emitiu a Resolução nº 4, que “Institui Diretrizes Operacionais para ao Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial”.

O Atendimento Educacional Especializado-AEE, desenvolvido no turno inverso ao da escolarização, tem função complementar à educação dos alunos com deficiência ou suplementar aos alunos com altas habilidades/superdotação, incluídos em classes comuns, e não pode ser considerado como substitutivo desta. Pode ser oferecido “[...] na sala de recursos multifuncionais da mesma escola ou em outra escola de ensino regular [...]” e em Centro de Atendimento Educacional Especializado.

O artigo 2º da Resolução CNE/CEB nº 04/2009, em seu parágrafo único, estabelece que o AEE materializa-se “[...] por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a sua participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.” Os recursos de acessibilidade à educação, definidos por este documento, referem-se àqueles que garantam “[...] acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.”

Ainda, com significativa contribuição ao direito à educação dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a ser resguardado pelos sistemas de ensino, estão os documentos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Declaração de Salamanca, de 1994, que afirma a inclusão de crianças com deficiência em escolas comuns.

Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, cujo Protocolo Facultativo à Convenção refere e reafirma, no art. 24, abaixo transcrito, o direito das pessoas com deficiência à educação, assegurado mediante a inclusão em todos os níveis do sistema educacional, bem como o aprendizado ao longo da vida.

> *Art. 24 [...]*
>
> *a. O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;*
>
> *b. O desenvolvimento máximo possível [da] personalidade e dos talentos e criatividade das pessoas com deficiência, assim de suas habilidades físicas e intelectuais;*
>
> *c. A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre.*

Segundo a mesma Convenção, este direito realizar-se-á com a garantia de que as crianças com deficiência não sejam excluídas da educação, “recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação” e tenham assegurada a possibilidade de desenvolver as habilidades necessárias à vida e à convivência social.

As condições de qualidade, exigidas legalmente, para a atuação das instituições de educação no Sistema Estadual de Ensino, incluídas as escolas privadas na prestação deste serviço, estão normatizadas pelo Conselho Estadual de Educação, devendo ser atendidas com vistas ao credenciamento e autorização de seus cursos, sejam eles de educação infantil, de ensino fundamental ou de ensino médio, e suas modalidades.

Na perspectiva do direito de todos os estudantes, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a frequentarem espaços públicos ou privados de educação, a Resolução CNE/CEB nº 02/2001, artigo 2º, determina a matrícula “[...] de todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.” Como se vê, não há distinção entre instituições públicas e privadas quanto à responsabilidade de matricular alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidade/superdotação, sendo que a eles deve ser assegurada educação de qualidade.

As especificidades dos contratos, realizados entre as escolas privadas e as famílias que a elas acorrem, devem resguardar o direito de todo cidadão de desfrutar de serviços educacionais de qualidade, respeitadas as condições contratuais que não podem se contrapor a este direito.

Necessário destacar o Parecer CEED nº 56/2006, que orienta a implementação da educação especial no sistema estadual de ensino e detalha as especificidades pedagógicas da modalidade oferecida em escolas comuns, escolas especiais ou classes especiais.

Importante mencionar, ainda, o item 14 do mesmo Parecer que referenda pronunciamentos da Resolução CEED nº 267/2002 e do Parecer CEED nº 441/2002:

> 14 - [...]
>
> a escola credenciada e autorizada a oferecer qualquer dos níveis da educação básica está, automaticamente, autorizada a oferecer esses níveis de ensino na modalidade de educação especial. Deve dispor das condições necessárias em termos de recursos físicos, pedagógicos e de pessoal e incorporar em seu projeto pedagógico, traduzido no Regimento Escolar. [grifo do original]

No mesmo Parecer CEED nº 56/2006, subitem 30.1, o Conselho determina a necessidade de levantamento anual da população da educação especial a ser atendida e a divulgação da "[...] relação das escolas comuns adaptadas aos alunos com necessidades especiais, das escolas comuns com classes especiais e das escolas especiais, [...]" nos períodos que antecedem as matrículas, de forma que a sociedade tenha acesso a estes espaços.

No que se refere a esta determinação há registros de reuniões, o primeiro datado de 22 de abril de 2009, da 9ª Promotoria da Infância e Juventude de Porto Alegre, "sobre os procedimentos adotados tanto pelas escolas da SMED - Secretaria Municipal de Educação como pelas escolas privadas, para verificação da admissão de crianças/adolescentes portadores de necessidades especiais". Em reunião subsequente, realizada em 24 de junho de 2009, foi acordada a elaboração "[...] de material contendo dados necessários para formação de cadastro (nome da escola, tipo de deficiência atendida e outros verificados relevantes) e forma de operacionalização dessas informações que deverão ser concentradas junto à 1ª CRE-Seduc/RS." Estes dados foram organizados por uma Comissão de Trabalho que reuniu, à época, as Secretarias Estadual e Municipal de Educação e o Sindicato do Ensino Privado - SINEPE/RS.

Deste movimento, coordenado pela 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, resultou um "Cadastro de Escolas Particulares de POA e Áreas de Atendimento" disponível no site da Secretaria de Estado da Educação e no site do SINEPE/RS.

O Conselho Estadual de Educação, em correspondência recente (junho de 2013) consultou a referida Promotoria, sobre a vigência do citado Cadastro. Em resposta, a 9ª Promotoria informa e documenta os movimentos e debates que resultaram no Cadastro em pauta justificando a sua existência, conforme se transcreve:

> [...] a questão da possibilidade, conveniência e razoabilidade de exigência de que todas as escolas tivessem todo o tipo de atendimento de que cada tipo de necessidade especial requer, o que geraria situação em que TODAS deveriam ser equipadas, por exemplo, com piscinas possuindo TODO o equipamento necessário em que tal tipo de atividade se fizesse imprescindível, de acordo com a deficiência [...] [grifo do autor].

O documento segue pautando "[...] que a manutenção destas estruturas geraria muitos custos envolvendo também a rede pública.", e que a partir desse contexto "passou-se a trabalhar com a alternativa do cadastro" como "uma solução ou encaminhamento da situação que se mostrava bem mais razoável."

Importante destacar que a 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre frisa:

> [...] que obviamente não se está a discutir se há direito de atendimento ou não, em escolas, para alunos portadores de deficiências. O direito existe e deve ser atendido plenamente. O problema está em como operacionalizar o atendimento e torná-lo viável, sem inviabilizar e comprometer todo o funcionamento de todas as redes de ensino.

Esta organização, no que tange à necessidade das escolas privadas do sistema em se constituírem como espaços qualificados para o atendimento das especificidades que as diferentes deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação exigem, deve se caracterizar como mais uma alternativa para a garantia do direito à educação de qualidade a todas as crianças e adolescentes, independentemente das suas condições físicas ou intelectuais.

Assim, toda organização das instituições do Sistema Estadual de Ensino deve ter como horizonte a garantia da implementação dos direitos assegurados por preceitos legais e pelo direito primeiro da plenitude de uma vida digna que assegure a inserção integral de todos os sujeitos na sociedade em que vivem.

Neste sentido, é importante o atendimento à demanda de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em cada município, respeitadas as suas especificidades, nos moldes do Cadastro de Escolas Particulares de Porto Alegre, organizado por áreas de atendimento.

O Conselho Estadual de Educação, em 2010, novamente se dirige ao Sistema Estadual de Ensino emitindo documento balizador da oferta da modalidade de educação especial representado pelo Parecer CEED nº 251, de 14 de abril de 2010, onde trata, dentre outros, da inclusão do aluno na classe comum e o atendimento educacional especializado do qual se transcreve:

> 11 - Como parte importante da escolarização é a sociabilização da criança, necessário se faz que ela conviva com crianças de sua idade e se desenvolva no nível de suas possibilidades. [...] As aprendizagens decorrentes da realização de atividades junto com a turma, com orientação específica do professor e apoio dos colegas, serão complementadas, no turno inverso, no Atendimento Educacional Especializado. Neste espaço, o aluno receberá atendimento relacionado especificamente às suas características e necessidades, por profissional(ais) especializado(s) e com apoio de material e recursos diferenciados. O apoio sistematizado e orientado para a necessidade específica, também quando se tratar de atividades de enriquecimento curricular para os alunos com altas habilidades/superdotação, sustentará sua continuidade no acompanhamento do grupo que se beneficiará no convívio com as diferenças e com a ampliação das experiências.

Ainda na perspectiva da garantia do direito a uma educação de qualidade para todos os estudantes e a necessidade de uma atenção especial aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o Conselho normatizou, no Parecer CEED nº 56/2006, subitem 3.5.1: “a organização do atendimento na rede regular de ensino” dando atenção para a distribuição dos alunos, flexibilização e adaptações curriculares e serviço de apoio pedagógico, tendo como parâmetro o benefício da convivência com as diferenças e a ampliação das experiências de todos os alunos.

No item 19, do mesmo Parecer, está regulamentada a distribuição dos alunos com deficiência nas classes comuns, sendo permitida a inclusão de no máximo 3 (três) alunos com deficiência semelhante, por turma; e na constituição das turmas de pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental, observar no máximo 20 (vinte) alunos; nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, no máximo 25 (vinte e cinco) alunos. E, no caso de alunos com deficiência diferenciada, é permitida a inclusão de dois alunos por turma, a critério da equipe escolar.

Portanto, não resta dúvida quanto aos direitos dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tanto ao convívio com os colegas nas escolas comuns quanto ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, para que possam estar plenamente incluídos, trabalhando de acordo com suas potencialidades, superando limites e vivenciando cidadania.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão Especial conclui por afirmar:

a) o direito de toda criança, independentemente de sua deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, à matrícula em instituições de educação pública ou privada;

b) a obrigatoriedade do Atendimento Educacional Especializado - AEE, ofertado de forma complementar ou suplementar, no turno inverso, para o atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em escolas comuns;

c) a organização das Instituições do Sistema Estadual de Ensino para oferecer matrícula aos alunos, de acordo com suas deficiências específicas, conforme "Cadastro de Escolas para Alunos com Deficiência";

d) o respeito ao número de alunos com deficiência, semelhante ou diferenciada, na constituição das turmas das classes comuns, indicado no Parecer CEEd nº 56/2006.

Em 22 de outubro de 2013.

Maria Otilia Kroeff Susin - relatora
Neusa Teresinha Salaberry - relatora
Sonia Maria Nogueira Balzano - relatora

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 27 de novembro de 2013.

Marco Antônio Sozo
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

Parecer CEEd nº 706/2014

Toma conhecimento da utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2014 - ENEM/2014, para fins de certificação de conclusão do ensino médio, pela Secretaria de Estado da Educação, em conformidade com a Portaria MEC/INEP nº 179, publicada em 29 de abril de 2014, e Portaria Normativa MEC nº 807, de 18 de junho de 2010.

RELATÓRIO

A Secretaria de Estado da Educação encaminha a este Conselho o Of.Gab/Seduc/Nº 2.193, de 11 de agosto de 2014, pelo qual informa que utilizará os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2014 – ENEM/2014, para fins de certificação do ensino médio,

conforme a Portaria Ministerial nº 179, de 28 de abril de 2014, e solicita pronunciamento deste Colegiado para que a Secretaria proceda tal certificação aos participantes aprovados nesse Exame, nos termos do disposto nos incisos I e II, artigo 2º, da referida Portaria e no inciso II, artigo 2º, da Portaria Normativa MEC nº 807, de 18 de junho de 2010.

ANÁLISE DA MATÉRIA

2 – A Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, define, no artigo 38, que:

> Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.
>
> § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:
>
> [...]
>
> II – no nível de conclusão do ensino médio, para maiores de dezoito anos.
>
> § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

3 – A Portaria MEC/INEP nº 179, de 28 de abril de 2014, "Dispõe sobre os processos de certificação, as competências das Instituições Certificadoras e do INEP e os requisitos necessários à obtenção de certificado de conclusão do Ensino Médio e declaração parcial de proficiência com a utilização dos resultados de desempenho obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM"

4 – A Portaria Normativa MEC nº 807, de 18 de junho de 2010, dispõe no artigo 2º, inciso II:

> Art. 2º Os resultados do ENEM possibilitam:
>
> [...]
>
> II – a certificação no nível de conclusão do ensino médio, pelo sistema estadual e federal de ensino, de acordo com a legislação vigente.

5 – Em decorrência do art. 7º da Portaria MEC/INEP nº 807/2010, foi publicado o Edital do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira nº 12, de 08 de maio de 2014, que dispõe sobre as diretrizes, os procedimentos e os prazos da edição do ENEM 2014, regido pela citada Portaria/MEC nº 807.

6 – A Resolução CEED nº 313, de 16 de março de 2011 "Consolida normas relativamente à oferta da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências, em consonância com as Diretrizes Nacionais fixadas nas Resoluções CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010 e nº 7, de 14 de dezembro de 2010.

Da Resolução CEED nº 313/2011, transcreve-se:

"Art. 8º - A Secretaria da Educação poderá oferecer exames supletivos em nível de conclusão do ensino fundamental e médio, em regime de colaboração com os Municípios ou com a União por adesão ao ENCCEJA e ao ENEM, respectivamente, incumbindo-se da certificação".

6 – Cabe à Secretaria de Estado da Educação, ao aderir ao Exame Nacional do Ensino Médio, no exercício de 2014 – ENEM/2014, manter, no setor competente, o registro das Certificações expedidas.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Legislação e Normas conclui por tomar conhecimento da utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2014 - ENEM/2014, para fins de certificação de conclusão do ensino médio, pela Secretaria Estadual da Educação, em conformidade com a Portaria MEC/INEP nº *179*, publicada em 29 de abril de 2014, e Portaria Normativa MEC nº 807, de 18 de junho de 2010, publicada em 25 de maio de 2012.

Em 1º de setembro de 2014.

Angela Maria Hübner Wortmann – relatora
Maria Otília Kroeff Susin
Marli Helena Kümpel da Silva

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 03 de setembro de 2014.

Cecília Maria Martins Farias
Presidente

Parecer CEEd nº 1.055/2014

Manifesta-se sobre o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul - PEE/RS, elaborado em 2014.

A Secretaria de Estado da Educação encaminha a este Conselho, pelo Ofício GAB/Seduc nº 2581, de 04 de dezembro de 2014, o Plano Estadual de Educação para análise e emissão de Parecer, em observância ao estabelecido no inciso XIV do artigo 11 da Lei estadual nº 9.672/1992, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 10.591/1995, nº 11.452/2000 e Lei nº 14.471/2014, que determina ao Conselho Estadual de Educação:

> Art. 11 [...]
>
> XIV - emitir parecer sobre o Plano Estadual de Educação de duração plurianual, nos termos do artigo 208 da Constituição do Estado, acompanhar e avaliar sua execução.

2 – O Plano Estadual de Educação, elaborado em atendimento à Constituição Federal (art. 214) e à Constituição Estadual (art. 208), de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e em consonância com o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, contém as grandes linhas e direções das políticas educacionais para os próximos dez anos, formuladas com a participação de diferentes segmentos da comunidade gaúcha.

Cabe considerar que a construção do Plano Estadual de Educação de forma participativa, buscando contemplar as diferentes posições e opiniões presentes nas discussões, constitui parte essencial para o processo de tomada de decisão e para a execução das políticas acordadas.

3 – O Plano Estadual de Educação, anexo à minuta de Projeto de Lei, compõe-se de:

a) APRESENTAÇÃO;
b) ANÁLISE CONCEITUAL E SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL, dividida em seis eixos, a saber: Eixo I – Gestão democrática dos sistemas de ensino e regime de colaboração no Estado do Rio Grande do Sul na garantia do direito à educação de qualidade; Eixo II - Garantia do direito à Educação Básica; Eixo III - Acesso e expansão do Ensino Superior com qualidade social; Eixo IV - Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos; Eixo V - Formação e Valorização dos Profissionais em Educação e Eixo VI – Financiamento da Educação;

c) METAS E ESTRATÉGIAS e

d) REFERÊNCIAS.

3.1 – Na Apresentação, o texto narra, de forma sucinta, como foi o processo de elaboração do PEE/RS, desde a constituição do Fórum Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, designado pela Portaria SEDUC nº 214, de 26 de outubro de 2012, até a realização da Conferência Estadual de Educação, para aprovação do PEE/RS.

O FEE/RS é constituído por:

I - Secretário(a) de Estado da Educação;
II – Diretoria-Geral da Secretaria de Estado da Educação;
III - Departamento Pedagógico da Secretaria de Estado da Educação;
IV - Departamento de Articulação com os Municípios da Secretaria de Estado da Educação;
V - Departamento Administrativo da Secretaria de Estado da Educação;
VI - Departamento de Planejamento da Secretaria de Estado da Educação;
VII - Departamento de Logística da Secretaria de Estado da Educação;
VIII - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul;
IX - União dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul;
X - Conselho Estadual de Educação (CEEd);
XI - Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior do Estado do Rio Grande do Sul;
XII - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS);
XIII - Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado do Estado do Rio Grande do Sul (SINEPE / RS);
XIV - Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG);
XV - Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional do Rio Grande do Sul;
XVI - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RS);
XVII - Sindicato dos Professores Estaduais do Rio Grande do Sul (CPERS /CNTE);
XVIII - Sindicato dos Professores do Ensino Privado (SINPRO-RS/CONTEE);
XIX - Funcionários Técnicos-Administrativos da Educação Superior Pública;
XX - Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino (PROIFES/RS);
XXI - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME/RS);
XXII - União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), representação no RS;
XXIII - União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES);
XXIV - União Nacional dos Estudantes, representação do Rio Grande do Sul;
XXV – Federação das Associações e Círculos de Pais e Mestres – ACPM/ Federação;
XXVI - Campanha Nacional pelo Direito a Educação;
XXVII - Comunidade Científica;
XXVIII - Entidades de Estudos e Pesquisa em Educação;
XXIX - Movimentos Sociais do Campo;
XXX - Movimentos Sociais Afro-Brasileiros;
XXXI - Movimentos Sociais de Gênero e de Diversidade Sexual;
XXXII - Núcleo de Educação Indígena (NEI);
XXXIII - Movimentos Sociais de Pessoas com Deficiências;
XXXIV - Centrais Sindicais de Trabalhadores;
XXXV - Federações de Empresários e Sistema “S”;
XXXVI - Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia;
XXXVII - Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Destaca-se do texto de Apresentação do PEE/RS que:

> [...] o processo de elaboração do texto do PEERS foi um movimento profícuo e participativo de elaboração do planejamento das políticas educacionais para a próxima década, alcançando os objetivos de mobilizar a participação da sociedade educacional do Estado, representada por suas diversas instituições e entidades, garantindo assim seu caráter de política de Estado e não de governo. Está alinhado ao PNE, trazendo a realidade regional no âmbito do território estadual, orientando, a partir do Plano Nacional, a elaboração ou adequação dos planos municipais de educação. Neste sentido, está inserido no esforço nacional do campo da educação de superar a fragmentação e insuficiência que historicamente caracterizaram o planejamento educacional no país, buscando o fortalecimento de um ciclo virtuoso para a Educação Nacional, como garantidora do acesso aos demais direitos e contribuinte no processo de desenvolvimento da nação.

3.2 – Na Análise Conceitual e Situacional da Educação no Rio Grande do Sul, o texto ,dividido em seis eixos, apresenta a situação educacional do Estado a partir dos dados oficiais, tanto populacionais quanto educacionais, com base no Censo 2010/IBGE e no Censo Escolar 2013, contextualizando, também, os avanços da legislação e das ações efetivamente realizadas.

Eixo I – Gestão democrática dos sistemas de ensino e regime de colaboração no Estado do Rio Grande do Sul na garantia do direito à educação de qualidade, do qual se destaca:

> [...] a esfera estadual conta com um sistema de ensino implementado, cujos órgãos componentes têm assumido suas funções há décadas, cabendo estratégias de qualificação das ações e competências estabelecidas em lei. Igualmente, conta com legislação e prática de gestão democrática, devendo estabelecer estratégias de constante aprimoramento. Em relação aos municípios, a União Nacional de Conselhos Municipais de Educação regional RS - UNCMERS tem registro, a partir de seus levantamentos parciais, de que dos seus 487 municípios cadastrados, 439 possuem conselhos municipais de educação e que 270 já constituíram sistemas municipais de ensino. Há que referir a fragilidade e falta de condições/infraestrutura de funcionamento de grande parte dos conselhos, os quais não conseguem assumir plenamente, por essas razões, suas funções. Também indica que 103 possuem plano municipal de educação. A partir destes dados, constata-se que há não só o desafio de qualificar a implementação, estrutura e funcionamento destes sistemas e conselhos, bem como implantar ainda, em um número significativo, sistemas de ensino e conselhos de educação. Bem como aponta a inexperiência na elaboração, execução e avaliação de planos de educação. Sobre o regime de colaboração, registram-se as seguintes ações em curso, entre outras: a) Repasse de recursos financeiros – Programa Nacional do Transporte Escolar – PNATE e Programa Estadual do Transporte Escolar – PEATE - aos municípios para subsidiar o Transporte Escolar de alunos da Rede Pública Estadual dos Ensinos Fundamental e Médio – Meio Rural, residentes a uma distância igual ou superior a 2 km da escola, o qual estabeleceu em de 2010 a 2013 conveniamento com 482 municípios; b) ajustamento de matrículas da educação infantil das escolas da rede pública estadual para a rede pública municipal, mediante a cessão de uso de espaço físico e equipamentos das escolas estaduais, com133 municípios conveniados; 190 escolas com 250 salas de aula em 2012 e 2013; c) Termo de Cooperação firmado entre Estado, por intermédio da Secretaria Estadual de Educação e os Municípios, tendo por objeto a formalização das condições para a realização de Práticas Pedagógicas e Estágio Profissional obrigatório, de educandos do Curso Normal de Nível Médio da Rede Pública Estadual, nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, com 221 Municípios conveniados em 2013 e 2014; d) Termo de anuência assinado pelos municípios para que o Estado, por intermédio da Secretaria Estadual de Educação, autorize o FNDE a repassar diretamente aos municípios os recursos da alimentação escolar: a alimentação municipalizada ultrapassa os limites da escola; o município, ao envolver diversas secretarias, consegue organizar a produção da Agricultura Familiar que tem um mercado garantido para sua produção, com alimentos saudáveis, sem agrotóxicos que proporcionam alimentação diferenciada para os estudantes; 113 municípios conveniados em 2013; e) Programa Bolsa Família - PBF: programa de transferência condicionada de renda destinada a beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, definidas de acordo com a renda familiar por pessoa, que tem por

> missão contribuir para o rompimento do ciclo intergeracional de transmissão da pobreza; as condicionalidades que integram o Programa são geridas intersetorialmente e caracterizam a parceria dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Saúde, e desenvolvem-se em pactuação federativa com estados e municípios; a condicionalidade da educação exige que crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos cumpram uma frequência escolar mínima de 85% da carga horária escolar mensal; os alunos de 16 e 17 anos, devem apresentar frequência escolar mínima de 75%; o acompanhamento da frequência escolar dos 584.381 alunos e a verificação dos motivos que causam a baixa frequência estão entre as principais estratégias adotadas pelo Governo Federal em parceria com os níveis estaduais e municipais; f) Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância, Brasil Carinhoso (BSP) criado em 2012, pago às famílias com crianças de zero a seis anos, que mesmo recebendo benefícios financeiros do PBF continuam em situação de pobreza extrema. g) RS MAIS RENDA - o Programa objetiva reduzir os índices de vulnerabilidade social no Rio Grande do Sul e estimular a continuidade dos estudos no Ensino Médio, complementando a renda das famílias beneficiadas pelo PBF; a concessão desta complementação, está condicionada à frequência do aluno; alunos beneficiados deverão ter frequência superior a 75%; os dados são coletados bimestralmente, seguindo o calendário utilizado para o acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários do PBF; esse levantamento é feito de forma descentralizada, com a colaboração das Coordenadorias Regionais de Educação e das Escolas; h) organização conjunta do processo de matrículas na educação básica, com a constituição de Sistema Informatizado de Matrículas na Escola Pública: Central de Matrículas; i) acordo entre redes de ensino para atendimento às matrículas das etapas e modalidades de educação básica, conforme especificidades locais; j) Plano de Ações Articulados - PAR, que estabeleceu outra lógica de colaboração entre os entes federados e propiciou apoio técnico e financeiro da União para estado e municípios, em quatro dimensões: gestão educacional, formação de profissionais da educação, inicial e continuada, práticas pedagógicas e de avaliação e infraestrutura; k) formação continuada dos profissionais de educação em conjunto de redes estaduais e municipais; l)Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente – FICAI; m) Termo de Compromisso entre o Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e UNCME-RS para o fortalecimento e manutenção dos CMEs e implantação dos Sistemas Municipais de Ensino em todos os municípios do Estado. Porém, há que se avançar neste sentido, aprimorando as ações existentes e construindo, de forma inovadora e criativa, novas estratégias entre União, Estado e Municípios, bem como entre Estado e Municípios e estes entre si. (*sic)*

Eixo II - Garantia do direito à Educação Básica, em que se destaca:

> [...] marcos significativos, se pode destacar: a Emenda Constitucional (EC) 14/1996, que, entre outras mudanças, instituiu “um fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério, de natureza contábil”, o Fundef; a implantação de avaliação externa das unidades de ensino e redes de ensino; a reforma curricular através dos Parâmetros Curriculares Nacionais; o fortalecimento de programas como Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172/2001.
>
> [...] temos a afirmação da educação básica como direito de todos, fundamental para a vida cidadã, e como dimensões indissociáveis, o “educar e cuidar”, antes consensuada apenas na etapa da educação infantil, para todas as etapas, consolidando o compromisso do mundo adulto com o zelo das gerações mais jovens em todas as esferas de sua formação. Esta é a direção que deve orientar o planejamento educacional em todos os seus níveis. *(sic)*

Em relação à Educação Infantil, o texto:

> [...] destaca que o estado do RS, por meio dos sistemas municipais de educação e das redes de ensino, precisa continuar ampliando de forma significativa os seus indicadores de atendimento na educação infantil. É necessário desenvolver políticas educacionais que possibilitem a criação de novas vagas, considerando levantamentos sistemáticos da demanda que captem as variações da população em

> idade correspondente à etapa. Igualmente, se faz necessário criar condições de cuidado e de desenvolvimento intelectual para as crianças, superando as contingências que a sociedade impõe, como a pobreza, a desnutrição, a falta de moradia e de saúde, que devem ser enfrentadas com atitudes abrangentes que envolvam a solução de problemas sociais em diálogo com as questões educacionais. Essas ações específicas devem estar inseridas em um conjunto de políticas intersetoriais – transporte, saúde, assistência –, que contemplem a família e aprimorem as relações entre escola e responsáveis pelas crianças. *(sci)*

Quanto ao Ensino Fundamental, o PEE/RS registra que:

> [...] Diante desse contexto que se apresenta atualmente para o Ensino Fundamental, é essencial que se promovam ações na reestruturação dos currículos, em propostas pedagógicas que vão ao encontro da realidade educacional brasileira, na valorização e formação profissional gratuita e contínua dos docentes, na construção de paradigmas nacional de valorização de nossa cultura para que a educação fortaleça sua participação ativa na formação política, social, cultural e artística dos cidadãos e da sociedade em que está inserida, visando sua transformação na perspectiva humana e democrática. *(sic)*

Em relação ao Ensino Médio, o texto consigna que "os dados revelam enormes desafios para o alcance da meta do Plano Nacional de Educação e, em consequência, para o pleno desfruto do direito à educação pela juventude em idade correspondente ao Ensino Médio."

Quanto ao processo de reestruturação curricular do Ensino Médio, o PEE/RS aponta que:

> [...] é importante referir que a mesma empreendeu uma reestruturação curricular a partir de 2011 (SEDUC-RS, 2011), com base em uma análise diagnóstica que destacou a situação preocupante do Estado nesta etapa da Educação Básica, quanto aos índices de acesso e aproveitamento, figurando entre os piores do país. Também foram destacadas as condições precárias de infraestrutura das escolas, a fragmentação curricular, a falta de valorização dos profissionais em educação.
>
> A referida reorganização implementou o Ensino Médio Politécnico, com a ampliação da carga horária. No currículo, se enfatizou a dimensão da politecnia, com a articulação das áreas do conhecimento e suas tecnologias com os eixos Cultura, Ciência, Tecnologia e Trabalho, visando à construção do conhecimento inserido na formação para a vivência cidadã. A relação teoria-prática é privilegiada na organização curricular por meio de seminários integrados e projetos de pesquisa, possibilitando a construção de projetos de vida para a inserção qualificada e crítica na sociedade e no mundo do trabalho. Como princípios orientadores, foram definidos a indissociabilidade da relação parte-todo e entre teoria-prática na compreensão dos fenômenos, o reconhecimento dos saberes construídos nas práticas sociais, a avaliação emancipatória e a pesquisa como referencial teórico-metodológico na apropriação dos conhecimentos. *(sic)*

Referente à Educação Profissional, ressalta que:

> [...] deve se constituir como um projeto educacional que atenda às necessidades do mundo do trabalho, mas que tenha na sua centralidade o sujeito e a sociedade, a partir de uma proposta de formação integral, que considere o desenvolvimento local como eixo organizador da metodologia de ensino-aprendizagem. Metodologia que possibilita ler os conteúdos técnicos em pauta, de forma a relacionar as atividades produtivas às quais está vinculada com a sua inserção e interações com o mundo contemporâneo, formando estudantes e cidadãos. *(sic)*

Sobre Educação Integral:

> [...] destaca-se um grande desafio nacional para toda a Educação Básica, a fim de se igualar tardiamente a um processo mundial: a expansão não só prevista em termos de anos de escolarização obrigatória na EC 59/2009, mas em termos de tempo de permanência na escola, ou seja, tempo integral, a partir de uma concepção de educação integral, que não cumpra uma lógica de "mais do mesmo", mas revitalize o currículo numa perspectiva do educar e cuidar, tecendo as dimensões

educacionais com as culturais, esportivas e de lazer. Os dados revelam (INEP, Censo Escolar 2013) neste indicador que, no Brasil, 34% das escolas ofertam pelo menos 7h diárias em atividades escolares; na Região Sul, o percentual é de 47,5%; no RS, 43,5%; o percentual de estudantes que permanecem em atividade nesta jornada escolar é de 13,2% no Brasil; 14,9% na Região Sul; e 15% no RS. *(sic)*

Eixo III - Acesso e expansão do Ensino Superior com qualidade social, o texto destaca as metas específicas:

A Meta 12 do PNE projeta uma elevação da taxa bruta no ES para 50% e a taxa líquida de 33% da população de 18 a 24 anos de idade, com 40% de expansão no setor público. Quanto à taxa bruta de matrículas – ou seja, o cálculo resultante do número total da população que frequenta o ES, dividido pelo total da população de 18 a 24 anos de idade, multiplicado por 100 – se apresentam os seguintes índices: no Brasil, 28,7%; no RS, 36,7%, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012 (divulgados em: http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php). Como o índice do Estado é superior ao nacional, é possível uma perspectiva mais elevada na meta estadual, elevando em torno de 5 pontos percentuais, definindo um índice de 55%.

TAXA BRUTA POPULAÇÃO 18-24 ANOS DE IDADE - 2012	
BRASIL	RS
28,7%	36,7%

FONTE: PNAD/IBGE 2012

Em relação à **taxa líquida**, obtida pelo cálculo do número total da população que frequenta ou concluiu o ES na faixa etária de 18 a 24 anos de idade, dividido pelo total da população de 18 a 24 anos de idade, multiplicado por 100, temos um índice de 18,7% no Brasil e de 22,6% no RS, conforme dados da PNAD 2012. Da mesma forma, como a taxa estadual é superior, é possível projetar um índice mais elevado, em 4 pontos percentuais, alcançando 37%.

TAXA LÍQUIDA POPULAÇÃO 18-24 ANOS DE IDADE – 2012	
BRASIL	RS
18,7%	22,6%

FONTE: PNAD/IBGE 2012

A Meta 13 do PNE define a ampliação de mestres e doutores do corpo docente, **em exercício** no conjunto do sistema de educação superior, para 75%, sendo no mínimo 35% de doutores. Sobre o número de mestres, os dados do INEP-Censo do Ensino Superior 2012 (disponíveis em http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php) apontam que há no Brasil 69,5%, enquanto que no RS, 82,3%, índice que supera a meta nacional. Em relação aos doutores, o mesmo acontece: o percentual é de 32,1% no Brasil e de 39,8% no RS, o que possibilita uma elevação dos percentuais na meta estadual, para índices em torno de 89% e de 43%, respectivamente.

DOCENTES EM EXERCÍCIO – 2012		
	BRASIL	RS
MESTRES	69,5%	82,3%
DOUTORES	32,1%	39,8%

Fonte: Sinopse Estatística INEP/MEC 2012

A Meta 14 do PNE propõe atingir um número de 60 mil titulações anuais de mestre e 25 mil títulos de doutor anualmente. O número em 2012, conforme a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), disponível em http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php, foi de 47.138 títulos de mestre, número em torno de 80% do proposto na meta, e 13.912 títulos de doutor, o

> que atinge em torno de 55% da meta. No RS, conforme a mesma fonte, foram 3.898 títulos de mestre, número que, alinhado à meta nacional, resulta em uma projeção em nível estadual de 4.872 títulos anuais. Em relação à titulação de doutor, foram concedidos 1.237 no Estado em 2012, o que resulta, na mesma lógica de alinhamento, em uma projeção em torno de 2.240 títulos de doutor anualmente concedidos.

TÍTULOS CONCEDIDOS ANUALMENTE – 2012		
	BRASIL	RS
MESTRE	47.138	3.898
DOUTOR	13.912	1.237

Fonte: Mec. Dados disponíveis em:

http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php"

Eixo IV - Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos. Em relação à Educação Especial, o texto refere que:

> [...] a situação da inclusão escolar nas classes comuns de ensino no Estado demonstra uma taxa de atendimento maior na rede pública, com um percentual de 96% de matrículas, enquanto na matrícula geral (Censo Escolar 2013) a mesma rede é responsável por 84% das matrículas. O atendimento efetivado em 2013 corresponde a 17% da população alvo na faixa de 0 a 24 anos de idade, e 30% da população alvo na faixa etária de 0 a 17 anos de idade, dados que permitem visualizar o tamanho do desafio da universalização do atendimento na educação básica para essa população. Considerando o número de matrículas em classes e escolas exclusivamente especializadas e/ou que oferecem Atendimento Educacional Especializado/AEE, temos concentração de matrículas no setor privado. Conforme o Censo Escolar 2013, são 2.024 na rede estadual de ensino, 1.849 nas redes municipais e 10.888 nas instituições privadas, o que indica duas necessidades: por um lado, a abertura do setor privado para a inclusão escolar nas classes comuns, conforme o ordenamento da legislação; por outro, a ampliação do atendimento educacional especializado na rede pública, oportunizando a todo o estudante com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação ser beneficiado pelo atendimento educacional especializado, na classe regular, nas redes públicas e nas escolas bilíngue para surdos. Portanto, apesar dos esforços e avanços constatados, há ainda um grande desafio para promover a universalização, com acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos, para a população alvo da educação especial, da população negra, indígena, da população do campo, das populações em situação de itinerância, de privação de liberdade e dos surdos. *(sic)*

Quanto à educação escolar indígena, quilombola e do campo, o texto consigna que “muito há que se avançar nas políticas educacionais, articuladas com demais políticas sociais, para a democratização do acesso com equidade e qualidade social da educação para essas parcelas da população.”

Sobre Educação de Jovens e Adultos, o PEE/RS registra que:

> [...] se conclui por avanços no sentido da promoção de ações afirmativas para a superação de desigualdades historicamente estabelecidas na educação brasileira, mas que ainda dependem de um fortalecimento em termos de tempo, articulação e amplitude para estabelecer um novo cenário, no qual seja desnecessário a implementação de políticas específicas para alcançar a equidade e o acesso pleno, de todos, à educação de qualidade social.

No Eixo V - Formação e Valorização dos Profissionais em Educação, o Plano destaca que:

> [...] Particularmente no Rio Grande do Sul a articulação, em regime de colaboração, entre os Sistemas de Educação e as instituições de ensino superior é

> fundamental para atualização e modernização dos cursos de preparação para o magistério, especialmente as licenciaturas e as pós-graduações. Fortalecer esses processos de formação profissional requer a consideração das necessidades dos sistemas educacionais, com o aprimoramento das formas de gestão, com a consolidação das parcerias entre os entes federados, de modo a viabilizar recursos e instituir projetos comuns para a educação.

Eixo VI – Financiamento da Educação, o texto refere que:

> [...] o financiamento é um eixo fundamental tanto no PNE quanto no PEE/RS, bem como nos planos municipais de educação, pois é essa meta e suas decorrentes estratégias que viabilizarão a implementação dos planos, configurando-os como planejamentos, diferenciando-se da formulação de intenções sem as condições de implementação concreta.

3.3. – Nas Metas e Estratégias, o texto apresenta as metas nacionais com algumas adaptações à realidade estadual e um conjunto de 494 estratégias, distribuídas por meta, revelando um detalhamento maior em relação à maioria das metas se comparado ao Plano Nacional de Educação, que tem o máximo de 36 estratégias na meta 07:

META	ESTRATÉGIAS
1	40
2	43
3	33
4	43
5	15
6	19
7	32
8	42
9	15
10	23
11	21
12	33
13	07
14	14
15	21
16	17
17	04
18	20
19	26
20	26

3.4. – Nas Referências, estão explicitados a legislação e os textos que fundamentaram o documento-base produzido pelo Grupo Executivo do Fórum Estadual de Educação do Rio Grande do Sul e aprovado pelo Pleno dessa instância e, em instância decisiva, pela plenária final da Conferência Estadual de Educação.

4 – Considerações

O PEE/RS está organizado com a mesma estrutura do Plano Nacional de Educação. No tocante à forma, destaca-se o texto conciso da Minuta de Projeto de Lei e também o anexo contendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação e suas respectivas estratégias. Em relação ao conteúdo, há que se destacar a qualidade da análise situacional e educacional do Rio Grande do Sul, a qual é ponto de partida para a definição das metas e estratégias para o território estadual.

Cabe salientar que a análise conceitual e situacional da educação gaúcha, contida no documento do PEE/RS, fundamenta a formulação das metas e estratégias estaduais, as quais foram discutidas com a sociedade por meio dos seis cadernos temáticos disponibilizados pelo Fórum Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Tal discussão, mesmo que de forma descentralizada, sem a dimensão do número de pessoas envolvidas no processo, oportunizou conhecimento do conteúdo do PNE, bem como das proposições para o PEE/RS, com vistas às contribuições das entidades e instituições existentes no território estadual.

Um aspecto relevante foi a participação efetiva do Conselho Estadual de Educação em todo o processo na composição do Fórum Estadual de Educação do Rio Grande do Sul e do Grupo Executivo que elaborou o documento-base, aprovado pelo Pleno do Fórum, bem como na sistematização das emendas recebidas e na realização da Conferência Estadual de Educação, onde atuou ativamente na coordenação de plenárias de eixo e na plenária final.

Nesse sentido, o conteúdo do anexo da Minuta do Projeto de Lei do PEE/RS, também debatido pelos membros deste Colegiado, foi referendado pelos delegados participantes da Conferência Estadual de Educação, ou seja, as metas e estratégias apresentadas no documento foram aprovadas em plenária final, realizada no dia 29 de novembro, instância máxima da Conferência Estadual de Educação.

Destaca-se a qualidade da discussão na Conferência Estadual de Educação, uma vez que o conteúdo do PEE/RS, disponibilizado para escolas, comunidades e entidades, foi analisado até chegar a sua instância máxima de deliberação, a plenária final, composta por delegados representantes das instituições e setores da sociedade gaúcha.

5 – Avaliação e Monitoramento

Salienta-se que o processo de avaliação e monitoramento do PEE/RS contará com a participação deste Colegiado, para cumprir o que dispõe a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, que prevê avaliar e acompanhar a execução deste instrumento de Estado para a educação dos gaúchos nos próximos dez anos. O CEEd, também como integrante do FEE/RS, acompanhará a próxima etapa que será o protocolo e a tramitação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Nesse processo da tramitação do Plano na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o Conselho cumprirá seu papel para garantir efetivamente o que foi proposto e aprovado pela sociedade gaúcha.

6 – Planejamento da Educação Estadual

Cabe registrar, de forma especial, que o PEE/RS aprovado, sancionado e publicado será base para elaboração dos instrumentos de planejamento do Rio Grande do Sul no que se refere à educação. O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento Anual deverão, necessariamente, refletir as metas e estratégias previstas até 2024, quando todas as metas deverão ser alcançadas, salvo as que preveem um prazo inferior.

Face ao exposto, a Comissão de Planejamento propõe que este Conselho se manifeste sobre o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, elaborado em 2014, nos termos dos itens 4, 5 e 6 deste Parecer.

Em 16 de dezembro de 2014.

Marcia Adriana de Carvalho - relatora
Berenice Cabreira da Costa
Marco Antonio Sozo
Neuza Mariza Franco Lopes
Thalisson Silveira da Silva

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 17 de dezembro de 2014.

Cecília Maria Martins Farias
Presidente

Parecer CEEd nº 170/2015

Manifesta-se quanto à aplicação do Art. 5º da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, aos Cursos Técnicos desenvolvidos de forma integrada ao ensino médio propostos no âmbito do Parecer CEEd nº 156/2012.

RELATÓRIO

A Secretaria de Estado da Educação encaminhou expedientes contendo Regimentos Escolares e Planos de Curso para Cursos Técnicos desenvolvidos de forma integrada ao ensino médio em cumprimento ao estabelecido no Parecer CEEd nº 156/2012.

2 – O referido Parecer assim abordou a questão:

> 14. Mais complexa é a situação dos cursos de Educação Profissional, cujas matrizes curriculares, integrantes dos Planos de Curso, estão estruturadas como oferta concomitante ou subsequente ao ensino médio. Um curso com o ensino médio integrado à Educação Profissional é um curso totalmente diferente, razão por que deve merecer aprovação específica.
>
> Pode-se, todavia, também aqui, admitir que, em 2012, sejam utilizadas as matrizes que integram o processo, desde que, até o final do ano os novos Planos de Curso – com o ensino médio integrado à Educação Profissional – sejam aprovados por este Conselho. Igualmente, o primeiro ano dos novos cursos deverá ter sua matriz curricular idêntica à aplicada em 2012 e visada pela Secretaria-Geral deste Conselho.
>
> Certamente, muitos dos cursos relacionados no item 7 e destinados a oferecer a opção integrada com o ensino médio, não terão candidatos suficientes para constituir turma, de modo que a quantidade de processos a examinar, ao longo do ano, deverá se manter num volume administrável. Onde isso acontecer, as ofertas continuarão a ser de cursos de educação profissional concomitantes ou subsequentes ao ensino médio, sem nenhuma alteração e não se lhes aplicando os "regimentos referência".
>
> [...]
>
> CONCLUSÃO
>
> [...]
>
> d) determinar que, no decorrer do ano de 2012, sejam encaminhados a exame os Regimentos Escolares e os Planos de Curso dos cursos técnicos que vierem a ser oferecidos de forma integrada com o ensino médio, nos termos do item 14 acima;

[...]

3 – O artigo 5º da Resolução CEEd nº 320/2012 define que os Cursos Técnicos e os Cursos sob a forma de Educação a Distância possuem prazo determinado de credenciamento, devendo estes serem renovados periodicamente, *in verbis*:

> Art. 5º O credenciamento de estabelecimento de ensino para oferta de cursos técnicos de nível médio, de cursos de especialização técnica e de cursos sob a forma de Educação a Distância será por tempo limitado.
>
> § 1º O pedido de recredenciamento deverá iniciar a tramitação de modo que o respectivo processo dê entrada no Conselho Estadual de Educação entre 360 e 180 dias antes da data limite.
>
> § 2º O prazo de vigência do primeiro credenciamento será de três anos e, dos recredenciamentos subsequentes, de cinco anos.

4 – A Justificativa da Resolução CEEd nº 320/2012 ratifica o entendimento deste Conselho quanto às características do Ato de credenciamento, posto na Justificativa da Resolução CEED nº 266, de 20 de março de 2002, ainda que a revogue expressamente:

> Credenciamento de instituição de Educação Básica é o ato de sua integração ao Sistema Estadual de Ensino uma vez comprovadas as condições de infra-estrutura física pelo qual o Conselho Estadual de Educação, com base em dados e informações por ele definidos em ato próprio, considera que a instituição de ensino apresenta condições de infra-estrutura física para oferta do(s) curso(s) pretendido(s) (...)
>
> (...) Como o credenciamento tem validade limitada, é indispensável que os estabelecimentos de ensino se recredenciem antes da data limite. Assim, para efeitos dessa Resolução, entende-se por recredenciamento de instituição de ensino o ato do Conselho Estadual de Educação pelo qual se declara sua permanência no Sistema Estadual de Ensino e sua habilitação para continuar oferecendo validamente o(s) curso(s) regularmente autorizado(s) a funcionar.

5 – Os Pareceres que credenciaram as escolas e autorizaram os Cursos abrangidos na Proposta Pedagógica autorizada pelo Parecer CEEd nº 156/2012, o fizeram de forma retroativa ao ano letivo de início da oferta, contando os prazos supramencionados a partir daquela data.

ANALISE DA MATÉRIA

6 – No caso em tela foram autorizados procedimentos específicos para a implantação de proposta pedagógica por parte da Secretaria Estadual de Educação que inclui, dentre outros, autorização para utilização de matriz curricular e regimentos referência, bem como o início de Cursos Técnicos ofertados de forma integrada ao ensino médio, antes do seu devido credenciamento.

7 – A Secretaria de Estado da Educação protocolou conforme o Parecer supramencionado os processos de credenciamento das Escolas para estes Cursos no prazo estipulado. Ocorreu início de Curso tanto no ano de 2012, quanto nos anos posteriores. Foi considerado no referido Parecer que seria encerrada a análise destes processos ainda em 2012, o que não ocorreu e, ao aprovar estes Cursos, adotou-se inicialmente como procedimento o credenciamento de forma retroativa à data de inicio do Curso e contando os prazos para o recredenciamento a partir desta data.

8 – Este Conselho, ao estabelecer validade limitada para os Atos de credenciamento, o fez como instrumento para a periódica verificação das condições dos Estabelecimentos de Ensino na compreensão de que, a continuidade das ofertas educacionais já autorizadas, pressupõe a permanente atualização dos recursos a elas inerentes.

9 – O Parecer CEEd nº 156/2012 concedeu autorização para o início destes cursos e as respectivas providências a serem tomadas. Ao credenciar de forma retroativa, restou criada situação não prevista à época, de prazos para recredenciamento já esgotados quando do primeiro credenciamento, caso em que se faz necessária a revisão para se restabelecer os objetivos dos instrumentos de recredenciamento, e desta forma considerar credenciadas as Instituições de Ensino para a oferta desses cursos, até o Ato de credenciamento.

10 – Cabe, neste sentido, ajustar os procedimentos adotados nas manifestações acerca destes cursos, quais sejam:

a) considerar credenciadas as Instituições de Ensino para a oferta dos respectivos Cursos Técnicos desenvolvidos de forma integrada ao ensino médio no período compreendido entre o início dos Cursos e a publicação do Ato de credenciamento;

b) considerar que o prazo para o recredenciamento das Instituições de Ensino com Pareceres já exarados para a oferta dos respectivos Cursos Técnicos, desenvolvidos de forma integrada ao ensino médio, deve contar a partir da publicação do respectivo Ato de credenciamento.

CONCLUSÃO

A Comissão de Ensino Médio e Educação Superior e a Comissão Especial de Educação Profissional concluem por manifestar-se quanto à aplicação do Art.5º da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, aos Cursos Técnicos desenvolvidos de forma integrada ao ensino médio propostos no âmbito do Parecer CEEd nº 156/2012, nos termos do item 10 deste Parecer.

Em 26 de janeiro de 2015.

Domingos Antônio Buffon – relator
Thalisson Silveira da Silva – relator
Daniel Vieira Sebastiani
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Celso Floriano Stefanoski

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 28 de janeiro de 2015.

Cecília Maria Martins Farias
Presidente

Parecer CEEd nº 178/2015

Acolhe o pedido da Secretaria de Estado da Educação quanto à oferta de Turmas Descentralizadas para o ensino fundamental e o ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em Instituições Prisionais.
Autoriza pelo prazo de cinco anos o desenvolvimento desta proposta, em caráter experimental.
Determina providência.

RELATÓRIO

O Conselho Estadual de Educação – CEEd recebe da Secretaria de Estado da Educação pedido de ampliação dos espaços de atendimento educacional dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos – NEEJA por meio de turmas constituídas em presídios e/ou penitenciárias localizadas no mesmo município do Núcleo ou diverso da sua sede.

O referido pedido é justificado pelo “aumento da população carcerária e agravamento dos atos que levam à pena de privação de liberdade”. Os dados fornecidos pela Secretaria Estadual da Segurança Pública – Superintendência dos Serviços Penitenciários e Secretaria de Estado da Educação em 2012, quando da elaboração do Plano Estadual de Educação nas Prisões indicam que “[...] apenas 7,78% da população carcerária do Rio Grande do Sul tem acesso à educação formal”. Há ainda a Lei federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011, que “Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho” o que estimula a frequência escolar em atividade educacional no ensino fundamental e ensino médio, inclusive profissionalizante, e superior, remindo a pena de forma proporcional, bem como premiando pela certificação aqueles que se encontram encarcerados, o que tornou a demanda educacional para esta população cada vez maior.

2 – Para o atendimento a essa população solicita a aquiescência do Conselho Estadual de Educação para o funcionamento de turmas descentralizadas de Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, credenciados por este Órgão, conforme segue:

NÚCLEOS CREDENCIADOS	PRESÍDIOS OU PENITENCIÁRIAS COM FUNCIONAMENTO DE TURMAS DESCENTRALIZADAS
1 - Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Julieta Villamil Balestro - Penitenciária Feminina Madre Pelletier – Porto Alegre	Instituto Psiquiátrico Forense
2 - Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Liberdade – NEEJA – Penitenciária Estadual de Lajeado – Lajeado	Presídio Estadual de Encantado Presídio Estadual de Arroio do Meio
3 - Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Novo Horizonte – Penitenciária Estadual - Caxias do Sul	Presídio Estadual de Canela Presídio Estadual de São Francisco de Paula
4 - Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Julieta Villamil Balestro – NEEJA – Presídio Regional de Passo Fundo – Passo Fundo	Presídio Estadual de Lagoa Vermelha
5 - Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Julieta Villamil Balestro – Presídio Regional de Santa Maria – Santa Maria	Presídio Estadual de Santa Maria Presídio Estadual de Jaguari
6 - Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Julieta Villamil Balestro – Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas – Charqueadas	Instituto Penal de Charqueadas Penitenciária Estadual de Charqueadas Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas Penitenciária Estadual do Jacuí Penitenciária Estadual do Jacuí/Semiaberto Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba Presídio Estadual de Camaquã Penitenciária Estadual de Arroio dos Ratos
7- Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Julieta Villamil Balestro – Presídio Regional de Bagé – Bagé	Presídio Estadual de Lavras do Sul Presídio Estadual de Caçapava do Sul Presídio Estadual de Dom Pedrito
8- Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Agente Penitenciário Jair Fiorin – Penitenciária Modulada Estadual de Ijuí – Ijuí	Albergue Municipal de Ijuí

As referidas turmas integradas ao Núcleo têm acompanhamento sistemático e *in loco* da equipe diretiva dos Núcleos, participação mensal dos professores nas reuniões de planejamento, destinação de material didático e escolar aos estudantes.

ANÁLISE DA MATÉRIA

3 – A Constituição Federal afirma:

> Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
>
> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

A Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, de 03 de outubro de 1989, no artigo 209 estabelece a competência do Conselho Estadual de Educação em assegurar ao Sistema Estadual de Ensino "flexibilidade técnico-pedagógica-administrativa, para o atendimento das peculiaridades socioculturais, econômicas ou outras específicas da comunidade".

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional", no artigo 81 permite "a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei". O que confere ao Núcleo e à Mantenedora autonomia para a organização da educação e definição do Projeto Político-Pedagógico buscando elevar as condições e ampliar a oferta de vagas da educação a que tem direito, inclusive, os sujeitos em situação de privação de liberdade.

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Câmara de Educação Básica exara o Parecer CNE/CEB nº 04, em 09 de janeiro de 2010, que estabelece as "Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade em estabelecimentos penais" e destaca:

Assim como para todos os jovens e adultos, o direito à educação para os jovens e adultos em situação de privação de liberdade é um direito humano essencial para a realização da liberdade e para que esta seja utilizada em prol do bem comum. Desta forma, ao se abordar a educação para este público é importante ter claro que os reclusos, embora privados de liberdade mantêm a titularidade dos demais direitos fundamentais, como é o caso da integridade física, psicológica e moral. O acesso ao direito à educação lhe deve ser assegurado universalmente na perspectiva acima delineada e em respeito às normas que o asseguram.

A Resolução CNE/CEB nº 02, publicada no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2010, "Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade em estabelecimentos penais" estabelece no Art. 3º "A oferta de educação para jovens e adultos em estabelecimentos penais obedecerá as seguintes orientações: [...] V – poderá ser realizada mediante vinculação a unidades educacionais e a programas que funcionam fora dos estabelecimentos penais".

O Conselho Estadual de Educação – CEEd na Resolução CEED nº 313, de 16 de março de 2011, "Consolida normas relativamente à oferta da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências, em consonância com as diretrizes nacionais fixadas nas Resoluções CNE/CEB nº 3/2010 e nº 7/2010" e estabelece: "Art. 10 Os NEEJA que atendem instituições prisionais devem oferecer apoio e orientação aos candidatos a exames, preferencialmente, por meio de atividades presenciais, com registro de frequência."

No Parecer CEED nº 60/2010, de 27 de janeiro de 2010, este Conselho ao acolher o pedido da Secretaria de Estado da Educação quanto à proposta de Centros Estaduais de Referência em Educação Profissional, destaca a figura de **Classe Descentralizada** como "o local, em outro estabelecimento de ensino estadual, no qual será ofertado curso técnico autorizado de uma das seis escolas técnicas estaduais que integram a proposta." Ao autorizar esta possibilidade de oferta de ensino o Colegiado dá às turmas descentralizadas a formalidade legal e pedagógica que esta oferta exige. No referido Parecer busca-se amparo legal à análise da matéria em tela, bem como encaminhamentos que permitam ampliar e qualificar a oferta de Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade.

4 – As turmas descentralizadas estão vinculadas a um Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos – NEEJA já credenciado por este Conselho e visam ampliar o âmbito de atuação dos Núcleos onde há demanda, buscam otimizar o atendimento nos Núcleos já existentes, bem como qualificar esta oferta e as ações do poder público responsável pela Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade.

Os Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos que ofertam turmas descentralizadas:

4.1– mantêm sua Designação e Atos legais como hoje existem no Sistema;

4.2 – ofertam seus Cursos em turmas descentralizadas, localizadas em outro presídio ou penitenciária, conforme quadro constante no item 2 deste Parecer;

4.3 – têm inteira responsabilidade quanto a estrutura material, equipamentos, material didático, atividades pedagógicas e documentação dos alunos das turmas descentralizadas a eles integradas.

As atividades escolares nas turmas descentralizadas regem-se pelo Regimento Escolar do estabelecimento e obedecem ao disposto nos Planos de Estudos.

5 – Cabe à Secretaria de Estado da Educação:

5.1 – prestar informações a este Conselho sobre recursos humanos, estrutura administrativa, física e de equipamentos dos locais onde funcionam as turmas descentralizadas, em Ofício dirigido a este Conselho, em até 60 dias após o início das atividades letivas do ano de 2015;

5.2 – encaminhar ao Conselho Estadual de Educação, para acompanhamento da experiência, Relatórios Anuais com manifestação sobre as condições e a qualidade da oferta desenvolvida com vistas a subsidiar a implementação de políticas públicas que visem à inclusão e à garantia do direito à educação pública de qualidade para todos.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Ensino Fundamental e a Comissão de Ensino Médio e Educação Superior concluem por:

a) acolher o pedido da Secretaria de Estado da Educação quanto à proposta de Turmas Descentralizadas para a oferta do ensino fundamental e do ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em Instituições Prisionais;

b) autorizar, pelo prazo de cinco anos, o desenvolvimento dessa proposta, em caráter experimental, nos Núcleos elencados no item 2 deste Parecer;

c) determinar o cumprimento da providência contida nos termos do item 5 deste Parecer.

Em 27 de janeiro de 2015.

Maria Otilia Kroeff Susin – relatora
Domingos Antônio Buffon – relator
Andreia Cesar Delgado
Angela Maria Hübner Wortmann
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Antônio Quevedo Branco
Berenice Cabreira da Costa
Carmem Maria Craidy
Celso Floriano Stefanoski
Hilário Bassotto
José Amaro Hilgert
Marcia Adriana de Carvalho
Marli Helena Kümpel da Silva
Neusa Teresinha Machado Salaberry
Neuza Mariza Franco Lopes
Thalisson Silveira da Silva

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 28 de janeiro de 2015.

Cecília Maria Martins Farias
Presidente

Parecer CEEd nº 254/2015

Manifesta-se nos termos deste Parecer, em especial o item 5, quanto à certificação dos alunos do Curso Normal, Curso Normal – Apro-veitamento de Estudos e Educação Profissional integrada ao ensino médio desenvolvidos no âmbito do Parecer CEEd nº 156/2012.
Determina providência.

RELATÓRIO

A Secretaria de Estado da Educação encaminha expediente solicitando informações quanto à certificação de alunos, do qual se transcreve:

> a: [...]
>
> b: Como fica a Certificação dos alunos(as) do Curso Normal e Curso Normal Aproveitamento de Estudos que concluíram o Curso em 2014 e que os processos estão em tramitação desde 2012 e ainda não foram aprovados por este Conselho?
>
> c: Como fica a Certificação dos alunos(as) da Educação Profissional de Nível Técnico Integrada ao Ensino Médio que concluíram o Curso em 2014 e que os processos estão em tramitação desde 2012 e ainda não foram aprovados por este Conselho?

ANÁLISE DA MATÉRIA

2 – Os questionamentos remetem às determinações exaradas por este Conselho através do Parecer CEEd nº 156, de 27 de janeiro de 2012, que dispõe:

> [...]
>
> Determina que, no decorrer do ano de 2012, sejam encaminhados a exame os Regimentos Escolares dos Cursos Normais e seus respectivos Planos de Estudos.
>
> Determina que, no decorrer do ano de 2012, sejam encaminhados a exame os Regimentos Escolares e os Planos de Curso dos cursos técnicos que vierem a ser oferecidos de forma integrada com o ensino médio.
>
> [...]

3 – Este Colegiado manifestou-se em questão correlata à matéria pelo Parecer CEEd nº 170/2015:

> 6 – No caso em tela foram autorizados procedimentos específicos para a implantação de proposta pedagógica por parte da Secretaria Estadual de Educação que inclui, dentre outros, autorização para utilização de matriz curricular e regimentos referência, bem como o inicio de Cursos Técnicos ofertados de forma integrada ao ensino médio, antes do seu devido credenciamento.
>
> 7 – A Secretaria de Estado da Educação protocolou conforme o Parecer supramencionado os processos de credenciamento destes cursos no prazo estipulado. Ocorreu início de Curso tanto no ano de 2012 quanto nos anos posteriores. Foi considerado no referido Parecer que seria encerrada a análise destes processos ainda em 2012 o que não ocorreu e, ao aprovar estes Cursos, adotou-se inicialmente como procedimento o credenciamento de forma retroativa à data de início do Curso e contando os prazos para o recredenciamento a partir desta data.

4 – A situação constatada pelo Parecer CEEd nº 170/2015 permite que se adote procedimento semelhante para a certificação dos alunos, pois não há dúvida quanto à validade dos estudos, posto que foram atendidas pela Secretaria de Estado da Educação as providências decorrentes do Parecer CEEd 156/2012.

5 – Desta forma, em resposta aos questionamentos realizados pela Secretaria de Estado da Educação, em relação aos alunos concluintes do Curso Normal, Curso Normal – Aproveitamento de Estudos ou da Educação Profissional integrada ao ensino médio, em que ainda não houve aprovação do instrumento legal específico da escola para o respectivo curso, a certificação destes deverá fazer menção a este Parecer.

6 – À medida que as escolas forem credenciadas para a oferta de Cursos e os Planos de Curso, Planos de Estudos e o Regimento Escolar aprovados por Parecer específico esta menção é dispensável.

7 – Esta medida é aplicável tão somente aos alunos concluintes do Curso Normal, Curso Normal – Aproveitamento de Estudos e Educação Profissional integrada ao ensino médio até o final do ano de 2015, quando cada curso deverá possuir parecer específico aprovado por este Colegiado.

8 – A Secretaria de Estado da Educação deverá encaminhar ao final do ano de 2015 a relação de escolas e cursos em que a certificação de alunos foi expedida com base neste Parecer.

CONCLUSÃO

Face ao exposto a Comissão de Ensino Médio e Educação Superior e a Comissão Especial de Educação Profissional concluem por:

a) manifestar-se nos termos deste Parecer, em especial o item 5, quanto à certificação dos alunos do Curso Normal, Curso Normal – Aproveitamento de Estudos e Educação Profissional integrada ao ensino médio desenvolvidos no âmbito do Parecer CEEd nº 156/2012;

b) determinar o cumprimento da providência contida no item 8.

Em 10 de março de 2015.

Thalisson Silveira da Silva – relator
Domingos Antônio Buffon
Daniel Vieira Sebastiani
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Antônio Quevedo Branco
Berenice Cabreira da Costa
Carmem Maria Craidy
Celso Floriano Stefanoski
Jaqueline Moll
Marli Helena Kümpel da Silva

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 11 de março de 2015.

Cecília Maria Martins Farias
Presidente

Parecer CEEd nº 282/2015

Manifesta-se sobre consulta referente a medidas regulamentadas nos Regimentos Escolares das Escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino nos termos deste Parecer.

RELATÓRIO

O presente Processo trata de consultas subscritas por Promotores de Justiça que datam de 14 e 22 de maio, ambas em 2012, os quais solicitam esclarecimentos em relação a cancelamento compulsório de matrícula e transferência dirigida de aluno. A matéria iniciou tramitação no Conselho Estadual de Educação em 2012 e foi colocada à apreciação de Órgãos e Entidades relacionados à educação em 04 de dezembro de 2012. Posteriormente, foi apreciada sob forma de Parecer na Sessão Plenária de 06 de março de 2013, e, por decisão do Colegiado, foi retirada de pauta para ampliação dos debates. Em sequência, o Presidente deste Conselho Estadual de Educação designou pela Portaria nº 38, de 02 de outubro de 2013, Comissão Especial para examinar o referido Processo e apresentar novo pronunciamento.

A discussão da matéria no Plenário do Conselho, no dia 23 de julho de 2014, recebeu voto de vistas apresentado pelo Conselheiro representante do Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado – SINEPE/RS e por solicitação da Relatoria a minuta de Parecer foi retirada de pauta com a finalidade de ampliar a participação das representações educacionais da comunidade escolar gaúcha, referente ao conteúdo em pauta. A Comissão Especial, responsável pela matéria, concluiu pela necessidade de analisar o conteúdo constante do voto de vistas do SINEPE/RS, bem como aprofundar conceitos que embasam o pronunciamento em tela. O Processo de discussão foi retomado por meio de reuniões e audiências públicas que envolveram os seguintes interlocutores: Federação das Associações e Círculos de Pais e

Mestres do Rio Grande do Sul – ACPM, Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio Grande do Sul – ACONTURS, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Coordenadora de Políticas da Diversidade Sexual na condição de representante da Senhora Secretária de Justiça e Direitos Humanos/RS, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões – CAOINFÂNCIA, do Ministério Público, Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEPEDE-RS, Coordenador da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos, Procurador do Estado, Regional Grande Porto Alegre da União Nacional de Conselhos Municipais de Educação do Rio Grande do Sul – GRANPAL-UNCME/RS, Promotores de Justiça de Regionais de Educação do MP/RS, Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/ Sindicato dos Trabalhadores em Educação – CPERS/Sindicato, Associação de Escolas Superiores de Formação de Profissionais do Ensino do Rio Grande do Sul – AESUFOPE, Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul - SINPRO/RS, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado/RS – SINEPE, Associação dos Supervisores de Educação do Estado do Rio Grande do Sul – ASSERS, Associação dos Orientadores Educacionais do Estado do Rio Grande do Sul – AOERGS, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação Seccional do Rio Grande do Sul – UNDIME/RS, Presidente da Associação dos Inspetores do Estado do Rio Grande do Sul, Audiência Pública realizada em 04 de novembro de 2014, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, Presidente da União Gaúcha dos Estudantes – UGES, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA/RS e Conselho Estadual de Juventude **–** CONJUVE/RS, União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES. Os referidos interlocutores manifestaram-se por escrito e/ou em reuniões devidamente registradas em Súmulas.

ANÁLISE DA MATÉRIA

2 – A Convenção de Genebra em 1924 foi a primeira normativa, na perspectiva de proporcionar uma proteção especial às crianças e aos adolescentes. Na Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas, em 1948, temos repetido o "direito a cuidados e assistência especiais" da população infanto-juvenil.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959, foi o grande marco no reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, que necessitam de proteção e cuidados especiais. A partir da Convenção da Organização das Nações Unidas/ONU sobre os Direitos da Criança , de 20 de novembro de 1989, assinada pelo Brasil em 26 de janeiro de 1990 e aprovada pelo Decreto Legislativo nº 28, de 14 de setembro de 1990, encontra-se visibilidade às crianças, enquanto sujeitos de direito[16].

Anteriormente, no Brasil, crianças e adolescentes estavam sob a égide da Doutrina Penal do Menor e da Doutrina da Situação Irregular. A Doutrina Penal do Menor caracterizou-se pela influência do direito penal no tratamento a crianças e adolescentes, ao tempo do Código Penal do Império de 1830 e do Código Penal de 1890. Entenda-se “menor” a população infanto-juvenil. Os referidos Códigos estavam organizados sob a ótica da teoria da ação com discernimento que imputava responsabilidade ao “menor” em relação ao delito cometido, ou seja, de acordo com sua consciência. A Doutrina da Situação Irregular foi oficializada pelo Código de Menores em 1979, Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, no qual o legislador disciplinava a questão sob a perspectiva do abandono, da prática de infração

[16]Convenção sobre os Direitos da Criança adotados em Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989. “Artigo 1º. Para efeito da presente convenção considera-se como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes.”

penal, do desvio de conduta e da falta de assistência ou representação legal. Sendo assim, não havia proteção à pessoa, como sujeito, e sim como objeto da tutela do Estado.

Ressalva-se o art. 13 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ratificado pelo Brasil no Decreto nº 591, de 06 de julho de 1992:

> 13. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

A Constituição Federal de 1988 garante às crianças e adolescentes o estatuto de sujeitos de direito e hoje vigora a Doutrina da Proteção Integral estabelecida no artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil, ora transcrito:

> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 65/2010)

A Carta Magna do País traz como grande novidade a introdução do Princípio da Prioridade Absoluta dos direitos da criança e do adolescente previsto no artigo acima. Assim, crianças e adolescentes, por força da proteção integral, passam a ser sujeitos de direitos com prioridade absoluta. Nenhum outro grupo social recebeu proteção tão abrangente a ser garantida pela família, pela sociedade e pelo Estado.

3 – A busca da sociedade brasileira por direitos sociais impulsionou o país a ratificar a Convenção Internacional das Nações Unidas sobre direito das crianças e adolescentes, bem como instituir o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamentou princípios constitucionais gerais e orientadores, quais sejam: a) Princípio da Prioridade Absoluta; b) Princípio do Melhor Interesse**;** c) Princípio da Cooperação; d) Princípio da Municipalização:

3.1 – o Princípio da Prioridade Absoluta previsto na Constituição Federal de 1988 é reafirmado no artigo 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente, ora transcrito: “Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”. Menciona-se, também, o artigo 3º:

> A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente elenca no parágrafo único do artigo 4º que:

> a garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

A concepção de prioridade está calcada na compreensão de que as crianças e os adolescentes são pessoas em desenvolvimento, o que enseja cuidados especiais para que possam se desenvolver em plenitude.

A Doutrina da Proteção Integral da criança e do adolescente tem sua fundamentação na necessidade de apoio e segurança, direito dos sujeitos em desenvolvimento. A matéria ora abordada é conhecida pela jurisprudência do Tribunal de Justiça do RS. Transcreve-se excerto de sentença de lavra da Juíza Dra. Camila Luce Madeira[17]:

> Ao conferir a legislação tratamento especial a crianças e adolescentes, reconhece que **são seres que merecem especial tratamento ante a vulnerabilidade pelo desenvolvimento físico e mental incompleto**. Justamente por isso, o tratamento diferenciado também no âmbito penal conferido aos adolescentes, com aplicação de medidas socioeducativas e não penas, visando justamente o efeito pedagógico de alteração de comportamentos e não punição por ato exclusivo, [...]. **O processo de crescimento, amadurecimento e educação se efetiva não somente com acertos, mas também com erros, sendo que, se ocorrem inclusive na fase adulta, é razoável que a sociedade seja mais tolerante com as faltas cometidas por crianças e adolescentes**. [grifos do original]

3.2 – o Princípio do Melhor Interesse está relacionado com as condutas que devem ser tomadas sempre levando em consideração o que é melhor para crianças e adolescentes. Este princípio deve ser aplicado para a garantia de direitos inerentes à criança e ao adolescente, seu pleno desenvolvimento e sua formação cidadã, impedindo abusos de poder. A criança, a partir do entendimento de tal princípio, ganha status de parte hipossuficiente, e por esse motivo, deve ter sua proteção jurídica maximizada;

3.3 – o Princípio da Cooperação estabelece que é dever do Estado, da Família e da Sociedade a proteção contra a violação dos direitos da criança e do adolescente. A criança e o adolescente são sujeitos de direitos e deveres. Nesse diapasão, menciona-se o direito à educação e a obrigação de estar na escola previsto na Carta Magna como direito fundamental do ser humano, expresso nos artigos 205 a 214, dos quais se transcrevem os artigos 205, 206 e 208:

> Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
>
> Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
>
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
>
> [...]
>
> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
>
> I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59/2009)

4 – A Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente – FICAI foi implantada no Estado do Rio Grande do Sul em 1997 por meio de articulações entre o Ministério Público, Secretarias Estadual e Municipal de Educação e os Conselhos Tutelares. O CEEd, em 18 de setembro de 2013, manifestou-se na Indicação nº 42 sobre a relevância da aplicação da FICAI "com vistas a garantia do direito à educação a todos os estudantes das escolas do Sistema Estadual de Ensino."

[17] Dra. Camila Luce Madeira- Julgadora Processo de 1º Grau: 033/5.110000605-1

Afirma ainda neste documento que o amparo legal existente permite assegurar que:

> [...] o retorno do aluno infrequente à escola é parte do cumprimento de um dever estabelecido em lei que não pode ser visto como opcional, pelos gestores da educação, pelas escolas, pelos Conselhos Tutelares ou mesmo pelos Conselhos de Educação, da Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente. [...] não é suficiente proclamar direitos por meio de leis, sendo indispensável que estes direitos se concretizem na prática. A luta pela implementação da FICAI e o empenho de todos os órgãos e entidades responsáveis pela rede de proteção à infância e juventude é um exemplo disso.

5 – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei federal nº 9.394/96, regulamenta, em consonância com a Constituição Federal, em seus artigos 2º e 3º:

> Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
>
> Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
>
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

De acordo com a LDBEN, a autonomia da escola possui três dimensões: pedagógica, administrativa e financeira. O art. 12 afirma a autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino, "respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino", dentre outras, da elaboração e execução da proposta pedagógica, que dá suporte à construção do Regimento Escolar.

A autonomia, no contexto educacional, precisa ser analisada com base na descentralização que, segundo Luck, *in* Drabach (2000, p.21) [18]:

> [...] é um meio e não um fim, na construção da autonomia, assim como esta, é, também, um meio para a formação democrática dos alunos. [...] a autonomia, no contexto da educação, consiste na ampliação do espaço de decisão, voltada para o fortalecimento da escola como organização social comprometida reciprocamente com a sociedade, tendo como objetivo a melhoria da qualidade do ensino. Autonomia é a característica de um processo de gestão participativa que se expressa, quando se assume com competência a responsabilidade social de promover a formação de jovens adequada às demandas de uma sociedade democrática em desenvolvimento, mediante aprendizagens significativas.

A escola, no exercício da sua autonomia, define suas normas, bem como este Conselho, no exercício das suas prerrogativas, normatiza a matéria. As mantenedoras e suas respectivas escolas são solidariamente responsáveis pelas definições em seus Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares, observados os limites da legislação aplicável.

Nesse sentido, a escola tem autonomia de estabelecer em seu Regimento Escolar normas de convivência de caráter educativo e pedagógico sobre os direitos e deveres voltados à responsabilização do aluno e à garantia do acesso e da permanência na escola.

---

[18] DRABACH**,** Nadia Pedrotti. Gestão democrática: a construção da mudança na escola. www.partes.com.br. Acessado em 06/10/2014.

6 – A Lei federal nº 8.069/1990, em seu artigo 4º, expressa:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Assim, as Secretarias de Educação, mantenedoras das redes públicas de ensino, e as mantenedoras de escolas privadas devem orientar e assistir suas escolas no sentido de envidar esforços para garantir um ambiente escolar acolhedor e propício ao desenvolvimento das atividades pedagógicas em sala de aula e em espaços da escola. Portanto, as ações e práticas que dificultam a convivência entre professores e estudantes e estudantes entre si devem ser tratadas de forma educativa na escola e quando a natureza e complexidade dos conflitos necessitarem de mediação extraescola, esta deve ser de responsabilidade das mantenedoras/escolas, que, juntamente, com os Conselhos Escolares ou outros Órgãos representativos da comunidade escolar, devem construir alternativas partilhadas para a solução do problema. Para viabilizar esta prática deve ser considerada a necessidade de profissionais responsáveis pela coordenação pedagógica e orientação educacional nas escolas, em número suficiente para atender o quantitativo de professores e de alunos, bem como formação continuada de todos os profissionais que atuam nas escolas, possibilitando a socialização de experiências com as instituições formadoras, pesquisadores e teóricos da educação. Destaca-se, ainda, a importância da parceria com os movimentos sociais que atuam na perspectiva da inclusão e da qualificação das relações entre esses sujeitos, respeitadas as suas diferenças e diversidade.

Os conflitos existentes no ambiente da escola devem ser compartilhados pela comunidade escolar, tendo como suporte a rede de apoio, a fim de fortalecer a instituição escolar e a comunidade.

A intervenção em rede caracteriza-se por políticas públicas disponíveis na comunidade, como a de assistência social e saúde, que permitem à escola estabelecer parcerias para aprofundar o diálogo com as famílias e buscar apoio em serviços especializados. Sabe-se que os conflitos enfrentados pelas escolas são difíceis, de natureza complexa, por isso a importância dos serviços interdisciplinares para a resolução dos problemas. O contexto da garantia do direito à educação exige da escola assumir uma função social muito importante no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente. A atuação da rede de apoio, corresponsável na garantia do direito à educação, é fundamental para que a escola exerça sua função social de educar, tendo em vista o acesso e a permanência. O aluno, ao conviver com seus pares e com os demais profissionais da escola, se identifica e assume seu papel de pertencimento ao grupo, estabelecendo vínculos nas relações do dia a dia e qualificando suas relações na comunidade.

O planejamento da gestão pedagógica da escola precisa considerar a realidade de demandas conflitivas do cotidiano escolar e assumir a responsabilidade de fazer encaminhamentos capazes de superá-las, com mediações da própria equipe diretiva da escola, juntamente, com todo o corpo docente, construindo soluções de corresponsabilidade das partes envolvidas. Toda solução construída significa a superação do problema com consequências positivas e educativas para o conjunto da comunidade escolar com embasamentos de valores e atitudes cidadãs para a vida.

Ao destacar a “tênue diferença entre indisciplina e violência” é necessário afirmar que “A indisciplina está no desrespeito às regras que garantem o bom convívio social, por exemplo.” A violência, no entanto, desrespeita as regras “que garantem a integridade física e psíquica do outro [...] rompe com os limites da privacidade e invade a liberdade do mesmo [...]. A violência dá um passo além: desrespeita e atinge diretamente o alvo afetando a outra

pessoa".[19] Por sua vez, o ato infracional é medida bastante diversa e está conceituado no artigo 103 do ECA, ora transcrito: "Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal."

Salienta-se que, respeitada a autonomia da instituição escolar, em toda ação de aluno que se configure como ato cuja apuração seja responsabilidade de autoridade diversa da escola, como violência grave contra a pessoa ou contra o patrimônio da Escola, prevista em legislação especifica, o responsável deverá ser encaminhado aos órgãos próprios, para os procedimentos adequados.

7 – No que se refere à garantia do direito à educação, destaque há que ser feito para a instituição escola e sua responsabilidade nesse processo. Assim, transcreve-se excerto da decisão proferida pelo relator, Desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro[20]:

> A instituição de ensino detém importantíssimo papel para a constituição da pessoa, proporcionando conhecimentos e desenvolvimento segundo importantes valores educacionais, culturais e sociais, não podendo ser o aluno afastado do ambiente escolar por falha que poderia ser solucionada de outras formas, que não o cancelamento da matrícula, penalidade mais elevada, medida que, nos termos previstos, não se mostra educativa e afronta inclusive a dignidade da pessoa humana.

No cumprimento do papel primordial da educação na formação do sujeito há que se destacar "o ambiente educacional como espaço e tempo dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos", de acordo com o Parecer CNE/CP nº 8/2012, do qual se transcreve:

> [...] o conflito no ambiente educacional é pedagógico uma vez que por meio dele podem ser discutidos diferentes interesses, sendo possível, com isso, firmar acordos pautados pelo respeito e promoção aos Direitos Humanos. Além disso, a função pedagógica da mediação permite que os sujeitos em conflito possam lidar com suas divergências de forma autônoma, pacífica e solidária, por intermédio de um diálogo capaz de empoderá-los para a participação ativa na vida em comum, orientada por valores baseados na solidariedade, justiça e igualdade.

No que tange à organização da Escola, do supramencionado Parecer, transcreve-se:

> Sob o ponto de vista da gestão, [...] que todos os espaços e relações que têm lugar no ambiente educacional devem se guiar pelos princípios da EDH [Educação em Direitos Humanos] e se desenvolverem por meio de processos democráticos, participativos e transparentes. Então, quando se fala em ambiente educacional promotor da Educação em Direitos Humanos deve-se considerar que esse tipo de educação se realiza na interação da experiência pessoal e coletiva. Sendo assim, não é estática ou circunscrita a textos, declarações e códigos. Trata-se de um processo que se recria e se reelabora na intersubjetividade, nas vivências e relações dos sujeitos, na relação com o meio ambiente, nas práticas pedagógicas e sociais do cotidiano e nos conflitos sociais, constituindo-se, assim, num modo de orientação e condução da vida.

A partir da afirmação acima, se destaca a importância da prática de ações educativas voltadas para o aprendizado responsável dos estudantes que precisam ser ensinados a assumir e reparar as consequências dos seus atos de desrespeito às regras, pois a cada regra descumprida corresponde uma sanção a ser aplicada, contrariamente à punição que visa coibir, intimidar, proibir não ensejando responsabilização. Educar exige respeito mútuo.

---

[19] Rita Melissa Lepre. Reflexões sobre a indisciplina na escola. Publicado em 17/09/2009.
[20] Desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro – Relator Apelação Cível nº 70055213771 – 22ª Câmara Cível

Nesse contexto, se defende a sanção por reciprocidade que está diretamente relacionada com a falta praticada, ensinando o respeito às regras, que são construídas de forma participativa e de conhecimento do grupo, estando ancoradas em propósitos de cooperação e igualdade:

> As regras são facilmente respeitadas quando as crianças participam de sua elaboração, sendo comum ao grupo torna-se um elo de reciprocidade. Quem romper esse elo deverá sentir as consequências e se esforçar para restabelecê-lo. A reciprocidade faz o sujeito compreender a falta cometida e seus efeitos. (WERRI, RUIZ, 2007)[21]

Na teoria de Piaget, a sanção por reciprocidade deve acontecer em um ambiente solidário, onde a relação entre adulto e criança seja de afeto e respeito. Dessa forma, a criança compreenderá o significado das suas faltas e perceberá a necessidade de rever suas ações, criando autonomia e responsabilidade.

A gestão da Escola deve oportunizar situações vivenciais de ensino e de aprendizagem sobre a formação do princípio moral das crianças, adolescentes e jovens que favoreçam a internalização dos valores éticos, estéticos e políticos, através do/a: mediação e resolução de conflitos por meio do diálogo e dos princípios da justiça; respeito aos direitos e deveres humanos enquanto referências das relações interpessoais e sociais; reconhecimento das diferenças culturais, étnico-raciais, de gênero e sexualidade; de suscitar espaços de diálogo que gerem possibilidades de colaboração e tomada de decisões democráticas sobre o processo educacional em curso; delineamento dos procedimentos a respeito da responsabilização moral e restauradora das ações individuais e/ou grupais que afetem a incolumidade física, a integridade moral dos seus integrantes e o patrimônio público da instituição.

É importante que se pergunte: Que Escola queremos? Que ação educativa corresponde a esta Escola?

Trata-se da escola inclusiva, que prepara para a cidadania, que se propõe a formar sujeitos responsáveis, críticos e criativos, capazes de construírem projetos de vida que os capacitem a transformar a sociedade em que vivem tornando-a mais solidária, mais humana, menos violenta e mais justa. Nesta escola "[...] o processo ensino-aprendizagem não se reduz ao curricular, mas a práticas capazes de forjar habilidades necessárias a construção da cidadania." (VULBEAU & PAIN, 2003, in ABRAMOVAY, p. 42)[22].

É importante ressaltar que a escola é o espaço privilegiado para a construção de estratégias de diálogo para a resolução pacífica dos conflitos inerentes à dinâmica do cotidiano escolar. É imprescindível que haja atividades, participação, socialização e vivência de situações concretas pela comunidade escolar na perspectiva da educação em direitos humanos a ser expressa no projeto político-pedagógico e, consequentemente, no currículo escolar. Nesse sentido, transcreve-se o art.2º da Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012:

> Art. 2º A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

---

[21] Autonomia Como Objetivo na Educação. Ana Paula Salvador Werri; Adriano Rodrigues Ruiz, julho 2007.

[6]ABRAMOVAY, Miriam, Coord. Conversando sobre violência e convivência nas escolas. Miriam Abramovay et AL. Rio de Janeiro: FLACSO. Brasil, OEI, MEC, 2012.

Sendo as crianças e adolescentes, sujeitos de direitos em processo de desenvolvimento, a educação é um direito inviolável e indispensável para garantir o crescimento na perspectiva cognitiva, afetiva e social.

8 – Com base nos supramencionados marcos legais, registra-se que a matéria, objeto dessa manifestação, também está disciplinada nos seguintes Atos deste Conselho e do Conselho Nacional de Educação:

8.1 – Parecer CEED nº 820, de 09 de dezembro de 2009, que "Responde consulta sobre a inserção de normas de convivência nos Regimentos Escolares das escolas de Educação Básica integrantes do Sistema Estadual de Ensino", do qual se transcreve o item 21:

> 21 - Este Colegiado recomenda e enfatiza a importância de as escolas e as mantenedoras, a partir das orientações deste Parecer, incluírem no seu Regimento Escolar as normas de convivência escolar, construídas, trabalhadas e conhecidas pelos segmentos da escola.

Uma vez consensuadas, estas normas passam a ser assumidas pela comunidade escolar e quando desrespeitadas ensejam responsabilização. A construção da convivência em grupo se inicia na vida em família onde a criança desenvolve suas primeiras relações sociais e por meio dela aprende a respeitar as regras instituídas pelo grupo para ser aceito por ele. Assim, da família também se espera a participação nesse aprendizado e na interiorização de regras pelas crianças.

A Escola dá continuidade a esse aprendizado por meio da educação desenvolvida de forma institucional. Uma das principais tarefas da Escola é refletir sobre sua intencionalidade educativa e construir seu projeto de educação, base teórica para este trabalho e que é representado pelo seu Projeto Político-Pedagógico. A Escola é o espaço público privilegiado de ampliação de convivência.

A Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, que "Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica", no artigo 6º, institui:

> Art. 6º Na Educação Básica, é necessário considerar as dimensões do educar e do cuidar, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando, pessoa em formação na sua essência humana.

Assim, o binômio "educar e cuidar" deixou de ser atributo exclusivo da educação infantil e passa a ser parte integrante do processo educativo de toda a educação básica.

Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – RCNEI, em 1998, definiram o cuidado e a educação ao afirmar que "Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo afetivo entre quem cuida e é cuidado". Traziam, ainda, como base para o cuidado humano a necessidade de "[...] compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, [pois] Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades". (RCNEI –Vol. 1, p. 75, MEC/SEF, 1998) Estes são conceitos que devem fazer parte do Projeto Político-Pedagógico que organiza a educação básica das escolas do Sistema Estadual de Ensino.

Ratifica-se o disposto no item 12, alíneas "h" e "i", e no item 14, alínea "f" do Parecer CEED nº 820/2009, ora respectivamente transcritos:

> h) a construção do Projeto Político-Pedagógico - PPP é de fundamental importância, pois, além de oportunizar uma reflexão entre os diversos segmentos da escola, também norteia propostas a serem operacionalizadas. Consequentemente,

> possibilita à comunidade escolar visualizar o contexto em que está inserida. Enfim, é através do PPP que a escola organiza seu trabalho pedagógico, articula os diversos segmentos e instâncias, interagindo com a comunidade escolar;
>
> i) construir o PPP é poder exercitar a política, pois ela é um produto da ação/diálogo dos seres humanos no espaço coletivo. Discutir, elaborar, argumentar, confrontar, decidir são ações que exercitam a criatividade e a tolerância de todos e que colocam as ideias e a vida em movimento, criando e gestando um novo contexto.
>
> [...]
>
> f) que todas as medidas adotadas sejam o resultado de um processo dialogado, devidamente registradas, com o conhecimento da parte interessada e, no caso dos alunos menores de 18 anos, com a ciência de seus pais ou responsáveis, assegurando-se, sempre, o direito à ampla defesa e, ainda, que expressem os compromisso assumidos pelos envolvidos para a superação dos conflitos ocorridos.

8.2 – Resolução CEED nº 305, de 09 de dezembro de 2009, que "Estabelece procedimentos para a inserção de normas de convivência nos Regimentos Escolares das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino", da qual se destaca:

> Art. 1º – As alterações de textos de Regimentos Escolares referidos no art. 2º da Resolução CEED nº 288, de 21 de setembro de 2006, destinadas a inserir normas de convivência, nos termos das recomendações do Parecer CEED nº 820/2009, serão analisadas e validadas pelo Conselho Escolar ou por comissão paritária formada por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar do estabelecimento de ensino e por sua mantenedora.

9 – Desta forma ressalta-se que:

9.1 – a Constituição Federal, artigo 206, inciso I, dispõe que o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola, também expresso no artigo 53, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente e no artigo 3º, inciso I, da LDBEN;

9.2 – o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais ratificado pelo Brasil afirma o direito de toda pessoa à educação, visa ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e de sua dignidade, resguardando o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais;

9.3 – as crianças e os adolescentes têm direito compatível com a sua condição de pessoa em desenvolvimento garantido na Carta Magna e nas demais legislações específicas;

9.4 – o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das crenças, dos espaços e dos objetos pessoais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 15 e 17, respectivamente;

9.5 – a Constituição Federal garante o direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme artigo 5º, inciso LV, que assegura aos envolvidos tomar conhecimento da existência do fato e de todos os procedimentos adotados, devidamente registrados, bem como de ter à disposição todos os meios legalmente previstos para o exercício de seus direitos;

9.6 – o acesso e a permanência é um direito e um dever do aluno e quaisquer procedimentos tendentes a afastá-lo do espaço educacional são incompatíveis com a ação pedagógica e com a legislação vigente;

9.7 – as mantenedoras das escolas públicas e privadas do Sistema Estadual de Ensino têm responsabilidade na mediação extraescola, para a construção e resolução partilhada dos conflitos;

9.8 – as mantenedoras devem assumir a responsabilidade de assegurar a atuação de profissionais de supervisão e orientação educacional nas escolas que auxiliem na construção

de alternativas compartilhadas de solução dos conflitos gerados na escola pelas partes envolvidas, visando à continuidade do processo educativo dos alunos;

9.9 – as normas de convivência escolar devem ser elaboradas de forma coletiva, pois só assim serão legítimas, na medida em que todos os segmentos da Escola têm o direito e a oportunidade de participar na deliberação do conteúdo da decisão, devendo estar consubstanciadas no Projeto Político-Pedagógico das Escolas;

9.10 – o Regimento Escolar é o documento no qual constam os aspectos pedagógicos, a organização e o funcionamento da escola. Construído coletivamente, os procedimentos consignados neste documento devem ratificar o direito e a obrigação de todos os estudantes ao acesso e à permanência na escola.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão Especial manifesta-se sobre consulta referente a medidas regulamentadas nos Regimentos Escolares das Escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino, nos termos deste Parecer.

Em 20 de março de 2015.

Thalisson Silveira da Silva – relator
Maria Otília Kroeff Susin – relatora
Neusa Teresinha Machado Salaberry – relatora

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 25 de março de 2015.

Cecília Maria Martins Farias
Presidente

Parecer CEEd nº 457/2015

Manifesta-se sobre matrícula de alunos oriundos do ensino fundamental de 8 anos no ensino fundamental de 9 anos.
Reafirma os atos normativos deste Conselho citados no item 7.
Determina às mantenedoras que orientem os estabelecimentos de ensino sob sua mantença acerca da adoção imediata, das medidas que se coadunem com o previsto nos itens 10, 11, 12 e 13 do Parecer CEEd nº 543/2013, caso ainda não tenham procedido nos termos do citado Parecer.

RELATÓRIO

O Processo em epígrafe deu origem ao Parecer CEEd nº 543, aprovado na Sessão Plenária de 17 de julho de 2013, cuja ementa se transcreve: “Responde consulta sobre matrícula de aluno, oriundo do ensino fundamental de 8 anos, em extinção no ensino fundamental de 9 anos”.

2 – Em 10 de setembro de 2014, o Secretário de Estado da Educação protocolou neste Conselho o Ofício nº 2.262/GAB/Seduc, encaminhando Relatório de Visita da 1ª Coordenadoria Regional de Educação e documentação referente à localização de alunos oriundos do ensino fundamental de 8 anos, em extinção, no ensino fundamental de 9 anos nas instituições de ensino citadas no Parecer CEEd nº 543/2013, o qual tem sua gênese nas consultas da Direção do Colégio Santa Dorotéia, do Colégio Maria Imaculada, do Colégio Bom Jesus São Luiz – Porto Alegre e Escola de Ensino Médio Vinícius de Morais, todas em Porto Alegre .

3 – O Processo em causa foi desarquivado e na reunião ordinária de 02 de dezembro de 2014, por decisão da Comissão de Legislação e Normas, os documentos referidos no item 2 retro foram juntados para exame e manifestação. Dentre as peças acostadas ao Processo, destacam- se:

3.1 – cópia do Relatório da 1ª Coordenadoria Regional de Educação do qual se extrai excerto do relato alusivo aos procedimentos adotados pelas Escolas citadas no item 2 supra:

> **Colégio Santa Dorotéia:**
>
> "[...] sete alunos reprovados em 2012 na 6ª série do ensino fundamental de 8 anos foram matriculados no 6º ano do ensino fundamental de nove anos, sendo que o referido Colégio não oferecia o 7º ano. Os outros alunos em número de quinze que foram reprovados na 6ª série solicitaram transferência."
>
> **Colégio Maria Imaculada:**
>
> "[...] o aluno [...] e o aluno [...] não obtiveram aprovação no ano letivo de 2012."
>
> Conforme o relato, o primeiro aluno solicitou transferência. O segundo aluno "deu continuidade aos estudos no 6º no Colégio Maria Imaculada [...] houve concordância da família para que o aluno refizesse o 6º ano [...]".
>
> **Colégio Bom Jesus São Luiz- Poro Alegre:**
>
> "[...] alunos reprovados e que a escola não oferecia a série em curso, foram transferidos para outras instituições de ensino."
>
> **Escola de Ensino Médio Vinícius de Morais:**
>
> "A Diretora informa que como não implantou na totalidade o ensino fundamental de 9 anos, não efetuou matrícula dos alunos que procuraram a escola."

3.2 – documentos do Colégio Santa Dorotéia que acompanham o Relatório da 1ª Coorde-nadoria Regional de Educação:

a) manifestação do Colégio Santa Dorotéia consignando que:

> Por meio do Conselho de Classe realizado no dia 15 de agosto de 2013, obtivemos um panorama geral do desempenho dos alunos que reprovaram em 2012 na 6ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e, por concordância dos responsáveis, foram matriculados em 2013 no 6º ano do Ensino Fundamental de 9 anos, uma vez que a escola não oferecia mais o Ensino Fundamental de 8 anos, conforme orientado no item 24 do parecer CEED nº 644/2006.
>
> [...] Foram atendidas nove famílias. Sete optaram pela permanência do aluno no 6º ano, devido ao fato de estarmos iniciando o 3º trimestre e, por identificarem que seus filhos estavam apresentando bom desempenho no 6º ano. Duas famílias optaram pela reclassificação dos alunos para 7ª série do Ensino Fundamental de 8 anos; (fls. 31 a 34)

b) cópia da Listagem dos alunos reprovados em 2012, na 6ª série e matriculados em 2013 no 6ª ano: 7 alunos reprovados na 6ª série do ensino fundamental de 8 anos foram matriculados no 6º ano do ensino fundamental de 9 anos e 2 alunos foram reclassificados para a 7ª série do ensino fundamental de 8 anos;

c) cópia dos Pareceres Descritivos dos alunos mencionados na alínea “a” do subitem 3.2 retro;

d) cópia das Atas de Reunião com os responsáveis pelos alunos inseridos na situação descrita na alínea “a” deste subitem;

e) cópia do Documento “Procedimentos para Reclassificação”;

f) cópia do Termo de Compromisso referente à concordância da matrícula do aluno no 6º ano do ensino fundamental de 9 anos pela ausência da implantação do 7º ano na Escola;

3.3 – documentos do Colégio Bom Jesus São Luiz – Porto Alegre que acompanham o Relatório da 1ª Coordenadoria Regional de Educação:

a) correspondência do Colégio listando 4 alunos reprovados na 6ª série do ensino fundamental de 8 anos no final do ano letivo de 2012 e 2 alunos reprovados na 7ª série ao final do ano letivo de 2013. Na correspondência está consignado que os alunos em causa foram transferidos;

b) cópia dos documentos intitulados “Atendimentos 2012” registrando procedimentos do Colégio em relação aos alunos;

3.4 – documentos do Colégio Maria Imaculada que acompanham o Relatório da 1ª Coor-denadoria Regional de Educação:

a) Ofício nº 10, de 23 de julho de 2014, encaminhando à 1ª Coordenadoria Regional de Educação documentação referente à situação de dois alunos que “[...] não obtiveram aprovação, no ano letivo de 2012”;

b) Ofício nº 11, de 04 de agosto de 2014, registrando que 2 alunos “[...] não obtiveram aprovação, no ano letivo de 2012, quando frequentavam a 7ª série do Ensino Fundamental de oito anos.” Um deles foi transferido e o outro permaneceu no Colégio frequentando o 6º ano do ensino fundamental de 9 anos por decisão tomada em reunião com a família;

c) Termo de Declaração, de 15 de março de 2013, Ofícios nº 1.592, de 15 de março de 2013, nº 4.576, de 24 de junho de 2013 e nº 1.139, de 14 de fevereiro de 2014, da Promotoria de Justiça Regional de Educação enviado à Direção do Colégio em causa relativos à situação do aluno que permaneceu no Colégio frequentando o 6º ano do ensino fundamental de 9 anos e respectivas respostas;

d) Ofício CEEd nº 29, de 30 de janeiro de 2014, em resposta ao Ofício nº 442/2014, informando à Promotoria de Justiça Regional de Educação que o Conselho exarou o Parecer CEEd nº 543/2013, o qual “Responde consulta sobre matrícula de aluno, oriundo do ensino fundamental de 8 anos, em extinção, no ensino fundamental de 9 anos”;

3.5 – Ofício nº 10.606/2014 da Promotoria de Justiça Regional de Educação, protocolado neste Conselho em 1º de dezembro de 2014, solicitando informação acerca das “[...] provi-dências a serem adotadas em relação aos Colégios Santa Dorotéia e Maria Imaculada, ante o aparente descumprimento aos itens 12 e 13 do Parecer CEED/RS nº 543/13, e a proibição do retrocesso escola”. *(sic)* Em resposta foi enviado o Ofício CEEd nº 16, de 13 de janeiro de 2015;

3.6 – cópia do Ofício CEEd nº 578, de 26 de novembro de 2014, solicitando cópia do Regimento Escolar para as etapas da Educação Básica referente à adaptação ao regime da Lei federal nº 9.394/1996;

3.7 – Ofício nº 07, de 08 de dezembro de 2014, da Congregação de Santa Dorotéia do Brasil – Sul em atendimento ao Ofício CEEd nº 578/2014, encaminhando :

1) Cópia do Regimento Escolar do ano de 2000 com o Parecer de aprovação CEEd nº 638/2001;

2) Cópia de alterações regimentais do ano de 2006 com a aprovação da Mantenedora;

3) Cópia de alterações regimentais do ano de 2008 com a aprovação da Mantenedora

4) Cópia do Regimento Escolar do ano de 2008 com a aprovação da Mantenedora para a oferta do Ensino Fundamental de 9 anos;

5) Cópia de alterações do ano de 2011 com a aprovação da Mantenedora;

6) Cópia de alterações regimentais do ano de 2014 com aprovação da Mantenedora.

Copias dos Atos de Aprovação dos referidos Regimentos Escolares estão juntadas ao Processo;

3.8 – cópia dos Atos da Congregação de Santa Dorotéia do Brasil – Sul de aprovação dos Planos de Estudos do Colégio Santa Dorotéia para os anos letivos de 2000 a 2014;

3.9 – cópia do Ofício CEEd nº 16, de 13 de janeiro de 2015, em resposta ao Ofício nº 10.606/2014 da Promotoria de Justiça Regional de Educação, protocolado neste Conselho em 1º de dezembro de 2014, relacionado no subitem 3.5 supra.

ANÁLISE DA MATÉRIA

4 – O Parecer CEEd nº 543/2013, tem sua gênese nas consultas da Direção do Colégio Santa Dorotéia, do Colégio Maria Imaculada, do Colégio Bom Jesus São Luiz – Poro Alegre e da Escola de Ensino Médio Vinicius de Morais, todas em Porto Alegre.

5 – O Parecer CEEd nº 543/2013, nos itens 10, 11, 12 e 13 determina as seguintes providências:

10 – Diante das situações apresentadas nas consultas que chegaram a este Conselho, e para não prejudicar mais ainda a vida escolar dos alunos que se encontram em tal condição neste ano letivo, deve a Escola que assim procedeu, com base neste Parecer, e com a concordância da família, corrigir a localização do aluno, até o início do 2º semestre de 2013, de acordo com a correspondente série/ano constante no quadro a seguir.

Idade dos alunos	EF – 8 anos (em extinção)	EF – 9 anos (em implantação)
6 anos		**1º ano**
7 anos	**1ª série**	**2º ano**
8 anos	**2ª série**	**3º ano**
9 anos	**3ª série**	**4º ano**
10 anos	**4ª série**	**5º ano**
11 anos	**5ª série**	**6º ano**
12 anos	**6ª série**	**7º ano**
13 anos	**7ª série**	**8º ano**
14 anos	**8ª série**	**9º ano**

11 – No caso de escolas em que, por inadequação do processo de implantação do ensino fundamental de 9 anos, ainda persista a falta de determinada série/ano no conjunto da seriação, cabe, com a aceitação da família, providenciar as condições efetivas para a transferência dos alunos que se encontram em situação de retrocesso escolar.

12 – Escolas com lacunas na seriação devem promover, para o ano letivo de 2014, a complementação dos anos do ensino fundamental de nove anos que inexistem no conjunto da oferta.

13 – Além das medidas administrativas que a situação impõe, deve a escola promover as devidas adequações/adaptações curriculares necessárias à integração do

> aluno no contexto da nova turma ou da nova escola, oferecendo o suporte pedagógico para a superação de possíveis dificuldades.
>
> É necessário que a família concorde formalmente com a nova localização do aluno na escola ou com a transferência para outra escola. Em qualquer caso, de concordância ou não, para a segurança da Escola e da vida escolar do aluno, tal situação deve ficar devidamente registrada em ata e, consequentemente, na escrituração escolar.

6 – As providências determinadas nos itens 10, 11, 12 e 13 do Parecer CEEd nº 513/2013 são de caráter orientativo a todas as escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino, assim, não ensejavam o encaminhamento a este Conselho dos procedimentos adotados pelo Colégio Santa Dorotéia, Colégio Maria Imaculada, Colégio Bom Jesus São Luiz – Porto Alegre e Escola de Ensino Médio Vinicius de Morais, nominados no referido Parecer. A suposta exigência do encaminhamento pelas mencionadas Escolas implicaria o mesmo procedimento para todas as escolas do Sistema Estadual de Ensino no que concerne à implantação do ensino fundamental de 9 anos, o que não foi a intenção do Colegiado com a emissão do Parecer citado.

7 – Este Conselho, a partir da emissão da Lei federal nº 11.114, de 16 de maio de 2005, exarou diversos atos normativos inerentes à implantação do ensino fundamental de 9 anos, destacando-se os Pareceres CEED nº 752/2005, nº 644/2006, nº 698/2010 e Resolução CEED nº 314, de 04 de maio de 2010. Ainda, posteriormente ao Parecer CNE/CEB nº 11, homologado pelo Despacho do Ministro, publicado no D.O.U., de 09 de dezembro de 2010, e à Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010, ambos tratando das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos, exarou, também, o Parecer CEEd nº 43/2013, na perspectiva da emissão das derradeiras orientações ao Sistema Estadual de Ensino quanto à operacionalização das disposições normativas pertinentes à implantação do ensino fundamental de 9 anos.

Decorridos quase dez anos da emissão da Lei federal nº 11.114/2005 e quase dois anos da emissão do Parecer CEEd nº 543/2013, ainda persistem dúvidas e procedimentos inadequados em relação à matrícula de alunos oriundos do ensino fundamental de 8 anos, em extinção, no ensino fundamental de 9 anos, face às consultas que chegam, ainda, a este Conselho.

8 – A Comissão de Legislação e Normas, ao examinar os procedimentos adotados pelo Colégio Santa Dorotéia e pelo Colégio Maria Imaculada, bem como ao responder consultas frequentes sobre essa matéria verifica que alunos da 6ª série do ensino fundamental de 8 anos foram ou estão sendo matriculados no 6º ano do ensino fundamental de 9 anos. O fato contrapõe-se ao preconizado na Lei nº 9.394/1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional concernente ao sucesso do aluno mediante um percurso escolar de forma contínua e progressiva com o fito de completar cada uma das duas últimas etapas da Educação Básica no tempo previsto pela LDBEN que, para tanto, prevê diversos institutos como a obrigatoriedade dos estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, a reclassificação, a classificação, a progressão continuada e parcial e o avanço.

A leitura dos Atos deste Conselho citados no item 7 supra, bem como do conjunto dos dispositivos do Parecer CEEd nº 543/2013 evidencia, a mesma concepção da LDBEN.

9 – A partir das normas já exaradas por este Conselho e das assertivas constantes na Análise da Matéria deste Parecer, preconiza-se que as Mantenedoras dos estabelecimentos de ensino que não procederam nos termos do Parecer CEEd nº 543/2013, deverão adotar, de imediato, as medidas que se coadunem com as disposições do citado Parecer, visando o fiel cumprimento das normativas vigentes. (grifo do relator)

10 – No que concerne Ofício nº 10.606/2014 da Promotoria de Justiça Regional de Educação, constante no subitem 3.5 supra, solicitando informação acerca das "[...] providências a serem adotadas em relação aos Colégios Santa Dorotéia e Maria Imaculada,

ante o aparente descumprimento aos itens 12 e 13 do Parecer CEED/RS nº 543/13, e a proibição do retrocesso escola" *(sic)*, este Conselho, s.m.j., não recomenda as sanções tipificadas na Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, como suspensão de credenciamento ou descredenciamento dos Colégios em causa para evitar dano ao contingente maior de alunos matriculados nesses estabelecimentos, pois o percurso escolar dos alunos afetados pela aplicabilidade equivocada do Parecer CEEd nº 543/2013 pode ser corrigida com a adoção de institutos disciplinados no Regimento Escolar, em decorrência da Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, em especial do seu artigo 24.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Legislação e Normas conclui por:

a) manifestar-se sobre matrícula de alunos oriundos do ensino fundamental de 8 anos no ensino fundamental de 9 anos;

b) reafirmar os atos normativos deste Conselho citados no item 7;

c) determinar às mantenedoras que orientem os estabelecimentos de ensino sob sua mantença acerca da adoção imediata, das medidas que se coadunem com o previsto nos itens 10, 11, 12 e 13 do Parecer CEEd nº 543/2013, caso ainda não tenham procedido nos termos do citado Parecer.

Em 02 de junho de 2015.

Daniel Vieira Sebastiani – relator
Angela Maria Hübner Wortmann
Domingos Antônio Buffon
Maria Otilia Kroeff Susin
Marli Helena Kümpel da Silva

Aprovado por unanimidade na Sessão Plenária de 03 de junho de 2015.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

Parecer CEEd nº 545/2015

Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Sistema Estadual de Ensino.

INTRODUÇÃO

Diante do atual quadro normativo estabelecido pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica que contextualizam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e em face do Parecer CNE/CEB nº 7, de 07 de abril de 2010 e da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, faz-se necessário que este Conselho oriente o Sistema Estadual de Ensino para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Para tanto foi constituída em 2013, Comissão Especial com representação da Comissão Especial de Educação Infantil, da Comissão de Ensino Fundamental e da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior do Conselho Estadual de Educação/CEEd, na qual registramos a participação da Conselheira Sonia Maria Nogueira Balzano, que muito contribuiu com a produção destas Diretrizes até o inicio do ano de 2014.

Inicialmente, cabe revisar conceitos e concepções que interpretam princípios, finalidades, objetivos e outros dispositivos da LDBEN, especialmente os que indicam mudanças mais profundas na educação para a garantia de direitos e consequente responsabilidade ao coletivo da escola em relação ao processo de ensino, aprendizagem e avaliação do aluno, de acordo com as novas diretrizes curriculares nacionais.

As Diretrizes Nacionais estabelecidas na Lei e nas Normas necessitam ser contempladas no contexto educacional atual na expectativa de que as políticas de Estado venham a concorrer para mudar as condições de formação inicial de professores, de trabalho nas escolas, de valorização dos profissionais da educação, não só quanto à remuneração, mas também quanto à Formação Continuada, por meio de programas adequados às necessidades específicas de qualificação. Este Parecer visa situar as Diretrizes Nacionais num contexto o mais próximo possível da realidade das escolas do Sistema Estadual de Ensino, em menor tempo, **de modo a mudar o panorama educacional brasileiro** e em especial o do Rio Grande do Sul, ainda nesta década, à luz do novo Plano Nacional de Educação 2014/2024, aprovado pela Lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Por meio da releitura do texto legal, busca-se reinterpretá-lo à luz das novas Diretrizes Curriculares Nacionais visando a mudança da prática pedagógica na Organização Curricular proposta, entendendo que a escola, a partir da sua autonomia, alicerçada na participação dos segmentos da comunidade escolar, é capaz de compreendê-las, analisá-las e efetivá-las.

2 – A fonte das Diretrizes

A Constituição Federal no art. 205 preconiza o pleno desenvolvimento da pessoa afirmando a amplitude do processo educativo, inclusive no âmbito escolar.

Já nos primeiros artigos da LDBEN, que se destaca a seguir, ao disciplinar a educação escolar desenvolvida de forma institucional encontram-se as bases norteadoras da proposta de educação para o País, a partir das quais se estruturam as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN:

> Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
>
> [...]
>
> § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Estes dispositivos legais anunciam mudança na concepção do próprio currículo escolar que passa a ser visto como processo de desenvolvimento humano integral. O mesmo não deve corresponder a uma sequência de fatos isolados, descolados da realidade, mas vinculado ao mundo atual e aos territórios reais e virtuais do aluno. Assim, os saberes das disciplinas e áreas do conhecimento devem fazer sentido para os alunos, o que corresponde à ‘contextualização do conhecimento`, dando conta do percurso formativo em suas diferentes dimensões ética, estética, epistemológica que deve ser considerado pela educação escolar.

O parágrafo 2º ainda indica que o conteúdo escolar deve ser contextualizado à realidade histórica, social, cultural e laboral. Nesta perspectiva, o estudante deve ser considerado como sujeito do conhecimento e da própria formação e o professor assume a condição de planejador, orientador e mediador nos processos da construção do conhecimento, o que exige uma sólida formação inicial e continuada.

Não há organização pedagógica e/ou modelo curricular que possa servir de modo igual a todas as escolas, pois dependem do espaço social, da dinâmica institucional e das condições objetivas e subjetivas em que elas se inserem, para a realização do trabalho escolar. Por essa razão é que mesmo entendendo que se deva ter uma base nacional comum como referência, o currículo escolar só se concretizará no Projeto Político-Pedagógico. O Plano Nacional de Educação garante a definição de direitos de aprendizagem e desenvolvimento, tendo em vista o desenvolvimento científico contemporâneo e a realidade do educando.

É nesse entendimento que se faz a leitura e a interpretação da Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, a qual "Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica", destacando, inicialmente, por fundamental para a melhoria da qualidade da educação, o objetivo das DCN (Art.2º) que visa a:

"III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de docentes e demais profissionais da Educação Básica, os 'sistemas educativos' dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam."

A mudança que se propõe depende do atendimento a essa premissa pelas instituições formadoras e por mantenedores e gestores de redes e de escolas, pois a formação inicial e continuada dos professores e demais trabalhadores da educação e a garantia das condições de trabalho escolar são decisivas para a construção de uma escola contemporânea e de qualidade para todos.

A expressão 'sistemas educativos', apresentada nas atuais DCN, amplia a da diretriz original, 'sistemas de ensino', referida no texto da Constituição e da LDBEN. É uma leitura nova que considera a função social da escola básica, não só o ensino, mas também o 'educar' acrescentando-se ainda o 'cuidar', função atribuída até então apenas à educação infantil.

A função social da escola, fundamentada na vivência de valores democráticos, pautada pelos princípios da participação e decisão coletiva traduz-se na garantia a todos e cada um do direito de aprender e se desenvolver com qualidade assegurando acesso, permanência e resultados efetivos como: construir o gosto pela leitura; desenvolver o pensamento lógico, a prática da pesquisa, a sensibilidade para as artes; aprender a expressar-se por meio de diferentes linguagens, a auto-organizar-se, situar-se no tempo histórico em que vive, a resolver situações de conflitos pelo diálogo, dentre outros, ou seja, educar para o desenvolvimento integral, pessoal e cidadão.

2.1 – Finalidades da educação escolar: formação humana integral

"Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

Em relação a este artigo da LDBEN e às Diretrizes Curriculares Nacionais cabe analisar as finalidades da educação do ponto de vista da educação escolar.

As Diretrizes compreendem que o objetivo maior da educação escolar está no compromisso com o pleno desenvolvimento do educando já referido na Constituição Federal e na LDBEN. Esta compreensão pressupõe o desenvolvimento integral do sujeito nos aspectos: moral, cognitivo, estético, ético e físico, dentre outros aspectos. O compromisso da escola com a formação humana integral traz responsabilidades abrangentes que se relacionam com a **'educação integral'**. O caminho para a 'escola de tempo integral' será progressivo e articulado entre os diferentes entes federados e os sistemas de ensino.

A escola de hoje, na sua condição material e de recursos humanos, bem como na concepção pedagógica, necessita organizar-se para essa tarefa. A 'escola de tempo integral' é política que visa qualificar o processo educativo face à universalização do ensino, superando

as desigualdades e afirmando as diversidades da sociedade brasileira. Trata-se de "[...] política propositiva para enfrentamento das desigualdades sociais e, consequentemente, das desigualdades educacionais." (LECRERC, MOLL, 2012, p. 97)[23].

A LDBEN no § 2º do artigo 34 estabelece: "O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino." E no § 5º, artigo 87, Das Disposições Transitórias, da mesma Lei, que institui a Década da Educação, afirma a necessidade da conjugação de "todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral."

A escola de tempo integral em sentido restrito está relacionada à "organização escolar na qual o tempo de permanência dos estudantes se amplia para além do turno escolar [...]":

> Em sentido amplo abrange o debate da educação integral – consideradas as necessidades formativas nos campos cognitivo, estético, lúdico, físico-motor, espiritual, entre outros – no qual a categoria 'tempo escolar' reveste-se de relevante significado tanto em relação a sua ampliação, quanto em relação à necessidade de sua reinvenção no cotidiano escolar. (LECLERC, Gesuina; MOLL, Jaqueline, 2012, p. 96)[24]

Segundo Moll, (2007, p. 11) a "educação integral pressupõe escola pública de qualidade e para tod@s em articulação com espaços/políticas/atores que possibilitem a construção de novos territórios físicos e simbólicos de educação pública." Esse debate só se justifica, segundo a autora, a partir das:

> [...] possibilidades, que estão sendo e que serão construídas, de reinvenção da prática educativa escolar no sentido de seu desenclausuramento, de seu reencontro com a vida, do desenrijecimento de seus tempos, da interlocução entre os campos do conhecimento em função da compreensão e da inserção qualificada no mundo. (Idem, p.13)

A educação integral tem como tema significativo a reinvenção da prática educativa escolar, por meio da reaproximação dos "tempos da vida aos tempos da escola" avançando na

"qualificação do espaço escolar como espaço de vida, como espaço de conhecimento e valores [...] espaço no qual cada alun@ possa conhecer as artes, as ciências, as matemáticas, a literatura [...]". Portanto, nessa escola não há lugar para a "hiperescolarização", ou melhor, não se trata de oferecer mais do mesmo, mas uma educação que precisa considerar "os saberes, as histórias, as trajetórias, as memórias, as sensibilidades dos grupos e dos sujeitos com os quais trabalha [...]". (MOLL, 2007, p. 15)

O Plano Nacional de Educação 2014/2024, na sua Meta 6 objetiva oferecer "educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica" e na Estratégia 6.1 "promover, com o apoio da União, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos(as) alunos(as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola." Já a Estratégia 6.4 avança na sua concretização estabelecendo o fomento da "[...] articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com

---

[23] MOLL, Jaqueline. Da crise da escola e do seu (re)encontro com a vida. In: QUIJANO, G. M. R. (Org.). **Jornada da Educação Popular pelo encontro da Escola com a Vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

[24] Idem. **A agenda da educação integral**: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline, *et al*. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;"

Há que se ter clareza de que o processo de construção de conhecimentos e as vivências de diferentes experiências formativas encontram-se no seio do percurso curricular e o que está proposto pela LDBEN, pelas Diretrizes Curriculares e pelo PNE representa uma mudança na concepção de currículo. A discussão sobre 'competências e habilidades' necessita da participação das instituições formadoras de educação superior para superar o forte peso conteudista do currículo escolar, sem que isso signifique a sonegação de informações ao aluno, polarizações que ainda estão impedindo a escola de ter uma visão mais concreta e global do seu papel na formação de cidadãos conscientes e produtivos.

Assim, o processo educativo e a organização da escola devem favorecer o desenvolvimento de um currículo, em que o principal protagonista seja o estudante na sua construção como sujeito da história pessoal e coletiva e do próprio Projeto Político-Pedagógico.

2.2 – Princípios da educação escolar

Em relação ao artigo 3º da LDBEN, que apresenta os princípios em que 'o ensino será ministrado', selecionam-se alguns, diretamente vinculados à escola e às condições para uma educação de maior qualidade, em análise contextualizada das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais:

"I – igualdade de condições de acesso e permanência"

Diante da realidade social brasileira com desigualdade estrutural e a consequente diferença sócio-cultural-econômica o princípio da igualdade é fundamental como objetivo permanente da sociedade e do poder público e o papel da educação se destaca como meio possível para o enfrentamento destas desigualdades**.**

A responsabilidade do Brasil com a educação escolar, nos termos da Constituição Federal de 1988 – CF/88 e da LDBEN – Lei federal nº 9.394/1996, é garantir essa obrigatoriedade ao ensino fundamental, com duração de 9 anos, a todas as crianças a partir dos 6 (seis) anos de idade, como também, até 2016, estendê-la a todos os brasileiros na faixa etária dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos, incluindo, portanto, a educação infantil **(**pré-escola**),** o ensino médio e o direito inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria[25].

Segundo documento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI, interlocutora do Ministério da Educação/MEC junto ao Conselho Nacional de Educação/CNE houve ampliação das:

> [...] áreas definidas pela Lei 9.394/1996 – LDB como modalidades e [o CNE] elaborou diretrizes nacionais a fim de que o princípio da diversidade se fizesse presente nos projetos políticos pedagógicos das escolas, nas áreas de alfabetização e educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, educação do campo, educação escolar indígena, quilombola e

[25]BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional "Art. 32. "O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: "(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006) Constituição Federal , Art. 208 [...] "I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;" (Redação dada pela EC n º 59/2009), estabelece: "Art. 6º, O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União."

> educação para as relações étnico-raciais, com vistas ao desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos. (MEC/SECADI, 2013. p. 7)

É nesse contexto de afirmação do direito à educação, de ampliação dos anos de escolaridade e da entrada de novos sujeitos na escola que o Rio Grande do Sul precisa responder às condições de qualificação do processo educativo o que se evidenciará por meio da redução das taxas de abandono e evasão e do **aumento das taxas de aprovação com aprendizagens significativas**.

Atender ao princípio da igualdade de condições de acesso e permanência dos estudantes com aprendizagem e desenvolvimento em uma sociedade tão desigual como a brasileira, exige, dentre outros requisitos, a despadronização pedagógica. Para isso, é necessário que o projeto político-pedagógico atenda às diferenças entre os **alunos. A padronização do ensino** sustentada no **princípio da igualdade**, não considera as diferenças e desigualdades entre os estudantes, bem como as do próprio Sistema, conforme Boaventura de Souza Santos[26]:

> Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Hoje, quando por direito todos os alunos têm acesso à escola, as suas diferenças, muitas oriundas das desigualdades em que vivem ficam expostas, exigindo um tratamento diferenciado que promova a equidade e que permita nova organização do tempo-espaço escolar conforme a LDBEN:

> Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Há que se destacar ainda o disposto na Resolução CNE/CEB nº 7/2010 que preconiza "[...] tratar de forma diferenciada o que se apresenta como desigual no ponto de partida, com vistas a obter desenvolvimento e aprendizagens equiparáveis, assegurando a todos a igualdade de direito à educação". O Projeto Político-Pedagógico da escola deve prever o atendimento aos estudantes, respeitada a sua diversidade, promovendo a inclusão de todos, no sentido de permitir uma experiência formativa que oportunize "biografar-se, existenciar-se e historicizar-se", como nos ensina Paulo Freire.

No artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº 4/2010 a expressão "qualidade social da educação" apresenta-se como definição do 'padrão de qualidade' necessário para dar conta da diversidade e desigualdade dos estudantes. Tal padrão se traduz no "pleno acesso, inclusão e permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso, com redução da evasão, da retenção e da distorção de idade/ano/série". Destaca-se a necessidade de desnaturalizar a repetência. A reprovação/repetência devem ser casos extremos no contexto escolar.

A Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, ao alterar artigos da Constituição Federal regulamenta o direito à educação pública de qualidade dos 04 aos 17 anos, inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade própria. Assim, o direito à permanência dos estudantes no ensino fundamental e médio regular até 17 anos de idade fica assegurado e deve ser observado pelas instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino. Da mesma forma manifesta-se o Parecer CNE/CEB nº 6/2010 quando trata "da

[26]SANTOS. Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: 56.

obrigatoriedade da oferta de ensino até 17 anos e a proibição aos jovens de 15 a 17 anos de poderem se matricular na modalidade EJA.” No entanto, esta matéria ainda não foi regulamentada, quanto a este mérito em norma específica.

Esta escola deve ter como foco de seu planejamento e ação **o aluno em processo de aprendizagem e desenvolvimento.** Para essa determinação, é necessário desenvolver **ações efetivas para a promoção da equidade entre os estudantes, dentre estas: respeito às diferenças socioeconômicas e culturais, completude da trajetória escolar com ampliação de jornada, garantia do direito de recuperação ao longo do processo educativo, respeito às diferentes matrizes étnicas, raciais, de orientação sexual e de gênero. Este respeito às diferenças não deve significar a consagração das desigualdades.**

O foco na aprendizagem exige também um projeto político-pedagógico que preveja as condições necessárias para alcançar a qualidade social da educação, como: ampliação do horário escolar na perspectiva da escola de tempo integral e reorganização dos tempos escolares, para superação da lógica existente da compartimentalização da hora/aula, ampliação da carga horária para atendimento a alunos com dificuldade e com tempos diferentes de aprendizagem**,** carga horária de planejamento coletivo para os docentes, apoio pedagógico permanente e formação continuada de professores, bem como qualificação dos profissionais não docentes que atuam na escola.

“VII – valorização do profissional da educação escolar”

Este princípio, anunciado no texto constitucional de 1988, consolida-se no entendimento de que a desvalorização do magistério é um processo, cuja superação depende de decisões políticas, definições orçamentárias dos diferentes entes federados**.** A valorização dos profissionais da educação é condição para a garantia de um padrão de qualidade da educação brasileira.

Várias políticas públicas, asseguradas em lei, foram estabelecidas com essa finalidade e em atendimento ao dispositivo constitucional (Art.206, V), que estabelece “a valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, **plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e de títulos** [...]”, em todas as etapas e modalidades da educação básica. [grifo nosso]

O art. 9º das Diretrizes Curriculares Nacionais – Resolução CNE/CEB nº 4/2010, estabelece requisitos para a qualidade social da educação, entre os quais prevê:

“VIII – a valorização dos profissionais da educação, com programa de formação continuada, critérios de acesso, permanência, remuneração compatível com a jornada de trabalho definida no projeto político-pedagógico;”

Entre as ações de valorização destaca-se a importância da formação continuada, especialmente dos professores, uma vez que a sua atualização permanente é fundamental para a qualidade do ensino. Considerando também a função pedagógica das direções das escolas, a formação de diretores em cursos específicos, bem como a qualificação para a gestão por meio da Formação Continuada é procedimento apontado como fundamental para uma gestão escolar mais qualificada.

Quando se pensa em padrão de qualidade no contexto atual, o auxílio da tecnologia no processo pedagógico não pode ser desconhecido da escola básica. A qualificação dos professores para o uso didático-pedagógico das novas mídias tecnológicas é um dos caminhos para aproximar estes meios dos estudantes, do seu modo de apropriação e de construção do conhecimento. A educação exige permanente atualização dos seus profissionais, considerando a velocidade com que hoje se dá o avanço da ciência e da tecnologia, bem como das mudanças na sociedade contemporânea.

Em determinadas áreas do conhecimento e disciplinas, especialmente no ensino médio e na educação infantil, a atuação de professores não titulados concorre para o comprometimento da qualidade do ensino. Essa situação tem se constituído demanda permanente de habilitação de professores já em exercício em programas de 1ª e 2ª licenciaturas oferecidos pelo MEC em regime de colaboração com Estados e Municípios. Destaca-se a importância da interlocução da escola com saberes não docentes, que não podem substituir professores, mas devem enriquecer o contexto formativo escolar.

A valorização do profissional da educação e as mudanças propostas na LDBEN exigem processo intensivo de formação continuada dos professores, como também mudanças profundas nos cursos de formação de novos docentes.

Com base na Lei federal nº 11.738/2008 e na Resolução CNE/CEB nº 2/2009, que "Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira do Magistério da Educação Básica Pública [...]", cabe salientar o que está posto nos incisos VII e VIII do Artigo 4º:

> [...]
>
> VII - jornada de trabalho preferencialmente em tempo integral de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais, tendo sempre presente a ampliação paulatina da parte da jornada destinada às atividades de preparação de aulas, avaliação da produção dos alunos, reuniões escolares, contatos com a comunidade e formação continuada, assegurando-se, no mínimo, os percentuais da jornada que já vêm sendo destinados para estas finalidades pelos diferentes sistemas de ensino, de acordo com os respectivos projetos político-pedagógicos;
>
> VIII - incentivo à dedicação exclusiva em uma única unidade escolar.

Do mesmo modo, a Meta 6 do PNE refere a necessidade da atuação do professor em tempo integral para a escola de tempo integral.

Ainda no sentido da valorização dos profissionais do magistério, a Meta 17 do PNE-2014/2024 estabelece: "valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE." E na Estratégia 17.3 propugna a implementação:

> [...] no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, planos de Carreira para os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

Prever tempo remunerado para as atividades de planejamento, estudos e reuniões é valorizar a atividade docente que não pode esgotar-se no atendimento direto ao aluno, mas que compreende um processo permanente de estudo, programação, avaliação e produção de material didático planejado e desenvolvido na escola, sobretudo de modo coletivo.

O desenvolvimento do currículo exige tempo coletivo destinado às atividades de planejamento integrado, produção e avaliação. O trabalho, com qualidade, por áreas do conhecimento nas diferentes etapas da educação exige condições efetivas na escola para o encontro sistemático dos professores das áreas e de cada campo de conhecimento.

A qualificação da educação exige prever que as ações pedagógicas desenvolvidas com os educandos**,** o planejamento da educação, a avaliação, bem como a relação com a comunidade escolar façam parte da carga horária de trabalho dos professores das escolas do Sistema Estadual de Ensino.

Também, deve-se considerar a necessidade de profissionais responsáveis pela Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional nas escolas, em número suficiente para atender ao quantitativo de professores e de alunos.

“VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;”

Esse princípio constitucional (CF/88, Art. 206, VI) define como obrigatória a gestão democrática do ensino, na forma da lei reconhecendo a representatividade dos segmentos da comunidade escolar. Como a gestão democrática, entre outras questões, pressupõe a participação da família no processo educacional dos filhos, é importante que a escola privada promova a participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico, no acompanhamento conjunto do processo escolar e do desempenho escolar dos educandos. É função social da escola promover a integração escola-família para a discussão de temas de interesse mútuo, relativos aos processos formativos de crianças, jovens e adultos no contexto da sociedade atual.

Na escola pública, a gestão democrática tem sido interpretada pelos Sistemas de Ensino por meio de legislação própria. A LDBEN estabelece (Art.14) dois mecanismos de participação: o primeiro que prevê a “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola” e o segundo que estabelece a “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

A legislação estadual do Rio Grande do Sul e de alguns municípios tem estendido o princípio da gestão democrática à participação da comunidade escolar (professores, alunos, pais e/ou responsáveis e outros profissionais da educação) também na escolha da equipe diretiva da escola.

A gestão democrática da escola pública prevê a existência de conselhos escolares e **conselhos de classe participativos**, constituídos de representantes da comunidade escolar, assim considerados os pais e/ou responsáveis, **os alunos**, os profissionais da educação, **docentes** e não docentes, bem como instituições de natureza civil formadas por grêmios estudantis, agremiações de professores e associações de pais e/ou responsáveis. Esses conselhos em geral têm função deliberativa e consultiva, cabendo-lhes no âmbito da escola participar da elaboração, aprovação e acompanhamento da execução do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar.

O princípio pedagógico da democracia se expressa na vivência em espaços de discussão das práticas educativas, da tomada de decisão compartilhada e coletiva, nas diferentes instâncias da escola como **Conselho Escolar e Conselhos de Classe,** em que pese a natureza e funcionamento distintos de ambos previsto no regimento escolar, com vistas a participação e a responsabilização de todos os segmentos da comunidade escolar e um maior envolvimento de alunos, professores e pais e/ou responsáveis nas atividades educativas. Outro caminho para vivências participativas e tomada de decisões democráticas no âmbito da escola é a existência e funcionamento de instituições de natureza civil como grêmios estudantis, agremiações de professores e associações de pais e/ou responsáveis que devem ser constantemente estimulados. Essas vivências democráticas presentes na escola, espaço da esfera pública com o qual o estudante toma contato, oportunizam o direito à voz, o sentimento de pertencimento e a promoção da autonomia.

No Estado do Rio Grande do Sul, a Lei de Gestão Democrática do Ensino Público determina que o **Conselho Escolar** é órgão máximo de decisão da escola com competência **consultiva, deliberativa, fiscalizadora e executora** nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras, cabendo aos seus membros**,** em nível de escola participar da elaboração e aprovação do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar. A vivência democrática é conteúdo da escola.

Esses espaços de discussão e de compartilhamento de decisões são fundamentais para a formação de cidadãos democráticos. Os mecanismos de participação gestados no interior da escola são constituintes dos processos democráticos experienciados na vida escolar e têm a

função de formar sujeitos críticos e participativos para atuar de forma construtiva na sociedade em que vivem.

Especificamente nos processos de acompanhamento da aprendizagem dos estudantes Vitor Paro (s/d)[27] aponta que o **Conselho de Classe** tem importante papel na avaliação dos alunos, considerando determinante a participação **dos pais na sua composição** contribuindo para a evolução do processo educativo e da aprendizagem, assumindo as responsabilidades que lhes competem. "Todos devem estar comprometidos com a qualidade educacional, como responsáveis por resultados, fracassos e recursos de aprendizagem." (LORENZONI *et al*, s/d)[28] Embora reconheça que esta prática é muito rara, o autor destaca:

> [...] o desenvolvimento de uma concepção segundo a qual os usuários têm o direito de se familiarizarem com o modo de agir pedagógico da escola [...], ao mesmo tempo em que contribuem com o aprimoramento da prática pedagógica expondo suas expectativas e seus interesses na aprendizagem dos filhos.

Outra dimensão importante da gestão democrática é a ampliação dos espaços de decisões por meio do acompanhamento das reuniões de Conselho Escolar/CE por representações da comunidade do entorno da escola. Este caso deverá constar no Regimento Interno do CE.

Caberá às escolas públicas e privadas constantemente buscar o aprofundamento dos processos democráticos em seu trabalho pedagógico e sua organização administrativa, respeitados os princípios constitucionais.

A valorização dos saberes da comunidade escolar e suas representações é responsabilidade cidadã. É dever da escola não só promover a participação da comunidade escolar na elaboração e aprovação do Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar, como também manter estes documentos disponíveis à consulta.

Destacam-se alguns incisos do art. 55 das Diretrizes Curriculares Nacionais/DCN, que apontam para uma mudança significativa na prática escolar, com foco na dimensão pedagógica da gestão, e se traduz em convivência que oferece ambiente favorável ao desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem e da formação de cidadãos éticos e responsáveis:

> [...]
>
> II - a superação dos processos e procedimentos burocráticos, assumindo com pertinência e relevância: os planos pedagógicos, os objetivos institucionais e educacionais, e as atividades de avaliação contínua;
>
> III - a prática em que os sujeitos constitutivos da comunidade educacional discutam a própria práxis pedagógica impregnando-a de entusiasmo e de compromisso com a sua própria comunidade, valorizando-a, situando-a no contexto das relações sociais e buscando soluções conjuntas;
>
> IV - a construção de relações interpessoais solidárias, geridas de tal modo que os professores se sintam estimulados a conhecer melhor os seus pares (colegas de trabalho, estudantes, famílias), a expor as suas ideias, a traduzir as suas dificuldades e expectativas pessoais e profissionais;
>
> V - a instauração de relações entre os estudantes, proporcionando-lhes espaços de convivência e situações de aprendizagem, por meio dos quais aprendam a se compreender e se organizar em equipes de estudos e de práticas esportivas, artísticas e políticas;
>
> VI - a presença articuladora e mobilizadora do gestor no cotidiano da escola e nos espaços com os quais a escola interage, em busca da qualidade social das aprendizagens que lhe caiba desenvolver, com transparência e responsabilidade.

---

[27] PARO, Vitor Henrique. Texto sem data.; Universidade de São Paulo - Faculdade de Educação.

[28] CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: UMA EXPERIÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA Rosilãne de Lourenço Lorenzoni;Terezinha Leiza Rempel; Elisane Scapin Cargnin; Joze Medianira dos S. A. Toniolo.

“IX – garantia de padrão de qualidade”

O princípio que sustenta uma educação de qualidade é o mesmo que estabelece o direito de todos à educação. A Constituição Federal em seu art. 206, VII, faz menção expressa à importância da qualidade da educação, tratando-a como um princípio basilar do ensino, ou seja, garante o direito à educação com “padrão de qualidade para todos”.

Embora, a educação seja também responsabilidade da família e da sociedade, é o Estado que tem o dever de garantir o direito de todos à educação com qualidade. E, no Brasil, apesar da legislação estabelecer as condições para que a qualidade seja garantida, na prática não se tem conseguido cumprir com esse dever constitucional.

A falta de qualidade é fator gerador de exclusão, identificada nos índices de reprovação, abandono e evasão escolar. Esse tema da qualidade é recorrente na literatura educacional.

Na década de 90, o Brasil avançou significativamente, segundo dados do Censo Escolar, em relação ao acesso e à permanência, especialmente de estudantes de ensino fundamental. Da elevação das taxas de atendimento, não só de alunos na idade adequada, mas também em relação à educação de jovens e adultos, decorreu maior relevância à qualidade.

Em que pese a complexidade em identificar as condições e elementos constituintes da qualidade no cenário da educação, destacam-se como significativas a organização e a gestão da escola, as condições de trabalho dos professores, a dinâmica curricular que atenda à diversidade, os diferentes tempos para a aprendizagem, a ampliação da jornada escolar, a qualidade e efetividade da formação inicial e continuada dos docentes, a existência de apoio pedagógico à docência por profissionais qualificados, dentre outras.

E quando se trata de qualidade da educação escolar é importante destacar o que Daiane Ravitch[29] apresenta:

> 1º Forte currículo, professores experientes, ensino efetivo, estudantes motivados, recursos adequados, comunidade que valoriza a educação.
>
> 2º A maneira mais durável de melhorar as escolas é melhorar o currículo e a instrução e melhorar as condições nas quais os professores e as crianças aprendem.

Mesmo para os especialistas na área, definir qualidade de ensino tem sido uma questão muito complexa. De modo geral, as taxas de aprovação e reprovação ao final do ano escolar constituem-se indicadores do resultado da aprendizagem dos alunos. Assim, para a sociedade esses resultados informam sobre o ensino e a aprendizagem desenvolvidos em determinada escola. Porém, dada a autonomia das instituições de educação, especialmente quanto à elaboração de seus Projetos Político-Pedagógicos, esses resultados não são comparáveis entre escolas, mesmo quando pertencentes a mesma rede.

Os resultados finais das escolas devem ser contextualizados em relação a fatores que interferem na aprendizagem, tais como a origem sócio-econômico-cultural dos alunos, as condições físicas e de equipamentos das escolas, a formação/habilitação dos professores, como também a participação da comunidade escolar.

Hoje, pode-se dizer que o Brasil avançou em relação ao financiamento com a criação de fundos como o Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental/FUNDEF, que promoveu a universalização do ensino fundamental (1996-2006) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação/FUNDEB (2007), abrangendo a educação básica e suas modalidades, avançou em termos de atendimento, especialmente em relação à educação infantil e ao ensino médio.

---

[29] RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Ainda tratando de padrões de qualidade da educação, destaca-se a necessidade de associar as condições efetivas de trabalho ao financiamento. Neste sentido, faz-se referência aos estudos desenvolvidos pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação sobre o 'Custo Aluno Qualidade inicial – CAQi' referência assumida pelo Conselho Nacional de Educação para a construção da matriz de padrões mínimos de qualidade da Educação Básica Pública no Brasil.

A Meta 20 do Plano Nacional de Educação/PNE 2014/2024[30] que visa à ampliação dos recursos públicos a serem aplicados em educação afirma, nas suas estratégias, o Custo Aluno Qualidade inicial – CAQi como referência, prevendo avanço para um patamar superior que é o Custo Aluno Qualidade-CAQ, conforme segue:

> 20.6) no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PNE, será implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;
>
> [...]
>
> 20.8) o CAQ será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal;

O padrão mínimo de insumos, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (art. 10, § 2º) deve corresponder "a uma educação integral dotada de qualidade social", que atenda às seguintes condições:

> I – creches e escolas que possuam condições de infraestrutura e adequados equipamentos;
>
> II – professores qualificados com remuneração adequada e compatível com a de outros profissionais com igual nível de formação, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas em tempo integral em uma mesma escola;
>
> III – definição de uma relação adequada entre o número de alunos por turma e por professor, que assegure aprendizagens relevantes;
>
> IV – pessoal de apoio técnico e administrativo que responda às exigências do que se estabelece no projeto político-pedagógico.

A ampliação da jornada escolar na perspectiva da escola de tempo integral na educação básica é meta nacional, e uma das ações para a qualificação da educação, com forte impacto no custo aluno. É uma meta ambiciosa, considerando que os mínimos legais de 800 horas letivas anuais distribuídas em 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluídos os exames, ainda é a duração da jornada desenvolvida na maioria das escolas públicas brasileiras.

Em relação à carga horária, a LDBEN estabelece:

> Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.
>
> Parágrafo único. Cabe ao respectivo sistema de ensino, à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecer parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

A Resolução CNE/CEB nº 4/2010[31], em seu artigo 12, dispõe como competência dos sistemas, definir os programas de tempo parcial diurno e noturno, bem como de tempo integral, assim considerado aquele com jornada mínima de 7 horas/dia.

---

[30] BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

[31] BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010, publicada no D.O.U., de 14 de julho de 2010.

A jornada de tempo integral poderá ocorrer na escola, quando essa oferecer espaços educativos e condições suficientes para o desenvolvimento de currículo que contemplem atividades diversificadas sob sua responsabilidade ou em diferentes locais, observados os turnos de funcionamento e as condições efetivas de acesso ao aluno. Parcerias poderão ser firmadas para esse atendimento, observando o Projeto Político-Pedagógico e legislação específica.

Destaque há que ser feito para a importância da intersetorialidade, enquanto "relação entre os campos de políticas públicas", e sua incidência na relação escola/comunidade, cuja compreensão do projeto educativo das novas gerações está radicado "em um sólido compromisso entre distintos atores" que povoam o território onde se situa a escola. (LECLERC, MOLL, 2012, p. 101)

Segundo a diretriz nacional (Resolução CNE/CEB nº 4/2010, art. 12, § 2º), que encontra eco no PNE, "A jornada em tempo integral com qualidade implica a necessidade da incorporação efetiva e orgânica, no currículo, de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados." Portanto, tais atividades e estudos devem integrar o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar, sendo desenvolvidos em no mínimo 1.400 horas, exigida a frequência mínima de 75%.

A educação em escola de tempo integral exige planejamento com qualidade que favoreça o desenvolvimento integral do educando, de acordo com a sua idade. A permanência do aluno na escola por mais tempo significa a realização de atividades diversificadas e interessantes.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola de Tempo Integral:

> [...] deve superar a fragmentação, a descontextualização dos conteúdos, a gestão antidemocrática e, na sua contramão, estreitar as relações entre escola e comunidade é o caminho para a proposição de novas diretrizes e novas lógicas ampliadoras de tempos, espaços educativos e mobilização comunitária. A oferta de atividades diferenciadas no turno oposto às aulas apresenta limites para a efetivação do projeto político-pedagógico, por isso, requer a superação do dualismo turno e contraturno. (LECLERC, MOLL, 2012, p. 108)

Nos cursos noturnos comuns o calendário e a jornada escolar devem atender interesses e possibilidades dos estudantes que os frequentam. Além disso, a metodologia de trabalho deve ser adequada à idade, maturidade e experiências, para que esse aluno seja motivado a permanecer e a aprender.

Considerando as especificidades acima, os cursos noturnos comuns, a critério da mantenedora e garantidas, na forma da Lei, as 800 horas letivas anuais, poderão adotar calendários escolares, para além dos 200 dias desenvolvidos, independentemente do início e término do ano civil.

"X – valorização da experiência extraescolar"

Esse princípio sustenta, no texto legal, dispositivos que na LDBEN reconhecem trajetórias de saberes realizados, principalmente no que estabelece o inciso II, alínea c, do Artigo 24:

> [...]
>
> II – a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:
>
> [...]
>
> c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

Dispositivos legais como este dão maior responsabilidade à Escola, pois é dela a competência de avaliar candidatos à matrícula que não comprovem escolaridade anterior em qualquer etapa da educação básica, excetuando o curso normal e o curso técnico integrado, concomitante e subsequente ao ensino médio, que exigem a conclusão do ensino fundamental. A idade do candidato e conhecimentos adquiridos ao longo da vida são referências para a escola decidir sobre "o que avaliar", com base no seu Regimento, Planos de Estudos e Projeto Político-Pedagógico.

Entre outros dispositivos da LDBEN que respondem a esse princípio está o artigo 41 que prevê: "O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos."

A demonstração de competências ou capacidades na avaliação escolar passa a ser considerada tão importante quanto Certificados e Diplomas, suprindo essa ausência em casos de aprendizagem e experiências adquiridas na vida e no trabalho, o que converge para o art. 1º da LDBEN, já citado.

Além disso, cabe destacar que tal princípio estende-se ao conjunto da educação básica, isto é, não impõe barreiras entre as suas etapas. O que significa a possibilidade de, diante dos resultados da avaliação pela escola, o candidato ser classificado, por exemplo, para o ensino médio, respeitada a faixa etária própria para frequência no ensino fundamental, mesmo sem a conclusão desta etapa, não deixando de reafirmar a importância do caráter obrigatório imprescindível no ensino fundamental.

Para atender esse dispositivo da LDBEN, é necessário rever os objetivos e finalidades da educação básica nas etapas fundamental e médio, que possam identificar o nível de desenvolvimento e maturidade do candidato. Assim, vejamos:

> Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade**, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:**
>
> I - **o desenvolvimento da capacidade de aprender**, **tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;**
>
> II - **a compreensão** do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
>
> III - **o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem,** tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; [grifos nossos]

Os candidatos sem escolaridade comprovada devem ser avaliados quanto ao nível de leitura, escrita, raciocínio lógico-matemático, capacidade de compreensão de textos, esquemas, representações e de elaboração de sínteses de conteúdos que tenham relação com os conhecimentos específicos das séries/níveis em que a idade do candidato e demais elementos informados sejam indicativos para a classificação, de modo a localizá-lo na série/ano ou outra forma de organização curricular adotada pela escola, conforme o artigo 23 da LDBEN.

"XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais"

Este princípio reconhece que o processo educacional ocorre em todas as interações sociais, não sendo, portanto, exclusividade da escola, conforme LDBEN "Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais." As relações interpessoais na família, no trabalho e na sociedade são consideradas como relações que envolvem processos de aprendizagem. A diferença é que na escola esses processos são sistematizados porque dimensionados na estrutura e nível dos cursos e de acordo com os objetivos estabelecidos pela escola.

Este princípio está vinculado ao anterior, de ”valorização da experiência extraescolar”, pois a escola deve não só relacionar o conhecimento com o contexto e a realidade social, mas também valorizar o conhecimento adquirido fora dela, em outros espaços de aprendizagem, incluindo o trabalho, a família e notadamente hoje, o acesso à tecnologia da informação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais em relação a este princípio, assim se expressam nos parágrafos 1º e 2º, do artigo 13 da Resolução CNE/CEB nº 4/2010:

> § 1º O currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não formais.
>
> § 2º Na organização da proposta curricular, deve-se assegurar o entendimento de currículo como experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos educandos.

Uma proposta curricular se concretiza a partir da sua inserção nos planos de trabalho elaborados pelo conjunto de professores da escola. Assim, tais experiências escolares devem corresponder a situações de aprendizagem, em que o conhecimento é desenvolvido no contexto social em que vivem os alunos, relacionando-se à cultura local e a aprendizagens anteriores, ou seja, ao mundo real.

3 – Educação Básica: o desafio da organização e desenvolvimento do currículo na escola para todos

As inúmeras alterações da LDBEN referentes ao currículo da educação básica têm demandado aos órgãos normativos dos sistemas a revisão e a adequação sistemáticas de suas normas complementares. Ao tratar das novas Diretrizes Curriculares Nacionais faz-se necessário uma leitura contextualizada da Lei, com destaque aos aspectos normativos que agregam ações de qualificação do currículo da educação básica, sem desconhecer a cultura universal reconhecida como patrimônio da humanidade.

Considerando o processo educativo, as normas deste Conselho visam promover a implementação de ações previstas na gestão e na prática escolar, consolidar e valorizar avanços obtidos no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, desde a promulgação da LDBEN e orientar as mudanças no contexto das novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

O dilema que o Brasil enfrenta desde a Constituição de 1988 – a partir do direito de todos a uma educação de qualidade, não é muito diferente na essência do que ocorreu em momentos de crise na educação de outros países. Trata-se da educação como direito de todos, o que significa atender a diversidade sociocultural e econômica profunda que representa o conjunto da população brasileira.

Considerando que a escola se situa hoje num mundo em profundas mudanças e que a acessam populações bastante diversificadas, a escola deverá reinventar-se como instituição na busca de respostas aos novos desafios. Segundo Rui Trindade (2013)[32], “Para construir a educação básica inclusiva” deve-se:

> Superar a **visão pedagógica meritocrática** da Educação Básica, entendida como um momento da escolaridade que serve quer para alfabetizar as massas, quer para promover a seleção das elites. Superar a **visão pedagógica assistencialista** da Educação Básica que, em nome da valorização das escolas como espaços de reabilitação social, acaba por contribuir para a sua desvalorização como espaços de afirmação e desenvolvimento cultural. [grifos nossos]

[32] TRINDADE, Rui. “**Educação Básica Inclusiva**: contributo para uma reflexão”. Seminário de Educação Básica: Conhecimento e Currículo. Brasília, julho/2013.

Além disso, há que se considerar a formação inicial e continuada dos professores para promover mudanças, o que deve envolver além dos sujeitos da escola, as instituições formadoras de educação superior e os gestores responsáveis pelas decisões educacionais e pelo investimento. Há necessidade de pensar a educação de modo mais sistêmico e articulado.

3.1 – Concepção, organização, composição, estrutura e desenvolvimento da Educação Básica.

A LDBEN fixa regras comuns a serem cumpridas por todas as escolas de educação básica na educação infantil, no ensino fundamental e médio, independentemente da organização curricular que adotem. Entre essas regras, plenamente acolhidas nas novas diretrizes, algumas ainda apresentam dificuldades de implementação pela escola, o que se identifica em consultas recebidas neste Conselho. Por essa razão, serão tratadas neste documento com a finalidade de dirimir possíveis dúvidas e contribuir para a sua efetivação no Sistema de Ensino do Rio Grande do Sul.

No Parecer CNE/CEB nº 7/2010[33] buscam-se os elementos que fundamentam a nova concepção curricular da escola básica, especialmente no que se refere à abordagem pedagógica e ao relacionamento das "disciplinas" no desenvolvimento do currículo, conforme se transcreve:

> **Na organização e gestão do currículo**, **as abordagens disciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar requerem a atenção criteriosa da instituição escolar, porque revelam a visão de mundo que orienta as práticas pedagógicas dos educadores e organizam o trabalho do estudante.** Perpassam todos os aspectos da organização escolar, desde o planejamento do trabalho pedagógico, a gestão administrativo-acadêmica, até a organização do tempo e do espaço físico e a seleção, disposição e utilização dos equipamentos e mobiliário da instituição, ou seja, todo o conjunto das atividades que se realizam no espaço escolar, em seus diferentes âmbitos. **As abordagens multidisciplinar, pluridisciplinar e interdisciplinar fundamentam-se nas mesmas bases, que são as disciplinas, ou seja, o recorte do conhecimento.** [grifo nosso]

Observe-se que a gestão do currículo é o processo indicado para o cumprimento da norma, o que pressupõe ações e responsabilidades a serem implementadas também pelos órgãos dos sistemas, como:

> - Previsão e suprimento das escolas, pelas mantenedoras, de recursos humanos habilitados e capacitados para a implementação do currículo por área de conhecimento, observando as abordagens previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que devem ser complementadas em cada sistema em relação ao contexto em que se aplicam;
> - Organização do espaço físico e do horário escolar às exigências do processo ensino e aprendizagem para atender à dinâmica curricular por área do conhecimento, bem como à necessária integração das disciplinas no seu conjunto;
> - Processo permanente de acompanhamento e controle, pela administração do sistema/rede/mantenedora, do planejamento e desempenho escolar e do cumprimento das orientações normativas do sistema.

Para o Conselho Estadual de Educação, a maior complexidade da normatização complementar está em expressar com clareza a dimensão pedagógica da mudança na prática escolar, no tratamento e desenvolvimento do currículo.

Quanto ao currículo, cabe considerar o Art. 13, § 1º da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que estabelece:

> O currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento,

[33] BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 7, de 07 de abril de 2010, homologado pelo Senhor Ministro da Educação com publicação no D.O.U., de 09 de julho de 2010.

> a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não-formais.

Isto significa desenvolver um currículo identificado com o contexto sociocultural dos alunos, isto é, promover a articulação do currículo escolar "com vivências e saberes dos estudantes". Assim, cabe à escola pôr em prática a flexibilidade disponibilizada na LDBEN para atender à diversidade do conjunto dos educandos, a partir de diferentes formas de organização do currículo, dentre outras, a critério da escola, as apresentadas no § 3º e incisos do artigo 13 que, com adequações, se transcrevem, em parte, visando explicitar a amplitude da mudança proposta:

a) concepção e organização do espaço curricular e físico: ambientes e equipamentos que não apenas as salas de aula, mas igualmente os espaços de outras escolas, como exemplo as "escolas parque" de Anísio Teixeira e os espaços socioculturais e esportivo-recreativos do entorno da região e da cidade. Tal medida favorece e abre possibilidades de estabelecer parcerias para atender à diversificação dos ambientes.

b) escolha pela escola de abordagem didático-pedagógica diversa: disciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, que oriente o projeto político-pedagógico, com a participação dos profissionais da escola, conselho escolar e comunidade sob a responsabilidade das mantenedoras. A Resolução CNE/CEB nº 4/2010, em outros parágrafos do artigo 13, que também se transcrevem, trata das abordagens apresentadas, tais como:

> [...]
>
> § 4º **A transversalidade** é entendida como uma forma de organizar o trabalho didático-pedagógico em que temas e eixos temáticos são integrados às disciplinas e às áreas ditas convencionais, de forma a estarem presentes em todas elas.
>
> § 5º **A transversalidade difere da interdisciplinaridade** e ambas complementam-se, rejeitando a concepção de conhecimento que toma a realidade como algo estável, pronto e acabado.
>
> § 6º A **transversalidade** refere-se à dimensão didático-pedagógica, e a **inter-disciplinaridade**, à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento. (Resolução CNE/CEB nº 4/2010)

Ressalve-se que a autonomia da escola para esta escolha deve estar em consonância com o projeto educacional da mantenedora, que por sua vez deve estar em sintonia com a legislação e as normas do sistema de ensino.

O trabalho com temas transversais vem sendo desenvolvido na escola ainda no contexto da multidisciplinaridade. Esta organização não impede que temas comuns sejam tratados nas diferentes disciplinas do currículo, pois a transversalidade pode ocorrer em qualquer forma de organização curricular, reconhecendo-se que a interdisciplinaridade permite a integração do currículo.

c) organização da matriz curricular:

A Matriz Curricular é

> [...] entendida como propulsora de movimento, dinamismo curricular e educacional de tal modo que os diferentes campos do conhecimento possam se coadunar com o conjunto de atividades educativas.[...] **alternativa operacional que embase a gestão do currículo escolar** e [...] **a gestão da escola** (na organização do tempo e do espaço curricular, distribuição e controle do tempo dos trabalhos docentes), **passo para uma gestão centrada na abordagem interdisciplinar, organizada por eixos temáticos,** mediante interlocução entre os diferentes campos do conhecimento; (Resolução CNE/CEB nº 4/2010)

d) eixos temáticos:

> [...] são uma forma de organizar o trabalho pedagógico, limitando a dispersão do conhecimento, fornecendo o cenário no qual se constroem objetos de estudo, propiciando a concretização da proposta pedagógica centrada na visão interdisciplinar, superando o isolamento das pessoas e a compartimentalização de conteúdos rígidos; (Resolução CNE/CEB nº 4/2010)

Uma prática escolar interdisciplinar, por eixos temáticos, pressupõe mudanças na organização da escola, que envolvem o horário escolar e a necessidade de encontro sistemático dos professores, especialmente dos que atuam na mesma área de conhecimento. Além disso, tal mudança no currículo exige outros procedimentos didático-pedagógicos dos professores, que deverão:

- planejar e trabalhar em equipe interdisciplinar, no mínimo com os professores da mesma área, como também desenvolver metodologia de trabalho em grupo com os alunos, visando o desenvolvimento da capacidade de atuar em equipe;
- instigar a curiosidade dos alunos, o espírito investigador, por meio de consultas e pesquisas, entre outros procedimentos em que os alunos sejam agentes da construção de seus conhecimentos;
- estimular a iniciativa, a criatividade e a autonomia dos alunos, bem como propiciar relações de cooperação e corresponsabilidade.

A metodologia utilizada deve promover condições adequadas à integração das disciplinas por meio de objetivos comuns que envolvam os diferentes campos do currículo, repensando tempos e espaços escolares.

Em continuidade, os incisos VII, VIII e IX do artigo 13 da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que se transcrevem abaixo, apresentam elementos fundamentais para a implementação da interdisciplinaridade e orientação da prática docente e atuação discente:

> VII – estímulo à criação de métodos didático-pedagógicos utilizando-se recursos tecnológicos de informação e comunicação, a serem inseridos no cotidiano escolar, a fim de superar a distância entre estudantes que aprendem a receber informação, com rapidez utilizando a linguagem digital, e professores que dela ainda não se apropriaram;
>
> VIII – constituição de rede de aprendizagem, entendida como um conjunto de ações didático-pedagógicas, com foco na aprendizagem e no gosto de aprender, subsidiada pela consciência de que o processo de comunicação entre estudantes e professores é efetivado por meio de práticas e recursos diversos;
>
> IX – adoção de rede de aprendizagem, também, como ferramenta didático-pedagógica relevante nos programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação, sendo que esta opção requer planejamento sistemático integrado estabelecido entre sistemas educativos ou conjunto de unidades escolares.

Importante considerar que a interdisciplinaridade é um processo didático-pedagógico que visa à superação do currículo multidisciplinar no tratamento do conhecimento de forma fragmentada. A interdisciplinaridade pressupõe a integração "mediante a interação entre os diferentes campos do conhecimento".

Este Conselho ao abordar a questão curricular visa atingir elementos fundamentais para a qualificação da educação escolar básica.

No ensino médio a Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro 2012[34], que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para esta etapa, no Art. 7º estabelece que:

> A organização curricular do Ensino Médio tem uma base nacional comum e uma parte diversificada que não devem constituir blocos distintos, mas um todo integrado, de modo a garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade e as características locais e especificidades regionais.

[34] BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012, publicada no D.O.U., de 31 de janeiro de 2012.

Os princípios fundantes para o ensino médio estão dispostos no artigo 13 da referida Resolução, bem como no Parecer CNE/CEB nº 5/2011[35] e tratam **o trabalho como princípio educativo,** afirmando que "[...] o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, dela se apropria e pode transformá-la, [tornando-se] sujeito de sua história e de sua realidade." **A pesquisa como princípio pedagógico** que "traz para as escolas o desafio de fazer com que [...] novos conhecimentos sejam socializados de modo a promover a elevação do nível geral de educação da população." Os **direitos humanos como princípio norteador** que traz para a escola a necessária fundamentação do "irrevogável princípio nacional [...] do exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos." A **sustentabilidade ambiental** como meta universal é compromisso a ser assumido pela educação e conteúdo do ensino médio que não pode ignorar os diversos desastres ambientais, o que "amplia a necessidade dos educadores de compreender a complexa multicausalidade da crise ambiental contemporânea e de contribuir para a prevenção de seus efeitos deletérios e para o enfrentamento das mudanças socioambientais globais." (Idem, 2011)

O ensino médio, assim definido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, deve assegurar a formação dos jovens e adultos que a ele têm direito na perspectiva da dimensão do **trabalho**, da **ciência**, da **tecnologia** e da **cultura** como eixo integrador entre os conhecimentos de distintas naturezas contextualizados histórica e socialmente.

A realidade da população do ensino médio está configurada por estudantes predominantemente adolescentes e jovens. Segundo o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), embora a noção de juventude não possa ser reduzida a um recorte etário, são considerados jovens aqueles sujeitos com idade entre os 15 e os 29 anos e define a juventude como "condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias" o que obriga a "diversificação e flexibilidade de currículos" respaldada pela LDBEN.

O Inciso VI do artigo 14 da Resolução CNE/CEB nº 2/2012 estabelece que "atendida a formação geral, incluindo a preparação básica para o trabalho, o Ensino Médio pode preparar para o exercício de profissões técnicas, por integração com a Educação Profissional e Tecnológica, observadas as Diretrizes específicas [...]" e respectivas cargas horárias. Quanto à profissionalização e de acordo com a LDBEN, modificada pela Lei federal nº 11.741/2008, esta deve articular o Ensino Médio e a Educação Profissional que pode ser ofertada de forma concomitante, integrada ou subsequente ao ensino médio, ambas de acordo com a decisão das mantenedoras das escolas do sistema estadual de ensino.

Diferentemente do ensino fundamental e do ensino médio, a primeira etapa da Educação Básica que trata da educação infantil, a organização dos grupos de crianças, para o desenvolvimento da ação educativa se dá por faixa etária e a ação pedagógica é desenvolvida por meio de atividades.

A Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de dezembro de 2009, que Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, no Art. 3º define:

> O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

[35] BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 5/2011, de 4 de maio e de 2011, homologado em 24de janeiro de 2012.

Para uma escola com história de padronização, os artigos 23 e 24 da LDBEN/1996, sem dúvida, têm caráter revolucionário. A flexibilidade que propõe para organizar e desenvolver o currículo visa atender à diversidade, que desafia a educação a construir novos paradigmas. A inclusão de todos gera situações que desestabilizam e desacomodam a escola do século XXI, que em muitos casos ainda se organiza com base no modelo da escola do século XIX.

Sobre os citados artigos da LDBEN, este Conselho manifestou-se no Parecer CEED nº 740/1999, traduzindo, a partir dos parâmetros à época, o significado das formas de organização e desenvolvimento do currículo. Cabe agora, numa retomada do texto legal, a análise contextualizada às novas diretrizes curriculares nacionais.

> **Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. [grifo nosso]**

A organização sequencial e articulada do currículo dos cursos fundamental e médio por **séries anuais ou períodos semestrais** consolidou-se como forma, quase que exclusiva, de desenvolver o processo de ensino e aprendizagem na escola, com avaliação classificatória de aprovação ou reprovação que ao final do período letivo determinava o destino dos alunos para a série/ano seguinte ou a repetência.

É fundamental que se revisem conceitos de modo a entender que tais procedimentos pedagógicos se constituem meios para o enfrentamento dos problemas da escola que se abre para todos na sua diversidade. A escola que passou a acolher as diferenças tem o dever de reestruturar-se na perspectiva de atender o direito de todos de aprender. Portanto, toda e qualquer proposta de organização curricular deve ter como finalidade a **promoção da aprendizagem**. E para isso, todas as medidas e meios didático-pedagógicos que concorram para que o aluno aprenda devem ser disponibilizados e implementados.

O respeito ao tempo e ao direito de aprendizagem são conteúdo do Artigo 30 da Resolução CNE/CEB nº 7/2010, abaixo transcrito, que corresponde ao desenvolvimento dos três anos iniciais do ensino fundamental de 9 anos, em período contínuo, sem interrupções, portanto, sem reprovação, nem repetência:

> Art. 30 Os três anos iniciais do Ensino Fundamental devem assegurar:
>
> I – **a alfabetização e o letramento**;
>
> II – o desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a Música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;
>
> III – a continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.
>
> § 1º **Mesmo quando o sistema de ensino ou a escola, no uso de sua autonomia, fizerem opção pelo regime seriado, será necessário considerar os três anos iniciais do Ensino Fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo sequencial não passível de interrupção**, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.
>
> § 2º Considerando as características de desenvolvimento dos alunos, cabe aos professores adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, a utilizar materiais que ofereçam

> oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando as suas características e propriedades. [grifo nosso]

Ao estabelecer as normas complementares para o Sistema Estadual de Ensino a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, cabe a este Conselho determinar ao Sistema a implantação do "bloco pedagógico", em todas as escolas que ofertam o ensino fundamental. Em consequência, devem adequar seus Regimentos Escolares, prevendo os três primeiros anos do ensino fundamental numa sequência lógica sem interrupções e, para isso, eliminar qualquer possibilidade de retenção neste período, do 1º ao 2 º ano e do 2 º ao 3º ano, considerado como de "alfabetização e letramento", não devendo ser confundido com organização ciclada.

A continuidade da aprendizagem nos três anos iniciais do ensino fundamental presente no Bloco Pedagógico independe da organização curricular. Portanto, o Bloco Pedagógico faz parte de todas as organizações curriculares para oferta dos anos iniciais do ensino fundamental de nove anos de duração.

A definição da organização curricular é parte da identidade de um curso e deve estar consubstanciada em Projeto Político-Pedagógico, não havendo possibilidade de no mesmo curso serem adotadas duas formas de organização.

Para que o bloco pedagógico cumpra plenamente sua finalidade, é fundamental que a escola identifique as diferenças, os diferenciados tempos de aprendizagem e as dificuldades dos alunos, planeje e promova atendimento diferenciado em oposição à padronização, implemente processo permanente e efetivo de avaliação formativa, de acompanhamento do desenvolvimento dos alunos, com finalidade diagnóstica, para que as dificuldades apresentadas sejam atendidas de imediato com vistas a sua superação.

Em relação ao tempo para aprender, o Artigo 20 da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, dispõe:

> Art. 20. **O respeito aos educandos e a seus tempos mentais, socioemocionais, culturais e identitários é um princípio orientador de toda a ação educativa,** sendo responsabilidade dos sistemas a criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade, tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria de percurso escolar. [grifo nosso]

A despadronização de organizações curriculares proposta pela LDBEN (Art. 23) para a Educação Básica é a liberdade de escolha que a escola tem para propor outras formas de organização "**sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar",** desde que atendidas exigências legais e normativas. Diante desse quadro, podem surgir algumas dificuldades na transferência de aluno de uma forma de organização escolar para uma escola organizada de modo diverso.

Para atender tais situações a LDBEN (§1º do artigo 23) prevê o processo de **reclassificação,** mediante a aplicação de procedimento avaliativo-diagnóstico ao aluno, pela escola que o recebe, em relação ao seu currículo básico, devendo também considerar informações constantes nos documentos de transferência encaminhados pela escola de origem (Histórico Escolar e outros).

Tal procedimento permitirá à escola que recebe o aluno localizá-lo na sua estrutura curricular, o que pode demandar a necessidade de estudos de adaptação a serem desenvolvidos em paralelo ao percurso do aluno na referida série ou segmento para o qual foi reclassificado.

A reclassificação, no contexto do curso e na organização da escola que recebe o aluno por transferência, deve atender ao princípio do 'direito interescolar' – que garante ao aluno uma posição compatível na nova estrutura com aquela já cursada na escola de origem.

Qualquer diferença observada deve ser encaminhada, nos termos do Regimento Escolar da escola que o recebe, por meio das necessárias medidas de adaptação/adequação escolar. O instituto da reclas-sificação não se limita a situações de transferência de aluno, podendo ser aplicado, inclusive no contexto da própria escola quando oferta cursos com diferentes formas de organização curricular.

O Parecer CEED nº 151/2009[36], quando se refere ao Histórico Escolar do aluno recebido por transferência, dispõe:

> A escola que o recebe deve transcrever *ipsis literis* as informações e registros fornecidos pela escola anterior: isto é, **não se admite a "adaptação" da expressão de resultados à escola que recebe o aluno.** Com essa determinação deve ficar compreendido que as normas regimentais de duas escolas não se fundem, nem se confundem. **O que aconteceu na escola de origem se encerra com a transferência.** O que se transfere não é um documento, mas um aluno, sujeito histórico, que encontrará um novo lugar num novo cenário: o da escola que recebe a transferência. A partir do momento da matrícula ele está de pleno direito sujeito às normas de seu Regimento. [grifos nossos]

Outra questão relativa à transferência, que é matéria recorrente de consulta a este Conselho, refere-se à expressão dos resultados da avaliação da aprendizagem utilizada pelas escolas de origem (notas, pareceres, conceitos etc.) e que difere daquela usada pela escola de destino.

Cabe reafirmar o que se grifou no texto acima: "**O que aconteceu na escola de origem se encerra com a transferência."** Esta afirmativa deve ser interpretada na sua plenitude, isto é, a vida do aluno na escola que o recebe inicia na data de sua transferência. Assim, o que ele trouxe de aprendizagens realizadas na escola de origem constituem-se conhecimentos que o aluno aplicará na continuidade do processo educativo. **A avaliação da aprendizagem, a partir da matrícula na escola que o recebe, é que determinará seu resultado ao final do período letivo**.

Para concluir o tema que trata da flexibilidade das normas educacionais para garantir a Educação Básica a todos os brasileiros, em um País tão diverso como o Brasil, destaca-se ainda o que dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, em seu art. 11:

> A escola de Educação Básica é o espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País.
>
> Parágrafo único. **Essa concepção de escola exige a superação do rito escolar, desde a construção do currículo até os critérios que orientam a organização do trabalho escolar** em sua multidimensionalidade, privilegia trocas, acolhimento e aconchego, para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre todas as pessoas. [grifo nosso]

3.2 – Carga horária e dias letivos

A LDBEN no parágrafo 2º do artigo 23 amplia as condições para atendimento à diversidade de contexto local, no que se refere a calendário escolar, ao dispor que este "deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de **horas letivas previsto nesta Lei**." [grifo nosso]

As propostas de calendário escolar diferenciado vêm atender às peculiaridades locais e regionais como sazonalidade, populações isoladas, aspectos culturais de grupos étnicos diversos, dentre outras.

---

[36] BRASIL. Parecer CEED nº 151, de 04 de março de 2009, aprovado em Sessão Plenária de 04 de março de 2009.

A LDBEN fixa os mínimos constitucionais obrigatórios de carga horária e de dias letivos anuais para todas as etapas da educação básica das escolas brasileiras, públicas e privadas, conforme dispõe:

> Art. 24 [...]
>
> I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;
>
> Art. 31– A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
>
> [...]
>
> II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

Especificamente no ensino médio, há que se registrar as cargas horárias mínimas estabelecidas na Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para esta etapa no artigo 14, inciso VI e alíneas:

> a) 3.200 (três mil e duzentas) horas, no Ensino Médio regular integrado com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
>
> b) 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, na Educação de Jovens e Adultos integrada com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, respeitado o mínimo de 1.200 (mil e duzentas) horas de educação geral;
>
> c) 1.400 (mil e quatrocentas) horas, na Educação de Jovens e Adultos integrada com a formação inicial e continuada ou qualificação profissional, respeitado o mínimo de 1.200 (mil e duzentas) horas de educação geral.

Observa-se que nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de nível médio, a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, estabelece no artigo 27:

> Art. 27 Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma articulada com o Ensino Médio, integrada ou concomitante em instituições de ensino distintas com projeto pedagógico unificado, têm as cargas horárias totais de, no mínimo, 3.000, 3.100 ou 3.200 horas, conforme o número de horas para as respectivas habilitações profissionais indicadas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, seja de 800, 1.000 ou 1.200 horas.

O Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024 propõe que se amplie a jornada diária escolar para uma jornada de tempo integral, inclusive no ensino médio diurno, ou seja, para os alunos que estão na faixa etária obrigatória.

É necessário, portanto, um esforço dos governos estaduais e municipais, mantenedores das escolas públicas de educação básica, para a implantação do turno integral e o cumprimento da respectiva meta, o que deverá constar dos correspondentes Planos Estaduais e Municipais de Educação, bem como institucionalizados por leis próprias.

No Rio Grande do Sul a Lei nº 14. 461, de 16 de janeiro de 2014[37], ao regulamentar o inciso VI do artigo 199 da Constituição Estadual instituiu que no prazo de dez anos, "[...] no mínimo 50 (cinquenta) por cento das escolas de ensino fundamental da rede pública estadual deverão oferecer matrículas em horário integral."

Em relação à matéria, a Resolução CNE/CEB nº 4/2010 nos parágrafos 1º e 2 º do Art.12 dispõe sobre os espaços para o atendimento ao aluno.

---

[37] RIO GRANDE DO SUL. Lei estadual nº 14.461, de 16 de janeiro de 2014, que regulamenta o inciso IV do art. 199 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, publicada no D.O.E., de 17 de janeiro de 2014.

> § 1º Deve-se ampliar a jornada escolar, em único ou diferentes espaços educativos, nos quais a permanência do estudante vincula-se tanto à quantidade e qualidade do tempo diário de escolarização quanto à diversidade de atividades de aprendizagens.
>
> § 2º A jornada em tempo integral com qualidade implica a necessidade da incorporação efetiva e orgânica, no currículo, de atividades e estudos pedagogicamente planejados e acompanhados.

Assim, a deficiência do espaço escolar imediato para acolher a ampliação da jornada não deverá constituir-se impedimento, uma vez que outros espaços, inclusive da comunidade, poderão ser utilizados para desenvolver atividades de aprendizagem computadas como horas de efetivo trabalho escolar. Há que se destacar que para o ensino fundamental, nas escolas da rede estadual, vige o Decreto estadual nº 51.316, de 21 de março de 2014. Necessário se faz citar o que estabelece o PNE nas Estratégias 6.2 e 6.3 da Meta 6:

> Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica
>
> [...]
>
> 6.2) instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;
>
> 6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

Quanto à carga horária dos cursos, deverá ser ampliada em consequência da implantação da jornada integral, de no mínimo 7 horas diárias nos cursos diurnos, perfazendo o total de 1.400 horas-relógio, superando assim às 800 horas-relógio anuais estabelecidas na Lei. A duração do período-aula pode ser diferente do que 60 minutos devendo, no entanto, corresponder, no ano letivo, ao mínimo de horas definidas pela escola e sua mantenedora nos Planos de Estudos do ensino fundamental e do ensino médio, e nos Planos de Atividades da educação infantil. Tais cargas horárias deverão corresponder em horas-relógio ao total de horas do curso.

3.3 – A classificação na educação básica

O inciso II e alíneas do artigo 24 da LDBEN, que se transcrevem, regulam o processo classificatório:

> II - a **classificação** em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:
>
> a) **por promoção**, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;
>
> b) **por transferência**, para candidatos procedentes de outras escolas;
>
> c) **independentemente de escolarização anterior**, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino;

A possibilidade que a LDBEN prevê na alínea ‘c’, acima transcrita, de acesso à escola sem comprovação de escolaridade, em qualquer momento/fase/etapa da educação básica, por meio de processo avaliativo de responsabilidade exclusiva da escola é o reconhecimento de que a mesma é um dos espaços de aprendizagem que se diferencia dos demais por sua ação planejada, organizada e desenvolvida em local específico, por profissionais habilitados.

Ainda sobre a **classificação**, este Conselho pronunciou-se no Parecer CEED nº 740/1999, do qual se destaca:

> **Classificar** significa posicionar o aluno em séries anuais, períodos semestrais, ciclos ou outras formas de organização compatíveis com sua idade, experiências, nível de desempenho ou de conhecimento, segundo o processo de avaliação definido pela escola em seu Regimento Escolar.
>
> **Excetua-se aqui a primeira série do ensino fundamental. O ingresso nela prende-se apenas à idade cronológica da criança, ficando vedada qualquer tipo de avaliação que vise a classificar aptidões.** *(sic)*
>
> Se o aluno chegar à escola sem vida escolar pregressa, cabe classificá-lo para poder situá-lo na série ou etapa adequada. Nesse caso, diz a Resolução CEED nº 233/1997 **`o controle da freqüência passa a ser feito a partir da data da efetiva matrícula do aluno`.** [grifos nossos]

Tais dispositivos, por ineditismo diante das regras da escola tradicional, geraram e ainda geram dúvidas que são recebidas por meio de consultas a este Conselho, o que demanda as considerações a seguir:

- **O ingresso no primeiro ano do ensino fundamental deve ocorrer aos seis anos** – respeitada a data de corte, considerando que a única exigência para a matrícula é a idade;
- **Crianças com menos de seis anos e aquelas que completam seis anos após a data de corte**, mesmo que os pais informem que já sabem ler e escrever, devem ser matriculadas na pré-escola;
- **Crianças com sete anos ou mais, sem escolaridade anterior, devem ser avaliadas no ingresso e** de acordo com suas condições em relação ao currículo da escola, **serem classificadas para matrícula em ano posterior ao primeiro ano do ensino fundamental.**

Em qualquer situação, o processo avaliativo para a classificação de aluno que não comprove escolaridade anterior deve considerar inicialmente a sua idade na relação prevista idade/ano de escolaridade. Outros aspectos importantes para a classificação correspondem à trajetória e às experiências/vivências do educando.

A avaliação com vistas à classificação tem por objetivo verificar competências fundamentais para a aprendizagem na educação básica, como: nível de leitura, interpretação, elaboração de texto e o pensamento lógico-matemático (capacidade de resolver problemas).

Quanto ao conteúdo curricular correspondente ao curso pretendido, deve ser avaliado de forma contextualizada, por meio de conceitos básicos comuns às áreas do conhecimento/ componentes curriculares, preferencialmente colocados em situação do cotidiano, ou seja, de vivências do educando.

É importante considerar ainda no processo classificatório, que no convívio social e no trabalho também se aprende e se desenvolvem habilidades, competências e conhecimentos que a escola oportuniza na sua organização curricular.

No caso de cursos técnicos desenvolvidos de forma integrada ao ensino médio, bem como no curso normal de nível médio, a classificação não se aplica, considerada como pré-requisito para ingresso nesses cursos a conclusão do ensino fundamental (Art. 36-C, I da LDBEN, Art. 1º da Resolução CNE/CEB nº 2/1999 e Parecer CEEd nº 876/2013).

3.4 – Progressão parcial na perspectiva da aprendizagem sem repetência

A LDBEN inova também ao prever no inciso III do artigo 24, transcrito abaixo, a possibilidade de aprovação de aluno com aprendizagens não construídas no decorrer do ano letivo e passíveis de superação na série/ano seguinte. Tal medida, se comparada com os

resultados da reprovação (abandono e evasão), é positiva e estimuladora na perspectiva da escolaridade básica para todos.

> Art. 24 [...]
> III- nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, **o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial,** desde que preservada a seqüência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino;

Embora inicialmente tal processo tenha sido comparado à 'dependência' (Parecer CEED nº 740/1999), hoje no contexto das novas diretrizes descabe tal relação, pois **a progressão parcial deve ser entendida como um procedimento de aprovação de aluno que não prevê a possibilidade de retrocesso na organização sequencial do currículo. É com este pressuposto que a matéria será tratada neste Parecer**.

Assim, o instituto da progressão parcial possibilita que o aluno seja aprovado mesmo não atingindo todas as condições de aprovação no conjunto do currículo, o que deve estar previsto de forma muito clara no texto regimental e no Projeto Político-Pedagógico da escola.

Ao aluno promovido com progressão parcial deve a escola oferecer estudos complementares, preferencialmente fora do horário regular do curso, para a superação de dificuldades ou a construção de conhecimentos necessários.

A progressão parcial, portanto, evita que alunos reprovados em componente(s) curricular(es) venham a repetir o ano e correr o risco de reprovação em componente curricular já concluído com êxito anteriormente no referido ano, o que no contexto da atual legislação e Diretrizes Curriculares Nacionais poderia ser considerado uma 'aberração pedagógica'.

Embora o texto da LDBEN indique a progressão parcial na organização seriada anual, entende-se que outras formas de organização dos tempos, com variação apenas de duração do período letivo na divisão do curso, como a organização semestral, por exemplo, podem adotar a progressão parcial, desde que "preservada a sequência do currículo". A progressão parcial não se aplica a cursos com matrícula 'por disciplina' e 'por totalidades'.

O Parecer CNE/CEB nº 7/2010, que estabelece as novas diretrizes curriculares, dispõe a escola básica como "uma organização temporal que deve ser menos rígida, segmentada e uniforme, a fim de que os estudantes, indistintamente, possam adequar seus tempos de aprendizagens de modo menos homogêneo e idealizado. [...]" e na qual a "avaliação das aprendizagens se constitua em instrumento de contínua progressão dos estudantes".

Em consequência, os pronunciamentos do CEEd sobre progressão parcial devem apontar na direção de ações e atitudes didático-pedagógicas que concorram para a superação das regras da escola tradicional e para a construção da escola de qualidade para todos, que responda às expectativas de aprendizagem, consideradas a diversidade e as diferenças socioculturais do alunado e na qual a 'avaliação formativa' concorra para a 'contínua progressão dos estudantes'.

Nessa perspectiva, o direito interescolar deve ser considerado como um direito do aluno e, por essa razão, a escola que recebe aluno por transferência não só deve resguardar o registro sobre sua vida escolar na escola de origem, transcrevendo-o *ipsis literis*, ou por cópia fotostática, mas também respeitar o resultado obtido nessa escola.

Assim, alunos aprovados em regime de progressão parcial, quando transferidos devem ser considerados aprovados pela escola que os recebe, independentemente do que dispõe seu Regimento Escolar sobre promoção de alunos.

Da mesma forma, no caso de aluno reprovado em escola cujo Regimento Escolar não prevê a progressão parcial, ao ser transferido para estabelecimento que prevê tal possibilidade deverá ser matriculado no ano subsequente, devendo realizar os estudos de complementação curricular nos componentes em que não obteve aprovação na escola de origem.

A legislação educacional e as normas do Sistema Estadual de Ensino não impedem que as escolas limitem no seu Regimento Escolar o número de componentes curriculares ou áreas de estudos em que o aluno poderá ser promovido com progressão parcial. Em caso de transferência, sempre deve ser respeitado o direito interescolar, já explicitado neste Parecer.

3.5 – Avaliação como processo de aprendizagem

Em que pese o que determina a LDBEN quanto ao processo de avaliação da aprendizagem dos alunos como princípio emancipatório, ainda hoje nas escolas se mantém a função classificatória. Nesta lógica, a reprovação ainda é vista como um meio para que os alunos aprendam.

É essencial que a escola na sua prática atenda ao princípio constitucional do direito a todos de aprender, ou seja, o direito a uma educação com qualidade social, que reconheça as diferenças dos alunos e utilize metodologia diversificada para a promoção da equidade.

Ao reconhecer a resistência às mudanças, cabe afirmar que os órgãos normativos, os gestores educacionais e a escola não foram suficientemente convincentes ou convencidos de que **a LDBEN/1996**, a partir das finalidades e dos objetivos da educação básica, **determinava uma profunda mudança na forma de ensinar e de avaliar,** com base nos seguintes pressupostos: transferência de foco do ensino para a aprendizagem e da avaliação classificatória para a avaliação formativa.

Para entender a dimensão da mudança educacional apresentada na LDBEN no que se refere à "verificação do rendimento escolar", ou seja, à avaliação da aprendizagem, face às novas diretrizes curriculares nacionais, cabe rever conceitos básicos, já tratados em Pareceres deste Conselho, relativos aos princípios enunciados nas alíneas do inciso V, Artigo 24, que se trata a seguir:

a) **avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;**

O CEED no Parecer nº 740/1999 relativo à verificação do rendimento escolar, com destaque especial para o subitem 5.5.1 que analisa a "Avaliação contínua e cumulativa" expressa:

> Não se trata, assim, de mensurar quantidades [...] mas de decidir se os procedimentos adotados pelo professor para construir uma aprendizagem pelo aluno foram bem sucedidos. **É, portanto, uma atividade vinculada ao processo de ensino**, **entendido como o conjunto de procedimentos escolhidos pelo professor, para que o aluno, através deles, construa seu conhecimento.** [grifos nossos]

E não se esgota somente na aquisição de mais conhecimentos, mas que estes conhecimentos possibilitem ao estudante responder a questões inerentes à prática: identificar e resolver problemas, pôr em uso conhecimentos e atuar de acordo com o contexto que se lhe apresenta. Esta é uma construção singular que envolve conhecimento e habilidades.

Este mesmo Parecer dá ênfase à função diagnóstica da avaliação, enquanto processo "contínuo e cumulativo", como se pode verificar no texto transcrito:

> A avaliação não trata só de interpretar o desempenho do aluno com base em dados isolados e nem tampouco num acúmulo de informações sem nexo, mas **atentando para a mudança de comportamento dos alunos que se traduz**, não apenas na aquisição de conhecimentos, mas, **principalmente, nas transformações que se processam nas habilidades, nas atitudes, nos interesses, nos hábitos de trabalho**, integrantes do processo de aprendizagem físico e mental e no ajustamento pessoal e social do aluno. **Portanto, é impossível numa avaliação cumulativa obter média do triunfo ou do fracasso do educando.**
>
> [...]

> Com isso, a avaliação não será apenas um mecanismo de classificação de aluno, mas estará associada ao modo pelo qual a escola pensa e concretiza o currículo e as metodologias e ao modo como o organiza, observando a flexibilidade que a Lei estabelece. [grifos nossos]

O texto acima grifado ressalta a posição manifestada por este Conselho sobre o equívoco do uso da média como definidora do resultado da avaliação cumulativa na promoção dos alunos.

Este Conselho recomenda repensar a avaliação que venha a classificar o aluno por meio da média dos resultados obtidos ao longo do ano letivo, por ser incompatível com os objetivos e finalidades que a LDBEN estabelece para a educação básica, e que tem sintonia com o disposto na Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que se transcreve:

> Art. 9º. **A escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem**, o que pressupõe atendimento aos seguintes requisitos:
>
> [...]
>
> III - foco no projeto político-pedagógico, no gosto pela aprendizagem e na **avaliação das aprendizagens como instrumento de contínua progressão dos estudantes;** [grifos nossos]

A avaliação terá como referência os objetivos propostos para a educação, assegurando o direito à aprendizagem.

É no contexto das novas Diretrizes Curriculares Nacionais que se deve revisar práticas que não têm suporte na legislação e nas normas atuais. É preciso fazer a mudança necessária para que, como País, atenda-se aos princípios constitucionais que tratam do direito de todos a uma educação de qualidade, o que implica diretamente o direito de aprender.

A concepção de avaliação formativa tem que ser entendida como elemento integrante do processo de construção e apropriação do conhecimento pelos estudantes. Só assim se concretizará sua função diagnóstica que permite ao professor intervir, atendendo às diferenças entre os alunos com o suporte e os recursos necessários na perspectiva de que todos aprendam.

Não cabe mais o conformismo com as desigualdades e a elas atribuir o fracasso. Há sim que fazer do fracasso um desafio à escola para que revise seus métodos e concepções e que exerça sua competência para ensinar.

Segundo Perrenoud (1999), "A avaliação tradicional impede a inovação pedagógica", o que empobrece a diversidade das atividades letivas, necessárias para atender as diferenças entre os alunos. Portanto, avaliação e processo, construção e apropriação do conhecimento são elementos de relação intrínseca isto é, são interdependentes no contexto educativo.

Entendida como processo contínuo e cumulativo, a avaliação formativa vincula-se a procedimentos que a escola possa aplicar diante de resultados não satisfatórios dos alunos, em qualquer momento, oportunizando aprendizagens que venham inclusive a mudar conceitos ou outras formas de expressão de resultados.

Diante do significado de "educação de qualidade", em que se impõe a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, é fundamental que se revisem concepções a partir das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, analisando o que dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, art.47, em especial os parágrafos 1º a 4º, a saber:

> Art. 47 [...]
>
> § 1º A validade da avaliação, na sua função diagnóstica, liga-se à aprendizagem, possibilitando o aprendiz a recriar, refazer o que aprendeu, criar, propor e, nesse contexto, aponta para uma **avaliação global, que vai além do aspecto quantitativo, porque identifica o desenvolvimento da autonomia do estudante, que é indissociavelmente ético, social, intelectual.**

> § 2º Em nível operacional, **a avaliação da aprendizagem tem, como referência, o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que os sujeitos do processo educativo projetam para si de modo integrado e articulado com aqueles princípios definidos para a Educação Básica,** redimensionados para cada uma de suas etapas, bem assim no projeto político-pedagógico da escola.
>
> § 3º **A avaliação na Educação Infantil é realizada mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção** [...].
>
> § **4º A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, de caráter formativo predominando sobre o quantitativo e classificatório, adota uma estratégia de progresso individual e contínuo que favorece o crescimento do educando,** preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar, sendo organizada de acordo com regras comuns a essas duas etapas. [grifos nossos]

E, por fim, busca-se texto de Pedro Demo onde o autor analisa a prática docente fazendo a diferença entre uma educação em que a qualidade supera a quantidade, e caracteriza esta última pelas "didáticas reprodutivas que impedem o desenvolvimento da capacidade dos alunos de construção autônoma do conhecimento", conforme se transcreve:

> A competência humana atual, diante dos desafios da inovação e da cidadania, lança pretensões específicas, que supõem sempre atitude reconstrutiva diante da vida, sem necessariamente ser construtivista (Grossi/Bordin, 1993, 1993a). No lado formal, são alguns critérios de qualidade da educação:
>
> **a) capacidade de pesquisa, para ler criticamente a realidade;**
>
> **b) elaboração própria, para saber reconstruir projeto próprio;**
>
> **c) teorização das práticas, para saber intervir criativamente;**
>
> **d) atualização permanente, para estar à frente dos tempos;**
>
> **e) saber pensar, argumentar, fundamentar, aprender.**
>
> O contrário disso é a condição de cópia copiada, com base em didáticas reprodutivas, marcadas pelo instrucionismo. São, pelo menos, em parte, imbecilizantes, porque tolhem a competência fundamental da capacidade de construção autônoma do conhecimento. São indicadores clássicos negativos deste tipo de didática a aula repetitiva, a prova reprodutiva, a decoreba, como tática central de absorção, a avaliação pela mera freqüência e disciplina moralista e assim por diante. [grifos nossos]

Quanto à "**prevalência dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais**" a LDBEN propõe a interação da aprendizagem e avaliação que deixa de centrar-se exclusivamente no aluno, dividindo tal responsabilidade com o professor e com a escola. Trata-se, portanto, de não atribuir somente ao aluno a responsabilidade pelos resultados da aprendizagem.

b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;

O atraso escolar é uma das evidências da disparidade social observada no conjunto da população brasileira, decorrente não só das condições sócio-econômico-culturais dos alunos, mas também da exclusão promovida pela própria escola, ainda seletiva na sua forma de organização, que resiste a mudanças de maior flexibilidade propostas na LDBEN.

Sobre a aceleração de estudos, no Parecer CEED nº 740/1999 este Conselho assim se pronunciou:

> A defasagem idade-série constitui-se um sério problema da educação brasileira, cuja superação constitui um desafio para a escola.
>
> A aceleração de estudos constitui-se uma alternativa do problema representado pelos alunos que, devido a repetidas reprovações, se desajustam no que diz respeito à relação idade-série bem como àqueles alunos que ingressam tardiamente no sistema regular de ensino. Ela aparece como forma de propiciar aos alunos com atraso escolar a oportunidade de atingir o nível de adiantamento correspondente a sua idade.

> Assim sendo, aceleração de estudos pode vir a contribuir para o saneamento deste problema, possibilitando ao aluno concluir etapas de escolarização num tempo menor do que o previsto na organização curricular da escola, de acordo com o seu ritmo próprio e construção do conhecimento.

À interpretação da "aceleração de estudos" apresentada nesse Parecer nada há a acrescentar. Entretanto, na sequência do texto, este Conselho, à época, considera esta uma possibilidade pedagógica que a escola "poderia ou não acolher". Hoje, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2010 tem-se outra interpretação, segundo o seu Art.20:

> O respeito aos educandos e a seus tempos mentais, socioemocionais, culturais e identitários é um princípio orientador de toda a ação educativa, **sendo responsabilidade dos sistemas a criação de condições para que crianças, adolescentes, jovens e adultos, com sua diversidade, tenham a oportunidade de receber a formação que corresponda à idade própria de percurso escolar.** [grifo nosso]

Assim, diante da defasagem idade/série (ano escolar), nos termos da legislação e das normas atuais, **deve a escola** proporcionar ao aluno com tal defasagem as condições para resgatar o tempo perdido, construindo conhecimentos básicos e fundamentais, em um tempo menor, que promovam a adequação do percurso escolar à sua faixa etária.

As classes de aceleração organizadas com essa finalidade reúnem alunos com defasagem idade/série que, na sua maioria, já estão dois anos ou mais na mesma série. Nessas classes, o professor deve trabalhar com um plano que vise à superação das dificuldades de aprendizagem, desenvolvendo processos pedagógicos em sintonia com a idade e interesses dos alunos. Aplicá-lo aos anos finais do ensino fundamental e ao ensino médio envolve maior complexidade na organização da proposta curricular, considerando tratar-se de pluridocência e currículo por disciplinas ou área de estudos.

Cabe destacar que as classes de aceleração deverão estar previstas no Projeto Político-Pedagógico da escola, no que se refere à organização curricular e avaliação, bem como regulamentadas no Regimento Escolar.

c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado

O "avanço" é mais um instrumento pedagógico que envolve a avaliação e a aprendizagem, visando atender à diversidade dos alunos com conhecimentos/capacidades desenvolvidos na escola, no ambiente familiar, no convívio social, ou por outros meios, que os capacitam a avançar na escolaridade.

Em relação ao instituto do avanço, o Parecer CEED nº 740/1999, em seu subitem 5.5.3, assim dispõe:

> **O avanço escolar é** [...] **uma estratégia de progresso individual** e contínuo no crescimento de cada aluno. Alguns apresentam comportamentos desejados, antes que decorra um certo tempo previsto (ano, semestre, ciclo, etapa ou outra forma de organização). Isto acontece porque apresentam ritmo de aprendizagens diferentes, e este progresso não pode ser tolhido, amarrado a espaços-tempo estanques.
>
> Constitui, pois, responsabilidade da escola saber identificar estes alunos e lhes propiciar oportunidades de avançar tanto quanto o permitam suas capacidades e esforços. [grifo nosso]

O avanço é, portanto, medida pedagógica que se constitui indicador para o professor avaliar a possibilidade do aluno seguir para um ano/fase posterior na organização do curso. É preciso ficar claro, que o avanço é medida de caráter individual/pessoal. **Não cabendo assim, avanço coletivo**.

d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito

O "aproveitamento de estudos concluídos com êxito" não é prerrogativa da Lei nº 9.394/1996, pois a legislação educacional anterior já o previa. Este Conselho no Parecer CEED nº 740/1999 assim se pronuncia:

> No aproveitamento de estudos concluídos com êxito, é de competência da escola:
>
> - verificar a possibilidade de aproveitamento de estudos dos alunos, devendo ela ter como sustentáculo os princípios básicos da aprendizagem e da avaliação;
>
> - **comparar os estudos já realizados pelo aluno e os previstos no novo currículo, evidenciando quais dentre aqueles poderão vir a ser aproveitados por possuírem o mesmo valor formativo**, que não será buscado simplesmente na sua denominação ou nos mesmos conteúdos desenvolvidos e, sim, na contribuição que possam oferecer ao aluno no prosseguimento, com êxito, de seus estudos;
>
> - identificar os componentes curriculares da base nacional comum e os da parte diversificada, já que as transferências serão feitas não só pela base nacional comum;
>
> - **verificar os componentes curriculares decorrentes da base nacional comum que poderão ser aproveitados na sua totalidade e, ainda, se a escola de destino assim o entender, poderão ser complementados via adaptação de estudos;**
>
> - organizar os procedimentos para a adaptação de estudos dos alunos, considerando que **os aspectos quantitativos e formais do ensino não devem se sobrepor aos conhecimentos, habilidades e atitudes por eles evidenciados;**
>
> - regular em seus regimentos a transferência de alunos, o aproveitamento, a adaptação e a circulação de estudos[38], disciplinando, basicamente: os critérios que presidirão a determinação dos estudos aproveitáveis; a substituição de componente curricular por outro que se atribua igual valor formativo, as formas de adaptação que serão oferecidas pela escola, garantindo ao aluno o prosseguimento de estudos com êxito. [grifo nosso]

Na situação de aluno recebido por transferência tais procedimentos devem ser observados pela escola que o recebe, visando a sua integração no novo contexto curricular pelo aproveitamento de estudos realizados.

No aproveitamento de estudos deve ser observado o disposto nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, pois nesse novo contexto interpretativo sustenta-se a possibilidade de aproveitamento não só dos estudos concluídos, mas também dos "estudos realizados com êxito".

Os procedimentos pedagógicos apresentados para o desenvolvimento do projeto curricular da educação básica, de forma integrada e correlacionada, impedem o isolamento do processo avaliativo, o que obviamente traz consequências substanciais para os resultados da avaliação, que se entende deixam de ser prerrogativa do "professor da disciplina".

A LDBEN, interpretada no Parecer CNE/CEB nº 7/2010 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, ao tratar o desenvolvimento do currículo da Educação Básica, nos níveis fundamental e médio, por área do conhecimento, impede o isolamento das disciplinas no currículo, o que envolve também o processo avaliativo.

Em relação à reprovação como meio para promoção da aprendizagem, o Conselho Nacional de Educação no Parecer CNE/CEB nº 22, de 08 de agosto de 2000, que responde "Consulta com base no Artigo 90 da Lei federal nº 9.394/96, sobre a interpretação do Artigo 24, inciso III", assim se refere:

---

[38] Trânsito de alunos de uma modalidade de ensino para outra, na mesma escola ou em caso de transferência.

> O estabelecimento de normas e demais preceitos devem constituir-se em alavancas de progresso do aluno, independentemente do nível de estudos que esteja frequentando.
>
> Nada justifica aprovar ou reprovar um aluno, sem as condições de progredir para a série seguinte, bem como, sem comprovação muito séria do insucesso, impor uma reprovação a algum(a) aluno(a).
>
> Aliás, este procedimento seria totalmente contrário ao que se prescreve, ou autoriza aos estabelecimentos de ensino, no artigo 24 da Lei nº 9394/96, no qual, com grande amplitude, são oferecidos às instituições de ensino, procedimentos inteiramente válidos e aplicáveis, tanto ao progresso dos alunos, pelas vias chamadas usuais de aprovação, com pleno sucesso, não importando se durante o período, se ao meio dele, se ao final, quanto o socorro àqueles alunos que, pelas mais diversas causas, possam ter um acompanhamento mais lento, aplicando-se, para estes alunos, as diversas formas propostas para o seu seguimento no respectivo curso. **O que importa é assegurar, nos termos da Lei nº 9394/96, as condições necessárias ao direito de aprender.** [grifo nosso]

Nesta perspectiva, um aluno que realizou seus estudos ao longo de um ano letivo e obteve aprovação em determinada disciplina, teve comprovada a sua aprendizagem e o seu desenvol-vimento. Aprendizagem e desenvolvimento promovem transformações que ressignificam o sujeito e não podem ser anuladas.

Para promover a aprendizagem e o sucesso da trajetória escolar a LDBEN consigna várias possibilidades, como a progressão parcial, dentre outras, apresentadas especialmente no artigo 24, incisos III, IV e V, que oferecem às instituições de ensino medidas pedagógicas de promoção da aprendizagem na perspectiva de que a prática escolar concorra para o sucesso dos estudantes.

O Parecer CNE/CEB nº 7/2010 apresenta procedimentos didático-pedagógicos que, independentemente da organização curricular, no seu conjunto, poderão oferecer as condições para a desejada solidariedade do currículo, conforme transcrição a seguir:

> [...] **interdisciplinaridade e a contextualização**, que devem ser constantes em todo o currículo, **propiciando a interlocução entre os diferentes campos do conhecimento e a transversalidade do conhecimento de diferentes disciplinas**, bem como o estudo e o desenvolvimento de projetos referidos a temas concretos da realidade dos estudantes;
>
> [...] **abordagem interdisciplinar na organização e gestão do currículo, viabilizada pelo trabalho desenvolvido coletivamente, planejado previamente, de modo integrado** e pactuado com a comunidade educativa;
>
> [...]
>
> **A organização curricular assim concebida supõe outra forma de trabalho na escola**, que consiste na seleção adequada de conteúdos e atividades de aprendizagem, de métodos, procedimentos, técnicas e recursos didático-pedagógicos**. A perspectiva da articulação interdisciplinar é voltada para o desenvolvimento não apenas de conhecimentos, mas também de habilidades, valores e práticas**. [grifos nossos]

Assim, a aprendizagem decorre de processo mais amplo que não pode mais ser considerado como simples assimilação de conteúdos, organizados e hierarquizados em anos escolares.

Aprendizagem e desenvolvimento são propriedades indissociáveis do ser humano que, segundo POLOGNA, (2001, p. 51) "[...] se apresentam em relação recíproca com a multiplicidade de fatores tanto intra como interindividuais, bem como aqueles referentes à disponibilidade do meio material."

Por fim, conclui-se que a avaliação do aluno deve se constituir em processo coletivo, com objetivos comuns, cujo resultado decorrerá de decisão do conjunto de professores da área ou áreas. A reprovação do estudante, quando ocorrer, deverá configurar uma situação extrema

e será sempre por decisão coletiva e validada pelo Conselho de Classe. Tais procedimentos devem estar regulados no Regimento Escolar.

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

É por meio dos estudos de recuperação paralelos ao período letivo que se estabelece, na LDBEN, o relacionamento do processo de ensino e aprendizagem com a avaliação contínua e cumulativa.

A LDBEN inova ao estabelecer que os estudos de recuperação devam ocorrer "**preferencialmente** paralelos ao período letivo". Está expressa na Lei a responsabilidade da escola em buscar alternativas para que os alunos superem as dificuldades de aprendizagem ao longo do ano letivo, isto é, **tão logo o professor as identifique.** Tal medida pressupõe atendimento "paralelo", o que significa concomitante ao processo de ensino e aprendizagem em desenvolvimento e não se caracteriza por mais uma prova de avaliação de resultados, mas como nova oportunidade de aprendizagem para os estudantes.

Cabe alertar que a expressão "paralelo" tem sido interpretada como o desenvolvimento dos estudos de recuperação durante as aulas de rotina, o que pode ter consequências indesejáveis para aprendizagens relativas ao novo momento do curso, pois, de modo geral, alunos com dificuldade de aprendizagem exigem não só atendimento específico, mas também mais tempo para aprender. Assim, os estudos de recuperação deverão ocorrer "preferencialmente" em outro horário que não o das aulas regulares. Se os estudos de recuperação forem atendidos por outro professor, o plano de trabalho deve ser acordado e acompanhado pelo professor da turma.

Assim, sempre na perspectiva de que o aluno aprenda, a escola poderá apresentar um plano de estudos para ser desenvolvido inclusive no período das férias escolares. No reinício das aulas o aluno será avaliado nas suas condições de promoção para a série/ano seguinte, nos termos do Regimento Escolar.

O Parecer CEED nº 740/1999 evidencia a necessidade desses estudos fazerem parte do processo de aprendizagem do aluno durante o ano letivo, bem como orienta procedimentos à escola, destacando a necessidade de mais tempo e local para esse atendimento, como registra:

> **Os estudos de recuperação têm como objetivo auxiliar o aluno a dirimir as dúvidas e superar as dificuldades surgidas no decorrer do processo ensino-aprendizagem.** Estes estudos de recuperação, sempre organizados pela escola, poderão ser realizados de forma individual ou coletiva, não necessariamente em sala de aula, porém em qualquer outro ambiente dentro ou fora do estabelecimento, dependendo do espaço disponível, sempre acompanhados pelo professor.
>
> [...]
>
> Se o fundamental é a superação das lacunas na aprendizagem, poderá a escola ainda oferecer ao aluno, entre os períodos letivos, oportunidade de superação destas dificuldades. Considerando as diferenças individuais dos alunos e a diversidade das causas determinantes de situações de recuperação, é de se esperar que o tempo de duração destes estudos varie de acordo com a construção do conhecimento de cada aluno. [grifos nossos]

Assim, faz-se necessário que as escolas revisem suas práticas, seu Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar, adequando-os ao que hoje expressam, de forma muito clara, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais (Resolução CNE/CEB nº 4/2010, art. 48, V), no que se transcreve:

"- **oferta obrigatória de apoio pedagógico destinado** à **recuperação contínua e concomitante de aprendizagem de** estudantes com *déficit* de rendimento escolar, a ser previsto no **regimento escolar.**" [grifo nosso]

Para que se concretizem os procedimentos didático-pedagógicos pró-aprendizagem dos alunos, é fundamental também que se proporcionem programas de formação de professores e condições efetivas para o atendimento aos alunos em tempo suplementar.

3.6 – Frequência escolar e aprendizagem

Em relação a Lei que a antecedeu, a LDBEN, amplia a exigência da frequência escolar, relacionando-a diretamente com a aprovação do aluno, conforme dispõe, no inciso VI do artigo 24: "- o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, **exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação;**" [grifo nosso]

Nesta perspectiva, a Lei trata da frequência à escola, não só pelo elevado percentual exigido para aprovação (75%), mas especialmente por não vincular a reprovação ao aproveitamento, mas à frequência. Tal medida impõe à escola maior responsabilidade com a aprendizagem dos alunos frequentes e não isenta a família da sua função de acompanhamento permanente do desempenho escolar dos filhos. Cabe, no entanto, à escola manter a família informada, promovendo reuniões sistemáticas com os responsáveis pelos estudantes. Quanto à frequência na educação infantil (pré-escola) a LDBEN alterada pela Lei federal nº 12. 796, de 04 de abril de 2013, prevê 60% de frequência.

A Lei ao não vincular a frequência ao aproveitamento, o fez na perspectiva de que o aluno frequente não só tem o direito de aprender, mas deve aprender consideradas suas possibilidades e dificuldades, respeitadas as diferenças no conjunto da turma. Portanto, a escola deve apresentar condições efetivas de trabalho que permitam ao professor e aos estudantes vivenciarem o processo de ensino e aprendizagem no contexto da diversidade e das possibilidades pedagógicas que a legislação e as normas atuais preveem.

Destaque há que ser feito quanto ao preceito legal de zelar pela frequência do aluno à escola, estabelecido no artigo 12 e incisos VI e VII da LDBEN. Neste mesmo viés está a institucionalização, para os sistemas de ensino no Rio Grande do Sul, da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI.

O Plano Nacional de Educação 2014/2024 na Meta 2 propõe: "universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PNE". As Estratégias 2.2 e 2.3 propõem, respectivamente, pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental "**e criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos(as) alunos(as) do ensino fundamental**.", o que por óbvio exige a frequência do aluno à escola. [grifo nosso]

O artigo 206 da Constituição Federal de 1988 determina os princípios que regem o ensino, dos quais destaca-se a "Garantia de Padrão de Qualidade" que por sua vez exige a permanência com sucesso do aluno na escola. Para tanto concorre a aplicação e o acompanhamento da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente/FICAI que não é uma opção das escolas, dos gestores ou dos Conselhos Tutelares, mas um preceito legal a ser cumprido.

A FICAI é uma importante ferramenta para a garantia da permanência da criança, do adolescente e do jovem na escola, como instrumento indutor da qualidade a partir do resgate do aluno infrequente. Além disso, contribui para que se crie uma cultura de valorização da presença do aluno na escola. (Indicação CEEd nº 42/2013).

Este Colegiado, ciente da importância da frequência do aluno emite a Resolução CEED nº 233, de 26 de novembro de 1997, que "Regula o controle da frequência escolar nos estabelecimentos de educação básica nos níveis fundamental e médio, do Sistema Estadual de Ensino" instituindo "[...] as atividades complementares compensatórias de infrequência, a serem desenvolvidas no decorrer do ano letivo". Estas atividades são presenciais e têm a finalidade de "[...] compensar estudos, exercícios ou outras atividades escolares das quais o aluno não tenha participado em razão de sua infrequência."

No presente Parecer reafirma-se o direito à permanência e ao sucesso do aluno na escola estabelecendo que essas atividades sejam desenvolvidas de forma presencial, com planejamento próprio, a partir da compatibilização dos conhecimentos trabalhados nos planos de estudos com o correspondente período de infrequência dos alunos, cuja finalidade é construir os conhecimentos necessários para a continuidade de sua vida escolar. Não se trata de mera recuperação de faltas, mas de uma nova oportunidade para que o aluno infrequente retome os seus estudos com possibilidades de acompanhamento do ritmo da turma da qual se distanciou pelas ausências.

Conforme Resolução CEED nº 233/1997, artigo 6º, as atividades complementares compensatórias de infrequência, oferecidas no decorrer do ano letivo, "[...] serão presenciais, sendo registradas, pela instituição de ensino, em listas de controle específicas, em que se fará menção às datas e ao número de faltas do aluno a que correspondem."

As Atividades Complementares Compensatórias de Infrequência, **direito do aluno,** devem estar consignadas no Regimento Escolar, ter registro próprio e seu planejamento e execução devem ser orientados e acompanhados pela equipe diretiva de cada escola, implicando organização das mantenedoras e das escolas para esta oferta.

4 – Planejamento Curricular: Projeto Político-Pedagógico, Planos de Estudos/ Atividades, Planos de Trabalho e Regimento Escolar

A LDBEN no artigo 12 e incisos define as incumbências dos estabelecimentos de ensino, tendo por referência as normas comuns da educação e dos seus respectivos sistemas e estabelece como responsabilidade das escolas elaborarem sua "Proposta Pedagógica", bem como "velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente".

Assim, todo o estabelecimento de ensino deverá construir seu Projeto Político-Pedagógico/PPP que ultrapassa a dimensão de uma proposta por se tratar de uma ação intencional, com sentido explícito e fruto de decisão coletiva, por meio de processo participativo que conte não só com os professores, mas com toda a comunidade escolar, tornando este documento resultado de uma reflexão que contemple os objetivos e interesses de todos os sujeitos sociais com ele comprometidos.

O PPP tem duas dimensões que resultam da tomada de decisão dos sujeitos responsáveis pela sua concretização. A política que envolve o compromisso da educação com interesses coletivos como a formação do cidadão crítico e participativo, responsável e comprometido que atuará individual e coletivamente na sociedade em que vive e a pedagógica onde se explicitam as ações educativas intencionais da escola necessárias ao processo de construção do conhecimento como fundamento da formação do sujeito social. Assim, a "dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (Saviani, 1983, p. 93)[39].

[39] SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**: Teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1983.

Autores como Veiga (2001, p. 11)[40] definem diferentes características que devem estar presentes em um Projeto Político-Pedagógico, quais sejam:

a) ser processo participativo de decisões;

b) preocupar-se em instaurar uma forma de organização de trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;

c) explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;

d) conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;

e) explicitar o compromisso com a formação do cidadão;

f) nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;

g) ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;

h) ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;

i) ser construído continuamente, pois como produto, é também processo.

O Projeto Político-Pedagógico serve de base para a construção do Regimento Escolar, bem como para a construção dos Planos de Estudos e, no caso da educação infantil, Planos de Atividades. Os Planos de Estudos/Atividades são expressão concreta do Projeto Político-Pedagógico e organizam as atividades, conceitos e conteúdos em tempos e espaços escolares. Constituem-se em expressão clara dos objetivos a serem trabalhados, como, quando e em quanto tempo serão desenvolvidos.

De acordo com atos expedidos por este Colegiado os Planos de Estudos devem expressar em seus objetivos a amplitude e profundidade com que serão desenvolvidos cada um dos componentes curriculares, por meio de ementa, programa, plano didático-pedagógico ou outra forma de apresentação. O conjunto dos componentes curriculares das diferentes áreas do conhecimento devem guardar relações significativas entre si sendo a carga horária destes componentes distribuída de forma semanal, mensal, bimestral, anual, global ou outra, sempre de acordo com a forma peculiar de organização das escolas.

A Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que "Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil" no Art.8º afirma:

> A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

Na educação infantil, observada a especificidade de sua organização, os Planos de Atividades devem explicitar a articulação entre as diversas áreas do conhecimento e aspectos da vida cidadã em contexto lúdico e prazeroso, estimulando o desenvolvimento das diferentes formas de linguagem e criatividade infantil.

O Parecer CNE/CEB nº 7/2010, afirma o Regimento Escolar como documento que:

> [...] trata da natureza e da finalidade da instituição; da relação da gestão democrática com os órgãos colegiados; das atribuições de seus órgãos e sujeitos; das suas normas pedagógicas, incluindo os critérios de acesso, promoção, e a mobilidade do escolar; e dos direitos e deveres dos seus sujeitos: estudantes, professores,

[40] VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

> técnicos, funcionários, gestores, famílias, representação estudantil e função das suas instâncias colegiadas.

Assim, o Regimento Escolar para as diferentes etapas da educação básica, conforme já normatizado por este Conselho, é o documento que expressa e dá concretude ao Projeto Político-Pedagógico e à ação educativa a ser desenvolvida pela escola. Discutido e aprovado pela comunidade escolar e conhecido por todos, deve estar em consonância com a legislação e as normas educacionais, bem como as orientações e definições da respectiva entidade mantenedora.

5 – Considerações Finais

O presente Parecer ao fazer uma releitura de aspectos da LDBEN e das Diretrizes Curriculares Nacionais a partir das novas normatizações nacionais trouxe à tona inúmeras disposições consignadas em Lei e possibilidades que ainda precisam ser praticadas no Sistema Estadual de Ensino.

Para tanto, revisou conceitos e concepções, trabalhou princípios e finalidades tendo como paradigma uma educação voltada para uma sociedade em constante movimento e transformação, onde o conhecimento é um desafio permanente e se coloca como centralidade na vida do sujeito. Do sujeito ser “histórico e inacabado” e sempre pronto a aprender. (Paulo Freire)

A responsabilidade e o compromisso com a educação de nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos está presente em todo o documento e principalmente quando trata o conhecimento como descoberta, desvelamento e em constante construção, destacando o importante papel que desempenham os professores e a escola nesta construção e na formação do sujeito, sem desconhecer a complexidade do ato de ensinar/aprender, em uma conjuntura como a educacional brasileira, cuja sociedade se constitui por profundas desigualdades sociais e econômicas.

Repensar os territórios da escola e suas funções, bem como valorizar o tempo de dedicação dos profissionais da educação às diferentes atividades pedagógicas são quesitos fundamentais para uma educação de qualidade.

Com o objetivo de aproximar a normatização da realidade escolar, dos segmentos da comunidade educacional e dos gestores da educação estas diretrizes gerais serão balizadoras da gestão pedagógica e política da educação para o Estado do Rio Grande do Sul.

A partir destas Diretrizes Gerais para a Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino serão emitidas as diretrizes específicas para a educação infantil, para o ensino fundamental e para o ensino médio, suas modalidades e formas diferenciadas de atendimento da educação básica.

No cumprimento de sua função normatizadora o Conselho Estadual de Educação pretende dar um novo passo em direção à construção de uma educação mais humana e inclusiva, visando à efetivação e concretização do direito à educação de qualidade para todos.

Em 10 de julho de 2015.

Maria Otilia Kroeff Susin – relatora
Angela Maria Hubner Wortmann – relatora
Neusa Teresinha Machado Salaberry – relatora

Aprovado por maioria na Sessão Plenária de 22 de julho de 2015, com o voto contrário do Conselheiro Hilário Bassotto.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

Parecer CEEd nº 551/2015

Toma conhecimento da utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2015 - ENEM/2015, para fins de certificação de conclusão do ensino médio pela Secretaria de Estado da Educação, em conformidade com a Portaria Normativa MEC nº 807, de 18 de junho de 2010, publicada em 21 de junho de 2010 e com a Portaria/INEP nº179, de 28 de abril de 2014, publicada em 29 de abril de 2014.

RELATÓRIO

A Secretaria de Estado da Educação encaminha a este Conselho o Of.Gab/Seduc/Nº816, de 22 de junho de 2015, pelo qual informa que utilizará os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM/2015, para fins de certificação do ensino médio, conforme a Portaria Ministerial nº 807, de 18 de junho de 2010, e solicita pronunciamento deste Colegiado para que a Secretaria proceda tal certificação aos participantes aprovados nesse Exame, desde que atingidas as médias de 450 pontos em cada área do conhecimento e 500 pontos na redação, nos termos do disposto nos incisos III e IV, artigo 1º da Portaria/INEP nº179, de 28 de abril de 2014.

ANÁLISE DA MATÉRIA

2 – A Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define no artigo 38 que:

> Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.
>
> § 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:
>
> [...]
>
> II – no nível de conclusão do ensino médio, para maiores de dezoito anos.
>
> § 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

3 – A Portaria Normativa MEC nº 807, de 18 de junho de 2010, dispõe no artigo 2º, inciso II:

> Art. 2º Os resultados do ENEM possibilitam:
>
> [...]
>
> II – a certificação no nível de conclusão do ensino médio, pelo sistema estadual e federal de ensino, de acordo com a legislação vigente.

4 - A Portaria INEP Nº 179, de 28 de abril de 2014, prevê nos incisos III e IV do artigo 1º, ora transcritos:

> Art. 1º O participante do ENEM interessado em obter o certificado de conclusão do Ensino Médio ou a declaração parcial de proficiência deverá atender aos seguintes requisitos:
>
> [...]
>
> III - atingir o mínimo de 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos em cada uma das áreas de conhecimento do exame;
>
> IV - atingir o mínimo de 500 (quinhentos) pontos na redação.
>
> [...]

5 – Em decorrência do art. 7º da Portaria MEC/INEP nº 807/2010 foi publicado o Edital do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira nº 6, de 15 de maio de 2015, que dispõe sobre as diretrizes, os procedimentos e os prazos da edição do Enem 2015, regido pela citada Portaria/MEC nº 807/2010.

6 – Cabe à Secretaria de Estado da Educação, ao aderir ao Exame Nacional do Ensino Médio, no exercício de 2015 – ENEM/2015 manter, no setor competente, o registro das Certificações expedidas.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Legislação e Normas conclui por tomar conhecimento da utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2015 - ENEM/2015, para fins de certificação de conclusão do ensino médio, pela Secretaria de Estado da Educação, em conformidade com a Portaria Normativa MEC nº 807, de 18 de junho de 2010, publicada em 21 de junho de 2010 e com a Portaria/INEP nº179, de 28 de abril de 2014, publicada em 29 de abril de 2014.

Em 14 de julho de 2015.

Maria Otília Kroeff Susin - relatora
Daniel Sebastiani Vieira
Angela Maria Hübner Wortmann
Marli Helena Kümpel da Silva

Aprovado por unanimidade na Sessão Plenária de 15 de julho de 2015.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

Parecer CEEd nº 873/2015

Responde consulta a respeito da competência e responsabilidade pelo processo de avaliação nas escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

RELATÓRIO

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – SINPRO/RS, por meio do OF. 077/2015 – Direção, datado de 15 de setembro de 2015, encaminha a este Conselho consulta sobre a competência e responsabilidade pelo processo avaliativo e atribuição de nota ou conceito no âmbito das escolas que integram o Sistema Estadual de Ensino.

O SINPRO/RS justifica tal solicitação com base em denúncias, cada vez mais frequentes, sobre ingerências diversas e extemporâneas nos processos avaliativos de estudantes em escolas privadas.

No mesmo Ofício, o Sindicato refere que o processo avaliativo deve ser parte do Regimento Escolar e questiona:

1 – A quem compete a definição dos instrumentos avaliativos do aprendizado dos estudantes?

2 – Quais devem ser as instâncias da escola e os profissionais que participam do processo avaliativo dos estudantes?

3 – Avaliação dos estudantes expressa em nota, conceito ou parecer descritivo é passível de alteração após concluído o processo regimentalmente definido?

ANÁLISE DA MATÉRIA

A matéria foi objeto de análise pela Comissão de Ensino Fundamental e pela Comissão de Ensino Médio e Educação Superior.

A Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 13, ao dispor sobre as incumbências dos docentes estabelece:

> I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
>
> II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
>
> III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
>
> IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
>
> V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos incisos transcritos destaca o envolvimento e protagonismo dos professores em todas as etapas do processo ensino-aprendizagem, desde a elaboração da proposta pedagógica, a definição de estratégias, bem como os instrumentos utilizados para garantir a aprendizagem.

Os incisos III e IV que fundamentam o processo de avaliação ressaltam o comprometimento com a aprendizagem dos alunos e o estabelecimento de estratégias a serem desenvolvidas, caso os mesmos não tenham o rendimento desejado.

Segundo Celena Romero e Adriana Oliver em Avaliação: Conceitos em diferentes olhares, uma experiência vivenciada no curso de Pedagogia:

> Avaliação é um instrumento permanente do trabalho docente, tendo como propósito observar se o aluno aprendeu ou não, podendo assim refletir sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do aluno quanto do professor, gerando mudanças significativas.
>
> Percebe-se que o ato de avaliar é amplo e não se restringe ao único objetivo, vai além da medida, posicionando-se favorável ou desfavorável à ação avaliada, propiciando uma tomada de decisão.

Nesta perspectiva, a avaliação concebida como processo é um importante instrumento que guia o trabalho dos professores cotidianamente para confirmar ou redirecionar suas estratégias, no sentido de promover a aprendizagem do aluno.

O Parecer CEEd nº 545, aprovado em 22 de julho de 2015, que estabelece as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Sistema Estadual de Ensino, no subitem 3.5, alínea “d” refere:

> Por fim, conclui-se que a avaliação do aluno deve se constituir em processo coletivo, com objetivos comuns, cujo resultado decorrerá de decisão do conjunto de professores da área ou áreas. A reprovação do estudante, quando ocorrer, deverá configurar uma situação extrema e será sempre por decisão coletiva e validada pelo Conselho de Classe. Tais procedimentos devem estar regulados no Regimento Escolar.

O Parecer CEED nº 740/1999 relativo à verificação do rendimento escolar, no subitem 5.5.1 ao tratar da Avaliação Contínua e Cumulativa expressa:

> Não se trata, assim de mensurar quantidades [...] mas de decidir se os procedimentos adotados pelo professor para construir uma aprendizagem pelo aluno foram bem sucedidas. É, portanto, uma atividade vinculada ao processo de ensino, entendido como conjunto de procedimentos escolhidos pelo professor para que o aluno através deles construa seu conhecimento.

Deste modo, reafirma-se o papel preponderante do professor no processo de avaliação, que não pode ser mensurado apenas por provas escritas ou momentos estanques. O acompanhamento cotidiano do desenvolvimento cognitivo e afetivo dos alunos tem se mostrado uma eficiente estratégia de combate à reprovação. Portanto, cabe ao professor acompanhar o desenvolvimento do aluno e avaliá-lo no decorrer do processo educativo e em Conselho de Classe no final do período.

Ainda o Parecer CEEd nº 545/2015 destaca que:

> A qualificação da educação exige prever que as ações pedagógicas desenvolvidas com os educandos**,** o planejamento da educação, a avaliação, bem como a relação com a comunidade escolar façam parte da carga horária de trabalho dos professores das escolas do Sistema Estadual de Ensino.
>
> Também, deve se considerar a necessidade de profissionais responsáveis pela Coordenação Pedagógica e Orientação Educacional nas escolas, em número suficiente para atender o quantitativo de professores e de alunos.

Tais referências normativas corroboram que é o Conselho de Classe, especialmente o professor, quem deve ter a responsabilidade, entre tantas outras, de acompanhar o desenvolvimento e avaliação dos educandos.

Cabe, por fim, frisar que a escola, ao construir seu Regimento Escolar, a partir do Projeto Político-Pedagógico e das normas vigentes, deve estabelecer de forma clara as responsabilidades individuais e coletivas no processo avaliativo do aluno. Nesse aspecto é importante destacar que a Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências" no inciso III, do artigo 53 assegura: "III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;".

Sendo assim, este Conselho responde à consulta do Sindicato dos Professores, reafirmando:

1 – No Conselho de Classe os professores indicarão, para discussão, a nota, o conceito ou outra forma de expressão de resultados, definida no Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar.

2 – Os procedimentos da escola e os profissionais que participam do processo avaliativo devem estar de acordo com o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar.

3 – A escola, por sua equipe diretiva, deve zelar para que a nota, conceito ou parecer descritivo, definido pelo Conselho de Classe, instância máxima de decisão, seja respeitado. O processo avaliativo, definido regimentalmente, deve prever a possibilidade de recurso de pais e alunos conforme estabelecido no Estatuto da Criança e Adolescente/ECA. No caso de recurso, a avaliação retorna à apreciação do Conselho de Classe.

Cabe alertar, ainda, a responsabilidade das instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino em assegurar à comunidade escolar amplo conhecimento do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, a Comissão de Ensino Fundamental e a Comissão de Ensino Médio e Educação Superior concluem por responder consulta a respeito da competência e responsabilidade pelo processo de avaliação nas escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Em 1º de dezembro de 2015.

Andreia Cesar Delgado – relatora
Domingos Antônio Buffon – relator
Neusa Teresinha Machado Salaberry
Jaqueline Moll
Angela Maria Hübner Wortmann
Antonio Maria Melgarejo Sandanha
Antônio Quevedo Branco
Berenice Cabreira da Costa
Carmem Maria Craidy
Celso Floriano Stefanoski
José Amaro Hilgert
Maria Otilia Kroeff Susin
Marli Helena Kümpel da Silva
Neuza Mariza Franco Lopes

Aprovado por maioria na Sessão Plenária de 02 de dezembro de 2015, com voto contrário do Conselheiro Hilário Bassotto.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

Parecer CEEd nº 126/2016

Diretrizes operacionais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino.

INTRODUÇÃO

A Comissão Especial foi instituída pela Portaria nº 35, de 14 de julho de 2015, tendo por escopo proceder a estudos sobre Educação em Direitos Humanos e apresentar Minuta de Ato a ser apreciada pelo Plenário em cumprimento ao disposto no artigo 5º, § 2º da Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, ora transcrito: "Os Conselhos de Educação definirão estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos".

A elaboração deste Parecer contemplou um diálogo com setores sociais comprometidos com os direitos humanos. Assim, a Comissão Especial visitou, no dia 25 de setembro de 2015, o Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis que, dentre outros Programas, desenvolve o de Justiça Restaurativa na comunidade "Central de Justiça Restaurativa Lomba do Pinheiro".

Referencia-se, também, que nos dias 07 de dezembro de 2015 e 14 de dezembro de 2015, a discussão acerca da matéria foi ampliada e contou com a participação de representantes do Ministério Público/RS, Defensoria Pública/RS, Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/RS, Secretaria de Estado da Educação-SEDUC/RS, Conselho Estadual dos

Direitos da Criança e do Adolescente-CEDICA/RS, Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos-SJDH/RS, União dos Dirigentes Municipais de Educação-UNDIME/RS, Programa Justiça Restaurativa para o Século 21 e com uma professora da rede pública estadual que, em data anterior, já havia relatado sua experiência em educação em direitos humanos à Comissão Especial. Posteriormente a Minuta de Informação foi enviada para conhecimento e considerações às instituições e órgãos acima mencionados.

Os direitos humanos se originam da necessidade de proteção contra os abusos de poder e em decorrência da exigência de garantia do respeito à dignidade da pessoa humana. O direito constitucional contemporâneo vincula a dignidade da pessoa humana aos direitos fundamentais.

Inicialmente, no âmbito da legislação francesa, os direitos fundamentais se consagraram com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada pela Assembleia Nacional Francesa em 1789, estabeleceu em seu artigo 16 que toda sociedade onde a garantia dos direitos não está assegurada nem a separação dos poderes determinada não tem Constituição. O referido dispositivo inspira as Constituições contemporâneas que vinculam dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, pouco tempo após o término da 2ª Guerra Mundial, dispõe, em especial nos três primeiros artigos, o que se considera imprescindível para a humanidade, *in verbis*:[41]

> Artigo 1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. Artigo 2. 1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. 2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania. Artigo 3. Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Ressalva-se que na Constituição Federal de 1988 o princípio da dignidade humana é o fundamento do Estado Democrático de Direito, (art. 1º, inciso III), ora transcrito: "Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III – a dignidade da pessoa humana; [...]". O artigo 5º da Carta Magna dispõe: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]". Há direitos específicos expressamente assegurados às crianças, aos adolescentes e aos jovens (art. 227, *caput*) e aos idosos (art.230, *caput*), aos índios (art. 23, *caput*), à pessoa com deficiência (art. 23, inciso II). Ao mencionar os princípios gerais da atividade econômica (art. 170), o texto constitucional estabelece como uma das finalidades econômicas assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Conforme Bobbio, (1992) "[...] os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizadas por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas."[42] Na perspectiva histórica, o autor afirma que

---

[41] Disponível em www.unesco.org/new/pt/brasilia/social-and-human-sciences/human-rights
[42] BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

os Direitos Humanos apresentam quatro gerações, quais sejam: os de primeira geração são os direitos e garantias individuais e políticos clássicos; os de segunda geração são os direitos econômicos, sociais e culturais; os de terceira geração são os chamados direitos de solidariedade ou fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, a uma saudável qualidade de vida, ao progresso, à paz, à autodeterminação dos povos e a outros direitos difusos; e os de quarta geração os de não sofrer manipulação biológica ou genética. (BOBBIO, 1992, p. 5)

É relevante diferenciar direitos humanos e direitos do cidadão. Benevides (2004, p. 39) esclarece que "[...] embora não sejam sinônimos, os direitos do cidadão podem coincidir com os direitos humanos, que são os mais amplos e abrangentes. Em sociedades efetivamente democráticas é o que ocorre, e em nenhuma hipótese direitos do cidadão podem ser invocados para justificar violação de direitos humanos. [...]" Assim manifesta-se Bobbio, (1992, p. 61): "No Estado de direito, o indivíduo tem, em face do Estado, não só direitos privados, mas também direitos públicos. O Estado de direito é o Estado dos cidadãos".

A título de exemplificação mencionam-se, em ordem cronológica, alguns dos principais eventos históricos que afirmaram e marcaram a proclamação dos direitos humanos:

1789 – Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – no âmbito da Revolução Francesa;

1945 – Criação da Organização das Nações Unidas (ONU);

1948 – Declaração Universal dos Direitos Humanos (Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral da ONU);

1948 – Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem;

1950 – Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados;

1959 – Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU);

1965 – Convenção Internacional da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial;

1967 – Declaração da Eliminação da Discriminação da Mulher;

1969 – Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica);

1975 – Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes;

1990 – Declaração Mundial da ONU sobre Educação para Todos (Jomtien – Tailândia);

1996 – Primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-1 – (Brasil)

2002 – Segundo Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-2 – (Brasil)

2010 – Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 – (Brasil)

A sociedade brasileira é marcada pela opressão de um passado escravocrata que marcou sua construção histórica e, no passado mais recente, pela ditadura militar que manchou de arbitrariedade e sangue a sociedade e cujas marcas ainda se fazem sentir.

Ainda que tenhamos uma democracia formal e institucional consolidada, pode-se dizer que vivemos numa sociedade de baixa densidade democrática como fica evidenciado na violência social difusa, nas chacinas e linchamentos recorrentes no seio da sociedade e nas arbitrariedades e injustiças que repercutem inclusive no aparelho do Estado. A escola não está imune a este clima de violência histórica em que vivemos que tem uma dimensão estrutural e outra conjuntural face à crise de valores que é alimentada pela crise econômica nacional e mundial que penetram na vida cotidiana, roubam esperanças e fragilizam valores éticos.

A vivência em direitos humanos na escola implica também trabalhar situações de crise. Enquanto instituição educacional a escola pode ser reprodutora e indutora de violência ou neutralizadora e produtora de uma cultura de paz.

Prevalência dos direitos humanos

Ressalva-se que os direitos humanos independem de base legal, decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca a todo ser humano. Esta visão inova ao colocar o ser humano como fonte de todo o Direito, este não deriva de Deus nem das autoridades. (BENEVIDES, 2004, p. 36)[43]. "Os direitos humanos referem-se ao fato de que todos têm direito a ter direitos". (ARENDT, 1998)[44]

Ainda sob o regime ditatorial, o Brasil assina em 22 de novembro de 1969 a Convenção Americana de Direitos Humanos que é ratificada pelo Congresso Nacional somente em 25 de setembro de 1992, já no regime democrático, a qual ficou conhecida como o Pacto de São José da Costa Rica. Este enumera, na primeira parte, os deveres dos Estados, a obrigação de respeitar os direitos, considerar que pessoa é todo ser humano e vincula-os ao dever de adotar estas disposições na sua legislação interna.

O art. 4º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trata dos princípios norteadores da atuação do estado brasileiro em suas relações internacionais, elencando, entre eles, o da prevalência dos direitos humanos, *in verbis:* "[...] Art. 4º – A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: [...] II – prevalência dos direitos humanos; [...]".

A Emenda Constitucional nº 45, de 08 de dezembro de 2004, acrescentou o § 3º ao art.5º da Constituição Federal com a seguinte redação: "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais".

Imprescindível referir que os direitos humanos consagrados formalmente na Constituição são considerados cláusulas pétreas e não podem ser suprimidas do ordenamento pátrio, conforme art. 60, § 4º, inciso IV da Carta Magna, ora transcrito: "[...] § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir: [...] IV – os direitos e garantias individuais. [...]". Consagra, ainda, no § 1º do art. 5º da Constituição Federal que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Educação em Direitos Humanos

O art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA reafirma o art. 227 da CF que expressa claramente ser dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, às crianças e aos adolescentes, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A Constituição Federal no Art. 205 dispõe que:

> Art. 205. (CF) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

[43] BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Conversando com os jovens sobre direitos humanos.In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo: Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação(organizadores) São Paulo:Editora Fundação Perseu Abramo.2004

[44] ARENDT, Hannah. Da revolução. São Paulo: Ática.1998

> desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei federal nº 9.394/1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, no Título II, art. 2º, Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, reafirma as definições constitucionais expressas nos seguintes termos:

> Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e a Lei estadual nº 14.705, de 25 de junho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação – PEE orientam para a promoção do princípio do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

A Educação em Direitos Humanos – EDH constitui-se no reconhecimento e na prática de uma ação educativa que tenha por centralidade a dignidade humana. O trabalho pedagógico, nesta perspectiva, tem por premissa o direito e o respeito ao sujeito nas suas singularidades e especificidades, pois os estudantes são objeto e sujeitos da produção pedagógica, portanto o seu protagonismo deve estar sempre presente no processo educativo.

A dignidade humana não está sujeita a decorrências de ordem econômica e deve pautar-se pela realização da justiça social, assegurando a garantia à vida na plenitude e gozo de direitos fundamentais como o direito à educação, à saúde, ao lazer, à moradia e ao emprego constituindo, tudo isso, a condição humana do ser para que ele possa se desenvolver, exercer a sua cidadania e viver em sociedade acessando em condições de igualdade, respeitadas as diferenças e sem discriminação, todos os bens que esta sociedade oferece.

Necessário se faz afirmar a indissociabilidade entre a dignidade humana, o respeito e a garantia aos direitos fundamentais. Assim, a formação para o exercício da cidadania pressupõe o conhecimento e a vivência dos direitos e responsabilidades sociais e a escola, como espaço privilegiado da educação institucional, deve assumir este compromisso.

O Conselho Nacional de Educação no Parecer do Conselho Pleno nº 8, de 06 de março de 2012, estabelece “Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.” Afirma o referido documento que “Os Direitos Humanos são frutos da luta pelo reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana.” E “[...] a educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social.”, bem como, “[...] a educação é reconhecida como um dos Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental do conjunto desses direitos, inclusive do próprio direito à educação”.

Neste diapasão, a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que “Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” no artigo 2º refere-se à Educação em Direitos Humanos como o “[...] uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.” Assevera, ainda, a mesma Resolução que os sistemas de ensino e suas instituições devem efetivar a EDH adotando, sistematicamente, nos processos educacionais de todos os sistemas de ensino, as diretrizes ali expressas.

No Art. 8º da mesma Resolução está posto que “A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) **profissionais da educação**, sendo **componente curricular obrigatório** nos cursos destinados a esses profissionais.” [grifo nosso] Assim como, “deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento.” (Art. 9º) A Educação em Direitos Humanos poderá ser trabalhada de forma transversal, como disciplina específica ou de forma mista combinando transversalidade e interdisciplinaridade. Recomenda-se que seja efetivada na forma de módulos integradores de diferentes áreas. Por módulo entende-se uma organização de estudos desenvolvidos com os alunos podendo ser trabalhado por diferentes disciplinas. Trata-se de uma metodologia de trabalho integrado que permite ser combinada com os conteúdos das áreas do conhecimento nos diferentes cursos de formação. A estrutura do módulo deve contemplar a definição de objetivos a serem alcançados, as atividades a serem desenvolvidas e o conteúdo que permitirá fundamentar as atividades programadas.

A formação em Educação em Direitos Humanos deve ainda ser um conteúdo da formação continuada dos professores a ser contemplada no Plano de Formação docente e na prática pedagógica.

Orientações para a operacionalização da EDH nos Planos de Estudos/Cursos nos níveis e modalidades da Educação

Este Conselho, no exercício de suas atribuições, com fundamento no art. 11, inciso III, da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pelas Leis estaduais nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, nº 11.452, de 28 de março de 2000, nº 14.471, de 21 de janeiro de 2014 e em consonância com a Resolução CNE/CP nº1, de 30 de maio de 2012, propõe às entidades mantenedoras e às instituições sob sua mantença, respeitada sua autonomia, atividades curriculares para serem desenvolvidas na educação básica - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - e superior de forma transdisciplinar e em projetos integrados. Cabe salientar que a LDBEN dispõe no § 5º do Art. 32: “O currículo do ensino fundamental incluirá, **obrigatoriamente**, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (incluído pela Lei nº 11.525/2007)”

Em se tratando de carga horária a ser oferecida em EDH, o módulo será de, no mínimo, 40 horas anuais e, se tratado como disciplina, de uma hora aula semanal. Esta exigência não ensejará alteração de Regimento Escolar das instituições de educação básica e de ensino superior, nem mesmo da matriz curricular das instituições de ensino com documentos ainda em vigência, devendo constar dos novos Planos de Curso e/ou Planos de Estudos e Matrizes Curriculares. Os Regimentos Escolares das instituições de educação básica, Regimentos das instituições de ensino superior e Matrizes Curriculares a serem aprovados a partir da vigência destas diretrizes deverão se adequar as suas exigências.

Cabe lembrar que as Diretrizes Nacionais correspondentes às etapas da educação básica já orientam para educação em direitos humanos.

Na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, recomenda-se que sejam desenvolvidas vivências pedagógicas contemplando a arte, a música e todas as formas de expressão, no sentido de afirmação dos direitos a igualdades e do direito a diferenças.

No ensino fundamental, além das vivências, poderão ser introduzidos conteúdos históricos, teóricos e legais, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme já previsto na legislação.

No ensino médio, os estudos teóricos e da legislação serão ampliados e aprofundados, introduzindo projetos de pesquisa e de ações comunitárias.

Na formação de professores de nível médio e superior, haverá especial atenção aos conteúdos teóricos, históricos e legais, às vivências, às práticas sociais e aos desafios sociais referentes aos direitos humanos.

Destaca-se que estes conteúdos devem remeter às normas de convivência e concretizar-se na vida escolar, conforme o disposto no Parecer CEEd nº 282/2015 que "Manifesta-se sobre consulta referente a medidas regulamentadas nos Regimentos Escolares das Escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino nos termos deste Parecer" e do Parecer CEEd nº 545/2015, ementa ora transcrita: "Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Sistema Estadual de Ensino."

Deve- se esclarecer que a Educação em Direitos Humanos tem conteúdo específico e não se confunde com área de conhecimento ou componente curricular já existente. Perpassa todas as áreas, assim como todas as vivências escolares. Percebe-se a tendência em ministrar os direitos humanos somente em alguns componentes curriculares como Ensino Religioso, Filosofia ou Sociologia. Tal prática é inadequada por vários motivos, dos quais se destaca a negação à especificidade dos conteúdos e práticas sobre direitos humanos.

Algumas estratégias metodológicas já estão em prática no Estado, como é o caso da Justiça Restaurativa, que atua em situações de violência e/ou de atos infracionais e desenvolve a metodologia de liberação da palavra, a fim de criar um ambiente seguro e de confiança para que as pessoas falem de assuntos difíceis. Esta pode ser aplicada nas escolas de forma preventiva por meio da construção da Cultura de Paz e dos "Círculos da Cultura de Paz". Em situações de crise aplica-se o trabalho de mediação de conflitos por meio dos "Círculos Restaurativos" que buscam superar a forte lógica de punição. Outra forma de criar a cultura da paz é constituir espaços de convivência nas escolas e um ambiente de trabalho coletivo. Nesta perspectiva, diferentes experiências exitosas, considerando todas as áreas dos Direitos Humanos, devem ser contempladas na abordagem deste conteúdo nas escolas.

Ressalva-se o disposto no Art. 2º da Lei estadual nº 14.030, de 26 de junho de 2012, que "Dispõe sobre as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar – CIPAVE no âmbito da rede de ensino público estadual do Rio Grande do Sul.", ora transcrito:

> Art. 2.º Compete às Comissões instituídas por esta Lei: I - identificar os locais de risco de acidentes e violências ocorridos no âmbito escolar e arredores, fazendo mapeamento dos mesmos; II - definir a frequência e a gravidade dos acidentes e violências ocorridos na comunidade escolar; III - averiguar circunstâncias e causas de acidentes e violência na escola; IV - planejar e recomendar medidas de prevenção dos acidentes e violências e acompanhar a sua execução; V - estimular o interesse em segurança na comunidade escolar; VI - colaborar com a fiscalização e observância dos regulamentos e instruções relativas à limpeza e à conservação do prédio, das instalações e dos equipamentos; VII - realizar, semestralmente, estudo estatístico dos acidentes e violências ocorridos no ambiente escolar, divulgando-o na comunidade e comunicando-o às autoridades competentes.
>
> [...]
>
> Art. 4º Serão escolhidas entre as CIPAVEs das escolas de uma região representações para integrar Comitês Comunitários de Prevenção à Violência nas Escolas, coordenados pelas Coordenadorias Regionais de Educação, responsáveis por estabelecer parcerias e interlocuções com entidades e instituições que têm interface com a defesa dos direitos da criança e do adolescente, a fim de buscar os procedimentos mais adequados aos problemas de violência no ambiente escolar e no entorno das escolas.

O Conselho Estadual de Educação acompanhará, por meio de Relatórios anuais a serem elaborados pelas Coordenadorias Regionais de Educação, a implementação destas diretrizes operacionais relacionando as ações desenvolvidas pelas escolas. Os Relatórios, por amostragem representativa do universo de escolas pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, serão encaminhados ao CEEd. As instituições de ensino superior pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino encaminharão os Relatórios ao Conselho Estadual de Educação.

Recomenda-se a leitura da referência bibliográfica acerca da justiça restaurativa no site da Justiça Restaurativa e da Educação em Direitos Humanos elencada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Em 29 de fevereiro de 2016.

Antonio Maria Melgarejo Saldanha – relator
Carmem Maria Craidy – relatora
Maria Otilia Kroeff Susin – relatora
Thalisson Silveira da Silva – relator

Aprovado por unanimidade na Sessão Plenária de 02 de março de 2016.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 320, de 18 de janeiro de 2012*.

Atualiza normas para o credenciamento de estabelecimento de ensino e autorização para funcionamento de cursos e regula procedimentos correlatos.
Dá nova redação ao art. 12 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, com base no inciso IV, artigo 10 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no item 1, inciso III, artigo 11 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995,

R E S O L V E :

Art. 1º O credenciamento de estabelecimento de ensino e a autorização para o funcionamento de curso no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul serão regulados pela presente Resolução.

§ 1º ~~Para os efeitos desta Resolução, entende-se por curso cada um dos três níveis que compõem a Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e, na Educação Profissional, cada uma das suas habilitações.~~

§1º - Para os efeitos desta Resolução, entende-se por curso cada uma das três etapas que compõem a Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental e médio**,** bem como cada um dos cursos da Educação Profissional Técnica de nível médio. (NR) (Alterado pela Resolução CEEd nº 328/2014.)

§ 2º Na Educação Básica, devem ser credenciados como cursos distintos as ofertas nas modalidades:

I – Educação especial;

II – Educação indígena; e

III – Educação do campo.

~~§ 3º Havendo credenciamento de Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio comuns, a oferta na modalidade de Educação de Jovens e Adultos não implica novo credenciamento, e vice-versa, bastando a inserção de regramento específico no Regimento Escolar.~~ (Revogado pela Resolução CEEd nº 328/2014)

Credenciamento de Estabelecimento de Ensino

Art. 2º O credenciamento de estabelecimento de ensino consiste em sua integração ao Sistema Estadual de Ensino mediante ato do Conselho Estadual de Educação, fundado em

comprovação pela parte interessada de dispor de local com as condições de infraestrutura física necessárias para a oferta de curso(s) por ela indicado(s).

§ 1º A solicitação de credenciamento será encaminhada ao Conselho Estadual de Educação através do órgão regional em cuja jurisdição se localiza o estabelecimento de ensino, em qualquer época do ano.

§ 2º O pedido de credenciamento de estabelecimento de ensino será acompanhado do respectivo pedido de autorização para funcionamento de curso(s).

§ 3º Quando se tratar de oferta de curso na forma de Educação a Distância, a entidade mantenedora comprovará dispor, no que couber, dos recursos e meios, nos termos da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009.

§ 4º Não serão credenciados sob a forma de Educação a Distância, além do Curso Normal, cursos técnicos das seguintes habilitações profissionais:

I – Técnico em Enfermagem;

II – Técnico em Estética;

III – Técnico em Hemoterapia;

IV – Técnico em Saúde Bucal;

V – Técnico em Imobilizações Ortopédicas;

VI – Técnico em Massoterapia;

VII – Técnico em Nutrição e Dietética

VIII – Técnico em Órteses e Próteses;

IX – Técnico em Podologia;

X – Técnico em Prótese Dentária;

XI – Técnico em Radiologia; e

XII – Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos.

Art. 3º A solicitação de credenciamento constará de:

I – Pedido firmado por representante legal da entidade mantenedora, dirigido à Presidência do Conselho Estadual de Educação;

II – Comprovante de propriedade do(s) imóvel(eis) ou de direito a seu uso;

III – Identificação da entidade mantenedora e do estabelecimento de ensino, conforme ANEXO I, devidamente preenchido;

IV – Descrição das condições físicas do estabelecimento de ensino, conforme ANEXO II, devidamente preenchido;

V – Planta(s) técnica(s), podendo ser croqui(s) em escala, do(s) prédio(s) com a identificação clara dos ambientes relacionados no ANEXO II;

VI – Planta, podendo ser croqui em escala, de localização do(s) prédio(s) no terreno e deste em relação ao quarteirão onde está situado;

VII – Fotografias das dependências e instalações, com ênfase para os aspectos de acessibilidade para usuários com mobilidade reduzida, mostrando, pelo menos:

a) Aspecto geral da fachada do prédio;

b) Acesso externo, mostrando rampas e escadas;

c) Recepção a pais e alunos;

d) Secretaria;

e) Sala de professores;

f) Salas de aula;

g) Instalações sanitárias para professores e para o público em geral;

h) Instalações sanitárias para alunos, de uso comum e adaptadas para cadeirantes;

i) Laboratórios;

j) Biblioteca;

k) Quadras e ginásios esportivos;

l) Áreas livres; e

m) Meios de circulação interna, se houver mais de um piso.

n) Plano de formação contínua do corpo docente.

Art. 4º Para o credenciamento de Núcleo de Aprendizagem de Idiomas será exigido, além do prévio cadastramento da entidade mantenedora privada:

I - Pedido firmado por representante legal da entidade mantenedora, dirigido à Presidência do Conselho Estadual de Educação;

II – Cópia do Protocolo Regimental, conforme Resolução CEEd nº 319, de 18 de janeiro de 2012;

III – Cópia da Minuta de Convênio;

IV – Comprovação de metodologia de ensino específica;

VI – Biblioteca:

a) Fotografias dos ambientes; e

b) Relação da bibliografia disponível, distribuída por nível de adiantamento;

VII - Relação do corpo docente com comprovação da respectiva habilitação para o magistério.

Art. 5º O credenciamento de estabelecimento de ensino para oferta de cursos técnicos de nível médio, de cursos de especialização técnica e de cursos sob a forma de Educação a Distância será por tempo limitado.

§ 1º O pedido de recredenciamento deverá iniciar a tramitação de modo que o respectivo processo dê entrada no Conselho Estadual de Educação entre 360 e 180 dias antes da data limite.

§ 2º O prazo de vigência do primeiro credenciamento será de três anos e, dos recredenciamentos subsequentes, de cinco anos.

Art. 6º O pedido de recredenciamento constará de:

I - Pedido firmado por representante legal da entidade mantenedora, dirigido à Presidência do Conselho Estadual de Educação;

II - Identificação da entidade mantenedora e do estabelecimento de ensino, conforme ANEXO I, devidamente preenchido;

III - Descrição das condições físicas do estabelecimento de ensino, conforme ANEXO II, devidamente preenchido;

IV - Planta(s) técnica(s), podendo ser croqui(s) em escala, do(s) prédio(s) com a identificação clara dos ambientes relacionados no ANEXO II;

V - Planta, podendo ser croqui em escala, de localização do(s) prédio(s) no terreno e deste em relação ao quarteirão onde está situado; e

VI - Fotografias, conforme especificado no art. 3º, inciso VII, retro;

VII - Cursos autorizados a funcionar, com indicação do ato autorizativo, conforme ANEXO I – item 4, devidamente preenchido; e

VIII - Plano de formação contínua do corpo docente.

Parágrafo único. No recredenciamento, não devem ser anexados documentos referentes à autorização para funcionamento do curso, a menos que haja alterações nos Planos de Estudos, Planos de Curso ou no Regimento Escolar.

Art. 7º As exigências estabelecidas nas normas para a oferta de cada curso, relativas às condições de infraestrutura física, devem estar atendidas quando da solicitação de credenciamento.

Parágrafo único. No caso de indeferimento de pedido de credenciamento, o estabelecimento de ensino não poderá renová-lo antes de decorridos dois anos da data de publicação do ato de indeferimento.

Art. 8º Recebida a solicitação de credenciamento ou de recredenciamento e constatada a existência dos dados e informações referidos na presente Resolução, bem como os estabelecidos nas normas específicas para cada curso, o órgão regional da Secretaria da Educação constituirá Comissão Verificadora para examinar *in loco* a conformidade dos dados e informações contidos no expediente com as condições reais apresentadas pelo estabelecimento de ensino.

Parágrafo único. Após a verificação *in loco* das condições do estabelecimento de ensino e do(s) curso(s) e a elaboração do relatório, conforme Resolução CEEd nº 318/2012 pela Comissão designada, o órgão regional remeterá o processo à Secretaria da Educação que o encaminhará a este Conselho para exame e emissão de Parecer.

Autorização para Funcionamento de Curso

Art. 9º A autorização para o funcionamento de curso consiste em sua integração ao Sistema Estadual de Ensino mediante ato do Conselho Estadual de Educação fundado na comprovação de que o estabelecimento de ensino dispõe das condições pedagógicas estabelecidas nas normas específicas para o desenvolvimento do(s) curso(s) pretendido(s).

§ 1º A autorização para o funcionamento de curso será por prazo indeterminado.

§ 2º O pedido de autorização para o funcionamento de curso será encaminhado ao Conselho Estadual de Educação através do órgão regional da Secretaria da Educação em cuja jurisdição se localiza o estabelecimento de ensino, no mesmo expediente da solicitação de credenciamento para a oferta do curso.

§ 3º Os pedidos de ampliação de séries no Ensino Fundamental e a ampliação de atendimento a faixas etárias na Educação Infantil deverão ser instruídos como pedido de autorização para o funcionamento de curso.

§ 4º O ato autorizativo fará referência ao conjunto da oferta, na hipótese de ampliação prevista no parágrafo anterior.

Art. 10 A solicitação de autorização para o funcionamento de curso constituir-se-á de:

I – Pedido firmado por representante legal da entidade mantenedora e dirigido à Presidência do Conselho Estadual de Educação;

II – Regimento Escolar e, conforme norma específica, Plano de Estudos, Plano de Curso ou equivalente;

III – Relação do corpo docente com os respectivos comprovantes de habilitação;

IV – Plano de formação contínua do corpo docente da escola; e

V – Termo de compromisso da entidade mantenedora de promover a titulação de todo o corpo docente, caso houver professores não habilitados.

Art. 11 O curso entrará em funcionamento em prazo estabelecido no respectivo ato de autorização.

§ 1º O estabelecimento deverá comunicar ao respectivo órgão regional da Secretaria da Educação a data de efetivo início das atividades do curso com, pelo menos, cinco dias úteis de antecedência.

§ 2º Cabe ao órgão regional da Secretaria da Educação informar ao Conselho Estadual de Educação a data de início das atividades do curso, ou o esgotamento do prazo concedido para início.

§ 3º No caso de o curso não entrar em funcionamento no prazo estabelecido, o respectivo ato de credenciamento do estabelecimento de ensino e de autorização para funcionamento de curso perderão a sua validade, sendo automaticamente emitido Parecer tornando-os sem efeito, com fundamento na comunicação de esgotamento de prazo pelo órgão regional da Secretaria da Educação.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, novo pedido de credenciamento do estabelecimento de ensino para a oferta do mesmo curso só poderá ser encaminhado depois de decorridos 2 (dois) anos da data de publicação do ato tornando sem efeito o anterior credenciamento.

§ 5º Estabelecimentos de ensino públicos que entrarem em funcionamento após o início normal do período letivo, inclusive os previstos no art. 20, e cujo corpo discente seja formado por alunos recebidos em transferência de outras escolas, considerarão, no cômputo de dias letivos anuais, os dias cumpridos pelos alunos nas escolas de origem.

Art. 12 Havendo necessidade de efetuar a reorganização curricular ou pedagógica de cursos autorizados a funcionar, efetua-se a readequação de curso, no caso de:

I – Educação Profissional – Plano de Curso e/ou Regimento Escolar;

II – Curso Normal – Plano de Estudos e/ou Regimento Escolar; e

III – Educação de Jovens e Adultos – Regimento Escolar.

§ 1º A readequação do curso ocorrerá mediante processo próprio, protocolado junto ao órgão regional da Secretaria da Educação, podendo ser protocolado diretamente junto a este Conselho, no caso de escola da iniciativa privada.

§ 2º O expediente será instruído com a seguinte documentação:

I – Pedido firmado por representante legal da entidade mantenedora, dirigido à Presidência do Conselho Estadual de Educação;

II – Justificativa das alterações do curso;

III – Cópia do Regimento Escolar vigente;

IV – Cópia da proposta do novo Regimento, se for o caso;

V – Cópia do Plano de Curso ou do Plano de Estudos vigente;

VI – Cópia da proposta do novo Plano de Curso ou do Plano de Estudos; e

VII – Declaração do representante da Mantenedora de que o(s) curso(s) permanece(m) no mesmo local e oferece(m) condições iguais ou melhores do que as apresentadas quando do credenciamento do Curso.

Art. 13 Fica assegurado aos alunos matriculados o direito à conclusão do curso anteriormente aprovado.

Parágrafo único. Essa determinação aplica-se à turma, cabendo ao aluno concluir o curso no período normal de sua oferta.

Cessação de Funcionamento de Curso

Art. 14 A cessação de funcionamento de curso devidamente autorizado no Sistema Estadual de Ensino consiste no encerramento da oferta de ensino desse curso como um todo.

~~§ 1º A suspensão temporária de funcionamento somente é admitida de parte – série, ciclo ou nível ou outra forma de organização – do curso, em razão de circunstâncias excepcionais e passageiras.~~ (Revogado pela Resolução CEEd nº 329/2015)

§ 2º No interesse dos alunos, a cessação poderá ser gradativa.

§ 3º A cessação de funcionamento de curso ocorrerá sempre ao final do semestre, da série, do ciclo, ou da unidade de tempo estabelecida na organização adotada pelo estabelecimento de ensino, salvo quando houver transferência de todos os alunos do curso.

Art. 15 O estabelecimento que, por decisão de sua mantenedora, cessar o funcionamento de curso autorizado a funcionar, será descredenciado para essa oferta, mediante Parecer deste Conselho, com base em processo encaminhado pela Secretaria da Educação.

§ 1º O pedido de descredenciamento de estabelecimento para a oferta de curso que tenha cessado seu funcionamento será encaminhado ao órgão regional da Secretaria da Educação, até noventa dias após o encerramento das atividades letivas.

~~§ 2º As escolas municipais situadas na zona rural poderão suspender a oferta de ensino pelo prazo máximo de vinte e quatro meses corridos, desde que tenham comunicado o fato, ao final do ano letivo, ao respectivo órgão regional da Secretaria da Educação.~~ (Revogado pela Resolução CEEd nº 329/2015)

Art. 15A. Para fins desta Resolução e demais normas do Sistema Estadual de Ensino entende-se por:

I – **Escola do campo** aquela escola situada em área rural, definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

II – **Populações do campo** os agrupamentos formados por agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (Alterado pela Resolução CEEd nº 329/2015)

Art. 15B. A entidade mantenedora que manifestar a intenção de cessar o funcionamento de curso, devidamente autorizado no Sistema Estadual de Ensino, em escolas do campo, indígenas e quilombolas, de forma gradativa ou não, deverá solicitar a prévia manifestação do Conselho Estadual de Educação que emitirá Parecer com base nos seguintes documentos, constantes em Processo instruído na Coordenadoria Regional de Educação:

I – Justificativa elaborada pela Secretaria da Educação do ente federado, considerando os aspectos da política de educação do campo referidos no Decreto federal nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, contendo:

a) número de estudantes atendidos na escola em questão, por ano e série, nos últimos dez anos;

b) relação dos estudantes matriculados no presente ano;

c) mapa do território contendo a escola em questão e as demais escolas públicas com a distância entre elas;

d) número de estudantes residentes e/ou oriundos do campo, de área quilombola ou indígena de cada escola relacionada no mapa.

II – Diagnóstico do impacto da cessação, considerando aspectos educacionais, demográficos, socioculturais e econômicos, elaborado pela Secretaria da Educação do ente federado, acompanhado dos seguintes documentos:

a) manifestação dos órgãos relativos à atuação no campo: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Secretaria Municipal da Agricultura e/ou outros órgãos equivalentes existentes ou atuantes no território;

b) manifestação do Ministério Público por meio da Promotoria da Comarca que atende o Município;

c) manifestação do Prefeito Municipal;

d) manifestação do Poder Legislativo Municipal;

e) manifestação do Conselho Municipal de Educação;

f) manifestação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, se escola indígena;

g) manifestação do Comitê Estadual de Educação do Campo;

h) manifestação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Trabalhadores em Educação do território;

i) relatório de ações realizadas em regime de colaboração, para o atendimento à população em questão, anteriores à decisão de cessação de curso;

j) declaração de destinação do imóvel, no caso de dominialidade pública;

k) declaração referente aos recursos humanos que atuam no estabelecimento de ensino em cessação, destacando vínculo de trabalho e sua designação para outra escola.

III – Manifestação da comunidade escolar, decorrente de assembleia geral convocada mediante edital com antecedência mínima de 15 dias, expressa em Ata acompanhada de relação dos presentes discriminados por segmento. (Alterado pela Resolução CEEd nº 329/2015)

Art. 16 A solicitação de emissão de ato de descredenciamento por cessação de funcionamento de curso será constituído de:

I – Pedido do representante legal da entidade mantenedora dirigido ao Presidente do Conselho Estadual de Educação;

II – Justificativa para o encerramento da oferta de ensino;

III – Informação sobre o destino dos alunos remanescentes, se houver;

IV – Cópia dos atos de criação da escola e/ou do curso e dos de designação, denominação e, se for o caso, reorganização da escola, quando se tratar de estabelecimento público, estadual ou municipal;

V – Cópia do ato de credenciamento da escola, se for o caso, e de autorização para funcionamento do curso;

VI – Cronograma de encerramento do funcionamento do curso, se for gradativo;

VII – Informações sobre as condições e o destino da escrituração escolar e do arquivo;

VIII – Cópia da ata de reunião de comunicação prévia aos segmentos escolares atingidos pela decisão de cessar o funcionamento do curso, atendendo ao princípio da gestão democrática e ao da motivação dos atos administrativos, no caso de mantenedora pública.

IX – cópia do Parecer prévio do Conselho Estadual de Educação no caso de escola do campo, indígena ou quilombola. (Alterado pela Resolução CEEd nº 329/2015)

Art. 17 Recebido o pedido que trata da cessação de funcionamento de curso, o órgão regional da Secretaria da Educação designará Comissão Verificadora para, *in loco*, verificar:

I – Conformidade dos dados e das informações nele contidos com a realidade da escola; e

II – Condições da escrituração escolar e do arquivo que permitam a constatação da identidade de cada aluno, bem como a regularidade e a autenticidade de sua vida escolar.

§ 1º A Comissão Verificadora sempre fará referência ao número e destino dos alunos remanescentes e às condições de seu deslocamento à nova escola.

§ 2º Constatada deficiência e/ou irregularidade na escrituração escolar e/ou no arquivo, a Comissão Verificadora orientará seu saneamento e/ou correção antes do encaminhamento do processo à Secretaria da Educação.

Art. 18 O acervo da escrituração escolar e do arquivo da escola que cessar suas atividades será recolhido ao órgão regional da Secretaria da Educação.

§ 1º Por conveniência dos interessados e/ou por exiguidade de espaço em determinado local, a documentação escolar poderá ficar sob a guarda de estabelecimento de ensino ou de órgão público que ofereça a indispensável segurança ao acervo, sob a responsabilidade do órgão regional da Secretaria da Educação.

§ 2º A documentação escolar de estabelecimento municipal de ensino que tiver cessado as atividades, será recolhida ao órgão municipal de educação, ficando sob sua guarda e responsabilidade.

§ 3º Havendo cessação de funcionamento de curso como definido no § 1º do art. 1º desta Resolução, mas continuando a existir o estabelecimento, o acervo da escrituração e do arquivo permanecerá no próprio estabelecimento.

Art. 19 Nos documentos escolares expedidos a ex-alunos de curso que tiver cessado seu funcionamento, além dos dados e informações necessários à identificação do estabelecimento, constará referência ao ato de descredenciamento por cessação de funcionamento do curso.

Parágrafo único. Os documentos serão expedidos:

I – Pelo diretor, quando o acervo permanecer no próprio estabelecimento;

II – Pelo titular do órgão regional da Secretaria da Educação ou por quem designado por ele; ou

III – Pelo titular do órgão municipal de educação, ou por quem designado por ele, quando se tratar de estabelecimento da rede municipal de ensino.

Atendimento Emergencial

Art. 20 O Poder Público estadual ou municipal poderá oferecer, emergencialmente, o Ensino Fundamental, sempre que ocorrer desequilíbrio na densidade populacional ou demanda real de alunos.

§ 1º A necessidade de atendimento em razão de demanda real deve ser justificada com:

I – Manifestação da comunidade escolar local; e

II – Declaração do órgão regional da Secretaria da Educação sobre a inexistência de oferta pública para atendimento dos alunos na localidade.

§ 2º Tratando-se de estabelecimento de ensino estadual ainda não criado, a comunicação de atendimento emergencial será feita no próprio processo de criação da escola que tramitará em regime de urgência.

§ 3º Quando houver atendimento emergencial, nos termos do *caput* deste artigo, serão dispensados os atos prévios de credenciamento de instituição de ensino e de autorização, devendo ser estes pedidos encaminhados no decorrer do primeiro ano de funcionamento do curso.

Art. 21 O atendimento emergencial será comunicado pela Secretaria da Educação a este Conselho no prazo máximo de trinta dias a contar da data de seu início.

Parágrafo único. A data de início do atendimento emergencial sob responsabilidade de um órgão municipal de educação será por ele comunicado, de imediato, ao órgão regional da Secretaria da Educação que o informará a este Conselho.

Mudança de sede e alterações em imóveis

Art. 22 Na hipótese de mudança de sede, a entidade mantenedora encaminhará pedido ao Conselho Estadual de Educação, contendo todos os documentos necessários para o credenciamento.

Art. 23 A utilização das novas dependências poderá ocorrer após a emissão, pela órgão regional, de Termo de Permissão para Mudança, mediante vistoria prévia à ocupação.

Parágrafo único. A Comissão Verificadora incumbir-se-á de realizar vistoria dos novos ambientes, no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento do expediente com o pedido, para:

I – Confrontar todos os dados e informações contidos no expediente encaminhado com a situação real observada;

II – Registrar em Relatório, nos termos da Resolução CEEd nº 318, de 18 de janeiro de 2012, suas constatações, oferecendo os esclarecimentos necessários quando dados e/ou informações não refletirem, no todo ou em parte, a realidade do estabelecimento de ensino;

III – Emitir, se for o caso, os Termos de Permissão pertinentes; e

IV – Encaminhar o expediente ao Conselho Estadual de Educação para manifestação definitiva.

Art. 24 Havendo ampliação de instalações em imóvel credenciado para a oferta de curso, a utilização das novas dependências poderá ocorrer após a emissão, pelo órgão regional, em caráter terminativo, de Termo de Permissão para Uso, mediante vistoria prévia à ocupação.

Sanções

Art. 25 O descumprimento da legislação ou das normas de ensino constitui irregularidade sujeita às sanções previstas na presente Resolução e na legislação vigente.

§ 1º A autoridade da administração do Sistema Estadual de Ensino ou das redes públicas incorre em irregularidade quando permite, incentiva ou determina o funcionamento de curso sem a devida autorização, ou o atendimento emergencial sem cumprimento das exigências e procedimentos estabelecidos nesta Resolução.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, a Presidência do Conselho Estadual de Educação encaminhará solicitação fundamentada à Secretaria da Educação de abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidades.

§ 3º A solicitação da Presidência fundamentar-se-á em memorando da Comissão que constatar a irregularidade, com identificação do respectivo processo.

Art. 26 O encaminhamento por entidade mantenedora da iniciativa privada de pedido de credenciamento de estabelecimento de ensino e/ou de autorização para o funcionamento de curso, instruído com dados e/ou informações inverídicos ou colocar em funcionamento escolas não credenciadas e cursos não autorizados configuram irregularidade.

§ 1º A entidade mantenedora de estabelecimento de ensino que se enquadrar nas situações previstas no *caput*, não será concedido o credenciamento de qualquer estabelecimento ou a autorização para funcionamento de curso pelo prazo de três anos, contados da data de publicação do parecer que negar o pedido formulado.

§ 2º Ocorrendo a prática referida no *caput*, quando o credenciamento de estabelecimento de ensino já tiver sido concedido, será o mesmo tornado sem efeito, não podendo ser renovado o pedido antes de decorrido o prazo de três anos, contados da data de publicação do correspondente parecer.

§ 3º As sanções previstas nos parágrafos anteriores serão aplicadas com base na comprovação de irregularidades em peças do processo, garantidos o contraditório e a ampla defesa em sede administrativa.

§ 4º A aplicação das sanções anteriormente referidas não constituem impedimento a que terceiros busquem a responsabilização civil do agente por eventuais danos a eles causados.

Art. 27 Ocorrendo infringência da legislação e/ou norma de ensino vigente, em curso autorizado a funcionar em estabelecimento integrante do Sistema Estadual de Ensino:

I - Enquanto estiverem sendo aplicados os procedimentos de apuração ou, se for o caso, de correção das irregularidades, poderá ser suspenso o credenciamento do estabelecimento de ensino para a oferta do curso envolvido, a exclusivo critério do Conselho Estadual de Educação;

II – Após a apuração final dos fatos, o estabelecimento de ensino poderá ser descredenciado para a oferta do curso envolvido ou de todos os demais cursos, conforme a gravidade das irregularidades constatadas, a exclusivo critério do Conselho Estadual de Educação.

§ 1º A suspensão do credenciamento e o descredenciamento de estabelecimento de ensino ocorrem mediante ato declaratório emitido pelo Conselho Estadual de Educação, por tempo a ser definido, ressalvados os prazos estabelecidos na presente Resolução.

§ 2º O descredenciamento para a oferta de curso implica o encerramento de sua oferta, sendo a situação dos alunos remanescentes examinada, caso a caso, pelo Conselho Estadual de Educação.

§ 3º Ocorrendo infringência referida no *caput*, a transferência de entidade mantenedora do estabelecimento de ensino envolvido não produzirá efeitos no Sistema Estadual de Ensino.

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 28 Pedidos de credenciamento ou de recredenciamento de estabelecimento de ensino e de autorização para o funcionamento de cursos encaminhados por entidade privada tramitarão no Conselho Estadual de Educação somente se o cadastro da entidade mantenedora estiver atualizado neste Órgão.

Art. 29 O ato de descredenciamento de estabelecimento de ensino e o ato de descredenciamento para a oferta de curso poderão ser emitidos com prazos a vencer, a critério do Conselho Estadual de Educação.

Art. 30 Ao apreciar o pedido de credenciamento ou recredenciamento de estabelecimento de ensino e de autorização para o funcionamento de curso e constatar insuficiência ou falta de dados e/ou informações, o prazo de tramitação do processo será suspenso e o Conselho Estadual de Educação poderá:

I – Solicitar a presença de representante legal do estabelecimento de ensino para esclarecimentos;

II – Determinar a juntada de documentos; ou

III – Baixar o processo em diligência.

Parágrafo único. Ao serem utilizados os procedimentos referidos nos incisos I e II, a comunicação far-se-á com o estabelecimento de ensino, no caso de se tratar de iniciativa privada, e com a entidade mantenedora, em se tratando de estabelecimento público.

Art. 31 Ocorrendo sinistro em prédio escolar, as aulas poderão ser oferecidas em prédio de estabelecimento de ensino da própria ou de outra entidade mantenedora ou destinado a outra finalidade.

§ 1º O sinistro e as circunstâncias de sua ocorrência serão imediatamente comunicadas a órgão regional da Secretaria da Educação que o informará a este Conselho.

§ 2º Para a continuidade dos estudos, os alunos poderão ser abrigados em diversas escolas da localidade, mediante uma transferência escolar temporária.

§ 3º Definido o novo local para o desenvolvimento do ensino, a entidade mantenedora do estabelecimento de ensino em que ocorreu o sinistro prestará informações ao órgão regional da Secretaria da Educação sobre as condições de infraestrutura do novo local e o prazo de sua ocupação.

§ 4º O prédio e as instalações utilizados nessas circunstâncias deverão apresentar condições suficientes de segurança e salubridade para os usuários.

§ 5º A ocorrência de sinistro não exime o estabelecimento de ensino de cumprir o disposto na legislação e nas normas respectivas sobre horas e dias letivos.

Art. 32 A denominação inicial do estabelecimento de ensino constará do processo de seu credenciamento.

Parágrafo único. A alteração de denominação de qualquer estabelecimento de ensino será comunicada ao Conselho Estadual de Educação e à Secretaria da Educação.

Art. 33 Os ANEXOS I e II da Resolução CEED nº 266, de 20 de março de 2002, integram a presente Resolução.

Art. 34 O art. 12 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

> Art. 12. O primeiro credenciamento da instituição, ato concomitante ao da autorização para o desenvolvimento do curso, será concedido pelo prazo de 3 (três) anos e os subseqüentes recredenciamentos, por cinco anos.

Art. 35 Os cursos técnicos, para cuja oferta os estabelecimentos foram credenciados sem prazo determinado, estarão sujeitos a recredenciamento segundo o seguinte escalonamento, observando-se o disposto no art. 5, § 1º retro:

~~I – Em 2012 – os cursos credenciados em 2006 e em 2003 e anos anteriores;~~ (Alterado pela Resolução nº 322)

Art. 1º Os pedidos de recredenciamento dos estabelecimentos de ensino credenciados para a oferta de cursos técnicos de nível médio, nos anos de 2006, 2003 e anos anteriores, deverão iniciar sua tramitação no ano de 2012, sendo os pedidos protocolados na respectiva Coordenadoria Regional de Educação.

Art. 2º Será assegurado o início das atividades letivas em 2013 para os cursos técnicos de nível médio nos estabelecimentos de ensino que respeitarem o prazo estabelecido no art. 1° desta Resolução. (Alterado pela Resolução CEEd nº 322, de 29 de agosto de 2012 pelos artigos 1º e 2º)

II – Em 2013 – os cursos credenciados em 2004, 2005 e 2007;

III - A partir de 2014, os cursos que tiverem completado cinco anos desde a data do último ato de credenciamento.

Art. 36 Revogam-se, expressamente, a Resolução CEED nº 266, de 20 de março de 2002, a Resolução CEED nº 275, de 28 de janeiro de 2004, a Resolução CEED nº 282, de 15 de junho de 2005, a Resolução CEED nº 287, de 12 de abril de 2006, a Resolução CEED nº 303, de 09 de setembro de 2009, a Resolução CEED n° 308, de 07 de abril de 2010, e a Resolução CEED nº 309, de 21 de julho de 2010.

Art. 37 – A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados os processos que já se encontram protocolados no Sistema Estadual de Ensino.

Aprovada, por maioria, em sessão plenária de 18 de janeiro de 2012, com o voto contrário dos Conselheiros Celso Floriano Stefanoski, Domingos Antônio Buffon, Dulce Miriam Delan, Marco Antônio Sozo e Neiva Matos Moreno.

Sonia Maria Nogueira Balzano
Presidente

* Publicada no Diário Oficial do Estado de 07 de fevereiro de 2012.

JUSTIFICATIVA

Passados quase dez anos da emissão da Resolução CEED nº 266, de 20 de março de 2002, cumpre efetivar uma atualização, eis que experiências colhidas as recomendam.

Mantêm-se as definições básicas que presidiram aquela norma, quais sejam: o credenciamento verifica as condições físicas do estabelecimento para a oferta de um curso e a autorização examina os aspectos pedagógicos para essa oferta. O que se pode fazer, no tocante a esses aspectos é tornar menos burocráticos os procedimentos, promovendo economia processual.

Para isso, radicaliza-se, agora – na trilha do que já vinha fazendo a Comissão Especial de Educação Profissional – a separação entre esses dois momentos. Quando elementos relacionados com as condições físicas entram em questão – como na mudança de sede –, apenas as exigências relativas ao credenciamento são matéria de comprovação. De outra parte, havendo alteração de caráter pedagógico, que reflita nos Planos de Curso, nos Planos de Estudos ou nos Regimentos, apenas esses serão apresentados a exame, com seus elementos acessórios.

Esta Resolução altera, mais uma vez, os procedimentos relativos à mudança de sede, eis que se reconheceu a impossibilidade de os estabelecimentos cumprirem a risca a norma anterior. Ou cumpriam a norma, ou mudavam de sede. Na verdade, o Conselho Estadual de Educação agora deposita um voto de confiança nas Coordenadorias Regionais de Educação, na justa medida em que lhes atribui a faculdade de permitir a mudança de sede, em caráter preliminar, e a ocupação de novas instalações, em caráter terminativo.

A Resolução aperfeiçoa, também, os procedimentos no que diz respeito às sanções que, na norma anterior, apresentavam algumas imprecisões de interpretação.

A Resolução CEEd nº 318, de 18 de janeiro de 2012, introduziu uma série de modelos de relatórios para uso das Comissões Verificadoras das Coordenadorias Regionais de Educação, destinadas a equalizar e uniformizar as informações fornecidas em processos. Tais relatórios também contribuirão para qualificar os procedimentos de credenciamento de estabelecimentos de ensino.

Uma última referência torna-se necessária, no que diz respeito ao corpo docente das escolas. Sendo elemento fundamental na qualificação dos processos educativos, a presença de licenciados em todos os níveis e modalidades da educação básica precisa ser garantida.

Comissões deste Conselho têm adotado como medida o estabelecimento do prazo de dois anos, contados do início das atividades do curso, para que a entidade mantenedora comprove a existência de corpo docente integralmente habilitado. Esse é o prazo normal para a realização, por exemplo, de um Curso Especial de Formação Pedagógica.

A partir de agora deixa de ser exigido termo de comprometimento do professor em buscar sua titulação, eis que tem se mostrado um recurso sem eficácia. Em seu lugar responsabiliza-se a entidade mantenedora por proporcionar condições para que os docentes contratados sem habilitação passem a ser titulados. Não o providenciando, corre ela o risco do descredenciamento para a oferta do curso.

Em 10 de janeiro de 2012

Dorival Adair Fleck – relator
Domingos Antônio Buffon
Dulce Miriam Delan
Hilda Regina Silveira Albandes de Souza
Neiva Matos Moreno
Raul Gomes de Oliveira Filho
Ruben Werner Goldmeyer

CREDENCIAMENTO DE ESTABELECIMENTO
E AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE CURSOS
INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS DISPONÍVEIS

ANEXO I – IDENTIFICAÇÃO

MUNICÍPIO	CRE

1 - Dependência administrativa

ESTADUAL ☐ Municipal ☐ Privada ☐

2 - Entidade mantenedora

DENOMINAÇÃO				CADASTRO NO CEED	
ENDEREÇO (RUA, Nº)					
				CEP	
CIDADE		EMAIL			
CAIXA POSTAL		FONE		FAX	

3 – Estabelecimento

DENOMINAÇÃO					
ENDEREÇO (RUA, Nº)					
				CEP	
CIDADE		EMAIL			
CAIXA POSTAL		FONE		FAX	

	UNIDADE DE ENSINO				
	ENDEREÇO (RUA, Nº)				
				CEP	
	CIDADE		EMAIL		
	CAIXA POSTAL		FONE	FAX	

4 - Cursos autorizados

EDUCAÇÃO INFANTIL		ENSINO FUNDAMENTAL		Ensino Médio		Curso Normal		CURSOS TÉCNICOS	

CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO (RELACIONAR)

OUTROS CURSOS (RELACIONAR)

5 – Observações

ANEXO II – FICHA 1 – TERRENO E EDIFICAÇÕES

1 – Terreno

1.1 – **Área Total**	m²	1.2 – **Área Livre**	m²

2 – Edificações

Exclusivo para atividade educacional			SIM		NÃO	
Acesso próprio desde o logradouro público			SIM		NÃO	
Cópia de Alvará específico para a atividade ou Certidão (para entidades privadas)			SIM		NÃO	
Número de blocos (ou prédios)		**Área total construída**		m²		

INFORMAÇÕES SOBRE OS BLOCOS QUE CONSTITUEM O COMPLEXO ESCOLAR CADA AMBIENTE DEVE ESTAR DEVIDAMENTE IDENTIFICADO PARA PERMITIR SUA LOCALIZAÇÃO NA PLANTA E NAS FICHAS ESPECÍFICAS							
UNIDADE		2.1 – **Bloco**		IDENTIFICAÇÃO			
ENDEREÇO (RUA, Nº)							
CIDADE		CEP					
2.1.1 – Área construída de cada pavimento do bloco							
TÉRREO	m²	2º PAV.	m²	3º PAV.	m²	4º PAV.	m²
2.1.2 – Há barreiras de acesso ao bloco a portadores de deficiência física?			SIM		NÃO		

3 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER – RELATIVAMENTE A CADA BLOCO –, AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO AO PRÉDIO.

ANEXO II – FICHA 2 – AMBIENTES PARA OS SERVIÇOS TÉCNICO-PEDAGÓGICOS

4 – Sala dos Professores

4.1 – **Localização**				IDENTIFICAÇÃO			
4.1.1 – Bloco		4.1.2 – Pavimento		4.1.3 – Área	m²		
4.1.4 – Uso exclusivo				SIM		NÃO	
4.1.5 – Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
4.1.6 – Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
4.1.7 – Equipamentos							
1				Quantidade			

5 – Sala para Supervisão

5.1 – **Localização**				IDENTIFICAÇÃO			
5.1.1 – Bloco		5.1.2 – Pavimento		5.1.3 – Área	m²		
5.1.4 – Uso exclusivo				SIM		NÃO	
5.1.5 – Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
5.1.6 – Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
5.1.7 – Equipamentos							
				Quantidade			

6 – Sala para Orientação Educacional

6.1 – **Localização**				IDENTIFICAÇÃO			
6.1.1 – Bloco		6.1.2 – Pavimento		6.1.3 – Área	m²		
6.1.4 – Uso exclusivo				SIM		NÃO	
6.1.5 – Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
6.1.6 – Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
6.1.7 – Equipamentos							
1				Quantidade			

7 – Outros serviços técnicos

7.1 – **Localização**				IDENTIFICAÇÃO			
7.1.1 – Bloco		7.1.2 – Pavimento		7.1.3 – Área	m²		
7.1.4 – Uso exclusivo				SIM		NÃO	
7.1.5 – Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
7.1.6 – Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
7.1.7 – Equipamentos							
1				Quantidade			

8 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER – RELATIVAMENTE A CADA AMBIENTE –, AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO À SALA.

ANEXO II – FICHA 3 – AMBIENTES PARA OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

9 – Portaria

9.1 - Localização	JUNTO AO PORTÃO		JUNTO À PORTA PRINCIPAL		
9.2 -Equipamentos					
1			Quantidade		

10 – Secretaria

10 – Localização				IDENTIFICAÇÃO			
10.1.1Bloco		10.1.2 Pavimento		10.1.3 Área		m²	
10.1.4 -Uso exclusivo				SIM		NÃO	
10.1.5 - Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
10.1.6 - Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
10.1.7 EquipamentoS							
1				Quantidade			

11 - Sala de Direção

11.1 –Localização				IDENTIFICAÇÃO			
11.1.1Bloco		11.1.2 Pavimento		11.1.3Área		m²	
11.1.4Uso exclusivo				SIM		NÃO	
11.1.5Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
11.1.6Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
11.1.7Equipamentos							
				Quantidade			

12 - Outros serviços administrativos

12.1Descrição							
12.2 Localização				IDENTIFICAÇÃO			
12.2.1 Bloco		12.2.2 Pavimento		12.2.3 Área		m²	
12.2.3 Uso exclusivo				SIM		NÃO	
12.2.4 Iluminação e ventilação natural e direta				SIM		NÃO	
12.2.5 Proteção adequada nas janelas com incidência de sol				SIM		NÃO	
12.2.6Equipamentos							
				Quantidade			

13 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER – RELATIVAMENTE A CADA AMBIENTE –, AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO À SALA.

ANEXO II – FICHA 4 – SEGURANÇA E FACILIDADES

14 - Prevenção e proteção contra incêndio

~~**Laudo do órgão competente**~~ 14.1 Documento competente, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS (com redação dada pela Resolução CEEd nº 327, de 2014)	SIM		NÃO		VENCIMENTO EM	/ /			
~~**plano de prevenção e proteção contra incêndio aprovado pelos bombeiros**~~ (Revogado pela Resolução CEEd nº 327, de 2014)						SIM		NÃO	
Iluminação de emergência nas dependências utilizadas à noite						SIM		NÃO	
14.4 Corredores	Largura igual ou maior que 1,20M					SIM		NÃO	
	Piso de material não escorregadio					SIM		NÃO	
	Iluminação e ventilação natural direta a cada 20M					SIM		NÃO	
14.5 Escadas	Largura igual ou maior que 1,20M					SIM		NÃO	
	Piso de material não escorregadio					SIM		NÃO	
	Iluminação e ventilação natural direta					SIM		NÃO	
	Localização a menos de 30M da sala de aula mais distante					SIM		NÃO	
	Corrimão	NENHUM		DE UM LADO		DOS DOIS LADOS			

15 - Outros meios para deslocamento vertical

15.1 Elevadores	SIM		NÃO		LOCALIZAÇÃO – BLOCO(S)		PAVIM. ATENDIDOS: DO		AO	
15.2 Rampas										
rampa externa de acesso ao prédio						SIM		NÃO		
Rampas internas						SIM		NÃO		
					LOCALIZAÇÃO – BLOCO(S)		PAVIM. ATENDIDOS: DO		AO	
15.3 Outro equip.	SIM		NÃO		LOCALIZAÇÃO – BLOCO(S)		PAVIM. ATENDIDOS: DO		AO	

16 – Bebedouros

16.1 Quantidade total											
16.2 Localização	BLOCO	PAVIMENTO	NO CORREDOR			NA ÁREA DE CIRCULAÇÃO			NA ÁREA DE RECREAÇÃO		
1											

17 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER , QUAL O OUTRO EQUIPAMENTO (ITEM 15.3) PARA DESLOCAMENTO VERTICAL DE ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO AO PRÉDIO.

ANEXO II – FICHA 5 – ÁREA HIGIÊNICO-SANITÁRIA

18 - Instalações sanitárias

18.1 Construção em alvenaria	SIM		NÃO		**18.2 Ventilação natural**	SIM		NÃO	
18.3 Revestimentos	Material liso e lavável nas paredes					SIM		NÃO	
	material liso e lavável nos piso					SIM		NÃO	

18.4 Sanitários								
Localização	IDENTIFICAÇÃO	BLOCO	PAVIMENTO	VASOS	MICTÓRIOS	LAVATÓRIOS	CHUVEIROS	USUÁRIOS
1								

Box ou banheiro com vaso sanitário adaptado a portadores de deficiência física	IDENTIFICAÇÃO	BLOCO	PAVIMENTO	QTDADE.	USUÁRIOS

19 – Observações

ANEXO II – FICHA 6 – ATIVIDADES FÍSICAS

20 - Espaços destinados à recreação e/ou à Educação Física de propriedade da escola

20.1 Área livre descoberta	SIM		NÃO		ÁREA		m²
20.2 Área livre coberta	SIM		NÃO		ÁREA		m²
20.3 Quadra esportiva descoberta	SIM		NÃO				
20.4 Quadra esportiva coberta	SIM		NÃO				

20.5 Equipamentos	ESPECIFICAÇÃO	QTDADE.	LOCALIZAÇÃO
1			

21 - Espaços destinados à recreação e/ou à Educação Física cedidos ou alugados

20.6 Endereço (Rua, nº)							
20.7 distância da escola ao espaço cedido ou alugado							m
20.8 Área livre descoberta	SIM		NÃO		ÁREA		
20.9 Área livre coberta	SIM		NÃO		ÁREA		m²
20.10 Quadra esportiva descoberta	SIM		NÃO				
20.11 Quadra esportiva coberta	SIM		NÃO				

20.12 Equipamentos	ESPECIFICAÇÃO	QTDADE.	LOCALIZAÇÃO
2			

22 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER, QUAIS AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO AOS AMBIENTES.

ANEXO II – FICHA 7 – AMBIENTE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

23 - Salas de atividades

23.1 Identificação		NÚMERO DE SALAS		ÁREA DE CADA SALA	m²
23.1.1 Localização	BLOCO		PAVIMENTO		
23.1.2 sanitário junto à sala			SIM		NÃO

23.1.3 Janelas				
LARGURA	ALTURA	ALTURA DO PEITORIL	LOCALIZADA NA PAREDE DE MAIOR EXTENSÃO	
1 m	m	m	SIM	NÃO

23.1.4 Mobiliário e equipamentos									
ALUNOS			PROFESSOR		QUADRO		PROTEÇÃO NAS JANELAS COM INCIDÊNCIA DE SOL		
	CADEIRAS	MESAS	CADEIRA	MESA	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
QUANTIDADE									
MEDIDA (ALTURA)	Cm	cm	OUTROS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS (ESPECIFICAR)						
1									

→24 - Ambientes específicos

24.1 Sala para atividades múltiplas				
	IDENTIFICAÇÃO		ÁREA DA SALA	m²
24.1.1 Localização	BLOCO		PAVIMENTO	
24.1.2 sanitário junto à sala		SIM		NÃO

24.1.3 Condições	PRECÁRIO	SATISFATÓRIO	BOM	EXCELENTE
INSTALAÇÕES				
CONSERVAÇÃO				
HIGIENE				
SALUBRIDADE				
SEGURANÇA				

24.2 Berçário				
	IDENTIFICAÇÃO		ÁREA DA SALA	m²
24.2.1 Localização	BLOCO		PAVIMENTO	
24.1.2 sanitário junto à sala		SIM		NÃO

24.1.3 Condições	PRECÁRIO	SATISFATÓRIO	BOM	EXCELENTE
INSTALAÇÕES				
CONSERVAÇÃO				
HIGIENE				
SALUBRIDADE				
SEGURANÇA				

24.3 Sala para repouso				
	IDENTIFICAÇÃO		ÁREA DA SALA	m²
24.3.1 Localização	BLOCO		PAVIMENTO	
24.3.2 sanitário junto à sala		SIM		NÃO

24.3.3 Condições	PRECÁRIO	SATISFATÓRIO	BOM	EXCELENTE
INSTALAÇÕES				
CONSERVAÇÃO				
HIGIENE				
SALUBRIDADE				
SEGURANÇA				

24.4 Solário				
	IDENTIFICAÇÃO		ÁREA DA SALA	m²

24.4 Solário

24.4.1 Localização	BLOCO		PAVIMENTO	
24.4.2 Condições	PRECÁRIO	SATISFATÓRIO	BOM	EXCELENTE
INSTALAÇÕES				
CONSERVAÇÃO				
HIGIENE				
SALUBRIDADE				
SEGURANÇA				

24.5 Local para preparo da alimentação

	IDENTIFICAÇÃO		ÁREA DA SALA	m²
25.5.1 Localização	BLOCO		PAVIMENTO	
24.5.2 Condições	PRECÁRIO	SATISFATÓRIO	BOM	EXCELENTE
INSTALAÇÕES				
CONSERVAÇÃO				
HIGIENE				
SALUBRIDADE				
SEGURANÇA				

24.6 Local para refeições

	IDENTIFICAÇÃO		ÁREA DA SALA	m²
24.6.1 Localização	BLOCO		PAVIMENTO	
24.6.2 Condições	PRECÁRIO	SATISFATÓRIO	BOM	EXCELENTE
INSTALAÇÕES				
CONSERVAÇÃO				
HIGIENE				
SALUBRIDADE				
SEGURANÇA				

24.7. Local amamentação

	IDENTIFICAÇÃO		ÁREA DA SALA	m²
24.7.1 Localização	BLOCO		PAVIMENTO	
24.7.2 Condições	PRECÁRIO	SATISFATÓRIO	BOM	EXCELENTE
INSTALAÇÕES				
CONSERVAÇÃO				
HIGIENE				
SALUBRIDADE				
SEGURANÇA				

24.8 Local para higienização

	IDENTIFICAÇÃO		ÁREA DA SALA	m²
24.8.1 Localização	BLOCO		PAVIMENTO	
24.8.2 Condições	PRECÁRIO	SATISFATÓRIO	BOM	EXCELENTE
INSTALAÇÕES				
CONSERVAÇÃO				
HIGIENE				
SALUBRIDADE				
SEGURANÇA				

24.9 Lavanderia

	IDENTIFICAÇÃO		ÁREA DA SALA	m²
24.9.1 Localização	BLOCO		PAVIMENTO	
24.9.2 Condições	PRECÁRIO	SATISFATÓRIO	BOM	EXCELENTE
INSTALAÇÕES				

24.9 Lavanderia								
CONSERVAÇÃO								
HIGIENE								
SALUBRIDADE								
SEGURANÇA								

25 – Bebedouros

25. 1Bebedouros adequados para as crianças pequenas			SIM		NÃO	
25.2 Quantidade total						
25.3 Localização	BLOCO	PAVIMENTO	NO CORREDOR	NA ÁREA DE CIRCULAÇÃO	NA ÁREA DE RECREAÇÃO	

26 - Instalações sanitárias para a Educação Infantil

26.1 Construção em alvenaria	SIM		NÃO		26.2 Ventilação natural	SIM		NÃO	
26.3 Revestimentos	Material liso e lavável nas paredes					SIM		NÃO	
	material liso e lavável nos piso					SIM		NÃO	
26.4 uso exclusivo						SIM		NÃO	
26.5 vasos sanitários de tamanho adequado ou com estrado						SIM		NÃO	
26.7 sanitário para adultos com box e chuveiro						SIM		NÃO	

27 - Local para atividade ao ar livre

27.1 uso exclusivo pelas crianças da Educação Infantil	SIM		NÃO	
27.2 Espaços livres para brinquedos e jogos	SIM		NÃO	
27.3 praça de brinquedos com aparelhos	SIM		NÃO	
EQUIPAMENTOS (APARELHOS) DA PRAÇA DE BRINQUEDOS	1			

28 – Observações

INDICAR AQUI, NECESSARIAMENTE, TODOS OS AMBIENTES QUE OFERECEM BARREIRAS ARQUITETÔNICAS AO ACESSO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA.

ANEXO II – FICHA 8 – SALAS DE AULA

29 - Salas de aula

29.1 Identificação		NÚMERO DE SALAS		ÁREA DAS SALAS	m²
29.1.1 Dimensões	LARGURA	m	COMPRIMENTO	m	ALTURA m
29.1.2 Localização	BLOCO		PAVIMENTO		

29.1.3 Janelas

	LARGURA	ALTURA	ALTURA DO PEITORIL	LOCALIZADA NA PAREDE DE MAIOR EXTENSÃO			
1	m	m	m	SIM		NÃO	

29.1.4 Mobiliário e equipamentos

	ALUNOS		PROFESSOR		QUADRO		PROTEÇÃO NAS JANELAS COM INCIDÊNCIA DE SOL	
	CADEIRAS	MESAS	CADEIRA	MESA	SIM	NÃO	SIM	NÃO
QUANTIDADE								
MEDIDA (ALTURA)	cm	cm	OUTROS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS (ESPECIFICAR)					
		1						

→

30 – Observações

INDICAR AQUI, NECESSARIAMENTE, TODAS AS SALAS DE AULA QUE OFERECEM BARREIRAS ARQUITETÔNICAS AO ACESSO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA.

ANEXO II – FICHA 9 – LABORATÓRIOS DE CIÊNCIAS

31 - Sala do Laboratório de Ciências Físicas e Biológicas (laboratório único)

31.1. Localização				IDENTIFICAÇÃO	
31.1.1 Bloco		31.1.2 Pavimento		31.1.3 Área	m²
31.1.4 Uso exclusivo				SIM	NÃO
31.1.5 Bancadas					

LOCALIZAÇÃO				DIMENSÕES				
CENTRALIZADA		CONTRA PAREDES		LARGURA		COMPRIMENTO		ALTURA
				m		m		m

31.1.6 Mobiliário			
1		Quantidade	

32 - Equipamentos do Laboratório de Ciências Físicas e Biológicas

32.1.2 Biologia		
	Quantidade	

32.1.2 Física		
	Quantidade	

32.1.3 Química		
	Quantidade	

33 - Materiais do Laboratório de Ciências Físicas e Biológicas

33.1 Biologia		
	Quantidade	

33.1.1.Física		
	Quantidade	

33.1.3 Química		
	Quantidade	

34 - Sala do Laboratório de Biologia

34.1 Localização				IDENTIFICAÇÃO	
34.1.1. Bloco		34.1.2 Pavimento		34.1.3 Área	m²
34.1.4 Uso exclusivo				SIM	NÃO
34.1.5 Bancadas					

LOCALIZAÇÃO				DIMENSÕES				
CENTRALIZADA		CONTRA PAREDES		LARGURA		COMPRIMENTO		ALTURA
				m		m		m

34.1.6 Mobiliário		
	Quantidade	

35 - Equipamentos do Laboratório de Biologia

Biologia		
	Quantidade	

ANEXO II – FICHA 9 – LABORATÓRIOS DE CIÊNCIAS

36 - Sala do Laboratório de Ciências Físicas e Biológicas (laboratório único)

36.1 Localização				IDENTIFICAÇÃO	
36.1.1 Bloco		36.1.2.Pavimento		36.1.3 Área	m²
36.1.4 Uso exclusivo				SIM	NÃO
36.1.5 Bancadas					
LOCALIZAÇÃO		DIMENSÕES			
CENTRALIZADA	CONTRA PAREDES	LARGURA	COMPRIMENTO	ALTURA	
		m	m		m

Mobiliário		
2		Quantidade

37 - Equipamentos do Laboratório de Ciências Físicas e Biológicas

37.1 Biologia		
		Quantidade

37.2 Física		
		Quantidade

37.3 Química		
		Quantidade

38 - Materiais do Laboratório de Ciências Físicas e Biológicas

38.1 Biologia		
		Quantidade

38.2 Física		
		Quantidade

38.3 Química		
		Quantidade

39 - Sala do Laboratório de Biologia

39.1 Localização				IDENTIFICAÇÃO	
39.1. 1Bloco		39.1.2 Pavimento		39.1.3 Área	m²
39.1.4 Uso exclusivo				SIM	NÃO
39.1.5 Bancadas					
LOCALIZAÇÃO		DIMENSÕES			
CENTRALIZADA	CONTRA PAREDES	LARGURA	COMPRIMENTO	ALTURA	
		m	m		m

39.1.6 Mobiliário		
		Quantidade

40 - Equipamentos do Laboratório de Biologia

40.1 Biologia		
		Quantidade

41 - Materiais do Laboratório de Biologia

41.1 Biologia		
1		Quantidade

42 - Sala do Laboratório de Física

42.1 Localização				IDENTIFICAÇÃO	
42.1.1 Bloco		42.1.2 Pavimento		42.1.3 Área	m²
42.1.4 Uso exclusivo				SIM	NÃO
42.1.5 Bancadas					

LOCALIZAÇÃO				DIMENSÕES				
CENTRALIZADA		CONTRA PAREDES		LARGURA		COMPRIMENTO		ALTURA
				m		m		m

42.1.6 Mobiliário			
1		Quantidade	

43 - Equipamentos do Laboratório de Física

43.1 Física			
1		Quantidade	

44 - Materiais do Laboratório de Física

44.1 Física			
1		Quantidade	

45 - Sala do Laboratório de Química

45.1 Localização				IDENTIFICAÇÃO	
45.1.1 Bloco		45.1.2 Pavimento		45.1.3 Área	m²
45.1.4 Uso exclusivo				SIM	NÃO
45.1.5 Bancadas					

LOCALIZAÇÃO				DIMENSÕES				
CENTRALIZADA		CONTRA PAREDES		LARGURA		COMPRIMENTO		ALTURA
				m		m		m

45.1.6 Mobiliário			
1		Quantidade	

46 - Equipamentos do Laboratório de Química

46.1 Química			
1		Quantidade	

47 - Materiais do Laboratório de Química

47.1 Química			
1		Quantidade	

48 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER, QUAIS AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO AO LABORATÓRIO DE QUÍMICA

ANEXO II – FICHA 10 – SALAS ESPECIAIS

49 - Sala especial, oficina ou laboratório

49.1 Denominação											
49.2 Fim a que se destina											
49.3 Localização							IDENTIFICAÇÃO				
49.3.1 Bloco		49.3.2 Pavimento				49.3.3 Área				m²	
49.4 Uso exclusivo							SIM		NÃO		
44.4.1 Adequação ergonômica			PRECÁRIA		SATISFATÓRIA		BOA		EXCELENTE		
	DO MOBILIÁRIO										
	DO EQUIPAMENTO										
44.5 Mobiliário											
1							Quantidade				
44.6 Equipamentos											
1							Quantidade				
44.7 Materiais											
1							Quantidade				

→

50 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER, QUAIS AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO AOS AMBIENTES DESCRITOS.

ANEXO II – FICHA 11 – BIBLIOTECA

51 – Biblioteca

51.1 Localização	BLOCO			PAVIMENTO			IDENTIFICAÇÃO				
51.2 área		m²		**51.3 área de consulta**						m²	
51.4 uso exclusivo							SIM		NÃO		
51.5 Proteção adequada nas janelas com incidência de sol							SIM		NÃO		
51.6 Mobiliário							QUANTIDADE				
51.7 Equipamentos	1						QUANTIDADE				

52 – Observações

INDICAR AQUI, SE HOUVER, QUAIS AS BARREIRAS ARQUITETÔNICAS QUE IMPEDEM O ACESSO A PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E ONDE SE LOCALIZAM EM RELAÇÃO À BIBLIOTECA.

ANEXO II – FICHA 12 – ACERVO BIBLIOGRÁFICO

53 - Obras de referência (dicionários, enciclopédias, etc.)

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO

54 - Literatura Infantil (faixa etária: Educação Infantil)

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

55 - Literatura Infantil (Ensino Fundamental -–séries iniciais)

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

56 - Literatura (Ensino Fundamental – séries finais)

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

57 - Literatura (Ensino Médio)

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

58 - Língua Portuguesa

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

59 - Línguas estrangeiras

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

60 – Artes

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

61 – História

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

62 – Geografia

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO

63 – Matemática

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO

64 - Ciências (Ensino Fundamental)

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

65 – Física

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

66 – Química

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

67 – Biologia

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

68 - Educação Física

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

69 - Filosofia e Sociologia

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO

70 - Educação Profissional

COMPONENTE CURRICULAR					
Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

→

71 - Outras obras

Nº	AUTOR	TÍTULO	EDITORA	QTDADE	ANO
1					

72 - Assinaturas de jornais, revistas e outros periódicos

Nº	PERIÓDICO	EDITORA	PERÍODO DE ASSINATURA			
			DE		A	

RESOLUÇÃO Nº 323, DE 17 DE OUTUBRO DE 2012. *

Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul e estabelece outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO do Rio Grande do Sul – CEEd/RS, com fundamento no Art. 10, inciso V, da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 11 inciso III, itens 1, 2 e 4 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de janeiro de 1992, com as alterações introduzidas pelas Leis estaduais nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, e nº 11.452, de 28 de março de 2000, no Decreto federal nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto federal nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007 e na Emenda à Constituição Estadual de 1988, nº 64, de 18 de abril de 2012, e atendendo ao disposto na legislação específica nesta Resolução e nos demais atos normativos pertinentes,

R E S O L V E:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Instituições de Ensino Superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino, quanto a sua organização acadêmica, classificam-se em:

I - Universidades;

II - Centros Universitários;

III - Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior;

IV - Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores.

Art. 2° As Universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros de profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão, e de domínio e cultivo do saber humano, com a autonomia e os requisitos referidos na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 1° É facultada a criação de Universidades especializadas por campo do saber.

§ 2° As Universidades poderão organizar-se na forma de *multicampi,* admitindo-se outras denominações.

§ 3° Os *campi* ou equivalentes da Universidade serão especificados no ato de credenciamento de, no mínimo, um curso reconhecido e passarão a ter autonomia, desde que apresentem condições e estrutura física para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. 3° Os Centros Universitários são instituições de ensino superior que abrangem mais de uma área de conhecimento, caracterizando-se pela excelência nas atividades de ensino, comprovada pela qualificação do corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico, oferecidas à comunidade escolar, com grau de autonomia definido no ato do credenciamento, sendo-lhes asseguradas, no mínimo, as seguintes possibilidades:

I - Oferta de seus cursos de graduação reconhecidos, fora da sede, criando vagas em número nunca superior as do curso reconhecido, salvo para atender situações emergenciais, mediante convênio com o poder público;

II - Criação de novas habilitações na área dos cursos reconhecidos, promovendo a necessária expansão do número de vagas;

III - Aumento do número de vagas nos cursos reconhecidos, para oferecê-los em novos turnos ou permitir até 02 (dois) ingressos anuais.

§ 1º As novas habilitações previstas no inciso II deverão submeter-se a processo de reconhecimento.

§ 2° Os Centros Universitários poderão organizar-se na forma de *multicampi,* admitindo-se outras denominações.

§ 3° Os *campi,* ou equivalentes, de Centros Universitários serão especificados no ato de credenciamento de, no mínimo, um curso reconhecido e passarão a ter autonomia desde que apresentem condições e estrutura física para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

Art. 4° Podem ser credenciadas como Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior as instituições de ensino superior originadas da reunião de Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento que não atendam às condições para serem credenciadas como Centros Universitários.

Art. 5° Poderão ser credenciadas como Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores as instituições de ensino superior que ofereçam pelo menos um curso de graduação na mesma área de conhecimento.

Parágrafo único. Os Institutos Superiores de Educação manterão:

I - cursos destinados à formação de docentes para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental;

II - programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de Educação Superior que pretendam atuar na docência da Educação Básica;

III - programas de educação continuada para profissionais de educação dos diversos níveis de ensino da Educação Básica.

Art. 6º O credenciamento de Instituições de Ensino Superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino, organizadas sob quaisquer das formas previstas no art. 1° desta Resolução, bem como o reconhecimento de cursos de Educação Superior, serão renovados periodicamente, em Parecer aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação, após processo regular de avaliação.

Art. 7º Todo e qualquer encaminhamento de Instituição de Ensino Superior ao Conselho Estadual de Educação, assinado pelo representante legal, é dirigido à Presidência do Conselho.

Art. 8º A estrutura e a organização do currículo pleno dos cursos são de competência das Instituições de Ensino Superior, de acordo com legislação própria, diretrizes curriculares nacionais, carga horária mínima e projeto pedagógico do curso com o perfil do profissional a ser formado.

TÍTULO II

DO CREDENCIAMENTO E DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Art. 9º O credenciamento consiste no ato administrativo pelo qual a Instituição de Ensino Superior fica habilitada para atuar na Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, de acordo com o disposto no art. 1º desta Resolução.

Art. 10. A renovação de credenciamento consiste no ato administrativo pelo qual fica ratificada ou alterada a habilitação da Instituição de Ensino Superior para atuar na Educação Superior.

Parágrafo único. O pedido de renovação de credenciamento deverá ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação no prazo de até 06 (seis) meses antes do término da validade do credenciamento.

Capítulo I

DO CREDENCIAMENTO

Seção I

Do Credenciamento de Universidades

Art. 11. Os processos que visam ao credenciamento de Universidade, apoiados no princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e extensão, serão protocolados no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, contendo informações sobre:

I - Condições de ordem jurídica, econômico-financeira e organizacional da Mantenedora, contendo:

a) documento com informações sobre a organização jurídica, econômico-financeira e organizacional da mantenedora;

b) cópia(s):

1) atos constitutivos, devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;

2) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;

3) comprovante de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando for o caso;

4) certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

5) certidões de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

II - Condições de ordem administrativa e acadêmica:

1) Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI que deverá conter, pelo menos, os seguintes itens:

a) missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

b) projeto pedagógico da instituição;

c) cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;

d) organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação do número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades

práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;

e) perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro;

f) organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos alunos.

2) Infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS físicos e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos;

b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificar sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas; c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

3) oferta de cursos de mestrado e doutorado.

4) demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

5) anexos: Estatuto, Regimento Geral e atos que os aprovaram.

6) Programa de avaliação institucional com descrição do uso de resultados da avaliação institucional para a tomada de decisão pela Instituição de Ensino Superior (IES).

Seção II

Do Credenciamento de Centros Universitários

Art. 12. Os processos que visam ao credenciamento dos Centros Universitários serão protocolados no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, devendo conter o previsto nos incisos I e II do art.11, desta Resolução.

Seção III

Do Credenciamento de novo c*ampus*

Art. 13. A solicitação para o credenciamento de novo *campus* por Universidade e Centro Universitário, em localidades diferentes da sua sede, será encaminhada por meio de projeto, no qual deverão constar:

I - justificativa da necessidade de expansão do ponto de vista institucional, social e econômico-financeiro;

II - apresentação das metas de expansão constantes do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;

III - caracterização da localidade e da área de influência do novo *campus*, especialmente em relação à oferta de cursos superiores na região;

IV - estrutura física, incluindo equipamentos, laboratórios, salas de aula, biblioteca e outros recursos de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão no novo *campus*;

V - planejamento administrativo e financeiro do processo de implantação do novo *campus;*

VI - descrição do corpo docente com respectiva titulação, formas de admissão, disciplinas, cursos e locais em que atua e carga horária semanal no *campus*;

VII - caracterização do(s) curso(s) a ser(em) oferecido(s);

VIII - definição da(s) área(s) de pesquisa e programa(s) de extensão a ser(em) desenvolvida(s) no novo *campus*;

IX - cópia dos atos legais internos que aprovaram a criação do *campus;*

X - documento competente expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul – CBMRS. (Inciso acrescido pela Resolução CEEd nº 327, de 2014).

Seção IV

Do Credenciamento de Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores

Art. 14. Os processos que visam ao credenciamento de Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores serão protocolados no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, devendo conter, no que couber, o disposto nos incisos I e II do Art. 11, desta Resolução.

Capítulo II
DA TRAMITAÇÃO

Seção I

Da Tramitação dos Processos de Credenciamento de Universidades e Centros Universitários

Art. 15. Os processos de credenciamento de Universidade e de Centro Universitário, protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentará relatório conclusivo de verificação/visita *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Minuta de parecer, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior em Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final.

V – Publicação do Parecer de credenciamento, do Conselho Estadual de Educação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Único: Em caso de decisão final desfavorável ao credenciamento pelo Conselho Estadual de Educação, facultar-se-á à Instituição requerente, direito a pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato oficial.

Art. 16. Somente após o credenciamento, com a publicação do ato no Diário Oficial do Estado, a Instituição poderá utilizar as prerrogativas de sua autonomia universitária.

Seção II

Da Tramitação dos Processos de Credenciamento de novo *campus* de Universidade e de Centro Universitário

Art. 17. Os processos de credenciamento de novo *campus* de Universidade e/ou de Centro Universitário, protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentará relatório conclusivo de verificação/visita *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Minuta de parecer, pelo relator que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior em Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação do Parecer do Conselho Estadual de Educação de credenciamento de novo *campus* de Universidade e/ou de Centro Universitário no Diário Oficial do Estado.

Art. 18. Somente após o credenciamento, com a publicação do ato no Diário Oficial do Estado, a Instituição poderá utilizar as prerrogativas de sua autonomia universitária.

Seção III

Da Tramitação dos Processos de Credenciamento de Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores

Art. 19. Os processos de credenciamento de Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores, protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentará relatório conclusivo de verificação *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Minuta de parecer, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior em Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V - Publicação do Parecer do Conselho Estadual de Educação, de credenciamento no Diário Oficial do Estado.

Art. 20. Somente após o credenciamento, com a publicação do ato no Diário Oficial do Estado, a Instituição poderá utilizar as prerrogativas legalmente conferidas.

Capítulo III

DA RENOVAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

Art. 21. A renovação do credenciamento de Instituições de Ensino Superior será precedida por análise realizada pela Comissão de Avaliação Externa prevista no *caput* do art. 26 desta Resolução e designada pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 15.

I - O relator, com base no Relatório Final previsto no inciso I do art. 15 desta Resolução, apresentará Minuta de parecer à Comissão de Ensino Médio e Educação Superior, que, após apreciação, levará ao Plenário do Conselho Estadual de Educação para aprovação do Parecer.

II - O Parecer, aprovado pelo Plenário do Conselho Estadual de Educação, será publicado no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Para o cumprimento deste artigo, será aplicado, no que couber, o disposto nos incisos I e II do art. 11 da presente Resolução.

§ 2º Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a 06 (seis) meses, haverá reavaliação e se constatada a permanência das mesmas, haverá a suspensão temporária ou a desativação de cursos e habilitações ou a suspensão temporária de atributos da autonomia didático-pedagógica ou na reclassificação acadêmica da Instituição.

TÍTULO III

DA AVALIAÇÃO

Art. 22. A avaliação, no contexto desta Resolução, é o processo sistemático de diagnóstico, análise e identificação das Instituições de Ensino Superior e de seus cursos.

§ 1º A avaliação tem como finalidade conhecer e aferir as condições e a relevância dos objetivos e metas definidas pela Instituição, implementação, eficiência, impacto social e eficácia dos resultados.

§ 2º A avaliação tem por foco a globalidade da Instituição e a especificidade de seus cursos, visando analisar as funções primordiais e secundárias para tomada de decisões institucionais e para os processos de credenciamento e de renovação de credenciamento.

§ 3º Para a execução dos processos referentes à avaliação, serão utilizados os parâmetros e instrumentos do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, instituído pela Lei federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que se constituem nas seguintes modalidades:

I - avaliação institucional: autoavaliação e avaliação externa *in loco*;

II - avaliação de cursos;

III - avaliação do desempenho dos estudantes.

Capítulo I
DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Art. 23. A avaliação das Instituições de Ensino Superior do Sistema Estadual de Ensino tem por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas, obrigatoriamente, as seguintes:

I - a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;

II - as políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica e as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III - a responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV - a comunicação com a sociedade;

V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – a organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca e recursos de informação e comunicação;

VIII – o planejamento e a avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX – as políticas de atendimento aos estudantes e egressos;

X – a sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Parágrafo único. Na avaliação das Instituições, as dimensões listadas no *caput* deste artigo serão consideradas de modo a respeitar a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas.

Seção I

Da Autoavaliação

Art. 24. A autoavaliação, componente central que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo da Instituição, integrando os demais componentes do mesmo, será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA.

§ 1º A autoavaliação consiste no processo diagnóstico de atribuição de significados, por toda a comunidade universitária e membros da comunidade externa, a um conjunto de dados/informações, coletados de forma sistemática e ampla, sobre os aspectos que determinam a finalidade de existência da Instituição.

§ 2º A periodicidade da autoavaliação será de 3 (três) anos e seus resultados deverão ser expressos em relatórios e disponibilizados à comunidade universitária e encaminhados ao Conselho Estadual de Educação.

Art. 25. Cada Instituição de Ensino Superior constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA com as atribuições de condução do processo de autoavaliação, de sistematização e de prestação das informações solicitadas no processo de avaliação, obedecidas as seguintes diretrizes:

I - constituição por Ato do dirigente máximo da Instituição ou por previsão no estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo vedada uma composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II - atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição.

Seção II

Da Avaliação Externa

Art. 26. A avaliação externa *in loco* nas Instituições de Ensino Superior – IES será realizada por comissão designada pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, composta por dois especialistas, ambos com experiência em educação superior, e deve ocorrer após o término do(s) processo(s) de autoavaliação, obedecendo as seguintes etapas:

I - visita dos avaliadores à Instituição;

II - elaboração do Relatório de Avaliação com base no(s) relatório(s) de autoavaliação, cuja periodicidade está prevista no § 2º do art. 24 desta Resolução, nos documentos da IES, nas informações advindas dos diversos processos avaliativos (ENADE e Avaliação de Cursos), nas entrevistas e nos demais dados e resultados levantados durante a visita.

§ 1º O Relatório Final da Comissão será disponibilizado pelo Conselho Estadual de Educação à IES, no prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, para que a mesma emita suas considerações, se assim o pretender.

§ 2º A periodicidade do processo de avaliação externa é de 03 (três) anos para Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior de Educação, Faculdades, Institutos ou Escolas Superiores, 06 (seis) anos para Centros Universitários e 09 (nove) anos para Universidades.

§ 3º Os resultados da avaliação externa da IES servirão como referência para o processo de seu credenciamento e renovação de credenciamento.

Capítulo II

DA AVALIAÇÃO DE CURSOS

Art. 27. A avaliação externa de cursos tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações e à organização didático-pedagógica e para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento da Instituição de Ensino Superior.

§ 1º A avaliação externa de cursos é realizada nos termos do art. 26 desta Resolução.

§ 2º A avaliação externa de cursos utilizará instrumentos e procedimentos próprios.

Art. 28. A periodicidade da avaliação externa de cursos coincidirá com o prazo previsto para o reconhecimento e a renovação do reconhecimento dos cursos.

§ 1º O curso que obtiver desempenho igual ou menor que o conceito 01 (um), do ENADE será submetido à avaliação externa, por meio de instrumento próprio, no prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da publicação dos resultados.

§ 2º A tramitação do processo de avaliação seguirá, o disposto no art. 49 da presente Resolução, no que couber.

Capítulo III

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Art. 29. A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP.

§ 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

§ 2º O ENADE será aplicado periodicamente ao final do primeiro e do último ano de curso, aos alunos de todos os cursos de graduação, admitida a utilização de procedimentos amostrais.

§ 3º A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a traçar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 4º O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, por ele avaliados, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial, na forma da legislação vigente.

§ 5º Será de responsabilidade do dirigente da Instituição de Ensino Superior a inscrição de todos os alunos habilitados à participação no ENADE.

Capítulo IV

DAS NORMAS GERAIS DA AVALIAÇÃO

Art. **30.** A coordenação do processo de avaliação das Instituições, bem como de cursos, será de responsabilidade do Conselho Estadual de Educação e a realização da avaliação do desempenho dos estudantes será responsabilidade do INEP.

Art. 31. O Conselho Estadual de Educação tornará público e disponível o resultado da avaliação das Instituições de Ensino Superior e de seus cursos.

Art. 32. A avaliação das Instituições de Ensino Superior resultará na atribuição de conceitos a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, sendo os níveis 4 e 5 indicativos de excelência, os níveis 1 e 2 indicativos de carência e/ou aspectos a melhorar e o nível 3 indicativo do mínimo aceitável para os processos de credenciamento e renovação de credenciamento de Instituições.

Art. 33. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão o diligenciamento da Instituição, pelo Conselho Estadual de Educação, com determinações claras de ações e metas a serem cumpridas, em prazo determinado, para a superação das causas que conduziram aos referidos resultados.

§ 1º O descumprimento da diligência, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

I - suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos;

II - cassação do credenciamento da Instituição.

§ 2º As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas pelo Conselho Estadual de Educação, ficando assegurado o direito de ampla defesa e do contraditório.

Art. 34. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao Conselho Estadual de Educação responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Art. 35. Para a capacitação dos avaliadores externos, se necessário, pode o Conselho Estadual de Educação solicitar o apoio da CONAES.

TÍTULO IV

DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Capítulo I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. As Universidades e os Centros Universitários, no exercício de sua autonomia, poderão criar, autorizar e organizar em sua sede ou sede de seus *campi*, cursos de educação superior, devendo comunicar, no prazo de 60 (sessenta) dias, o ato autorizatório ao Conselho Estadual de Educação.

§ 1º As Universidades e os Centros Universitários poderão criar cursos, fora da sua sede ou da sede de seus *campi* ou equivalentes, devendo, no prazo de 60 (sessenta) dias, comunicar ao Conselho Estadual de Educação o ato de criação.

§ 2º Nos casos de cursos criados fora de seus *campi* ou equivalentes deverão encaminhar processos de reconhecimento nos termos dos artigos 47 e 48 desta Resolução, podendo, a critério da IES, serem reconhecidos juntamente com os da sede, necessariamente, com verificação *in loco*.

Art. 37. Reconhecimento é o ato formal, de caráter temporário, concedido pelo Conselho Estadual de Educação, por um período de até 05 (cinco) anos, que outorga validade e fé pública à IES para que possa emitir diplomas com validade nacional.

Capítulo II

DOS CURSOS SEQUENCIAIS

Art. 38. Os cursos sequenciais de Educação Superior, nos termos da legislação vigente, são de duas modalidades:

I - cursos superiores de formação específica, com destinação coletiva, conduzindo a diploma;

II - cursos superiores de complementação de estudos, com destinação coletiva ou individual, conduzindo a certificado.

Art. 39. Os cursos superiores de formação específica estão sujeitos à autorização e ao reconhecimento, ressalvada, quanto à autorização, a autonomia das Universidades e Centros Universitários.

Seção I

Da Autorização

Art. 40. A Instituição que não se caracterizar como Universidade nem como Centro Universitário e que desejar oferecer curso superior de formação específica deverá encaminhar solicitação de autorização ao Conselho Estadual de Educação, nos termos do art. 45 desta Resolução, no que couber.

Seção II

Da Tramitação

Art. 41. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, terão a tramitação prevista no art. 46 desta Resolução.

Seção III

Do Reconhecimento

Art. 42. Os pedidos de reconhecimento de curso superior de formação específica deverão dar entrada no Conselho Estadual de Educação imediatamente após transcorridos 2/3 (dois terços) da integralização curricular do curso.

Art. 43. Os processos que se destinam ao reconhecimento de curso superior de formação específica deverão dar entrada no protocolo do Conselho Estadual de Educação, instruídos com os documentos previstos no art. 48 desta Resolução, no que couber.

Seção IV

Da Tramitação

Art. 44. Os processos de reconhecimento de curso superior de formação específica, encaminhados ao Conselho Estadual de Educação, serão protocolados, autuados e dirigidos à Comissão de Ensino Médio e Educação Superior e terão a tramitação prevista no art. 49 desta Resolução.

Capítulo III

DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Seção I

Da Autorização

Art. 45. Os processos que visam à autorização de cursos de graduação ou de novas habilitações em Faculdades Integradas ou Centro de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores deverão conter as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade social;

II - organização curricular, regime e duração do curso, habilitação(ões) oferecida(s), ementário e bibliografia das disciplinas;

III - qualificação e regime de trabalho do corpo docente;

IV - número de vagas e divisão de turmas e turnos;

V - descrição das instalações físicas disponíveis;

VI - descrição das condições de laboratórios e equipamentos didáticos;

VII - descrição das condições de biblioteca;

VIII - planejamento econômico-financeiro, no qual fiquem evidenciadas as condições de manutenção do curso;

IX - descrição de como será efetuado, supervisionado e avaliado o estágio;

X - demonstração da regularidade fiscal e parafiscal da Instituição mantenedora;

XI - parecer do Órgão Colegiado competente sobre a aprovação do projeto do curso.

Parágrafo único. O projeto deverá ser acompanhado do Regimento Interno da Instituição de Ensino Superior com as adaptações necessárias para o novo curso ou habilitação, quando for o caso.

Seção II

Da Tramitação

Art. 46. Os projetos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentará relatório conclusivo de verificação/visita *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Minuta de parecer, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior na Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação do Parecer de autorização do Conselho Estadual de Educação, no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Das decisões da Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação.

Seção III

Do Reconhecimento

Art. 47. Os pedidos de reconhecimento de cursos de graduação e de novas habilitações deverão dar entrada no Conselho Estadual de Educação imediatamente após transcorridos 2/3 (dois terços) da integralização curricular do curso.

§ 1º No caso de o curso ser ofertado em mais de um *campus*, o processo de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento deverá descrever as condições de oferta em cada um dos locais.

§ 2º Fica a critério da Instituição, a opção de encaminhar processo de reconhecimento único do curso ofertado em vários locais ou em processo separado com reconhecimento próprio.

Art. 48. Os processos que se destinam ao reconhecimento de cursos de graduação e de novas habilitações deverão dar entrada no protocolo do Conselho Estadual de Educação, instruídos com os seguintes documentos, quando couber:

I - Dados gerais da Instituição;

II - Descrição das formas de articulação e execução das políticas e diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional com o projeto pedagógico do curso;

III - Projeto pedagógico do curso:

1. Missão do curso

2. Objetivos do curso

3. Perfil profissiográfico (habilidades, competências e atitudes)

4. Ensino, pesquisa e extensão (descrição sobre as formas de articulação do ensino com a pesquisa e extensão):

4.1. Ensino:

a) descrição das políticas e diretrizes do ensino;

b) organização e desenvolvimento curricular;

c) matriz curricular, regime e duração do curso;

d) alterações curriculares e respectivos atos legais;

e) ementário e referências bibliográficas das disciplinas;

f) estágio/monografia/trabalho de conclusão de curso;

g) sistemática de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

4.2. Extensão:

a) descrição das políticas e diretrizes de extensão;

b) descrição das atividades de extensão (programas, projetos desenvolvidos e em desenvolvimento).

4.3. Pesquisa:

a) descrição das políticas e diretrizes de pesquisa;

b) descrição dos programas de pesquisa com as respectivas linhas.

5. Corpo docente:

5.1. política institucional de capacitação docente;

5.2. formas de admissão docente;

5.3. análise descritiva do corpo docente, contendo os seguintes itens:

a) relação do corpo docente, especificando titulação, disciplina, admissão do docente na Instituição, experiência docente;

b) correlação entre titulação e atividade exercida;

c) projeção da capacitação docente para os próximos três anos.

6. Corpo discente:

6.1. descrição de normas e formas de acesso ao curso;

6.2. descrição das formas de registro e controle acadêmico;

6.3. número de vagas e relação candidato-vaga;

6.4. divisão de turmas e turnos;

6.5. evolução da matrícula e evasão;

6.6. análise do rendimento acadêmico desde o início do curso;

6.7. descrição das formas de assistência aos discentes: bolsa de estudos, bolsa de pesquisa e/ou extensão, monitoria, serviços de orientação e outras formas de assistência e orientação.

7. Corpo diretivo e técnico-administrativo do curso.

8. Estrutura física:

8.1. quantificação sumária do espaço destinado às atividades-fim: salas de aula, laboratórios, salas ambientes, auditórios, equipamentos e outros espaços;

8.2. descrição do espaço destinado às atividades–fim;

8.3. quantificação sumária do espaço destinado às atividades-meio: gabinetes, secretarias e outros espaços de apoio;

8.4. quantificação e descrição sumária da estrutura existente para pessoas com necessidades especiais.

9. Biblioteca:

9.1. estrutura física e organizacional;

9.2. descrição das políticas de articulação com os órgãos internos e a comunidade externa;

9.3. descrição da política de expansão do acervo;

9.4. descrição das formas de acesso ao acervo;

9.5. acervo bibliográfico específico;

9.6. informatização;

9.7. convênios;

9.8. programas;

9.9. regulamento.

10. Avaliação:

10.1. descrição sumária do programa de avaliação institucional;

10.2. resultado da avaliação institucional do curso: análise dos resultados da avaliação interna e externa, se houver.

Parágrafo único. A aplicação dos subitens 4.2 e 4.3 do inciso III deste artigo é facultativa às Instituições não universitárias.

Seção IV

Da Tramitação

Art. 49. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior que apresentará relatório conclusivo de verificação *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Minuta de parecer, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior na Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação do Parecer no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação com vistas ao reconhecimento de curso(s) e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a 06 (seis) meses, haverá reavaliação, que poderá resultar em reconhecimento com providências a cumprir ou suspensão temporária ou desativação de cursos e habilitações ou não reconhecimento.

§ 2º Os alunos de curso cujo reconhecimento não seja renovado terão assegurado o direito à transferência para curso idêntico, em série ou período correspondente, em outra Instituição, ouvido o Conselho Estadual de Educação.

§ 3º Das decisões da Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato oficial.

Seção V

Da Renovação do Reconhecimento de Cursos

Art. 50. Os cursos reconhecidos serão submetidos periodicamente ao processo de renovação de reconhecimento.

Parágrafo único. Os processos de renovação do reconhecimento serão instruídos conforme o disposto no art. 48 desta Resolução, no que couber.

Seção VI

Da Tramitação

Art. 51. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior apresentará relatório conclusivo de verificação *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Minuta de parecer, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior na Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação do Parecer no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Identificadas deficiências ou irregularidades no processo de avaliação, com vistas à renovação do reconhecimento do curso, e esgotado o prazo fixado para saneamento, nunca inferior a 06 (seis) meses, haverá reavaliação, que poderá resultar em reconhecimento com providências a cumprir ou suspensão temporária ou desativação de cursos e habilitações ou não renovação de reconhecimento.

§ 2º Os alunos de curso cujo reconhecimento não seja renovado terão assegurado o direito à transferência para curso idêntico, em série ou período correspondente, em outra Instituição, ouvido o Conselho Estadual de Educação.

§ 3º Das decisões da Plenária do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato oficial.

Seção VII

Da Alteração de Vagas: Aumento, Diminuição e Redistribuição de Vagas

Art. 52. As Faculdades Integradas ou Centros de Educação Superior, Faculdades, Institutos Superiores de Educação ou Escolas Superiores, no tocante à possibilidade de alteração de vagas, deverão encaminhar ao Conselho Estadual de Educação projeto próprio, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

I - justificativa da necessidade social;

II - documentação da autorização de funcionamento e/ou reconhecimento do respectivo curso ou habilitação;

III - qualificação e regime de trabalho do corpo docente, quando houver aumento e/ou redistribuição de vagas;

IV - comprovação da estrutura física e das condições econômicas que garantam e viabilizem o aumento ou a redistribuição de vagas.

Art. 53. Os pareceres relacionados com os pedidos de alteração de vagas têm sua tramitação simplificada pela Comissão de Ensino Médio e Educação Superior.

Parágrafo único. Os pedidos de reconsideração e de recurso deverão ser encaminhados no prazo de 60 (sessenta) dias, cada um, a contar da data da publicação do ato oficial.

Seção VIII
Da Extinção de Cursos

Art. 54. As Instituições de Ensino Superior não universitárias, integrantes do Sistema Estadual de Ensino, deverão comunicar, oficialmente, a extinção de cursos e/ou habilitações com a devida justificativa ao Conselho Estadual de Educação, que se manifestará em Parecer.

Capítulo IV

DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Art. 55. O ensino de pós-graduação compreende os cursos *lato sensu* e *stricto sensu,* abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação que atendam às exigências das Instituições de Ensino Superior.

§ 1º Os cursos *lato sensu* compreendem cursos de especialização.

§ 2º Os cursos *stricto sensu* compreendem os cursos de mestrado e doutorado.

Seção I

Dos Cursos de Pós Graduação: Especialização

~~**Art. 56.** Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, oferecidos por Instituições de Ensino Superior devidamente credenciadas, independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.~~

Art. 56 Os cursos de pós-graduação lato sensu, poderão ser oferecidos:

I – independentemente de autorização por Instituições de Educação Superior devidamente credenciadas e com curso de graduação reconhecido na área ou em áreas afins;

II – por escolas de governo criadas e mantidas pelo poder público estadual, prioritariamente para a formação e desenvolvimento de servidores públicos, na forma do artigo 39, § 2º da Constituição Federal de 1988, desde que se submetam a processo de credenciamento educacional pelo Conselho Estadual de Educação, nos termos desta Resolução, para esse fim. (Redação dada pela Resolução CEEd nº 332, de 14 de outubro de 2015)

§ 1º Incluem-se na categoria de cursos de pós-graduação *lato sensu* aqueles cuja equivalência se ajusta aos termos desta Resolução.

§ 2º Excluem-se desta Resolução os cursos de pós-graduação – aperfeiçoamento e outros.

§ 3º Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou equivalentes que atendam às exigências das Instituições de Ensino.

§ 4º As Instituições credenciadas para atuar nesse nível de ensino poderão ofertar cursos de especialização exclusivamente na área do saber e no endereço definidos no Ato de seu credenciamento, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 57. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, por área do saber, previstos no § 4º do art. 56 desta Resolução, ficam sujeitos à avaliação do Conselho Estadual de Educação, na ocasião do recredenciamento da Instituição.

Art. 58. As Instituições que oferecem cursos de pós-graduação *lato sensu* deverão fornecer informações referentes a esses cursos sempre que solicitadas pelo órgão coordenador do Censo do Ensino Superior, nos prazos e condições estabelecidos.

Art. 59. O corpo docente dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, deverá ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que dois terços destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido.

Art. 60. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, têm duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, não computado o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente e o reservado, obrigatoriamente, à elaboração individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

Art. 61. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância somente poderão ser oferecidos por Instituições credenciadas pela União, conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 62. A Instituição responsável pelo curso de pós-graduação *lato sensu* expedirá Certificado de Conclusão a que farão jus os alunos que tiverem obtido aproveitamento, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos, sendo obrigatória a freqüência de no mínimo de 75% (setenta e cinco por cento), nos cursos presenciais.

§ 1º Os Certificados de Conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu* devem mencionar a área de conhecimento do curso e ser acompanhados do respectivo histórico escolar, do qual devem constar, obrigatoriamente:

I - relação das disciplinas, carga horária, nota ou conceito obtido pelo aluno e nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;

II - período de realização do curso e sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;

III - título da monografia ou do trabalho de conclusão do curso e nota ou conceito obtido;

IV - declaração da Instituição de que o curso cumpriu todas as disposições da presente Resolução;

V - citação do ato legal de credenciamento da Instituição.

§ 2º Os Certificados de Conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, na modalidade presencial, devem ser obrigatoriamente registrados por Instituição credenciada que efetivamente ministre o curso.

§ 3º Os Certificados de Conclusão de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, que se enquadrem nos dispositivos estabelecidos nesta Resolução terão validade nacional.

Seção II

Dos Cursos de Pós Graduação: Mestrado e Doutorado

Art. 63. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos por Instituições de Ensino Superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino, têm por objetivo a formação e qualificação para o exercício do magistério, em cursos de graduação, para pesquisa e para atividades técnico-científicas.

Art. 64. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, oferecidos por Instituições de Educação Superior integrantes do Sistema Estadual de Ensino, para que tenham validade nacional, serão acompanhados, reconhecidos e avaliados pelo Conselho Estadual de Educação.

Parágrafo único. Os cursos de pós-graduação, de Mestrado e de Doutorado, disciplinados pela presente Resolução, somente poderão ser divulgados e iniciados após reconhecimento pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 65. Os cursos de pós-graduação de Mestrado e de Doutorado somente poderão ser oferecidos por Instituições de Ensino Superior que ministrem, na mesma área, cursos de graduação.

Parágrafo único. O ingresso nos cursos de Mestrado e de Doutorado está condicionado à apresentação de diploma de graduação, nos termos do art. 44, inciso III, da Lei federal nº 9.394/1996.

Subseção I

Do Reconhecimento

Art. 66. Os processos que visam ao reconhecimento dos cursos de pós-graduação de Mestrado e de Doutorado serão protocolados no Conselho Estadual de Educação a qualquer tempo, contendo informações sobre:

I – Instituição de Ensino Superior;

a) identificação da mantenedora;

b) identificação da mantida.

II - Dirigentes:

a) Reitor e Pró-Reitor de Pós-Graduação;

b) Coordenador do curso.

III - Proposta/Curso

a) nome do curso, área básica e área de avaliação;

b) nível do curso, situação e histórico;

c) relação do(s) curso(s) de graduação na área do curso de mestrado/doutorado.

IV - Infraestrutura:

a) infraestrutura exclusiva para o curso;

b) salas para docentes e para alunos, equipadas com computadores;

c) especificação dos laboratórios de pesquisa e recursos disponíveis;

d) biblioteca, recursos disponíveis, caracterização do acervo, financiamentos e informações adicionais.

V - Caracterização da proposta:

a) contextualização institucional e regional da proposta;

b) histórico do curso;

c) cooperação e intercâmbio;

d) associação de IES e relação das demais participantes.

VI - Áreas de concentração:

a) relação das áreas de concentração, descrição e caracterização;

b) relação das linhas de pesquisa, associando cada linha à respectiva área de concentração.

VII - Caracterização do Curso:

a) nível, objetivos e perfil do profissional a ser formado;

b) total de créditos para titulação, número de vagas e periodicidade de seleção;

c) descrição sintética da oferta do curso;

d) relação das áreas de concentração.

VIII - Disciplinas:

a) relação das disciplinas obrigatórias e não obrigatórias, carga-horária, número de créditos;

b) ementa;

c) bibliografia.

IX - Corpo docente:

- relação do corpo docente permanente/colaborador, disciplina, titulação (ano, IES, país, nível, área de titulação), horas de dedicação semanal na IES, dedicação ao curso e experiência de orientação concluída.

X - Produção Docente:

a) produção docente dos últimos três anos (tipo de produção, título da produção e complementação);

b) produção técnico-científica ou tecnológica: relacionar docente, tipo (patente depositada, patente em exploração comercial, software, protótipos e outros) título, empresa, país, e descrição de uso.

XI - Projetos de pesquisa:

- nome do projeto de pesquisa, linha de pesquisa, ano de início, descrição do projeto, docentes participantes.

XII - Consolidação docente/disciplina;

XIII - Consolidação corpo docente – vínculo e titulação;

XIV - Consolidação corpo docente – orientação e produção;

XV - Informações complementares;

XVI - Documentos.

Parágrafo único. Os processos de reconhecimento dos cursos de Mestrado e de Doutorado deverão conter como anexos o regimento/regulamento do curso, ato de autorização/criação do curso.

Art. 67 O relatório de recomendação positiva da CAPES poderá substituir o processo de reconhecimento referido no Art. 66, desta Resolução.

Art. 68. O reconhecimento dos cursos de pós-graduação de Mestrado e de Doutorado será concedido em Parecer do Conselho Estadual de Educação, por até 05 (cinco) anos.

Art. 69. Durante o período de vigência do reconhecimento, a Instituição de Ensino Superior poderá, sob sua responsabilidade, introduzir alterações que julgar pertinentes e necessárias ao bom andamento do curso, dando ciência ao Conselho Estadual de Educação.

Art. 70. O pedido de renovação do reconhecimento do curso deverá dar entrada no Conselho Estadual de Educação, em até 03 (três) meses antes do término do prazo concedido; a falta do requerimento implicará, automaticamente, o seu cancelamento.

Art. 71. O processo de renovação do reconhecimento será idêntico, no que couber, ao processo de reconhecimento original, previsto no art. 66 desta Resolução.

Subseção II

Da Tramitação

Art. 72. Os processos a que se refere o artigo anterior, uma vez protocolados no Conselho Estadual de Educação, para a sua tramitação, necessitam de:

I – Designação, pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação, de Comissão de Verificação composta por 02 especialistas com experiência docente em Ensino Superior, que apresentará relatório conclusivo de verificação *in loco*;

II – Designação de relator pelo Presidente do Conselho Estadual de Educação;

III - Emissão de Minuta de parecer, pelo relator, que, preliminarmente, será levada à apreciação da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior;

IV - Apreciação do parecer da Comissão de Ensino Médio e Educação Superior na Sessão Plenária do Conselho Estadual de Educação, para decisão final;

V – Publicação do Parecer no Diário Oficial do Estado.

§ 1º Dentre os especialistas previstos no inciso I, pelo menos um deverá atuar em Instituição de Ensino Superior universitária de outro Estado da Federação.

§ 2º Das decisões do Plenário do Conselho Estadual de Educação, caberá pedido de reconsideração no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação do ato oficial.

Subseção III

Das Disposições Gerais

Art. 73. O tempo máximo para conclusão do curso pelo aluno será de 04 (quatro) anos para o Mestrado e 06 (seis) anos para o Doutorado.

Art. 74. Os cursos de Mestrado e de Doutorado compreendem 02 (dois) níveis independentes.

§ 1º Para a obtenção do grau de Mestre, serão exigidos exames de qualificação e defesa de dissertação, de acordo com os critérios estabelecidos pela Instituição de Ensino Superior no Regimento do curso, compatíveis com as características da área de conhecimento.

§ 2º Para a obtenção do grau de Doutor, serão exigidos exames de qualificação e defesa de tese que represente trabalho original, fruto de atividade de pesquisa e que importe em contribuição para o desenvolvimento da área do conhecimento, de acordo com os critérios estabelecidos no Regimento do curso.

§ 3º Ao aluno do curso de Mestrado que cumprir somente os créditos em disciplinas, sem a defesa da dissertação dentro do prazo regimental, será atribuído o Certificado de Especialização.

Art. 75. Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos deverão informar a área de concentração realizada e, no verso, o respectivo histórico com as seguintes informações:

a) relação das disciplinas com a respectiva carga-horária, nome do professor com sua titulação e nota ou conceito da avaliação final;

b) período em que o curso foi cumprido pelo titulado e duração total;

c) título da dissertação ou tese, especificando o respectivo orientador, a data de conclusão do conceito atribuído;

d) assinaturas dos representantes da Instituição, na forma legal.

Art. 76. Os cursos de Mestrado e de Doutorado deverão ter, respectivamente, no mínimo, 24 (vinte e quatro) e 48 (quarenta e oito) créditos em atividades de ensino e pesquisa, aos quais devem ser acrescidos 06 (seis) créditos pela dissertação e 12 (doze) créditos pela tese.

§ 1º Os detentores do título de Mestre, ao ingressarem no curso de Doutorado da mesma área ou afim, poderão ter validados até 32 (trinta e dois) créditos, a critério da Instituição de ensino.

§ 2º Cada crédito corresponde a, no mínimo, 15 h/a (quinze horas-aula).

§ 3º É permitida a celebração de convênios entre Instituições de Ensino Superior para que o estudante possa ser autorizado a realizar atividades de ensino e/ou pesquisa fora da sede do curso, desde que seja garantida a existência de orientadores individuais qualificados.

TÍTULO V

DO CREDENCIAMENTO DE DOCENTES

Art. 77. O credenciamento de docentes para o exercício do magistério em nível superior é feito pelas Instituições de Ensino Superior, de acordo com as exigências e os critérios estabelecidos em seus estatutos e regimentos, observado o seguinte:

I - a titulação mínima para o exercício do magistério em cursos de graduação é o título de Mestre, admitida a presença no corpo docente do curso de até 30% (trinta por cento) de portadores do título de Especialista que comprovem experiência profissional ou produção intelectual, técnica ou científica relacionada com a disciplina ou, ainda, em casos excepcionais, por profissionais de notório saber;

II - a titulação mínima para o exercício do magistério em Cursos de Especialização ou de Aperfeiçoamento é o título de Mestre, admitida a presença no corpo docente do curso de até 30% (trinta por cento) de portadores do título de Especialista que comprovem experiência profissional ou produção intelectual, técnica ou científica relacionada com a disciplina;

III - a titulação mínima para o exercício do magistério em cursos de Mestrado é o título de Doutor, admitida a presença, no corpo docente de cada curso, de até 20% (vinte por cento) de Mestres que comprovem experiência profissional ou produção intelectual, técnica ou científica relacionada com a disciplina;

IV - a titulação mínima para o exercício do magistério em cursos de Doutorado é o título de Doutor, podendo integrar o corpo docente do curso, em caráter excepcional, não portadores do título que comprovem alta qualificação, experiência profissional e produção intelectual técnica ou científica relacionadas com a disciplina.

Parágrafo único. O descumprimento do presente artigo poderá implicar descredenciamento do docente e/ou reposição das aulas.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 78. A oferta de cursos de graduação na modalidade de ensino a distância será objeto de regulamentação específica.

Art. 79. Os processos de reconhecimento de curso, autorização de novos cursos, credenciamento de novo *campus* ou equivalentes, encaminhados após a aprovação desta norma observarão as respectivas disposições.

Parágrafo único. Transitoriamente, a Universidade do Estado do Rio Grande do Sul – UERGS deverá observar os seguintes prazos:

I - Cinco anos para reconhecimento dos cursos ora ofertados, com vistas às condições mínimas previstas no § 3º do art. 2º desta Resolução;

II - Dez anos para a renovação do credenciamento da Instituição de Ensino Superior, prevista no art. 21 desta Resolução.

Art. 80. As alterações estatutárias e/ou regimentais das Instituições de Ensino Superior deverão ser encaminhadas ao Conselho Estadual de Educação.

Art. 81. Ficarão na dependência de parecer do Conselho Estadual de Educação as medidas relativas à:

I - desativação ou reativação de cursos e/ou de habilitações, quando ocorrer em Instituições de Ensino Superior não Universidades e Centros Universitários;

II - transferência de cursos e/ou de habilitações de uma para outra entidade mantenedora;

III - alteração regimental, quando ocorrer em Instituições de Ensino Superior não Universidades e Centros Universitários.

Art. 82. Tratando-se de desativação das atividades escolares, o registro acadêmico deverá ser arquivado:

I - na própria Instituição de Ensino Superior, quando se tratar de desativação de curso;

II - no caso de Instituição de Ensino Superior, em outra Instituição de Ensino Superior indicada pela Presidência do Conselho Estadual de Educação, observado o critério da proximidade geográfica.

Art. 83. É vedada a realização de qualquer atividade acadêmica antes da autorização legal de funcionamento do curso nas Instituições que não detêm autonomia universitária.

Art. 84. Das decisões dos órgãos máximos das Instituições de Ensino Superior em matéria de ensino, caberá recurso ao Conselho Estadual de Educação, no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da publicação do respectivo ato.

Parágrafo único. A aplicação do prazo fixado neste artigo ocorrerá somente na hipótese da ausência de prazo previsto nos Estatutos correspondentes.

Art. 85. Os diplomas de cursos superiores serão registrados pelas Universidades e Centros Universitários que os expedirem, e os expedidos por Instituições sem autonomia universitária, por universidades conveniadas.

Art. 86. Ficam revogadas as Resoluções CEED nº 263, de 24 de outubro de 2001, e CEED nº 277, de 18 de agosto de 2004, do Conselho Estadual de Educação, ressalvando-se que os processos protocolados até a data da publicação da presente Resolução serão analisados à luz das normas vigentes à época.

Art. 87. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Em 09 de outubro de 2012.
Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 17 de outubro de 2012.

Augusto Deon
Presidente

* Publicada no Diário Oficial do Estado de 05 de novembro de 2012.

* Republicada no Diário Oficial do Estado de 05 de Agosto de 2013.

J U S T I F I C AT I VA

A história do Ensino Superior no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul é de pouco mais de dez anos.

Em 2001, o Conselho Estadual de Educação, pelos Pareceres CEED nº 450/2001 e nº 1.150/2002, autoriza o funcionamento de cursos e credencia a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, respectivamente.

A Resolução CEED nº 263, de 24 de outubro de 2001, dispõe sobre credenciamento de instituições de ensino superior e autorização para o funcionamento de cursos no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, e a Resolução CEED nº 277, de 18 de agosto de 2004, dispõe sobre procedimentos para reconhecimento de cursos de nível superior e sua renovação no Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir do Decreto federal nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto federal nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, é necessária nova normatização que regule a oferta de Ensino Superior no Sistema Estadual de Ensino.

A presente Resolução prevê outros procedimentos, não só para credenciamento e reconhecimento de cursos, contemplados nas Resoluções anteriormente referidas, mas, também, para credenciamento, renovação de credenciamento, avaliação institucional, avaliação de cursos, avaliação do desempenho dos estudantes, normas gerais sobre tipologia de cursos: graduação e cursos sequenciais, autorização de cursos, reconhecimento, renovação de reconhecimento e extinção de cursos, alteração e/ou redistribuição de vagas, normas gerais para cursos de pós-graduação latu e stricto sensu – autorização e reconhecimento, além de normas gerais para credenciamento de docentes.

Estão previstos, ainda, nesta Resolução, os prazos para adaptação e transição da Universidade Estadual de Educação – UERGS, única instituição de ensino superior vinculada ao Sistema Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul a esta regulação.

Em 09 de outubro de 2012.

Ruben Werner Goldmeyer - relator
Antonio Maria Melgarejo Saldanha
Cecília Maria Martins Farias
Claudimir Rossetto
Raul Gomes de Oliveira Filho
Sonia Maria Nogueira Balzano
Thalisson Silveira da Silva
Viviane Braz Trogildo

RESOLUÇÃO Nº 328, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014*.

Altera o § 1º e revoga o § 3º do artigo 1º da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012.
Revoga o Parecer CEEd nº 767/2012.
Dá outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, e com base no inciso V do art. 10 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no inciso XIX do art. 11 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, pela Lei estadual nº 11.452, de 28 de março de 2000 e pela Lei Estadual nº 14.471, de 21 de janeiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o § 1º e revogado o § 3º do artigo 1º da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, passando este artigo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º .....

§1º - Para os efeitos desta Resolução, entende-se por curso cada uma das três etapas que compõem a Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental e médio**,** bem como cada um dos cursos da Educação Profissional Técnica de nível médio. (NR)

§2º .....

§ 3º- (revogado)

Art. 2º. O estabelecimento de ensino que, em data anterior à publicação desta Resolução, ofertou curso(s), mediante a aprovação de Regimento Escolar, será considerado credenciado e o respectivo curso autorizado.

Art. 3º. As propostas de Regimento Escolar em tramitação em data anterior à publicação deste Ato serão examinadas, face ao pedido encaminhado pela Mantenedora e, caso aprovadas, os estabelecimentos de ensino serão considerados credenciados, bem como o(s) curso(s) considerado(s) autorizado(s).

Art. 4º. Fica revogado o Parecer CEEd nº 767/2012.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 12 de novembro de 2014.

Cecília Maria Martins Farias
Presidente

* Publicada no Diário Oficial do Estado de 20 de novembro de 2014.

JUST I F I C A T I V A

O Conselho Estadual de Educação – CEEd, em 18 de janeiro de 2012, exarou a Resolução CEEd nº 320/2012 cuja ementa se transcreve: “Atualiza normas para o credenciamento de estabelecimento de ensino e autorização para funcionamento de cursos e regula procedimentos correlatos. Dá nova redação ao art. 12 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009”.

O artigo 1º da citada Resolução regulamentava:

“Art. 1º O credenciamento de estabelecimento de ensino e a autorização para o funcionamento de curso no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul serão regulados pela presente Resolução.

§ 1º Para os efeitos desta Resolução, entende-se por curso cada um dos três níveis que compõem a Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e, na Educação Profissional, cada uma das suas habilitações.

§ 2º Na Educação Básica, devem ser credenciados como cursos distintos as ofertas nas modalidades:

I – Educação especial;

II – Educação indígena; e

III – Educação do campo.

§ 3º Havendo credenciamento de Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio comuns, a oferta na modalidade de Educação de Jovens e Adultos não implica novo credenciamento, e vice-versa, bastando a inserção de regramento específico no Regimento Escolar.”

Decorridos quase três anos de vigência da Resolução CEEd nº 320/2012, a aplicabilidade do artigo 1º, diante de situações concretas, demonstrou a pertinência de nova visão quanto à operacionalidade da oferta do ensino fundamental e do ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A relevância para a modificação do artigo 1º é encontrada no fato de um estabelecimento devidamente credenciado para a oferta do ensino fundamental e/ou médio vir a ofertar essas etapas na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mediante aprovação do Regimento Escolar, conforme o então vigente §3º do artigo 1º da Resolução CEEd nº 320/2012. Na eventualidade da cessação do ensino fundamental e/ou ensino médio comum, nenhum Ato seria exarado pelo CEEd para não inviabilizar a oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos que estava amparada pelo Ato autorizativo emitido para a oferta do ensino fundamental e do médio comuns. Ocorria a cessação de funcionamento, no entanto, o fato não gerava registros nos órgãos do Sistema Estadual de Ensino, o que inviabilizava a ciência plena das ofertas de cada estabelecimento de ensino.

A inserção, por este Ato, do ensino fundamental ou do ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na redação do §1º do artigo 1º da Resolução CEED nº 320/2012, como cursos distintos do ensino fundamental e do ensino médio implica a necessidade de credenciamentos específicos do estabelecimento para a oferta do ensino fundamental ou do ensino médio comum e das respectivas modalidades, bem como da autorização para funcionamento específica por Curso. Dessa forma, o procedimento de reciprocidade anteriormente estabelecido no então vigente § 3º do artigo 1º da Resolução CEEd nº 320/2012, com o advérbio “vice-versa”, deixa de ser adotado no Sistema Estadual de Ensino.

Os casos de cessação de um dos Cursos – ensino fundamental ou ensino médio ou do ensino fundamental ou do ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – serão tratados de acordo com os artigos 14 a 19 da Resolução CEEd nº 320/2012, inclusive aqueles cursos que, por esta Resolução, estão sendo considerados autorizados e os estabelecimentos de ensino considerados credenciados.

Outro fato a ser analisado são as mudanças constantes nas Resoluções CNE/CEB nº 3/2010 e nº 7/2010 e, em decorrência destas, a consolidação das normas quanto à oferta da modalidade de Educação de Jovens e Adultos pela Resolução CEED nº 313, de 16 de março de 2011, com as modificações introduzidas pela Resolução CEED nº 316, de 17 de agosto de 2011.

Até a emissão da Resolução CEED nº 313/2011, os cursos de ensino fundamental e de ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos tinham, no Sistema Estadual de Ensino, carga horária mínima igual à do ensino fundamental e do ensino médio comuns - 3.200 e 2.400 horas, respectivamente.

Este Conselho, diante das asserções supra, propõe introduzir, no §1º do artigo 1º da Resolução CEEd nº 320/2012, as etapas do ensino fundamental e do ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos como cursos distintos do ensino fundamental e do ensino médio comuns.

Pelo Parecer CEEd nº 767/2012, este Conselho dispôs sobre os procedimentos a serem adotados para a oferta do ensino fundamental e do ensino médio ou da modalidade de Educação de Jovens e Adultos em escolas já credenciadas e com autorização para funcionamento dos cursos, face ao § 3º do artigo 1º da Resolução CEEd nº 320/2012. Com a inserção da referência do ensino fundamental ou ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no § 1º e a revogação do § 3º, é imperioso revogar o Parecer CEEd nº 767/2012.

As assertivas constantes nesta Justificativa impõem alteração no §1º do artigo 1º da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, bem como a revogação do § 3º do mesmo artigo e em decorrência a revogação do Parecer CEEd nº 767/2012.

A alteração no artigo 1º da Resolução CEED nº 320/2012 requer a regulamentação prevista nos artigos 2º e 3º da presente Resolução.

Diante do exposto, a Comissão de Legislação e Normas propõe ao Colegiado adequações na Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, alterando o §1º do artigo 1º e a revogação do § 3º do mesmo artigo, bem como a revogação do Parecer CEED nº 767/2012 e, em decorrência, propõe, também, a regulamentação prevista nos artigos 2º e 3º da presente Resolução.

Em 04 de novembro de 2014.

Angela Maria Hübner Wortmann - relatora
Daniel Vieira Sebastiani - relator
Domingos Antônio Buffon- relator
Maria Otilia Kroeff Susin - relatora
Marli Helena Kümpel da Silva - relatora

RESOLUÇÃO Nº 329, DE 13 DE MAIO DE 2015*.

Altera a Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, no que se refere à cessação de funcionamento de curso nas escolas do campo, indígenas e quilombolas.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, e com base no inciso V do art. 10 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no Decreto federal nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, na Lei federal nº 12.960, de 27 de março de 2014 e no inciso XIX do art. 11 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, pela Lei estadual nº 11.452, de 28 de março de 2000 e pela Lei estadual nº 14.471, de 21 de janeiro de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º A Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, fica acrescida dos artigos 15A e 15B com a seguinte redação:

Art. 15A. Para fins desta Resolução e demais normas do Sistema Estadual de Ensino entende-se por:

I – **Escola do campo** aquela escola situada em área rural, definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.

II – **Populações do campo** os agrupamentos formados por agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

Art. 15B. A entidade mantenedora que manifestar a intenção de cessar o funcionamento de curso, devidamente autorizado no Sistema Estadual de Ensino, em escolas do campo, indígenas e quilombolas, de forma gradativa ou não, deverá solicitar a prévia manifestação do Conselho Estadual de Educação que emitirá Parecer com base nos seguintes documentos, constantes em Processo instruído na Coordenadoria Regional de Educação:

I – Justificativa elaborada pela Secretaria da Educação do ente federado, considerando os aspectos da política de educação do campo referidos no Decreto federal nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, contendo:

a) número de estudantes atendidos na escola em questão, por ano e série, nos últimos dez anos;

b) relação dos estudantes matriculados no presente ano;

c) mapa do território contendo a escola em questão e as demais escolas públicas com a distância entre elas;

d) número de estudantes residentes e/ou oriundos do campo, de área quilombola ou indígena de cada escola relacionada no mapa.

II – Diagnóstico do impacto da cessação, considerando aspectos educacionais, demográficos, socioculturais e econômicos, elaborado pela Secretaria da Educação do ente federado, acompanhado dos seguintes documentos:

a) manifestação dos órgãos relativos à atuação no campo: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Secretaria Municipal da Agricultura e/ou outros órgãos equivalentes existentes ou atuantes no território;

b) manifestação do Ministério Público por meio da Promotoria da Comarca que atende o Município;

c) manifestação do Prefeito Municipal;

d) manifestação do Poder Legislativo Municipal;

e) manifestação do Conselho Municipal de Educação;

f) manifestação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, se escola indígena;

g) manifestação do Comitê Estadual de Educação do Campo;

h) manifestação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Trabalhadores em Educação do território;

i) relatório de ações realizadas em regime de colaboração, para o atendimento à população em questão, anteriores à decisão de cessação de curso;

j) declaração de destinação do imóvel, no caso de dominialidade pública;

k) declaração referente aos recursos humanos que atuam no estabelecimento de ensino em cessação, destacando vínculo de trabalho e sua designação para outra escola.

III – Manifestação da comunidade escolar, decorrente de assembleia geral convocada mediante edital com antecedência mínima de 15 dias, expressa em Ata acompanhada de relação dos presentes discriminados por segmento.

Parágrafo único: O pedido de manifestação do Conselho Estadual de Educação quanto à cessação de curso deverá dar entrada neste Órgão entre 360 a 180 dias antes da data prevista para o possível encerramento das atividades letivas.

Art. 2º O artigo 16 da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, fica acrescido do inciso IX com a seguinte redação:

"Art. 16 [...]

IX – cópia do Parecer prévio do Conselho Estadual de Educação no caso de escola do campo, indígena ou quilombola."

Art. 3º Ficam revogados o § 1º do artigo 14 e o § 2º do artigo 15, da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 13 de maio de 2015.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

* Publicada no Diário Oficial do Estado de 20 de maio de 2015.

JUSTIFICATIVA

O Conselho Estadual de Educação, em 18 de janeiro de 2012, exarou a Resolução CEEd nº 320/2012 cuja ementa se transcreve: “Atualiza normas para o credenciamento de estabelecimento de ensino e autorização para funcionamento de cursos e regula procedimentos correlatos. Dá nova redação ao art. 12 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009”.

A revogação do § 1° do artigo 14 tem a finalidade de evitar que situações excepcionais e passageiras se tornem permanentes. Estas excepcionalidades poderão ser supridas por instrumentos legais já existentes sem causar o fechamento temporário ou gradativo da escola.

O artigo 15 da Resolução prevê:

“O estabelecimento que, por decisão de sua mantenedora, cessar o funcionamento de curso autorizado a funcionar, será descredenciado para essa oferta, mediante Parecer deste Conselho, com base em processo encaminhado pela Secretaria da Educação.”

A Lei federal nº 12.960, de 27 de março de 2014, altera a Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional para fazer constar a exigência de manifestação prévia de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígena e quilombolas e determina novos encaminhamentos.

De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE nos últimos dez anos, 276 mil pessoas deixaram o campo no Rio Grande do Sul, e hoje vivem no campo apenas 15% da população gaúcha, onde 31,3% das propriedades rurais não possuem jovens para fazer a sucessão na agricultura familiar e das 307 mil pessoas que vivem em situação de extrema pobreza 107 mil são do meio rural.

Já no Censo 2006 do IBGE dos 441 mil estabelecimentos rurais existentes 379 mil são de base familiar (86%).

Segundo o Departamento de Planejamento da Secretaria de Estado da Educação, no Rio Grande do Sul, de 2006 a 2014, por decisão das Mantenedoras cessaram o funcionamento 1.544 escolas, destas, 375 são escolas estaduais e 1.169 escolas municipais.

Cuida-se agora de atualizar a norma e completá-la, a fim de atender ao disposto no Art. 28 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, alterado pela Lei federal nº 12.960, de 27 de março de 2014, que estabelece no Parágrafo único do Art. 28:

> O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar. (NR)

Por sua vez, o Decreto federal nº 7.352 de 04 de novembro de 2010, no inciso II do artigo 2º estabelece:

> Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

E no inciso IV do mesmo artigo:

> Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar,

> incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

Por fim, no Parágrafo único do art. 3º:

> Aos Estados, Distrito Federal e Municípios que desenvolverem a educação do campo em regime de colaboração com a União caberá criar e implementar mecanismos que garantam sua manutenção e seu desenvolvimento nas respectivas esferas, de acordo com o disposto neste Decreto.

Entre tantas justificativas para o não fechamento de escolas cita-se o art. 3º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece:

"A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças."

Os atos de criação, denominação, credenciamento e autorização de funcionamento preveem atos contrários aos de cessação de funcionamento, descredenciamento e extinção, compondo assim os ditos "atos complexos". Estes procedimentos e manifestações administrativas não são simplesmente resultado de processos burocráticos e sim devem ser vistos como resultado de processos sociais. Portanto, democraticamente planejados.

Em 06 de maio de 2015.

Marcia Adriana de Carvalho – relatora
Antônio Quevedo Branco – relator
Berenice Cabreira da Costa – relatora
Hilário Bassotto – relator
Marco Antonio Sozo – relator
Neuza Mariza Franco Lopes – relatora
Thalisson Silveira da Silva – relator

RESOLUÇÃO Nº 330, DE 22 DE JULHO DE 2015*.

Fixa as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Sistema Estadual de Ensino, nos termos do Parecer CEEd nº 545/2015.

O **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO** do Rio Grande do Sul, com fundamento no artigo 10, inciso V, da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e na Lei estadual nº 9.672, de 19 de janeiro de 1992, com as alterações introduzidas pelas Leis estaduais nº 10.591, de 28 de novembro de 1995 e nº 11.452, de 28 de março de 2000, no Parecer CNE/CEB nº 7, de 07 de abril de 2010 e na Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.

R E S O L V E :

Art. 1º – As Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica do Sistema Estadual de Ensino estão disciplinadas no Parecer CEEd nº 545/2015.

Art. 2º – A organização do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar das Escolas que integram o Sistema Estadual de Ensino deve observar as Diretrizes Curriculares Gerais constantes do Parecer CEEd nº 545/2015.

Art. 3º – As alterações de textos de Regimentos Escolares referidos inclusive no art. 2º da Resolução CEED nº 288, de 21 de setembro de 2006, para adequações ao disposto no supracitado Parecer serão analisadas e validadas pelo Conselho Escolar ou por comissão paritária formada por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar do estabelecimento de ensino e por sua mantenedora, respeitados os pressupostos legais e normativos, não havendo necessidade de encaminhamento a este Conselho.

Parágrafo único – A disposição expressa no *caput* aplica-se, inclusive, a Regimentos Escolares que ainda se encontram no período de carência, interstício de 3 anos, estabelecido no Art. 8º da Resolução CEED nº 288/2006.

Art. 4º – As diretrizes curriculares para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, suas modalidades e formas diferenciadas de atendimento da educação básica serão emitidas em normas específicas.

Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, tornados sem efeito os Pareceres CEED nº 851/2000, nº 487/2008 e nº 194/2011, e revogada a Resolução CEED nº 312, de 03 de novembro de 2010 e dispositivos contrários ao Parecer nº CEEd nº 545/2015.

Em 10 de julho de 2015.

Aprovada por maioria na Sessão Plenária de 22 de julho de 2015, com o voto contrário do Conselheiro Hilário Bassotto.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

* Publicada no Diário Oficial do Estado de 29 de julho de 2015.

RESOLUÇÃO Nº 331, DE 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Estabelece duração mínima para o ensino fundamental – anos finais e para o ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – presencial e a distância para o Sistema Estadual de Ensino.
Acrescenta parágrafo único ao Artigo 12 da Resolução CEED nº 300/2009.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL com fundamento no art. 37 e no art. 80 §3º da Lei federal no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 11, inciso III, itens 1, 2 e 3 da Lei estadual no 9.672, de 19 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pelas Leis estaduais no 10.591, de 28 de novembro de 1995, no 11.452, de 28 de março de 2000 e nº 14.471, de 21 de janeiro de 2014; no Decreto federal nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com as alterações pelo Decreto federal nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, na Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de julho de 2000, com alterações feitas pela Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010, no Parecer CNE/CEB nº 06, de 07 de abril de 2010 e na Resolução CEED nº 313, de 16 de março de 2011, com as modificações introduzidas pela Resolução CEEd nº 316, de 17 de agosto de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º A duração dos cursos ofertados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, presencial e/ou a distância, corresponde, no mínimo, a:

I – Um ano e meio no ensino médio, perfazendo a carga horária mínima de 1.200 horas; e

II – Dois anos no ensino fundamental – anos finais, perfazendo a carga horária mínima de 1.600 horas.

§ 1º – As disposições deste artigo são de aplicação obrigatória para os estabelecimentos de ensino credenciados e que tiveram seus cursos autorizados a funcionar anterior à publicação desta Resolução, independentemente da forma de organização curricular adotada.

§ 2º – Os novos Regimentos Escolares deverão apresentar a duração de seus cursos, explicitamente, a partir da publicação desta Resolução.

§ 3º – No caso dos Regimentos Escolares que não explicitam o tempo físico as alterações devem ser efetuadas diretamente nos Planos de Estudos para toda oferta de Educação de Jovens e Adultos.

§ 4º – Os Regimentos Escolares dos cursos na forma de Educação a Distância deverão ser adequados a esta Resolução por ocasião de seu recredenciamento.

§ 5º – Em havendo a necessidade de modificação do Regimento Escolar, deverá ser observado o disposto no § 1º do art. 12 da Resolução CEEd 320/2012.

Art. 2º As mantenedoras deverão orientar seus estabelecimentos de ensino para que seja prevista nos Planos de Estudos e na Matriz Curricular a duração de, no mínimo, dois anos e de um ano e meio, respectivamente, para o ensino fundamental- anos finais e para o ensino médio, independentemente da forma de organização curricular adotada.

Parágrafo Único – Na oferta de cursos de Educação de Jovens e Adultos os Planos de Estudos deverão apresentar a organização curricular em consonância com a base comum nacional prevista na LDBEN.

Art. 3º O prazo de recredenciamento das instituições que oferecem a modalidade de Educação de Jovens e Adultos na forma de Educação a Distância será de 3 anos, acrescentando-se o parágrafo único ao Art. 12 da Resolução CEED nº 300/2009, com a seguinte redação:

> Art. 12...
>
> Parágrafo único – O prazo de recredenciamento das instituições de ensino para a oferta de Educação de Jovens e Adultos na modalidade de Educação a Distância será de 3 anos.

Parágrafo Único – As instituições já recredenciadas permanecem com o prazo estabelecido no seu recredenciamento.

Art. 4º Toda e qualquer divulgação interna ou externa às instituições dos cursos de Educação de Jovens e Adultos na forma presencial ou a distância não poderá explicitar a duração menor do que a prevista nesta Resolução.

Art. 5º Fica assegurado aos alunos matriculados no período anterior à publicação desta Resolução o direito à conclusão de curso e à certificação decorrente.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigência na data de sua publicação.

Aprovada por maioria na Sessão Plenária de 30 de setembro de 2015, com abstenção dos Conselheiros Andreia Cesar Delgado, Angela Maria Hübner Wortmann, Hilário Bassotto, Maria Otilia Kroeff Susin e Neusa Teresinha Machado Salaberry.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

* Publicada no Diário Oficial do Estado de 07 de outubro de 2015.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988, no Art. 208, inciso I estabelece o direito à educação inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria, direito ratificado pela Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nos artigos 37 e 38.

A temática da Educação de Jovens e Adultos ganha, em um país como o Brasil, contornos muito específicos, considerando-se que várias gerações foram alijadas do direito à educação escolar. Caracterizando-se pelo aspecto tardio, o sistema escolar no Brasil, manteve à margem milhões de brasileiros e brasileiras durante décadas inteiras.

Do início do período republicano até os anos 70, do século XX, a obrigatoriedade de frequência, recaía apenas sobre o curso primário e esteve longe de alcançar caráter universal. Nas décadas seguintes o acesso obrigatório ampliou-se e o ensino fundamental dos 7 aos 14 anos alcançou mais de 90% da população nesta faixa etária.

Na primeira década do novo milênio, especificamente no ano de 2009, por meio da Emenda Constitucional nº 59, o Governo Federal propôs a obrigatoriedade da educação escolar dos 4 aos 17 anos, consagrando a perspectiva de educação básica presente na LDBEN, compreendida da educação infantil até o ensino médio.

Portanto, nesta lenta trajetória, estima-se que milhões de brasileiros e brasileiras com 18 anos e mais não cursaram, especialmente, os anos finais do ensino fundamental e o ensino

médio, embora o percentual de adultos analfabetos chegue, ainda, a praticamente 10% da população.

Embora os dados nacionais apurados pelo Censo Escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira demonstrem a diminuição das matrículas presenciais na Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Estado do Rio Grande do Sul cresce a proposição privada desta oferta, sobretudo através da modalidade de Educação a Distância – EaD.

O acesso à Educação de Jovens e Adultos seja na sua modalidade presencial ou EaD adquire, dado este quadro contextual, caráter reparador, oportunizando que um direito ao qual o cidadão não teve acesso na infância, lhe seja proporcionado na juventude (considerando-se, sociologicamente, o período dos 18 aos 29 anos) e na vida adulta.

A oferta educativa para esta faixa etária específica há de ser adequada e qualificada, conforme o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e Resolução CNE/CEB nº 1/2000) e nas Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 23/2008 e Resolução CNE/CEB nº 3/2010).

No reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, explicita-se que: “A EJA representa uma outra e nova possibilidade de acesso ao direito à educação escolar sob uma nova concepção, sob um modelo pedagógico próprio e de organização relativamente recente.” (MEC, 2013, p. 345)

No caso da EJA-EaD, as construções e proposições metodológicas são, ainda, mais recentes e devem relacionar-se substancialmente com “a urgência da apropriação das tecnologias de comunicação e multimídia, como forma de constituição da cidadania, bem como contraponto ao processo de mercantilização e de desqualificação da educação.” (MEC, 2013, p. 360)

O Decreto federal nº 5.622/2005, dispondo sobre a EaD, também contemplou a EJA e definiu a observação do princípio da isonomia quanto à equiparação do ensino a distância com o presencial. Tal isonomia refere-se, tanto à qualidade do trabalho pedagógico realizado e aos resultados alcançados, em termos de aprendizagem dos estudantes, quanto ao critério mínimo de duração dos cursos. A preocupação com os resultados do trabalho pedagógico desenvolvido através da EaD é tão contundente, que a Resolução CNE/CEB nº 3/2010, em seu art. 9, inciso XI, define:

> Será estabelecido, pelos sistemas de ensino, processo de avaliação de EJA, desenvolvida por meio de EAD, no qual:
>
> a) [...]
>
> b) haja avaliação periódica das instituições escolares como exercício da gestão democrática e garantia do efetivo controle social de seus desempenhos;
>
> c) seja desenvolvida avaliação rigorosa para a oferta de cursos, descredenciando práticas mercantilistas e instituições que não zelem pela qualidade de ensino.

Este mesmo Decreto Presidencial estabelece que a duração mínima dos cursos de EJA, pela mediação da EaD no ensino fundamental, não poderá ser inferior a 2 (dois) anos e, no ensino médio, não poderá ser inferior a 1 (um) ano e meio:

> Artigo 3º [...]
>
> § 1º Os cursos e programas a distância deverão ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial.
>
> Desse modo, a questão da duração fica regulamentada em nível nacional por decreto.

A definição da duração dos cursos explicita-se, também, no artigo 31 do Decreto nº 5.622/2005, quando define que:

> [...] os cursos a distância para a Educação Básica de jovens e adultos que foram autorizados excepcionalmente com duração inferior a dois anos no Ensino Fundamental e um ano e meio no Ensino Médio deverão inscrever seus alunos em exames de certificação, para fins de conclusão do respectivo nível de ensino.

O mesmo vale pelo princípio da isonomia já mencionado para a EJA na modalidade EaD.

Do ponto de vista da organização curricular tanto nos anos finais do ensino fundamental quanto no ensino médio há que se trazer presente para o debate o disposto no artigo 23 da LDBEN:

> Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, **sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar**. (grifo da Relatora)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio (Resolução CNE/CEB nº 2/2012) incluem, ainda, a possibilidade da organização curricular através de Módulos.

Portanto, desde esta perspectiva, o tempo de duração da EJA-EaD não pode ser disposto apenas como resposta à formalidade legal, mas precisa ser estruturado de modo a garantir que a trajetória educativa na educação básica construída também nesta etapa da vida, responda:

a) à possibilidade de dar prosseguimento, com qualidade, aos estudos;

b) a demandas da vida profissional em termos de qualificação humana;

c) a demandas sociais e culturais que permitam a qualificação da vida.

Corroborando esta amplitude, a Resolução CNE/CEB nº 2/2012, já referida, estabelece como parte do referencial legal e conceitual do ensino médio, em seu Artigo 5, inciso VIII, que o ensino médio em todas as suas formas de oferta e organização baseia-se na "integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia, e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular".

Esta mesma Resolução estabelece, ainda, em seu artigo 14, inciso XI que:

> [...] a organização curricular do Ensino Médio deve oferecer espaços e tempos próprios para estudos e atividades que permitam itinerários formativos opcionais diversificados, a fim de melhor responder à heterogeneidade e pluralidade de condições, múltiplos interesses e aspirações dos estudantes, com suas especificidades etárias, sociais e culturais, [...].

Considera-se, portanto, que a EJA seja na modalidade EaD ou Presencial precisa constituir-se como espaço efetivo de aprendizagens significativas para a vida e como espaço de socialização e ampliação de horizontes, não podendo, sob hipótese ou pretexto algum, reduzir-se a realização de provas e certificação embora tais aspectos constituam parte desta trajetória.

Para tanto é preciso assegurar um tempo mínimo de duração dos cursos para a realização destes processos, evitando-se a rapidez e superficialização de conteúdos, sobretudo nestas etapas da vida em que o estudo não se encontra, via de regra, como atividade principal.

Considerando tais pressupostos na oferta de EJA na modalidade EaD outros aportes legais corroboram a definição do tempo de duração dos cursos proposto nesta Resolução:

- O Conselho Nacional de Educação, em 05 de julho de 2000, tendo como fundamento o Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio do mesmo ano, homologado pelo despacho ministerial no D.O.U., de 09 de junho de 2000, exarou a Resolução CNE/CEB nº 01, de 05/7/2000, que "Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos" da qual se destaca: "Artigo 6º – Cabe a cada sistema de ensino definir a estrutura e a duração dos cursos da Educação de Jovens e Adultos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais, a identidade desta modalidade de educação e o regime de colaboração entre os entes federativos";

- O Parecer CNE/CEB nº 6, de 07 de abril de 2010, homologado pelo despacho ministerial no D.O.U., de 09 de junho de 2010, o qual tem como assunto:

> Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância;

- A Resolução CEED nº 313, de 16 de março de 2011, que "Consolida normas relativamente à oferta da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências, em consonância com as Diretrizes Nacionais fixadas nas Resoluções CNE/CEB nº 3/2010 e nº 7/2010" disciplina: "Art. 5º A duração mínima dos cursos na modalidade de EJA passa a ser, independente da organização curricular, respectivamente, de: I – 1.600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental. II – 1.200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio." A Resolução CEED nº 313/2011 sofreu alterações pela Resolução CEEd nº 316, de 17 de agosto de 2011, no entanto, foi mantida a mesma disposição para o artigo 5º.

No caso de Regimentos Escolares que não explicitam o tempo físico as alterações devem ser efetuadas diretamente nos Planos de Estudos para toda oferta de Educação de Jovens e Adultos.

Em havendo a necessidade de modificação do Regimento Escolar efetua-se a "readequação de curso" de acordo com o art. 12 da Resolução CEEd nº 320/2012, com necessidade de apresentação a este Conselho.

Considerando as atribuições constitucionais e infraconstitucionais deste Conselho, os Atos Normativos citados, em especial, o Decreto Presidencial nº 5.622/2005, bem como a veiculação de anúncios de algumas instituições de ensino propondo duração de forma aligeirada para os cursos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, impõe-se a emissão da presente Resolução normatizando a duração mínima de dois anos para o ensino fundamental – anos finais e um ano e meio para o ensino médio.

Este Conselho entende, face às disposições supra, imperioso o exercício frequente das funções de supervisão e avaliação. Assim, altera-se o período de recredenciamento, anteriormente de 5 anos para 3 anos no ensino fundamental – anos finais e no ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – presencial e a distância.

Em 29 de setembro de 2015.

Jaqueline Moll – relatora

RESOLUÇÃO Nº 332, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015*.

Dá nova redação e acrescenta os incisos I e II ao artigo 56 da Resolução CEEd nº 323, de 17 de outubro de 2012.

O **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO** do Rio Grande do Sul – CEEd/RS, com fundamento no §2º do artigo 39 da Constituição Federal de 1988, no art. 10, inciso V, da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 11 inciso III, itens 1, 2 e 4 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de janeiro de 1992, com as alterações introduzidas pelas Leis estaduais nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, nº 11.452, de 28 de março de 2000, nº14471, de 21 de janeiro de 2014 e na Emenda à Constituição Estadual de 1988, nº 64, de 18 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º O Art. 56 da Resolução CEEd nº 323, de 17 de outubro de 2012, passa a ter a seguinte redação:

> Art. 56 . Os cursos de pós-graduação lato sensu, poderão ser oferecidos:
>
> I – independentemente de autorização por Instituições de Educação Superior devidamente credenciadas e com curso de graduação reconhecido na área ou em áreas afins;
>
> II – por escolas de governo criadas e mantidas pelo poder público estadual, prioritariamente para a formação e desenvolvimento de servidores públicos, na forma do artigo 39, § 2º da Constituição Federal de 1988, desde que se submetam a processo de credenciamento educacional pelo Conselho Estadual de Educação, nos termos desta Resolução, para esse fim.
>
> § 1º Incluem-se na categoria de cursos de pós-graduação lato sensu aqueles cuja equivalência se ajusta aos termos desta Resolução.
>
> § 2º Excluem-se desta Resolução os cursos de pós-graduação – aperfeiçoamento e outros.
>
> § 3º Os cursos de pós-graduação lato sensu são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou equivalentes que atendam às exigências das Instituições de Ensino.
>
> § 4º As Instituições credenciadas para atuar nesse nível de ensino poderão ofertar cursos de especialização exclusivamente na área do saber e no endereço definidos no Ato de seu credenciamento, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada por unanimidade na Sessão Plenária de 14 de outubro de 2015.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

* Publicada no Diário Oficial do Estado de 19 de outubro de 2015.

J U S T I F I C A T I V A

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, com base no § 2º do artigo 39 da Constituição Federal de 1988, altera o artigo 56 da Resolução CEEd nº 323, de 17 de

outubro de 2012, tendo em vista as recentes demandas e o acúmulo de conhecimento e experiências adquiridas nas instituições públicas estaduais com a intenção de obter credenciamento para ofertar e certificar cursos de especialização *lato sensu*.

Essas instituições justificam o pedido diante da necessidade de qualificar os quadros de funcionários que atuam nos diversos órgãos públicos, tanto na administração direta como na indireta, desempenhando papel importante e de responsabilidade na qualidade dos serviços prestados à sociedade gaúcha.

A Resolução CNE/CES Nº 1, de 08 de junho de 2007, estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização. O artigo 1º dispõe que os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento. O § 4º desse artigo que orientava as instituições especialmente credenciadas para atuar nesse nível educacional poderiam ofertar cursos de especialização, única e exclusivamente, na área do saber e no endereço definidos no ato de seu credenciamento, foi revogado pela Resolução CNE/CES Nº 7, de 08 de setembro de 2011.

O artigo 2º dessa mesma Resolução excetua as Escolas de Governo criadas e mantidas pelo Poder Público indicando que as mesmas se submetam ao processo de credenciamento pelo Ministério da Educação. Por analogia, considerando a autonomia dos Sistema de Ensino as instituições públicas estaduais interessadas devem buscar o seu credenciamento junto ao Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul.

Esta Resolução altera a Resolução CEEd nº 323/2012, possibilitando o desenvolvimento de cursos de especialização oferecidos por Escolas de Governo no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 06 de outubro de 2015.

Carmem Maria Craidy – relatora

RESOLUÇÃO Nº 333, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015*.

Estabelece procedimentos para o Sistema Estadual de Ensino referentes às alterações de carga horária em Cursos Técnicos de Nível Médio, definidas pela Resolução CNE/CEB nº 1/2014.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO com fundamento no artigo 11, inciso XIX da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com a redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995 e na Resolução CNE/ CEB nº 1/2014 de 05 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º – Estabelecer procedimentos visando à adequação da carga horária nos Cursos Técnicos de Nível Médio definida na Resolução CNE/CEB nº 1, de 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º – Os estabelecimentos de ensino que ofertam os cursos relacionados na tabela abaixo devem adequar os Planos de Curso até 31 de dezembro de 2015, conforme o estabelecido no Art. 9º da Resolução CNE/CEB nº 1/2014, objetivando resguardar o direito adquirido pelos estudantes que já iniciaram os seus cursos, bem como assegurar a validade nacional dos diplomas de técnico de nível médio já emitidos aos seus concluintes.

Parágrafo único – O Processo visando às adequações previstas no *caput* deverá ser protocolado no Sistema Estadual de Ensino de acordo com o Art. 12 da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012.

Nº	Eixo Tecnológico	Cursos	Carga horária mínima – CNCT/2012	Carga horária mínima – Res. CNE/CEB nº 1/2014
1	Ambiente e Saúde	Técnico em Meio Ambiente	800h	1.200h
2	Ambiente e Saúde	Técnico em Controle Ambiental	800h	1.200h
3	Gestão e Negócios	Técnico em Administração	800h	1.000h
4	Informação e Comunicação	Técnico em Informática	1.000h	1.200h
5	Infraestrutura	Técnico Aeroportuário	800h	1.000h
6	Infraestrutura	Técnico em Agrimensura	1.000h	1.200h
7	Infraestrutura	Técnico em Geoprocessamento	1.000h	1.200h
8	Infraestrutura	Técnico em Hidrologia	1.000h	1.200h
9	Infraestrutura	Técnico em Portos	800h	1.000h
10	Infraestrutura	Técnico em Trânsito	800h	1.000h
11	Infraestrutura	Técnico em Transporte Aquaviário	800h	1.000h
12	Infraestrutura	Técnico em Transporte de Cargas	800h	1.000h
13	Infraestrutura	Técnico em Transporte Dutoviário	800h	1.000h
14	Infraestrutura	Técnico em Transporte Rodoviário	800h	1.000h

Art. 3º– Serão asseguradas novas matrículas e novas turmas para o ano letivo de 2016 somente para os Cursos Técnicos de Nível Médio ofertados nos estabelecimentos de ensino que respeitarem os procedimentos definidos nesta Resolução.

Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada por unanimidade na Sessão Plenária de 25 de novembro de 2015.

Domingos Antônio Buffon
1º Vice-Presidente no exercício da Presidência

* Publicada no Diário Oficial do Estado de 02 de dezembro de 2012..

JUSTIFICATIVA

Pela Resolução CNE/ CEB nº 1, de 05 de dezembro de 2014, o Conselho Nacional de Educação atualizou o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio estabelecendo procedimentos referentes a ampliação de carga horária de cursos técnicos de nível médio. Essas alterações visam atualizar as possibilidades de oferta de cursos em consonância com o

processo de profissionalização dos estudantes, refletir o perfil profissional de conclusão e promover alterações na organização curricular do curso.

Visando o ordenamento do Sistema Estadual de Ensino o Conselho Estadual de Educação estabelece procedimentos em consonância com a Resolução CNE/CEB nº 1/2014 que em seu Art. 9º estabelece:

> [...]
>
> Art. 9º Fica instituído como período de transição, a partir da homologação do presente Parecer, o prazo até 31 de dezembro de 2015, permitida às instituições de ensino a adaptação aos novos parâmetros aqui definidos, objetivando resguardar o direito adquirido pelos estudantes que já iniciaram os seus cursos, bem como garantir a validade nacional dos diplomas de técnico de nível médio já emitidos aos seus concluintes.

Os prazos estabelecidos na presente Resolução são necessários para orientar as instituições de ensino quanto à inserção de dados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC e o cadastramento do curso é uma das condições essenciais para garantir a validade nacional dos Diplomas expedidos e registrados na própria instituição de ensino. O SISTEC contempla todos os alunos com matrícula inicial nos cursos técnicos de nível médio desde janeiro de 2009.

Porto Alegre, 23 de novembro de 2015.

Antonio Maria Melgarejo Saldanha – relator

RESOLUÇÃO Nº 334, DE 28 DE JANEIRO DE 2016*.

Estabelece normas para a oferta de Educação a Distância – EaD no Sistema Estadual de Ensino.
Dá nova redação ao artigo 5º da Resolução CEEd nº 320/2012.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, com base no inciso V do artigo 10 da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e no item I, inciso III, do artigo 11 da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com redação dada pela Lei estadual nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, na Lei estadual nº 11.452, de 28 de março de 2000 e na Lei estadual nº 14.471, de 21 de janeiro de 2014 e considerando o disposto no Decreto federal nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, com as modificações realizadas pelo Decreto federal nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007 e na Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 2, de 10 de janeiro de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. A presente Resolução estabelece normas para a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) no Sistema Estadual de Ensino, nos níveis fundamental e médio, nas seguintes modalidades educacionais:

I – Educação de Jovens e Adultos;

II – Educação especial, para alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

III – Educação profissional.

Parágrafo único: A Educação a Distância como uma modalidade educacional com peculiaridades próprias deve, além das disposições desta Resolução, organizar-se pelas normas específicas para a educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º. A matrícula em Cursos a Distância só é facultada a maiores de 18 (dezoito) anos.

Art. 3º. Nos Cursos à Distância são aceitas transferências com possibilidade de aproveitamento de estudos concluídos com êxito em cursos presenciais ou outros cursos a distância, devidamente autorizados e ofertados por instituições credenciadas.

Art. 4º. O ato de credenciamento considera como local para a realização das atividades presenciais obrigatórias a sede da instituição de ensino, acrescida dos polos de apoio presencial credenciados nos termos desta Resolução.

Parágrafo único: Polo de Apoio Presencial é a unidade operacional para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas sob a responsabilidade integral da Mantenedora, através da instituição de ensino credenciada e com curso autorizado para a oferta de Ensino a Distância.

Art. 5º. A Mantenedora pode requerer a ampliação de sua área de atuação com o aumento do número de Polos de Apoio Presencial mediante Processo de credenciamento de cada Polo a ser acrescido à sede originalmente credenciada.

§ 1º. Para ampliar a área de atuação, instituições de ensino de mantenedoras distintas podem estabelecer parcerias firmadas em convênios, acordos, contratos ou outros instrumentos similares estabelecendo as atribuições de cada parceiro, desde que observadas as seguintes condições:

I – comprovação de que o trabalho em parceria está previsto no Regimento Escolar;

II – comprovação da habilitação jurídica e de regularidade fiscal da mantenedora que assume a parceria;

III – declaração, por parte da mantenedora parceira, de capacidade econômica para assumir as tarefas a que se propõe na oferta do curso.

§ 2º. A ampliação da área de atuação envolvendo instituições de mesma mantenedora independe de estabelecimento dos vínculos referidos no § 1º.

§ 3º. O credenciamento dos Polos referidos no *caput* é concedido até o fim do prazo estabelecido no ato de credenciamento da instituição de ensino sede, obtido junto ao Sistema de Ensino do RS.

Art. 6º. A mantenedora de instituição de ensino credenciada para ofertar EaD por outro Sistema Estadual de Ensino e que pretenda atuar na jurisdição do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul deve encaminhar pedido de cadastramento da mantenedora e pedido de credenciamento de seus Polos junto ao Conselho Estadual de Educação nos termos da presente Resolução, exceto para os cursos previstos no parágrafo 1º do Art.13 desta Resolução .

Parágrafo único: O credenciamento dos Polos referido no *caput* é concedido até o fim do prazo estabelecido no ato de credenciamento da instituição de ensino obtido junto ao Sistema de Ensino de origem, até o prazo limite de três anos.

Dos Referenciais de Qualidade

Art. 7º. Os atos de credenciamento da instituição de ensino e de autorização para a oferta de cursos em EaD no Sistema Estadual de Ensino são pautados nos seguintes referenciais de qualidade:

I – Projeto Político-Pedagógico a ser desenvolvido;

II – equipe profissional habilitada e qualificada;

III – mecanismos de interatividade entre professor e aluno;

IV – recursos didáticos disponíveis;

V – infraestrutura existente para o trabalho pedagógico e administrativo;

VI – processo de avaliação dos alunos e do estabelecimento de ensino.

Art. 8º. O processo com solicitação de credenciamento e de autorização para a oferta de cursos em Educação a Distância deve evidenciar a presença dos seguintes indicadores relativos aos referenciais de qualidade mencionados no Art. 7º:

I – desenho do Projeto Político-Pedagógico:

a) bases filosóficas e pedagógicas dos cursos;

b) especificidade do curso a distância que se expressa:

1 – na organização da sua administração;

2 – nos recursos técnicos, tecnológicos e pedagógicos;

3 – no acompanhamento, na avaliação e na linguagem utilizada na apresentação da proposta;

c) carga horária e duração equivalentes à da oferta presencial, devidamente demonstradas no cronograma completo a ser cumprido pelo aluno;

d) política da instituição para capacitação, atualização e assessoramento permanente dos profissionais que integram o seu quadro funcional;

e) Regimento Escolar que expresse o Projeto Político-Pedagógico a ser desenvolvido no(s) curso(s) proposto(s);

II **–** equipe profissional:

a) equipe integrada pela direção e outros profissionais do quadro da instituição de ensino com conhecimentos de informática para gerenciar um ambiente virtual, responsável pela concepção, produção, suporte tecnológico e avaliação do processo educacional;

b) carga horária dos professores e professores-tutores com tempo reservado ao planejamento e acompanhamento das atividades específicas de um curso a distância;

III **–** interatividade entre professor, professor-tutor e aluno:

a) utilização de ferramentas de comunicação para manter a interação entre professor/professor-tutor e aluno utilizando recursos didáticos que propiciem a construção da aprendizagem, a organização do curso, a identificação do quadro de pessoal da instituição e os diferentes acessos, proporcionando ao aluno a compreensão da oferta da educação a distância;

b) número proporcional de professores/hora disponíveis para assegurar plantões de atendimento;

c) momentos presenciais nos termos desta Resolução;

d) estratégias que evidenciem procedimentos e atividades para incentivar a interação e a comunicação entre os alunos do curso com mecanismos de controle de acesso capazes de serem registrados em relatório;

IV – recursos didáticos:

a) ambiente de rede, plataforma, portal e mídias a serem utilizadas no Projeto Político-Pedagógico que evidenciem a existência das ferramentas síncronas e assíncronas necessárias para alcançar os objetivos do curso;

b) meios de aprendizagem que evidenciem integração entre os materiais impressos, televisivos, de informática ou outros, articulados pela mediação dos professores ou professores-tutores em momentos presenciais ou virtuais;

c) guia que oriente o aluno quanto às características da educação a distância, com informações gerais sobre o curso, suas exigências e orientações, entre outras, referentes:

1 – aos pré-requisitos para ingresso;

2 – às orientações metodológicas para o estudo a distância e a indicação quanto ao número ideal de horas que o aluno deve dedicar por dia/semana ao seu estudo;

3 – aos endereços de acesso à apostila do curso na forma eletrônica e aos simulados de provas, caso tais recursos estejam previstos;

4 – ao tempo limite para completar o curso;

5 – às orientações sobre o processo de avaliação adotado;

6 – à necessidade de deslocamentos para provas, estágios ou laboratórios e os locais onde serão realizadas essas atividades;

7 – aos materiais e meios de comunicação disponíveis aos alunos;

8 – às indicações dos recursos mínimos que o equipamento de informática a ser utilizado pelo aluno deve possuir;

9 – aos meios de interação e comunicação com os professores e professores-tutores;

10 – às condições para interromper temporariamente os estudos;

11 – às formas de utilização das ferramentas síncronas (teleconferências, *chats*, telefones) para interação em tempo real com os alunos em horários preestabelecidos;

12 – às formas de utilização das ferramentas assíncronas (fóruns de discussão, e-mail) para a realização de atividades e/ou atendimento sem marcação prévia de horário;

V – infraestrutura:

a) equipamentos suficientes para instrumentalizar o processo pedagógico e a relação proporcional alunos/meios de comunicação;

b) acervos atualizados, amplos e representativos de livros, periódicos, de imagens, áudio, vídeos, *sites*, à disposição de alunos, professores-tutores e professores;

c) política de reposição, manutenção, modernização e segurança dos equipamentos da sede e dos Polos, quando houver;

d) salas e locais adequados ao número máximo de alunos a ser atendido por turma nos momentos presenciais, além de Laboratórios e Biblioteca equipados para atender aos objetivos do curso;

VI – avaliação:

a) perfil esperado dos alunos que buscam educação a distância;

b) informações referentes às avaliações desde o início do processo pedagógico com o cronograma das avaliações parciais e finais a serem realizadas durante o curso, destacando os momentos presenciais obrigatórios;

c) conceito e prática de avaliação coerentes entre si, envolvendo autoavaliação e avaliação em grupo, tanto do aluno como do curso;

d) mecanismos para recuperação de estudos e respectivas avaliações;

e) formas de avaliação quando diagnosticados casos de avanço escolar, explicitando as implicações quanto ao período de integralização do curso e ao cronograma estabelecido pela instituição;

f) garantia do sigilo e segurança nas avaliações, zelando pela confiabilidade dos resultados.

Do Credenciamento da Instituição e da Autorização para a Oferta de Cursos

Art. 9º. Compete ao Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul credenciar as instituições de ensino do Sistema Estadual de Ensino e autorizar o funcionamento de curso(s) de Educação a Distância nos termos da presente Resolução.

Art. 10. O credenciamento da instituição de ensino para a oferta de curso é concedido pelo prazo de 3 (três) anos.

Art. 11. O pedido de credenciamento e autorização deve ser encaminhado pela Mantenedora a este Conselho, acompanhado do Projeto Político-Pedagógico e do(s), Plano(s) de Estudos/Plano(s) de Curso com o respectivo cronograma.

§ 1º O Projeto Politico-Pedagógico deverá conter:

I – as bases teóricas que fundamentam a proposta do curso na forma de EaD;

II – os objetivos gerais e específicos;

III **–** as estratégias previstas para o desenvolvimento da estrutura curricular de forma interdisciplinar e contextualizada;

IV **–** os materiais e as ferramentas a serem utilizadas nas aulas virtuais;

V **–** a descrição das estratégias metodológicas a serem adotadas pelo professor e/ou professor-tutor;

§ 2º. O Plano(s) de Estudos e o Plano(s) de Curso deverão conter, além do previsto nas Resoluções CEED nº 243/1999 e CNE/CEB nº 6/2012, a matriz curricular com a respectiva carga horária dos momentos presenciais e dos momentos a distância.

Art. 12. A organização curricular da oferta de EaD deve projetar e oferecer aos alunos, na sede da instituição ou nos seus Polos, momentos presenciais obrigatórios para as aulas, as avaliações, as atividades de laboratório e, quando houver, a defesa de Trabalho de Conclusão, de no mínimo:

a) 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total do curso na modalidade de Educação de Jovens e Adultos;

b) 35% (trinta e cinco por cento), do total da carga horária para os cursos de Educação Profissional de nível médio;

c) 50% (cinquenta por cento) do total da carga horária dos cursos do eixo tecnológico “Ambiente e Saúde”, no âmbito da área profissional da saúde, excetuando os cursos relacionados no artigo 13 desta Resolução.

§ 1º. A carga horária de 25% (vinte cinco por cento), de 35% (trinta e cinco por cento) e de 50% (cinquenta por cento) de que trata este Artigo deve ser distribuída, harmonicamente, ao longo de todo o curso.

§ 2º. O controle da frequência dos alunos nos momentos presenciais determinados neste Artigo deve ser feito de acordo com o previsto no Projeto Político-Pedagógico do curso, na legislação e nas normas de ensino vigentes e conforme definido no Regimento Escolar.

§ 3º. A carga horária destinada à realização de estágio curricular supervisionado, em curso profissional, deverá ser acrescida à carga horária prevista para o curso, nos termos da Resolução CNE/CEB nº 6 de 20 de setembro de 2012.

Art. 13. Não serão autorizados na forma de Educação a Distância o Curso Normal e os Cursos Técnicos das seguintes habilitações profissionais:

I – Técnico em Enfermagem;

II – Técnico em Estética;

III – Técnico em Hemoterapia;

IV – Técnico em Saúde Bucal;

V – Técnico em Imobilizações Ortopédicas;

VI – Técnico em Massoterapia;

VII – Técnico em Nutrição e Dietética

VIII – Técnico em Órteses e Próteses;

IX – Técnico em Podologia;

X – Técnico em Prótese Dentária;

XI – Técnico em Radiologia;

XII **–** Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos.

Dos Requisitos para o Credenciamento da Instituição e Autorização para oferta de Cursos

Art. 14. Para fins de credenciamento da instituição, autorização para oferta de cursos, cessação de atividades e sanções por descumprimento da legislação ou das normas de ensino, aplicam-se as disposições da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012 e as contidas nesta Resolução.

Art. 15. O Processo com o pedido de credenciamento da instituição e de autorização para a oferta de Curso a Distância deve ser instruído com documentos que comprovem a existência de estrutura física, recursos didáticos e pessoal qualificado para o trabalho em EaD, observados os referenciais de qualidade e as exigências específicas estabelecidas na presente Resolução.

Art. 16. Para fins de credenciamento e de autorização para a oferta de EaD, o Processo deve ser instruído com os documentos abaixo relacionados:

I – Ofício da entidade mantenedora, dirigido à Presidência do Conselho Estadual de Educação, com o pedido de credenciamento da instituição de ensino e de autorização para a oferta do curso;

II – Ato de designação de Comissão da Coordenadoria Regional de Educação com a identificação do perito da área de informática, para verificar a conformidade entre os dados constantes no Processo e a realidade institucional;

III – Relatório de Comissão Verificadora com a descrição das condições do prédio, das instalações e equipamentos disponíveis e da manifestação do perito na área de informática sobre o ambiente de rede, os recursos da plataforma e do portal a serem disponibilizados pela instituição nos termos da Resolução CEEd nº 318/2012;

IV – Anexo I e Fichas do Anexo II da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, devidamente preenchidos;

V – Documento competente expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do RS;

VI – Planta baixa ou croqui das dependências do prédio e suas dimensões, firmada por profissional habilitado e rubricada pela Comissão Verificadora da Coordenadoria Regional de Educação;

VII – instalações sanitárias suficientes para o número de alunos a ser atendido, de acordo com a programação prevista pela instituição para os momentos presenciais;

VIII – Quadro de ocupação das salas de aula com a indicação do número de alunos previstos por local de atendimento presencial, respeitadas as dimensões de 1,20m² por aluno e contemplando a capacidade dos laboratórios/oficinas ou afins, com limite máximo de 50 alunos;

IX – fotografias de todas as dependências internas e externas do estabelecimento;

X – condições de acessibilidade para alunos com deficiência, transtorno global de desen-volvimento e altas habilidades/superdotação;

XI **–** Alvará de Localização específico para a atividade proposta ou Certidão compro-vando que o prédio está de acordo com as exigências legais do município necessárias para a atividade pretendida, expedido pelo órgão competente da municipalidade.

Parágrafo único: Nas propostas de cursos de educação profissional técnica de nível médio deve constar manifestação de perito da área de conhecimento do curso que está sendo apresentado.

Art. 17. Para demonstrar as condições pedagógicas específicas para a autorização do curso o Processo, instruído nos termos do Art. 16, deve conter, ainda, a seguinte documentação:

I – cópias de documentos comprobatórios da formação dos integrantes da equipe profissional;

II – a qualificação da equipe profissional da instituição para o trabalho em Educação a Distância em curso específico de, no mínimo, 40 horas, constando o Programa e o(s) profissional (ais) que ministrou (traram) o curso;

III – a identificação do(s) curso(s) pretendido(s);

IV – a relação do(s) Curso(s) de EaD já autorizado(s) a funcionar, quando houver;

V **–** os meios físicos e tecnológicos para suporte e atendimento aos objetivos do curso, demonstrando a existência de:

a) mídias a serem utilizadas para o desenvolvimento do Projeto Político- Pedagógico;

b) Laboratório de Informática e laboratório para a realização de atividades práticas de acordo com o Projeto Político-Pedagógico;

c) Biblioteca com:

1 – Espaço físico adequado/suficiente para o armazenamento do acervo, com local para trabalhos em grupo, acesso à Internet e a ambientes virtuais de aprendizagem com acompanhamento das atividades realizadas pelos alunos;

2 – Acervo apropriado a EaD composto por aulas virtuais e de livros adequados ao desenvolvimento do curso com, no mínimo:

2.1 – 5 (cinco) obras de cada componente curricular do curso;

2.2 – 3 (três) exemplares de cada obra com edição inferior a 10 anos de publicação;

I – indicação da equipe profissional, inclusive corpo docente, responsáveis pela utilização didática dos diferentes meios de comunicação;

II – indicação das parcerias, se for o caso, para o desenvolvimento do curso;

III – Plano de Curso a ser aprovado e/ou Plano de Estudos a ser desenvolvido;

IV – Proposta de Regimento Escolar a ser aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

§ 1º. Os cursos de qualificação citados no inciso II devem envolver conteúdos referentes às peculiaridades da educação a distância nos termos dos referenciais de qualidade presentes nesta Resolução.

§ 2º. O Processo, inicialmente protocolado na respectiva Coordenadoria Regional de Educação, deve ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação pela Secretaria de Estado da Educação com a documentação completa, ordenada e de acordo com o disposto neste Ato.

Art. 18. O Processo com pedido de credenciamento de Polo de Apoio Presencial deve:

I – ser instruído junto à Coordenadoria Regional de Educação da jurisdição onde está situado;

II – apresentar a mesma documentação relacionada no Art. 16 e no Art.17 desta Resolução e conter:

a) cópia do convênio com as atribuições dos parceiros, quando for o caso;

b) cópia do Regimento Escolar da instituição de ensino sede;

c) cópia do Plano de Curso já aprovado e/ou Plano de Estudos a ser desenvolvido.

§ 1º. O credenciamento do Polo referido no *caput* é concedido até o fim do prazo estabelecido no ato de credenciamento da instituição obtido junto ao Sistema de Ensino do RS ou, em caso de mantenedoras de outros Sistemas, pelo prazo do Sistema de origem, não podendo ultrapassar 3 (três) anos.

§ 2º. Para o credenciamento dos Polos são considerados os referenciais de qualidade referidos no Art.7º e Art. 8º deste Ato.

Art. 19. A equipe profissional da instituição de ensino, necessária à oferta de Educação a Distância, é composta de, no mínimo:

I – Diretor: responsável pelas funções inerentes à gestão de estabelecimento de ensino;

II – Secretário Escolar: responsável pelas funções atinentes a estabelecimento de ensino;

III – Coordenador Pedagógico, devidamente habilitado, responsável pelas funções relativas à gestão pedagógica/ao processo pedagógico;

IV – Professor titular do componente curricular e que pode, também, interagir com os alunos nos momentos presenciais;

V – Professor–Tutor: professor responsável pela orientação da aprendizagem dos alunos nos momentos presenciais nos componentes curriculares para os quais está habilitado;

VI – Monitor: auxiliar para a operacionalização dos meios e tecnologias de informação e de comunicação na instituição.

Parágrafo único: A instituição de ensino que contar com Polo (s) de Apoio Presencial (ais) credenciado (s) deverá contar com, no mínimo:

I – Coordenador de Polo: professor responsável pela coordenação e acompanhamento dos processos administrativos e pedagógicos dos cursos oferecidos no Polo de Apoio Presencial;

II – Secretário Escolar: responsável pelas funções atinentes a estabelecimento de ensino;

III – Coordenador Pedagógico, devidamente habilitado, responsável pelas funções relativas à gestão pedagógica/ao processo pedagógico;

IV – Professor–Tutor: professor responsável pela orientação da aprendizagem dos alunos nos momentos presenciais nos componentes curriculares para os quais está habilitado;

V **–** Monitor: auxiliar para a operacionalização dos meios e tecnologias de informação e de comunicação na instituição.

Art. 20. Para exercer as funções discriminadas no Art. 19 exige-se que a equipe profissional da instituição comprove, no mínimo:

I – formação para o exercício do magistério equivalente ao respectivo nível de ensino para as funções de Diretor, de Professor, de Professor-Tutor e de Coordenador de Polo;

II – formação em cursos de graduação ou de pós-graduação em Pedagogia para as funções de Coordenador Pedagógico;

III – formação de nível médio e qualificação relativa à função de Secretário de Escola;

IV – formação de nível médio para a função de Monitor;

V – conhecimentos de informática para gerenciar o ambiente virtual e suporte tecnológico para as atividades do curso.

Parágrafo único: O professor e o professor-tutor devem ter formação na área quando se tratar de EJA, e no eixo tecnológico quando se tratar de curso profissional, respectiva aos componentes curriculares que lecionam e/ou orientam.

Art. 21. Para ofertar educação especial na modalidade de EaD, a instituição de ensino deve comprovar, também, a existência de professores habilitados em educação especial no seu quadro de pessoal.

Art. 22. A instituição de ensino credenciada a ofertar o(s) curso(s) previsto(s) nesta Resolução é responsável:

I – pela certificação e/ou diplomação dos alunos;

II – pela contratação de corpo docente e técnico-administrativo qualificado para atuar em EaD, através de sua Mantenedora;

III **–** pelo desenvolvimento das atividades pedagógicas.

§ 1º. A responsabilidade da instituição de que trata o *caput* estende-se ao (s) Polo (s) de Apoio Presencial (ais).

§ 2º. Os Certificados e Diplomas de Cursos a Distância autorizados pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul têm validade nacional.

§ 3º. Nos Polos de Apoio Presencial é vedada a contratação de corpo docente e técnico-administrativo por terceiros.

Art. 23. A instituição deve citar os atos de credenciamento e de autorização de seu(s) curso(s) em todos os documentos institucionais e materiais de divulgação.

Art. 24. O ato de credenciamento e de autorização para a oferta do curso perde, automaticamente, o efeito legal se o curso não entrar em funcionamento no prazo de até 12 (doze) meses a contar da data da sua publicação, devendo ser adotados os procedimentos previstos no Art. 11 da Resolução CEEd nº 320/2012.

Do Recredenciamento

Art. 25. A instituição já credenciada e autorizada para ofertar Curso(s) a Distância no Sistema Estadual de Ensino pode apresentar pedido de recredenciamento mediante o cumprimento integral do disposto nesta Resolução.

Art. 26. O Processo com pedido de recredenciamento da instituição para a oferta do curso pode ser encaminhado a este Conselho depois de decorrido 1/3 um terço do Ato autorizativo em vigência.

§ 1º. O Processo com o pedido de que trata o *caput* deve ser protocolado no órgão competente e instruído de acordo com os referenciais de qualidade e outras exigências desta Resolução.

§ 2º. Na ausência dos Atos de recredenciamento de que trata o *caput* é vedada a abertura de matrículas para admissão de novos alunos.

§ 3º. Os pedidos de recredenciamento para a oferta de Cursos a Distância são pautados, entre outros aspectos, previstos no Art. 16 desta Resolução e são concedidos pelo prazo de 3 (três) anos.

§ 4º. No pedido de recredenciamento deverá constar comprovação da prestação de informações ao Censo da Educação Básica.

Do Acompanhamento e Avaliação do Desenvolvimento de Cursos a Distância das Disposições Finais

Art. 27. A relação atualizada das instituições que ofertam ensino a distância, com o prazo de vigência de seus atos de credenciamento/recredenciamento e autorização, é publicizada pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 28. A Mantenedora que teve negado o seu pleito pode encaminhar pedido de reconsideração, a ser protocolado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do referido Ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único: Mantido o descredenciamento previsto no *caput*, a instituição somente pode encaminhar novo Processo decorrido o prazo de 3 (três) anos da data da publicação do Ato que indeferiu o pedido.

Art. 29. Em caso de descumprimento desta Resolução poderá ser aplicada a suspensão de matrículas assim como as sanções previstas na Resolução CEEd nº 320/2012.

Art. 30. O Conselho Estadual de Educação manifesta-se sobre Cursos Superiores a Distância nos termos definidos nos parágrafos do Art.15 do Decreto federal nº 5.622/2005 com a redação dada pelo Decreto federal nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único: Os Processos com pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos na Modalidade a Distância de instituições de ensino superior que integram o Sistema Estadual de Ensino, devem ser instruídos de acordo com o disposto na Resolução CEEd nº 323/2012, com as alterações introduzidas pela Resolução CEEd nº 325/2013 e pela Resolução CEEd nº 332/2015.

Art. 31. O credenciamento/recredenciamento da instituição de ensino e a autorização para a oferta de cursos na Modalidade de EaD concedidos sob a égide da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009, são assegurados conforme o prazo estabelecido no respectivo Parecer.

Parágrafo único: A instituição de ensino credenciada nos termos do *caput*, que desejar ampliar sua área de atuação após a publicação deste Ato, deve encaminhar ao Conselho Estadual de Educação Processo com pedido de credenciamento de seu(s) Polo(s), conforme o disposto na presente Resolução.

Art. 32. Os Processos instruídos sob a égide da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009, cujo primeiro registro de recebimento tenha sido feito pela Secretaria-Geral do Conselho Estadual de Educação até a data da publicação deste Ato no Diário Oficial do Estado, têm assegurada sua análise por este Colegiado à luz da referida Resolução.

Parágrafo único: Os Processos já instruídos, mas que não atendem ao critério estabelecido no *caput*, devem ser adequados às disposições desta Resolução.

Art. 33. O *caput* do Art.5º da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º – O credenciamento de estabelecimento de ensino para oferta de cursos técnicos de nível médio e de cursos de especialização técnica será por tempo limitado".

Art. 34. Fica revogada a Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009 e os Anexos IV e VI da Resolução CEEd nº 318, de 18 de janeiro de 2012, passam a ter redação (para os cursos na modalidade EaD) conforme Anexos I e II desta Resolução.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada por unanimidade na Sessão Plenária de 28 de janeiro de 2016.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

* Publicada no Diário Oficial do Estado de 04 de fevereiro de 2016.

JUSTIFICATIVA

Desde a edição da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o Conselho Estadual de Educação vem estabelecendo normas para a organização e funcionamento de Cursos a Distância, em consonância com as normas nacionais, os avanços nessa área e o acompanhamento que tem feito dos cursos em funcionamento no Estado. Com o objetivo de contribuir para que essa oferta ocorra com qualidade exarou a Resolução CEED nº 262, de 03 de outubro de 2001, a Resolução CEED nº 293, de 22 de agosto de 2007 e a Resolução CEED nº 300/2009. Atento à necessidade de qualificação e contínua atualização da oferta, a dados da realidade e a dificuldades constatadas em alguns cursos em funcionamento, o Conselho estabelece novo Ato Normativo para a oferta da Educação a Distância – EaD no Sistema Estadual de Ensino.

Esta Resolução é mais uma iniciativa no sentido de que o trabalho e as funções do Conselho contribuam para concretizar o princípio constitucional, artigo 205, VII, referente à garantia de padrão de qualidade na educação.

Neste sentido, cabe citar a decisão deste Conselho de só permitir a oferta de Educação a Distância a pessoas a partir de 18 (dezoito) anos de idade.

A fundamentação desta decisão parte do pressuposto de que, ao consolidar a obrigatoriedade da educação dos 4 aos 17 anos, o Estado brasileiro assume a compreensão, não somente de repassar uma determinada base de conteúdos, mas de garantir um processo de construção do espírito crítico, do comportamento ético e da autonomia intelectual, aptidões frutos das relações sociais que não se constroem de forma espontânea ou apenas como resultado do amadurecimento biológico. Exemplos que demonstram essa autonomia são a capacidade de organizar seu próprio tempo; o domínio da leitura, da interpretação e da tecnologia; o raciocínio lógico e a expressão escrita, para citar alguns dos requisitos para quem se dispõe a fazer um Curso a Distância.

Na última década, os cursos na modalidade EaD proliferaram no RS, mesmo em regiões com grande incidência de cursos presenciais. Esta realidade não deve comprometer as condições do ensino e a qualidade do mesmo. O CEEd tem como uma de suas atribuições

zelar pela qualidade do ensino no Sistema Estadual: a atual Resolução reitera, em novo patamar, este compromisso, com base em diversos aspectos essenciais, que ora passa-se a explicitar.

Uma das características desta Resolução é reunir o conjunto de normativas do CEEd sobre a modalidade EaD. Desta forma, as mantenedoras do Sistema e suas instituições de ensino têm sistematizadas as exigências na modalidade em questão, de forma didática.

Outra característica desta Resolução é o fato de incorporar os diversos avanços da legislação e das compreensões que formam a jurisprudência do CEEd como, por exemplo, a diferença entre credenciamento de instituição e autorização de curso, ou o conceito de recredenciamento ou, ainda, a caracterização plena do tutor como professor-tutor, ou mesmo, o uso dos conceitos contemporâneos, como o que define alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ou, ainda, os termos projeto político pedagógico ou coordenador pedagógico. Cita-se também a nova legislação sobre prevenção e proteção contra incêndio e, igualmente, as sanções e outros procedimentos da Resolução CEEd nº 320/2012, que, aprovados posteriormente, não constavam da Resolução CEED nº 300/2009. Atualiza-se o prazo de recredenciamento dos Cursos de EJA na modalidade EaD para 3 anos, adequando-o às novas decisões deste Conselho, constantes na Resolução CEEd nº 331/2015 sobre os Cursos em questão.

Entretanto, uma das mais importantes características desta Resolução é a de aperfeiçoar os referenciais de qualidade no que diz respeito à presencialidade.

A Resolução CEED nº 300/2009 estabeleceu a presencialidade em um mínimo de 20% da carga horária total e quanto aos cursos do eixo Ambiente, Saúde e Segurança em 40%, para além do previsto no § 1º do artigo 1º do Decreto federal nº 5.622/2005.

O decreto federal basicamente se traduz, em termos de presencialidade, (quando não há estágio), em um momento avaliativo, o que é um simulacro de presencialidade, pois visa apenas garantir a veracidade desse momento, impedindo a fraude, possível em uma avaliação a distância.

No entanto, essa deficiência é, em parte, reconhecida e sanada pela Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, quando afirma em seu artigo 33 que:

> Os cursos técnicos de nível médio oferecidos, na modalidade de Educação a Distância, no âmbito da área profissional da Saúde, devem cumprir, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de carga horária presencial, sendo que, no caso dos demais eixos tecnológicos, será exigido um mínimo de 20% (vinte por cento) de carga horária presencial, nos termos das normas específicas definidas em cada sistema de ensino.
>
> § 1º Em pólo presencial ou em estruturas de laboratórios móveis devem estar previstas atividades práticas de acordo com o perfil profissional proposto, sem prejuízo da formação exigida nos cursos presenciais.
>
> § 2º A atividade de estágio profissional supervisionado, quando exigida, em razão da natureza tecnológica e do perfil profissional do curso, terá a carga horária destinada ao mesmo, no respectivo plano de curso, sempre acrescida ao percentual exigido para ser cumprido com carga horária presencial.

Supera, portanto, a definição da antiga Resolução CEED nº 300/2009 para esta mesma área.

Ora, a razão desta diferenciação é a necessidade da prática específica de campo, (laboratorial, de oficina, etc.), fruto da particularidade pedagógica no desenvolvimento das habilidades e competências que a práxis do futuro profissional exige.

No Parecer CNE/CEB nº 11/2012 – Aprovado em 09 de maio de 2012, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, se reforça esta compreensão:

> [...] No andamento dos cursos da Educação Profissional e Tecnológica, pela necessidade de muitas atividades práticas, o apoio presencial é de fundamental importância. Inúmeras consultas e situações pouco convencionais, todavia, estão ocorrendo e obstando significativamente a oferta de cursos técnicos na modalidade de Educação a Distância, em face especialmente da falta de norma específica sobre o assunto. [...] Quanto às atividades de prática profissional, estas integram a carga horária da habilitação. Quanto à carga horária obrigatória para os momentos presenciais, devem ser estabelecidos parâmetros, distinguindo-se os cursos do segmento da saúde dos demais. Os da saúde requerem um mínimo de 50% (cinquenta por cento) de atividades presenciais. Nos demais cursos, admite-se uma variação entre 20% (vinte por cento) e 50% (cinquenta por cento), dependendo da natureza tecnológica do curso e do perfil profissional de conclusão desejado para cada curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Conclui-se que as atividades práticas são essenciais para a qualidade na formação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ora, se o CNE concebe um mínimo de 50% de presencialidade para os cursos, na modalidade EaD, da área da saúde, em função das atividades práticas, é plausível estender, essa lógica para outras áreas que exijam o mesmo. Tanto mais que nenhum curso técnico possui um trabalho prático, no conjunto das disciplinas, inferior a 1/3 da carga horária total.

Em relação ao conjunto dos cursos nessa modalidade, aí incluídos os Cursos de EJA, cabe citar a antiga Resolução CEED nº 300/2009:

> A definição de percentual de presencialidade de que trata esta Resolução, ao não alterar a concepção de educação a distância, busca valorizar e ampliar a credibilidade dessa modalidade como um meio capaz de ampliação das possibilidades de escolarização de jovens e adultos, incitando as escolas a construírem seu projeto pedagógico de forma criativa e contextualizada, abrindo espaços para momentos culturais, artísticos, musicais e outras tantas maneiras possíveis de organizar essas atividades presenciais, sem reduzi-las apenas a aulas onde se reproduz "o mesmo do mesmo". O desafio é dar um passo adiante, pensar além do que está posto e reinventar permanentemente a educação a distância para melhor atender o aluno real que hoje procura nossas escolas, isso tudo de forma sintonizada com os avanços da tecnologia, das ciências, da didática e da pedagogia.
>
> [...]
>
> Como o desenvolvimento das capacidades relativas à cognição, a atitudes e à autonomia ocorre, essencialmente, na relação criativa e problematizadora entre sujeitos que aprendem e ensinam, outro desafio diz respeito à interatividade entre professores e alunos e, também, entre os colegas de curso. Iniciativas nesse sentido são valiosas para a manutenção de um ambiente de aprendizagem interdisciplinar e para evitar o isolamento que, por si só, contraria o princípio intrínseco do ato de aprender. Daí a importância do planejamento e da oferta de momentos presenciais.

Neste sentido, a atual Resolução propõe a ampliação da presencialidade para, no mínimo, 35% (Trinta e cinco por cento) dos cursos de educação profissional e 25% para os cursos de EJA, da carga horária total do curso, para as aulas, as avaliações, as atividades de laboratório e a defesa de trabalho de conclusão, quando houver este último.

No que diz respeito aos cursos do eixo tecnológico "Ambiente e Saúde", cuja especificidade é vinculada ao desenvolvimento e inovação de tecnologia de suporte e atenção à saúde, deve projetar e oferecer aos alunos momentos presenciais obrigatórios de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária total do curso, para as aulas, as avaliações, as atividades de laboratório e a defesa de trabalho de conclusão, quando houver este último. Assim, atualizando a exigência em conformidade, inclusive, com o CNE.

Necessário se faz assentar, nesta justificativa, que os cursos do eixo tecnológico "Ambiente e Saúde", concernente a área "ambiente" passam a ter a exigência de 35% (trinta e cinco por cento) da carga horária total do curso para os momentos presenciais.

Igualmente mantém-se, pelos motivos acima expostos, a proibição de cursos em EaD para as seguintes habilitações:

I – Técnico em Enfermagem;

II – Técnico em Estética;

III – Técnico em Hemoterapia;

IV – Técnico em Saúde Bucal;

V – Técnico em Imobilizações Ortopédicas;

VI – Técnico em Massoterapia;

VII – Técnico em Nutrição e Dietética

VIII – Técnico em Órteses e Próteses;

IX – Técnico em Podologia;

X – Técnico em Prótese Dentária;

XI – Técnico em Radiologia;

XII – Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos.

Aperfeiçoar a qualidade dos cursos oferecidos na modalidade EaD é também a preocupação deste Conselho ao exigir os seguintes referenciais:

1 – O recredenciamento a cada 3 anos;

2 – A especificação da responsabilidade da contratação de profissionais pela instituição de ensino através da mantenedora, inclusive para os polos de apoio presencial;

3 – A exigência de professor-tutor com formação no eixo/área de conhecimento em que vai atuar

O credenciamento e recredenciamento, com vigência de três anos, procuram garantir o acompanhamento do CEEd, uma vez que as mudanças tecnológicas e a facilidade de contornar processos virtuais, por dificuldades ou deficiências da instituição de ensino, facilitam uma degradação mais veloz da oferta.

Um curso a distância, devido ao seu caráter diferenciado, necessita ser acompanhado e avaliado sistematicamente, tanto pela própria mantenedora como pelos órgãos do Sistema Estadual de Ensino. Nessa tarefa, recobre-se de importância o papel da Secretaria da Educação e das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs).

A responsabilidade de contratação do professor e do professor-tutor pela mantenedora da instituição de ensino, também no polo, possui a finalidade de qualificar a oferta, pois estabelece, mais claramente, a relação do profissional com a instituição responsável.

A contratação de professor e professor-tutor, com formação específica no eixo/área em que vai atuar, permite o acompanhamento mais qualificado do desempenho discente, uma vez que os mesmos conhecem o conteúdo sobre o qual se debruça o aluno.

As normativas e disposições legais nacionais têm evoluído para uma transposição cada vez maior das práticas do regime de colaboração, nos cursos na modalidade EaD, entre os diversos níveis e entes da Federação.

Por outro lado, o aumento exponencial da oferta nesta modalidade, em todo o Brasil, tem levado a crescentes pressões para credenciar polos de apoio de instituições e mantenedoras de fora do RS. Estas estão vinculadas a sistemas com legislação, muitas vezes, diferentes quanto aos referenciais de qualidade.

Ciosa de resguardar a autonomia do sistema de ensino do RS, previsto na LDB e legislações posteriores, bem como a igualdade de condições das mantenedoras locais com as de outros sistemas, a atual Resolução inclui dispositivos, não existentes na anterior, como o

que prevê que o polo, além de ter o tempo máximo de credenciamento limitado ao da sede da instituição de ensino à qual se vincula, também tenha, em qualquer caso, um tempo máximo de credenciamento de 3 (três) anos, visto que, em outros sistemas, a sede da instituição pode ter prazo de credenciamento maior a 3 (três) anos, ou mesmo, nenhum prazo.

O credenciamento da instituição de ensino para a oferta de cursos presenciais permanece com vigência de 3 anos e o recredenciamento com vigência de 5 anos.

Todas as disposições constantes desta Resolução são elementos de garantia de qualidade na oferta pública e privada da modalidade EaD, que vêm em benefício dos estudantes, sem dúvida, mas, sobretudo, da sociedade como um todo, que é atendida por profissionais egressos desses cursos.

Porto Alegre, 20 de janeiro de 2016.

Daniel Vieira Sebastiani – relator
Antonio Maria Melgarejo Saldanha – relator
Berenice Cabreira da Costa – relatora

Número[a] COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – Cidade

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

Entidade Mantenedora			Cadastro CEEd
Estabelecimento			Cadastro CEEd
Unidade			
Polo			
Endereço (Rua e Nº)			CEP
Bairro	Cidade	Telefone	E-Mail

Equipe Diretiva	
Diretor	Secretário
Coordenador do Curso	Coordenador Pedagógico

Pessoas que acompanharam a Comissão Verificadora na visita e responsáveis pelas informações	
Nome	Cargo ou Função

ASPECTOS INSTITUCIONAIS

Marque com X		
Quesito	Sim	Não
O estabelecimento conta com um Projeto Político-Pedagógico escrito?	☐	☐
Diretor, professores, alunos e comunidade em geral participaram da elaboração do Projeto Político-Pedagógico?	☐	☐
Os professores têm Plano de Trabalho Anual elaborado? [Anexar cópia de, pelo menos, dois Planos de Trabalho]	☐	☐
Os professores têm encontros regulares para interagir e planejar as atividades?	☐	☐
A formação continuada obrigatória de professores é efetiva?	☐	☐
O estabelecimento cumpre rigorosamente as aulas presenciais previstas na matriz curricular? *[Verificar, por amostragem]*	☐	☐
Alunos com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação recebem atendimento especializado?	☐	☐
Alunos com deficiência de aprendizagem recebem assistência específica?	☐	☐
O estabelecimento utiliza apostilas?	☐	☐
O estabelecimento utiliza efetivamente a plataforma de interação virtual?	☐	☐

ASPECTOS QUANTITATIVOS

Pessoal docente

Informe o número	
Quesito	Qtdade.
Professores com habilitação *[Licenciatura]*	
Professores sem habilitação	
Professores -Tutores habilitados *[Licenciatura]*	
Professores-Tutores não habilitados	
Monitores	

Obs. O Professor-Tutor é um professor-auxiliar. O Monitor somente dá assistência em tecnologia da informação (TI)

Pessoal técnico

Informe o número		
Caracterize os técnicos que atuam na escola (não coloque nomes) *[Insira quantas linhas forem necessárias]*		
Função	Descrição da atividade	Qtdade.
Outros		

Discentes

Curso	Parecer de autorização

Número de alunos que concluíram o curso	
Número de alunos transferidos	
Número de alunos que abandonaram ou cancelaram a matrícula	
Número de alunos matriculados, mas inativos, na data da visita	
Número de alunos matriculados e ativos, na data da visita	

Número de alunos por componente curricular no ano letivo recém concluído		
Componente curricular	Matriculados	Aprovados

REFERENCIAIS DE QUALIDADE

Referencial I – desenho do projeto político-pedagógico:
a) bases filosóficas e pedagógicas do curso; b) especificidade do curso a distância que se expressa: 1. Na organização da sua administração; 2. Nos recursos técnicos, tecnológicos e pedagógicos e 3. No acompanhamento, na avaliação e na linguagem utilizada na apresentação da proposta; c) carga horária e duração equivalente à da oferta presencial, devidamente demonstrada no cronograma completo a ser cumprido pelo aluno; d) política da instituição para capacitação, atualização e assessoramento permanente dos profissionais que integram o seu quadro funcional; e) regimento escolar que expresse o projeto político-pedagógico a ser desenvolvido no (s) curso (s) proposto (s);
Comentário do estabelecimento *[Insira o comentário do estabelecimento, conforme ficha de autoavaliação]*
Comentário da Comissão de Verificação O comentário do estabelecimento corresponde à realidade constatada? Por quê?
Como se constatam – documentalmente – os comentários feitos pela Comissão Verificadora? [Anexar exemplares de cópias de documentos]

Referencial II – equipe profissional:
a) equipe integrada pela direção e outros profissionais do quadro da escola com conhecimentos de informática para gerenciar um ambiente virtual, responsável pela concepção, produção, suporte tecnológico e avaliação do processo educacional; b) carga horária dos professores e professores-tutores com tempo reservado ao planejamento e acompanhamento das atividades específicas de um curso a distância.
Comentário do estabelecimento *[Insira o comentário do estabelecimento, conforme ficha de autoavaliação]*
Comentário da Comissão de Verificação O comentário do estabelecimento corresponde à realidade constatada? Por quê?
Como se constatam – documentalmente – os comentários feitos pela Comissão Verificadora? [Anexar exemplares de cópias de documentos]

Referencial III – interatividade entre professor, professor-tutor e aluno:
a) Utilização de ferramentas de comunicação para manter a interação entre professor/professor-tutor e aluno utilizando recursos didáticos que propiciem a construção da aprendizagem, a organização do curso, a identificação do quadro de pessoal da instituição e os diferentes acessos, proporcionando ao aluno a compreensão da oferta da educação a distância; b) número proporcional de professores/hora disponíveis para assegurar plantões de atendimento; c) momentos presenciais nos termos desta Resolução; d) estratégias que evidenciem procedimentos e atividades para incentivar a interação e a comunicação entre os alunos do curso com mecanismos de controle de acesso capazes de serem registrados em relatório;
Comentário do estabelecimento *[Insira o comentário do estabelecimento, conforme ficha de autoavaliação]*
Comentário da Comissão de Verificação O comentário do estabelecimento corresponde à realidade constatada? Por quê?
Como se constatam – documentalmente – os comentários feitos pela Comissão Verificadora? [Anexar exemplares de cópias de documentos]

Referencial IV – recursos didáticos:

a) ambiente de rede, plataforma, portal e mídias a serem utilizadas no projeto político-pedagógico que evidenciem a existência das ferramentas síncronas e assíncronas necessárias para alcançar os objetivos do curso;

b) meios de aprendizagem que evidenciem integração entre os materiais impressos, televisivos, de informática ou outros, articulados pela mediação dos professores ou professores-tutores em momentos presenciais ou virtuais;

c) guia que oriente o aluno quanto às características da educação a distância, com informações gerais sobre o curso, suas exigências e orientações, entre outras, referentes:

1 – aos pré-requisitos para o ingresso;

2 – às orientações metodológicas para o estudo a distância e a indicação quanto ao número ideal de horas que o aluno deve dedicar, por dia/semana, ao seu estudo;

3 – aos endereços de acesso à apostila do curso na forma eletrônica e aos simulados de provas, caso tais recursos estejam previstos;

4 – ao tempo limite para completar o curso;

5 – às orientações sobre o processo de avaliação adotado;

6 – à necessidade de deslocamentos para provas, estágios ou laboratórios e os locais onde serão realizadas essas atividades;

7 – aos materiais e meios de comunicação disponíveis aos alunos;

8 – às indicações dos recursos mínimos que o equipamento de informática a ser utilizado pelo aluno deve possuir;

9 – aos meios de interação e comunicação com os professores e professores-tutores;

10 – às condições para interromper temporariamente os estudos;

11 – às formas de utilização das ferramentas síncronas (teleconferências, chats, telefones) para interação em tempo real com os alunos em horários preestabelecidos;

12 – às formas de utilização das ferramentas assíncronas (fóruns de discussão, e-mail) para a realização de atividades e/ou atendimento sem marcação prévia de horário;

Comentário do estabelecimento *[Insira o comentário do estabelecimento, conforme ficha de autoavaliação]*

Comentário da Comissão de Verificação
O comentário do estabelecimento corresponde à realidade constatada? Por quê?

Como se constatam – documentalmente – os comentários feitos pela Comissão Verificadora? [Anexar exemplares de cópias de documentos]

Referencial V – infraestrutura:

a) equipamentos suficientes para instrumentalizar o processo pedagógico e a relação proporcional alunos/meios de comunicação;

b) acervos atualizados, amplos e representativos de livros, periódicos, de imagens, áudio, vídeos, sites, à disposição de alunos e professores;

c) política de reposição, manutenção, modernização e segurança dos equipamentos da sede e dos polos, quando houver;

d) salas e locais adequados ao número máximo de alunos a ser atendido por turma nos momentos presenciais, além de laboratórios e biblioteca equipados para atender aos objetivos do curso.

Comentário do estabelecimento *[Insira o comentário do estabelecimento, conforme ficha de autoavaliação]*

Comentário da Comissão de Verificação
O comentário do estabelecimento corresponde à realidade constatada? Por quê?

Como se constatam – documentalmente – os comentários feitos pela Comissão Verificadora? [Anexar exemplares de cópias de documentos]

Referencial VI – avaliação:::
a) perfil esperado dos alunos que buscam educação a distância; b) informações referentes às avaliações desde o início do processo pedagógico com o cronograma das avaliações parciais e finais a serem realizadas durante o curso, destacando os momentos presenciais obrigatórios; c) conceito e prática de avaliação coerentes entre si, envolvendo autoavaliação e avaliação em grupo, tanto do aluno como do curso; d) mecanismos para recuperação de estudos e as respectivas avaliações; e) formas de avaliação quando diagnosticados casos de avanço escolar, explicitando as implicações quanto ao período de integralização do curso e ao cronograma estabelecido pela instituição; f) garantia do sigilo e segurança nas avaliações, zelando pela confiabilidade dos resultados.
Comentário do estabelecimento *[Insira o comentário do estabelecimento, conforme ficha de autoavaliação]*
Comentário da Comissão de Verificação O comentário do estabelecimento corresponde à realidade constatada? Por quê?
Como se constatam – documentalmente – os comentários feitos pela Comissão Verificadora? [Anexar exemplares de cópias de documentos]

CONSTATAÇÕES DA COMISSÃO VERIFICADORA

Descrição de atividades desenvolvidas nos momentos presenciais
Como se constata isso?

Descrição dos recursos utilizados para a recuperação de alunos com rendimento insuficiente
Como se constata isso?

A estrutura física da escola é a originalmente comprovada? Foi ampliada e aperfeiçoada? Foi reduzida e desqualificada?
Como se constata isso?

O acervo da biblioteca foi ampliado? Há política de ampliação e atualização do acervo?
Como se constata isso?

O acervo virtual da biblioteca é significativo? Como é utilizado?
Como se constata isso?

Como acontece a interação do aluno com o curso? Pode ser verificado na prática – durante a visita?
Como se constata isso?

A escrituração escolar permite a constatação da identidade de cada aluno, a regularidade e autenticidade de sua vida escolar
Verificar aleatoriamente, pelo menos, cinco pastas de alunos e comentar as constatações.

A avaliação da aprendizagem dos alunos se assenta em procedimentos confiáveis?
Como se constata isso?

Mecanismos e/ou procedimentos utilizados para evitar a evasão
Como se constata isso?

RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO VERIFICADORA

Recomendações da Comissão Verificadora para sanar eventuais deficiências constatadas

PARECER CONCLUSIVO DA COMISSÃO VERIFICADORA

Com base nas constatações feitas, a Comissão Verificadora é ***favorável*** ou ***desfavorável*** ao credenciamento?

COMISSÃO VERIFICADORA

Nome	Função
	Perito

Lugar, Data.

Nome *Nome*

Nome *Nome*

De acordo

Nome
Coordenador Regional de Educação

DECLARAÇÃO

Declaramos, expressamente, que verificamos todos os dados e informações inseridos nos Formulários preenchidos pelo estabelecimento e que conferem com a realidade.

A Comissão Verificadora

.....

Nome

.....

Nome

.....

Nome

Anexos

Relacione os anexos que comprovam as constatações.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Número[a] COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – Cidade

FICHA DE AUTOAVALIAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO

No quadro adequado, comente cada um dos REFERENCIAIS DE QUALIDADE, fazendo uma autoavaliação.
Procure não ultrapassar DEZ linhas para cada comentário.
A Comissão Verificadora utilizará esses comentários em seu RELATÓRIO.
Forneça à CRE cópia em meio digital e uma em papel.

Entidade Mantenedora	Cadastro CEEd

Estabelecimento

Unidade

Polo

Endereço (Rua e Nº)	CEP

Bairro	Cidade	Telefone	E-Mail

Equipe Diretiva	
Diretor	Secretário
Coordenador do Curso	Coordenador Pedagógico

Referencial I – desenho do projeto político-pedagógico:
a) bases filosóficas e pedagógicas do curso; b) especificidade do curso a distância que se expressa: 1. Na organização da sua administração; 2. Nos recursos técnicos, tecnológicos e pedagógicos e 3. No acompanhamento, na avaliação e na linguagem utilizada na apresentação da proposta; c) carga horária e duração equivalente à da oferta presencial, devidamente demonstrada no cronograma completo a ser cumprido pelo aluno; d) política da instituição para capacitação, atualização e assessoramento permanente dos profissionais que integram o seu quadro funcional; e) regimento escolar que expresse o projeto político-pedagógico a ser desenvolvido no (s) curso (s) proposto (s);
Comentário do estabelecimento
Como se constatam – documentalmente – os comentários

Referencial II – equipe profissional:
a) equipe integrada pela direção e outros profissionais do quadro da escola com conhecimentos de informática para gerenciar um ambiente virtual, responsável pela concepção, produção, suporte tecnológico e avaliação do processo educacional; b) carga horária dos professores e professores-tutores com tempo reservado ao planejamento e acompanhamento das atividades específicas de um curso a distância;
Comentário do estabelecimento
Como se constatam – documentalmente – os comentários

Referencial III – interatividade entre professor, professor-tutor e aluno::
a) Utilização de ferramentas de comunicação para manter a interação entre professor/professor-tutor e aluno utilizando recursos didáticos que propiciem a construção da aprendizagem, a organização do curso, a identificação do quadro de pessoal da instituição e os diferentes acessos, proporcionando ao aluno a compreensão da oferta da educação a distância; b) número proporcional de professores/hora disponíveis para assegurar plantões de atendimento; c) momentos presenciais nos termos desta Resolução; d) estratégias que evidenciem procedimentos e atividades para incentivar a interação e a comunicação entre os alunos do curso com mecanismos de controle de acesso capazes de serem registrados em relatório;
Comentário do estabelecimento
Como se constatam – documentalmente – os comentários

Referencial IV – recursos didáticos:
a) ambiente de rede, plataforma, portal e mídias a serem utilizadas no projeto político-pedagógico que evidenciem a existência das ferramentas síncronas e assíncronas necessárias para alcançar os objetivos do curso; b) meios de aprendizagem que evidenciem integração entre os materiais impressos, televisivos, de informática ou outros, articulados pela mediação dos professores ou professores-tutores em momentos presenciais ou virtuais; c) guia que oriente o aluno quanto às características da educação a distância, com informações gerais sobre o curso, suas exigências e orientações, entre outras, referentes: 1 – aos pré-requisitos para o ingresso; 2 – às orientações metodológicas para o estudo a distância e a indicação quanto ao número ideal de horas que o aluno deve dedicar, por dia/semana, ao seu estudo; 3 – aos endereços de acesso à apostila do curso na forma eletrônica e aos simulados de provas, caso tais recursos estejam previstos; 4 – ao tempo limite para completar o curso; 5 – às orientações sobre o processo de avaliação adotado; 6 – à necessidade de deslocamentos para provas, estágios ou laboratórios e os locais onde serão realizadas essas atividades; 7 – aos materiais e meios de comunicação disponíveis aos alunos; 8 – às indicações dos recursos mínimos que o equipamento de informática a ser utilizado pelo aluno deve possuir; 9 – aos meios de interação e comunicação com os professores e professores-tutores; 10 – às condições para interromper temporariamente os estudos; 11 – às formas de utilização das ferramentas síncronas (teleconferências, chats, telefones) para interação em tempo real com os alunos em horários preestabelecidos; 12 – às formas de utilização das ferramentas assíncronas (fóruns de discussão, e-mail) para a realização de atividades e/ou atendimento sem marcação prévia de horário;
Comentário do estabelecimento
Como se constatam – documentalmente – os comentários

Referencial V – infraestrutura:
a) equipamentos suficientes para instrumentalizar o processo pedagógico e a relação proporcional alunos/meios de comunicação; b) acervos atualizados, amplos e representativos de livros, periódicos, de imagens, áudio, vídeos, sites, à disposição de alunos e professores; c) política de reposição, manutenção, modernização e segurança dos equipamentos da sede e dos polos, quando houver; d) salas e locais adequados ao número máximo de alunos a ser atendido por turma nos momentos presenciais, além de laboratórios e biblioteca equipados para atender aos objetivos do curso;
Comentário do estabelecimento
Como se constatam – documentalmente – os comentários

Referencial VI – avaliação:
a) perfil esperado dos alunos que buscam educação a distância; b) informações referentes às avaliações desde o início do processo pedagógico com o cronograma das avaliações parciais e finais a serem realizadas durante o curso, destacando os momentos presenciais obrigatórios; c) conceito e prática de avaliação coerentes entre si, envolvendo autoavaliação e avaliação em grupo, tanto do aluno como do curso; d) mecanismos para recuperação de estudos e as respectivas avaliações; e) formas de avaliação quando diagnosticados casos de avanço escolar, explicitando as implicações quanto ao período de integralização do curso e ao cronograma estabelecido pela instituição; f) garantia do sigilo e segurança nas avaliações, zelando pela confiabilidade dos resultados.
Comentário do estabelecimento
Como se constatam – documentalmente – os comentários

Lugar, Data.

.....

Nome
Diretor

RESOLUÇÃO Nº 335, DE 28 DE JANEIRO DE 2016*.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, no uso das suas atribuições e com fundamento no artigo 11, I, da Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pelas Leis estaduais nº 10.591, de 28 de novembro de 1995, nº 11.452, de 28 de março de 2000 e nº 14.471, de 21 de janeiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd, na forma do seu Anexo Único.

Art. 2º Revogar as disposições em contrário.

Art. 3º– Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada por unanimidade na Sessão Plenária de 28 de janeiro de 2016.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

* Publicada no Diário Oficial do Estado de 04 de fevereiro de 2016.

JUSTIFICATIVA

O Regimento Interno do CEEd fundamentava-se nos marcos legais da década de 60 e nos termos da Lei estadual nº 4.724, de 10 de janeiro de 1964, regulamentada pelo Decreto estadual nº 27.474, de 24 de agosto de 1978. Com base nessas normas, a atribuição do Conselho se limitava à elaboração do texto do Regimento cuja aprovação final cabia ao Governador, que o promulgava por meio de Decreto. Esta situação normativa perdurou até o início dos anos 90, quando a Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, concedeu ao CEEd a faculdade de, não apenas elaborar, mas também aprovar o seu próprio Regimento.

Essa alteração legal ocorrida em 1992 não ensejou, porém, mudança na realidade normativa do CEEd, que continuou sob a égide do antigo Regimento outorgado com base na Lei de 1964. Houve tentativas sem êxito de exercitar a prerrogativa de autorregulação regimental do Conselho com fundamento na Lei estadual nº 9.672/1992, destacando-se a iniciativa em 2005, que chegou a produzir uma minuta de alteração do Regimento Interno e contribuiu para subsidiar a elaboração da presente Proposta de Regimento.

O Regimento Interno foi se tornando defasado e ultrapassado pela realidade normativa e pedagógica no campo da educação. Sua capacidade de regrar o funcionamento cotidiano do CEEd foi arrefecendo ao longo dos anos, sendo substituído por diretivas legitimadas por hábitos sedimentados em práticas reiteradas e cumulativas para além do formalmente estabelecido no Regimento em vigor. Registre-se, porém, que muitas dessas diretivas tiveram

o mérito de incorporar experiências participativas emblemáticas e significativas, oportunizando vivências mais coletivas e democráticas, especialmente nas últimas gestões do CEEd.

Assim, a premência da reformulação do Regimento Interno tornou-se maior, seja pela necessidade de atualizar conceitos e diretrizes, seja pela conveniência de regimentar práticas já legitimadas e testadas na experiência de funcionamento do CEEd. Essa situação motivou a iniciativa da sua atual Presidência no sentido de enfrentar este desafio em 2015.

Para isso, foi criada pela Portaria nº 08, de 10 de março de 2015, a Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do CEEd-CERRI, que ao longo do ano produziu uma minuta, submetida a ampla discussão que, aprimorada, foi encaminhada ao Plenário do CEEd tornando-se o primeiro Regimento Interno, inteira e autonomamente elaborado e aprovado pelos seus Conselheiros.

Cabe destacar a natureza marcadamente participativa do processo de elaboração desta proposta regimental que envolveu não apenas conselheiros, mas todos os setores funcionais da instituição (Gabinete, Secretaria-Geral e Assessoria Técnica) cujos servidores apresentaram emendas à minuta distribuída com antecedência para a sua apreciação. Assim, a minuta chega ao Plenário para decisão final com alto nível de consenso, na maioria dos pontos, construído no processo dialógico em diferentes espaços institucionais.

O conteúdo da proposta ora finalizada orientou-se por quatro eixos definidos na primeira reunião da CERRI e identificados pelas expressões atualização, revisão, dinamização e democratização. O primeiro visou adequar o Regimento Interno à dinâmica real do Conselho e ao ordenamento institucional e normativo vigente a partir da Constituição de 1988 e da LDBEN (Lei federal nº 9.394/1996). A revisão buscou escoimar do Regimento Interno expressões, conceitos, formas e práticas em desuso ou inadequadas, algumas fundadas na antiga Lei federal nº 5.692/1971, como a nomenclatura “Ensino de Primeiro e Segundo Graus”, dentre outros. A dinamização primou pela manutenção e desenvolvimento de mecanismos de estimulação da vida interna do Conselho como espaço de estudo e debate, favorecendo a integração e a qualificação da assessoria técnica e demais setores da instituição. A democratização buscou introduzir mecanismos que propiciem maior descentralização e participação na tomada de decisões, especialmente pelos Conselheiros.

Balizados por esses eixos, merecem ser destacados alguns pontos de grande relevância: a) a incorporação no texto regimental das Sessões Conjuntas, experiência consolidada na vida interna do Conselho, mas não prevista no seu Regimento; b) a ampliação do número de Comissões Permanentes e a tipificação das demais em Comissões Temporárias e Comissões Especiais, possibilitando a incorporação ao Regimento da já consolidada Comissão Especial do Regime de Colaboração (CERC) e a criação da Comissão Especial de Coordenadores (CECOR), que terá o importante papel de promover a articulação entre as comissões; c) o aprimoramento da nomenclatura dos Atos do Conselho, distinguindo o ato “Parecer” do ato “Deliberação”, com isso possibilitando maior clareza e coerência conceitual no ordenamento interno do CEEd, resguardada a validade dos atos já exarados com a denominação prevista no Regimento anterior; d) estabelecimento de regras mais precisas para a análise das matérias e decisões em plenário, de um lado, garantindo o livre debate e o contraditório por parte dos conselheiros, por outro, oferecendo limites que assegurem o princípio da “duração razoável” dos procedimentos e processos em tramitação no Conselho.

Em síntese, a presente proposição decorre de uma necessidade de revisão e atualização do Regimento vigente, hoje defasado dado o longo processo histórico de erosão institucional e conceitual a que foi submetido. É uma proposta regimental que acolhe experiências participativas já testadas e incorporadas ao quotidiano do Conselho e avança na democratização possível, levando em conta a natureza plural e peculiar do CEEd. Tão importante quanto o conteúdo do novo texto regimental é a forma zelosa e participativa como

foi conduzido o processo de elaboração da proposta final, com o envolvimento de todos os setores da instituição, o que, sem dúvida, confere ainda mais legitimidade ao novo Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação.

Porto Alegre, 27 de janeiro de 2016.

Domingos Antônio Buffon – relator
Carmem Maria Craidy – relatora
Celso Floriano Stefanosky – relator
Thalisson Silveira da Silva – relator

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Capítulo I
DA NATUREZA

Art. 1º. O Conselho Estadual de Educação é o órgão consultivo, normativo, fiscalizador e deliberativo do Sistema Estadual de Ensino, com dotação orçamentária própria, que lhe assegure eficiente funcionamento e autonomia administrativa para agir e decidir de conformidade com as funções e atribuições conferidas pelas legislações federal e estadual. **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

Capítulo II
DA COMPOSIÇÃO
(Lei nº 9.672, de 19/06/1992)

Art. 2º. O Conselho Estadual de Educação compõe-se de vinte e dois membros, sendo sete de livre escolha do Governador do Estado e quinze indicados por entidades representativas da comunidade escolar, escolhidos dentre pessoas de reconhecida ética profissional, conhecimento e experiência na área da educação, comprovados através de títulos e trabalhos realizados nesta área. **(Redação dada pela Lei nº 11.452/2000)**

Parágrafo único: Os Conselheiros serão nomeados pelo Governador do Estado, dentre representantes da comunidade escolar, indicados pelas entidades de âmbito estadual, através de listas tríplices elaboradas para cada uma das respectivas vagas, como segue: **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

I – quatro (4) pela entidade representativa do Magistério Público; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

II – dois (2) pela entidade representativa do magistério da rede privada de ensino; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

III – dois (2) pela entidade que congrega pais de alunos das escolas públicas; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

IV – um (1) pela entidade que congrega pais de alunos das escolas da rede privada de ensino; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

V – um (1) pela entidade representativa dos estabelecimentos da rede privada de ensino; **(Lei nº 10.591/1995)**

VI – um (1) pela entidade representativa dos dirigentes municipais de educação; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

VII – um (1) pela entidade representativa das associações de municípios; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

VIII – um (1) pela entidade que congrega estabelecimentos de ensino superior de formação de professores; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

IX – um (1) pela entidade que congrega os estudantes das escolas de ensino fundamental e médio. **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995).**

X – um (1) pela entidade estadual representativa da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. **(Redação dada pela Lei nº 11.452/2000)**

Art. 3º. O mandato de cada membro do Conselho Estadual de Educação terá a duração de 4 anos, permitida, apenas, uma recondução. **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

§ 1º. De dois em dois anos cessará o mandato, alternadamente, de 11 Conselheiros. **(Redação dada pela Lei nº 11.452/2000)**

§ 2º. O mandato dos membros do Conselho extinguir-se-á, sempre, em 15 de abril dos anos pares, ainda que, por retardamento na indicação, nomeação ou posse, venha a ter a duração inferior a quatro anos. **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

§ 3º. Ocorrendo, no Conselho, vaga relativa a um dos incisos do parágrafo único do artigo 2º, o Governador do Estado, de posse da indicação, terá o prazo de 10 dias para efetuar a nomeação. **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

§ 4º. A posse dos Conselheiros será efetivada pelo Presidente do Conselho, em sessão plenária pública, realizada no prazo máximo de 10 dias após a respectiva nomeação. **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

§ 5º. O exercício das funções de membro do Conselho é incompatível com o de: **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

a) Secretário de Estado;

b) Diretor de Autarquia;

c) ocupante de cargo de confiança em Secretarias do Estado;

d) ocupante de cargo eletivo regido pela Justiça Eleitoral em qualquer nível.

§ 6º. Em caso de nomeação de membro do Conselho para uma das funções previstas no parágrafo anterior ser-lhe-á designado substituto, observado o disposto nos artigos 2º e 3º, enquanto durar o impedimento do titular. **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

Art. 4º. Ocorrendo vaga no Conselho, por renúncia, morte ou incompatibilidade de função de algum de seus membros, será nomeado novo Conselheiro, observado o prazo previsto no parágrafo 3º do artigo 2º para completar o mandato de seu antecessor. **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

Art. 5º. A função de Conselheiro é de relevante interesse público, e o seu exercício tem prioridade sobre o de outra função pública, ou vinculada ao ensino, se entidade privada.

Art. 6º. O Conselho Estadual de Educação, com sede na Capital do Estado, realizará reuniões, no período e na forma fixados a seguir: **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

I – cada reunião terá duração de duas horas; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

II – o número máximo mensal de reuniões remuneradas será de vinte e quatro para cada membro do Conselho. **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

Parágrafo único: O Conselho Estadual de Educação, por decisão do plenário, poderá realizar, fora de sua sede, sessão plenária ou de Comissão. **(Redação dada pela Lei nº 10.591/ 1995)**

Art. 7º. Os membros do Conselho perceberão "jeton" por sessão a que comparecerem, bem como ressarcimento, pelo Estado, das despesas de transportes e estada, quando ocorrerem. **(Redação dada pela Lei nº 9.672, de 19/06/1992)**

§ 1º. O valor do “jeton” de que trata o “caput” deste artigo é o fixado no inciso I do art. 1.º da Lei n.º 7.369, de 18 de abril de 1980, e alterações, e as diárias serão fixadas por ato do Chefe do Poder Executivo. **(Redação dada pela Lei nº 14.471/2014)**

§ 2º. O Presidente do Conselho perceberá mensalmente, como gratificação de representação, 50% (cinquenta por cento) da importância total dos "jetons" que lhe forem devidos. **(Redação dada pela Lei nº 9.672, de 19/06/1992)**

§ 3º. Os Vice-Presidentes perceberão mensalmente, como gratificação de representação, 25% (vinte e cinco por cento) da importância total dos "jetons" que lhes forem devidos. **(Redação dada pela Lei nº 9.672, de 19/06/1992)**

Art. 8º. O Conselho Estadual de Educação contará com um corpo técnico, jurídico, de comunicação social e administrativo de apoio necessário ao atendimento de seus serviços. **(Redação dada pela Lei nº 9.672, de 19/06/1992)**

Parágrafo único: Poderão ser requisitados, pelo Conselho Estadual de Educação, profissionais e especialistas, na medida de suas necessidades, sem prejuízo de seus direitos e vantagens funcionais, para o desempenho de suas funções específicas. **(Redação dada pela Lei nº 9.672, de 19/06/1992)**

Art. 9º. O orçamento do Estado consignará, anualmente, dotação própria para o funciona-mento e manutenção do Conselho Estadual de Educação. **(Redação dada pela Lei nº 9.672, de 19/06/1992)**

Capítulo III
DA COMPETÊNCIA
(Lei nº 9.672, de 19/06/1992)

Art. 10. O Conselho Estadual de Educação exercerá, em relação ao Sistema Estadual de Ensino, as atribuições previstas na legislação federal e estadual pertinentes e, em especial, as seguintes: **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

I – elaborar e aprovar seu regimento interno; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

II – eleger seu Presidente e dois Vice-Presidentes; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/ 1995)**

III – fixar normas para: **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

1 – o credenciamento, a autorização, o reconhecimento, o recredenciamento, a supervisão e a avaliação respectivamente dos cursos das instituições de educação superior e dos estabelecimentos do sistema estadual de ensino. (Lei federal nº 9.394/1996)

2 – o funcionamento, o reconhecimento e a inspeção dos estabelecimentos de ensino; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

3 – a organização do ensino fundamental e médio destinado a adolescentes e adultos que a ele não tiveram acesso na idade própria; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

4 – capacitação de professores para lecionar, em caráter suplementar, e a título precário; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

5 – aprovação dos regimentos dos estabelecimentos de ensino; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

6 – criação de estabelecimentos de ensino públicos de modo a evitar duplicação desnecessária de recursos; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

7 – fiscalização dos estabelecimentos de ensino, inclusive no que respeita à avaliação da qualidade do ensino; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

IV – aprovar: **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

1 – o regimento dos estabelecimentos de ensino; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/ 1995)**

2 – os planos de aplicação dos recursos do Salário-Educação destinados ao Estado; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

3 **–** os planos de curso Técnico e de Especialização Técnica (Resolução CNE/CEB nº 6/2012 e Parecer CNE/CEB nº 14/2002)**.**

V – autorizar alternativas institucionais e pedagógicas, diversas das normas gerais estabelecidas, visando ao atendimento das necessidades específicas de clientela; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

VI – pronunciar-se, previamente, sobre criação de estabelecimentos estaduais de ensino; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

VII – pronunciar-se, previamente sobre a cessação de escolas conforme legislação vigente.

VIII – credenciar, recredenciar, reconhecer e autorizar o funcionamento de instituições de ensino da rede pública e privada e de seus cursos**.**

IX – promover sindicâncias, em estabelecimentos de ensino, por meio de comissões especiais, quando julgar oportuno, tendo em vista o fiel cumprimento da lei e das normas do Conselho; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

X – exercer a competência recursal, em relação às decisões das entidades, instituições e órgãos do Sistema Estadual de Ensino, esgotadas as respectivas instâncias; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

XI – representar às autoridades competentes, em casos de violação de normas legais, relativas à educação; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

XII – acompanhar a execução dos planos educacionais do Estado; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

XIII – analisar os relatórios da execução financeira, das despesas em educação; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

XIV – emitir parecer sobre assuntos e questões de natureza pedagógica, que lhe forem submetidos pelo Governador ou Secretário da Educação, ou por solicitação da Assembleia Legislativa, através da Comissão de Educação e de entidade de âmbito estadual, ligadas à educação; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

XV – emitir parecer sobre o Plano Estadual de Educação, de duração plurianual, nos termos do artigo 208 da Constituição do Estado, acompanhar e avaliar sua execução; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

XVI – estabelecer medidas, que visem à expansão, consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Ensino, ou propô-las, se não forem de sua alçada; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

XVII – Estabelecer em regime de colaboração iniciativas que visem maior articulação entre as redes e os sistemas de ensino.

XVIII – manter intercâmbio com Conselhos de Educação; **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

XIX – exercer outras atribuições, previstas em lei, ou decorrentes da natureza de suas funções. **(Redação dada pela Lei nº 10.591/1995)**

Capítulo IV
DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 11. O CEEd compor-se-á de:

I – Plenário;

II – Presidência;

III– Comissões.

Art. 12. Serão órgãos auxiliares do CEEd:

I – Gabinete da Presidência;

I – Secretaria-Geral;

II – Assessoria Técnica.

Seção I
DO PLENÁRIO

Art. 13. O Plenário é a instância máxima de decisão do CEEd a quem compete precipuamente, além de outras atribuições estipuladas no presente Regimento Interno:

I – apreciar e votar os atos a ele encaminhados pelas Comissões;

II – aprovar as propostas orçamentárias;

III – eleger o Presidente, o Primeiro Vice-Presidente e o Segundo Vice-Presidente;

IV – alterar o Regimento Interno;

V – apreciar e votar as Atas do Plenário;

VI – deliberar em grau de recurso as demandas que lhe forem submetidas;

VII – deliberar e resolver os casos omissos deste Regimento Interno.

VIII – indicar a representação do CEEd nas instâncias em que tem assento.

Art. 14. O Plenário reunir-se-á em sessão ordinária uma vez por semana e, extraordinariamente, por convocação do Presidente, sempre que houver matéria urgente a ser examinada.

§ 1º. As reuniões de que trata o Art. serão públicas, salvo decisão em contrário do Presidente ou do Plenário.

§ 2º. Nas sessões extraordinárias só poderão ser discutidos e votados os assuntos que determinaram sua convocação.

§ 3º. As Sessões de Plenário terão duração de duas horas, podendo ser prorrogadas por mais duas, por decisão da maioria dos presentes.

Art. 15. As Sessões de Plenário constarão de:

I – abertura: constitui-se da verificação e proclamação, pelo Presidente, da existência de quórum e da apreciação e votação da Ata da sessão anterior;

II – apreciação e votação da ordem do dia;

III – expediente: integrado por avisos, comunicações, registro de fatos, apresentação de proposições, manifestações dos Conselheiros, correspondência e documentos do Plenário;

IV – análise, discussão e votação das proposições;

V – encerramento: onde o Presidente declara o esgotamento da pauta ou, conforme o caso, do tempo regimental de duração da sessão. Antes de declarada encerrada a sessão, o Presidente deverá convocar a próxima Sessão de Plenário.

Art. 16. Instalam-se as sessões plenárias com a presença da maioria dos Conselheiros, sendo o quórum apurado no início da sessão.

Parágrafo único: Prejudicado o quórum com a retirada de algum Conselheiro durante a sessão, esta ficará suspensa até que o quórum se restabeleça ou será encerrada.

Art. 17. As decisões serão tomadas pelo voto da maioria simples, salvo dispositivos específicos previstos neste Regimento, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 18. Os pedidos de vista a um mesmo processo poderão ocorrer em, no máximo, três sessões do Plenário, duas forma individual e uma coletiva.

§ 1º. O(s) autor(es) do pedido de vista deverá(ão) devolver o Processo na sessão seguinte do Plenário, com ou sem apresentação de emenda.

§ 2º. Havendo apresentação de emenda pelo(s) autor(es) do(s) pedido(s) de vista, a proposição será submetida à apreciação pelo Plenário, observada a ordem pelo Art. 26 deste Regimento.

§ 3º. É facultado ao Conselheiro um único pedido de vista em um mesmo processo.

Art. 19. O pedido de retirada de pauta de qualquer matéria em apreciação poderá ser solicitado antes da votação por qualquer Conselheiro ao Presidente, que o submeterá ao Plenário.

Parágrafo único: A retirada de pauta de Processo em discussão encerra o debate sobre ele.

Art. 20. Das Sessões de Plenário serão lavradas Atas circunstanciadas, devendo ser transcrito o pronunciamento de Conselheiro que assim o solicitar.

Parágrafo único: No registro do resultado das votações de cada ato da Sessão de Plenário deverá constar a nominata dos Conselheiros contrários, dos que se abstiveram e dos que se afastaram no momento da votação.

Art. 21. A discussão e votação de matéria em Sessão de Plenário serão sempre precedidas de análise e pronunciamento por relator de, no mínimo, uma Comissão.

§ 1º. Poderá ser dispensada a leitura dos atos em apreciação, cujas cópias hajam sido distribuídas com antecedência, salvo se for julgada necessária pelo relator ou por outro Conselheiro.

§ 2º. Declarada urgência da matéria pela Comissão, será solicitada em instrumento próprio sua inclusão na pauta da primeira Sessão de Plenário após a reunião da Comissão.

§ 3º. Sempre que possível, os atos encaminhados pelas Comissões, que forem incluídos em pauta, serão remetidos, por cópias, aos Conselheiros, com antecedência de vinte e quatro (24) horas.

§ 4º. Por proposta do Presidente, em casos especiais, devidamente justificados e aceitos pelo Plenário, poderão ser incluídos expedientes que não tenham constado em pauta.

Art. 22. Nas Sessões de Plenário, o Conselheiro poderá solicitar a alteração da sequência da pauta, o que será decidido pelo Plenário.

Art. 23. Nas Sessões de Plenário, na discussão de matéria, o Presidente solicitará ao relator que proceda a seu pronunciamento e, em seguida facultará a palavra aos Conselheiros, segundo a ordem de inscrição, por três minutos, prorrogáveis por mais três, a juízo do Presidente.

§ 1º. O Conselheiro que ainda não tenha feito uso da palavra terá preferência em relação ao que já tenha se manifestado sobre a matéria em discussão.

§ 2º. Serão permitidos apartes, de forma breve, desde que com a aquiescência do orador.

§ 3º. Se o Presidente desejar discutir a matéria, após inscrição no rol de oradores, deverá passar a presidência dos trabalhos ao seu substituto e, então, usar da palavra.

§ 4º. Na ausência do relator, a matéria será apresentada pelo Coordenador de Comissão em que tenha tramitado o Processo, ou ainda, por um dos signatários, a critério do Presidente.

§ 5º. Antes de ser encaminhada a matéria para votação, será garantida mais uma manifestação do relator, se assim o desejar.

Art. 24. Durante a discussão, os Conselheiros poderão apresentar emendas à proposta em debate.

§ 1º. As emendas classificam-se em supressivas, substitutivas ou aditivas.

§ 2º. Na votação, as emendas terão preferência sobre as matérias a que se referirem.

§ 3º. A votação das emendas terá a seguinte ordem:

I – emenda supressiva;

II – emenda substitutiva;

III – emenda aditiva.

Art. 25. Se o Plenário decidir contrariamente a manifestação não subscrita pela totalidade da Comissão, o Presidente designará outro relator da mesma Comissão, dentre os que não a subscreveram, que elaborará nova proposta, levando em consideração os fundamentos em que se baseou a decisão do Plenário.

Parágrafo único: Se o Plenário decidir contrariamente à manifestação unânime da Comissão, será criada uma Comissão Temporária para emitir nova manifestação sobre a matéria.

Art. 26. Após a manifestação do relator, respondendo às arguições, o Presidente concederá a palavra para discussão da matéria.

§ 1º. Depois de ter sido facultado o uso da palavra a todos os Conselheiros presentes, o Presidente poderá decidir pelo encerramento da inscrição de oradores e do período de discussão da matéria.

§ 2º. Encerrado o período de discussão, o Presidente declarará o Processo em regime de votação, não cabendo mais manifestações dos Conselheiros, à exceção de questão de ordem.

§ 3º. Resolvidas as questões de ordem e iniciado o processo de votação, este não se interrompe.

Art. 27. A inobservância de dispositivo regimental que, no julgamento do Conselheiro, esteja sendo praticada, interrompe o andamento do assunto em exame e configura questão de ordem.

§ 1º. A questão de ordem é decidida pelo Presidente, que poderá deixar de recebê-la se o proponente não indicar objetivamente o seu fundamento.

§ 2º. Da decisão do Presidente, em questão de ordem, caberá recurso para o Plenário.

Art. 28. A votação será simbólica ou nominal, ressalvado o disposto nos Art. 40 e 42 deste Regimento.

Art. 29. Na votação simbólica, os Conselheiros favoráveis à matéria permanecerão como estão.

Parágrafo único: Havendo dúvidas quanto ao resultado da votação simbólica, poderá a mesma ser repetida imediatamente, por meio de votação nominal.

Art. 30. Far-se-á votação nominal a juízo do Presidente ou por solicitação de Conselheiro.

Art. **31**. As declarações de voto não comportarão apartes, discussão ou comentários e serão encaminhadas à Presidência, por escrito, até o término da sessão**.**

Art. 32. O Presidente exercerá o voto apenas em caso de empate.

Art. 33. A preferência na discussão ou votação de uma proposição em relação a outra será decidida pelo Presidente, observado o disposto no Art. 24.

Art. 34. Qualquer Conselheiro presente à votação poderá dela abster-se, mediante justificação.

Art. 35. As Sessões do CEEd, anualmente, entrarão em recesso por 30 (trinta) dias em período definido pela Presidência do CEEd.

Parágrafo único: O Presidente do CEEd, por motivos de alta relevância e urgência, poderá convocar Sessão de Plenário extraordinária, interrompendo o recesso.

Seção II
DA PRESIDÊNCIA

Art. 36. A Presidência, instância diretiva do CEEd, será exercida pelo Presidente e pelo Primeiro e Segundo Vice-Presidentes.

Parágrafo único: Os Vice-Presidentes, na condição de membros da Presidência, exercerão papel efetivo de colaboração ativa na gestão político-administrativa do CEEd.

Art. 37. Compete ao Presidente, além de outras atribuições que lhe são conferidas por este Regimento ou pertinentes ao cargo:

I – dar posse aos Conselheiros;

II – convocar reuniões plenárias;

III – presidir as reuniões do Plenário e as sessões conjuntas de Comissões, decidindo as questões de ordem;

IV – participar, quando julgar oportuno, dos trabalhos das Comissões;

V – expedir Instruções, Portarias e demais Atos referentes à organização e funcionamento do CEEd;

VI – propor a designação e a dispensa dos ocupantes das funções gratificadas do CEEd, ouvido o CECOR

VII – propor a nomeação dos ocupantes dos cargos em comissão do CEEd, ouvido o CECOR;

VIII – autorizar despesas;

IX – providenciar a publicação dos atos do CEEd;

X – exercer o voto de qualidade;

XI – designar relatores para os Processos.

XII – baixar Atos visando ao cumprimento das decisões das Comissões e do Plenário do CEEd.

Art. 38. Compete à Presidência, além de outras atribuições que lhe são conferidas por este Regimento:

I – propor a ordem do dia das reuniões plenárias;

II – dar efetividade aos Atos referentes à organização e funcionamento do CEEd;

III – solicitar às autoridades competentes, providências e recursos necessários;

IV – encaminhar às autoridades competentes, para os devidos fins, as decisões do CEEd;

V – estabelecer contatos com instituições e órgãos, tendo em vista assuntos de interesse do CEEd;

VI – autorizar a realização de estudos técnicos e fazê-los executar;

VII – representar o CEEd ou designar representantes, sempre que possível, ouvido o Plenário;

VIII – autorizar a publicação de notas ou informações, ouvido o Plenário do CEEd;

IX – propor ao Plenário alterações no Regimento;

X – definir o período do recesso anual de trinta dias;

XI – elaborar a proposta de orçamento do CEEd.

Art. 39. Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelos 1º e 2º Vice-Presidentes, respectivamente.

§ 1º. Na ausência do Presidente e de ambos os Vice-Presidentes, a substituição far-se-á pelo Coordenador de Comissão com mais tempo no exercício da função de Conselheiro, mantendo-se o empate o de Coordenador de Comissão, após o exercício como membro da Presidência e, por fim, o mais titulado em educação.

§ 2º. A substituição do Presidente, prevista no *caput* deste Art., significará a investidura de seu substituto nas competências previstas neste Regimento, quando de seu afastamento do Estado ou de sua ausência por mais de dez dias sem prévia comunicação.

Subseção I
DA ELEIÇÃO DO PRESIDENDENTE E DOS VICE-PRESIDENTES

Art. 40. O Presidente e os Vice-Presidentes serão eleitos por votação secreta dentre os Conselheiros para cumprir mandato de dois anos, em Sessão de Plenário a ser realizada no mês de dezembro do ano anterior ao do término do mandato presidencial vigente.

§ 1º. A votação será feita mediante cédulas recolhidas à urna, à vista do Plenário, e os votos serão apurados por dois escrutinadores designados pelo Presidente.

§ 2º. O Presidente do CEEd convocará as eleições a que se refere o *caput* deste Art., em Sessão de Plenário, com antecedência mínima de vinte e um dias.

§ 3º. As candidaturas devem ser inscritas na Secretaria-Geral e apresentadas em Plenário até uma semana antes da eleição.

§ 4º. No ato da inscrição o candidato deverá especificar o cargo a que concorre, vedada a inscrição para mais de um cargo.

§ 5º. Os eleitos serão empossados em Sessão do Plenário, na segunda semana do mês de março do ano seguinte.

Art. 41. As eleições do Presidente e Vice-Presidentes do CEEd ocorrerão em momentos distintos na mesma sessão, na seguinte ordem: Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente.

Art. 42. A eleição para Presidente e Vice-Presidentes do CEEd será com voto secreto em urna, sendo eleito o candidato que obtiver o voto da maioria dos Conselheiros no exercício do mandato.

§ 1º. Se nenhum dos candidatos obtiver os votos previstos, será feita nova votação, na mesma Sessão do Plenário.

§ 2º. O quórum mínimo para a votação prevista neste Art. é de 3/5 (três quintos) da totalidade dos Conselheiros empossados no CEEd.

Art. 43. Se nenhum dos candidatos obtiver a votação prevista no Art. anterior, será realizada uma terceira votação em Sessão do Plenário a ser convocada para a semana imediatamente seguinte, sendo eleito o candidato que obtiver, no mínimo, o número inteiro imediatamente superior à metade dos votos entre os presentes.

§ 1º. Se, ainda assim, nenhum candidato obtiver o número de votos expresso neste Art., será realizada uma quarta votação entre os dois candidatos mais votados na terceira votação, sendo eleito aquele que alcançar o maior número de votos.

§ 2º. No caso de empate após as votações será proclamado Presidente o candidato que tenha exercido por maior tempo a função de Conselheiro, mantendo-se o empate o Coordenador de Comissão, após, o exercício como membro da Presidência e, por fim, o mais titulado em educação.

Art. 44. Os Vice-Presidentes do CEEd não poderão exercer, cumulativamente, a função de Coordenador de Comissões, salvo das Comissões Temporárias.

Art. 45. Verificada a vacância de cargo de Presidente ou de qualquer dos Vice-Presidentes, proceder-se-á em, no máximo, quarenta e cinco dias, a eleição do substituto para completar o tempo que faltar ao cumprimento do respectivo mandato.

§ 1º. A eleição de que trata o *caput* deste Art. será realizada em Sessão do Plenário, especialmente convocada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, com os mesmos critérios estabelecidos nos Art. 40, parágrafo 3º, 42 e 43 deste Regimento.

§ 2º. A posse do eleito ocorrerá na mesma Sessão do Plenário da sua eleição.

Seção III
DAS COMISSÕES

Art. 46. As Comissões do CEEd são instâncias de estudo, discussão e encaminhamento de matéria específica de sua atribuição para apreciação do Plenário.

Parágrafo único: As Comissões elegerão, dentre os seus integrantes, um Conselheiro Coordenador que terá as atribuições de:

I – coordenar as reuniões da Comissão;

II – acompanhar a Assessoria Técnica na elaboração e distribuição com antecedência da pauta das reuniões;

III – zelar pela celeridade processual das matérias e Processos em análise na Comissão;

IV – participar do CECOR.

Art. 47. As Comissões do CEEd serão compostas de, no mínimo 3 (três) e no máximo 8 (oito) membros.

Art. 48. Os Conselheiros deverão integrar, no mínimo, duas e no máximo três Comissões Permanentes.

Art. 49. Nenhuma Comissão poderá realizar mais de duas reuniões semanais a menos que haja matéria urgente, após autorização do Presidente do CEEd, mediante solicitação escrita do Coordenador da respectiva Comissão.

Art. 50. A relatoria dos Processos que originam Resolução, Parecer e Indicação é definida no âmbito de cada Comissão.

Parágrafo único: A relatoria dos Processos que originam Deliberação é definida em ordem alfabética dos nomes dos Conselheiros da Comissão por tipo de matéria, respeitada a cronologia de entrada no CEEd.

Art. 51. Compete aos relatores apresentar manifestação dentro de quinze dias do recebimento do expediente, salvo se outro prazo for fixado pelo Presidente.

Parágrafo único: O relator poderá solicitar a prorrogação do prazo previsto no *caput*, mediante justificativa.

Art. 52. Sempre que houver conveniência, poderão realizar-se reuniões conjuntas de duas ou mais comissões.

Art. 53. Qualquer Conselheiro poderá participar dos trabalhos de Comissão de que não seja membro, sendo as decisões tomadas exclusivamente pelos conselheiros membros da Comissão.

Art. 54. Funcionarão as Comissões com a presença de no mínimo metade de seus membros.

Parágrafo único: Em caso de atividade de fiscalização externa, o quórum será de três Conselheiros.

Art. 55. Poderão ser convidados a comparecer às reuniões autoridades e especialistas, a fim de prestar esclarecimentos sobre matéria em discussão e participar dos debates.

Art. 56. As matérias analisadas na Comissão serão encaminhadas à apreciação do Plenário e subscritas pelos membros da Comissão que concordarem com a manifestação do Relator.

Art. 57. O CEEd terá Comissões :

I – Permanentes;

II – Temporárias;

III – Especiais:

a) Comissão Especial do Regime de Colaboração (CERC);

b) Comissão Especial de Coordenadores (CECOR)

Art. 58. As Comissões Permanentes e a Comissão Especial do Regime de Colaboração CERC deverão eleger, anualmente no mês de junho, o seu Coordenador e as Comissões Temporárias no ato da sua instalação.

§ 1º. Os Coordenadores das Comissões Permanentes e Temporárias serão eleitos por maioria simples dos votos dos integrantes da Comissão.

§ 2º. Em caso de empate na votação, deve ser observada a regra do parágrafo 2º do Art. 43 deste Regimento Interno para a escolha do Coordenador da Comissão.

Art. 59. As Comissões Permanentes têm por atribuição analisar matérias de sua especificidade e encaminhar Atos para apreciação do Plenário, bem como realizar visitas de acompanhamento e fiscalização do cumprimento das normas que regem o Sistema Estadual de Ensino.

Parágrafo único: Essas Comissões poderão solicitar manifestação de outras Comissões sobre matérias específicas da sua competência.

Art. 60. São Comissões Permanentes do CEEd:

I – Comissão de Educação Infantil (CEI);

II – Comissão de Ensino Fundamental (CEF);

III – Comissão de Ensino Médio e Superior (CEMES);

IV – Comissão de Educação Profissional (CEP);

V – Comissão de Legislação e Normas (CLN);

VI – Comissão de Planejamento (CP).

Art. 61. Compete, precipuamente, à CEI, a análise das matérias relativas à Educação Infantil, como o credenciamento e descredenciamento das instituições e a autorização do funcionamento de cursos.

Art. 62. Compete, precipuamente, à CEF, a análise das matérias relativas ao Ensino Fundamental, no Sistema Estadual de Ensino, em especial, como o credenciamento e descredenciamento das instituições e autorização de funcionamento de cursos.

Art. 63. Compete, precipuamente, à CEMES, a análise das matérias relativas ao Ensino Médio e Superior do Sistema Estadual de Ensino, especialmente:

I – o credenciamento e descredenciamento das instituições de nível médio e a autorização de cursos;

II – o credenciamento e a renovação de credenciamento das instituições de ensino superior, bem como a autorização e reconhecimento dos cursos de graduação e pós-graduação.

Art. 64. Compete, precipuamente, à CEP a análise da Educação Profissional, o credenciamento, recredenciamento ou descredenciamento das instituições e a autorização do funcionamento de cursos técnicos e de especialização técnica de nível médio.

Art. 65. Compete, precipuamente, à CLN a análise das matérias em tramitação no CEEd face ao ordenamento normativo pertinente à educação, especialmente:

I – o cumprimento da legislação, das normas e dos atos do CEEd no Sistema Estadual de Ensino;

II – a manifestação quanto à legalidade de matéria em resposta a demandas internas das instâncias do CEEd (Presidência, Plenário e Comissões);

III – o estudo e manifestação sobre pedidos de equivalência ao ensino médio brasileiro de estudos realizados no exterior e de revalidação de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso Técnico, bem como manifestação sobre transferência de mantença.

Art. 66. Compete, precipuamente, à CP a análise do Planejamento no âmbito interno e externo ao CEEd, especialmente:

I – a atualização do quadro de informações da realidade educacional do Sistema Estadual de Ensino;

II – o acompanhamento da execução dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação;

III – a manifestação prévia sobre criação e transformação de estabelecimentos estaduais de ensino, bem como a expansão, consolidação e aperfeiçoamento do Sistema Estadual de Ensino;

IV – a manifestação prévia sobre cessação de funcionamento de oferta de curso em escolas públicas municipais e estaduais, nos termos da legislação vigente.

V – estudo e manifestação quanto ao Plano de Aplicação de Recursos da Quota Estadual do Salário Educação.

Art. 67. Às Comissões Permanentes, além das suas competências precípuas, cabe ainda:

I – o estudo de Processos e de matérias sobre educação;

II – a determinação de providências;

III – a realização de visitas de fiscalização aos estabelecimentos de ensino;

IV – a prestação de esclarecimentos e informações demandadas interna ou externamente ao CEEd.

V – o acompanhamento, discussão e pronunciamento, encaminhados para manifestação do Plenário do Conselho, de assuntos relacionados às políticas públicas de educação;

VI – o acompanhamento dos debates e Atos aprovados pelo Plenário.

Art. 68. A Comissão Especial do Regime de Colaboração – CERC compete:

I – prospectar e analisar temas de interesse dos sistemas de ensino;

II – realizar estudos e apresentar propostas para constituição de ações de colaboração entre os sistemas;

III – acompanhar a elaboração e execução dos Planos de Educação dos respectivos Sistemas visando a sua integração;

§ 1º. A CERC reunir-se-á ordinariamente em três sessões por mês, das quais duas com a participação dos demais membros do Grupo de Estudos e Debates Permanente do Regime de Colaboração – GEDPRC e extraordinariamente sempre que necessário.

§ 2º. O GEDPRC compõe-se de representantes da CERC-CEEd, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME-RS, da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME-RS, da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC-RS, conforme legislação vigente e tem a finalidade de promover a colaboração entre os sistemas consoante disposição da CF e da LDBEN.

Art. 69. A Comissão Especial de Coordenadores (CECOR) busca a integração do trabalho das Comissões, tendo atribuições de:

I – propor ao Presidente os membros das Comissões respeitando, sempre que possível, a experiência e o perfil dos Conselheiros, bem como o interesse do Conselheiro;

II – propor alteração do calendário e do horário das reuniões ordinárias das Comissões;

III – propor ao Plenário a criação e extinção de Comissões e Grupos de Trabalho.

IV – propor ao Plenário alterações no Regimento;

V – manifestar-se em reunião sobre as consultas encaminhadas pelo Presidente sobre:

a) designação e dispensa de ocupantes de funções gratificadas,

b) nomeação e exoneração dos ocupantes de cargos em comissão;

VI – favorecer a integração dos novos Conselheiros, propiciando-lhes informações sobre o funcionamento das comissões e do CEEd em geral;

VII – mediar os conflitos de competência entre as Comissões decorrentes da análise de processo ou matéria a elas submetidas;

VIII – outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Plenário do CEEd.

§ 1º. A CECOR é integrada pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes e pelos Coordenadores das Comissões Permanentes e Especiais e será coordenada pelo Presidente do CEEd ou, na sua ausência, por um dos seus Vice-Presidentes.

§ 2º. A CECOR se reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que houver necessidade para deliberar sobre pauta específica divulgada com antecedência de vinte e quatro horas por convocação da Presidência do CEEd ou por, no mínimo três coordenadores de Comissão.

Art. 70. As Comissões Temporárias serão criadas para analisar temas específicos demandados pelas Comissões Permanentes ou pelo Plenário, bem como realizar visitas de fiscalização, acompanhamento e representação.

§ 1º. Essas Comissões serão constituídas por Portaria do Presidente do CEEd, a partir de decisão do Plenário.

§ 2º. Em caso de urgência, poderá a Presidência, *ad referendum* do Plenário, criar Comissão de Fiscalização, acompanhamento e representação, bem como autorizar reunião fora de sede.

Art. 71. Os Atos propostos pelas Comissões devem ser subscritos pelo relator e Conselheiros que com eles concordarem, presentes à reunião da Comissão quando do relato antes de serem submetidos à apreciação do Plenário.

Art. 72. Os Conselheiros e o corpo técnico-administrativo reunir-se-ão em sessão conjunta semanal com a finalidade de:

I – realizar estudos e debates de interesse do Conselho e da educação em geral;

II – socializar informações de interesse geral do CEEd;

III – promover a reflexão sobre temas a serem apreciados no Plenário.

Seção IV
DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Art. 73. Diretamente subordinado ao Presidente do CEEd, o Gabinete terá uma Assessoria Jurídica e uma Assessoria de Comunicação Social e será dirigido por um Chefe de Gabinete, designado para função gratificada, ou nomeado para Cargo em Comissão, na forma da legislação em vigor.

Art. 74. Ao Chefe de Gabinete compete:

I – dirigir o Gabinete da Presidência;

II – preparar o expediente a ser assinado pela Presidência ;

III – manter a agenda de compromissos pela Presidência;

IV – apresentar à Presidência Relatório Anual das atividades do Gabinete;

V – executar as demais tarefas inerentes ao cargo que lhe forem determinadas pelo Presidente.

Art. 75. À Assessoria Jurídica, integrante do Gabinete da Presidência, compete:

I – assessorar a Presidência e as Comissões em assuntos de natureza jurídica;

II – fornecer subsídios jurídicos e legais à Presidência para a defesa dos direitos e interesses do CEEd.

III – colaborar com a Procuradoria-Geral do Estado fornecendo subsídios nas demandas judiciais que envolvam o Conselho.

Parágrafo único: A Assessoria Jurídica será integrada por profissional legalmente habilitado, preferencialmente professor, nomeado ou requisitado na forma da lei.

Art. 76. À Assessoria de Comunicação Social, integrante do Gabinete da Presidência, compete fornecer subsídios à política de comunicação social do Órgão, bem como proporcionar a divulgação das atividades do Conselho.

Parágrafo único: A Assessoria de Comunicação Social será integrada por profissional da área, habilitado, nomeado ou requisitado na forma da lei, competindo-lhe:

I – dirigir os trabalhos da Assessoria de Comunicação Social;

II – providenciar a elaboração diária da resenha de notícias, informes e comentários publicados na imprensa, de matérias do interesse do CEEd, encaminhando-a à Presidência;

III – promover a divulgação das atividades do CEEd, mantendo o *site* e demais formas de comunicação atualizados;

IV – estabelecer e manter o relacionamento com os órgãos da imprensa, rádio e televisão;

V – manter intercâmbio com os setores de comunicação social dos demais órgãos públicos;

VI – assessorar e acompanhar a Presidência no desempenho de representação oficial externa ao CEEd;

VII – colaborar na elaboração de publicações que vierem a ser produzidas pelo CEEd;

VIII – apresentar ao Presidente Relatório Anual dos trabalhos da Assessoria de Comunicação social;

IX – executar as demais tarefas inerentes a sua função que lhe forem atribuídas pelo Presidente.

Seção V
SECRETARIA-GERAL

Art. 77. O Conselho terá uma Secretaria-Geral subordinada à Presidência com atribuição de prover apoio administrativo à execução das atividades e de propiciar articulação entre a Assessoria do Gabinete da Presidência, a Assessoria Técnica Especial e a Assessoria Administrativa.

Art. 78. A Secretaria-Geral será coordenada por um Secretário-Geral indicado pela Presidência, com função gratificada ou nomeado para cargo em comissão na forma da legislação vigente e constituída de:

I – Assessoria Administrativa;

II – Assessoria Orçamentária e Financeira;

III – Centro de Documentação e Cadastro de Escolas.

Art. 79. Cabe ao Secretário-Geral:

I – coordenar as atividades da Secretaria-Geral e assessorar a Presidência;

II – fazer o assessoramento das Sessões Plenárias, bem como lavrar a respectiva Ata.

III – encaminhar Expedientes para assinatura da Presidência;

IV – ordenar as despesas e coordenar a elaboração da proposta orçamentária do Conselho;

V – manter contato com órgãos da administração direta e indireta;

VI – propor à Presidência medidas para o aperfeiçoamento das atividades da Secretaria-Geral;

Art. 80. Cabe à Secretaria-Geral:

I – elaborar e revisar as Atas das Sessões Plenárias e Expedientes correlatos;

II – receber, registrar, expedir e arquivar os Expedientes administrativos;

III – organizar e manter atualizado o arquivo de Resoluções, Pareceres, Deliberações, Indicações, Atas, registro e controle dos bens móveis e patrimoniais do Conselho;

IV – monitorar e dar suporte às atividades de informática;

V – providenciar a inserção dos Atos no *site*/CEEd e atualizar dados no Sistema Interno/CEEd;

VI – executar serviços de recepção e telefonia, transporte, aquisição de materiais e equipamentos, controle, guarda e distribuição de materiais;

VII – solicitar recursos, emitir notas de empenho e de liquidação de despesas, manter controle de requisição e pagamento de diárias e encaminhar ao órgão competente;

VIII – providenciar o registro da presença de conselheiros e servidores e encaminhar ao órgão competente;

IX – manter o servidor informado sobre sua vida funcional e encaminhar rotinas ao órgão competente;

X – operacionalizar a proposta orçamentária do Conselho junto ao órgão competente após aprovação pelo Plenário;

XI – executar as ações incorporadas na proposta orçamentária e financeira junto ao Sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE;

XII – manter atualizado o cadastro de Entidades Mantenedoras de estabelecimentos de ensino;

XIII – encaminhar Súmula dos Atos do Conselho para publicação oficial;

XIV – prestar serviços de copa e executar serviços gerais.

XV – atender e fornecer informações ao público.

Art. 81. São incumbências do Centro de Documentação e Cadastro de Escolas:

I – manter organizado o acervo da legislação;

II – realizar consultas e estudos relacionados com os assuntos de sua competência ou de interesse do CEEd;

III – compatibilizar os Atos legais referidos nos documentos emitidos pelo CEEd;

IV – manter atualizado o cadastro das escolas pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino;

V – fornecer informações pertinentes às escolas pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino;

VI – elaborar Relatório Anual dos Atos emitidos pelo CEEd em conjunto com o Secretário-Geral;

VII – levantar dados relacionados às escolas pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino;

VIII – subsidiar a Presidência, Assessoria Técnica e Secretaria-Geral no que couber;

IX – prestar atendimento ao público;

XI – acompanhar a publicação de Atos de interesse do CEEd no Diário Oficial do Estado e da União.

Seção VI
DA ASSESSORIA TÉCNICA

Art. 82. O CEEd terá uma Assessoria Técnica diretamente subordinada à Presidência.

Art. 83. A Assessoria Técnica será constituída por profissionais e especialistas com conhecimento e experiência na área da educação e terá Coordenador designado para a função gratificada, ou nomeado para o cargo em comissão, na forma da legislação vigente, nos termos deste Regimento Interno.

Art. 84. Ao Coordenador da Assessoria Técnica compete:

I – coordenar e acompanhar os trabalhos da Assessoria Técnica;

II – coordenar as reuniões da Assessoria Técnica;

III – assessorar o Presidente em assuntos pertinentes à Assessoria Técnica;

IV – promover reuniões com a Assessoria Técnica com o objetivo de:

a) proporcionar a integração e o conhecimento dos diversos assuntos e enfoques do trabalho realizado pelas diferentes Comissões;

b) efetuar estudos sobre legislação educacional e outras matérias relacionadas à educação.

V – levar à apreciação da Presidência a matéria examinada pela Assessoria Técnica;

Vl – organizar a pauta sugerida pela Presidência e elaborar a súmula das Reuniões Conjuntas.

VII – participar das reuniões das Comissões;

VIII – apresentar ao Presidente Relatório Anual das atividades da Assessoria Técnica em conjunto com o Centro de Documentação.

Art. 85. São incumbências da Assessoria Técnica:

I – prestar assessoramento à Presidência, às Comissões, e aos Conselheiros no exercício de suas funções;

II – organizar a pauta e elaborar a súmula das Reuniões das Comissões;

III – assessorar as Reuniões das Comissões

IV – analisar Processos (Expediente) e elaborar Minutas de Informação;

V – examinar as questões pedagógicas e normativas que lhe forem encaminhadas;

VI – realizar estudos e reunir dados necessários para subsidiar as Comissões na análise das questões que lhe forem submetidas;

VII – sugerir propostas à respectiva Comissão, tendo em vista o aperfeiçoamento das atividades das Comissões e do CEEd;

VIII – prestar atendimento ao público no âmbito de sua competência;

IX – acompanhar os Conselheiros em encontros e atividades educacionais dentro e fora do Estado.

X – participar das Reuniões de Estudos na Assessoria Técnica.

Capítulo V
DOS ATOS E PROCESSOS

Art. 86. Os Atos aprovados pelo Plenário tomarão a forma de Resolução, Parecer, Deliberação e Indicação e serão assinados pelo Presidente do CEEd, após a declaração “Aprovado por unanimidade” ou “Aprovado por maioria” com o registro dos votos contrários e das abstenções, em Sessão do Plenário, devidamente datado.

§ 1º. Resolução: é o Ato pelo qual o CEEd disciplina matéria específica estabelecendo normas a serem cumpridas no Sistema Estadual de Ensino.

§ 2º. Parecer: é o Ato pelo qual o CEEd se manifesta no exercício da função consultiva ou se pronuncia sobre temas de sua competência à luz da legislação e das ciências da Educação.

§ 3º. Deliberação: é o Ato pelo qual o CEEd se manifesta, decidindo de acordo com a lei e as normas, sobre solicitação ou situação apresentada em Processo instruído conforme determinações específicas.

§ 4º. Indicação: é Ato pelo qual o CEEd propõe medidas com vistas à expansão e melhoria do ensino.

§ 5º. O texto dos Pareceres e das Deliberações conterá ementa, relatório, análise da matéria e conclusão da(s) Comissão(ões) proponente(s).

Art. 87. As Resoluções e as Indicações terão numeração sequencial e, como referência, a data da respectiva aprovação.

Art. 88. Os Pareceres e as Deliberações terão a numeração renovada anualmente.

Art. 89. Os Atos do CEEd sem prejuízo de outras modalidades de divulgação, serão publicadas no *site* do Conselho.

Art. 90. Os Atos normativos e as ementas das Deliberações que tratem de credenciamento de instituições de ensino, autorização de funcionamento e de cessação de cursos serão publicados no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único: A publicação de ementas de outros Atos será decidida pelo Plenário.

Art. 91. Para efeitos do presente Regimento os Expedientes administrativos seguem normas estabelecidas em legislação especifica.

Parágrafo único: A tramitação dos Expedientes administrativos será regulamentada por Portaria do Presidente, ouvido o CECOR.

Art. 92. Se o relator não apresentar o seu pronunciamento ou não solicitar prorrogação do prazo, a Presidência do CEEd solicitará ao Coordenador da Comissão providências no sentido de agilizar a análise do Processo.

Art. 93. Por ocasião da Sessão de Plenário, os Processos deverão permanecer com os respectivos relatores.

Capítulo VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 94. Funcionarão em caráter permanente a Presidência, a Secretaria-Geral e a Assessoria Técnica, inclusive durante o recesso anual de um mês, em período a ser fixado pela Presidência do CEEd.

Art. 95. O comparecimento dos Conselheiros às Reuniões Plenárias, de Comissão e de Sessões Conjuntas será comprovado pela assinatura em livro próprio.

Art. 96. As propostas de alteração deste Regimento poderão ser encaminhadas:

I – pela Presidência;

II – pelo CECOR;

III – por metade mais um da totalidade dos Conselheiros devidamente empossados no CEEd.

Art. 97. A alteração deste Regimento ocorrerá por decisão de 3/5 (três quintos) da totalidade da composição do CEEd.

Art. 98. Os casos omissos e as dúvidas na aplicação deste Regimento serão resolvidos pela Presidência do CEEd *ad referendum* do Plenário.

Art. 99. Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação em Sessão de Plenário do CEEd, revogadas as disposições em contrário.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2016.

Aprovado por unanimidade na Sessão Plenária de 28 de janeiro de 2016.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 336, DE 02 DE MARÇO DE 2016*

Fixa Diretrizes Operacionais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino, nos termos do Parecer CEEd nº 126/2016.

O **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO** do Rio Grande do Sul, com fundamento no artigo 10, inciso V, da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e na Lei estadual nº 9.672, de 19 de junho de 1992, com as alterações introduzidas pelas Leis estaduais nº 10.591, de 28 de novembro de 1995 e nº 11.452, de 28 de março de 2000, no Parecer CNE/CP nº 8, de 06 de março de 2012 e na Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012.

R E S O L V E :

Art. 1º – As Diretrizes Operacionais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino estão disciplinadas no Parecer CEEd nº 126/2016.

Art. 2º – Os Regimentos Escolares das instituições de educação básica, Regimentos das instituições de ensino superior, Planos de Curso e/ou Planos de Estudos e Matrizes Curriculares a serem aprovados a partir da vigência destas diretrizes deverão se adequar às exigências constantes no Parecer CEEd nº 126/2016.

Parágrafo único: Os cursos de formação de professores já em funcionamento terão prazo de dois anos para as adequações ao disposto nestas Diretrizes.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Em 29 de fevereiro de 2016.

Aprovada por unanimidade na Sessão Plenária de 02 de março de 2016.

Cecilia Maria Martins Farias
Presidente

* Publicada no Diário Oficial do Estado de 08 de março de 2016..

TERMO DE COMPROMISSO

Termo de Compromisso que entre si firmam a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos – SJDH, a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – FASE e o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd, visando qualificar o atendimento escolar aos adolescentes/jovens adultos em situação de privação de liberdade, pelas escolas da Rede Pública Estadual nos Centros de Atendimento Sócio-Educativo – CASEs, da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo-FASE.

A Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, representada pelo Secretário de Estado da Educação, a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos – SJDH, representada pelo Secretário de Estado da Justiça e Direitos Humanos, a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – FASE, representada pelo Presidente e o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd, representado pela Presidente, firmam o presente Termo de Compromisso.

CONSIDERANDO QUE:

- em 18 de janeiro de 2006 este Conselho autorizou, pelo prazo de três anos, o funciona-mento da Proposta Pedagógica de Ensino Médio, nas escolas estaduais de ensino fundamental junto à Fundação de Atendimento Sócio-Educativo-FASE/RS, nos termos do Parecer CEED 68/2006;

- em agosto de 2008 deu entrada neste Conselho pedido de prorrogação de prazo de funcionamento da referida proposta;

- pelo Parecer CEEd nº 152, de 17 de março de 2010, este Colegiado deixou de analisar o pedido de prorrogação da Proposta de Experiência Pedagógica, estabelecendo providências e procedimentos para a SEDUC e para a FASE, quanto a recursos humanos – professores e supervisores, recursos precários, espaços insalubres, dificuldade em cumprir a organização curricular proposta no Regimento Escolar, carência de recursos financeiros, multisseriação, comprometimento do cumprimento dos 200 dias letivos e recomendou que a SEDUC enviasse novo pedido de autorização para funcionamento de ensino médio, em caráter experimental, nas escolas estaduais de ensino fundamental junto à FASE;

- no ano de 2014 a SEDUC decidiu não mais oferecer o ensino médio na forma de experiência pedagógica e encaminhou pedidos de transformação das escolas de ensino fundamental em escolas de ensino médio, nos municípios de Santo Ângelo, Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Novo Hamburgo e Uruguaiana;

- ainda em 2014 a SEDUC comunicou ao CEEd o início do funcionamento das escolas de ensino médio, em caráter emergencial, com base no artigo 20, §1ºda Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, nas seguintes escolas:

CRE	MUNICÍPIO	ESCOLA	AT. EMERGENCIAL
1ª	Porto Alegre	EEEM Senador Pasqualini	24/02/2014
1ª	Porto Alegre	EEEM Tom Jobim	27/02/2014
2ª	Novo Hamburgo	EEEM Bento Gonçalves	06/01/2014
4ª	Caxias do Sul	EEEM Paulo Freire	29/08/2014
5ª	Pelotas	EEEM Dom Antônio Zattera	24/02/2014
7ª	Passo Fundo	EEEM Paulo Freire	02/01/2014
8ª	Santa Maria	EEEM Humberto de Campos	24/02/2014
10ª	Uruguaiana	EEEM Comendadora Dolores Cunha	24/02/2014
14ª	Santo Ângelo	EEEM Herbert de Souza	24/02/2014

- o CEEd se preocupa com a precariedade das condições de infraestrutura, recursos humanos, aspectos pedagógicos, materiais e equipamentos, assim como da oferta do ensino médio em período vespertino, o que é inadequado para adolescentes/jovens adultos;

- o CEEd encaminhou solicitação de instituição de um Grupo de Trabalho para discutir o tema, apresentar soluções e pactuar ações;

- em 15 de janeiro do corrente ano, foi exarada a Portaria CEEd nº 01/2015, instituindo o Grupo de Trabalho constituído pela Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – FASE, Ministério Público – MP, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA, Defensoria Pública Estadual, Secretaria Estadual da Justiça e dos Direitos Humanos – SJDH, Conselho Estadual dos Direitos Humanos – CEDH e Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd;

- a privação da liberdade não pode significar privação de direitos fundamentais, em especial da educação/escolarização que são o sentido mesmo das medidas socioeducativas;

- o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos considera a escola como espaço cultural de direitos humanos, assegurando que os objetivos e as práticas a serem adotadas sejam coerentes com os valores e os princípios da educação em direitos humanos;

- a atuação da escola não se confunde com a da instituição de internação (privação de liberdade) ainda que deva existir colaboração entre elas, afirmando, assim, a perspectiva de incompletude institucional da instituição de privação de liberdade, como visão fundante do ECA e do SINASE, que propugna a superação da instituição total e a inserção do adolescente em políticas públicas universais;

- a FASE tem a guarda do adolescente/jovem adulto e assim está com a responsabilidade correspondente à da família com a qual deve manter relações de cooperação;

- a escola deverá ter autonomia no exercício de sua função específica, contemplando a responsabilidade compartilhada com a FASE pelos aspectos socioeducativos aplicados na Instituição, provendo a socialização de suas ações e de suas propostas pedagógicas, contribuindo para o fortalecimento de laços interinstitucionais;

- deve ser garantido aos adolescentes/jovens adultos o número de horas-aulas e de dias letivos previstos em lei, não podendo a privação de liberdade servir de justificativa para o encurtamento do tempo de permanência na escola;

- o adolescente/jovem adulto ao ser desligado da instituição de internação deverá ser encaminhado para matrícula em escola com o Histórico Escolar e o domínio dos conteúdos correspondentes ao mesmo, que lhe permitam prosseguir normalmente a sua escolarização;

- além do direito à educação e da obrigatoriedade constitucional da oferta de ensino a todos os adolescentes, inclusive os privados de liberdade, a ampliação do tempo de escolaridade, em anos de estudo e em horas diárias, favorecerá a reinserção social e contribuirá para o exercício da cidadania;

- o Grupo de Trabalho estudou e debateu o tema profundamente e sugeriu a construção de Termo de Compromisso entre as Instituições diretamente envolvidas: SEDUC, SJDH, FASE e CEEd;

As partes supramencionadas e qualificadas têm entre si justo e acordado o presente TERMO DE COMPROMISSO, o qual será regido mediante condições indicadas a seguir:

COMPROMETE-SE a SEDUC/RS:

- qualificar os espaços pedagógicos das escolas como salas de aula, Biblioteca, Laboratório de Ciências Físicas e Biológicas ou similares, sala de artes, tornando o ambiente escolar propício à formação integral humana;

- prover recursos pedagógicos para o desenvolvimento de projetos educativos, assegurando ambiências e dinâmicas pedagógicas adequadas a jovens marcados por repetências e descontinuidades na trajetória escolar, conforme preconiza o artigo 23 da LDB;

- assegurar nas escolas, professores com formação adequada à oferta de ensino e às ações pedagógicas permanentes;

- orientar as escolas na elaboração do Regimento Escolar, envolvendo a comunidade escolar, observando as reais necessidades dos adolescentes/jovens adultos e suas especificidades;

- supervisionar o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da Escola;

- implantar progressivamente o ensino médio diurno, respeitando as especificidades de cada CASE, a partir de estudos realizados pelo Grupo de Trabalho FASE e SEDUC;

- qualificar e fortalecer as ações conjuntas entre FASE e SEDUC através de Grupo de Trabalho;

- acompanhar, por intermédio das Coordenadorias Regionais de Educação – CRE as reuniões mensais de avaliação e planejamento de ações conjuntas com as Direções e os Pedagogos de cada CASE e as equipes diretivas das escolas. As CREs disponibilizarão o cronograma dessas reuniões às Promotorias para possibilitar o acompanhamento das ações;

- garantir o cumprimento do Plano Pedagógico Didático de Apoio – PPDA, planos de recuperação, conforme previsto no marco legal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, no Regimento do Ensino Médio, no Regimento do Ensino Fundamental e no Regimento Parcial do Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos;

- proporcionar a promoção de um currículo integrado e integrador, de forma que as atividades da escola e das Unidades Socioeducativas não sejam concorrentes, mas complementares;

- incrementar as práticas restaurativas nas escolas da rede estadual de ensino prevenindo a judicialização e difundindo a cultura da paz;

- firmar o compromisso de progressiva ampliação da jornada escolar, buscando a formação integral dos adolescentes/jovens adultos, nas múltiplas dimensões do desenvolvimento humano;

- responsabilizar-se pela inserção no Sistema Estadual de Ensino quando houver finalização do cumprimento da medida socioeducativa.

COMPROMETE-SE a SJDH/RS:

- estabelecer relação com a Secretaria de Estado da Educação para garantir condições adequadas de infraestrutura em prédios próprios para o funcionamento das escolas que assim deixarão de ser apêndices da FASE, conforme previsto no Plano Decenal Socioeducativo, incluindo a previsão de cronograma;

- oferecer e garantir as condições necessárias para que a FASE/RS possa efetivar os compromissos assumidos neste Termo.

COMPROMETE-SE a FASE/RS:

- disponibilizar e garantir espaço físico adequado em prédios próprios para o funcionamento das escolas, que assim deixarão de ser apêndices da FASE/RS, conforme previsto no Plano Decenal Socioeducativo;

- zelar junto com a escola pelo espaço físico destinado às atividades escolares;

- colaborar, contribuir e garantir técnica e administrativamente, no âmbito da Fundação, a organização dos tempos escolares objetivando o cumprimento da carga horária e dias letivos previstos em lei, preferencialmente no turno diurno;

- possuir no quadro funcional de todos os CASEs/FASE pelo menos um (01) Pedagogo para encaminhar matrícula junto à escola inserida na Unidade, acompanhar, orientar, esclarecer e estimular o socioeducando durante o processo de escolarização;

- manter estreita relação técnica com o corpo diretivo e pedagógico escolar através do Pedagogo, objetivando o acompanhamento pedagógico do socioeducando a fim de um aproveitamento efetivo do processo de aprendizagem;

- manter atualizados os dados referentes à medida socioeducativa no que tange às alterações do cumprimento da mesma, desligamento e transferências;

- contribuir tecnicamente para a melhoria e qualificação do atendimento escolar aos adolescentes/jovens adultos em cumprimento de medida socioeducativa, participando ativamente da elaboração do Projeto Político-Pedagógico;

- contribuir, junto com a escola, para a efetivação de fluxos de integração, comunicação e socialização de ações pedagógicas entre o CASE/FASE e a Escola, observando a autonomia preconizada na gestão democrática escolar em consonância com os aspectos socioeducativos aplicados na instituição;

- acompanhar os adolescentes/jovens adultos, a fim de que eventuais dificuldades de aprendizado sejam resolvidas e os objetivos do curso alcançados;

- garantir o deslocamento do adolescente/jovem adulto à escola, quando for o caso;

- garantir, em conjunto com a família e a SEDUC, o encaminhamento do adolescente/jovem adulto para a matrícula em escola por ocasião de sua saída da FASE, considerando as preferências ou as impossibilidades do mesmo quanto à segurança e deslocamentos;

- criar mecanismos de integração entre FASE e escola garantindo a autonomia preconizada na Lei da Gestão Democrática da Escola e criando condições para o funcionamento do Conselho Escolar com a representação de todos os segmentos da comunidade escolar, a saber, direção, professores, alunos, funcionários, famílias e, neste caso, representante da FASE.

COMPROMETE-SE o CEEd/RS:

- agilizar e acompanhar o credenciamento das escolas e a autorização dos cursos a fim de que não haja prejuízo aos alunos;

- subsidiar os professores, coordenadores, supervisores e direção da escola, indicando as normas educacionais a serem seguidas;

- fiscalizar a oferta dos cursos nas escolas, designando Comissão Especial, quando for o caso;

- orientar a escola em eventuais dúvidas sobre a oferta de cursos, considerando as exigências legais e os imperativos pedagógicos.

E por estarem justas e acordadas, as partes, devidamente qualificadas e previamente identificadas, firmam o presente Termo de Compromisso, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2016.

CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA
CPF-
Secretário da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul – SEDUC/RS

CESAR LUIS DE ARAÚJO FACCIOLI
CPF:
Secretário da Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul – SJDH/RS

ROBSON LUIS ZINN
CPF:
Presidente da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul – FASE/RS

CECÍLIA MARIA MARTINS FARIAS
CPF:
Presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul – CEEd/RS

TESTEMUNHAS:

_____
NOME:
CPF:

_____
NOME:
CPF:

INDÍCE

LEGISLAÇÃO FEDERAL

1 – LEIS

LEI Nº 9.394	- DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 12
LEI Nº 12.960	- DE 27 DE MARÇO DE 2014. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. 46
LEI Nº 13.010	- DE 26 DE JUNHO DE 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 47
LEI Nº 13.046	- DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que “dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências”, para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes. 49
LEI Nº 13.146	- DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 50
LEI Nº 13.163	- DE 9 DE SETEMBRO DE 2015. Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias.....88
LEI Nº 13.168	- DE 6 DE OUTUBRO DE 2015. Altera a redação do § 1o do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 89

LEI Nº 13.174 - DE 21 DE OUTUBRO DE 2015.Insere inciso VIII no art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, entre as finalidades da educação superior, seu envolvimento com a educação básica. 90

LEI Nº 13.185 - DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). 91

LEI Nº 13.234 - DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação. 93

2 – ATOS DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

2 - PARECERES

Parecer CNE/CEB nº 4/2013 - DE 13 DE MARÇO DE 2013. Consulta sobre a legitimidade e competência para não autorizar a oferta de exames de Educação de Jovens e Adultos (EJA) por escolas privadas. 94

Parecer CNE/CEB nº 11/2013 – DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013. Atualização da Tabela de Equivalência do Protocolo de Reconhecimento de Títulos e Estudos no Nível da Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) não Técnico. 97

Parecer CNE/CEB nº 8/2014 – DE 09 DE OUTUBRO DE 2014. Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e reexame do Parecer CNE/CEB nº 2/2014, contendo orientações quanto à oferta de cursos técnicos em caráter experimental. 103

Parecer CNE/CP nº 6/2014 – DE 02 DE ABRIL DE 2014. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas. 111

Parecer CNE/CP nº 2/2015 – de 09 de junho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. 126

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1 - DE 30 DE MAIO DE 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. 164

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2 – DE 15 DE JUNHO DE 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. 166

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1 - DE 5 DE DEZEMBRO DE 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. 174

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº - DE 1 DE 7 DE JANEIRO DE 2015.Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. 192

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2 - DE 1º DE JULHO DE 2015.Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. 200

3 – LEGISLAÇÃO ESTADUAL

LEIS

LEI Nº 14.461 - DE 16 DE JANEIRO DE 2014. Regulamenta o inciso VI do art.199 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. 216

LEI COMPLEMENTAR Nº 14.555 - DE 02 DE JULHO DE 2014.Altera a Lei Complementar n.º 14.376, de 26 de dezembro de 2013, que estabelece normas sobre Segurança, Prevenção e Proteção contra Incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. 218

LEI Nº 14.611 - DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014. Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro de Histórico Médico Escolar nas escolas das redes pública e particular do Estado do Rio Grande do Sul. 229

LEI Nº 14.705 - DE 25 DE JUNHO DE 2015. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE –, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE –, aprovado pela Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. 230

LEI Nº 14.734 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2015. Institui o Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor. 279

DECRETO Nº 51.316 - DE 21 DE MARÇO DE 2014. Institui a Escola em Tempo Integral no Ensino Fundamental dos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual, conforme o disposto na Lei n.º 14.461, de 16 de janeiro de 2014. 280

DECRETO N.º 51.803 - DE 10 DE SETEMBRO DE 2014. Regulamenta a Lei Complementar n.º 14.376, de 26 de dezembro de 2013, e alterações, que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndio nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul. 283

DECRETO Nº 52.009 - DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014. Altera o Decreto nº 51.803, de 10 de setembro de 2014, que regulamenta a Lei Complementar nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013, e alterações, que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndio nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado do Rio Grande do Sul. 352

DECRETO Nº 52.605 - DE 15 DE OUTUBRO DE 2015. Regulamenta a Lei nº 14.734, de 16 de setembro de 2015, que institui, no âmbito da Secretaria da Educação, o Programa Estadual Escola Melhor: Sociedade Melhor. 353

ATOS DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

INDICAÇÃO Nº 43 – DE 04 DE NOVEMBRO DE 2015. Manifesta-se sobre a relevância da Educação Integral em Tempo Integral, com vistas ao cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional de Educação, do Plano Estadual de Educação, da Lei estadual nº 14.461, de 16 de janeiro de 2014, das Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica e do Parecer CEEd nº 545/2015 que trata das Diretrizes Curriculares Gerais no Sistema Estadual de Ensino. Recomenda ações para sua organização no âmbito do Sistema Estadual de Ensino. 355

PARECER CEEd Nº 922/2013 – DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013. Manifesta-se sobre a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em escolas do Sistema Estadual de Ensino. 374

PARECER CEEd Nº 706/2014 – DE 03 DE SETEMBRO DE 2014. Toma conhecimento da utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2014 - ENEM/2014, para fins de certificação de conclusão do ensino médio, pela Secretaria de Estado da Educação, em conformidade com a Portaria MEC/INEP nº 179, publicada em 29 de abril de 2014, e Portaria Normativa MEC nº 807, de 18 de junho de 2010. 379

Parecer CEEd Nº 1.055/2014 - DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014 - Manifesta-se sobre o Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul - PEE/RS, elaborado em 2014. 381

PARECER CEEd Nº 170/2015 – DE 28 DE JANEIRO DE 2015. Manifesta-se quanto à aplicação do Art.5º da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, aos Cursos Técnicos desenvolvidos de forma integrada ao ensino médio propostos no âmbito do Parecer CEEd nº 156/2012. 390

PARECER CEEd Nº 178/2015 – DE 28 DE JANEIRO DE 2015. Acolhe o pedido da Secretaria de Estado da Educação quanto à oferta de Turmas Descentralizadas para o ensino fundamental e o ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em Instituições Prisionais. Autoriza pelo prazo de cinco anos o desenvolvimento desta proposta, em caráter experimental.
Determina providência. 392

PARECER CEEd Nº 254/2015 – DE 11 DE MARÇO DE 2015. Manifesta-se nos termos deste Parecer, em especial o item 5, quanto à certificação dos alunos do Curso Normal, Curso Normal – Apro-veitamento de Estudos e Educação Profissional integrada ao ensino médio desenvolvidos no âmbito do Parecer CEEd nº 156/2012.
Determina providência. 396

PARECER CEEd Nº 282/2015 – DE 25 DE MARÇO DE 2015. Manifesta-se sobre consulta referente a medidas regulamentadas nos Regimentos Escolares das Escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino nos termos deste Parecer. 398

PARECER CEEd Nº 457/2015 – DE 03 DE JUNHO DE 2015. Manifesta-se sobre matrícula de alunos oriundos do ensino fundamental de 8 anos no ensino fundamental de 9 anos.
Reafirma os atos normativos deste Conselho citados no item 7.
Determina às mantenedoras que orientem os estabelecimentos de ensino sob sua mantença acerca da adoção imediata, das medidas que se coadunem com o previsto nos itens 10, 11, 12 e 13 do Parecer CEEd nº 543/2013, caso ainda não tenham procedido nos termos do citado Parecer. 408

PARECER CEEd Nº 545/2015 – DE 22 DE JULHO DE 2015. Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Sistema Estadual de Ensino. 413

PARECER CEEd Nº 551/2015 – DE 15 DE JULHO DE 2015. Toma conhecimento da utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio de 2015 - ENEM/2015, para fins de certificação de conclusão do ensino médio pela Secretaria de Estado da Educação, em conformidade com a Portaria Normativa MEC nº 807, de 18 de junho de 2010, publicada em 21 de junho de 2010 e com a Portaria/INEP nº179, de 28 de abril de 2014, publicada em 29 de abril de 2014. 450

PARECER CEEd Nº 873/2015 – DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015. Responde consulta a respeito da competência e responsabilidade pelo processo de avaliação nas escolas integrantes do Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul 451

Parecer CEEd Nº 126/2016 - DE 02 DE MARÇO DE 2016. Diretrizes operacionais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino. 454

RESOLUÇÃO CEEd Nº 320 - DE 18 DE JANEIRO DE 2012. Atualiza normas para o credenciamento de estabelecimento de ensino e autorização para funcionamento de cursos e regula procedimentos correlatos.
Dá nova redação ao art. 12 da Resolução CEED nº 300, de 15 de julho de 2009. 462

RESOLUÇÃO CEEd Nº 323 - DE 17 DE OUTUBRO DE 2012. Fixa normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul e estabelece outras providências. 491

RESOLUÇÃO CEEd Nº 328 - DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014. Altera o § 1º e revoga o § 3º do artigo 1º da Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012. Revoga o Parecer CEEd nº 767/2012.
Dá outras providências. 516

RESOLUÇÃO CEEd Nº 329 - DE 13 DE MAIO DE 2015. Altera a Resolução CEEd nº 320, de 18 de janeiro de 2012, no que se refere à cessação de funcionamento de curso nas escolas do campo, indígenas e quilombolas. 519

RESOLUÇÃO CEEd - Nº 330 - DE 22 DE JULHO DE 2015. Fixa as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Sistema Estadual de Ensino, nos termos do Parecer CEEd nº 545/2015. 522

RESOLUÇÃO CEEd Nº 331 - DE 30 DE SETEMBRO DE 2015. Estabelece duração mínima para o ensino fundamental – anos finais e para o ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – presencial e a distância para o Sistema Estadual de Ensino.
Acrescenta parágrafo único ao Artigo 12 da Resolução CEED nº 300/2009. 524

RESOLUÇÃO CEEd Nº 332 - DE 14 DE OUTUBRO DE 2015. Dá nova redação e acrescenta os incisos I e II ao artigo 56 da Resolução CEEd nº 323, de 17 de outubro de 2012. 529

RESOLUÇÃO CEEd Nº 333 - DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015. Estabelece procedimentos para o Sistema Estadual de Ensino referentes às alterações de carga horária em Cursos Técnicos de Nível Médio, definidas pela Resolução CNE/CEB nº 1/2014. 531

RESOLUÇÃO CEEd Nº 334 - DE 28 DE JANEIRO DE 2016. Estabelece normas para a oferta de Educação a Distância – EaD no Sistema Estadual de Ensino.
Dá nova redação ao artigo 5º da Resolução CEEd nº 320/2012. 533

RESOLUÇÃO CEEd Nº 335 - DE 28 DE JANEIRO DE 2016. Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd. 557

RESOLUÇÃO CEEd Nº 336 - DE 02 DE MARÇO DE 2016. Fixa Diretrizes Operacionais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino, nos termos do Parecer CEEd nº 126/2016. 577

TERMO DE COMPROMISSO - Termo de Compromisso que entre si firmam a Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, a Secretaria de Estado da Justiça e Direitos Humanos – SJDH, a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – FASE e o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul – CEEd, visando qualificar o atendimento escolar aos adolescentes/jovens adultos em situação de privação de liberdade, pelas escolas da Rede Pública Estadual nos Centros de Atendimento Sócio-Educativo – CASEs, da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo-FASE. 578